

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA**

RAFAEL LEITE FERREIRA

UMA FLOR FURA O ASFALTO: O MDB EM PERNAMBUCO (1965-1979)

Recife

2018

RAFAEL LEITE FERREIRA

UMA FLOR FURA O ASFALTO: O MDB EM PERNAMBUCO (1965-1979)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História

Linha de pesquisa: Relações de Poder, Sociedade e Ambiente

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria do Socorro de Abreu e Lima

Recife

2018

Catálogo na fonte
Bibliotecária: Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

F383f Ferreira, Rafael Leite.
Uma flor fura o asfalto : o MDB em Pernambuco (1965-1979) / Rafael
Leite Ferreira. – 2018.
460 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora : Prof^a. Dr^a. Maria do Socorro Abreu e Lima.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2018.
Inclui Referências.

1. História. 2. Partidos políticos. 3. Governo militar – Brasil. 4. Regime
militar brasileiro. 5. Bipartidarismo. I. Abreu e Lima, Maria do Socorro
(Orientadora). II. Título.

981 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2018-105)

RAFAEL LEITE FERREIRA

**UMA FLOR FURA O ASFALTO:
O MDB EM PERNAMBUCO
(1965-1979)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História

Aprovada em: 28/02/2018

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Maria do Socorro de Abreu e Lima (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof.^a Dr.^a Maria do Socorro Ferraz Barbosa (1º Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof.^a Dr.^a Christine Paulette Yves Rufino Dabat (2º Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Fernando José Pereira de Araújo (1º Examinador Externo)
Advocacia Geral da União

Prof.^a Dr.^a Marcília Gama da Silva (2º Examinadora Externa)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

A todos aqueles que, injustamente, tiveram os direitos políticos suspensos e os mandatos eletivos concedidos pelo povo cassados pela ditadura militar brasileira.

A Fernando de Vasconcellos Coelho, emedebista combativo, exemplo de homem público íntegro e comprometido.

Ao meu filho, Leonardo Gusmão Leite.

AGRADECIMENTOS

A Deus.

À minha preciosa família – Ladjane Leite (mãe), Reginaldo Ferreira (pai), Renato Leite (irmão), Maria Amélia (avó), Amanda Gusmão (esposa) e Leonardo Gusmão Leite (filho) –, que é o grande alicerce da minha vida.

Aos professores participantes de minha Banca de Qualificação e Defesa de Tese.

À minha querida orientadora.

Aos meus amigos de sempre.

À CAPES.

Aos ilustres depoentes.

Aos inesquecíveis componentes da CEMVDHC.

Aos antigos amigos da UNICAP.

À Secretaria do PPGH.

Aos colegas de sala do PPGH.

Aos talentosos funcionários do APEJE, da CEHIBRA-FUNDAJ, da COREG-Arquivo Nacional e da Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco.

Aos companheiros do GOB.

À equipe da Cultura Italiana Dante Alighieri – Recife.

Aos integrantes da GGPOC.

A todas as pessoas que contribuíram, direta ou indiretamente, para a concretização deste trabalho.

A todos, os meus sinceros agradecimentos.

*Uma flor nasceu na rua!
Passem de longe, bondes, ônibus, rio de aço do tráfego.
Uma flor ainda desbotada
ilude a polícia, rompe o asfalto.
Façam completo silêncio, paralitem os negócios,
garanto que uma flor nasceu.
Sua cor não se percebe.
Suas pétalas não se abrem.
Seu nome não está nos livros.
É feia. Mas é uma flor. Furou o asfalto, o tédio, o nojo e o ódio ¹.*

¹ ANDRADE, Carlos Drummond de. A Flor e a Náusea. In: **A rosa do povo**. 21 ed. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 15-16.

RESUMO

A presente Tese tem como objetivo analisar a atuação do partido oficial de oposição à ditadura militar, em Pernambuco, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), durante o sistema bipartidário que funcionou no Brasil entre 1965 e 1979. Nesse estudo, busca-se reconstituir a trajetória da legenda, localizando os atores desse processo, caracterizando os grupos, suas experiências, redes de relações e estratégias políticas, resgatando a memória de um processo e de seus personagens, identificando alguns momentos centrais que vivenciou essa agremiação durante a conjuntura analisada e as suas relações com o sistema partidário e a ditadura, não apenas pela ótica da ditadura militar, mas também a partir da perspectiva de seus políticos. A partir deste exame, pretende-se demonstrar que o MDB pernambucano passou por uma importante transformação ao longo de seus 14 anos de existência, que acarretou significativa mudança de orientação e atuação da legenda, migrando de uma posição moderada quase imobilista para um partido guarda-chuva que deu abrigo e serviu de canal de expressão para diferentes segmentos da esquerda local. Nesse sentido, percebe-se a existência de duas fases na trajetória da agremiação: a primeira que correspondeu aos anos de 1966 a 1971, quando a moderação foi a linha oficial adotada pela legenda; e a segunda que compreendeu o período de 1971 a 1979, quando, a partir do ingresso de um grupo jovem e combativo de políticos, o partido adotou uma postura mais incisiva na luta contra a ditadura, na contestação da ordem vigente e na defesa do retorno ao Estado democrático no país.

Palavras-chave: Regime militar brasileiro. Bipartidarismo. Movimento Democrático Brasileiro.

ABSTRACT

The present thesis aims to analyze the performance of the official opposition party to the military dictatorship in Pernambuco, the Brazilian Democratic Movement (MDB), during the bipartisan system that operated in Brazil between 1965 and 1979. In this study, it is sought to reconstitute the trajectory of the legend, locating the actors of this process, characterizing the groups, their experiences, networks of relations and political strategies, rescuing the memory of a process and its characters, identifying some central moments that this association experienced during the analyzed conjuncture and its relations with the party system and the dictatorship, not only from the perspective of the military dictatorship, but also from the perspective of its politicians. From this examination, it is intended to demonstrate that the MDB of Pernambuco underwent an important transformation during its 14 years of existence, which led to a significant change of orientation and performance of the legend, migrating from a moderate almost immobility position to an umbrella party that sheltered and served as a channel of expression for different segments of the local left. In this sense, we can see the existence of two phases in the trajectory of the association: the first that corresponded to the years 1966 to 1971, when moderation was the official line adopted by the legend; and the second comprised the period from 1971 to 1979, when, starting from the entry of a young and combative group of politicians, the party adopted a more incisive stance in the struggle against the dictatorship, in the contest of the current order and in defending the return of the democratic state in the country.

Keywords: Brazilian military regime. Bipartisanship. Brazilian Democratic Movement.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABI	Associação Brasileira de Imprensa
ACO	Ação Católica Operária
AI	Ato Institucional
AIB	Ação Integralista Brasileira
ALN	Aliança Nacional Libertadora
ANL	Aliança Nacional Libertadora
AOR	Arquidiocese de Olinda e Recife
APEJE	Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano
APML	Ação Popular Marxista-Leninista
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ASI	Assessorias de Segurança e Informações
BB	Banco do Brasil
BNH	Banco Nacional da Habitação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBA	Comitê Brasileiro pela Anistia
CDES	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CEBRADE	Centro Brasil Democrático
CEBRAP	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CEDAC	Centro de Ação Comunitária
CEDEC	Centro de Estudos de Cultura Contemporânea
CEHIBRA	Coordenação-Geral de Estudos da História Brasileira Rodrigo Melo Franco de Andrade
CEMVDHC	Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha
CIDAS	Centro de Informação, Documentação e Análise Sindical
CIE	Centro de Informações do Exército
CIEx	Centro de Informações do Ministério das Relações Exteriores
CISA	Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica

CNV	Comissão Nacional da Verdade
CODI	Centro de Operações de Defesa Interna
COREG	Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal
CSN	Conselho de Segurança Nacional
CSR	Comando Supremo da Revolução
DOI	Destacamento de Operações Internas
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DP	Diário de Pernambuco
DPF	Departamento de Polícia Federal
DSI	Divisão de Segurança e Informações
DUO	Diário Oficial da União
ESG	Escola Superior de Guerra
FESP	Fundação de Ensino Superior de Pernambuco (atual UPE)
FIEPE	Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNDAJ	Fundação Joaquim Nabuco
GGPOC	Gerência Geral de Polícia Científica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPM	Inquérito Policial Militar
JAC	Juventude Agrária Católica
JC	Jornal do Commercio
JOC	Juventude Operária Católica
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
PAEG	Plano de Ação Econômica do Governo
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PIB	Produto Interno Bruto
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPGH	Programa de Pós-Graduação em História

PSD	Partido Social Democrático
PSP	Partido Social Progressista
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RMR	Região Metropolitana do Recife
SAB	Sociedades Amigos de Bairro
SNI	Serviço Nacional de Informações
STF	Supremo Tribunal Federal
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
TRT	Tribunal Regional do Trabalho
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UDN	União Democrática Nacional
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UNICAP	Universidade Católica de Pernambuco

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	O MDB COMO FIADOR DE LEGITIMIDADE: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS.....	29
3	ANOS DE INCERTEZA: O GOLPE NA ESQUERDA E A ORGANIZAÇÃO DO MDB EM PERNAMBUCO (1964-1970).....	43
3.1	1964: O PRIMEIRO CICLO DE CASSAÇÕES E O DESMANTELAMENTO DA ESQUERDA.....	43
3.2	1965: O AI-2 E A EXTINÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS.....	84
3.3	1965/1966: A INVENÇÃO DO BIPARTIDARISMO.....	101
3.3.1	A formação do MDB.....	105
3.3.2	A formação da ARENA.....	132
3.4	1966: JOGADAS POLÍTICAS, DERROTAS ELEITORAIS E O SEGUNDO CICLO DE CASSAÇÕES.....	137
3.5	1968: A MUNICIPALIZAÇÃO DO MDB.....	173
3.6	1968: A OFENSIVA DAS OPOSIÇÕES E A EDIÇÃO DO AI-5.....	185
3.7	1968/1970: O PARLAMENTO EM SUSPEIÇÃO E O TERCEIRO CICLO DE CASSAÇÕES.....	206
4	ANOS DE TRINCHEIRA: OS COMBATIVOS NA RESISTÊNCIA E A	

	REORGANIZAÇÃO DO MDB EM PERNAMBUCO (1970-1974).....	289
4.1	AS ELEIÇÕES DE 1970 E A “CARTA DO RECIFE” (1971).....	289
4.2	GANHANDO O MDB: OS COMBATIVOS NOS BASTIDORES DO PARTIDO.....	324
4.3	SAINDO DA TRINCHEIRA: A CAMPANHA DE 1974.....	352
4.4	A REBELDIA DAS URNAS: A SURPREENDENTE VITÓRIA DO MDB.....	388
5	ANOS DE BATALHA: OS COMBATIVOS NA LUTA CONTRA OS CASUÍSMOS DA DITADURA (1974-1979).....	406
5.1	INDO PARA BATALHA: A CAMPANHA DE 1978.....	406
5.2	OS SIGNIFICADOS DE 1978: DERROTA COM SABOR DE VITÓRIA.....	422
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	436
	REFERÊNCIAS.....	440

1 INTRODUÇÃO

O objetivo da presente Tese é analisar a atuação do partido oficial de oposição à ditadura militar, em Pernambuco, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), durante o sistema bipartidário que funcionou no Brasil entre 1965 e 1979².

Busca investigar tal agremiação partidária por dentro (sua composição, estrutura, filiados e dirigentes, lutas internas entre tendências ou dirigentes, desenrolar de congressos, mecanismos de funcionamento etc.), localizando os atores desse processo, caracterizando os grupos, suas experiências, redes de relações e estratégias políticas; tenta resgatar a memória de um processo e de seus personagens; e identificar alguns momentos centrais que vivenciou essa legenda durante a ditadura militar: o seu nascimento com o sistema bipartidário imposto pelos militares; a dificuldade nos anos iniciais de se firmar como oposição; as vitórias e derrotas eleitorais; e, por fim, as suas relações com o sistema partidário e o regime, não apenas pela ótica dos militares, mas também a partir da perspectiva de seus políticos.

Ao propormos escrever a trajetória do MDB em Pernambuco, estamos levando em conta, parafraseando Lucilia Neves Delgado, que “[...] *essa é ‘história de um grupo social’, mas que ‘esse grupo não é isolado: tem amigo, afins, adversários, inimigos’, e que ‘só do quadro completo de todo o conjunto social e estatal (e frequentemente com interferências internacionais) resultará a história de um determinado partido’*”³.

Ao longo de nossa investigação, constatamos que o MDB pernambucano passou por uma importante transformação no curso de seus 14 anos de existência. Migrou de uma posição moderada quase imobilista para uma incorporação efetiva da luta oposicionista contra a ditadura militar. Nesse sentido, percebemos a existência de duas fases na trajetória do MDB em Pernambuco, as quais acarretaram significativa mudança de orientação e atuação da legenda durante a conjuntura analisada.

A primeira fase correspondeu aos anos de 1965 a 1970, quando a “moderação” foi a linha oficial adotada pelo partido – embora tenha existido ações pontuais bastante aguerridas

² O sistema bipartidário foi implantado no país através do Ato Complementar nº 4, de 20 de novembro de 1965, e abolido no dia 20 de dezembro de 1979, por meio da Lei da Reforma Partidária (Lei nº 6.767) que extinguiu o MDB e a ARENA, os dois partidos criados pela ditadura. A estrutura do trabalho baseou-se, portanto, em periodização e cronologia orientadas pela instituição e extinção do sistema bipartidário, sem, contudo, deixar de ressaltar alguns contextos, como o das eleições ocorridas entre os anos de 1966 e 1978 e do Seminário do Recife (1971), que tiveram papel específico na história do MDB pernambucano.

³ DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)**. 2. ed. São Paulo: LTr, 2011, p. 24.

por parte de alguns emedebistas. O modo abrupto e artificial como foi formado o MDB em Pernambuco teve como consequência três características:

- em primeiro lugar, o partido não se constituiu em um “partidos de massas”, mas sim “de quadros”, na definição clássica de Maurice Duverger ⁴;
- em segundo lugar, cassadas as principais lideranças da esquerda pernambucana, a sigla foi formada basicamente por políticos moderados do antigo regime;
- e, em terceiro lugar, acabou sendo praticamente inexistente a renovação, a rotatividade ou o ingresso de novos quadros ao MDB em seus anos iniciais.

Até o início da década de 1970, era raro encontrar no MDB, novos políticos e militantes, políticos jovens, de origem popular ou que tivessem vindo da base. Entre 1965 e 1970, constituíram e dominaram o MDB e a ARENA, uma geração de políticos do regime político anterior que já haviam exercido sucessivos mandatos eleitorais nas mais diferentes esferas. Embora heterogêneos ⁵, eram todos homens do ramo político, que já tinham tido um aprendizado eleitoral em seus estados e municípios e traziam suas experiências para dentro da agremiação. Neste sentido, embora trabalhemos com um partido oficial de oposição criado pela ditadura, será bastante comum encontrar nesta Tese recorrentes menções a conhecidos “lobos e raposas políticas” que dominaram a cena política pernambucana durante o interregno democrático (1945-1964). Afinal de contas, como argumentou Alessandra Carvalho, a legislação autoritária imposta pelos militares sobre o sistema político-eleitoral brasileiro “[...]”

⁴ Maurice Duverger distinguiu, no início dos anos 1950, os partidos políticos em função de sua origem. De acordo com o autor, existiam dois “tipos” de partidos políticos: os “partidos de massa” e os “partidos de quadros”. Para ele, eram atributos para ser considerado um “partido de massa”: nascer fora dos meios políticos tradicionais (do parlamento); ser organizado sobre movimentos sociais ou políticos autônomos; ter uma organização intensa; uma forte articulação estrutural; uma centralização nacional; rigorosos requisitos para filiação; entre outras questões. Apesar de ter sido um partido de oposição ao regime militar brasileiro, esses atributos não foram encontrados no MDB. Por isso, utilizando as categorias apontadas por Duverger, consideramos o MDB como um “partido de quadros”, pois teve uma nítida origem parlamentar, congregando notáveis personalidades políticas e não as massas populares em si; não era homogêneo em sua ideologia; foi criado de cima para baixo, de dentro para fora do sistema político, com pouca presença de pessoas de fora do meio político tradicional; valorizava a qualidade e não a quantidade de seus filiados etc. Para um melhor entendimento sobre essa distinção, ler: DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

⁵ Embora em seus anos iniciais, o MDB tenha congregado um leque extenso e heterogêneo de filiados e, com isso, a agremiação tenha se mostrado, em certo sentido e em diversas oportunidades, com um caráter de “frente política”, neste trabalho, não consideraremos o MDB como uma “frente política” nos moldes tradicionais, mas sim como um partido político, na definição dada por Sartori, uma vez que o MDB possuía claramente uma organização e estrutura formais. Para Sartori, “*Um partido é qualquer grupo político identificado por uma sigla oficial que se apresenta nas eleições, sendo capaz de lançar, através de eleições (livres ou não), candidatos a cargos públicos*”. SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistemas partidários**. Brasília: Universidade de Brasília/Zahar, 1982, p. 63.

*instituiu uma nova moldura político-institucional, mas de maneira nenhuma significou a anulação das histórias partidárias e individuais até ali construídas”*⁶.

Formado nesse contexto *sui generis*⁷, o MDB pernambucano, por uma estratégia de sobrevivência política, acabou optando, em seus anos iniciais, por fazer uma oposição mais tímida ao regime militar instalado no país. E isso se deu, entre outros motivos:

- pela rápida formação do partido, que dificultava a estruturação de um projeto político uno e consolidado;
- pelo medo constante dos integrantes da legenda com a repressão e os expurgos;
- pelo fato de o MDB ter sido coabitado por parlamentares que não haviam sofrido as cassações e, portanto, desfalcado de seus quadros mais aguerridos⁸;
- e, principalmente, pelo fato de a legenda ter sido constituída em um espaço político de uma ampla gradação de posições ideológicas⁹.

A forma moderada do MDB conduzir a luta política em seus iniciais era tamanha que a imprensa pernambucana e significativa parcela da sociedade pernambucana não viam real diferença entre a ARENA – a sigla governista – e o MDB – legenda de oposição. Vários editoriais e cronistas políticos da época tratavam as eleições da época como apenas uma continuidade de antigas disputas por espaços de poder e redutos eleitorais na capital e no

⁶ CARVALHO, Alessandra. Arena e MDB: gerações políticas e trajetórias partidárias na ditadura civil-militar. In: ZACHARIADES, Grimaldo Carneiro (Org.). **1964: 50 anos depois a ditadura em debate**. Aracaju: EDISE, 2015, p. 324.

⁷ Chamamos de contexto *sui generis*, pois, como é sabido, O MDB e a ARENA, os dois partidos que dominaram a cena política brasileira durante quatorze anos, entre 1965 e 1979, não nasceram de um lento processo histórico de lutas ou da associação espontânea de pessoas com interesses, ideias e objetivos comuns dispostos a criar um partido político, assim como não nasceram das tradicionais e complexas lutas para a conquista do número mínimo de filiados e de quadros políticos para a concessão de registro exigida tradicionalmente pela legislação eleitoral brasileira. Os dois partidos foram criados, artificial e arbitrariamente, pelos formuladores políticos do regime militar, que implantaram uma reforma partidária que ensejou à extinção dos partidos do antigo regime e à instituição de um sistema bipartidário no país. Como escreveu Lucia Grinberg: “[...] a dissolução do sistema partidário existente entre os anos de 1945 e 1965 não foi o resultado de uma espécie de evolução “natural” advinda do enfraquecimento do sistema, mas uma intervenção autoritária e casuística que contou com resistências consideráveis. Tal intervenção foi realizada imediatamente após as eleições de 1965, quando os partidos e o eleitorado demonstraram que movimento de 1964 não havia superado a autonomia e a força das legendas junto ao eleitorado e que outro poderia ter sido o curso da política se os “antigos” partidos não tivessem sido destruídos como o foram”. GRINBERG, Lucia. **Partido político ou bode expiatório**: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1965-1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009, p. 62.

⁸ A este respeito, a pesquisadora Maria D’Alva Kinzo argumentou: “O núcleo potencial de oposição parlamentar ao regime militar ficou seriamente debilitado com a expulsão de um grande número de políticos que se opuseram ao golpe de 1964. Ao mesmo tempo, facções oligárquicas rivais nos estados, preferiram coexistir ‘pacificamente’ dentro do partido do governo, ao invés de unir-se ao MDB, cujo destino parecia reserva-lhe a exclusão permanente dos círculos de poder”. KINZO, Maria D’Alva. **Oposição e autoritarismo**: gênese e trajetória do MDB (1966-1979). São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988, p. 32-33.

⁹ Como se verá nesta tese, o MDB foi formado por forças (ou seja, partidos do período pré-golpe) outrora rivais, que foram obrigados, em virtude da conjuntura do momento, a se agruparem em uma mesma sigla, tendo em seu interior as mais variadas posições político-ideológicas.

interior e não como um embate entre Estado e oposição, entre militares e classe política. Assim, escreveu, por exemplo, à época, em um tom jocoso, um conservador cronista político do *Diário de Pernambuco*:

Antigamente pelegos, corruptos, comunistas, et caterva, estavam espalhados pelo PTB, PSD, UDN, PSP, PTN, PRP, PSB, PDC, PR e outros Ps. Agora o negócio ficou mais simples. Políticos honestos e políticos salafreiros se dividem apenas em dois grupos. Os mais sabidos, pularam logo pro lado do governo. E formam a ARENA. Os mais recalçados, revoltosos e complexados, ficaram num tal de MODEB, que é a mesma coisa ¹⁰.

A segunda fase do MDB pernambucano compreendeu o período de 1971 a 1979, quando o partido adotou uma postura mais incisiva na luta contra o regime militar, na contestação da ordem vigente e na defesa do retorno à democracia no país. Ao longo da década de 70, o MDB constituiu-se como expressão aglutinadora do frentismo que mobilizou diversos setores na luta pela redemocratização.

As modificações e continuidades constantes dessa etapa de transição e transformação política do MDB pernambucano nos levaram a questionar como uma “oposição tolerada”, um partido criado pelo regime com o objetivo de funcionar apenas para dar legitimidade ao sistema, tornou-se numa legenda aguerrida contra a ditadura, dando abrigo e servindo de canal de expressão para diferentes segmentos da sociedade pernambucana?

Em outras palavras, como um partido, criado *manu militari*, de cima para baixo, que teve uma atuação frágil e moderada em seus anos iniciais, se tornou, na década de 1970, uma importante e atuante agremiação de oposição, tornando-se depositária das esperanças de inúmeras pessoas na luta pela redemocratização política do Brasil? ¹¹

Esses são alguns questionamentos que estão presentes nesta Tese e que igualmente inspiram a construção de algumas hipóteses de trabalho. A primeira e mais geral é a de que o MDB pernambucano nascera e evoluíra, entre os anos de 1965 e 1970, profundamente marcado pela influência das lideranças do antigo regime, que agiam sob o princípio da prudência e da moderação, tendo, contudo, assumido posições nitidamente mais combativas

¹⁰ BARBOSA, Severino. Retratos da cidade. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 17, 2 jan. 1966.

¹¹ É importante ressaltar que, mesmo passando para uma postura mais combativa, o MDB sempre apostou na importância da atuação legal e da abertura de espaços democráticos por dentro. Ou seja, o MDB trafegou sempre no sentido de, utilizando-se das pouquíssimas brechas do regime, abrir fendas e consolidar espaços para implantação de sua política democrática. A essa dialética, Antonio Pojo Rego escreveu: “*Através das ações do Legislativo, o regime burocrático-autoritário ganhou um grau de aceitação na opinião pública interna e externa. Por outro lado, ele também permitia à oposição política ter acesso a recursos que não estariam ao seu alcance caso não operasse no seio de uma instituição legal como o Legislativo*”. REGO, Antonio Carlos Pojo. **O Congresso brasileiro e o regime militar (1964-1985)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p. 284.

na luta contra a ditadura, a partir de 1971, quando da entrada e crescimento de um grupo jovem, universitário e combativo de políticos e militantes, até então afastados da política partidária, que deu ânimo e forças à “resistência democrática à ditadura militar”¹². Este grupo jovem de políticos, usando o MDB como espaço político disponível de protesto, se empenhou em transformar o Brasil em um país democrático, onde não existisse apenas o direito ao voto, mas também a conquista de direitos fundamentais ao homem.

Como segunda hipótese de trabalho, sugerimos que o MDB pernambucano passou, ao longo de sua trajetória, por um processo de mudança em seu comportamento e em sua atuação política, levando muito em conta os movimentos pendulares de abertura e fechamento do regime – os chamados momentos de compressão e descompressão do estado de exceção¹³ –, mas também como consequência de sua própria auto-avaliação e crítica interna, que remodelaram a postura, a prática e o discurso da legenda no combate à ditadura. Isto é, o processo de transformação pelo qual passou o MDB foi resultado de um processo dinâmico de interação entre o partido e a ditadura, mas também fruto de uma mudança radical de enfoque político da legenda.

Nessa questão, abrimos uma forte discordância com Maria D’Alva Kinzo, quando a autora pontuou que o espaço de ação do MDB no sistema político-autoritário dependeu

¹² Utilizamos aqui a expressão “resistência democrática à ditadura militar” de James Green, ao pontuar uma série multifacetada de iniciativas de oposição ao regime militar, conduzida por militantes políticos que se desencantaram ou nunca acreditaram na luta armada e que, portanto, não tinham a marca da clandestinidade. No caso brasileiro, embora ocupasse, quase sempre, o terreno da oposição consentida ou legal, a resistência democrática não estava necessariamente isenta dos riscos inerentes à repressão. GREEN, James N. **Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 13.

¹³ Ao longo da pesquisa, evidenciamos que, as relações entre o MDB e o regime não foram lineares, mas variaram muito no tempo e assumiram graus variados de intensidade e de intervenção governamental. Além disso, constatamos que, ao passo que o MDB provocava fissuras e abria espaços no regime, partindo para uma crítica mais contundente à ditadura, o partido se utilizava dessas fissuras e dos espaços abertos (por ele próprio, pelo Estado e pelos movimentos sociais) para fazer sua campanha política e promover seu crescimento. Ou seja, à medida que o MDB ia se tornando, ao longo dos anos, mais combativo, ele atraía a inserção de novos quadros. Esta inserção, o tornava ainda mais combativo, levando, por sua vez, a inserção de mais quadros a seu interior. Em outras palavras, à medida que o MDB abastecia a luta pela redemocratização política do país, ele era abastecido por essa mesma luta. Como se pode perceber, a complexa relação estabelecida entre o MDB pernambucano e a ditadura militar foi essencialmente “dialética”. Baseando-nos em Michael Löwy, o conceito de “dialética” será empregado, portanto, para designar esse processo dinâmico de interação pelo qual cada parte da totalidade vê-se transformada e reconstituída pela outra. De acordo com Michael Löwy: “*Uma análise dialética é sempre uma análise das contradições internas da realidade. [...] existe um enfrentamento permanente entre as ideologias e as utopias na sociedade correspondendo, em última análise, aos enfrentamentos das várias classes sociais ou grupos sociais que a compõe. Em nenhuma sociedade existe um consenso total, não existe simplesmente uma ideologia dominante, existem enfrentamentos ideológicos, contradições entre ideologias, utopias ou visões sociais de mundo conflituais, contraditórias*”. LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista**. São Paulo: Cortez, 2000, p. 16.

basicamente dos limites estabelecidos pelo regime. Para ela, “[...] não era o MDB, mas o governo, quem definia o espaço de ação política reservado para o partido”¹⁴.

Defendemos, por outro lado, que, embora o espaço de atuação do MDB pernambucano tenha dependido, na maioria das vezes, dos limites estabelecidos pelo regime, o partido excedeu e rompeu, em diversas ocasiões, tais barreiras e assumiu uma posição mais aguerrida, de claro ataque ao governo.

Defendemos, portanto, que muito da eficácia (assim como do fracasso) do MDB pernambucano foi decorrente dos próprios caminhos tomados por seus integrantes ao longo da história da agremiação e não apenas como consequência dos ditames do regime militar. E esse fato é importante ser destacado para que não corramos o risco de considerar a agremiação partidária como uma organização imobilista, passiva e amorfa, que foi manipulada e seguiu unicamente o caminho imposto pelo regime.

A Tese se utilizou fundamentalmente de literatura geral e especializada relativa ao tema, fonte jornalística da época (*Diário de Pernambuco* e *Jornal do Commercio*), documentos oficiais do governo e do partido (ata de fundação, atas das reuniões semanais, atas das convenções nacionais, programas e estatutos do partido, registro de notas oficiais divulgadas na imprensa, lista de filiação) e entrevistas de políticos do MDB e ARENA. Além desta introdução (Capítulo 1), a Tese é composta de quatro capítulos:

No Capítulo 2 – **O MDB como fiador de legitimidade: algumas considerações teóricas** – analisamos a criação e a permanência do MDB dentro do sistema político da ditadura e a existência de eleições periódicas nas quais a agremiação fez questão de participar como processos que, paradoxalmente, conferiam legitimidade interna e externa à ditadura – muito embora o MDB e as eleições não possam ser reduzidas a essa perspectiva, uma vez que, em diversas vezes, o partido excedeu os limites a ele impostos. Este capítulo não busca fazer uma análise total ou globalizante do acerca do processo de legitimação do Estado brasileiro durante o regime militar, mas chamar atenção para algumas de suas especificidades, com o intuito de oferecer uma compreensão mais refinada do sistema político-eleitoral dos anos que vão de 1965 a 1979, período em que o bipartidarismo esteve em voga em Pernambuco.

No Capítulo 3 – **Anos de incerteza: o golpe na esquerda e a organização do MDB em Pernambuco (1964-1970)** – procuramos entender a dinâmica político-partidária pernambucana pós-golpe de 1964 e analisar a trajetória do MDB no contexto de formação do bipartidarismo, partindo do pressuposto de que a forma como uma legenda nasce é importante

¹⁴ KINZO, op. cit. (1988), p. 87.

para a compreensão de sua dinâmica posterior e suas clivagens internas. Assim como também buscamos entender as principais mudanças internas pelas quais passou o MDB até a conjuntura eleitoral de 1970, quando a agremiação passou por uma grave crise que colocou em xeque a própria continuidade do partido.

Neste capítulo, dedicamo-nos, também, à análise das cassações de mandatos eletivos executadas pela ditadura militar em Pernambuco. Ao debruçarmos sobre o delicado e complexo tema das cassações, acabamos por identificar três ciclos de punições ocorridas após o golpe de 64 (o primeiro de 1964 a 1966; o segundo de 1966 a 1968; e o terceiro de 1968 a 1970). Cada ciclo ensejou uma enorme gama de punições que variaram entre cassação de mandatos eletivos e suspensão de direitos políticos. Observamos também que três atos institucionais decretados em nome da “Revolução” marcaram o início de cada ciclo político e deram a base legal para a onda de autoritarismo e arbitrariedade de cada ciclo ¹⁵:

- “primeiro ciclo de cassações (1964-1966)” – pautado pelo chamado Ato Institucional nº 1 (AI-1), de abril de 1964 – caracterizou-se pelo expurgo de pessoas politicamente ligadas a governos anteriores, especialmente os governos de Miguel Arraes e João Goulart. Neste ciclo, 349 pessoas tiveram seus direitos políticos suspensos por 10 anos ou perderam seus mandatos eletivos;
- “segundo ciclo de cassações (1966-1968)” – pautado pelo Ato Institucional nº 2 (AI-2), de outubro de 1965 – caracterizou-se pelo desmantelamento do sistema político-eleitoral do antigo regime como forma de tolher qualquer tipo de (re)organização das forças de esquerda. Neste ciclo, 386 pessoas tiveram seus direitos políticos suspensos por 10 anos ou perderam seus mandatos eletivos.
- “terceiro ciclo de cassações (1968-1970)” – pautado pelo Ato Institucional nº 5 (AI-5), de dezembro de 1968 – caracterizou-se pelas campanhas de busca e detenção em escala nacional estendidas a setores da população até então não atingidos. Neste ciclo, 349 pessoas tiveram seus direitos políticos suspensos por 10 anos ou perderam seus mandatos eletivos.

Como se percebe, paradoxalmente, esses ciclos punitivos da ditadura ocorreram justamente durante o que denominamos de primeira fase do partido (1965-1970) – que, como destacamos, foi marcada pela postura “moderada” na atuação. E esse aparente paradoxo pode

¹⁵ Ao propormos tal esquema, estamos plenamente conscientes do caráter altamente problemático – quando não artificioso – de que se revestem essas classificações. Ao fazê-lo aqui, move-nos, contudo, o interesse de situar alguns momentos centrais que prevaleceram na vida da entidade. *Ipsa facto* queremos dizer que não devem ser entendidos como divisões rígidas, estanques e claramente identificáveis.

ser explicado pelo fato de que, embora o partido tenha adotado a linha oficial moderada, isso não significou dizer que tal período tenha sido de letargia ou de submissão completa de seus integrantes aos ditames da ditadura. Em momentos de intensificação do autoritarismo como, por exemplo, nos imediatos pós-edição do Ato Institucional nº 2 (AI-2), em 1965, e do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 1968, quando o governo recrudescer o sistema político-eleitoral, o MDB teve o seu campo de atuação, quase que por completo, tolhido. Porém, mesmo com o espaço diminuto, o MDB não se calou, não se curvou, nem deixou de tentar abrir fendas no muro de terror e de autoritarismo que aparentemente se apresentava intransponível. Em momento de pleno terror, o MDB se comportou como uma pequena fissura numa barragem, que buscava erodir, pouco a pouco e sutilmente, o rígido concreto da ditadura.

A análise feita neste capítulo sobre o sistema político-eleitoral ¹⁶ terá o intuito de mostrar os complexos problemas que envolvem a compreensão da atuação do MDB durante o regime militar. O movimento dinâmico e contraditório que caracterizou a relação entre ditadura e oposição, naquele momento histórico, pressupõe a análise dos antecedentes da esquerda pernambucana; da formação abrupta e artificial da agremiação oficial de oposição; do andamento desse partido em seus anos iniciais; das diferentes práticas que o instituiu, os espaços políticos onde germinaram e as linguagens por ele perpassadas e produzidas.

A maioria dessas questões será abordada ao longo deste capítulo, e, pelo exposto, será possível perceber que cada ciclo de cassações ocorrido durante a ditadura se relacionou à própria conjuntura da época sempre envolvida com processos conflituosos entre forças internas e externas ao regime. É importante que se diga isso, pois a ditadura brasileira não foi um regime unívoco, com projeto de governo instalado logo estabelecido o golpe de 1º de abril de 1964, mas sim um processo contraditório de compreensão e descompressão, repleto de conflitos internos, que influenciou a forma pela qual as forças de oposição se conduziram ao longo do regime.

¹⁶ O cientista político Olavo Brasil Júnior adverte os pesquisadores a atentarem às particularidades do sistema político-eleitoral em cada estado da federação e não ficarem presos ao estudo desse sistema em uma perspectiva meramente nacional. Para ele, os que se debruçam sobre esse tema devem, entre outros pontos, levar em consideração os seguintes pressupostos: “*Primeiro, a existência de grande diversidade entre os estados, considerando suas condições econômicas, políticas e sociais que, obviamente, afetam a competição eleitoral. Além disto, a evolução histórica e os processos da organização de cada partido variavam de estado para estado, e isso nos leva a afirmar que o sistema partidário não apresentou as mesmas características, nem ao longo do tempo, nem em todos os estados. Ao contrário, tal sistema como um todo passou por um processo contínuo de mudanças e, ao mesmo tempo, atuou de maneira diferente em cada estado e em cada nível de competição, pois sua estrutura dependia das condições locais de disputa eleitoral*”. LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. **Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional, 1945-1964**. Rio de Janeiro: Graal, 1983, p. 23.

Em cada fase do regime, os emedebistas trataram de testar os limites impostos pela ditadura. A relação do MDB com a ditadura, por exemplo, foi dialética, à medida que tanto as estruturas do regime quanto do partido transformaram-se permanentemente à mercê das tentativas de cada parte para controlar, conter ou modificar a outra. Um verdadeiro jogo de xadrez. Os partidos políticos, portanto, devem ser vistos como sujeitos da história, isto é, ao mesmo tempo em que a constrói, constroem a si próprios.

No capítulo 4 – **Anos de trincheira: os combativos na resistência e a reorganização do MDB em Pernambuco (1970-1974)** – buscamos analisar a atuação do MDB pernambucano no início da década de 1970, mais especificamente entre 1970 e 1974, anos de contexto político conturbado no país. Contexto este que fora marcado pela atuação das organizações políticas clandestinas, pelo “milagre econômico” e pela ação repressiva dos militares. Esse período suscitou – através do produtivo e silencioso trabalho de bastidores de um grupo “combativo” de políticos – uma significativa mudança no interior do MDB pernambucano, transformando a atuação parlamentar em um campo legítimo de luta pelo fim da ditadura e o MDB num escoadouro das insatisfações em todos os níveis.

Ao se discutir a atuação do MDB durante os anos 1970 um fato sempre lembrado por políticos da época e historiadores é a presença do “Grupo Autêntico” no interior do partido. Apesar de conhecida, a nomenclatura “autênticos” é bastante confundida nos livros de história, na grande imprensa e, até mesmo, nos círculos políticos. Não há definição clara e unânime sobre o que realmente seja esse grupo. Alguns denominam “autênticos” todos aqueles políticos emedebistas que assumiram clara posição de confronto com a ditadura nos anos 70¹⁷; outros, por sua vez, caracterizam os “autênticos” como um grupo de 23 deputados federais do MDB, eleitos em 1970, que encamparam a “anti-candidatura” de Ulysses Guimarães (MDB-SP) à presidência da República nos anos de 1973 e 1974. Em ambas as linhas de raciocínio, os “autênticos” são interpretados como o grupo corajoso e criativo de políticos emedebistas mais identificados com as esquerdas que, em um momento tão adverso, empurraram o MDB para uma oposição firme, “autêntica” contra a ditadura.

¹⁷ Foi o caso, por exemplo, do jornalista Evandro Paranaguá. A ele é atribuído a criação do termo “autêntico”. Trabalhando no jornal *O Globo* no início dos anos 1970, Paranaguá foi o responsável pela a cobertura do já citado Seminário do MDB, realizado no Recife, em julho de 1971. Paranaguá contou que criou essa alcunha como uma estratégia política proposital de iniciar a divulgar, nacionalmente, o trabalho desse grupo de parlamentares emedebistas. Outros jornalistas taxavam esse grupo de “radicais”, o que, pela conotação pejorativa do termo, causava repulsa ou pouca adesão da classe média. Para ele, a definição “grupo autêntico do MDB” era mais suave, verdadeira e agregaria um maior valor à causa desse grupo. Cf. Depoimento do jornalista Evandro Paranaguá em: **Jornalistas**. Direção de Marco Aurélio Bittencourt. São Paulo: Konim Vídeo, 2009. DVD (51 min.): NTSC, son., color.

É importante ressaltar que, além da indefinição sobre o que tenha sido o grupo dos autênticos, há ainda uma divergência quanto ao número exato parlamentares que integraram esse grupo. “*O grupo autêntico não chegou a ter uma delimitação perfeita. Parlamentares surgiam como mais ou menos autênticos a depender do momento político e da questão em pauta*”¹⁸. O pernambucano Fernando Lyra, um dos deputados autênticos, afirmou que o grupo era constituído de 13 deputados, mas que, em votações importantes, contava com o apoio de outros parlamentares do partido, ampliando seu raio de ação conforme a conjuntura política ou a ocorrência de determinados episódios¹⁹. Alencar Furtado (MDB-CE), outro deputado que integrou “os autênticos”, afirmou que o grupo era formado inicialmente por cerca de 40 políticos, mas que, ao final, ficou reduzido ao número de 23 parlamentares²⁰. Já a pesquisadora Ana Beatriz Nader trabalhou com a hipótese de serem 23 “autênticos”²¹.

Como se percebe, de modo geral, o número dado ao “grupo autêntico” oscila em torno de 20 membros. A nosso ver, analisando a atuação do MDB durante a década de 1970, esse número é por demais restritivo e não dá conta da complexidade que foi a atuação parlamentar oposicionista durante a ditadura militar. Diversos políticos do MDB pernambucano tiveram, naquele período, extrema relevância na luta contra a ditadura, e, injustamente, seus nomes não constam nas usuais listas de figuras que integraram o “grupo autêntico”.

¹⁸ AZEVEDO, Débora Bithiah de; RABAT, Márcio Nuno. **Parlamento mutilado**: deputados federais cassados pela ditadura de 1964. Brasília: Câmara dos Deputados, 2012, p. 181.

¹⁹ Fernando Lyra afirmou que eram 13 deputados, mas ao relacioná-los chegou ao número de 14 deputados: 1) Marcos Freire (PE), 2) Fernando Lyra (PE), 3) Marcondes Gadelha (PB), 4) Francisco Pinto (BA), 5) Paes de Andrade (CE), 6) Freitas Diniz (MA), 7) Alencar Furtado (PR), 8) Santílio Sobrinho (SP), 9) Freitas Nobre (SP), 10) Getúlio Dias (RS), 11) Alceu Colares (RS), 12) JG de Araújo Jorge (RJ), 13) Lysâneas Maciel (RJ) e 14) Walter Silva (RJ). Cf. Depoimento em: **Marcos Freire – sem ódio e sem medo**. Direção de Marcya Reis. Brasília: TV Câmara, 2004. DVD (44 min.): NTSC, son., color.

²⁰ “*Nós [os autênticos] éramos minoria dentro do partido. O MDB tinha 87 deputados nós tínhamos cerca de 35 a 40 no começo. Mas, depois o que mesmo que prevaleceu foi 23. [...] Saíram, ou por interesse do próprio MDB gerenciando [sic] junto a eles, ou por interesses outros de seus colégios eleitorais. Porque muitos não se dispunham a este processo de doação, de liberdade de vida. Porque o grupo [dos autênticos] se arriscava ao ponto de não se importar muito. Chamavam-nos até de “porra louca”, tamanho atrevimento e ousadia do grupo. [...] Mas, muitos não queriam aquilo, porque a base não admitia*”. Conforme depoimento de Alencar Furtado em: **Alencar Furtado**. [Documentário]. Direção de Marco Aurélio Bittencourt. São Paulo: Konim Vídeo, 2009. DVD (58 min.): NTSC, son., color.

²¹ Para Beatriz Nader, os 23 deputados que formaram o “grupo dos autênticos” foram: Alencar Furtado (CE); Álvaro Lins (CE); Amaury Muller (RS); Eloy Lenzi (RS); Fernando Cunha (GO); Fernando Lyra (PE); Francisco Amaral (SP); Francisco Pinto (BA); Freitas Diniz (MA); Freitas Nobre (MA); Getúlio Dias (RS); Jaison Barreto (SC); Jerônimo Santana (GO); JG de Araújo Jorge (AC); João Borges (BA); Lysâneas Maciel (MG); Marcondes Gadelha (PB); Marcos Freire (PE); Nadyr Rossetti (RS); Paes de Andrade (CE); Severo Eulálio (PI); Santilli Sobrinho (SP) e Walter Silva (RJ). NADER, Ana Beatriz. **Autênticos do MDB, semeadores da democracia**: história oral de vida política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p. 16.

Por isso, a fim de dirimir essa confusão conceitual, utilizaremos nesta Tese a definição de “Grupo Autêntico do MDB”, dada por Ana Beatriz Nader ²², como sendo o grupo de 23 parlamentares que lançaram a “anti-candidatura” de Ulysses Guimarães à presidência da República e que no Colégio Eleitoral se recusaram à votação. E, utilizaremos a expressão “combativos”, para classificar o grupo de aguerridos parlamentares do MDB que fizeram importante trabalho de oposição à ditadura nos anos 1970, utilizando-se das brechas e limites da institucionalidade para pregar os ideais democráticos. Os deputados identificados como “combativos” passaram a se destacar pelos seus discursos e por se posicionarem contra a inércia parlamentar dominante no Congresso Nacional e na Assembleia Estadual de Pernambuco (ALEPE). Foi graças ao desempenho político dos “combativos” que a ditadura militar encontrou o primeiro efetivo obstáculo à sua atuação autoritária e contrária aos interesses nacionais de desenvolvimento econômico e justiça social ²³.

No Capítulo 5 – **Anos de batalha: os combativos na luta contra os casuísmos da ditadura (1974-1979)** – analisamos o processo evolutivo pelo qual passou o MDB no período compreendido entre a vitória nas eleições de 1974 e os últimos meses de 1979, quando, por força de lei, o MDB passou a se chamar PMDB. Após a vitória nas urnas em 74, o grupo “combativo” passou a ser maioria dentro do MDB pernambucano, empurrando a legenda para uma posição mais combativa contra a ditadura. Este capítulo consta, também, de análises sobre as circunstâncias e transformações políticas, no plano governamental, nas relações com o partido governista, e entre partido-ditadura, partido-organizações da sociedade civil.

Mas, enfim, fica a pergunta: por que estudar a trajetória do MDB em Pernambuco?

Uma série de considerações parece justificar o nosso propósito. O primeiro motivo diz respeito à necessidade e o compromisso ético de se estudar a temática. A nosso ver, analisar a história do MDB pernambucano é analisar a ditadura em Pernambuco sob um ponto de vista particular, destacando um de seus aspectos característicos ²⁴. Por sua posição política em

²² NADER, op. cit. (1998).

²³ Portanto, neste trabalho, não reduziremos toda verve oposicionista do MDB a apenas 23 pessoas, que tiveram o importante papel de apresentar o documento da “anti-candidatura” de Ulysses no Colégio Eleitoral de 1974. A esses personagens, utilizaremos a nomenclatura de “autênticos” e de “combativos” aos demais políticos que se lançaram à verdadeira luta oposicionista, durante aquele momento tão adverso da política nacional, em pleno regime militar. Isso significa dizer que nem todo “combativo” foi um “autêntico”, mas todo “autêntico” foi, por excelência, um “combativo”.

²⁴ Aqui, baseamo-nos na ideia proposta por Antonio Gramsci: “[...] *pode-se dizer que escrever a história de um partido significa exatamente escrever a história geral de um país, de um ponto de vista monográfico, destacando um seu aspecto característico. Um partido terá maior ou menor significado e peso na medida em que a sua atividade particular pese mais ou menos na determinação da história de um país*”. GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel: a política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984, p. 24-25.

defesa dos direitos humanos e das liberdades democráticas, o MDB sofreu, durante a ditadura, uma série de cassações, espionagem, prisões, torturas, campanhas de difamação, perseguições arbitrárias, censura e assassinatos de boa parte daqueles que Max Weber chamou de “profissionais da política” (aqueles que vivem da política)²⁵.

Diante de uma história de tanta perseguição e arbítrio, o historiador tem, portanto, o compromisso político de registrar a atuação desse partido, que tanto lutou e desempenhou importante papel na luta pela conquista das garantias individuais e constitucionais no país²⁶. “*Muito se estudou sobre a oposição que optou pela luta insurrecional, contudo pouco se sabe acerca de oposição parlamentar*”²⁷. Em um país, portanto, em que o Estado Democrático de Direito se constitui (ainda hoje) como um dramático enigma histórico, estudo das lutas e da vivência política de um partido de oposição a uma ditadura que esteve presente em nosso passado recente são, sem dúvida, autojustificáveis, senão uma necessidade.

A cassação de mandato eletivo em decorrência de ato arbitrário e autoritário, por exemplo, é um tema, de fato, que não agrada a ninguém, tampouco a nós. Existem temas que não agradam a ninguém. Contudo, não podemos nos calar e esquecer os erros e injustiças cometidos pelo Estado brasileiro em nosso passado recente. Podemos dizer que o tema é constrangedor, delicado, mas lançar-lhe um véu não é boa solução²⁸. Melhor, então, enfrentá-lo. Conforme escreveu Rodrigo Patto Motta:

Tratando-se de um contexto histórico marcado pela violência das prisões, tortura e morte abordar faceta menos aguda da repressão pode parecer trabalho deslocado e anódino. Ao contrário, penso que tal perspectiva nos ajuda a construir quadro explicativo mais amplo da experiência autoritária, ao deslocar o foco das situações de confronto e resistência aguda para o cotidiano da repressão. [...] entender como o autoritarismo afetou o dia a dia

²⁵ WEBER, Max. A Política como vocação. In: _____. **Ciência e Política**: duas vocações. São Paulo: Ed. Cultrix, 1993.

²⁶ A este respeito, Maria Hermínia T. de Almeida: destacou: “*Quem quiser entender a maneira como o Brasil saiu do autoritarismo precisa conhecer a trajetória do MDB, de partido formado pelo regime autoritário à organização que se tornou a espinha dorsal da oposição democrática*”. ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Maria D’Alva Kinzo (1951-2008). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 67, 2008, p. 6.

²⁷ NADER, op. cit. (1998), p. 17.

²⁸ Como bem disse o fotógrafo Sebastião Salgado, avaliando a produção de seu trabalho: “*Talvez alguém tenha a impressão de que as fotografias deste livro mostram apenas o lado sombrio da humanidade. Na realidade, é possível vislumbrar alguns pontos de luz nesta penumbra geral. [...] temos a chave do futuro da humanidade, mas para podermos usá-la temos de compreender o presente. Estas fotografias mostram parte deste presente. Não podemos nos permitir desviar os olhos*”. SALGADO, Sebastião. **Êxodos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 14-15.

[...] é tão importante quanto analisar os sucessos e insucessos dos que optaram pelo confronto aberto ²⁹.

Em segundo lugar, para tentar ajudar a reverter ou diminuir o preconceito (infelizmente, ainda existente) a respeito dos estudos que têm os partidos políticos como objetos centrais de análise.

[...] sentimentos antipartidários podem ser considerados uma característica distinta da cultura política brasileira. Na consciência social e no discurso da imprensa, a referência ao artificialismo e à falta de autenticidade dos partidos é muito frequente ³⁰.

Ao escolhermos o MDB como objeto de pesquisa, estamos, também, tentando alargar um campo de estudo – o do campo dos partidos políticos – pouco privilegiado em nossa historiografia. Como argumentou Maria Campello de Souza: “[...] o antipartidarismo é uma norma ideológica vigorosa e assaz enraizada no pensamento político brasileiro” ³¹.

A baixa produção bibliográfica acerca dessa temática é resultado de vários fatores. Para Lamounier, o principal é que – a despeito de se constituírem em organizações fundamentais ao funcionamento de qualquer sistema político democrático – há, no nosso meio acadêmico, uma forte aversão em relação à “cultura partidária”, aos mecanismos de representação política e às instituições políticas de maneira geral, como formalismos insuficientes para a transformação da sociedade ³² – aversão esta, segundo o autor, que é bastante antiga em nosso país ³³.

É importante salientar que existe uma produção bibliográfica muito maior sobre o sistema político brasileiro do que estudos específicos acerca das organizações partidárias

²⁹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os olhos do regime militar brasileiro nos *campi*: as assessorias de segurança e informações das universidades. **Topoi**, v. 9, n. 16, jan.-jun. 2008, p. 33-34.

³⁰ LAMOUNIER, Bolívar; MENEGUELLO, Raquel. **Partidos políticos e consolidação democrática**: o caso brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 10.

³¹ SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976, p. 30.

³² LAMOUNIER, Bolívar. O Brasil autoritário revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura. In: STEPAN, Alfred. **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 88.

³³ O pensador autoritário Oliveira Vianna, por exemplo, é uma prova disso. Ao analisar, nos anos 1940, os partidos políticos da Primeira República o autor sustentava que os partidos políticos seriam instituições artificiais no país, tanto quanto as demais instituições políticas. E essa artificialidade era decorrente da deformação do processo eleitoral, do personalismo, do paternalismo, do clientelismo, do patrimonialismo e do “voto de cabresto”, empecilhos para o bom funcionamento dos partidos políticos no Brasil. “*Um partido político, numa sociedade em que ainda não conseguiu operar a organização das suas classes econômicas, não pode deixar de ser senão uma organização artificial, tão artificial como as organizações que a precederam e, como tal, destinada, mais tarde ou mais cedo, ou a dissolver-se, ou a desviar-se dos seus objetivos superiores*”. VIANNA, Oliveira. **Problemas de política objetiva**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947, p. 140-141.

brasileiras. Durante muitos anos, privilegiou-se analisar a política brasileira sob o olhar conjuntural, colocando os partidos políticos num segundo plano. É óbvio que as análises sobre a estrutura político-partidária são extremamente importantes (e sempre necessárias). Contudo, não se pode deixar de destacar a importância do estudo específico dos partidos políticos como uma forma de compreender a realidade brasileira. Pesquisas focadas nos partidos podem trazer luz, informações mais específicas e ajudar a completar questões que os estudos mais gerais acerca do sistema político-partidários deixam geralmente escapar. Otávio Soares Dulci, por exemplo, fez uma pertinente defesa da importância do estudo dos partidos políticos e uma crítica a sua posição secundária dentro da produção acadêmica:

Ao mesmo tempo que escasseiam trabalhos sobre as conjunturas políticas, quadros em que se pode captar os partidos em ação, têm sido freqüentes as análises gerais, de tipo estrutural, que, por sua própria natureza, privilegiam outras dimensões da realidade social. Em muitos casos, o emprego de proposições teóricas de largo alcance tendeu a ocultar por completo o que poderia haver de esclarecedor na atuação dos agrupamentos partidários. A cadeia causal não lhes deixava espaço, simples resultantes que seriam de determinações tidas como necessárias. Tratar-se-ia, então, de estudar essas determinações, o(s) modo(s) de produção e as relações sociais correspondentes³⁴.

O terceiro motivo, portanto, diz respeito à própria falta de trabalhos/pesquisas acerca de nosso objeto de pesquisa. Embora existam alguns trabalhos locais e nacionais sobre o MDB, não evidenciamos a presença de pesquisas tomando como objeto de análise o Estado de Pernambuco. De acordo com Raymond Aron, os partidos políticos diferem consideravelmente de acordo com as regiões³⁵. Os partidos não têm o mesmo desempenho, inserção e programa em todos os locais. A partir de tal ensinamento, se percebe claramente o risco de se transferir conclusões de trabalhos globais, generalizantes, para estudos locais. O MDB, por exemplo, é o caso de um partido que deve ser analisado especificamente, pois foi construído preservando ao máximo a autonomia das dinâmicas locais, como salientou Célia Melhem: “*O pessedismo provavelmente também inspirou o modelo de organização nacional que o MDB foi consolidando, preservando a autonomia das dinâmicas regionais [...]*”³⁶.

Neste sentido, nossa Tese, que analisa o MDB sob um ponto de vista local, pretende contribuir para a compreensão das singularidades do papel desenvolvido por esse partido em

³⁴ DULCI, Otávio Soares. **A UDN e o anti-populismo no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 1986, p. 13.

³⁵ ARON, Raymond. **Estudos políticos**. 2. ed. Brasília: UnB, 1985, p. 341.

³⁶ MELHEM, Célia Soibelmann. **Políticas de botinas amarelas: o MDB-PMDB paulistano de 1965 a 1988**. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 78.

Pernambuco, como também, em consequência disso, a partir do “local”, enriquecer as pesquisas em nível nacional. Está posto, portanto, o desafio de se debruçar sobre a história e a experiência do MDB em Pernambuco durante os duros anos de regime militar.

Diversas críticas foram feitas ao MDB pernambucano. É verdade que o partido poderia ter lutado e avançado mais; procurado institucionalizar ou impulsionar formas permanentes de participação popular no regime democrático que estava nascendo. Mas não é fácil fazer e ser oposição em uma ditadura. O MDB teve uma trajetória marcada pela perseguição e o arbítrio que sempre dificultaram suas ações.

Por essas questões, independentemente das posições tomadas, não devemos deixar de reconhecer o grau de importância desta experiência política, que, além de ter dado abrigo e servido de canal de expressão para diferentes segmentos da esquerda pernambucana, respeitando as condições do momento e brechas do sistema, conseguiu se impor no cenário, mesmo que limitado em face da rigidez da ditadura. Parafraseando Carlos Drummond de Andrade, assim como a flor, o MDB “furou o asfalto” duro do regime militar ³⁷.

³⁷ ANDRADE, op. cit. (2000), p. 15-16.

2 O MDB COMO FIADOR DE LEGITIMIDADE: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

O objeto central desta pesquisa é a atuação do MDB no Estado de Pernambuco. Isto significa dizer que iremos tratar, ao longo desta Tese, de um partido legal e oficial de oposição durante a ditadura militar. Esta colocação pode parecer uma obviedade, a princípio, mas esconde uma questão que é o fio condutor deste trabalho e que tem suscitado pertinentes indagações por parte de jovens estudantes que não vivenciaram aquele período da história política recente do Brasil. Geralmente, as perguntas mais comuns são as seguintes: Se os militares chegaram ao poder através da força, por que não continuaram a exercê-la exclusivamente? Por que alguns princípios e instituições típicas de regimes democrático-representativos foram preservados? Qual foi o interesse em “legalizar” a ditadura? Por que se preocuparam com o julgamento de opositores políticos em tribunais de segurança? Por que mantiveram abertos, embora perifericamente, alguns canais de participação política, ao mesmo tempo em que construíram um sistema político extremamente fechado no tocante às decisões essenciais? Por que remendaram o sistema eleitoral e continuaram a realizar eleições? Por que não recorreram a eleições indiretas para todos os cargos? Por que aceitaram a existência de partidos políticos durante o regime? Por que aceitaram um partido oficial de oposição? Por que os militares optaram pela manutenção de um espaço oposicionista que, embora restrito e coagido, trazia em si o germe de uma possível luta de oposição?

Essas e outras provocativas indagações são sempre feitas pelos estudantes a nós e para explicá-los precisamos salientar duas questões. Em primeiro lugar, a distinção entre “autoritarismo” e “totalitarismo”. O senso comum costuma utilizar os dois termos como sinônimo para definir a concentração excessiva do poder político nas mãos de um pequeno grupo ou de uma pessoa, assim como o exercício arbitrário, violento e injusto dessa força. Embora haja características comuns entre “autoritarismo” e “totalitarismo”, entre os quais podemos destacar a subordinação dos poderes Judiciário e Legislativo ao Poder Executivo e a repressão a toda e qualquer oposição política e ideológica ao governo, na verdade, os termos não são sinônimos e correspondem a regimes políticos com vastas diferenças. Uma das primeiras pessoas a perceber claramente a distinção entre os dois regimes foi a filósofa alemã Hanna Arendt, no clássico *Origens do Totalitarismo*, publicado em 1951³⁸.

³⁸ ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**: Anti-semitismo, Imperialismo e Totalitarismo. 8. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Para Arendt, a primeira distinção é que no totalitarismo o Estado busca estender o seu poder a todos os níveis e aspectos da sociedade; busca controlar a vida privada de seus cidadãos, através de um processo de doutrinação e realinhamento, destruindo as suas capacidades políticas, isolando-os em relação à vida pública. O Estado totalitário tem a intenção de promover uma alteração geral da sociedade, em todos os campos, inclusive no campo cultural, sob o comando ditatorial. Em suma, no totalitarismo, o governo tende a endeusar-se, implantando uma verdadeira ditadura de partido único e centralizador, confundindo o partido com o Estado.

Já os regimes autoritários não chegam a esse ponto, ou porque não consigam ou porque não querem. Esses regimes optam pela busca da obediência passiva e despolitização da população, seduzindo-a, através do fornecimento de instrumentos que a conduzam ao total apoio ao regime vigente ³⁹. Tal “sedução” pode ocorrer de vários modos, entre os mais comuns: o êxito econômico; as proclamações públicas e comemorações cívicas (notadamente os festejos públicos e esportivos) que exaltam o orgulho patriótico ⁴⁰; e a preservação de certos princípios e instituições democráticos. Optando por esse viés seducionista, os regimes autoritários optam por não estabelecer o controle político de todos os setores da sociedade – como faz o regime totalitário –, mas opta por concentrar suas energias às áreas mais sensíveis ou àquelas onde pode haver maior grau de oposição.

Regimes autoritários são sistemas políticos com pluralismo político limitado, não responsável; sem ideologia elaborada e orientadora (mas com mentalidades distintas); sem mobilização política intensiva ou extensiva (a não ser em alguns pontos de seu desenvolvimento); e nos quais um líder (ou ocasionalmente um pequeno grupo) exerce o poder dentro dos limites mal-definidos, mas efetivamente previsíveis ⁴¹.

³⁹ De acordo com Eni Orlandi: “[...] o que a ditadura autoritária faz é justamente dizer-se cotidianamente como algo natural, familiar, sem constituir um período de exceção. É essa normalidade a sua maior violência. Sua violência simbólica. Sem altos nem baixos. No seu efeito de senso comum, de discurso social aceitável, e fato de opinião pública, não de alteração da vida comum”. ORLANDI, Eni Puccinelli. Apresentação. In: INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997, p. 12.

⁴⁰ Segundo Janaina Cordeiro, em 1972, por exemplo, durante os festejos do sesquicentenário da Independência do Brasil, unindo conquistas esportivas e econômicas, o repressivo governo Médici, paradoxalmente, atingiu o auge do orgulho patriótico e do consenso nacional durante a ditadura militar no país. Cf. CORDEIRO, Janaina Martins. **Lembrar o passado, festejar o presente**: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972). 333 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

⁴¹ LINZ, Juan. An authoritarian regime: Spain. In: E. Allardt; S. Rokkan (Orgs.). **Mass politic**. New York, Free Press, 1970, p. 215-283.

Em segundo lugar, o fato de que, a nosso ver, a ditadura militar brasileira ⁴² – diferentemente de um regime totalitário ⁴³ –, pela necessidade de se manter no poder e se legitimar nacional e internacionalmente, não se impôs exclusivamente pelo uso da força, mas buscou também algum grau de “consenso” junto à sociedade civil ⁴⁴, pelo qual se tentava construir a imagem de um regime democrático e legal que respeitava as normas institucionais e as garantias coletivas e individuais.

Nossa perspectiva está alicerçada nas formulações do marxista sardo Antonio Gramsci (1891-1937), notadamente em seu argumento que nenhum Estado se torna hegemônico fazendo uso apenas da força e da autoridade. Qualquer regime só pode durar ao longo do tempo se construir alguma base de legitimidade ⁴⁵. Este argumento, que evita reduzir o Estado ao seu aparelho coercitivo, pode ser visto ao longo de suas anotações nos *Cadernos do*

⁴² A expressão “ditadura” é polissêmica. Uns preferem classificar o período entre 1964 e 1985 como um “regime autoritário”, alguns de “regime autocrático”, e outros ainda de “Estado de exceção”. Segundo Norberto Bobbio, apesar da distinção, e das pequenas diferenças, todos eles se referem ao mesmo conceito: “regimes não-democráticos”. Para ele, a melhor definição a ser utilizada é a de “ditadura”, pois, a seu ver, as democracias, em si, podem ser mais ou menos democráticas. Mas, não sendo democracia, não há outro termo a usar senão “ditadura”. Neste trabalho, portanto, tomando como base os ensinamentos de Bobbio, utilizaremos a definição de “ditadura” para os anos de 1964 a 1985, em que vigorou um “regime não-democrático” no Brasil. BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política**: a filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p. 371-471.

⁴³ A partir da já comentada diferenciação proposta por Hanna Arendt, concebemos o regime político adotado no Brasil entre os anos de 1964 e 1985 como uma ditadura autoritária, uma vez que aqui não ocorreram situações típicas de um regime totalitário, tais como: a criação de partido único; a formação de órgãos de controle da opinião pública e da vida cultural, responsáveis pela criação, veiculação e imposição de uma ideologia; o sistemático fechamento arbitrário de entidade e instauração de elementos interventores na direção de tais órgãos; a tentativa de se proceder ao enquadramento da população em um sistema de controle e participação coercitivo e compulsório, procurando mobilizar todas as camadas sociais do país a favor da política governamental e instituindo uma forma pedagógica de formação de cidadania, que conduzisse a população, e, em especial, a maioria da juventude, à total obediência. Para um maior aprofundamento dessa questão, ler, entre outros: FAUSTO, Boris. **O pensamento nacionalista autoritário**: (1920-1940). Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2001.

⁴⁴ O termo “consenso” é aqui entendido na categorização de Giacomo Sani, através da qual pontua ser a existência de um acordo estabelecido entre os membros de uma determinada unidade social em relação a princípios, valores, normas, bem como aos objetivos almejados pela comunidade e aos meios para alcançá-los. O consenso se expressa, portanto, na existência de crenças que são mais ou menos partilhadas pelos membros de uma sociedade. Entretanto, é importante destacar que um consenso total é impossível, mesmo em pequenas unidades sociais, sendo totalmente impensável em sociedades complexas, pois variam de acordo a intensidade da adesão às diversas crenças e às relações estabelecidas. Portanto, o termo, como adverte o autor, tem um sentido relativo: “[...] mais que de existência ou falta de consenso, dever-se-ia falar de graus de consenso existentes em uma determinada sociedade ou subunidades”. SANI, Giacomo. Consenso. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 5. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000, p. 240.

⁴⁵ “A legitimidade não é um luxo, é uma necessidade de qualquer tipo de Estado, seja ele democrático ou mesmo autoritário”. VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. **A preservação do Legislativo pelo regime militar brasileiro**: ficção legalista ou necessidade de legitimação? (1964-1968). 334 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004, p. 2.

*Cárcere*⁴⁶, escrito entre 1932 e 1934, ocasião em que retomou da obra *O Príncipe*, de Maquiavel, a metáfora da natureza dúplice do centauro para caracterizar o Estado moderno⁴⁷.

Para o marxista sardo, embora o lado mais evidente de um regime político seja, na maioria das vezes, o lado duro da repressão *tout court*, nenhum governo se manteve no poder, legitimando-se socialmente, fazendo uso apenas de seu aparato repressivo. Todo Estado sempre necessitou construir bases sólidas de legitimidade para o estabelecimento e preservação de seu projeto de dominação⁴⁸. Todo poder (Estado, país ou classe social) busca alcançar o consenso a fim de que seja reconhecido como legítimo e de assegurar a obediência sem a necessidade de recorrer ao uso da força.

Ou seja, para ele, o Estado utiliza-se não apenas de seus aparelhos repressivos, de coerção, mas também daqueles que distribuem consenso. O Estado é, nesse sentido, uma “[...] *combinação da força e do consenso que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força apareça apoiada pelo consenso da maioria [...]*”⁴⁹.

Essa concepção de Gramsci sobre o Estado pode ser vista claramente através de uma passagem no *Caderno 13: Breves notas sobre a política de Maquiavel*, quando, inspirado em Maquiavel, realizou uma lúcida analogia entre a figura do “Centauro” e o Estado.

Para o revolucionário italiano, o Estado podia ser comparado a um grande “centauro” – uma combinação orgânica e dialética de *força* e *consenso*, de *dominação* e *hegemonia*, de *violência* e *civilização*. Para ele, esta dupla fonte de poder político se dava de forma indissociável, presente em todas as formas de Estado⁵⁰, fossem “repúblicas” ou “reinos”, “novos, velhos ou mistos”⁵¹. Em suas palavras:

⁴⁶ Escrito por Antonio Gramsci durante o período em que foi prisioneiro do fascismo italiano, entre 1929 e 1935, *Cadernos do Cárcere* é uma obra dividida em 29 cadernos. Nesta obra, o marxista sardo analisou os acontecimentos políticos ocorridos na Europa, especialmente na região da Itália, ao longo da primeira metade do século XX. GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

⁴⁷ Maquiavel registrava que “Os principais fundamentos que os Estados têm, tanto os novos como os velhos ou os mistos, são as boas leis e as boas armas”. MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Legatus Editora, 2010, p. 51.

⁴⁸ Essa ideia é corroborada por Hannah Arendt: “[...] *jamais existiu um governo baseado exclusivamente nos meios de violência. Mesmo o mandante totalitário, cujo maior instrumento de domínio é a tortura, precisa de uma base de poder [...]*”. ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994, p. 40.

⁴⁹ GRAMSCI, op. cit. (2000), p. 95.

⁵⁰ Cf. BIANCHI, Álvaro. **O Laboratório de Gramsci: Filosofia, História e Política**. São Paulo: Alameda, 2008, p. 189.

⁵¹ “[...] *toda sociedade na história precisou de mais do que apenas de instrumentos de coerção; precisou de instrumentos de persuasão e de formação ético-moral adequados à realização de determinado projeto estratégico vitorioso. Portanto, é o consentimento e não a força a base da ordem social, a base da dominação nas sociedades contemporâneas. É o consenso que, contribuindo para a reprodução da ordem social, legítima,*

[O] Estado [é] sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção [...], por “Estado” deve-se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho “privado” de hegemonia ou sociedade civil. [...] o Estado é no significado integral: ditadura + hegemonia ⁵².

Na ótica de Antonio Gramsci, o Estado era um processo orgânico, complexo e dual, que tinha o seu lado “ferino” (*coerção*), mas que também dispunha de um lado “humano” (este sendo o lado que sempre procurou a *legitimidade* em relação à sociedade civil). Gramsci definiu do seguinte modo a natureza dúplice dessa besta: “[...] *ferina e humana, da força e do consenso, da autoridade e da hegemonia, da violência e da civilidade, do momento individual e daquele universal [...], da agitação e da propaganda, da tática e da estratégia, etc.*” ⁵³.

Conforme analisou o cientista político Alvaro Bianchi, no estado gramsciano não havia antítese, um antagonismo que separasse dois polos, mas havia sim uma relação de “unidade-distinção”. “*O Estado é marcado dessa maneira pela presença de elementos que mantêm entre si uma relação tensa de distinção, sem que cada um deles chegue a anular seu par no processo histórico; pelo contrário, cada um molda e até mesmo reforça o outro*” ⁵⁴.

Na interpretação de Gramsci, a separação entre *força* e *consenso* era arbitrária. O mesmo, inclusive, pode ser dito de outros conhecidos pares conceituais: *Oriente e Ocidente*, *guerra de movimento* e *guerra de posição*, *ditadura* e *hegemonia*. A essa questão, Alvaro Bianchi também teceu o seguinte comentário:

Mantendo sociedade política e sociedade civil uma relação de unidade-distinção, formam dois planos superpostos que só podem ser separados com fins meramente analíticos. Por essa razão, Gramsci destacava que a unidade (“identidade”) entre Estado e sociedade civil é sempre “orgânica” e que a “distinção” é apenas “metódica” ⁵⁵.

Como se pode perceber, para Gramsci, da mesma maneira que não seria possível a divisão do Centauro de forma a separar a fera do homem sem matá-lo, era impossível separar as esferas da coerção e do consenso do Estado. Portanto, sua ligação era orgânica.

A imagem do Centauro é forte e serve para destacar a unidade orgânica entre a coerção e o consenso. É possível separar a metade fera da metade homem sem que ocorra a morte do Centauro? É possível separar a condição de

enfim, a dominação de uma classe sobre outra. Assim, quanto maior o consenso, maior a capacidade de direção política sobre a sociedade”. BESERRA, op. cit. (2004), p. 3.

⁵² GRAMSCI, op. cit. (2000), p. 244-257.

⁵³ BIANCHI, op. cit. (2008), p. 33.

⁵⁴ *Ibid.*, p. 189.

⁵⁵ *Ibid.*, p. 184.

existência do poder político de sua condição de legitimidade? É possível haver coerção sem consenso? Mas tais questões podem induzir a um erro. Nessa concepção unitária, que era de Maquiavel, mas também de Gramsci, não é apenas a coerção que não pode existir sem o consenso. Também o consenso não pode existir sem a coerção ⁵⁶.

Face a estas considerações, podemos compreender melhor o caso do Estado brasileiro, que, mesmo durante o período ditatorial, pela necessidade de se legitimar aos olhos da sociedade, não buscou se impor exclusivamente pelo uso da força, mas procurou também o suporte de outros centros de poder, entre os quais a construção de um consenso, por meio de um simulacro de democracia. Assumiu importância crucial para a ditadura militar a doção de outras armas, além da violência, a fim de aplacar as oposições, reduzir a resistência ao seu poder e perdurar-se ⁵⁷. “[...] os governos militares estabeleceram políticas ambíguas, conciliatórias, em que os paradoxos beiram à contradição” ⁵⁸. Conforme escreveu Marcelo Ridenti: “Sem hesitar em usar a força, os golpistas de 1964 preocuparam-se também com sua legitimidade” ⁵⁹.

No Brasil, houve a permanência do que o brasileiro Anthony Pereira denominou de “*legalidade autoritária*”, ou seja, a existência de um regime autoritário que buscou aplicar os seus instrumentos repressivos por intermédio de manobras e diplomas legais ⁶⁰, a fim de legitimar-se interna e externamente ⁶¹. Era, na verdade, uma “estratégia híbrida”, que procurava comportar “coerção e consenso” e “autoritarismo e legalidade”, ou seja, associava

⁵⁶ BIANCHI, op. cit. (2008), p. 190.

⁵⁷ Como confidenciou Ernesto Geisel no ano de 1972: “Bom era no tempo dos reis. O problema da legitimação era simples. Era o direito divino. Depois inventaram esse negócio de povo. O povo. Quem é o povo? Resultado, de Deus passou para o povo, e agora para o sabre, um sabre enferrujado”. GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 219.

⁵⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A modernização autoritária-conservadora nas universidades e a influência da cultura política. In: FILHO REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 58.

⁵⁹ RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: FILHO REIS; RIDENTI; MOTTA, op. cit. (2014), p. 30.

⁶⁰ A inovação trazida pelo regime de 1964 não estava na tentativa de conferir uma capa de legalidade a uma ordem autoritária, na tentativa de “normalizar” a exceção. Isso ocorreu também em período anterior. Foi o caso, por exemplo, do Estado Novo (1937-1945). Para Cristiano Paixão, a novidade da ditadura se situava no nível do discurso. Pois esta era a primeira vez que um regime nitidamente autoritário buscava pautas todas as suas ações em um legalismo que se dizia garantir a democracia do país. PAIXÃO, Cristiano. Autonomia, democracia e poder constituinte: disputas conceituais na experiência constitucional brasileira (1964-2014). In: **Quaderni Fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno**, n. 43, n. 1, Giuffrè Editore, 2014, p. 428-429.

⁶¹ Com a chamada “legalidade autoritária”, os militares brasileiros puderam governar sem se “despir de todas as pretensões de legalidade” e fazendo uso de “algum tipo de apelo ao direito”. PEREIRA, Anthony. **Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina**. São Paulo: Paz e Terra, 2010, p. 220.

“elementos autoritários com resquícios democráticos”⁶². A atuação da ditadura militar brasileira, portanto, pode ser apresentada por um movimento pendular, oscilando entre a ênfase na coerção e a ênfase no consenso, mas sem nunca romper o Centauro maquíveliano.

O brasilianista Alfred Stepan afirmou que, embora os golpistas de 64 não tivessem um projeto claro de governo para o pós-golpe, pelo menos uma coisa estava clara em suas mentes: o “novo regime” não poderia se transformar em uma “quartelada”, “ditadura personalista” ou “republiqueta latino-americana”⁶³. O novo regime precisaria institucionalizar-se, associando-se, mesmo que no campo formal, a uma “fachada de democracia”. E assim fizeram os golpistas brasileiros, diferenciando o regime daqui das demais ditaduras latino-americanas instaladas entre as décadas de 1960 e 1980. O brasilianista Scott Mainwaring faz o seguinte apontamento: “[...] em comparação com as ditaduras militares da Argentina (especialmente entre 1976 e 1983), do Chile (1973-1984), a existência de partidos, legislaturas e eleições foram aspectos singulares do regime militar brasileiro”⁶⁴. Por isso, no caso brasileiro, uma grande quantidade de manobras burocráticas e legais foi utilizada pelos militares para dar uma aparência democrática e legal em meio ao autoritarismo e ilegalidade de muitas ações da ditadura.

Sobre a especificidade do caso da ditadura brasileira em relação aos outros países latinos merece destaque:

- O fato de que o exercício do poder pelas Forças Armadas foi estritamente corporativo, respeitando as regras fixadas pelo Alto Comando – o que acabou por evitar o personalismo e a autopetuação;
- E o fato de terem sobrevivido aqui – apesar de todo controle e mordação que tiveram – as instituições típicas das democracias liberais (por exemplo, as eleições, o Parlamento e o Judiciário), diversamente do ocorrido nos regimes chileno (1973-1990) e argentino (1976-1983), como se pode constatar na Tabela I⁶⁵.

⁶² Cf. REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil: a repressão e pretensão de legitimidade, 1964-1984**. Londrina: Eduel, 2001.

⁶³ STEPAN, Alfred. **Os militares na política**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975, p. 82.

⁶⁴ MAINWARING, Scott P.. **Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto; Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 122.

⁶⁵ O brasilianista Anthony W. Pereira realizou um importante estudo comparativo entre experiências ditatoriais do Brasil, da Argentina e do Chile. Para ele, apenas no caso brasileiro, o Judiciário aderiu ao golpe e ao regime. Enquanto que na Argentina o regime precisou dismantlar o Judiciário, dadas as resistências às medidas de arbítrio do Executivo, no Brasil, de modo geral, as leis de exceção foram aceitas e aplicadas pelos operadores do Direito, sem maiores resistências e/ou questionamentos. PEREIRA, op. cit. (2010), p. 58.

Tabela I – Comparativo da legalidade autoritária no Brasil, Chile e Argentina			
Características	Brasil (1964-1985)	Chile (1973-1990)	Argentina (1976-1983)
Declaração de estado de sítio à época do golpe	Não	Sim	Sim
Suspensão de partes da antiga constituição	Sim	Sim	Sim
Promulgação de nova constituição	Sim	Sim	Não
Tribunais militares usados para processar civis	Sim	Sim	Não
Tribunais militares totalmente segregados dos civis	Não	Sim	Sim
Habeas Corpus para casos políticos	1964-1968 1979-1985	Não	Não
Expurgos da Suprema Corte	Limitado	Não	Sim
Expurgos no restante do Judiciário	Limitado	Limitado	Sim
Revogação da inamovibilidade dos Juízes	Sim	Não	Sim

Fonte: PEREIRA, op. cit. (2010), p. 58.

Por essa especificidade jurídico-legal, a ditadura militar brasileira conseguiu se apresentar, nacional e internacionalmente, em diversas ocasiões, como a salvadora da democracia, inclusive tendo inculcado em mais de uma geração que a “Revolução de 64” teria ocorrido para defender os valores democráticos do país ⁶⁶. A ditadura brasileira ancorava-se numa postura híbrida – o centauro gramsciano –, na qual, por um lado, estava sendo construída uma estrutura autoritária para consolidar a “Revolução de 64”, e, por outro, continuava-se prometendo a volta à democracia.

Como se poderá perceber, a tentativa incessante dos militares brasileiros de revestir as medidas de exceção de legalidade formal e de juridicidade fica evidente, entre outras coisas, no caso das cassações de mandatos eletivos, das diversas prisões desencadeadas por tempo indeterminado e das centenas de expurgos feitos nos órgãos públicos. Assim, os Atos, as Portarias, as Resoluções e os Decretos baixados pelos militares para embasar as cassações acabaram por manter o regime “[...] numa trajetória legalista, embora não constitucional” ⁶⁷.

Para Maria Helena Alves, embora os militares tenham criado um complexo arcabouço legal para dar institucionalidade e embasamento aos atos de exceção ⁶⁸, precisaram rompê-lo

⁶⁶ Como bem lembrou Anthony Pereira, o AI-5, por exemplo, que representou o momento mais cruento da ditadura militar, foi visto, contraditoriamente, como “um instrumento de preservação da democracia”. PEREIRA, op. cit. (2010), p. 124-125.

⁶⁷ Ibid., p. 142.

⁶⁸ “A ditadura implantada no Brasil em 1964 rompeu a ordem constitucional vigente. Buscando legitimar-se como expressão de um processo revolucionário, ela se concedia as prerrogativas de suspender garantias constitucionais e de dirigir o país no rumo que, por conta própria, decidia ser o adequado. No entanto, apesar de se sustentar na força, o novo regime traduzia constantemente essa força em normas escritas. Os 17 atos institucionais baixados pela cúpula da ditadura, sem a chancela ou o controle de qualquer outra instância

em diversos momentos e intensificar o uso da força e das normas arbitrárias a fim de poder conter o avanço crescente das oposições. Isso explica, em parte, a constante mudança de inúmeros preceitos legais do regime – os inúmeros Decretos-Leis e Atos Institucionais que formaram a estrutura do Estado.

Contudo, em outros momentos, a ditadura diminuiu (ou mudou) o emprego da força, recorreu a mecanismos mais flexíveis de representação e à promessa de restabelecimento da democracia para conter sua perda de legitimidade e seu crescente isolamento junto aos setores médios e alto da sociedade brasileira. E essa era uma das grandes ambiguidades do regime militar: ao mesmo tempo em que estabelecia normas que reduziam a participação popular no processo político, não podia se afastar completamente da sociedade civil. O governo tinha sempre que buscar a legitimação do regime junto a parcelas da população. “[...] o uso da força não significava necessariamente ignorar a oposição, antes procurando resolver suas reivindicações de modo palatável para a consolidação de uma nova ordem, modernizada autoritariamente”⁶⁹. A abertura desses “espaços”, por sua vez, ressaltou Maria Helena Alves, exigia novamente a utilização da força, gerando essa permanente dialética e o constante hiato entre o discurso da democracia e a prática da repressão⁷⁰.

A necessidade de se legitimar sempre foi uma verdadeira obsessão do regime militar no Brasil. Pretendiam evitar uma ditadura clássica, baseada em um só general todo-poderoso, e criar um Estado de Segurança Nacional capaz de assegurar a ordem imposta e decidida pelos governantes por meio de uma série de novas instituições, leis e regras⁷¹.

Se, através do arcabouço conceitual mencionado, fica evidente a característica dos regimes políticos de utilizarem reciprocamente instrumentos de “coerção” e de “consenso”, ao nosso leitor talvez ainda reste uma dúvida: o que diferencia então um “Estado Democrático” de uma “Ditadura”? Obviamente, essa é uma questão complexa e os limites desta Tese impedem uma discussão mais acurada. No que diz respeito especificamente aos instrumentos de coerção e de consenso, cabe ressaltar, conforme apontou o historiador Jacob Gorender, que essa diferenciação pode ser aferida na *intensidade* dos instrumentos empregados. Nas *democracias*, em tese, há um nível “maior de consenso” e “menor de coerção”; nas *ditaduras*,

política, judiciária ou administrativa, são a melhor expressão do verniz normativo com que a ditadura consagrava seu arbítrio”. AZEVEDO, op. cit. (2012), p. 30.

⁶⁹ RIDENTI, op. cit. (2014), p. 45.

⁷⁰ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil: 1964-1984**. São Paulo: Edusc, 2005, p. 32-34.

⁷¹ *Ibid.*, p. 10.

por outro lado, há um nível “maior de coerção” e “menor de consenso”. Assim, resumiu o autor: “*diferentemente das democracias, nas ditaduras militares, a coerção atinge um ponto máximo, que chega a invadir a área da sociedade civil onde se processa o consenso*”⁷².

É fundamental ressaltar que, ao falarmos neste trabalho que a ditadura buscou atuar através de uma “estratégia híbrida”, conciliando elementos autoritários com aspectos legalistas, estamos cientes que, em vários momentos, os “donos do poder”, na expressão de Kenneth Serbin⁷³, violaram abertamente normas jurídicas consagradas no direito brasileiro – tais como os direitos à vida, à integridade física, à locomoção, à expressão, à correspondência dos cidadãos – e desrespeitaram decisões de órgãos judiciais nacionais e internacionais⁷⁴. No entanto, cabe dizer, embora a Lei de Segurança Nacional prevísse diversos crimes contra o Estado e a ordem política e social, os abusos e as graves violações de direitos humanos ocorridos na ditadura não foram consagrados em lei e nunca permitidos juridicamente de forma aberta, mas ocorreram de uma maneira “ilegal” e ao arrepio constitucional⁷⁵.

Para entender essa questão é preciso ter em mente que deflagrado o golpe de 1964, os militares logo chegaram à conclusão que precisariam conquistar o apoio da população. E uma das primeiras formas pensadas para esse fim foi alcançar rapidamente o sucesso econômico, articulado a uma política gradual de controle da inflação. A esta medida, Roberto Campos, ministro do Planejamento do governo Castelo Branco, chamou de “legitimação por eficácia”⁷⁶. Tal intento foi conseguido com certo êxito entre as classes médias e altas, que tiveram seu poder aquisitivo e de consumo aumentado, durante os anos de 1969 e 1973, período em que o regime obteve altas taxas de crescimento econômico⁷⁷.

⁷² GORENDER, Jacob. Coerção e consenso na política. **Estudos Avançados** [online], v. 2, n. 3, p. 52-66, 1988.

⁷³ SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

⁷⁴ Os casos nº 1.683 e nº 1.684, abertos pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA) no ano de 1970, por exemplo, são conhecidas situações de desrespeito do governo brasileiro perante os organismos internacionais. Para uma melhor compreensão dessa questão, ver o capítulo “A participação do Estado brasileiro em graves violações no exterior” do Relatório da Comissão Nacional da Verdade. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. v. 1. Brasília: CNV, 2014.

⁷⁵ Ver: BARROS, Robert. **Constitutionalism and dictatorship: Pinochet, the Junta and the 1980 Constitution**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. Em especial, o Capítulo 1 – Dictatorship, Legality, and Institutional Constraints, p. 10-35.

⁷⁶ Em suas palavras: “[...] devemos utilizar, com um sentido de urgência, o tempo que nos foi concedido pelo sucesso econômico, para nos habilitarmos [...] para colher e absorver as demandas de participação oriunda do corpo político”. CAMPOS, Roberto de Oliveira. A opção política brasileira. _____; SIMONSEN, Mario Henrique. **A nova economia brasileira**. Rio de Janeiro: Olympio, 1974, p. 227-228.

⁷⁷ A forma como o regime militar brasileiro procurou legitimar-se, construir sua base de sustentação perante a sociedade civil, através do crescimento econômico contínuo e acelerado, pode ser vista, por exemplo, nos

Ainda hoje há uma linha de raciocínio muito presente em nossa historiografia que defende que o “apoio” de setores da sociedade brasileira à ditadura militar se deu exclusivamente ao êxito econômico dos militares durante o chamado “milagre brasileiro”⁷⁸. É inegável que determinadas parcelas da sociedade brasileira adquiriram ganhos com o regime militar⁷⁹. Contudo, a nosso ver, não apenas o fator econômico deve ser levado em conta para explicar a estratégia da ditadura para conquistar o apoio da população. Além do fator econômico, a ditadura procurou desmobilizar os opositores e construir um consenso social, através de uma “fachada democrática”, que envolvia alguns aspectos, entre os quais o discurso ideológico, a sedução e a permanência de alguns princípios e instituições típicos de uma democracia liberal-representativa (a exemplo do Legislativo, do Judiciário, da imprensa e de um sistema político-eleitoral com partido de oposição), a fim de alcançar legitimidade, sobretudo no cenário internacional⁸⁰. O objetivo dos militares era criar a imagem de que no Brasil havia espaços para posições contraditórias ao regime.

O discurso da democracia foi de extrema importância para a ditadura⁸¹. Embora os militares tivessem chegado ao poder em 1964 por meio da violência e de um ato ilegal, um

seguintes trabalhos: BAER, Werner. **A economia brasileira**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1996. DOCKHORN, Gilvan Veiga. **Quando a ordem é segurança e o progresso é desenvolvimento (1964-1974)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. FERREIRA, Rafael Leite. O “milagre brasileiro” (1969-1973): a “legitimação pela eficácia”. **História e-História**, v. 5, p. 1-26, mai. 2011. GIANNAZI, Carlos Alberto. **A doutrina de segurança nacional e o Milagre Econômico (1969/1973)**. 313 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. MACARINI, José Pedro. A política econômica da ditadura militar no limiar do “milagre” brasileiro: 1967-1969. In: FILHO, Oswaldo Munteal; FREIXO, Adriano de; FREITAS, Jacqueline Ventapane (Orgs.). **Tempo negro, temperatura sufocante: estado e sociedade no Brasil do AI-5**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Contraponto, 2008. MACARINI, José Pedro. A política econômica do governo Médici: 1970-1973. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, p. 53-92, set.-dez., 2005.

⁷⁸ Esse ponto de vista pode ser visto em vários livros de ampla aceitação comercial, entre os quais ressaltamos: FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14. ed. São Paulo: EDUSP, 2012. LINHARES, Maria Yedda Leite (Org.). **História geral do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000. MENDONÇA, Sonia Regina de.; FONTES, Virginia Maria. **História do Brasil recente: 1964-1992**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1996.

⁷⁹ Sobre tais ganhos, ler: CARVALHO, Gabriel Alves de Miranda. Notas sobre a composição do crescimento econômico brasileiro e a distribuição de renda no período 1964-1985. In: MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de; AMARAL, Vera Lúcia (Orgs.). **História econômica: reflexões e construções do conhecimento**. São Paulo: Alameda, 2006, p. 205-206. Em outro trabalho, ponderamos que o “sucesso” da economia brasileira e sua faceta “modernizadora” se fizeram à custa do aumento da distância que separava ricos e pobres, ou seja, pela ampliação das desigualdades sociais. FERREIRA, Rafael Leite. O outro lado do “milagre econômico”: exploração e repressão à classe trabalhadora brasileira. **História e-História**, v. 1, p. 1-12, jan. 2013.

⁸⁰ “[...] num país de periferia do mundo capitalista liberal, a implantação de uma ditadura declarada após a deposição de um governo constitucional não seria facilmente aceitável pela opinião pública internacional, especialmente quando se toma a defesa da democracia como causa principal da intervenção, como foi o caso do Movimento de 1964”. KINZO, op. cit. (1988), p. 17.

⁸¹ “Desde o primeiro [...] até o último [...] dos presidentes militares, nos discursos para o grande público, notadamente aqueles nos quais tomam posse formalmente no exercício das funções presidenciais, fazem questão de reafirmar suas ações e comportamentos em nome da defesa da democracia no país”. AQUINO, Maria Aparecida de. A especificidade do regime militar brasileiro: abordagem teórica e exercício empírico. In: REIS

golpe de Estado, eles se colocavam à sociedade como defensores da democracia. Mas, por quê? Esse ponto será aprofundado no capítulo seguinte, mas apenas adiantando, podemos pontuar que, segundo os estrategistas do golpe civil-militar de 64⁸², uma ruptura radical com certos “princípios democráticos” que estavam em alta no país⁸³ e o fechamento de algumas instituições representativas do antigo regime não seria aconselhável para a “permanência do processo revolucionário no país”⁸⁴. Na ótica militar, para conseguirem o tão almejado consenso, o ideal seria a preservação de certos “valores e instituições democráticas”, remodelando-os a serviço do regime vigente.

Ipsa facto, os militares montaram uma complexa estrutura de governo que manteve mecanismos da “democracia representativa liberal” junto com poderes arbitrários para o Executivo. Em resumo, essa estrutura:

- manteve o Judiciário, *mas* reorganizou-se a Justiça Militar com o objetivo de dar forma legal à estrutura repressiva da ditadura⁸⁵;
- manteve os sindicatos, *mas*, sob a tutela de uma rígida legislação sindical e algumas sob intervenção militar⁸⁶.
- permitiu a circulação da imprensa, *mas* foi estabelecida uma forte censura⁸⁷;

FILHO, Daniel Aarão (Org.). **Intelectuais, história e política**: séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000, p. 272.

⁸² Cf. D’ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Visões do golpe**: 12 depoimentos de oficiais que articularam o golpe militar de 1964. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

⁸³ Apesar da tradição autoritária do país, segundo Renato Lemos, após 1945, com a intensificação da ideologia democrática em várias partes do mundo, o Brasil buscou se associar à defesa da democracia. Como afirma Renato Lemos: “*No mundo de pós-guerra, o ‘mercado mundial de ideias’ estabeleceu a legitimidade democrático-representativa como pré-requisito para a aceitação da dominação política, o que impôs aos regimes não democráticos surgidos a partir de então um quadro de ‘esquizofrenia ideológica’: praticar o autoritarismo no presente prometendo a democracia no futuro*”. LEMOS, Renato. Poder Judiciário e poder militar (1964-1969). In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Orgs.). **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV/ Bom Texto, 2004, p. 414-415.

⁸⁴ Cf. MOTTA, Aricildes de Moraes (Coord.). **História Oral do Exército – 1964 – 31 de março**. O movimento revolucionário e sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003. 10 v.

⁸⁵ MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de. **Em nome da segurança nacional**: os processos da Justiça Militar contra a Ação Libertadora Nacional (ALN), 1969-1979. 169 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas São Paulo: Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

⁸⁶ SOUZA MARTINS, Heloisa Helena Teixeira de. **O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1979.

⁸⁷ A preservação da imprensa era essencial para que os militares pudessem passar uma imagem positiva do regime. Como diz Helena Weber: “[...] governar de modo autoritário exige o controle da sociedade. Se for preciso obter seu consenso, será necessário recorrer ao apoio e à linguagem das mídias”. WEBER, Maria Helena. **Comunicação e espetáculos da política**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000, p. 156. Sobre a censura política no regime militar brasileiro, consultar os seguintes trabalhos: AQUINO, Maria Aparecido de. **Censura, imprensa e estado autoritário (1968-1978)**. Bauru: EDUSC, 1999. MARCONI, Paolo. **A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)**. São Paulo: Global Editora, 1980.

- produziu dezenas de leis, *mas* para regulamentar o exercício da repressão e da arbitrariedade à oposição ⁸⁸;
- manteve o Legislativo em atividade (excetuando-se os meses em que se manteve fechado o Congresso Nacional e as Assembleias Legislativas) – mesmo que desfalcado e com as suas atribuições reduzidas –, *mas* afastou ou eliminou os políticos que se opunham ao governo ⁸⁹;
- permitiu a realização de eleições periódicas para o Legislativo, mesmo nos momentos de maior radicalização política ⁹⁰, *mas* quando não se concordava com o resultado dos pleitos, mudava as regras do jogo para se manter no poder ⁹¹;
- conservou, dois partidos (governo e oposição), *mas* com expurgo dos parlamentares indesejáveis.

Ao longo desta Tese, perceber-se-á que não houve iniciativas por parte do regime militar brasileiro no sentido de abolir definitivamente os partidos políticos no país e, assim, estabelecer um regime autoritário apartidário, como nos moldes do Estado Novo (1937-1945), ou a formação de um partido único de massas a exemplo do fascismo. Apesar de todo o estado de terror instalado no país com o golpe de 1964, a ditadura, em nenhum momento, proibiu o funcionamento dos partidos políticos – embora tenha abolido as agremiações do antigo regime e colocado em seu lugar o MDB e a ARENA –, tampouco dispensou a realização de eleições regulares no país – muito embora tenha editado normas que cerceavam o direito à escolha de vários cargos majoritários. Os militares viam a preservação de algum tipo de organização partidária como importante meio de legitimar o “governo revolucionário”, causando favorável opinião internacional e respaldo da sociedade civil, pois mantinha a

⁸⁸ “*O regime militar via na produção normativa um esteio para a sua reivindicação de legitimidade ou, pelo menos, legalidade. Os militares não queriam nem talvez pudessem arcar com os ônus de um regime assumidamente autoritário. O reformismo do período, travestido de discurso revolucionário, não deixava de revelar uma espécie de fetichismo constitucional, por mais paradoxal que pareça, em razão da relação conceitualmente problemática que existe entre constitucionalismo e regimes ditatoriais*”. BARBOSA, Leonardo Augusto de Andrade. **História constitucional brasileira: mudança constitucional, autoritarismo e democracia no Brasil pós-1964**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012, p. 363.

⁸⁹ “[...] *a ditadura brasileira, ao contrário das demais da América Latina, sempre procurou ganhar legitimidade através de um Parlamento aberto, ainda que esse fosse um funcionamento formal*”. CASTRO, Celso; D’ARAÚJO, Maria Celina (Orgs.). **Dossiê Geisel**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 39.

⁹⁰ “[...] *as eleições tenderiam a ser apresentadas como fonte de legitimação do regime. Além dos equívocos e confusões comuns a este tipo de argumento, a própria manipulação dos dados eleitorais tende a produzir novas ilusões*”. WEFFORT, Francisco. A vitória inchada da Arena. **Opinião**, Rio de Janeiro, 27 nov. – 4 dez. 1972, p. 4.

⁹¹ A manutenção de eleições periódicas para o Legislativo servia também como elemento balizador e de testagem para o regime. Embora alguns analistas vejam o sistema eleitoral da ditadura como uma mera “fachada”, o mais significativo é que “*Não se dispensou, contudo, o processo eleitoral como meio de se legitimar o ‘governo revolucionário’*”. KINZO, op. cit. (1988), p. 16.

relação “político-eleitor” estabelecida no país. Para o regime, os partidos deveriam ser vigiados, controlados e coagidos e as eleições mantidas, e manipuladas se necessário. Tudo em nome da legitimidade. E esta foi a perspectiva, portanto, que levou o regime a incentivar a criação do MDB, um partido político de oposição, como se verá no capítulo a seguir.

3 ANOS DE INCERTEZA: O GOLPE NA ESQUERDA E A ORGANIZAÇÃO DO MDB EM PERNAMBUCO (1964-1970)

3.1 1964: O PRIMEIRO CICLO DE CASSAÇÕES E O DESMANTELAMENTO DA ESQUERDA

As primeiras cassações de mandatos eletivos e suspensões de direitos políticos executados pela ditadura militar brasileira ocorreram poucos dias após a eclosão do golpe civil militar de 31 de março de 1964⁹². Em muitas regiões do país, a supressão desses mandatos ocorreu antes mesmo da posse do primeiro presidente do novo regime – o marechal Humberto de Castelo Branco –, ocorrido apenas no dia 15 de abril.

As cassações ilegítimas e arbitrárias levadas a cabo pelo “Comando Supremo da Revolução” (CSR)⁹³ no imediato pós-golpe não foram pautadas sob as normas da Constituição então vigente, mas sim através de “atos excepcionais”, com base no Ato Institucional editado no dia 9 de abril⁹⁴, criados pelos próprios militares para tais finalidades escusas, conforme salientou Carlos Fico:

Os governos militares preferiram punir seus “inimigos” fora da órbita constitucional, “sem as limitações previstas na Constituição”, através de mecanismos que eles classificavam como “excepcionais”, “revolucionários”, como já disse, impedindo questionamentos no âmbito da Justiça – outro aprendizado que tiveram com o Estado Novo. Não surpreende que esse

⁹² “As cassações de mandatos e suspensões de direitos políticos foram instrumentos criados e utilizados pelos militares para privar cidadãos brasileiros de seus direitos de votar e de ser votados. A partir de decisões arbitrárias, que não oportunizavam defesa, e que não podiam ser impugnadas perante o Judiciário, vários grupos foram excluídos da política nacional. O Poder Executivo alijava da política os cidadãos considerados corruptos, subversivos e opositores de toda sorte ao regime”. GORDILHO, Maria Celina Monteiro. **Cassação de mandato, suspensão de direitos políticos e inelegibilidade: relações entre direito e política no regime militar brasileiro (1968-1970)**. 153 f. 2015. (Dissertação em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2015, p. 6.

⁹³ Após a deposição de João Goulart, o deputado Ranieri Mazzilli assumiu a presidência da República. Poucos dias depois, foi montado um agrupamento militar, intitulado de “Comando Supremo da Revolução”, integrado pelo general Arthur da Costa e Silva, do Exército, o brigadeiro Correia de Melo, da Aeronáutica, e o almirante Augusto Rademaker, da Marinha, com o objetivo de dar prosseguimento ao “processo revolucionário”, até a posse definitiva do novo presidente. Naquele contexto, Mazzilli funcionava como um testa-de-ferro e o Comando Militar é que detinha, de fato, o poder do novo governo. VIANA FILHO, Luís. **O governo Castelo Branco**. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1975, p. 46.

⁹⁴ Os Atos Institucionais foram instrumentos jurídicos criados pelos militares para dar sustentação legal ao regime autoritário de 64. Durante a ditadura foram baixados 17 Atos Institucionais, aplicando diversos tipos de punições e versando sobre vários temas. O primeiro desses atos foi editado no dia 9 de abril de 1964 pelo CSR. Posteriormente à decretação de outros atos, esse ato do dia 9 de abril ficou conhecido como “AI-1”, nomenclatura que utilizaremos ao longo deste trabalho. Para o conteúdo do AI-1, ver: BRASIL. Ato Institucional, de 9 de Abril de 1964. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 9 abr. 1964, Seção 1, p. 3193.

arranjo tenha sido criado pelo mesmo redator da Constituição de 1937, Francisco Campos, que também redigiu o Ato Institucional que instaurou o regime militar em 1964 ⁹⁵.

De acordo Lucia Hippolito, desde os primeiros dias após o golpe de 64, os militares passaram a pressionar o presidente interino do país para que o Congresso Nacional concedesse poderes excepcionais à junta militar, como cassar mandatos, e uma legislação anti-subversiva. Ao mesmo tempo, circulava no Congresso, um esboço de um “Ato Constitucional”, a ser votado em Plenário, elaborado por vários parlamentares, que mantinha a autonomia do Poder Legislativo, além de outras garantias individuais constitucionais.

No entanto, os militares, principalmente o grupo que se auto-intitulava “linha-dura” (autodeclarada a verdadeira guardiã dos princípios da “Revolução”) ⁹⁶, não esperaram a tramitação do projeto no Congresso. Cientes de que os parlamentares limitariam excessivamente os poderes excepcionais solicitados, o CSR encomendou em segredo outro documento ao jurista Francisco Campos (autor da Constituição de 1937) ⁹⁷.

Assim, na tarde do dia 9 de abril, os militares, pegando de surpresa setores da esquerda brasileira e apoiadores do golpe que defenestrou João Goulart ⁹⁸, divulgaram o AI-1, jogando uma pá de cal no regime baseado na Constituição de 1946, na harmonia e independência dos Poderes e na inviolabilidade do mandato parlamentar ⁹⁹. Como apontou João Martins Filho: *“As avaliações, os acordos, as decisões, e as discordâncias que marcaram os primeiros dias após o golpe deixaram nas hostes civis do bloco golpista uma constatação evidente: não seriam fáceis as relações com os militares na nova situação”* ¹⁰⁰.

⁹⁵ Conferência de Carlos Fico por ocasião do Concurso Público de Provas e Títulos para o cargo de Professor Titular de História do Brasil da UFRJ em 6 de julho de 2011. Disponível em: <<http://sibila.com.br/cultura/regimes-autoritarios-no-brasil-republicano/10441#sdfootnote41sym>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

⁹⁶ O general Gustavo Moraes Rego Reis (ex-chefe do Gabinete Militar da Presidência da República do governo João Figueiredo) apresentou uma extensa lista dos militares que compunham a chamada “linha-dura”. Para um maior aprofundamento sobre essa questão, ler: D’ARAUJO; SOARES, op. cit. (2014), p. 54-58.

⁹⁷ HIPPOLITO, Lúcia. **De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira, 1945-64**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 248-249.

⁹⁸ *“Todos nós demoramos [para a ficha cair]. A gente pensava que iria ser um golpismo barato dos militares. Na história brasileira, isso é recorrente. Ninguém tinha a dimensão exata que viria 20 anos pela frente. [...] Demorou para cair a ficha. Para todos nós”*. ‘O Exército brasileiro não era de nada’, diz o sociólogo Francisco de Oliveira. **Folha de S. Paulo**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/04/1433906-o-exercito-brasileiro-nao-era-de-nada-diz-o-sociologo-francisco-de-oliveira.shtml>>. Publicado em: 2 abr. 2014. Acesso em: 19 mai. 2014.

⁹⁹ Ato Institucional assinado ontem a fim de consolidar a Revolução. **Diário de Pernambuco**, Recife, 10 abr. 1964.

¹⁰⁰ MARTINS FILHO, João Roberto. **O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)**. 239 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993, p. 52-53.

Por ocasião do golpe de 64, os militares – tomando como base a lógica da “utopia autoritária” e da ideologia da Doutrina de Segurança Nacional (que veremos mais adiante) – viam-se como os guardiões do Brasil, ou seja, apresentavam-se como a entidade salvadora do país que iria regenerar a democracia, “curar o organismo social”, extirpar a ameaça da implantação de uma “República sindicalista” no país, eliminar o “perigo comunista” e pôr fim à pretensa onda de corrupção, agitação e subversão do governo João Goulart. Para os militares, essa empreitada conservadora somente seria obtida por meio da aplicação de medidas duras, corretivas ou saneadoras. Essas medidas envolveriam, no geral, o expurgo de militares anti-revolucionários, de políticos civis e de funcionários da burocracia estatal, aliados ao governo anterior.

Contudo, conforme já apontado na introdução desta Tese, a despeito da importância (e urgência) da execução de tais medidas para o projeto “revolucionário”, elas não deveriam ocorrer, na ótica dos militares mais experientes, notadamente entre os esguianos, ao acaso, sem rumo, por simples arbítrio. A preocupação dos militares estava em legitimar seu projeto político institucional, centrado no fortalecimento do Executivo – característica comum aos governos autoritários –, mas sem demonstrar por completo sua face autoritária e repressiva. A ideia dos militares era que o novo regime mantivesse uma “aparência democrática”, com a permanência de alguns princípios e instituições típicas do sistema democrático (a exemplo do Legislativo, do Judiciário, da imprensa e de um sistema político-partidário regular) respaldados em normas jurídicas, a fim de assegurar a legitimidade da “Revolução” junto à sociedade civil e à comunidade internacional.

Aqui, não podemos deixar de destacar que os primeiros atos persecutórios dos militares afastaram, de fato, os líderes partidários da esquerda, mas mantiveram, num primeiro momento, por uma questão de legitimação formal do novo regime, os 13 partidos políticos do antigo sistema político-partidário. Em extensão, o Congresso Nacional foi purgado de alguns de seus membros, mas foi mantido em funcionamento, conforme apontou Cláudio Beserra de Vasconcelos:

[...] o regime não só reivindicou um perfil democrático, como, de fato, adotou algumas medidas congruentes com isso, e não buscou impor-se exclusivamente pela força. O Legislativo aberto é um exemplo de valor democrático-liberal preservado, na busca por legitimação por parte do regime militar ¹⁰¹.

¹⁰¹ VASCONCELOS, op. cit. (2004), p. 7.

E a preservação do Poder Parlamentar se deu porque, ratificamos, embora a intervenção no Congresso fosse, no entender de muitos militares, essencial para a consolidação da “Revolução”, ela deveria ocorrer, para fins de legitimidade, respaldada numa “*legalidade autoritária*”¹⁰², sob um aparato legal e não por simples imposição da força.

Nunca é demais insistir que essa aparente legalidade estava amparada, no dizer de Renato Lemos, numa “*legalidade ilegitimamente estabelecida*”¹⁰³, pois correspondia a uma “instrumentalização do Direito” no âmbito do Estado¹⁰⁴, que procurava embasar as práticas repressivas e draconianas da ditadura, dando às leis uma artificiosa interpretação que convinha ao regime¹⁰⁵.

Em outras palavras, isso significa dizer que a natureza híbrida, bifronte, da ditadura fez com ela produzisse uma séria de medidas referenciadas e subordinadas a um conjunto de regras político-legais que estavam ora consubstanciadas na Constituição (primeiro na Constituição de 1946 e em seguida na Carta de 1967), ora fincadas numa lógica legal de cunho autoritário. Os limites constitucionais – tão caros a todo e qualquer Estado dentro de

¹⁰² PEREIRA, op. cit. (2010), p. 31-50.

¹⁰³ LEMOS, Renato. Anistia e crise política no Brasil pós-1964. **Topoi**, Rio de Janeiro, dez. 2002, p. 289.

¹⁰⁴ Embora o regime militar tenha apropriado e ressignificado o Direito a seu serviço, mediante a conjugação de alteração e quebrantamento de procedimentos da ordem normativa, isso não significa dizer que todas as brechas legais foram fechadas ou que a sociedade tenha ficado inerte ou passiva diante dessa instrumentalização das leis. Seguindo o ensinamento do pensador inglês Edward Thompson, trabalharemos nesta tese com a premissa de que o Direito não deve ser visto como um simples instrumento da ditadura para dominar a sociedade, mas sim como um campo complexo de lutas, no qual, à medida que os dominantes necessitavam das leis para oprimir os dominados, estes últimos necessitavam delas para se defender da fúria opressora dos primeiros. Nas palavras de Thompson: “*Se a lei é manifestamente parcial e injusta, não vai mascarar nada, legitimar nada, contribuir em nada para a hegemonia de classe alguma. A condição prévia essencial para a eficácia da lei, em sua função ideológica, é a de que mostre uma independência frente a manipulações flagrantes e pareça ser justa. Não conseguirá parecê-lo sem preservar sua lógica e critérios próprios de igualdade; na verdade, às vezes sendo realmente justa*”. THOMPSON, Edward P.. **Senhores e caçadores: a origem da lei negra**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p. 354. Durante os anos de ditadura, o Direito foi capaz de servir, ainda que de forma tímida, como instrumento de resistência ao arbítrio do Estado. As brechas e inconsistências legais criadas pelo hibridismo de uma ordem marcada pela convivência entre instituições democráticas e ditatoriais contribuíram, paradoxalmente, para o alívio do sofrimento de muitos presos e perseguidos políticos. Em várias oportunidades, a “linha-dura” reclamou das benesses e brechas que os instrumentos legais, inclusive a própria Constituição autoritária de 1967, davam aos opositores da “Revolução”. Um exemplo disso era o “instituto da imunidade parlamentar”, que fora ratificado pela Carta de 67, era sempre reivindicado pela classe política (tanto do MDB quanto da ARENA), e sempre fora alvo de crítica dos setores mais “duros” da ditadura. Como pontuou o jurista Leandro Barbosa: “*A despeito de seus esforços, os militares rapidamente descobriram que a Constituição, que servia tão bem à institucionalização de seu projeto político, podia transmudar-se em instrumento contra o governo. Após seguidas tentativas frustradas de ‘consertar’ esse ‘defeito’ constitucional, o regime chegou à fórmula que lhe conferiu maior estabilidade: a adoção de uma medida excepcional em permanente concorrência com a ordem constitucional*”. BARBOSA, op. cit. (2012), p. 354. Essa medida excepcional, reclamada pela “linha-dura”, como se verá adiante, foi o AI-5, que excluiu liberdades e direitos fundamentais, entre eles, o “instituto da imunidade parlamentar”.

¹⁰⁵ De acordo com Leandro Barbosa: “[...] o projeto do regime militar envolvia um esforço de ‘disciplinamento’ do fenômeno constitucional, com a finalidade de torná-lo não problemático, de colocá-lo a serviço de um governo que supostamente traduzia de forma fiel a vocação política e ideológica do povo brasileiro”. BARBOSA, op. cit. (2012), p. 364.

um regime democrático – não foram obviamente seguidos pela ditadura. Quando era uma questão era conveniente à ditadura ela se submetia à Carta constitucional vigente, quando lhe era inconveniente ela simplesmente editava novas normas que atendessem os seus objetivos políticos, fossem esses objetivos circunstanciais ou estratégicos. Houve no país, entre os anos de 1964 e 1985, uma complexa e dinâmica coexistência de princípios legais e legislações autoritárias. A esta questão, acrescentou Carlos Artur Gallo:

É fato que o Direito canaliza o uso do poder para o Estado e legitima sua atuação, servindo, finalmente, à distribuição da justiça na sociedade. Essa canalização, que limita e, ao mesmo tempo, legitima o uso do poder para e em nome do Estado, é inerente à concepção do Estado Moderno. O que ocorre, contudo, e a história demonstra, é que, assim como os mecanismos jurídicos podem ser utilizados para a justiça, podem ser utilizados para a legitimação de uma ordem que, em si, é essencialmente injusta ¹⁰⁶.

Essa “instrumentalização do Direito”, como uma forma de legalizar o ilegal, é visto em seu primeiro exemplo durante a ditadura com o já comentado AI-1, editado no dia 9 de abril de 1964 pelo CSR, que se tornou a base legal do primeiro ciclo de cassações (1964-1966) ocorrido no Brasil. Este instrumento inaugurou uma espécie de “fúria persecutória”, no dizer do destacado jurista Heleno Fragoso ¹⁰⁷.

Os Atos Institucionais eram os instrumentos necessários para que a repressão pudesse se dar naquela convivência paradoxal da permanência das instituições políticas com o regime ditatorial. Então, as instituições políticas elas poderiam permanecer e, para que elas não pudessem alterar a vontade dos governantes, havia o Ato Institucional. O Ato Institucional fazia com que a vontade política do núcleo dirigente do regime não pudesse ser apreciada pelo poder judiciário e pudesse se sobrepor a qualquer outra vontade nacional concorrente. Era um instrumento indispensável à manutenção do arbítrio e à consolidação do regime. Por essa razão que os Atos Institucionais que tinham os seus prazos determinados e limitados, praticamente, eles se tornaram permanentes durante os vinte anos de regime militar ¹⁰⁸.

¹⁰⁶ GALLO, Carlos Artur. Memória, verdade, justiça e direitos humanos: um estudo sobre as relações entre o Direito e a memória da Ditadura Civil-Militar no Brasil. **Plural**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 21, n. 1, 2014, p. 33.

¹⁰⁷ FRAGOSO, Heleno Cláudio. **Advocacia da liberdade**: a defesa nos processos políticos. Rio de Janeiro: Forense, 1984, p. 1.

¹⁰⁸ LIMA, Maurílio Ferreira. **Maurílio Ferreira Lima**: depoimento [fev. 1985]. Entrevista concedida ao **Projeto História Oral do Movimento Político Militar de 1964 no Nordeste**. Entrevistador: Eliane Moury Fernandes. Recife: Centro de Documentação e de Estudos da História Brasileira Rodrigo Melo Franco de Andrade (CEHIBRA), [da] Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), 1985, p. 50.

Nesse sentido, o AI-1 correspondia a um verdadeiro malabarismo legal no país ¹⁰⁹. Era a fórmula jurídica perfeita encontrada pelos militares para justificar um ato de força (ilegal) contra os cassados, isto é, um demagogismo jurídico, com a finalidade de dar “ar” de legalidade formal a uma ação que era, por excelência, absurda e arbitrária ¹¹⁰.

[...] o golpe [de 64] resultou na derrubada de um governo eleito na forma prevista na Constituição de 1946, por meios que não estavam previstos naquela mesma carta. Não era possível, então, tomar o poder e, ao mesmo tempo, defender a Constituição em vigor. A alternativa encontrada e desenvolvida pelo regime foi engenhosa ¹¹¹.

E essa engenhosidade foi a edição de atos excepcionais. Como destacou Maria Kinzo: “[...] embora os militares estivessem recorrendo a procedimentos legais para solicitar a punição dos deputados, na verdade tratava-se apenas de manter uma fachada de legalidade, uma vez que os deputados estavam protegidos pela cláusula constitucional” ¹¹². Em suma, pode-se afirmar que o AI-1 era a conjugação de dois fatores:

- a necessidade do novo regime de utilizar medidas duras e saneadoras;
- e a necessidade de revestir as práticas persecutórias com trâmites legais e um manto de legitimidade, refletindo larga tradição brasileira em favor do bacharelismo e do burocratismo.

A compreensão da conjugação desses dois fatores é de suma importância para que possamos entender os passos do regime militar brasileiro, que sempre estiveram baseados nessa complexa e contraditória relação que mesclava ações draconianas com um rito processual legal. O Ato Institucional nº 2 (AI-2) aumentou ainda mais o rito legal cassatório ao incluir a necessidade de o presidente da República “ouvir o Conselho de Segurança Nacional” (CSN) antes de determinar a cassação de um mandato eletivo. Desenvolveremos essa questão ao longo deste capítulo.

¹⁰⁹ Segundo o historiador francês Claude Lefort, esse “malabarismo jurídico” só é possível em Estados de exceção, pois as “verdadeiras democracias” (as chamadas “democracia completas”) conhecem a completa dissociabilidade entre a política e o ordenamento jurídico. “*O Estado democrático excede os limites tradicionalmente atribuídos ao Estado de direito. Experimente direitos que ainda não lhe estão incorporados, e o teatro de uma contestação cujo objeto não se reduz a conservação de um pacto tacitamente estabelecido mas que se forma a partir de focos que o poder não pode dominar inteiramente*”. LEFORT, Claude. **A invenção democrática**: os limites da dominação totalitária. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 56.

¹¹⁰ Questionado anos depois pelos pesquisadores do Cpdoc sobre o embasamento jurídico das cassações parlamentares durante a ditadura, o ex-presidente Ernesto Geisel taxativamente falou que não havia legalidade clara. Aos olhos da ditadura, para o embasamento jurídico das cassações prevalecia a própria “revolução”. Cf. D’ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. **Ernesto Geisel**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997, p. 219.

¹¹¹ PAIXÃO, op. cit. (2014), p. 428-429.

¹¹² KINZO, op. cit. (1988), p. 106.

Com o artigo 10 do AI-1, o Presidente da República passava a ter o poder de suspender as garantias da imunidade parlamentar, suprimir direitos políticos e cassar sumariamente mandatos eletivos de representantes de quaisquer níveis federal, estadual e municipal. Em outras palavras, o Executivo passava a ter o poder de realizar o “saneamento político” tão esperado pela cúpula militar ¹¹³.

Com o AI-1, os militares brasileiros tinham em mãos então um instrumento legal para fortalecer o Executivo, enterrar formalmente o regime constitucional de 1946, limitar os poderes do Congresso Nacional, transferindo-os em grande parte ao Executivo e aplicar as punições aos opositores da ditadura ¹¹⁴. Esse Ato propiciou a desejada centralização do poder nas mãos do Executivo, uma vez que este se colocou no papel de legislador independente, dispondo, para isso, dos decretos-leis.

Os militares apresentaram a edição do AI-1 como o meio necessário e adequado para consecução dos “objetivos revolucionários” de moralização da vida política e econômica do Brasil. Em face desse objetivo “nacional” de “restauração da ordem interna”, justificava-se a repressão e a eliminação dos opositores, considerados o Mal, o inimigo a ser combatido ¹¹⁵.

O AI-1 se tornou a base legal do primeiro ciclo de cassações (1964-1966) ocorrido no país. Este instrumento abriu no país uma espécie de “fúria persecutória”, no dizer do destacado jurista Heleno Fragoso ¹¹⁶. O artigo 10 do AI-1 suspendia as garantias de imunidade parlamentar, dando ao Executivo o poder de cassar sumariamente os mandatos de representantes de quaisquer esferas federal, estadual e municipal ¹¹⁷.

Em 10 de abril de 1964, dia seguinte à edição do AI-1, os militares lançaram dois instrumentos normativos com vistas a cortar a força político-eleitoral que as esquerdas tinham

¹¹³ O art. 10 do AI-1 dispunha: “*No interesse da paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, os Comandantes-em-chefe, que editam o presente Ato, poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de 10 (dez) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses atos*”. BRASIL. op. cit. (1964), p. 3193.

¹¹⁴ Diversos limites foram impostos ao Legislativo após a edição do AI-1. Para Claudio Beserra de Vasconcelos, o principal limite imposto foi a falta de liberdade. Como as proposições feitas pelos militares eram anunciadas como sendo de “interesse geral”, e como o regime era posto como o intérprete desse interesse, as decisões do Legislativo deveriam guiar-se de acordo com os desígnios “revolucionários”. Dessa forma, as possíveis alterações que o Congresso poderia fazer às proposições do Executivo não deveriam significar uma mudança na essência dos ditames estabelecidos pelo regime. VASCONCELOS, op. cit. (2004), p. 147.

¹¹⁵ VASCONCELOS, op. cit. (2004), p. 126.

¹¹⁶ FRAGOSO, op. cit. (1984), p. 1.

¹¹⁷ O art. 10 do AI-1 dispunha: “*No interesse da paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, os Comandantes-em-chefe, que editam o presente Ato, poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de 10 (dez) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses atos*”. BRASIL. op. cit. (1964), p. 3193.

conquistado durante o interregno democrático ¹¹⁸. O primeiro instrumento foi o Ato nº 1 do CSR, que suspendeu os direitos políticos de 100 cidadãos brasileiros, pelo prazo de dez anos. Essa lista incluiu os presidentes João Goulart e Jânio Quadros, os governadores Miguel Arraes (PE) e Seixas Dória (SE), o prefeito do Recife, Pelópidas Silveira, o deputado Leonel Brizola, o líder das Ligas Camponesas, Francisco Julião, o líder comunista Luís Carlos Prestes, o ex-ministro Celso Furtado, além de sindicalistas, intelectuais e oficiais das Forças Armadas.

O segundo instrumento foi o Ato nº 2, que cassou o mandato de 40 deputados federais e convocou os suplentes. Este ato foi visto, por muitos parlamentares apoiadores do golpe, como uma verdadeira traição dos militares à classe política brasileira. “[...] *as cassações de mandatos constituíam apenas uma das facetas da contradição entre o regime ditatorial e o pluralismo inerente a uma Casa de representação política eleita pelo povo popular. O funcionamento normal da Câmara dos Deputados era simplesmente incompatível com a ditadura*” ¹¹⁹. Para muitos parlamentares, inclusive udenistas e apoiadores do golpe, a suspensão do artigo 34 da Constituição de 1946, que assegurava a inviolabilidade do mandato parlamentar, era um exagero e uma afronta do Executivo sobre o Poder Legislativo. Como destacou Lucia Grinberg:

No debate sobre as primeiras cassações, criou-se uma controvérsia jurídica sobre a legalidade das cassações dos mandatos e sobre as implicações da perda dos direitos políticos. [...] Os políticos ainda debatiam nos termos de um Estado de Direito, uma perspectiva que só será perdida aos poucos. Haveria um tempo em que a única possibilidade de enfrentar as cassações seriam soluções políticas e, depois, nem isso. É como se, à medida que o regime ia se consolidando, fossem caindo, primeiro, as garantias jurídicas, e, em seguida, as possibilidades de negociação política ¹²⁰.

Além dos Atos nº 1 e 2, o comando militar também editou outros atos (oito no total, conforme Tabela II), em apenas quatro dias, com o objetivo de perseguir, transferir oficiais para a reserva, suspender direitos políticos e cassar mandatos eletivos. Carlos Fico chamou essas medidas iniciais do novo regime de “punições revolucionárias” ¹²¹. “*Todos esses atos não permitiam defesa aos acusados, nem apreciação judicial dos fatos que os motivaram.*

¹¹⁸ Em depoimento, o tenente-coronel Luiz Helvécio da Silveira Leite, ex-chefe de operações do CIE relatou: “*Quem são os nossos inimigos? São as esquerdas!*”. Citado em: ARGOLO, José Amaral; FORTUNATO, Luiz Alberto. **Dos quartéis à espionagem: caminhos e desvios do poder militar**, Rio de Janeiro, Mauad, 2004, p. 215.

¹¹⁹ AZEVEDO; RABAT, op. cit. (2012), p. 31.

¹²⁰ GRINBERG, op. cit. (2009), p. 54.

¹²¹ FICO, Carlos. **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 72.

*Constituíam verdadeiros ukases, como os decretos dos czares da Rússia ou de Hitler ou de Mussolini”*¹²².

Tabela II – Atos baixados pelo “Comando Supremo da Revolução”, com base no art. 10 do AI-1		
Atos	Data de promulgação	Objetivos
Ato nº 1 ¹²³	10 de abril de 1964	Suspender, pelo prazo de 10 anos, os direitos políticos de 100 cidadãos.
Ato nº 2 ¹²⁴	10 de abril de 1964	Cassar 40 mandatos do Congresso Nacional.
Ato nº 3 ¹²⁵	11 de abril de 1964	Transferir para a Reserva 122 oficiais das Forças Armadas.
Ato nº 4 ¹²⁶	13 de abril de 1964	Suspender, pelo prazo de 10 anos, os direitos políticos de 62 cidadãos.
Ato nº 5 ¹²⁷	13 de abril de 1964	Suspender, pelo prazo de 10 anos, os direitos políticos de 5 cidadãos.
Ato nº 6 ¹²⁸	13 de abril de 1964	Transferir para a Reserva 7 oficiais das Forças Armadas.
Ato nº 7 ¹²⁹	13 de abril de 1964	Transferir para a Reserva 17 oficiais das Forças Armadas.
Ato nº 8 ¹³⁰	14 de abril de 1964	Determinar a abertura de IPMs.
Ato nº 9 ¹³¹	14 de abril de 1964	Disciplinar a instauração individual e coletiva de IPMs.

Fonte: Tabela elaborada pelo autor.

De acordo com Débora Azevedo, os Estados da federação que mais perderam representantes em números absolutos foram, quase sempre, os que dispunham de mais vagas na Câmara dos Deputados. Figuravam pela ordem decrescente do número de deputados

¹²² FILHO, O., op. cit. (1993), p. 223-224.

¹²³ BRASIL. Ato do Comando Supremo da Revolução nº 1, de 10 de abril de 1964. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 10 abr. 1964, Seção 1, p. 3217.

¹²⁴ BRASIL. Ato do Comando Supremo da Revolução nº 2, de 10 de abril de 1964. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 10 abr. 1964, Seção 1, p. 3217.

¹²⁵ BRASIL. Ato do Comando Supremo da Revolução nº 3, de 11 de abril de 1964. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 11 abr. 1964, Seção 1, p. 3258.

¹²⁶ BRASIL. Ato do Comando Supremo da Revolução nº 4, de 14 de abril de 1964. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 14 abr. 1964, Seção 1, p. 3313.

¹²⁷ BRASIL. Ato do Comando Supremo da Revolução nº 5, de 13 de abril de 1964. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 14 abr. 1964, Seção 1, p. 3313.

¹²⁸ BRASIL. Ato do Comando Supremo da Revolução nº 6, de 13 de abril de 1964. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 14 abr. 1964, Seção 1, p. 3313.

¹²⁹ BRASIL. Ato do Comando Supremo da Revolução nº 7, de 13 de abril de 1964. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 14 abr. 1964, Seção 1, p. 3313.

¹³⁰ O Ato nº 8 pode ser encontrado no site do Brasil Nunca Mais Digital. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=legbnm&pagfis=45&pesq>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

¹³¹ BRASIL. Ato do Comando Supremo da Revolução nº 9, de 14 de abril de 1964. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 14 abr. 1964, Seção 1, p. 3314.

cassados, os seguintes Estados: Guanabara, São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Pernambuco ¹³².

Conforme se vê na Tabela III, nas listas de punições editadas pelo comando militar constavam cinco deputados federais pernambucanos: Arthur Lima Cavalcanti (PTB) ¹³³, Francisco Julião (PSB/PST) ¹³⁴, José Lamartine Távora (PTB) ¹³⁵ ¹³⁶, Murilo Costa Rego

¹³² AZEVEDO; RABAT, op. cit. (2012), p. 55.

¹³³ **Arthur Lima Cavalcanti** nasceu, em Recife, em setembro de 1930. Foi sobrinho do ex-interventor federal em Pernambuco (1930-1937), Carlos de Lima Cavalcanti. Em outubro de 1958, elegeu-se vice-prefeito de Recife, pelo PTB, na chapa encabeçada por Miguel Arraes. Em outubro de 1962, elegeu-se deputado federal, pelo PTB. Com o golpe de 64, e devido à sua ligação política com as esquerdas e com Miguel Arraes, teve os direitos políticos suspensos (Ato nº 1 do Comando Supremo da Revolução) e o seu mandato cassado (Ato nº 2 do Comando Supremo da Revolução). Segundo consta na biografia elaborada pelo CPDOC, com o processo de abertura política, Arthur Lima Cavalcanti beneficiou-se com a Lei de Anistia e ingressou no PT, sendo expulso deste em janeiro de 1981. Com a saída da legenda, filiou-se ao PMDB, legenda em que se elegeu deputado estadual no pleito de novembro de 1982, na legislatura 1983/1987. Em novembro de 1986, disputou uma vaga de deputado federal constituinte, ainda pelo PMDB, obtendo apenas uma suplência. Em 1987, filiou-se ao PDT. Em janeiro de 1989, assumiu o mandato de deputado federal, ocupando a vaga de Luís Freire (filho do ex-ministro Marcos Freire), que naquele mês fora empossado na prefeitura de Olinda (PMDB, 1989/1992). Arthur Lima Cavalcanti deixou a Câmara dos Deputados em janeiro de 1991, ao final da legislatura, não tendo concorrido à reeleição no pleito de outubro de 1990. Faleceu em junho de 1994, no Recife. Adaptado de: Adaptado de: ABREU, Alzira Alves de et al. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós 1930**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001, p. 1265-1266. CAVALCANTI, Arthur de Lima. **Arthur de Lima Cavalcanti**: depoimento [jul. 1982]. Entrevista concedida ao **Projeto História Oral do Movimento Político Militar de 1964 no Nordeste**. Entrevistador: Cristina Inojosa e Eliane Moury Fernandes. Recife: Centro de Documentação e de Estudos da História Brasileira Rodrigo Melo Franco de Andrade (CEHIBRA), [da] Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), 1982. Informação nº 150/115/ARE/79, 30 mar. 1979. SNI, Agência Recife (Atualização das atividades de elementos atingidos pelos Atos Institucionais 1, 2 e 5). Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: ARE_ACE_263_79, p. 2-16. **Prontuário Funcional n. 12504**. Acervo DOPS/APEJE. Fundo SSP n. 18911 “B”.

¹³⁴ **Francisco Julião** nasceu em fevereiro de 1915, em Bom Jardim, no agreste pernambucano. Oriundo de família proprietária de terras e engenhos. Bacharelou-se em Direito, em 1939, pela Faculdade de Direito do Recife. Em 1947, filiou-se ao PSB. A presença de Julião conferiu dinamismo à seção pernambucana do PSB. Em outubro de 1954, foi o primeiro parlamentar eleito pelo PSB no estado, ao conquistar uma cadeira na ALEPE. No ano seguinte, passou a defender os camponeses da Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, uma associação beneficente com fins assistencialistas fundada no Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão, na Zona da Mata. Em pouco tempo, a Sociedade foi se radicalizando e se tornou a primeira Liga Camponesa do país. No pleito de outubro de 1958, foi reeleito com expressiva votação para mais um mandato de deputado na ALEPE, pelo PSB. Tornou-se um dos principais líderes dos camponeses nordestinos – “Reforma agrária na lei ou na marra” era o seu lema mais conhecido. Em outubro de 1962, foi eleito deputado federal na legenda da “Aliança de Base Cívica” (PST-PSB). Com o golpe de 1964, teve os direitos políticos suspensos (Ato nº 1 do Comando Supremo da Revolução) e o seu mandato cassado (Ato nº 2 do Comando Supremo da Revolução). Após o golpe, permaneceu cerca de três meses na clandestinidade, antes de ser preso e levado a diferentes cárceres (“oito calabouços”), em Brasília, no Rio de Janeiro e em Recife, sofrendo maus-tratos e torturas físicas e psicológicas, durante 18 meses. Em dezembro de 1965, finalmente conseguiu a liberdade através de um *habeas corpus* impetrado pelo advogado Sobral Pinto. Poucos dias depois, exilou-se no México. Com a anistia, retornou ao Brasil em 1979. Tentando reconstruir sua carreira política, filia-se ao PDT e se dedica prioritariamente à organização do novo partido em seu estado natal. Em 1986, concorreu a uma vaga de deputado constituinte por Pernambuco, pelo PDT, mas não conseguiu se eleger. Em dezembro do mesmo ano, viajou para o México, onde faleceu em julho de 1999. Adaptado de: ABREU, op. cit. (2001), p. 2884-2888.

¹³⁵ **José Lamartine Távora** nasceu em Orobó, no agreste pernambucano, em junho de 1929. Bacharelou-se em Direito no ano de 1952. Filiado ao PTB-PE, participou de sua criação, chefiando a Juventude Trabalhista e a instalação dessa agremiação em diversos municípios pernambucanos, entre os quais Paulista, Olinda, Jaboatão, Goiana, Caruaru e Garanhuns. Em outubro de 1958, elegeu-se deputado federal, pela coligação “Oposições

(PTB)¹³⁷ e Waldemar Alves (PSB/PST)¹³⁸. Além de quatro suplentes: Pelópidas Silveira (PSB/PST)¹³⁹, Barros Barreto (PSB/PST)¹⁴⁰, Luis Portela Carvalho (PTB)¹⁴¹ e Albérico Tavares de Moraes (Suplente – PSB/PST)¹⁴².

Unidas” (PTB – PST – UDN), para a legislatura 1959/1962. Na Câmara, fez parte da “Frente Parlamentar Nacionalista (FPN)”. Em outubro de 1962, foi reeleito deputado federal, pelo PTB. Com o golpe de 64, teve os direitos políticos suspensos (Ato nº 1 do Comando Supremo da Revolução) e o seu mandato cassado (Ato nº 2 do Comando Supremo da Revolução). Com a cassação, se auto-exilou durante 4 meses na embaixada da Iugoslávia em Brasília. Em seguida, viajou para aquele país, transferindo-se posteriormente para a Itália e depois para o Chile. De volta ao Brasil, em fevereiro de 1966, passou a exercer a advocacia. Em 1980, foi um dos fundadores do PDT, junto com Leonel Brizola, tendo sido eleito seu primeiro presidente em Pernambuco. Em setembro de 1997, desligou-se do PDT e filiou-se ao PMDB. Faleceu em novembro de 2009, no Recife. Adaptado de: ABREU, op. cit. (2001), p. 5689-5690. Informação nº 150/115/ARE/79, 30 mar. 1979. SNI, Agência Recife (Atualização das atividades de elementos atingidos pelos Atos Institucionais 1, 2 e 5). Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: ARE_ACE_263_79, p. 2-16. **Prontuário Funcional n. 21913-B**. Acervo DOPS/APEJE. Fundo SSP n. 15819.

¹³⁶ Na Câmara, José Lamartine Távora integrou a “Frente Parlamentar Nacionalista” (FPN). A FPN foi um grupo interpartidário, que atuou entre 1957 e 1964, reunindo entre 50 e 70 deputados de vários partidos, e, mesmo sem ser reconhecida formalmente pela Mesa da Câmara, pois não havia previsão para isso no Regimento Interno, obteve notável repercussão dentro e fora do Congresso. Organizada em 1957, ainda no governo Kubitschek, a FPN tinha o objetivo de defender, no Congresso Nacional, temas da agenda nacionalista, entre os quais o combate à remessa de lucros para o exterior, o superfaturamento das importações e o subfaturamento das exportações, o domínio das reservas de minérios estratégicos nacionais pelas multinacionais e a defesa de uma política autônoma de desenvolvimento da economia nacional. A FPN trabalhou em conjunto com o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), organismo fundado, em 1955, durante o governo de Café Filho, que contribuiu na formulação da política desenvolvimentista implantada posteriormente por Kubitschek. Na década de 1960, a FPN aderiu à ação de mobilização política, aliando-se aos estudantes, sindicatos e ao PCB, numa luta mais agressiva pelo controle dos lucros das empresas estrangeiras, por uma política de extensão dos benefícios do desenvolvimento a todas as regiões do país e pela transformação da estrutura agrária. Atuou, também, em parceria com a “Frente de Mobilização Popular” (FMP). A FMP – criada em 1962, sob a liderança do então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola – atuou como grupo de pressão popular, exigindo que o presidente João Goulart implantasse as “reformas de base” (agrária, urbana, tributária, bancária e constitucional). A FMP contou com a adesão de organizações sindicais, estudantes, femininas, camponesas e de alguns integrantes do Congresso Nacional e do Partido Comunista Brasileiro (PCB). A FMP lançou vários manifestos, dentre eles o de apoio à rebelião dos sargentos em Brasília de setembro de 1963, e o de apoio ao nome de Leonel Brizola para ministro da Fazenda. Foi fechada em 31 de março de 1964 pelos militares e seus integrantes tiveram seus direitos políticos suspensos. TOLEDO, Caio Navarro. **ISEB: fábrica de ideologias**. São Paulo: Ática, 1978. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **Frente Parlamentar Nacionalista: utopia e cidadania**. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, 1994. FERREIRA, Jorge. **A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular**. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n. 47, 2004.

¹³⁷ **Murilo Costa Rego** nasceu em Recife, em novembro de 1927. Dentista e advogado, iniciou sua vida política elegendo-se deputado federal no pleito de outubro de 1962, na legenda da Frente Popular Democrática, coligação formada pela UDN e o PSD. Teve forte articulação com as esquerdas pernambucanas. Com o golpe de 64, teve os direitos políticos suspensos (Ato nº 1 do Comando Supremo da Revolução) e o seu mandato cassado (Ato nº 2 do Comando Supremo da Revolução). Após a sua cassação, transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde se dedicou às atividades advocatícias em escritório particular. Faleceu no Rio de Janeiro, em setembro de 1974. Adaptado de: ABREU, op. cit. (2001), p. 4942. Informação nº 150/115/ARE/79, 30 mar. 1979. SNI, Agência Recife (Atualização das atividades de elementos atingidos pelos Atos Institucionais 1, 2 e 5). Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: ARE_ACE_263_79, p. 2-16. **Prontuário Funcional n. 23731**. Acervo DOPS/APEJE. Fundo SSP n. 17659.

¹³⁸ **Waldemar Alves** nasceu em Recife, em julho de 1915. No pleito 19 de janeiro de 1947 para a Assembleia Constituinte Estadual, ficou como 4º suplente pelo PCB. Em outubro de 1962, conseguiu eleger-se deputado federal na legenda da “Aliança de Base Cívica”, constituída pelo PST, ao qual era filiado, e o PSB. Com o golpe de 64, teve os direitos políticos suspensos (Ato nº 1 do Comando Supremo da Revolução) e o seu mandato

cassado (Ato nº 2 do Comando Supremo da Revolução). Adaptado de: ABREU, op. cit. (2001), p. 185. As informações sobre a biografia do ex-deputado são poucas ou incompletas. Não foi possível, por exemplo, precisar a data de seu falecimento. Sobre o motivo de sua cassação, a pesquisadora Alessandra Maria dos Santos traz a seguinte informação: “*Se a ligação ao comunismo era motivo de intolerância; ser católico, razão de defesa. O deputado federal, Waldemar Luis Alves, ao ter seu mandato cassado recorre ao Tribunal Regional Eleitoral. Sob acusação, do Partido de Representação Popular e do vereador Wandenkolk Wanderley, de ter sido eleito, no ano de 1946, quarto suplente de parlamentar federal pelo Partido Comunista Brasileiro. Anexa aos documentos de arazoamento como prova de sua conduta cristã e contrária à ideologia comunista: diploma de filiação à Irmandade de Jerusalém e quadro de lembranças de batismo de seus filhos*”. SANTOS, Alessandra Maria dos. **A interiorização da educação popular em Pernambuco (1956 a 1964)**: Nazaré da Mata (Mata Norte), Palmares (Mata Sul) e Caruaru (Agreste). 2014. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014. Informação nº 150/115/ARE/79, 30 mar. 1979. SNI, Agência Recife (Atualização das atividades de elementos atingidos pelos Atos Institucionais 1, 2 e 5). Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: ARE_ ACE_263_79, p. 2-16. **Prontuário Funcional n. 16383**. Acervo DOPS/APEJE. Fundo SSP n. 9998.

¹³⁹ **Pelópidas Silveira** nasceu em Recife, em abril de 1915. Bacharelou-se em Engenharia Civil, em 1935. Com o fim do Estado Novo, foi nomeado prefeito do Recife, tendo exercido o cargo de fevereiro a agosto de 1946, no governo do interventor José Domingues da Silva. Fez uma administração voltada às classes populares. Em 1947, candidatou-se ao governo de Pernambuco pela Esquerda Democrática (agrupamento progressista criado de uma cisão da UDN e que daria origem ao PSB), com o apoio do PCB, mas conquistou apenas o terceiro lugar. Em outubro de 1955, houve a primeira eleição para a Prefeitura do Recife – até então nomeado pelo governador. Com apoio da “Frente do Recife” – coligação formada pelo PSB, o PTB e o PCB (já na ilegalidade) –, elegeu-se prefeito do Recife, para o mandato 1956/1959, com uma expressiva votação, derrotando Paulo Germano (PSD), deputado e filho do ex-interventor Agamenon Magalhães. Em outubro de 1958, já no PSB, foi candidato ao cargo de vice-governador na chapa encabeçada por Cid Sampaio (UDN) e apoiada pela aliança interpartidária “Frente do Recife” (PCB, PSB e PTB), para o mandato 1959/1962. Eleito, só tomou posse em dezembro de 1959, uma vez que não podia acumular as funções de prefeito de Recife e as de vice-governador. Foi substituído na prefeitura por Miguel Arraes. Em outubro de 1962, foi candidato a deputado federal na legenda da “Aliança de Base Cívica” (PST-PSB), mas obteve apenas a primeira suplência. Participou ativamente da campanha de Miguel Arraes ao governo do Estado no ano de 1962. Tornou-se secretário de Viação e Obras Públicas de Pernambuco, no primeiro governo de Arraes – permanecendo no cargo até dezembro de 1963. Em agosto de 1963, conquistou novamente a Prefeitura do Recife, apoiado pela Frente do Recife, assumindo o cargo em dezembro. Com o golpe de 64, foi deposto pela Câmara Municipal do Recife e preso pelos militares no dia 2 de abril de 1964. Teve os direitos políticos suspensos (Ato nº 1 do Comando Supremo da Revolução) e a sua suplência de deputado federal cassada (Ato nº 2 do Comando Supremo da Revolução). Ficou preso durante sete meses. Em outubro de 1965, foi aposentado como professor da Escola de Engenharia da UFPE, por ato institucional. Em julho de 1979, filiou-se ao MDB, e, após extinção do bipartidarismo em novembro do mesmo ano, filiou-se ao PMDB. Em maio de 1980, foi beneficiado pela Lei da Anistia (Lei nº 6.683/79), reintegrando-se à UFPE. No ano seguinte, aposentou-se da universidade por vontade própria. Faleceu no Recife, em setembro de 2008. FILHO, Jaime de Azevedo Gusmão (Org.). **Pelópidas: o homem e a obra**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005. Adaptado de: ABREU, op. cit. (2001), p. 5466-5467. Informação nº 150/115/ARE/79, 30 mar. 1979. SNI, Agência Recife (Atualização das atividades de elementos atingidos pelos Atos Institucionais 1, 2 e 5). Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: ARE_ ACE_263_79, p. 2-16. **Prontuário Funcional n. 16458**. Acervo DOPS/APEJE. Fundo SSP n. 10077.

¹⁴⁰ Apesar do nosso esforço, não foi possível traçar um razoável perfil biográfico de Barros Barreto (Luiz Antonio Cavalcanti Barros Barreto). As poucas informações sobre a sua vida dão conta de que ele fora presidente do PST na década de 1960, o grande articulador que levou Miguel Arraes para a sigla, e teria conquistado a 2ª suplência de deputado federal na legenda da “Aliança de Base Cívica” (PST-PSB) no pleito de outubro de 1962. Com o golpe de 64, teve os direitos políticos suspensos (Ato nº 1 do Comando Supremo da Revolução) e a sua suplência cassada (Ato nº 2 do Comando Supremo da Revolução). Faleceu em 24 de junho de 1964. **Correio da Manhã**, 23 jun. 1965.

¹⁴¹ No pleito de outubro de 1962, **Luiz Portela** foi eleito suplente de deputado federal pelo PTB-PE e ocupou a vaga de 1963 a abril de 1964, quando teve seu mandato cassado pelo Ato nº 4, de 13 de abril. Luís Portela foi preso sob acusação de ser comunista. No entanto, concluído o inquérito, foi solto depois de seis meses, tendo-lhe sido concedido o habeas-corpus por unanimidade. Adaptado de: ABREU, op. cit. (2001), p. 1180. Informação nº 150/115/ARE/79, 30 mar. 1979. SNI, Agência Recife (Atualização das atividades de elementos atingidos pelos

Tabela III – Mandatos de deputados federais pernambucanos cassados durante o regime militar			
Deputados	Partidos	Data da cassação	Legislação
1964			
1. Arthur Lima Cavalcanti	PTB	10 de abril	Ato nº 2 do CSR, com base no AI
2. Francisco Julião	PSB/PST	10 de abril	Ato nº 2 do CSR, com base no AI
3. José Lamartine Távora	PTB	10 de abril	Ato nº 2 do CSR, com base no AI
4. Murilo Costa Rego	PTB	10 de abril	Ato nº 2 do CSR, com base no AI
5. Waldemar Alves	PSB/PST	10 de abril	Ato nº 2 do CSR, com base no AI
6. Pelópidas Silveira	PSB/PST (Suplente)	10 de abril	Ato nº 2 do CSR, com base no AI
7. Barros Barreto	PSB/PST (Suplente)	10 de abril	Ato nº 2 do CSR, com base no AI
8. Luis Portela Carvalho	PTB (Suplente)	13 de abril	Ato nº 4 do CSR, com base no AI
9. Albérico Tavares de Moraes	PSB/PST (Suplente)	13 de abril	Ato nº 4 do CSR, com base no AI
1968			
10. José Carlos Guerra	ARENA	30 de dezembro	Decreto de 30 de dezembro, com base no AI-5
11. Maurílio Ferreira Lima	MDB	30 de dezembro	Decreto de 30 de dezembro, com base no AI-5
1969			
12. Oswaldo Lima Filho	MDB	16 de janeiro	Decreto de 16 de janeiro, com base no AI-5
13. Aldemar Carvalho	MDB	7 de fevereiro	Decreto de 7 de fevereiro, com base no AI-5
14. Ney Maranhão	ARENA	7 de fevereiro	Decreto de 7 de fevereiro, com base no AI-5
15. Edson Moury Fernandes	ARENA	7 de fevereiro	Decreto de 7 de fevereiro, com base no AI-5
16. Estácio Souto Maior	ARENA	29 de abril	Decreto de 29 de abril, com base no AI-5
17. Edgar Bezerra Leite	ARENA (Suplente)	29 de abril	Decreto de 29 de abril, com base no AI-5
18. Clodomir Leite	MDB (Suplente)	29 de abril	Decreto de 29 de abril, com base no AI-5
19. Andrade Lima Filho	MDB (Suplente em exercício)	29 de abril	Decreto de 29 de abril, com base no AI-5

Fonte: Tabela elaborada pelo autor.

Atos Institucionais 1, 2 e 5). Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: ARE_ACE_263_79, p. 2-16. **Prontuário Funcional n. 20711**. Acervo DOPS/APEJE. Fundo SSP n. 14332.

¹⁴² A família de **Albérico Tavares de Moraes** (falecido em 1972) obteve na Justiça, no dia 26 de outubro de 2010, o direito à indenização por danos morais e materiais, em decorrência do sofrimento e prejuízos profissionais causados ao político e sua família, após a suspensão dos seus direitos políticos pelo Ato nº 4 do Comando Supremo da Revolução, de 13 de abril de 1964. Disponível em: <http://www.trf5.jus.br/noticias/1705/fama-lia_de_ex-servidor_que_teve_direitos_politicos_cassados_ac_indenizada.html>. Acesso em: 29 out. 2016. Informação nº 150/115/ARE/79, 30 mar. 1979. SNI, Agência Recife (Atualização das atividades de elementos atingidos pelos Atos Institucionais 1, 2 e 5). Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: ARE_ACE_263_79, p. 2-16. **Prontuário Funcional n. 2651**. Acervo DOPS/APEJE. Fundo SSP n. 0923.

Com o golpe de 64, os militares construíram um discurso ideológico para justificar a caça e as cassações dos supostos “comunistas”, “subversivos”, “corruptos”, apresentando-as como uma resposta eficaz do governo à “radicalização” provocada pela oposição. O intuito do governo era unicamente “defender o povo brasileiro”. O regime apresentava-se, assim, com a missão de salvar a democracia brasileira. O fazer dos militares era, portanto, um fazer defensivo. Não era o regime que radicalizava a repressão e aumentava o arbítrio, ensejando reações por parte da oposição, mas sim o contrário. Era a oposição que “radicalizava” e “desmoralizava”, obrigando o regime a restabelecer a ordem, a um fazer um ato defensivo para “salvar” a democracia e a usar o poder das cassações, embora, no fundo, não quisesse fazê-lo. Os militares ao mesmo tempo em que buscaram construir uma imagem de legitimidade do regime, fez o oposto com relação à oposição na mais sorrateira estratégia do “*argumentum ad personam*”, ou seja, de desqualificar o adversário.

As falas do ex-presidente Ernesto Geisel são, por exemplo, uma demonstração dessa “dialética invertida”, que elimina a responsabilidade do governo sobre a ação e a põe exclusivamente na oposição, o “outro”, o inimigo a ser combatido. “*Na área da ARENA, não tive maiores problemas. [...] O problema maior era a oposição. E na oposição destacavam-se os radicais, o que às vezes nos levava à cassação*”¹⁴³. “[...] *se o adversário começa a deblaterar contra o governo, a falar mal do governo, a reagir contra o governo, a conspirar contra o governo, necessariamente vem a reação. Tanto que eu tive de fazer várias cassações*”¹⁴⁴. “*O Legislativo tinha absoluta liberdade nos discursos. Nunca interfeiri nos discursos que se faziam. Houve casos de discursos muito acalorados, ou contra o regime ou contra a revolução, houve até casos em que fui praticamente obrigado a cassar*”¹⁴⁵.

Ao longo do regime militar brasileiro, 1058 pessoas tiveram seus direitos políticos suspensos por 10 anos ou perderam seus mandatos eletivos¹⁴⁶. Além de arbitrárias, ao romperem abruptamente o exercício legal dos mandatos concedidos pelo povo brasileiro, as cassações dos parlamentares acarretavam graves prejuízos financeiros, sociais e emocionais, assim como perda de oportunidades, danos materiais, danos à reputação e gastos com assistência jurídica¹⁴⁷. A maioria dos cassados enfrentou algum tipo de dificuldade para

¹⁴³ Cf. D’ARAÚJO; CASTRO, op. cit. (1997), p. 459, grifo nosso.

¹⁴⁴ Ibid., p. 504, grifo nosso.

¹⁴⁵ Ibid., p. 482, grifo nosso.

¹⁴⁶ FIGUEIREDO, op. cit. (1978), p. 155.

¹⁴⁷ É importante que se diga que as cassações ocorridas durante a ditadura militar correspondiam a uma violência não apenas contra o detentor do mandato, mas também contra o eleitor, que tinha depositado seu voto em determinado candidato e viu seu direito de escolha surrupiado de maneira ilegal, ilegítima e autoritária.

encontrar emprego após a cassação. Já que a possibilidade de assumir qualquer cargo público era praticamente nula devido à perda dos direitos políticos pelo prazo de 10 anos, a maioria dos cassados voltou-se ao trabalho autônomo ou ao exílio. Os que tinham certo círculo de amizade ainda conseguiram uma oportunidade na iniciativa privada, mas isso se restringiu a apenas uma pequena parcela, pois, no geral, as empresas dificilmente contratavam pessoas de currículo manchado, ou seja, *persona non grata* pelo governo.

Como se verá mais à frente, embora cassados muitos parlamentares não saíram da cena política, trabalhando, junto com os comunistas, disfarçados ou na clandestinidade, nos bastidores do MDB. Foi o caso, por exemplo, de Liberato Costa Júnior, que, embora cassado, ainda continuou nos bastidores da agremiação oposicionista. Em suas palavras:

Naquele tempo, comício era a coqueluche. Eu ia com um chapéu tipo mexicano daquele tamanho, que comprei, de palha. Mudava meu tipo de indumentária, barba grande, e ia assistir os comícios lá pelos subúrbios; acompanhava os comícios. E lutando, de casa em casa, fazendo uma drenagem da opinião pública assim, para a gente derrubar o sistema. [...] eu ia também para a casa de alguns deputados, de alguns líderes do partido. Mas às reuniões do partido, eu podia só assistir, porque eu estava impedido de opinar ¹⁴⁸.

Todos os emedebistas pernambucanos da primeira geração que foram cassados e não tiveram que se exilar continuaram ajudando o MDB a crescer e a se consolidar no Estado. Trabalharam internamente na agremiação, seja nas discussões sobre as teses e os programas do partido, seja na campanha dos “emedebistas autênticos” nos anos 70 como cabos eleitorais, entre outros. Veja-se, por exemplo, o depoimento do deputado cassado Andrade Lima:

[...] quando fazíamos comícios, eu já estava nesse tempo cassado, eu, Geraldo Pinho Alves e Liberato Costa Júnior, nós nos mascarávamos um pouco e assim chegamos a falar em alguns comícios: era o vereador fulano de tal de Itaíba, era o vereador de Ipojuca, dávamos um nome qualquer e falávamos. Até que um dia eu saí e quando descí, Maurílio sabe disso, ele estava sempre em nossos comícios, e quando eu saí encontrei um soldado que me acompanhou um pouco e disse: “*Dr. Andrade, eu conheci o senhor. Tenha cuidado, não faça isso não!*”. Depois eu falei para os companheiros e nós resolvemos não utilizar mais essa tática ¹⁴⁹.

As cassações trouxeram também graves prejuízos psíquicos e morais aos cassados. Homens, muitas vezes, idealistas, que tinham conseguido o mandato com muita paixão, suor e sacrifício, se viam, de uma hora para outra, aliado do cargo tão almejado, afastado do círculo

¹⁴⁸ JÚNIOR, op. cit. (2007), p. 431-432.

¹⁴⁹ Depoimento de Luiz de Andrade Lima prestado à CEMVDHC em 24 de novembro de 2015 na audiência pública sobre resistência política e cassação de mandatos parlamentares.

de poder e distante do Parlamento, local onde acreditava que poderia transformar a realidade do país. Muitos parlamentares passaram por momentos de depressão pós-cassação. Muitos optaram por se afastar dos parlamentares cassados (vistos como perigosos, comunistas e subversivos), tanto por ser um risco à própria vida, bem como simplesmente por questões de preconceito e ignorância. Como escreveu Egídio Ferreira Lima em seu livro de memórias: “*Amigos de ontem, inclusive de freqüência a nossa residência, cortavam caminho e negavam cumprimento. Temiam o contágio do homem marcado pelo arbítrio*”¹⁵⁰.

Vale destacar que as cassações ocorridas no plano legislativo, no período pós-golpe, não ficaram resumidas ao Congresso Nacional, atingiram também diversas assembleias legislativas estaduais e câmaras de vereadores pelo país¹⁵¹. Em Pernambuco, por exemplo, no dia 20 de abril de 1964, outro duro golpe atingiu em cheio a esquerda pernambucana. Além das cassações de prefeitos, do governador do Estado e deputados federais, exílios, prisões ilegais e assassinatos das principais lideranças pernambucanas, os militares conseguiram dismantelar a representação da esquerda no Poder Legislativo Estadual.

Por ordem do coronel Hélio Ibiapina, presidente dos IPMs no IV Exército, a ALEPE, 20 dias após o golpe civil-militar, tomando como base o artigo 10 do AI-1, cassou o mandato

¹⁵⁰ LIMA, Egídio Ferreira. **Sinais de vida**. Recife: Editora Comunicarte, 1982, p. 71.

¹⁵¹ Os militares não cassaram apenas os mandatos dos deputados federais e estaduais não alinhados à “Revolução”, mas abarcaram também as câmaras municipais. Na Câmara Municipal do Recife, por exemplo, foram cassados os mandatos dos vereadores Jarbas de Holanda Pereira (PTB), Felício Coelho de Medeiros (PTN) e Luiz Sebastião Cavalcanti (PSB). Também foram cassados todos os suplentes do PSB (ao total 30 suplentes), exceto Antônio Alves Barbosa, que assumiu a cadeira de Luiz Cavalcanti, e Eduardo Martins de Lima, suplente pelo PST. Câmara cassou mandatos de vereadores vermelhos. **Diário de Pernambuco**, Recife, 10 abr. 1964. O município de Olinda é outro exemplo claro de perseguição dos militares aos componentes da esquerda. No dia 21 de outubro de 1965, foram cassados os vereadores Marques Dourado e Antonio Bezerra Gomes. Soldados da Polícia Militar ocuparam a Câmara durante a votação da cassação, por determinação do delegado Álvaro da Costa Lima. O “Diário” de Olinda. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 11, 22 out. 1965. Geraldo Guedes e Luciano Soares assumiram o mandato de vereador em Olinda, após a cassação de Marques Dourado e Antonio Bezerra Gomes. No dia 23, o vereador Roberval de Souza Lopes foi cassado pela Câmara Municipal de Olinda, sob acusação de falta de decoro parlamentar. O motivo: o vereador foi acusado de ter na Câmara o processo de cassação dos vereadores Marques Dourado e Antonio Bezerra Gomes. Na manhã do dia 24, em sessão lotada e tumultuada na Câmara Municipal de Olinda, o prefeito do município, Eufrásio Barbosa, foi cassado e teve os seus direitos políticos suspensos por cinco anos. Na ocasião, 9 vereadores votaram a favor da cassação e 4 foram contrários (os vereadores Elcio Siqueira, Severino Arruda, Luciano Soares e Luiz Paiva). Substituiu Eufrásio Barbosa, o vice-prefeito Benjamim Machado. Segundo informe do *Diário de Pernambuco*, o prefeito foi cassado, entre outras coisas, pelas seguintes acusações: a) de não responder aos pedidos de informação da Câmara Municipal de Olinda; b) gastar sem autorização do deliberativo municipal; c) apropriação indébita; e d) tomar cerveja em público. Cassado mandato do prefeito de Olinda em processo que Adv. Souto Borges entende “tipicamente medieval”. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 3, 26 out. 1965. Sobre esse episódio cabe lembrar um importante fato de reparação ocorrido recentemente. Por iniciativa do então vereador Marcelo Santa Cruz, irmão do desaparecido político Fernando Santa Cruz, a Câmara Municipal de Olinda fez sessão especial no dia 31 de março de 2015 para promover a restituição simbólica dos mandatos do prefeito Eufrásio Barbosa e dos vereadores cassados pela ditadura militar. Foram devolvidos os mandatos dos vereadores Antônio Bezerra Gomes, Antônio Marques Dourado e Roberval de Souza Lopes. Na Prefeitura foi afixada uma placa homenageando o ex-prefeito Eufrásio Barbosa. Os 4 ex-vereadores que na época posicionaram-se contrários à cassação de Eufrásio Barbosa também foram homenageados.

de dois deputados estaduais e de sete suplentes, através da Resolução nº 1007, sob a acusação de “atividades comunistas”¹⁵². Como escreveu Paulo Cavalcanti, se a votação do impedimento de Arraes não encontrara grandes resistências no plenário da ALEPE no dia 1º de abril, desta vez a cassação dos mandatos parlamentares foi muito mais fácil¹⁵³. Durante a votação na ALEPE, dos 55 deputados presentes, 54 votaram a favor das cassações, o único voto contrário foi do líder do governo deposto, deputado Almany Sampaio (PSD), um dos fundadores do MDB pernambucano e cassado pelos militares em julho de 1966¹⁵⁴.

Na ocasião foram cassados os deputados Gilberto Azevedo, líder do Sindicato dos Bancários¹⁵⁵ e Cláudio Braga¹⁵⁶, líder do Sindicato dos Ferroviários, além dos suplentes

¹⁵² Pernambuco: dez mandatos cassados. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 22 abr. 1964. Pernambuco expurga 12 comunistas. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 6, 21 abr. 1964.

¹⁵³ CAVALCANTI, Paulo. **O caso eu conto como o caso foi**: fatos do meu tempo – memórias políticas. v. 2. 2. ed. Recife: CEPE, 2008b, p. 29.

¹⁵⁴ **Almany Sampaio** nasceu em 1924, em Paudalho, na zona da mata pernambucana. É oriundo de uma tradicional família pernambucana. Foi eleito prefeito de Paudalho em 1955. Elegeram-se deputado estadual, com ampla votação, pelo PSD, no pleito de outubro de 1958. Reelegeram-se para a ALEPE em outubro de 1962, tornando-se líder do governo Miguel Arraes na ALEPE. Com o golpe, figurou na linha de oposição ao governo Paulo Guerra. Com a instituição do bipartidarismo, em 1965, filiou-se ao MDB, tornando-se um dos fundadores da agremiação pernambucana. No dia 5 de julho de 1966, Almany foi cassado pelo regime militar, com base no artigo 14 e 15 do AI-2, junto a 25 deputados legislativos de todo o país, um vereador e três prefeitos, suspendendo, ainda, os direitos políticos, por 10 anos de um suplente de deputado federal, três governadores e outras 13 pessoas. “A notícia da cassação do mandato do deputado Almani Sampaio colheu de surpresa os parlamentares de ambos os blocos da Assembleia Legislativa pernambucana [...]”. Cassações até para gente da ARENA. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 3, 8 jul. 1966. O *Diário de Pernambuco* assim comentou sobre a cassação de Almany: “Seu nome, vez por outra, era ventilado, nos bastidores políticos, como um dos prováveis a ser cassado pelo Governo revolucionário. Veio o ‘listão’, de abril de 1964, e os seus direitos políticos foram poupados. Outras cassações vieram, mas, malgrado os boatos, ia ficando o sr. Almany Sampaio. Até que, precedida de uma série de notícias que o davam como cassado iminente e outras que o davam como imune aos efeitos do Ato Institucional, veio a de ontem, verdadeira, que não chegou a surpreender os meios políticos em face dos rumores circulantes há vários dias, mas, de certo modo, chocou porque o deputado cassado não vinha causando maior estorvo ao Governo revolucionário, mantinha quase nenhuma atuação política [...]”. Saiu “Listão” de 25, incluindo o dep. Pernambucano Almany Sampaio. **Diário de Pernambuco**, Recife, 5 de julho de 1966. MDB chama Congresso contra novas cassações. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 8, 6 jul. 1966. Almany Sampaio faleceu no Recife, em janeiro de 2017. No dia 20 de junho de 2012, a ALEPE restituiu, simbolicamente, o seu mandato. Informação nº 150/115/ARE/79, 30 mar. 1979. SNI, Agência Recife (Atualização das atividades de elementos atingidos pelos Atos Institucionais 1, 2 e 5). Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: ARE_ ACE_263_79, p. 2-16. **Prontuário Funcional n. 21570**. Acervo DOPS/APEJE. Fundo SSP n. 15450.

¹⁵⁵ **Gilberto Azevedo** nasceu em 1926, em Recife. De origem familiar comerciante. Elegeram-se deputado estadual, pelo PST, no pleito de outubro de 1962. Foi cassado no dia 20 de abril de 1964, através da Resolução nº 1007, da ALEPE. AZEVEDO, Gilberto. **Gilberto Azevedo**: depoimento [jun. 1986]. Entrevista concedida ao **Projeto História Oral do Movimento Político Militar de 1964 no Nordeste**. Entrevistador: Eliane Moury Fernandes. Recife: Centro de Documentação e de Estudos da História Brasileira Rodrigo Melo Franco de Andrade (CEHIBRA), [da] Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), 1986. Informação nº 150/115/ARE/79, 30 mar. 1979. SNI, Agência Recife (Atualização das atividades de elementos atingidos pelos Atos Institucionais 1, 2 e 5). Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: ARE_ ACE_263_79, p. 2-16. **Prontuário Funcional n. 19584**. Acervo DOPS/APEJE. Fundo SSP n. 13188.

Cícero Targino Dantas, líder do Sindicato dos Portuários ¹⁵⁷; João Barbosa de Vasconcelos, líder do Sindicato dos Comerciários ¹⁵⁸; José Cardoso da Silva ¹⁵⁹; Manoel Vicente Ferreira ¹⁶⁰; Ramiro Justino da Silva; Carlos Luiz de Andrade ¹⁶¹; José Fagundes de Menezes ¹⁶²; Luiz Serafim dos Santos ¹⁶³.

¹⁵⁶ **Cláudio Braga** foi eleito, em 1962, pelo PST, com aproximadamente 11 mil votos (o mais votado do Estado). Entrevistado trinta e seis anos após o fato, Cláudio Braga revelou que nunca guardou mágoa daqueles votaram a favor de sua cassação “[...] porque, segundo a sua avaliação, após a queda de Jango – de quem se aproximou quando ele era ainda vice-presidente da República –, o Brasil caiu num regime de exceção e passou a ser governado pelos militares, cujos maiores expoentes da ‘linha dura’ se encontravam no IV Exército, no Recife, a exemplo dos coronéis Bandeira, Villocq e Ibiapina”. SAMPAIO, Inaldo. Cassação levou Cláudio Braga ao exílio. **Jornal do Commercio**, Recife, 12 nov. 2000. Informação nº 150/115/ARE/79, 30 mar. 1979. SNI, Agência Recife (Atualização das atividades de elementos atingidos pelos Atos Institucionais 1, 2 e 5). Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: ARE_ACE_263_79, p. 2-16. Prontuário Funcional n. 20208. Acervo DOPS/APEJE. Fundo SSP n. 13816.

¹⁵⁷ Informação nº 150/115/ARE/79, 30 mar. 1979. SNI, Agência Recife (Atualização das atividades de elementos atingidos pelos Atos Institucionais 1, 2 e 5). Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: ARE_ACE_263_79, p. 2-16. **Prontuário Funcional n. 19193**. Acervo DOPS/APEJE. Fundo SSP n. 12790.

¹⁵⁸ Informação nº 150/115/ARE/79, 30 mar. 1979. SNI, Agência Recife (Atualização das atividades de elementos atingidos pelos Atos Institucionais 1, 2 e 5). Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: ARE_ACE_263_79, p. 2-16. **Prontuário Funcional n. 19581**. Acervo DOPS/APEJE. Fundo SSP n. 13185.

¹⁵⁹ Informação nº 150/115/ARE/79, 30 mar. 1979. SNI, Agência Recife (Atualização das atividades de elementos atingidos pelos Atos Institucionais 1, 2 e 5). Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: ARE_ACE_263_79, p. 2-16. **Prontuário Funcional n. 19577**. Acervo DOPS/APEJE. Fundo SSP n. 13181.

¹⁶⁰ Informação nº 150/115/ARE/79, 30 mar. 1979. SNI, Agência Recife (Atualização das atividades de elementos atingidos pelos Atos Institucionais 1, 2 e 5). Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: ARE_ACE_263_79, p. 2-16. **Prontuário Funcional n. 19327**. Acervo DOPS/APEJE. Fundo SSP n. 12928.

¹⁶¹ Informação nº 150/115/ARE/79, 30 mar. 1979. SNI, Agência Recife (Atualização das atividades de elementos atingidos pelos Atos Institucionais 1, 2 e 5). Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: ARE_ACE_263_79, p. 2-16. **Prontuário Funcional n. 16210**. Acervo DOPS/APEJE. Fundo SSP n. 9825.

¹⁶² Informação nº 150/115/ARE/79, 30 mar. 1979. SNI, Agência Recife (Atualização das atividades de elementos atingidos pelos Atos Institucionais 1, 2 e 5). Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: ARE_ACE_263_79, p. 2-16. **Prontuário Funcional n. 26384**. Acervo DOPS/APEJE. Fundo SSP n. 20563.

¹⁶³ Informação nº 150/115/ARE/79, 30 mar. 1979. SNI, Agência Recife (Atualização das atividades de elementos atingidos pelos Atos Institucionais 1, 2 e 5). Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: ARE_ACE_263_79, p. 2-16. **Prontuário Funcional n. 19634**. Acervo DOPS/APEJE. Fundo SSP n. 13238. No dia 20 de junho de 2012, a ALEPE restituiu, simbolicamente, o mandato dos 25 deputados estaduais cassados pelo regime militar.

Antes de tudo, é importante destacarmos que, a fim de não reproduzirmos, nesta Tese, uma imagem muito comum – e na qual discordamos – de que a posição combativa do MDB começou somente nos anos 1970 com o surgimento do chamado “grupo dos autênticos”, traçamos, por uma questão de justiça, uma breve biografia daqueles parlamentares que lutaram bravamente contra a ditadura, dentro dessa legenda, antes dos “autênticos”, e que foram, violentamente, punidos, tendo direitos políticos suspensos e mandatos eletivos cassados ¹⁶⁴. Esse momento da trajetória do MDB, segundo Rodrigo Motta:

[...] geralmente é relegado ao esquecimento por estudos dedicados ao tema, que tendem a privilegiar o período pós-1973, quando começaram a atuar os “autênticos”. Mas a verdade é que, em 1968, foi bastante ativa uma parcela radicalizada do partido, que atraiu a ira do governo militar e com isso pagou o preço da cassação e do ostracismo político ¹⁶⁵.

Vale salientar que os “autênticos” tiveram, no início da década de 1970, uma importância ímpar na história do MDB e na política recente do Brasil, mas nunca é demais insistir que não podemos reduzir a trajetória desse partido à atuação desse segmento. Embora tenha tomado corpo, energia e sistemática, a posição combativa e oposicionista do MDB não começou nos anos 70, com o surgimento dos “autênticos”.

Como se pode ver na Tabela IV, entre os deputados suplentes cassados pela Resolução nº 1007 não constava o nome do advogado criminalista Sérgio Murilo ¹⁶⁶. Fato que causou estranheza entre os parlamentares e a imprensa local. “*O fato causou estranheza, pois o sr. Sérgio Murilo foi, na Assembleia, um castroide exaltado, a ponto de, ao chegar de visita a Cuba, ostentar na lapela o retrato do ditador do Caribe*” ¹⁶⁷.

¹⁶⁴ Para o levantamento da biografia dos políticos citados ao longo desta tese, utilizamos, basicamente, três tipos de fontes: o Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (DHBB), editado pelo CPDOC-FGV; os jornais da época (*Diário de Pernambuco* e *Jornal do Commercio*); e os “Prontuários individuais” (reunião de documentos referentes a uma pessoa ou que faça alusão à mesma) pertencentes ao acervo do extinto Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de Pernambuco.

¹⁶⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O MDB e as esquerdas. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). **Revolução e democracia (1964...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 289.

¹⁶⁶ **Sérgio Murilo** nasceu em Carpina, na zona da mata pernambucana, em agosto de 1931. Bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito do Recife em 1956. Foi um dos principais nomes do MDB pernambucano. Informação nº 150/115/ARE/79, 30 mar. 1979. SNI, Agência Recife (Atualização das atividades de elementos atingidos pelos Atos Institucionais 1, 2 e 5). Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: ARE_ACE_263_79, p. 2-16. **Prontuário Funcional n. 26114**. Acervo DOPS/APEJE. Fundo SSP n. 20158.

¹⁶⁷ Assembleia cassou mandatos de 2 deputados comunistas: 54 contra 1. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 8, 21 abr. 1964.

Tabela IV – Mandatos de deputados estaduais pernambucanos cassados durante o regime militar			
Deputados	Partidos	Data da cassação	Legislação
1964			
1. Cláudio Braga	PST	20 de abril	Resolução nº 1007
2. Gilberto Azevedo	PST	20 de abril	Resolução nº 1007
3. Carlos Luiz de Andrade	PSB (suplente)	20 de abril	Resolução nº 1007
4. Cícero Targino Dantas	PST (suplente)	20 de abril	Resolução nº 1007
5. João Barbosa de Vasconcelos	PST (suplente)	20 de abril	Resolução nº 1007
6. João Bezerra de Vasconcelos	PST (suplente)	20 de abril	Resolução nº 1007
7. José Cardoso da Silva	PST (suplente)	20 de abril	Resolução nº 1007
8. José Fagundes de Menezes	PSB (suplente)	20 de abril	Resolução nº 1007
9. Luiz Serafim dos Santos	PSB (suplente)	20 de abril	Resolução nº 1007
10. Manoel Vicente Ferreira	PST (suplente)	20 de abril	Resolução nº 1007
11. Ramiro Justino da Silva	PST (suplente)	20 de abril	Resolução nº 1007
1965			
12. Sérgio Murilo	PST	25 de janeiro	Resolução nº 1656
1966			
13. Almany Sampaio	MDB	5 de julho	Portaria do Poder Executivo da União
14. Elias Libânio	PDC	12 de outubro	Portaria do Poder Executivo da União
1967			
15. Josesito Padilha	MDB	28 de fevereiro	Portaria do Poder Executivo da União
1969			
16. José Marques da Silva	ARENA	13 de março	47ª Sessão do CSN
17. José Inácio da Silva	ARENA	13 de março	47ª Sessão do CSN
18. Waldemar Borges	MDB	13 de março	47ª Sessão do CSN
19. Egídio Ferreira Lima	MDB	13 de março	47ª Sessão do CSN
20. Clóvis Jatobá Costa Lima	MDB	29 de abril	48ª Sessão do CSN
21. Dorany Sampaio	MDB	29 de abril	48ª Sessão do CSN
22. Geraldo Pinho Alves	MDB	29 de abril	48ª Sessão do CSN
23. Inaldo Ivo Lima	MDB	29 de abril	48ª Sessão do CSN
24. Liberato Costa Júnior	MDB	29 de abril	48ª Sessão do CSN
25. Luiz de Andrade Lima	MDB	29 de abril	48ª Sessão do CSN
26. Sílvio Pessoa de Carvalho	ARENA	29 de abril	48ª Sessão do CSN
27. Harlan Gadelha	MDB	1º de julho	49ª Sessão do CSN
1970			
28. Audálio Tenório	ARENA	20 de maio	50ª Sessão do CSN
29. Inácio Valadares Filho	ARENA	20 de maio	50ª Sessão do CSN
30. José Amorim	ARENA	20 de maio	50ª Sessão do CSN
31. Paulo Rangel Moreira	ARENA	20 de maio	50ª Sessão do CSN

Fonte: Tabela elaborada pelo autor.

O caso do advogado Sérgio Murilo é importante ser destacado aqui. Murilo iniciou sua carreira política, elegendo-se deputado estadual, em outubro de 1958, pelo PRT. Em outubro de 1962, voltou a se candidatar à ALEPE, pelo PST, obtendo apenas a 4ª suplência. Deixando a ALEPE, em janeiro de 1963, ao final de seu mandato, assumiu a assessoria jurídica do governo Miguel Arraes. Nessa mesma época, dirigiu a Penitenciária de Itamaracá. No início de 1964, no governo João Goulart, assumiu a Chefia do Gabinete do ministro da Agricultura. Com o golpe 1964, para surpresa de muitos parlamentares e da imprensa local, Sérgio Murilo não teve seu nome incluído nas primeiras listas de cassações geradas pelo CSR, mas teve prisão preventiva decretada pelo IV Exército e IPM instaurado, acusado de ações subversivas durante o governo Arraes. Murilo fugiu com sua família para o Rio de Janeiro. Poucos meses depois, disfarçado de padre, retornou ao Recife, mas foi preso na 2ª Companhia de Guarda ¹⁶⁸, posteriormente, levado à Casa de Detenção do Recife, permanecendo até novembro daquele ano, quando conseguiu um *habeas corpus*.

No dia 22 de janeiro de 1965, tomou posse na ALEPE, na suplência do deputado Cláudio Braga, em decorrência da cassação do mandato deste deputado, atingido pelos atos dos militares em abril de 64. Na ocasião, proferiu da tribuna da ALEPE um contundente discurso contra o golpe e a favor das liberdades democráticas. Durante sua posse, policiais da SSP-PE cercaram a ALEPE ¹⁶⁹. Após sair do local, Sérgio Murilo foi preso, pelo delegado de Investigações e Capturas, Moacir Sales, por ordem do general Lyra Tavares, comandante do IV Exército ¹⁷⁰.

O jornal carioca *Correio da Manhã* fez um corajoso e contundente editorial criticando a cassação do deputado pernambucano:

[...] O deputado, embora protegido por imunidades e por habeas-corpus do Supremo Tribunal Federal, foi pela tropa retirado do prédio da Assembleia Legislativo; ao protesto dele contra a prisão sem motivo respondeu o comandante do IV Exército: “Que a Assembleia arranje motivo!” É a expressão perfeita do cinismo que, sem dúvida, pretende coagir a Assembleia, já cercada pela tropa. Esse caso do deputado Sérgio Murilo é o ponto culminante da violência que impera no Recife: a liberdade do cidadão não vale mais nada e o preso solto pela Justiça é novamente preso na próxima esquina. Dir-se-ia: sem lei nem rei. Mas não seria exato. Não há lei,

¹⁶⁸ Sérgio Murilo entregou-se ao Exército. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 3, 2 ago. 1964.

¹⁶⁹ Cercada Assembleia em Recife. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 23 jan. 1965. Deputado toma posse com Exército cercando Assembleia. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 3, 23 jan. 1965.

¹⁷⁰ Sérgio Murilo tomou posse na AL mas foi preso a pedido do Exército. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 3, 23 jan. 1965. Costa e Silva apoia Lira contra Sérgio. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 11, 24 jan. 1965. Deputado acusado pelo IV Exército é preso e advogado pede habeas ao STM. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 4, 24 jan. 1965.

sim, mas o rei de Pernambuco é o general Lyra Tavares, comandante do IV Exército. Recife é, desde ontem, uma satrapia independente, governada por um general que desrespeita a orientação de normalização democrática, verbalmente prometida pelo chefe do Governo Federal. É o separatismo. Verificamos que o presidente Castelo Branco nada fez até hoje para restabelecer e garantir a integridade do território nacional. Se continuar passivo, terá praticamente renunciado, ficando incurso nos crimes de responsabilidade indicados no artigo 89, I, III e IV da Constituição Federal

¹⁷¹

Mesmo encontrando-se preso, Sérgio Murilo foi cassado pela ALEPE, por 35 votos e contra 13, e teve seus direitos políticos suspensos, pelo prazo de 10 anos, no dia 26 de janeiro de 1965, através da Resolução nº 1656 ¹⁷². Passou cinco meses preso. Com a extinção do bipartidarismo em 1965, filiou-se ao MDB ¹⁷³. Com o mandato cassado, Murilo passou a se dedicar à advocacia penal, tornando-se um dos principais advogados de presos políticos em Pernambuco ¹⁷⁴.

As cassações dos mandatos dos deputados da ALEPE tinham um objetivo simples na ótica militar: dismantelar a esquerda pernambucana articulada na chamada “Frente do Recife”

¹⁷¹ Separatismo. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 6, 26 jan. 1965.

¹⁷² IV Exército reinicia expurgo. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 27 jan. 1965. Assembleia de Pernambuco cassa por 33 a 15 o mandato de Sérgio Murilo. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 4, 27 jan. 1965.

¹⁷³ Anos mais tarde, Sérgio Murilo conseguiu, através de uma ação judicial, registrar em 1974 sua candidatura pelo MDB, concorrendo, em novembro daquele ano, a uma vaga na Câmara Federal – terminando por eleger-se. Em 1978, tornou-se vice-líder do MDB. Em novembro do mesmo ano, reeleveu-se deputado federal, pelo MDB. Em 1979, tornou-se vice-presidente do diretório regional do MDB-PE. Com a extinção do bipartidarismo em novembro de 1979, filiou-se ao PDT, vindo assumir a direção regional pernambucana. Em outubro de 1981, deixou o PDT e filiou-se ao PP. Com a incorporação do PP ao PMDB em fevereiro de 1982, Murilo filiou-se a este último, tornando a se eleger deputado federal em novembro desse mesmo ano. No pleito de novembro de 1985 à Prefeitura do Recife (a primeira eleição direta para prefeitos de capitais após o término do regime militar), Sérgio Murilo e Jarbas Vasconcelos disputaram, durante meses no interior do PMDB, o direito de concorrer à Prefeitura. Cada um liderava um grupo. O deputado Sérgio Murilo pertencia aos “moderados”, encabeçados pelo ex-ministro Marcos Freire, que defendiam uma aliança com o PDS e o PFL do então governador Roberto Magalhães e do senador Marco Maciel. Ou seja, os caciques peemedebistas decidiram reproduzir na eleição do Recife a aliança que, naquele ano, elegeu Tancredo Neves e José Sarney no plano federal. Já Jarbas, apoiado pela “ala esquerda” do PMDB, liderava o grupo dos “autênticos” que defendia a ruptura com os “aliados dos militares”. Jarbas Vasconcelos perdeu a Convenção do partido e inconformado com o resultado, deixou a legenda para disputar a prefeitura pelo PSB, com forte apoio do então deputado federal Miguel Arraes, que também tinha saído do PMDB e migrado para o PSB. Até 15 dias antes do pleito, Sérgio Murilo liderava as pesquisas com Jarbas em segundo. Foi quando surgiram panfletos “anônimos” acusando Sérgio Murilo de um assassinato em Carpina, no início da década de 1970. Os ataques derrubaram a candidatura de Sérgio Murilo. Em novembro de 1985, Sérgio Murilo foi derrotado por Jarbas Vasconcelos. Eleito, Jarbas retornou ao PMDB. No pleito de outubro de 1986, Sérgio Murilo candidatou-se novamente à Câmara Federal, pelo PSC, não obtendo sucesso. Com o término de sua legislatura, em janeiro de 1987, desligou-se da política, dedicando-se exclusivamente ao exercício da advocacia. Faleceu no Recife, em fevereiro de 2010. Adaptado de: ABREU, op. cit. (2001), p. 4011-4012.

¹⁷⁴ Ao longo do regime militar, Sérgio Murilo foi detido 13 vezes, sempre sob a alegação de “investigação” e “averiguação”.

¹⁷⁵, da qual fazia parte os nacionalistas, os trabalhistas, os comunistas e todos aqueles que apoiavam o governo de Miguel Arraes e/ou de João Goulart, os quais se lançavam os epítetos de corrupto e comunista. A Resolução nº 1007 estava assim redigida:

Considerando que, não obstante os poderes concedidos ao Alto Comando Revolucionário e ao presidente da República para determinar a cassação de mandatos legislativos, não foram retirados das Casas Legislativas poderes para praticarem esses atos pelas mesmas razões;

Considerando que, sobre os deputados e suplentes abaixo relacionados existem inequívocas provas de que se encontram capitulados no Art. 10 e o parágrafo único do referido ATO, sugerem ao Plenário, ouvida a Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, o seguinte:

Projeto de Resolução nº 1007

Ementa: Declara cassados mandatos legislativos.

Art. 1º – Ficam cassados os mandatos dos deputados e suplentes Gilberto de Oliveira Azevedo, Luiz Cláudio Braga Duarte, Cícero Targino Dantas, José Cardoso da Silva, João Barbosa de Vasconcelos, Ramiro Justino da Silva, Manoel Vicente Ferreira, Carlos Luiz de Andrade, José Fagundes de Meneses e Luiz Serafim dos Santos, os três últimos eleitos na Legenda do

¹⁷⁵ Após a morte de Vargas, em 1954, o PCB passou a estabelecer uma linha eleitoral muito mais clara do que vinha tomando ao longo do governo Vargas. A estratégia de atuação do partido passou a tomar como referência básica o apoio ao “programa desenvolvimentista” e o estabelecimento de “alianças” com outras forças também defensoras da modernização social e econômica do país. Em Pernambuco, esta estratégia ganhou nitidez e repercussão política com a realização em agosto de 1955 do “Congresso de Salvação do Nordeste”. Este conclave suprapartidário – que foi o ponto de partida para a criação da SUDENE em 1959 – organizado pelas lideranças políticas nacionalistas e comunistas reuniu representantes sindicais, deputados, vereadores de todos os estados do Nordeste e de todos os partidos, obtendo uma grande repercussão pela sua representatividade e pelas teses defendidas. As questões levantadas pela política desenvolvimentista foram trazidas para o cenário nordestino incorporando cores mais dramáticas e radicais com as disparidades regionais e a reforma agrária. Neste Congresso, procurou-se realizar uma avaliação das debilidades estruturais que afligiam o povo do Nordeste, reivindicando do Governo Federal medidas eficazes para solucionar problemas como a seca, o analfabetismo, a alimentação, saúde e, principalmente, a falta de uma política de industrialização que provocava uma migração em massa para o Sudeste do país. Logo após a realização do Congresso, estruturou-se uma aliança entre os socialistas, trabalhistas, setores da esquerda nacionalista e comunistas (então na ilegalidade), tendo em vista, portanto, a primeira disputa para a Prefeitura da Cidade do Recife, que, naquele ano – 1955 –, obtinha a sua autonomia política. Esta aliança ganhou notoriedade com a denominação de “Frente do Recife”, a qual obteve uma estrondosa vitória de seu candidato, o engenheiro e urbanista Pelópidas Silveira (PSB), que venceu o pleito com mais votos do que a soma total dos três outros candidatos que concorriam ao cargo. Essa Frente foi capaz de eleger por três vezes consecutivas (1955, 1959 e 1963) o prefeito da capital, assim como elegeu Miguel Arraes para o governo do Estado em 1962 e apoio decisivo na vitória de Cid Sampaio em 1958. Para um melhor entendimento sobre a formação da Frente do Recife nessa campanha eleitoral, ver: SANTOS, Taciana Mendonça. **Alianças Políticas em Pernambuco: A(s) Frente(s) do Recife (1955-1964)**. 2008. 118 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008. DANTAS, Rodrigo César de Araújo. **Formação e dissolução da Frente Popular em Pernambuco: ação e protagonismo do Partido Comunista Brasileiro (1955-1962)**. 2015. 264 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. De acordo com a pesquisadora Virgínia Pontual, a formação da “Frente do Recife” ocorreu em função de um histórico na esquerda pernambucana pós-Estado Novo que remontava a três importantes acontecimentos políticos: a) o pleito eleitoral de 1947, quando o PCB pernambucano encampou uma candidatura popular-democrática ao lançar o engenheiro Pelópidas Silveira na coligação PCB-Esquerda Democrática; b) o pleito eleitoral de 1952, quando o PSB lançou o jornalista Osório Borba, que obteve expressiva votação no Grande Recife, fortalecendo o prestígio da esquerda junto aos setores populares, médios e, até mesmo, políticos tradicionais; e c) o “Congresso de Salvação do Nordeste”, por ter produzido, entre outros resultados, a aproximação do PCB com o PTB, por meio de sua ala nacionalista. PONTUAL, Virgínia. **Uma cidade e dois prefeitos: narrativas do Recife nas décadas de 1930 a 1950**. Recife: Ed. da UFPE, 2001, p. 123.

Partido Socialista Brasileiro e os demais na Legenda do Partido Social Trabalhista.

Art. 2º – Revogam-se as disposições em contrário.

Sala Torres Galvão, em 20 de abril de 1964. aa.) Walfredo Siqueira, Felipe Coelho, Nilson Ramos Leal, Fábio Corrêa, Nivaldo Machado, Antonio Farias e Mário Monteiro ¹⁷⁶.

Os recursos de poder, temática ainda pouco explorada pela historiografia relativa ao regime militar brasileiro, ocorreram a todo o momento durante a ditadura. Para o bem ou para o mal, ou seja, para ajudar ou para prejudicar outrem, os contatos pessoais, a influência e interferência familiar, o bom trânsito com personalidades importantes, as relações de amizade ou antigas intrigas, tudo pesava na balança do regime na hora de aprovar o ingresso, promover, aposentar ou demitir um funcionário, cassar ou não determinado político, manter preso, torturar, assassinar ou não tal pessoa ¹⁷⁷.

Várias pessoas foram salvas ou poupadas de uma repressão (ou de uma repressão mais violenta) devido aos seus relacionamentos (contactos) pessoais ou familiares. Durante a ditadura, foram cassados vários homens políticos idealistas e poupados e/ou consagrados centenas de fisiológicos. Aliás, é importante que se diga, essa questão não é nenhuma novidade no Brasil. O compadrio e o clientelismo ainda é um traço muito presente no Brasil, fato apontado por vários especialistas nacionais ¹⁷⁸. Nas palavras de Roberto DaMatta: “*A força da lei é, pois, uma esperança. Para os destituídos, ela serve como alavanca para exprimir um futuro melhor (leis para nós e não contra nós) e para os poderosos ela serve como um instrumento para destruir o adversário político. Num caso e no outro, a lei*

¹⁷⁶ Cf. Assembleia cassou mandatos de 2 deputados comunistas: 54 contra 1. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 8, 21 abr. 1964.

¹⁷⁷ O historiador Rodrigo Patto Motta afirma que, além do ambiente político, as universidades foram outro importante espaço onde costumemente eram utilizados esses “recursos de poder” durante a ditadura. Segundo ele, isso explicaria, em boa parte, o paradoxo de um regime anticomunista que permitiu a contratação de professores marxistas e manteve comunistas em seus cargos públicos, enquanto outros foram barrados e demitidos. De acordo com Motta, tanto membros do governo quanto dirigentes universitários trabalharam para evitar certas demissões e liberar contratações, contrariando a indicação dos órgãos de inteligência e repressivos. Fizeram-no pelo interesse de contar com o talento de certos profissionais acadêmicos, o que a seus olhos justificava a tolerância política, ou para evitar perda de prestígio junto à comunidade universitária e à opinião pública. Daí ser comum encontrar reitores que tomavam medidas repressivas com uma das mãos e com a outra protegiam pessoas visadas. Com isso, evitou-se o expurgo completo da esquerda acadêmica, e, apesar dos esforços da direita militante, que teve força para bloquear muitas contratações de “suspeitos”, alguns professores com perfil esquerdista foram admitidos. Essas situações foram mais frequentes antes do AI- (entre 1965 e 1968) e depois da distensão (de 1974 em diante), porém ocorreram também mesmo durante os anos de repressão mais intensa. MOTTA, op. cit. (2014), p. 58-60.

¹⁷⁸ DUARTE, Nestor. **A ordem privada e a organização política nacional**: contribuição à sociologia política brasileira. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1966. Em seu estudo clássico, Sérgio Buarque de Holanda também apontou que a tradição brasileira do clientelismo e compadrio – a indistinção entre as relações pessoais e profissionais – é característica de nossa formação portuguesa. HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 19. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987, p. 96-97.

raramente é vista como lei, isto é, uma regra imparcial”¹⁷⁹. Embora tenha adquirido feições singulares durante a ditadura, a condição social e a personalização das relações pessoais do opositor muitas vezes foram levadas em conta pelos militares¹⁸⁰.

Por outro lado, as relações de amizade e/ou bom trânsito com militares importantes também foram utilizados para perseguir inimigos pessoais, antigos desafetos, antipatias pessoais, meras querelas¹⁸¹. Naquela época, a construção de mentiras, injúria, calúnia e difamação e a explosão de denúncias apócrifas eram ações cotidianas para denegrir e prejudicar a imagem de outro com vistas a interesses políticos ou proveito pessoal¹⁸².

Um desses casos, por exemplo, de perseguição durante a ditadura brasileira motivada por questões de disputas pessoais ocorreu no Estado de Pernambuco com a cassação do

¹⁷⁹ Em seu estudo clássico, Roberto DaMatta argumentou: “A força da lei é, pois, uma esperança. Para os destituídos, ela serve como alavanca para exprimir um futuro melhor (leis para nós e não contra nós) e para os poderosos ela serve como um instrumento para destruir o adversário político. Num caso e no outro, a lei raramente é vista como lei, isto é, uma regra imparcial”. DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e Heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1980, p. 180.

¹⁸⁰ Os exemplos do uso de relações pessoais como forma de suavizar ou distanciar-se da repressão são vários. Aqui, cito, a título de ilustração, apenas dois casos. O primeiro é da interferência do ex-deputado Oswaldo Lima Filho para salvar seu filho de uma prisão, em novembro de 1975, no Rio de Janeiro, motivada por contestação à ditadura. Assim narrou o próprio Oswaldo Lima: “Depois de meia hora de meditação sobre a falta de recursos legais contra as prisões por motivos políticos decidi pela primeira vez, desde o golpe de 64, dirigir um pedido ao meu amigo general Cordeiro de Farias, que me atendeu de imediato, apesar da hora tardia. O diálogo foi o seguinte: ‘General, não o tenho ocupado nesses onze anos, mas os pais têm problemas e o meu filho, Marcos Ferreira da Costa Lima, aluno do Curso de Economia da PUC aí no Rio, foi preso, e no regime atual o senhor é a única pessoa pode intervir no caso’”. FILHO, O., op. cit. (1993), p. 239-240. Outro caso ocorreu com o general Ednardo D’Ávila Mello, comandante do II Exército, que foi informado, em setembro de 1975, por um telefonema de um primo que sua sobrinha, de 24 anos, estava recebendo choques na sala de torturas do DOI-CODI de São Paulo, órgão ao qual lhe era subordinado. Após mais de 40 anos sem falar com o general, o pai da estudante pedia, ao telefone, que fosse preservada a vida da filha. As torturas cessaram e a estudante foi liberta. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/general-ednardo-mello-sabia-de-crimes-no-doi-codi-diz-parente-presa-na-ditadura-8448133>>. Acesso em: 11 jan. 2017.

¹⁸¹ Um alto escalão dos órgãos de informação da ditadura confidenciou à revista *Veja*, por exemplo, que a maior carga de pedidos feitos ao SNI era endereçada por autarquias interessadas no passado de candidatas a emprego – prática definitivamente incorporada aos usos e costumes pós-64. “A Petrobrás não contrata nem frentista de posto de gasolina sem pedir sua ficha aos órgãos de informações”. Essa reportagem também traz um episódio interessantíssimo para se entender a complexidade das “fichas” do SNI. Após ser impedido de realizar uma entrevista com o presidente Geisel, certo repórter ficou sabendo que em sua ficha no SNI ele era acusado de promover reuniões subversivas, distribuir material comunista e proferir comentários contra o regime. Surpreso com as acusações, o repórter solicitou novas investigações. Desta feita, ficou constatado que todas as denúncias haviam sido formuladas por um mesmo informante (um desafeto) – um repórter, e também agente do SNI, que fora despedido pelo colega fichado. Mesmo após a resolução da confusão (leia-se: do erro!), a ficha do repórter não foi rasgada. O general-chefe do Gabinete Militar informou ao repórter que a ficha continuaria no arquivo do SNI. “Apenas se acrescenta a ela mais uma informação, dando conta de que uma investigação feita em tal época, em tais circunstâncias, não comprovou as denúncias acima. Mas elas continuam na ficha. Sujar uma ficha é fácil. Limpar é praticamente impossível”, afirmou o general. O SNI no contra-ataque, **VEJA**, São Paulo, n. 506, p. 52-54, 17 mai. 1978.

¹⁸² Os pedidos de cassação chegados de todo o país, motivados por questões particulares, foi tão grande que, segundo o ministro da Casa Civil do governo Castelo, “[...] assobravavam o secretário do Conselho de Segurança Nacional, incumbido de os examinar e organizar, para submetê-los ao presidente. Este desejava reduzir ao mínimo possível as punições, cingindo-se apenas aos casos imperiosos: evitava transformar a Revolução em instrumento de vinganças ou perseguições [...]”. VIANA FILHO, op. cit. (1975), p. 92.

deputado estadual Elias Libânio em outubro de 1966¹⁸³, durante o segundo ciclo de cassações da ditadura militar (1966-1968)¹⁸⁴. Entenda o caso:

No dia 12 de outubro de 1966 foram cassados os mandatos e os direitos políticos suspensos por dez anos de seis deputados federais, um juiz, um prefeito e dois deputados estaduais, sendo um de Pernambuco¹⁸⁵. Tratava-se do deputado estadual do PDC, Elias Libânio, líder político do município de Agrestina, na zona do agreste pernambucano.

O motivo divulgado, à época, pela imprensa, para a cassação de Elias Libânio, foi o de intriga e disputa política com o deputado federal Geraldo Guedes, da ARENA, que também tinha reduto eleitoral em Agrestina e gozava de bom trânsito no Palácio do Planalto. Assim noticiou o *Jornal do Brasil* a cassação do deputado Elias Libânio:

Amigos do Deputado cassado Elias Libânio da Silva Ribeiro atribuíram ontem a punição decretada pelo Presidente da República à “focagem política” do Deputado Geraldo Guedes e do Sr. José Vamberto, Assessor de Imprensa do Presidente da República, “seus adversários políticos em Agrestina, no interior”.

– Os parentes dos Srs. Vamberto e Guedes de há muito perseguiram o parlamentar agora punido. Chegaram até a espalhar diversas vezes, em Agrestina, que ele seria cassado, promovendo comemorações com bebidas e foguetões – disseram¹⁸⁶.

A cassação de Elias Libânio foi um fato curioso e que chamou a atenção da imprensa e de parlamentares à época¹⁸⁷, pois este deputado era um conhecido defensor do governo Paulo Guerra e antigo crítico do governo Miguel Arraes. Elias Libânio havia sido prefeito de Agrestina de 1947 a 1951 e 1955 a 1959. Elegeu-se deputado estadual no pleito de outubro 1958, pelo PST. Reelegeu-se em outubro de 1962, pelo PDC, apoiando a campanha do

¹⁸³ Informação nº 150/115/ARE/79, 30 mar. 1979. SNI, Agência Recife (Atualização das atividades de elementos atingidos pelos Atos Institucionais 1, 2 e 5). Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: ARE_ACE_263_79, p. 2-16. **Prontuário Funcional n. 23619**. Acervo DOPS/APEJE. Fundo SSP n. 17541.

¹⁸⁴ A imensa quantidade de dados contraditórios, falsos, inexatos e, muitas vezes, caluniosos, produzidos durante o regime militar fez com que ocorresse uma inovação jurídica no Brasil, uma instituição consagrada pela Constituição Federal de 1988 (art. 5º, inciso LXXII), o *habeas data*, por meio da qual qualquer cidadão pode requerer vistas de dados constantes sobre uma pessoa, mantidos em arquivos restritos, e assim exigir sua retificação.

¹⁸⁵ Cassados ontem mandatos de mais oito deputados: um de Pernambuco. **Diário de Pernambuco**, Recife, 13 out. 1966.

¹⁸⁶ Libânio Ribeiro. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 3, 14 out. 1966.

¹⁸⁷ Castelo cassa 8 deputados e pune prefeito e juiz. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 3, 13 out. 1966.

udenista João Cleofas, que recebeu somas de dinheiro do IBAD ¹⁸⁸, ao governo do Estado. Segundo informes da imprensa, a cassação de Elias Libânio foi comemorada por muitos populares em sua terra natal, uma vez que o ex-deputado conduzia a política local de forma centralizadora e como mão de ferro. Um verdadeiro coronel no agreste pernambucano ¹⁸⁹. Até hoje, as reais circunstâncias sobre a cassação desse deputado naquele outubro de 66 são nebulosas.

Ainda sobre o ciclo de cassações ocorrido no pós 64, é fundamental ressaltar um fato pouco contemplado pela historiografia especializada na temática. Durante o processo de cassações, a legislação da época determinava que quando houvesse o impedimento de algum parlamentar o suplente assumiria a vaga ¹⁹⁰. No período de caça às bruxas, o Estado de Pernambuco se tornou um caso curioso, pois foram atingidos no início de abril de 64 pelos atos do CSR os dois deputados federais eleitos pela legenda “Aliança de Base Cívica”, coligação formada pelo PSB e o PST, assim como os quatro suplentes da legenda.

Por isso, e, para manter a imagem de um governo que respeitava os dispositivos da legislação eleitoral da época ¹⁹¹, o regime militar, em ação conjunta com o TSE, convocou uma eleição, em caráter extraordinário, para o dia 6 de junho de 1965, com o objetivo de complementar a representação pernambucana no Congresso Nacional, preenchendo uma vaga aberta na Câmara dos Deputados, em decorrência das punições do Ato nº 2 do CSR, nos termos do art. 10 do AI-1, de 9 de abril de 1964. Essa eleição, é importante destacar, foi a primeira ocorrida em Pernambuco após o golpe civil-militar de 1964. O mandato, como seria para completar a legislatura iniciada em 1963, valeria apenas até janeiro de 1967.

Para esse extraordinário pleito, duas candidaturas então se formaram: a do usineiro João Cleofas ¹⁹², pela UDN, contra a de João Ferreira Lima Filho ¹⁹³, pelo PTB. O primeiro

¹⁸⁸ Para uma maior compreensão sobre essa questão, ver: COMISSÃO ESTADUAL DA MEMÓRIA E VERDADE. **IBAD**: interferência do capital estrangeiro nas eleições do Brasil. v. 5. Recife: Secretaria da Casa Civil do Governo do Estado de Pernambuco, 2016. Em especial o capítulo 3.

¹⁸⁹ Repercuta em Agrestina a cassação de Libânio. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 6, 23 out. 1966.

¹⁹⁰ Cf. Art. 52 da Constituição Federal de 1946 e o art. 63 do Código Eleitoral (Lei nº 1.164, de 24 de julho de 1950).

¹⁹¹ Conforme pontuou o pesquisador Américo Freire: “[...] os pleitos eleitorais realizados durante o regime militar, longe de se constituírem em mera farsa para atender aos interesses imediatos e circunstanciados do(s) governantes(s) de plantão, terminaram por assumir um papel decisivo na conformação e na dinâmica do próprio regime”. FREIRE, Américo. A vida partidária da transição política brasileira. **VARIA HISTORIA**, Belo Horizonte, v. 30, n. 52, jan-abr 2014, p. 289.

¹⁹² **João Cleofas** nasceu em Vitória de Santo Antão, na Zona da Mata Pernambucana, em setembro de 1899. É descendente de uma família de usineiros. Diplomou-se engenheiro civil, em 1921. No ano seguinte, candidatou-se e foi eleito prefeito de sua cidade natal. Cumprido o mandato de prefeito, elegeu-se, em 1925, deputado estadual, cargo que permaneceu até 1927. Ao término de seu mandato no Legislativo estadual, afastou-se, temporariamente, da política. Voltou às atividades em janeiro de 1931, quando assumiu o cargo de secretário de

com o aval do governo e o segundo representando a oposição. Nas palavras de Palhares Reis: *“Ainda estava em vigor o quadro pluripartidário, mas em Pernambuco a situação novamente se apresentava bipolar, como em outros pleitos majoritários – e este o era, disfarçadamente – com grande vantagem para o candidato governista”*¹⁹⁴.

Com bom trânsito e gozando de largo prestígio junto aos principais líderes do golpe de 64, o experiente João Cleofas venceu o pleito com expressiva diferença de votos. O líder udenista obteve mais do que o dobro de votos dados ao seu opositor petebista. João Cleofas obteve 223.265 votos (59,92%) e João Ferreira Lima Filho 93.246 votos (25,02%). Um dos fatos interessantes dessa eleição em Pernambuco e que mostra, em certa medida, a repulsa da

Agricultura, Viação e Obras Públicas no governo de Carlos de Lima Cavalcanti, então interventor federal em Pernambuco. Em outubro de 1934, elegeu-se deputado federal pela Dissidência Pernambucana, para a legislatura de 1935/39. Com o fim do mandato, retornou a Pernambuco, passando a dedicar-se à administração dos seus negócios, em Vitória de Santo Antão. Em 1945, conseguiu eleger-se, pela UDN, para a Assembleia Nacional Constituinte, exercendo o mandato de deputado federal até 1950. Em 1950, como presidente da UDN em Pernambuco, candidatou-se ao Governo do Estado, mas acabou derrotado por Agamenon Magalhães, do PSD, por uma pequena diferença de 10 mil votos. Nesse mesmo ano, conforme a legislação então permitia, reelegeu-se deputado federal para a legislatura 1950/54. Em janeiro de 1951, assumiu o cargo de ministro da Agricultura no governo Vargas. Em junho de 1954, deixou o cargo, desincompatibilizando-se para disputar, pela segunda vez, o Governo de Pernambuco, nas eleições de outubro desse ano. Com a vitória do general Cordeiro de Farias, do PSD, Cleofas obteve a sua segunda derrota. Reelegeu-se para o terceiro mandato como deputado federal em 1958, encerrando o terceiro mandato em janeiro de 1963. Em 1962, disputou, pela terceira vez, como candidato da UDN, o cargo de governador do Estado, mas acabou perdendo para Miguel Arraes, do Partido Social Trabalhista (PST). Por esta derrota, recebeu de seus adversários a alcunha de “João Três Quedas”. Em junho de 1965, em pleito extraordinário realizado para preencher uma vaga na bancada pernambucana, elegeu-se deputado federal na legenda da UDN, com mandato até janeiro de 1967. Em 1966, foi eleito, pela ARENA, para a Legislatura 1967/1975, senador da República, derrotando o candidato do MDB, Armando Monteiro Filho. Em 13 de dezembro de 1968, por meio do AI-5, o Congresso Nacional ficou fechado até o dia 22 de outubro de 1969. Em março de 1970, após os trabalhos parlamentares terem sido retomados, foi eleito presidente do Senado – ficou à frente do Senado até março de 1971, quando transmitiu o cargo ao senador Petrônio Portella. Em 1974, perdeu a reeleição senatorial para o candidato do MDB, Marcos Freire. Faleceu em setembro de 1987, no Rio de Janeiro. SINÉSIO, Carlos. **João Cleofas**: trajetória política: ascensões e tropeços. Recife: ALEPE, 2001. Adaptado de: ABREU, op. cit. (2001), p. 1373-1376.

¹⁹³ **João Ferreira Lima Filho** nasceu em Nazaré da Mata, na zona da mata pernambucana. Era filho do ex-deputado federal João Ferreira Lima (constituente de 1934 e 1945) e primo do deputado cassado Egídio Ferreira Lima (MDB-PE). Entre 1955 e 1959, João Ferreira Lima Filho foi prefeito de Timbaúba, na zona da mata norte. Em outubro de 1958, elegeu-se deputado estadual pelo PTB. Em outubro de 1962, reelegeu-se deputado estadual pelo PST. Foi secretário de Saúde do primeiro governo de Miguel Arraes (1963-1964). Pelo PTB, disputou e perdeu a vaga de deputado federal para João Cleofas (UDN) no pleito extraordinário de junho de 1965. Com a implantação do bipartidarismo, em 1965, ingressou no MDB. Integrou a primeira Executiva Regional do MDB pernambucano. Em 1968, elegeu-se prefeito de Aliança, na zona da mata, pelo MDB. Em novembro de 1974, elegeu-se deputado estadual; reelegeu-se em novembro de 1978. Nas eleições de novembro de 1982, elegeu-se deputado estadual pelo PDS. Foi eleito deputado estadual pelo PMDB no pleito de novembro de 1986, tornando-se presidente da Constituinte Estadual de 1989. Reelegeu-se deputado estadual pelo PMDB no pleito de outubro de 1990. Faleceu no Recife, em julho de 2003. Informação nº 150/115/ARE/79, 30 mar. 1979. SNI, Agência Recife (Atualização das atividades de elementos atingidos pelos Atos Institucionais 1, 2 e 5). Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: ARE_ACE_263_79, p. 2-16. **Prontuário Funcional n. 20048**. Acervo DOPS/APEJE. Fundo SSP n. 13654.

¹⁹⁴ REIS, op. cit. (1986), p. 140.

população em relação ao processo eleitoral foi o elevado percentual de ausentes, que chegou à marca de 52% dos votantes, e de voto nulo, que chegou a quase 10% ¹⁹⁵.

Há uma extensa literatura que mostra o pouco entusiasmo do brasileiro no que se refere às eleições aos cargos legislativos ¹⁹⁶. O Brasil tem uma tradição presidencialista que faz com que o eleitor coloque sempre em lugar de relevo as eleições majoritárias para o Executivo. Esse pode ser o principal motivo para a baixa participação do eleitorado pernambucano no pleito de 1965, mas talvez não seja a única explicação. A pouca presença dos eleitores nas urnas no dia 6 junho de 1965 sugere também, a nosso ver, outros questionamentos, que, infelizmente, por falta de dados estatísticos e de opinião da época, se conservam apenas no terreno das hipóteses, com tendência a ser comprovada. Os questionamentos que poderiam ser feitos são os seguintes:

- não houve no pleito de 1965 pouca identificação dos eleitores com as propostas apresentadas pelos candidatos, tanto governista quanto oposicionista?
- o elevado número de ausentes e de votos nulos não teriam sido um recado dado pelo eleitor pernambucano ao regime militar contra as centenas cassações de mandatos e suspensões de direitos políticos feitas pós-golpe?
- já que o voto, legalmente, era obrigatório, o elevado índice de voto nulo, que chegou a quase 10% dos votantes e é considerado o típico voto de protesto, não revela um desinteresse ou um razoável grau de desconfiança em uma significativa parcela dos pernambucanos com relação ao regime militar?

Nesse mesmo ano de 1965, ocorreu um episódio que mudou os rumos do governo Castelo e acelerou a extinção do sistema político-eleitoral vigente no Brasil desde 1945. Ao longo de 1965, o apoio dado pelas classes médias ao golpe civil-militar de 64 começou a perder força, sobretudo em decorrência do caráter impopular do programa de estabilização econômica lançado pelo governo Castelo ¹⁹⁷. Esse descontentamento popular desembocou-se

¹⁹⁵ À época, Pernambuco tinha um eleitorado de 876.447 mil votantes, dos quais compareceram às urnas no dia 6 de junho de 1965 apenas 372.604 mil (ausência de 52,51%). Ademais, essa eleição ainda computou 25.376 (6,81%) votos em branco e 30.717 (8,24%) nulos. Cf. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Dados Estatísticos**: Eleições Federais e Estaduais realizadas no Brasil em 1965 e 1966. v. 8. Distrito Federal, DF: Departamento de Imprensa Nacional, 1971, p. 281.

¹⁹⁶ Para um melhor entendimento sobre essa questão, ler: FIGUEIREDO, Marcus. **A decisão do voto**: democracia e racionalidade. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008. ALMEIDA, Alberto Carlos. **A cabeça do eleitor**: estratégia de campanha, pesquisa e vitória eleitoral. Rio de Janeiro: Record, 2008.

¹⁹⁷ Esse programa foi lançado no dia 14 de agosto de 1964 pela equipe econômica do governo Castelo e chamado de “Plano de Ação Econômica do Governo” (PAEG), ou seja, o primeiro plano econômico do regime militar brasileiro. Veja-se o PAEG na íntegra: A revolução apresenta o programa de governo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 6-7, 14 ago. 1964. Segundo Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein, esse plano econômico

nas eleições diretas ocorridas em outubro de 1965, quando a oposição conseguiu sair vitoriosa em dois importantes estados. “[...] *nem sempre a introdução de certas regras legais no sistema político produz os efeitos esperados por aqueles que as manipulam*”¹⁹⁸. A vitória de Negrão de Lima (PTB), na Guanabara, e de Israel Pinheiro (PSD), em Minas Gerais, ambos ligados ao presidente deposto, João Goulart, ocasionou uma grave “crise político-militar” no interior da ditadura, que ensejou na dissolução dos 13 partidos políticos em funcionamento e na edição do bipartidarismo, instrumento que vigorou durante 14 anos em nosso país.

[...] bastou a eleição de Negrão de Lima para o Governo do então Estado da Guanabara e a de Israel Pinheiro para o de Minas Gerais, para que recrudescesse a reação de grupos radicais do sistema, do que resultou o AI-2, regolpeando a Constituição e debilitando as instituições, já lesadas com o afã golpista do ano anterior¹⁹⁹.

Sobre esse tema, antes de tudo, é importante salientar que, longe da imagem de um regime estável e coeso, a ditadura militar brasileira foi marcada por um processo contínuo de instabilidade político-militar. Os momentos de instabilidade do regime se mostravam claros, especialmente, nas disputas sucessórias à Presidência da República, nas disputas aos cargos de primeiro e segundo escalões, nas constantes divergências quanto às nomeações de políticos e militares a alguns cargos e postos, nas inúmeras lutas entre facções oligárquicas regionais

identificava sérias distorções na estrutura econômica e apontava o sistema financeiro rudimentar, a estrutura fiscal inadequada e o “conflito distributivo” como os principais aspectos que limitavam o crescimento e causavam a recessão e a inflação. O “conflito distributivo” ocorria por distorções no setor produtivo e pela pressão excessiva na demanda agregada, exercida pelo elevado déficit público financiado por emissões de moeda, pela expansão excessiva de crédito ao setor privado e por fortes demandas salariais. LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S.. Transformações econômicas no período militar (1964-1985). In: FILHO REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 93. De acordo com o economista norte-americano Werner Baer, em um curto período de tempo, as principais metas do PAEG, tanto a diminuição da inflação e dos gastos públicos quanto a elevação do Produto Interno Bruto (PIB) real, foram realmente alcançadas, pois o governo foi bem-sucedido na área fiscal, com a criação de um novo sistema tributário e a instituição da correção monetária. BAER, op. cit. (1996), p. 90. A questão que se coloca, entretanto, é como a equipe econômica do governo Castello Branco conseguiu, em meio à falta de investimento e à inflação galopante do período, alcançar tais resultados? Ou seja, como o governo conseguiu criar recursos sem emitir dinheiro? A “fórmula mágica” encontrada pelos militares para o financiamento interno da acumulação foi o “investimento estrangeiro”. E para que este ocorresse foram necessárias a extinção de alguns direitos conquistados pelos trabalhadores ao longo do interregno democrático de 1945 a 1964 e a “modernização” do sindicalismo de Estado. Esta “modernização” se deu por duas formas: uma “política de controle sindical”, por um lado; e “controle das greves” e “arrocho salarial”, por outro. Essas três medidas foram a “pedra de toque” do “desenvolvimentismo” do regime militar, isto é, constituíram-se como peça fundamental para a sustentação do “milagre econômico”, ao mesmo tempo em que favoreceram a desigualdade e a concentração de renda no país.

¹⁹⁸ SOARES, Alessandro O.; TAUIL, Rafael M.; COLOMBO, Luciléia. O bipartidarismo no Brasil e a trajetória do MDB. *Sinais*, Vitória, n. 19, jan-jun 2016, p. 23.

¹⁹⁹ LIMA, op. cit. (1982), p. 106.

para obter o controle da máquina governamental e em relação à abertura ou fechamento do regime, isto é, à condução da própria ditadura.

Para o cientista político João Roberto Martins Filho, a primeira “crise político-militar” da ditadura pode ser vista logo após a rápida operação de deposição de Goulart em 1964, no disputado processo de escolha do novo presidente da República²⁰⁰. Descartada a escolha de um civil para assumir o cargo²⁰¹, a indecisão ficou em torno de dois nomes: Castelo Branco (chefe do Estado-Maior do Exército) e Costa e Silva (chefe do CSR e oficial mais antigo presente no Rio de Janeiro, distrito federal, durante os acontecimentos do golpe²⁰²).

Após sucessivas e acaloradas reuniões, os generais e os políticos envolvidos na tomada do poder chegaram ao acordo sobre a indicação do nome de Castelo Branco à presidência da República e de Costa e Silva ao Ministério da Guerra. Como destacou Carlos Fico: *“Muito embora Costa e Silva acabasse concordando com a indicação proposta pelos líderes civis [do nome de Castelo Branco para a presidência], não havia dúvida: o governo Castello Branco contaria com um forte condestável”*²⁰³.

Como se perceberá no tópico a seguir, a segunda “crise político-militar” da ditadura ocorreu, segundo João Martins Filho, em outubro de 1965, com o resultado das eleições governamentais, mais especificamente, em razão vitória da oposição em dois estados-chave para o governo – Guanabara e Minas Gerais²⁰⁴. O resultado desse pleito indicava, para a indignação dos militares, que, em eleições livres e diretas, o governo dificilmente conseguiria vencer as eleições seguintes, especialmente, a presidencial. Na ótica de muitos militares,

²⁰⁰ MARTINS FILHO, op. cit. (1993), p. 52-53.

²⁰¹ Com a deposição de João Goulart da presidência da República, os governadores Carlos Lacerda, Magalhães Pinto e Adhemar de Barros, projetaram-se ao cargo, mas logo perceberam que, tanto dentro dos meios militares bem como entre os seus pares, a escolha efetivar-se-ia em torno de algum militar. No processo de escolha do substituto de Goulart, “[...] os políticos foram atores coadjuvantes [...]. Desde logo, ficou evidente que a alternativa civil não tinha qualquer amparo real”. Ibid., p. 53-54.

²⁰² O Comando Supremo da Revolução foi instituído no dia 2 de abril de 1964, após a declaração de “vacância” da presidência da República pelo Senado Federal. O Comando era composto por três membros: o vice-almirante Augusto Rademaker (Marinha), o brigadeiro Francisco de Assis Correia de Mello (Aeronáutica) e o general Costa e Silva (Exército), o homem-forte do triunvirato.

²⁰³ FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 35.

²⁰⁴ Em 1965, somente ocorreram eleições em 11 estados brasileiros. Nas Constituições Estaduais elaboradas em 1947, metade dos estados brasileiros adotaram um período de 4 anos para o mandato do governador, coincidente com a eleição parlamentar. A outra metade adotou o período de 5 anos, coincidente com a eleição do presidente da República. Então essa metade, que não elegeu os governadores em 1962, tinha o direito de eleger os seus governantes em 1965 – ao todo onze Estados: Pará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Guanabara, Paraná, Minas Gerais, Goiás, Santa Catarina e Mato Grosso. A uniformização dos mandatos só ocorreu a partir de 1970.

portanto, caso nada fosse feito para reverter tal situação, o resultado de outubro de 65 era o prenúncio da morte precoce da “Revolução de 64”²⁰⁵.

Após a divulgação da decisão do presidente Castelo Branco de respeitar o calendário eleitoral do ano de 1965 se tornou visível no interior do regime três concepções bastante distintas acerca da realização do pleito de outubro daquele ano²⁰⁶.

- A primeira concepção era daqueles que apontavam os riscos que a consulta às urnas colocava para a continuidade da “Revolução”²⁰⁷. Nesse grupo, segundo Maria Kinzo, eram peças fundamentais os aspirantes à presidência da República, Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, que, pelas relações pessoais antigas com vários militares, incitavam os militares mais reacionários a pressionar o presidente Castelo Branco a não realizar as eleições²⁰⁸.
- Fazia parte da segunda concepção um setor conservador que defendia a realização das eleições, prioritariamente indiretas, ou, se fosse o caso, diretas, com uma legislação mais restritiva. Este setor se indignava com a ausência de proibições explícitas à candidatura de pessoas que haviam sido processadas em nome do AI-1, mas cujos direitos políticos não tinham sido suspensos. Este setor desejava uma legislação que impedisse definitivamente a participação dos opositores “indesejáveis” em eleições de qualquer nível.

²⁰⁵ MARTINS FILHO, op. cit. (1993), p. 71.

²⁰⁶ Algumas interpretações, a exemplo de Luís Viana Filho e Elio Gaspari, apontam essa postura de Castelo Branco em respeitar o calendário eleitoral do ano de 1965 como uma característica estritamente pessoal de um “democrata”, “virtuoso”, “constitucionalista” e “liberal”, “que não cedia à pressão da linha-dura”. VIANA FILHO, op. cit. (1975). GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo, Companhia das Letras, 2002a. No entanto, a nosso ver, essa postura do governo Castelo deve ser entendida mais como uma estratégia de um regime híbrido que necessitava preservar certo grau de legitimidade e que buscava conciliar um Estado autoritário, alicerçado em uma constante e dura repressão, com a manutenção de uma imagem democrática, baseada na preservação de princípios e instituições típicas de regimes democráticos e de eleições periódicas, independentemente de quão fraudulentas e pouco democráticas na prática fossem.

²⁰⁷ Naquele contexto de recessão econômica e de deflagração de inúmeras prisões arbitrárias, o prognóstico de grande parte da ditadura era de derrota caso Castelo Branco continuasse com a ideia de realizar as eleições de outubro de 1965 por via direta. É importante aqui destacar que a ditadura já havia sofrido um duro revés eleitoral, em março de 1965, com a vitória do brigadeiro Faria Lima, candidato do ex-presidente e político cassado, Jânio Quadros, na eleição para a Prefeitura da cidade de São Paulo. VIANA FILHO, op. cit. (1975), p. 295. Sobre esse crescente sentimento de derrota no interior do regime em relação às eleições diretas, o jornalista Carlos Castello escreveu: “*Está claro que nenhum candidato desse Governo, com as forças de que dispõe atualmente e que lhe dão certa nitidez política, vencerá uma eleição popular em 1966, a menos que imprevisíveis alterações na situação geral do País ocorram até lá*”. BRANCO, Carlos Castello. **Os Militares no poder**. 1. Castelo Branco. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977a, p. 328. Originalmente publicado em: Coluna do Castello. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 3, 5 out. 1965.

²⁰⁸ KINZO, op. cit. (1988), p. 22.

- Por fim, havia uma terceira concepção reunindo todos aqueles que condenavam as tentativas dos militares mais reacionários de restringir a liberdade do processo eleitoral.

Antes de tudo, é importante ressaltar que as divergências no interior das Forças Armadas brasileira não são nenhuma novidade na história brasileira ²⁰⁹. As Forças Armadas, assim como todos os demais processos históricos, apresentam em seu interior uma convivência contraditória de posições e orientações, não só diferentes como, às vezes, totalmente opostas uma das outras, tanto no sentido de qual deva ser a missão da instituição perante a sociedade quanto de que forma esta missão deve ser implantada. A propalada coesão das Forças Armadas é frágil ou inexistente ²¹⁰. O conflito entre a “linha-dura” e os “moderados”, por exemplo, permeou todos os 21 anos de ditadura militar e foi uma fonte permanente de instabilidade.

Há muito ainda a analisar e explicar sobre o regime militar brasileiro, cuja história é eivada de ambiguidades e paradoxos, algumas vezes raiando a contradição. O Estado autoritário foi marcado por indefinições ideológicas, dividido entre assumir-se como ditadura ou conciliar com os princípios liberais, ao passo que oscilava entre o nacionalismo desenvolvimentista e os princípios do livre mercado ²¹¹.

No interior da instituição militar é fácil identificar, por exemplo, aqueles setores mais conservadores, voltados mais para as questões hierárquicas e disciplinares, assim como aqueles outros de caráter mais liberal, voltados para o nacionalismo e sensíveis às questões sociais e políticas. Como argumentou Eliézer Rizzo de Oliveira, as Forças Armadas não devem ser compreendidas como um bloco monolítico, homogêneo, estanque, livre de dilemas e de contradições. Para ele, embora as Forças Armadas procurem e se esforcem em manter e se apresentar com um alto grau de unidade institucional, as contradições, as relações de poder, as disputas e o jogo político acompanham toda a história da instituição ²¹².

²⁰⁹ As Forças Armadas brasileira jamais se comportaram como um corpo monolítico, mas sim fragmentado em diversos setores. Durante o interregno democrático, 1945-1964, por exemplo, havia um setor ligado à UDN; outro, com simpatias ou ligações táticas, com setores e movimentos da esquerda; por fim, um tendendo à neutralidade, posição extremamente visível nos graves momentos que antecederam ao golpe de 1964.

²¹⁰ Em 14 de outubro de 1969, por exemplo, a Junta Militar que estava a frente do Poder Executivo decretou o AI-17 que previa o afastamento temporário (transferência para a reserva) de oficiais que viessem a atentar contra a “coesão” das Forças Armadas.

²¹¹ MOTTA, op. cit. (2014), p. 50.

²¹² OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil, 1964-1969**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1976.

A realização do pleito de 1965 não foi um fácil. Houve no interior do regime diversos embates para que as eleições não ocorressem. O pleito somente ocorreu quando, em junho de 1965, os grupos conflitantes negociaram um compromisso: as eleições realizar-se-iam como programado, mas seria cuidadosamente confeccionada uma lei – a Lei nº 4.738, de 15 de julho de 1965²¹³ – que impedisse as candidaturas de políticos “indesejáveis” (ou no discurso do governo, os “corruptos” e os “subversivos”). Essa lei foi apelidada de “Lei das Inelegibilidades” (vide Figura 1)²¹⁴. A respeito das inelegibilidades, a pesquisadora Maria Celina Gordilho argumentou:

Atribuía-se ao instituto uma carga moral, vista a partir dos objetivos que deveria preservar. Elegibilidade é o direito subjetivo público de disputar um cargo eletivo de representação política. Seria a regra. Inelegibilidade, como conceito negativo e excepcional, é o que impede o cidadão que não preenche os requisitos de elegibilidade, de disputar o cargo. É o “estado jurídico de ausência ou perda de elegibilidade”. [...] Os cidadãos que não estivessem dentro dos parâmetros encontravam-se inelegíveis. Isso não era necessariamente uma punição. As inelegibilidades constituíam um mecanismo de controle das eleições e visavam a delimitar quais cidadãos poderiam se candidatar a cargos eletivos²¹⁵.



Figura 1 – Charge do cartunista Fortuna sobre a edição da Lei das Inelegibilidades
Fonte: LOREDANO, Cássio (Org.). **Fortuna**: o cartunista dos cartunistas. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 2014.

²¹³ BRASIL. Lei nº 4.738, de 15 de julho de 1965. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 16 jul. 1965, Seção 1, p. 6697.

²¹⁴ “Elegibilidade” é o direito subjetivo público de disputar um cargo eletivo de representação política. É a regra. “Inelegibilidade”, como conceito negativo, é o que impede o cidadão de disputar o cargo, é o estado jurídico de ausência ou perda de elegibilidade. No sistema brasileiro, o direito de ser votado é limitado às pessoas que cumprem determinadas condições elencadas na Constituição e em leis infraconstitucionais. São mecanismos contramajoritários de controle das eleições, pois evitam que a maioria exceda os limites constitucionais, sobressalte a via democrática, distorça os valores constitucionais e oprima as minorias. Ocorre que, após o golpe de 1964, o instituto das inelegibilidades foi apropriado pelos militares como forma casuística e legal de afastar seus opositores políticos. GORDILHO, op. cit. (2015), p. 53

²¹⁵ GORDILHO, op. cit. (2015), p. 8.

No que se refere ao campo eleitoral, o programa político da ditadura militar envolveu, a todo custo, a cassação de mandatos eletivos ²¹⁶ e a manipulação casuística da legislação eleitoral, como as páginas que vêm pela frente se encarregarão de demonstrar. Os militares tinham uma política complexa de governo. Diferentemente de outros golpes ocorridos na América Latina, não fecharam o Congresso Nacional. Simplesmente eliminaram os políticos que se opunham ao novo regime. Mantiveram as instituições representativas, típicas da democracia. Permitiram que houvesse eleições. Quando não gostavam do resultado dessas eleições, mudavam as regras do jogo para se manter no poder.

Com a instituição das inelegibilidades, que impediam e selecionavam os candidatos que iriam concorrer às eleições, Castelo Branco acreditava que conseguiria domar a “linha-dura” e conquistar a tão propalada “normalização político-institucional da vida nacional” ²¹⁷. O deputado Mário Piva (PSD-BA) fez, por exemplo, em agosto de 1965, uma excelente descrição do que se constituíram as tais inelegibilidades: “[...] *menos que uma lei, é um álbum de família, ou a família dos proscritos, onde, em cada artigo, em cada parágrafo, em cada alínea, se pode descobrir sem dificuldade, um retrato claro, perfeito, um close-up daqueles que serão proscritos da vida brasileira*” ²¹⁸.

No dia 3 de outubro de 1965, mesmo com a maioria das lideranças progressistas do antigo regime cassada e com a vigência da persecutória Lei das Inelegibilidades, a oposição venceu em quatro Estados (Guanabara, Minas Gerais, Santa Catarina e Mato Grosso) dos onze que haviam sido realizadas eleições ²¹⁹. Especialmente por três motivos, as vitórias de Negrão de Lima (PTB), na Guanabara, e de Israel Pinheiro (PSD), em Minas Gerais, eram as

²¹⁶ Durante os 21 anos de ditadura militar, foram cassados 181 parlamentares do Congresso Nacional brasileiro – 8 senadores e 173 deputados federais, entre titulares e suplentes – no exercício dos seus respectivos mandatos. Para maiores detalhes, ver: AZEVEDO; RABAT, op. cit. (2012).

²¹⁷ Como aconteceu em diversas áreas, com o passar do tempo, a ditadura aumentou a arbitrariedade dos seus atos. A Lei das Inelegibilidades de 1965, por exemplo, foi ampliada e se tornou mais dura com a promulgação da Lei Complementar nº 5, de 29 de abril de 1970. BRASIL. Lei Complementar nº 5, de 29 de abril de 1970. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 29 abr. 1970, Seção 1, p. 3121.

²¹⁸ Citado por KINZO, op. cit. (1988), p. 24.

²¹⁹ Dos Estados que disputavam as eleições em 1965, as regiões de Minas Gerais e da Guanabara eram as mais desenvolvidas economicamente e que agregavam uma maior população urbana. Como apontou Thomas Skidmore, o ano de 1965 estava sendo muito difícil para a classe média e trabalhadora, por causa da pressão inflacionária e dos efeitos impopulares do programa de estabilização econômica do governo Castelo – o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG). SKIDMORE, op. cit. (1988), p. 98. Além da inflação e da recessão, cabe advertir que as inúmeras prisões arbitrárias ocorridas desde o golpe de 1964 e as correntes cassações de direitos políticos também geravam um forte descontentamento na população. Assim, como argumentou Cláudio Vasconcelos, diante deste alarmante quadro de insatisfação, os pleitos que se realizariam em outubro daquele ano seriam uma prova de fogo para o novo governo, tendo, portanto, um caráter plebiscitário: ou se dizia sim, ou se dizia não às diretrizes políticas, econômicas e sociais do regime. VASCONCELOS, op. cit. (2004), p. 157.

que mais incomodavam os círculos militares e os meios políticos. O primeiro motivo era que embora os candidatos vitoriosos do PSD-PTB não fossem, de fato, elementos “perigosos” da oposição ²²⁰, eram vistos como pessoas ligadas ao ex-presidente cassado Juscelino Kubistchek, que apesar de ter apoiado o golpe era um legítimo representante do antigo regime e um candidato futuro forte à presidência da República.

O segundo motivo era que, embora o governo tenha ganhado em sete estados da federação, a vitória nesse aspecto era politicamente menos significativa por se tratar de regiões menos desenvolvidas e industrializadas, onde a vitória do governo já era esperada, à medida que os votos eram tradicionalmente garantidos pelos caciques locais. Como apontou Maria H. Moreira Alves: “*Desse modo tem sido mais fácil para os políticos conservadores locais, que detêm monopólio virtual do poder em determinada região, manter sob controle os Estados rurais*” ²²¹.

De todos os motivos, o mais importante era que tanto a Guanabara quanto Minas Gerais eram os locais onde os udenistas Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, conhecidos líderes civis do golpe de 1964, eram governadores. A vitória da oposição nesses Estados enterrava as perspectivas de Magalhães Pinto e Carlos Lacerda de se apresentarem como os candidatos da “Revolução” à presidência da República, em 1966. Como argumentou Carlos Fico, a vitória da oposição “[...] deixou o grupo radical bastante exaltado, sobretudo na Guanabara, pois o fracasso do governador Carlos Lacerda, não elegendo seu sucessor, tornava o líder civil da linha dura vulnerável em suas pretensões presidenciais” ²²².

A vitória da oposição, em 1965, bastou para provocar a mais séria crise “crise político-militar” desde o golpe de 1964. Tanto setores políticos quanto militares não queriam aceitar a posse dos eleitos e passaram a pressionar Castelo Branco para que interviesse nos Estados em questão, indicando novos governadores.

As medidas restritivas implementadas pelo novo regime não foram, no entanto, suficientes para garantir o esperado domínio sobre o processo social e político. A oposição à ditadura não desaparecia nas ruas nem no Congresso Nacional. Mesmo com todas as armadilhas inseridas na legislação eleitoral e

²²⁰ De acordo com Elio Gaspari: “*Os vencedores vinham da pura cepa do conservadorismo nacional. Negrão de Lima, eleito governador da Guanabara, e Israel Pinheiro, de Minas, não podiam ser chamados de oposicionistas, porque oposição jamais tinham feito. Salvo no curto governo de Jânio Quadros, estiveram no poder tanto durante a ditadura de Vargas como na democracia posterior a 1964. Eram raposas que mais se assemelhavam aos conservadores do Império do que ao elenco de radicalizações da segunda metade do século XX. Ambos mineiros, um fora prefeito do Rio, o outro, coordenador da construção de Brasília*”. GASPARI, op. cit. (2002), p. 239.

²²¹ ALVES, op. cit. (2005), p. 108.

²²² FICO, op. cit. (2001), p. 50.

com o expurgo das principais lideranças da oposição, os resultados das eleições estaduais de 3 de outubro de 1965 desgostaram boa parte dos setores que empalmaram o governo em 1964²²³.

Para determinados setores políticos, especialmente para a UDN, que apoiou o golpe civil-militar de 1964²²⁴, do presidenciável Carlos Lacerda, o teste das urnas havia provado que, em eleições diretas, a ditadura não elegeria seu candidato à Presidência da República. Desse modo, Carlos Lacerda acabou percebendo que, com o apoio do governo, as suas chances de vencer as eleições presidenciais marcadas para o ano seguinte seriam quase nulas²²⁵. Política e eleitoralmente, a ditadura estava encurralada. Consciente disso, Lacerda deu mais um passo em sua enigmática vida política: ousou romper com o governo²²⁶. Nas palavras do jornalista Carlos Castello Branco:

Seja qual for o despacho da crise aberta no sistema revolucionário, com todas as características de irreversibilidade, o Sr. Carlos Lacerda, que joga ao mesmo tempo a curto e a longo alcances, foi levado aparentemente a considerar, na base dos resultados eleitorais, que não lhe adianta, como candidato a Presidente da República, manter qualquer vínculo com o situacionismo federal. Nem política nem eleitoralmente tal situação lhe renderá qualquer coisa. [...] Eleitoralmente, os resultados de 3 de outubro lhe indicaram com clareza, tal como de resto já o pressentia, que, para ganhar eleição, é preciso estar, claramente, inequivocamente, do outro da barricada. **Os candidatos do governo estão condenados ao malogro eleitoral e ao repúdio da opinião pública**²²⁷.

²²³ AZEVEDO; RABAT, op. cit. (2012), p. 40.

²²⁴ A UDN foi o grande apoio político dos militares, quando do golpe de março de 1964. Como argumentou Maria Kinzo: “[...] com uma história marcada por tentativas fracassadas de chegar ao poder através do voto, a UDN havia abraçado a ideia da intervenção militar como forma de derrotar a forte aliança eleitoral PSD-PTB, e assim via na ‘Revolução’ de 1964 a sua vitória definitiva. Portanto, o movimento ‘revolucionário’ destinava-se a possibilitar a esse partido, que havia estado na oposição durante grande parte do período desde 1945, chegar finalmente ao poder”. KINZO, op. cit. (1988), p.18. No entanto, a edição do AI-2 no ano de 1965, que extinguiu a agremiação, retirou quase que por completo o apoio dos udenistas ao regime militar.

²²⁵ O mandato de João Goulart, usurpado por Castello Branco, se encerraria em 31 de janeiro de 1966. A eleição presidencial ocorrer-se-ia, por voto direto, no dia 3 de outubro de 1965. No entanto, Castello Branco obteve do Congresso a prorrogação de seu mandato por um ano, estendendo-o até março de 1967, com eleições diretas para outubro de 1966. No entanto, no dia 22 de julho de 1964, o Congresso aprovou a emenda constitucional, dos senadores udenistas João Agripino e Afonso Arinos, que prorrogava o mandato presidencial por um ano, estendendo-o até março de 1967, com eleições diretas para outubro de 1966.

²²⁶ A respeito dessa questão, Maria Victoria Benevides escreveu: “Lacerda e o lacerdismo tornaram-se não mais aliados ou insufladores dos militares, mas persistentes concorrentes ao poder; de adversários passariam rapidamente a inimigos. A UDN lacerdista foi, portanto, a primeira a desligar-se do projeto político-militar que, afinal, defendera com brilho e eficiência durante tantos anos”. BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 142.

²²⁷ BRANCO, op. cit. (1977a), p. 332, grifo nosso. Originalmente publicado em: Coluna do Castello. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 3, 9 out. 1965.

Na área militar, os “duros” ameaçavam Castelo Branco de retirá-lo apoio, caso não cancelasse os resultados dos pleitos estaduais ²²⁸. Como escreveu Luís Viana Filho, então chefe da Casa Civil: “[...] os revolucionários ortodoxos vomitavam fogo, não fazendo segredo da impossibilidade de acatarem-se os resultados das urnas” ²²⁹. Há, inclusive, uma versão confidenciada por vários militares de que, após a divulgação do resultado das eleições de 1965, começou a ser organizado, na Vila Militar do Rio de Janeiro, pelos coronéis da “linha-dura”, sob a liderança do general Albuquerque Lima, um movimento com o objetivo de depor o presidente Castelo Branco ²³⁰. Enquanto os moderados criticavam os duros pela temeridade de suas ações, os duros, por sua vez, os menosprezavam por sua excessiva prudência. O brasileiro Thomas Skidmore assim narrou esse episódio:

Os oficiais do 1º Exército no Rio ficaram furiosos com os resultados das eleições e muito mais furiosos com Castelo Branco por haver prometido respeitar o veredicto das urnas. Circularam boatos de que os militares mais exaltados estavam em vias de depor Castelo Branco para instalar um ‘genuíno’ governo revolucionário. Até os oficiais mais moderados se achavam profundamente contrariados. Ao que se propalava, dois grupos de oficiais conspiravam: um, constituído por membros da entourage de Lacerda, queria o golpe para instalar o seu chefe no poder. Mais ameaçador era o segundo grupo, liderado pelo general Albuquerque Lima. Os seus membros mais radicais queriam ir até o estádio do Maracanã, onde se fazia a contagem dos votos, para queimar as cédulas, marchando em seguida para o Palácio Laranjeiras, residência presidencial no Rio. Todas essas tramas tinham um

²²⁸ É importante destacar que, desde que havia assumido a presidência da República, Castelo Branco vivia sob forte ataque dos setores mais reacionários e conservadores da área militar. Além do problema das eleições de outubro de 1965, a chamada “linha-dura” passou a pressionar o governo acerca de duas questões. Em primeiro lugar, a respeito do problema dos IPMs. Para os “duros”, o governo deveria endurecer os IPMs para aumentar o número de cassação de parlamentares, de suspensões de direitos políticos e expurgos no funcionalismo civil e militar. Em segundo lugar, acerca dos *habeas corpus* que foram impetrados no âmbito da Justiça em favor das vítimas. Os *habeas corpus* indignavam os “duros”, que viam na libertação dos prisioneiros (alguns famosos, como Miguel Arraes) uma intervenção indevida do STF nas questões “revolucionárias”. Em meados de 1965, por exemplo, o presidente Castelo Branco realmente passou a se preocupar com o volume e a pressão que determinados grupos militares – que se julgavam como “forças autônomas” – estavam tomando dentro da “Revolução”. A carta que Castelo escreveu, em 2 de junho de 1965, ao seu ministro da Guerra, Costa e Silva, é reveladora nesse quesito. Na missiva, aludindo especificamente aos oficiais encarregados dos IPMS, o presidente instava Costa e Silva a cobrar o exercício da autoridade dos comandantes sobre os jovens oficiais “inconformados”. Para ele, as medidas tomadas na área dos IPMs “desgastavam” o governo, rebaixavam seu “nível intelectual” e eram desnecessárias. Concluía defendendo que as “forças autônomas” precisavam ser “esclarecidas, contidas, e, se necessário, reprimidas”. Não por acaso, o chefe da Casa civil de Castelo Branco, Luís Viana Filho, considerava a Liga Democrática Radical (LIDER) e o MAC (Movimento Anti-Comunista) como “[...] organizações de caráter ou inspiração nazi-fascista”. VIANA FILHO, op. cit. (1975), p. 311.

²²⁹ VIANA FILHO, op. cit. (1975), p. 332.

²³⁰ Contudo, convém ressaltar que essa versão é rejeitada por Ernesto Geisel, à época chefe do Gabinete Militar da Presidência da República: “[...] não creio nessa história de que ia haver um levante contra o Castelo para derrubá-lo: é pura fantasia, alimentada pelo entourage do Costa e Silva. Havia, sem dúvida, oficiais que eram contra a posse dos dois governadores, batiam-se contra a posse, queriam que ela fosse impedida. Castelo, entretanto, firmou-se na sua decisão. ‘Não senhor, eles têm que tomar posse’. E o Golbery e eu concordamos com o presidente”. D’ARAÚJO; CASTRO, op. cit. (1997), p. 225.

elemento comum: repúdio dos resultados eleitorais e instalação de uma ditadura ostensiva ²³¹.

A “crise político-militar” de 1965 somente foi resolvida quando, em primeiro lugar, o ministro Costa e Silva se dirigiu à Vila Militar e, com a garantia de “revigorar a Revolução” ²³² e editar um novo Ato Institucional, arrefeceu os ânimos da “linha-dura” ²³³, e em segundo lugar, o presidente Castelo Branco decidiu buscar uma política de compromisso com os líderes oposicionistas da Guanabara e de Minas Gerais, isto é, os candidatos eleitos poderiam tomar posse, mas o governo federal indicaria os secretários de segurança estaduais ²³⁴. A respeito dessa crise no interior do regime, o pesquisador Carlos Fico sintetizou: “*O fato é que essa crise militar projetou a figura de Costa e Silva como líder da linha dura e candidato inexorável à presidência da República*” ²³⁵.

Conforme prometido aos “duros”, em poucos dias, o governo Castelo elaborou uma série de medidas – uma Emenda Constitucional e um Projeto de Lei sobre os cassados – bastante restritivas e as enviaram ao Congresso, duas semanas após o resultado das eleições de outubro ²³⁶. Entre as principais propostas do Executivo estavam maior controle do governo central sobre os governos estaduais, ampliação dos poderes do Executivo, restrições severas à liberdade de expressão e ação para os cassados, garantia do controle sobre o STF através do aumento do número de juízes, ampliação da jurisdição militar com referência a questões de subversão e de segurança nacional ²³⁷.

O que se pode notar nessa atitude do presidente Castelo Branco é que, embora estivesse optando por tomar medidas restritivas que satisfizessem a “linha-dura” e neutralizasse a crise no interior das Forças Armadas, ele tentou fazê-lo via Legislativo,

²³¹ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo** (1964-1985). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

²³² GASPARI, op. cit. (2002), p. 258.

²³³ O jornalista Carlos Castello Branco informou que o ministro Costa e Silva teria garantido às tropas rebeldes que, caso o presidente Castelo não aceitasse as condições apresentadas ou mesmo os projetos fossem rejeitados pelo Congresso, ele estaria livre para estar ao lado das tropas e dos “duros” para depor o presidente. “*Se os projetos fossem rejeitados, desfaz-se automaticamente o vínculo que prende, num pacto de honra, o Ministro da Guerra à oficialidade da Vila Militar, ficando o Governo submetido a uma eventual manifestação da tropa*”. BRANCO, op. cit. (1977a), p. 346. Originalmente publicado em: Coluna do Castello. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 3, 23 out. 1965.

²³⁴ Governadores eleitos só nomearão secretários com aprovação militar. **Diário de Pernambuco**, Recife, 8 out. 1965.

²³⁵ FICO, op. cit. (2004), p. 74.

²³⁶ Castelo garante posse aos eleitos mas quer leis para preservar a revolução. **Diário de Pernambuco**, Recife, 10 out. 1965. VIANA FILHO, op. cit. (1975), p. 340-341.

²³⁷ CB pede ao Congresso severas medidas legais para preservar a revolução. **Diário de Pernambuco**, Recife, 14 out. 1965.

respeitando determinados “preceitos democrático-liberais”. Ou seja, Castelo procurou obter do Congresso a legalização de uma ação destinada ao próprio fechamento do regime.

No entanto, essas medidas restritivas de Castelo não foram aceitas passivamente pelo Congresso Nacional. Apesar de ter a maioria dos parlamentares ligados ao regime e mesmo diante do clima de terror instalado, em raros momentos, o Congresso entrava em choque com o governo, em uma demonstração de força e de independência. Essas ações do Congresso tiveram como consequência diversas cassações, entrega de cargos, como a presidência da Casa e a secretaria-geral, por parte de alguns parlamentares e o próprio fechamento do Congresso em agudos momentos de crise entre o Executivo e o Legislativo. “[...] a rebelião vai lavrando no seu setor parlamentar, malgrado a fidelidade dos grupos de comando da Bancada à política do Governo. Numerosos deputados dizem que preferem a intervenção pura e simples a votar medidas legislativas que restrinjam a autonomia dos Estados”²³⁸.

Embora o governo não tivesse perdido nenhuma batalha no Congresso desde a concretização do golpe de 1964, os pedidos de Castelo Branco, que restringiam o Poder Legislativo e ampliavam o alcance das cassações, encontravam uma forte resistência dos parlamentares²³⁹ – inclusive aqueles ligados à base governista²⁴⁰, mais especificamente do grupo pró-Lacerda que receava ser o seu líder atingido pelas medidas em suas pretensões eleitorais²⁴¹.

Como se pode perceber, a “crise político-militar” aberta após as eleições estaduais de 65 esbarrou de frente com a postura híbrida que o regime militar vinha procurando manter desde o golpe de 64, conciliando um projeto autoritário de poder com a preservação de uma instituição tipicamente democrática, o Legislativo, um órgão representativo do povo, onde

²³⁸ BRANCO, op. cit. (1977), p. 335. Originalmente publicado em: Coluna do Castello. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 3, 12 out. 1965.

²³⁹ Crise aumenta, CB diz que regime corre risco e já se fala em sítio. **Diário de Pernambuco**, Recife, 16 out. 1965. O jornalista Carlos Castelo Branco apontou que havia uma avaliação calculista por parte de alguns parlamentares acerca da aprovação do AI-2. Em sua coluna diária, o jornalista afirmou que: “*O Deputado Gilberto Azevedo, depois de contato com militares, revelou a posição de um grupo de deputados ligados à linha dura: votar contra os projetos do governo para ampliar a crise e abrir caminho para o Ato Institucional nº 2, com recesso do Congresso, etc.*”. BRANCO, op. cit. (1977), p. 342. Originalmente publicado em: Coluna do Castello. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 3, 20 out. 1965.

²⁴⁰ UDN contra 2.º Ato Institucional: votará sem receio das baionetas. **Diário de Pernambuco**, Recife, 23 out. 1965.

²⁴¹ A impressão que se tinha dentro do regime era de que se o Congresso Nacional rejeitasse as medidas encaminhadas pelo Executivo, Castelo Branco seria deposto e o Congresso fechado. Vitória então da “linha-dura”. Essa questão foi comentada pelo jornalista Carlos Castello Branco: “*Um homem do Governo explicava que havia um equívoco dos deputados que atribuíam ao Presidente da República o exercício de uma pressão sobre o Congresso. E explicou: ‘Não se está dizendo ao Congresso: se você não fizer isso, eu te quebro a cara. O que se está dizendo é: se você não fizer isso, eles nos quebram a cara’.*” BRANCO, op. cit. (1977), p. 347. Originalmente publicado em: Coluna do Castello. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 3, 23 out. 1965.

tem assento aqueles escolhidos pelos cidadãos dos vários recantos do Estado, para, em seus nomes, de forma ordenada e democrática, definir os rumos da sociedade a serem conduzidos pelo Poder Executivo.

Os jornais da época dão conta da agitação ocorrida no Palácio do Planalto após a submissão das medidas restritivas ao Congresso. O governo Castelo viu-se, por vários motivos, preso numa verdadeira encruzilhada: em primeiro lugar, porque desejava continuar com a política híbrida (existência de eleições e Parlamento, mas sob controle); em segundo lugar, porque na disputa de poder, não desejava ceder ou dar lugar aos militares da “linha-dura”; por fim, sabia que não poderia perder tal votação no Congresso, uma vez que o instituto da cassação era de suma importância para a “revolução”.

Poucos dias após a submissão das medidas restritivas ao Congresso, o presidente Castelo Branco foi alertado por congressistas governistas de que o governo perderia a votação no Plenário da Câmara. Ciente de tal fato, Castelo Branco, na madrugada do dia 27 de outubro de 1965, pegando de surpresa a classe política brasileira, fez a sua escolha: optou por uma guinada ainda mais conservadora da ditadura, cedendo à pressão da “linha-dura”, ao editar o AI-2 ²⁴², que extinguiu o sistema político-eleitoral do antigo regime ²⁴³. Desta maneira, o governo Castelo tentava neutralizar a grave crise no interior das Forças Armadas e buscava manter o cerne de sua delicada “política híbrida”, como bem resumiu Cláudio de Vasconcelos:

Com a política híbrida, o regime permitiu a “sobrevivência” do Legislativo. Em uma relação de custo e benefício, a facção castelista acreditava que o benefício da legitimidade que a preservação de um poder típico de um

²⁴² BRASIL. Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 28 out. 1965, Seção 1, p. 11065. Junto ao AI-2 foi publicado também o Ato Complementar nº 1, que visava disciplinar as normas de conduta que teriam os políticos cassados pelo AI-2. Este ato tornava crime a atividade ou manifestação sobre assunto de natureza política, por pessoas cujos direitos políticos hajam sido suspensos. BRASIL. Ato Complementar nº 1, de 27 de outubro de 1965. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 27 out. 1965, Seção 1, p. 11019.

²⁴³ A publicação do AI-2 pegou de surpresa a maioria dos políticos brasileiros. Muitos não acreditavam que Castelo Branco extinguiria os partidos políticos e instituiria eleição indireta para a Presidência da República. O *Diário de Pernambuco* assim narrou a surpresa dos deputados estaduais pernambucanos ao tomarem conhecimento da notícia da edição do AI-2: “*Muitos chegaram cedo ao Joaquim Nabuco [ALEPE]. Madrugaram. No semblante de cada um, a incerteza. A angústia e, em alguns casos, o medo, quase o pavor. De que, não sabia. Quando o rádio, em noticiário extraordinário, anunciou que o presidente Castelo Branco assinara o ato, um misto de tristeza, medo e angústia tornou-se a tônica do comportamento de bom número de deputados. E à medida que o locutor lia os artigos e parágrafos, a reação de cada um só podia ser registrada através do poder de uma câmera cinematográfica. Muitos desprezam as modificações profundas que o ato traz em seu bojo, fixando-se, com preocupação, no ‘quantum’ dos novos subsídios. A ironia dos irônicos desapareceu. A verve dos espirituosos eclipsou-se. Tudo era tristeza. E incerteza*”. Ato Institucional surpreendeu deputados e a maioria formou o “quorum” do silêncio. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 3, 28 out. 1965.

sistema democrático-representativo, embora enfraquecido e “saneado”, seria maior do que o custo das derrotas que ele poderia impor ao governo no plenário. No entanto, a progressiva intensificação da onda repressiva transformou o Legislativo no único fórum onde era permitido o debate e a crítica ao regime. Aos poucos, converteu-se em um obstáculo indesejado. Em resposta, a linha-dura militar passou a cobrar com ainda mais veemência o endurecimento do regime. Por fim, tendo que optar pelo lado liberal ou pelo reforço do caráter autoritário do regime, escolheu a segunda opção ²⁴⁴.

3.2 1965: O AI-2 E A EXTINÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS

O golpe civil-militar de 1964 não modificou de imediato a essência do sistema político-eleitoral brasileiro criado durante o interregno democrático. O arcabouço institucional da ditadura foi sendo modificado paulatinamente aos interesses dos militares, pautados em uma “cultura política autoritária”, por meio da qual se defendia, no dizer de Barrington Moore Jr, um processo de “modernização conservadora” da ditadura ²⁴⁵. Isto leva-nos a compreender o próprio autoritarismo do regime militar como um processo de construção histórica repleto de conflitos internos, de idas e vindas, de compreensão e descompressão.

Esse aspecto escalar da ditadura é extremamente relevante ser pontuado aqui de início para explicarmos o fato de o sistema pluripartidário de 1945 não ter sido extinto imediatamente após o golpe de 64, assim como o fato de o partido de oposição legal da ditadura, o MDB, objeto central desta pesquisa, ter sido criado apenas quase dois anos após a tomada do poder pelos militares. Sobre esse assunto, os cientistas políticos Bolívar Lamounier e Rachel Meneguello destacaram:

Embora proclamando-se “revolucionário”, o novo regime manteve em vigor a legislação eleitoral e partidária então vigente, e a própria Constituição de 1946 modificada [...]. Continuaram, pois, em atividade os 13 partidos então existentes, dois dos quais, a UDN e o PSD, já haviam inclusive escolhido seus candidatos à eleição presidencial programada para outubro de 1965 (Carlos Lacerda e Juscelino Kubitschek, respectivamente) ²⁴⁶.

Em termos de mudança institucional do regime, a edição do AI-2 foi a extinção do sistema político-eleitoral de 1945 e a morte dos partidos políticos então existentes. O ex-senador Franco Montoro (MDB-SP), por exemplo, afirmou ser o AI-2 “o grande divisor de

²⁴⁴ VASCONCELOS, op. cit. (2004), p. 107.

²⁴⁵ MOORE JR., Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia**. Senhores e camponeses na construção do mundo moderno. Lisboa: Martins Fontes, 1983.

²⁴⁶ LAMOUNIER; MENEGUELLO, op. cit. (1986), p. 61.

águas da política brasileira”²⁴⁷. O AI-2 foi a primeira grande mudança dos militares sobre o sistema político brasileiro, à medida que, ao impor pesadas restrições no que se refere à dinâmica eleitoral e partidária, acabou servindo como instrumento de afirmação do caráter conservador e autoritário do novo regime e, principalmente, mudando a própria natureza do golpe civil-militar de 1964. Em outras palavras, o AI-2 acabou por revelar que a permanência dos militares na chefia do Poder Executivo não seria passageira, destoando da afirmação inicial dos golpistas de 64.

Os militares se convenceram de que os partidos políticos e o processo eleitoral, assim como o Legislativo, que lhes concediam a legitimidade, eram importantes para a sobrevivência do regime. Entretanto, para isso era necessário alterar a legislação eleitoral e partidária para assegurar que continuassem dispondo de um Legislativo que não fosse controlado pela oposição²⁴⁸.

O AI-2 mostrou àquelas pessoas que ainda acreditavam na volta rápida à ordem democrática o quão contraditório era o discurso democrático do regime militar. A aparência democrática do regime era apenas uma retórica. “*Finalmente a ditadura tirava a última máscara e mostrava a sua face real*”²⁴⁹. Como apontou Carlos Fico, segundo o entendimento de muitos analistas políticos e de determinada parcela da população, as medidas de força utilizadas nos primeiros momentos do governo Castelo seriam “inevitáveis” para conter os “excessos” da esquerda, mas que seriam rapidamente interrompidas com o retorno à normalidade democrática e legal. Essa esperança foi totalmente abalada com a publicação do AI-2²⁵⁰. O regime inaugurado em 1964 demorou 21 anos para ser desmontado (ou 24 anos, segundo alguns autores)²⁵¹. Ao cruzar dados da Comissão Nacional da Verdade (CNV) com informações da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República²⁵², por exemplo,

²⁴⁷ MONTORO, André Franco. **Memórias em linha reta**. São Paulo: Editora SENAC, 2000, p. 9.

²⁴⁸ REGO, op. cit. (2008), p. 173.

²⁴⁹ FILHO, Oswaldo Lima. **Política brasileira, 1945-1990: uma visão nacionalista**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993, p. 215.

²⁵⁰ FICO, op. cit. (2001), p. 35.

²⁵¹ Alguns pesquisadores defendem que a ditadura no Brasil encerrou-se em 1988, com a edição da chamada “Constituição Cidadã”, quando se inaugurou um Estado Democrático de Direito no país – muito embora ainda repleto de “entulho autoritário”. Cf. TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010. Já outros, a exemplo do brasilianista Samuel P. Huntington, qualificam a democracia brasileira como “incompleta”, não sendo possível definir com clareza, o momento em que a transição política aqui se concluiu. HUNTINGTON, Samuel P.. **A terceira onda: a democratização no final do século XX**. São Paulo: Ática, 1994.

²⁵² COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, op. cit. (2014). BRASIL. **Habeas corpus: que se apresente o corpo – A busca dos desaparecidos políticos no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2010, p. 9-13.

chegamos a algumas impressionante estatísticas sobre o sombrio período em que o país esteve sob a égide dos militares ²⁵³:

- 17 Atos Institucionais;
- 105 Atos Complementares;
- 9 atos do Comando da Revolução;
- 58 Decretos-Leis sobre o Sistema Nacional de Informações;
- 79 decretos-leis e uma lei sobre a Comissão Geral de Investigações;
- 15 decretos sobre a censura;
- 52 decretos sobre Segurança Nacional;
- 10 decretos sobre propaganda política;
- 11 decretos sobre eleições;
- 200 mil pessoas perseguidas ou detidas por suspeita de subversão (50 mil presos só entre março e agosto de 1964);
- 500 mil cidadãos investigados pela ditadura;
- 10 mil torturados nos porões do DOI-CODI;
- 11 mil sofreram inquérito (5 mil condenados);
- 6 mil apelações ao STM, que manteve as condenações em 2 mil casos;
- 10 mil brasileiros exilados;
- 4.862 mandatos cassados, com suspensão dos direitos políticos;
- 1.148 funcionários públicos aposentados ou demitidos;
- 6.592 militares punidos (1.312 reformados);
- 1.202 sindicatos sob intervenção;
- 245 estudantes expulsos das universidades pelo Decreto 477;
- 128 brasileiros e 2 estrangeiros banidos;
- 4 condenações à pena de morte que não foram executadas;
- 707 processos políticos instaurados na Justiça Militar;
- 49 juízes expurgados;
- 3 ministros do STF afastados;
- 3 vezes o Congresso Nacional fechado;
- 7 assembleias estaduais postas em recesso;

²⁵³ Não consta nessa lista, o alarmante número de vítimas camponesas e do genocídio cometido aos povos indígenas.

- 224 mortos pela repressão;
- 210 desaparecidos políticos;
- 377 agentes públicos responsáveis pelas graves violações de direitos humanos.

A edição do AI-2 desencadeou uma forte oposição, até mesmo, no interior do regime ²⁵⁴. “Quando tiveram suas prerrogativas cerceadas, eles iniciaram uma disputa em defesa da legitimidade de sua atividade, motivados pela manutenção do monopólio da representação política pelos profissionais” ²⁵⁵. O próprio general Mourão Filho, figura central do golpe de 64, passou a criticar abertamente os rumos “antidemocráticos” seguidos pelos militares após o AI-2:

O regime atual nada tem de democrático. Não está vigor a maioria dos direitos individuais que definem um regime democrático, a saber: o direito de liberdade de expressão do pensamento [...], o direito de representação, que foi retirado do eleitorado para ser transformado numa pseudo e falsa delegação [...], a estabilidade dos funcionários e militares [...]. Vivemos todos de favor. Nossa situação depende *exclusivamente* das qualidades pessoais do Presidente [...]. A segurança de um povo não pode repousar exclusivamente nas boas qualidades de um homem. O Brasil regrediu à ignomínia de 1937 ²⁵⁶.

O AI-2 demonstrou para muitos políticos brasileiros que o apoio dado aos militares no golpe de 1964 foi um processo de autofagia da classe política brasileira. Um processo através do qual, bem lembrou Lucia Grinberg, os políticos profissionais foram minando suas próprias bases: as eleições diretas, a inviolabilidade dos mandatos eletivos, as liberdades políticas, entre outros ²⁵⁷.

Com a edição do malsinado AI-2 ficava cada vez mais evidente para dezenas de apoiadores da ditadura que o funcionamento normal das instituições democrático-representativas colidiria todo o tempo com o projeto autoritário dos militares. “Ao sentir a necessidade de ceder aos ‘duro’, os governos militares acabaram por desagradar os grupos civis apegados à preservação dos princípios democráticos. Grupos estes que haviam dado ao

²⁵⁴ A este respeito, a pesquisadora Lucia Grinberg destacou: “[...] quando se tornou claro que a intervenção militar não seria limitada à deposição de João Goulart e que estavam sendo construídos alicerces para firmar um novo regime, vários políticos que apoiaram o golpe passaram a debater as novas formas jurídicas criadas pelo Executivo. Muitos seguiram na carreira política, alguns se afastaram por conta própria, e outros tiveram seus direitos políticos cassados, sendo impedidos de continuar na vida pública”. GRINBERG, op. cit. (2009), p. 49.

²⁵⁵ Ibid., p. 129.

²⁵⁶ Cf. **O Estado de S. Paulo**, 26 nov. 1966.

²⁵⁷ GRINBERG, op. cit. (2009), p. 102.

*regime apoio em seus momentos iniciais”*²⁵⁸. Depois do AI-2, pouquíssimas pessoas ainda acreditavam nos compromissos do governo Castelo com a democracia e com o liberalismo. Nas palavras de Cláudio Vasconcelos:

Com a edição do AI-2, ao usar mais uma vez a força, o Estado perdeu um pouco mais de sua legitimidade baseada na preservação de princípios democráticos e continuou em seu processo de isolamento em relação aos setores médios e alto da sociedade civil. Cada vez mais, o governo ficava restrito à alternativa de novos usos da força²⁵⁹.

Diferentemente do que imaginavam alguns partícipes do golpe de 64, a edição do AI-2 evidenciava claramente que os militares não estavam realizando apenas uma “intervenção corretiva”, transitória, uma “limpeza” sobre o sistema político-partidário do antigo regime, destinada a preservar os valores democráticos²⁶⁰, mas estavam mudando a própria natureza do golpe de Estado, lançando um projeto permanente de poder. O golpe de 64 não se caracterizava apenas como um “golpe antijanguista”. Caso fosse este o seu propósito, a simples troca do presidente bastaria para o êxito dos interesses da coalizão civil-militar, sem a necessidade de expurgos, repressões variadas, cassações e o próprio exercício do poder pela oficialidade militar.

Longe de ser uma “intervenção cirúrgica das Forças Armadas”, a edição do AI-2 era o prenúncio de mais de duas décadas sob a égide de um regime militar. Conforme resumiu o ex-presidente Ernesto Geisel, a ideia dos militares “[...] *era prolongar a revolução até que se pudesse fazer tudo o que eles imaginavam*”²⁶¹. Com o fortalecimento do poder Executivo conferido pelo AI-2, Campos e Bulhões puderam adotar medidas econômicas sem medo de consequências políticas²⁶².

Ao analisarmos a edição do AI-2, um fato curioso ocorrido em Pernambuco – infelizmente, pouco conhecido e/ou divulgado –, nos chamou bastante a atenção. Em Pernambuco, na madrugada do dia 27 de outubro de 1965, poucas horas após a divulgação do

²⁵⁸ VASCONCELOS, op. cit. (2004), p. 273.

²⁵⁹ Ibid., p. 174.

²⁶⁰ É importante advertir que havia um amplo segmento da sociedade brasileira que tinha apoiado o golpe civil-militar de 1964, mas que não desejava a implantação de uma ditadura militar duradoura. Durante a celeuma política criada com o golpe de 64, muitas lideranças civis que participaram do movimento concordaram, naquelas circunstâncias, com o estabelecimento provisório de um governo militar. Pensavam num poder ditatorial no seu exato sentido filológico, ou seja, de breve duração. Os civis esperavam que os militares fizessem a limpeza do terreno, o duro trabalho de “saneamento” do meio político, e, em seguida, devolvessem o poder a eles, com a realização de eleições presidenciais.

²⁶¹ Cf. D’ARAÚJO; CASTRO, op. cit. (1997), p. 209-210.

²⁶² MACARINI, op. cit. (2008).

AI-2, na imprensa, pelo presidente da República, cerca de 100 agentes policiais foram designados pelo delegado do DOPS, Álvaro da Costa Lima, para a captura (denominada à época de “prisão para averiguações” ou “prisão provisória”) de dezenas de figuras tidas como “comunistas e agitadores”, numa ação preventiva para que estas pessoas, supostamente, não contestassem o supracitado ato.

Essa ação da polícia política pernambucana (legal dentro do escopo autoritário do período) não foi apenas uma medida arbitrária de censura e de cerceamento do direito à livre expressão, mas um ato esdrúxulo e leviano, fincado no preconceito e na ignorância, conduzido pela lógica da inquisição, suspeição e inculpação universalizada, já que partia da pressuposição de que todos poderiam ser “agitadores”, “subversivos” ou “perigosos”, até que provassem o contrário.

A alegação da ação conduzida por Álvaro da Costa Lima foi, de certa maneira, fundada no “pecado futuro” (ou seja, pecados ainda não cometidos). Sabe-se que esta é uma tentativa de fechar ao acusado uma alternativa, de desqualificá-la de antemão. Ou seja, assim como no clássico filme *Casablanca*, de 1942, a ditadura militar brasileira prendia os supostos comunistas, os “suspeitos de sempre”, aqueles que tinham uma escova de dente e um par de roupas sempre prontos em uma mala (vide Figura 2).



Figura 2 – Presos preventivamente por ocasião da edição do AI-2, Recife, outubro de 1965.
Fonte: **Diário de Pernambuco**, 28 out. 1965.

Na ocasião, foram presas pelo DOPS mais de 40 pessoas ²⁶³, entre professores, líderes políticos, advogados, estudantes, operários e profissionais liberais:

- Abelardo da Hora (escultor);
- Adalberto da Silva Brito (funcionário público da SUDENE);
- Adão Odair Pinheiro (pintor, professor)
- Adelson Gonçalves Maciel (comerciário);
- Ademário Renaux Leite (comerciário);
- Alberto Correia da Silva (funcionário público estadual);
- Alfredo Tibúrcio Ferreira Filho (comerciante);
- Amaro Ferreira dos Santos (ajudante de mecânico);
- Amaro Quintas (historiador, professor da UFPE);
- Antônio Carlos Cintra do Amaral (advogado, candidato a vice-prefeito do Recife na chapa de Pelópidas Silveira e ex-auxiliar de Miguel Arraes);
- Antônio Lucena (engenheiro);
- Ardigan de Almeida Ferreira (funcionário público);
- Áurea Goes (contadora);
- Arnaldo Cavalcanti Marques (médico, professor da UFPE);
- Bernardino de Souza e Silva (contador);
- Carlos José Duarte (advogado, ex-prefeito do Recife, ex-vereador);
- Durval Ferreira de Araújo (bancário);
- Emílio Rodat Ramalho (rádio técnico);
- Fernando Tasso de Souza (advogado de presos políticos, ex-secretário de Segurança de PE, irmão de Demócrito de Souza Filho, mártir das lutas democráticas contra o Estado Novo);
- Geraldo Pereira de Oliveira (dentista);
- Jasson Barros (líder do funcionalismo público);
- João Braz da Cruz (granjeiro);
- José Gláucio Veiga (advogado, professor);
- José Tavares Sampaio (dentista);
- Juan Antônio Semerdjian Dibain (marinheiro);

²⁶³ Segundo o Diário de Pernambuco, as prisões dos advogados Juarez Vieira da Cunha e Fernando Tasso de Souza foram solicitações diretas do IV Exército. Ex-secretário e ex-prefeito incluídos entre os presos políticos do Ato nº 2. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 7, 28 out. 1965.

- Juarez Vieira da Cunha (advogado de preso político);
- Lauro Góis (contador);
- Luiz Carlos Duarte (estudante, filho de Carlos José Duarte, também preso);
- Manoel Tertuliano Arruda de Paula (agricultor, parente de Francisco Julião);
- Marise Borin Hoffman (funcionária pública da SUDENE);
- Maria José Cristina de Paula (modista, parente de Francisco Julião);
- Maria Ofélia (esposa do advogado Paulo Cavalcanti)
- Meira Lins (médico);
- Natanias Von Söhsten (economista);
- Newton Vieira de Vasconcelos (comerciante);
- Os irmãos Roque e Antônio de Brito Alves (advogados de presos políticos);
- Osvaldo Francisco do Nascimento (pintor);
- Paulo Cavalcanti (advogado de preso político);
- Paulo Francisco de Oliveira (vigia);
- Pedro Soares de Amorim (gazeteiro);
- Ulrich Hoffman (engenheiro);
- Uruguay Machin (marinheiro)²⁶⁴.

O advogado Paulo Cavalcanti, também preso na ocasião, fez um substancial e impactante relato sobre esse triste fato da história política recente de Pernambuco. A narrativa de Paulo mostra claramente a brutalidade e a violações de direitos humanos levada a cabo pelo regime militar:

[...] em 1966 quando da decretação do Ato Institucional nº 2, tornei a ser preso. [...] Enquanto o AI-2, embora surpreendendo a Nação, não provocou em outros estados atos repressivos contra os contestadores do regime militar, em Pernambuco a polícia, abrindo exceção, recolheu ao xadrez dezenas de pessoas [...]. Os xadrezes estavam cheios quando ali cheguei. Abelardo da Hora, de cuecas, parecia sentado sobre seus próprios ossos, de tão magro e branco, as pernas cruzadas, de cócoras, o ar absorto, numa posição de faquir, de encantador de serpentes. O *buque* compunha-se de vários cubículos, uns maiores, outros pequenos. Num deles, verdadeira cela medieval, só cabia uma pessoa. Era escuro e úmido. Dois, um defronte do outro, tinham espaço suficiente para dez a quinze detentos, não dispo de banheiros nem pias. O sanitário era um cagador *turco*, sem caixa de descarga, a gente precisando ficar de cócoras para defecar, o bafo das fezes empstando o ambiente. As

²⁶⁴ Essa lista foi montada a partir do cruzamento dos seguintes dados: Ex-secretário e ex-prefeito incluídos entre os presos políticos do Ato nº 2. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 7, 28 out. 1965. Calma leva polícia a relaxar prontidão e a libertar alguns presos políticos do Ato nº 2. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 7, 29 out. 1965. CAVALCANTI, op. cit. (2008b), p. 91.

próprias mãos serviam de papel higiênico, logo esfregadas nas paredes da prisão, como rude forma de *limpá-las*. Eu me achava convalescendo de uma operação nos olhos, quando fui preso. A ordem do delegado do DOPS era ninguém entrar no *buque* de óculos. O historiador Amaro Quintas, muito míope, lá estava quase não enxergando a meio palmo diante do nariz. Conservava-se tranqüilo, com dignidade. [...] *Habitat* de presos comuns, aquele imundo cubículo da polícia havia sido desocupado de véspera para nos abrigar, transferindo-se os marginais para outros lugares da Secretaria de Segurança Pública. Mesmo preparado com antecedência, suas condições de higiene eram péssimas. Fedia a não poder mais. A *inchada* das fezes humanas, insuportável, dominava o ar que se respirava. Com a libertação progressiva dos presos políticos, ficamos reduzidos a um xadrez, o da frente, maior do que o nosso, povoado agora pelos detentos comuns. Fazia medo vê-los, uns tipos humanos mal encarados, sujos, quase nus, alguns com o pênis apodrecido de doenças venéreas, o pus escorrendo pelas pernas. Ali estavam os ladrões do Recife, os *punguistas*, os *lanceiros*, os *descuidistas*, os assaltantes, os arrombadores, um submundo de impressionantes nuances de degradação física, o corpo retratando a miséria moral, marcados ambos pelas contrafações de uma sociedade injusta, fundada na ânsia do lucro fácil e na mais cruel exploração ²⁶⁵.

Redigido pelo jurista Nehemias Gueiros ²⁶⁶, o AI-2, com os seus 33 artigos de cunho centralizador e autoritário, moldou o corpo do Estado de exceção. Programado para vigorar até o dia 15 de março de 1967 (data do fim do governo Castelo Branco), o AI-2 estabelecia, em linhas gerais, a possibilidade de suspensão de direitos políticos e de cassação dos mandatos parlamentares; a extinção dos partidos políticos; foro da Justiça Militar para civis acusados de crimes contra a segurança nacional ou as instituições militares ²⁶⁷; a eleição

²⁶⁵ CAVALCANTI, op. cit. (2008b), p. 91-94.

²⁶⁶ Nehemias redigiu o Número 2. **Diário de Pernambuco**, Recife, 28 out. 1965. Segundo Paulo Cavalcanti, o jurista potiguar Nehemias Gueiros “[...] se orgulhava de ser o autor intelectual do Ato Institucional nº 2, a ponto de, em qualquer conversa, sobre qualquer pretexto, atalhar o assunto para dizer, vaidosamente, que era sua a paternidade do AI-2, fosse a discussão sobre política, futebol ou religião”. CAVALCANTI, Paulo. **O caso eu conto como o caso foi**: da coluna Prestes à queda de Arraes: memórias políticas. v. 1. 4. ed. Recife: CEPE, 2008a, p. 210-211. Nehemias elaborou o ato porque Revolução parava. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 8, 30 out. 1965.

²⁶⁷ Até a promulgação do AI-2, as ações enquadradas como crimes contra a Segurança Nacional ou as instituições militares – previstas na “Lei de Segurança Nacional” (Lei nº 1.802, de 5 de janeiro de 1953, que definia os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social) – eram investigadas através de Inquérito Policial-militar (IPM) e julgadas em primeira instância pela justiça comum estadual, cabendo recurso em segunda instância também na justiça comum. O AI-2 ampliou as funções da Justiça Militar. A partir do AI-2, a Justiça Militar – cuja função era julgar somente os militares e seus crimes – passou a julgar os civis na “Lei de Segurança Nacional”. Com o AI-2, o IPM, após ser concluído, em vez de ser remetido à Justiça comum estadual, passou a ser direcionado para Auditoria Militar (primeira instância da Justiça Militar) da Circunscrição Judiciária Militar (CJM) onde ocorreu o fato, que o despachava para parecer no Ministério Público Militar (representava o Estado no processo penal), ocasião em que o promotor poderia oferecer a denúncia, solicitar diligências ou opinar pelo arquivamento. O processo iniciava com o recebimento da denúncia pelo juiz-auditor que citava o acusado e extinguiu-se com a promulgação da sentença irrecurável no STM ou STF. Para uma melhor compreensão acerca da engrenagem jurídico-legal da ditadura, ler, entre outros: MATTOS, op. cit. (2002). SWENSSON JUNIOR, Walter Cruz. **Os limites da liberdade**: a atuação do Supremo Tribunal Federal no julgamento de crimes políticos durante o regime militar de 1964 (1964-1979). 148 f. Tese (Doutorado em

indireta do presidente da República; a permissão para que o presidente decretasse o recesso do Congresso Nacional e demais casas legislativas e legislasse por decretos-leis; a suspensão das garantias de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade e a ampliação de 11 para 16 o número de ministros do STF.

De acordo com Maria H. Moreira Alves, o AI-2 tinha, de modo geral, três grandes objetivos:

- 1) Controlar o Parlamento ²⁶⁸, com o consequente fortalecimento do Executivo ²⁶⁹:
 - O art. 2º reduzia de maioria de dois terços para maioria simples o número de votos necessários à aprovação de Emenda Constitucional apresentada pelo Executivo;
 - O art. 4º transferia ao Executivo a competência exclusiva em questões orçamentárias e de regulamentação das Forças Armadas;
 - O art. 5º limitava a 45 dias o prazo para discussão no Congresso de qualquer Projeto de Lei de iniciativa do Executivo, e mantinham o mecanismo de “decorso de prazo”, pelo qual os projetos “urgentes” apresentados pelo Executivo deveriam ser considerados em prazo de 30 dias ou seriam aprovados automaticamente;
 - O art. 13 transferia ao Executivo a competência exclusiva para decretar ou prorrogar o “estado de sítio” para “prevenir ou reprimir a subversão da ordem interna”;
 - O art. 30 dava ao Executivo o direito de baixar atos complementares e decretos-lei;
 - O art. 31 concedia ao Executivo o poder de decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores. Além

História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas São Paulo: Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

²⁶⁸ Mesmo mantendo o Congresso sobre controle, o regime não ousou fechá-lo permanentemente, de modo a atingir a sua legitimidade e de contradizer o seu discurso democrático. Como argumentou Cláudio Vasconcelos: “Com o AI-2, o governo visava adquirir um maior controle sobre o Legislativo. No entanto, não o eliminou. O Governo ainda precisava dele. Mantinha-se, pois, um dos pilares básicos de um Estado de democracia representativa e de tradição democrático-liberal”. VASCONCELOS, op. cit. (2004), p. 189.

²⁶⁹ Não se pode deixar de destacar que, devido ao fortalecimento do poder Executivo conferido pelo AI-2, Campos e Bulhões puderam adotar medidas econômicas sem medo de consequências políticas. Conforme observou Maria H. Moreira Alves: “Na realidade, todo o preâmbulo era uma cristalina declaração de intenções: a tranquilidade social, definida como total ausência de oposição, é necessária à realização do modelo econômico de desenvolvimento. Poder-se-ia dizer o slogan governamental ‘Desenvolvimento e Segurança’ nasceu com o Ato Institucional nº 2”. ALVES, op. cit. (2005), p. 111.

disso, dispunha que o Executivo poderia legislar sobre quaisquer matérias, durante o período em que o Congresso estivesse fechado ²⁷⁰.

2) Controlar o Judiciário ²⁷¹:

- Art. 6º aumentava de 11 para 16 o número de ministros do STF “sendo cinco indicados pelo Presidente da República”; estipulava que os juízes federais seriam nomeados pelo presidente; no STM aumentava para o número de 15 juízes vitalícios com a denominação de Ministros, nomeados pelo presidente da República, dos quais 4 escolhidos entre os generais do Exército, 3 da Marinha, 3 da Aeronáutica e 5 civis (3 vagas ocupadas por “cidadãos de notório saber jurídico” da escolha do presidente da República e as 2 vagas seriam ocupadas por Auditores e Procurador-Geral da Justiça Militar); determinava que os crimes políticos contra o Estado só poderiam ser julgados pelo STF se não estivessem sob jurisdição direta dos Tribunais Militares.
- Art. 8º previa que os civis acusados de crimes contra a segurança nacional seriam processados em Tribunais Militares ²⁷².
- Art. 14 suspendia as garantias constitucionais de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade dos juízes, abrindo caminho para os expurgos no Judiciário.

3) Controlar a representação política:

²⁷⁰ “Nada se fazia dentro da Assembleia Legislativa sem consulta ao Palácio: os cargos todos eram sempre ditados pelo governador. [...] A Assembleia não tinha, embora pudesse ter, autonomia. Mas ela se desdobrava aos caprichos, digamos, do governador. Ele que dizia quem devia ser líder, quem devia ser vice-líder, quem devia ser presidente de comissão, quem devia integrar a mesa. A influência, no período da revolução, dos governadores, na indicação das pessoas, era muito grande. Eles tinham, na verdade, força total, ditatorial”. Depoimento do ex-deputado estadual José Muniz Ramos (ARENA-PE). RAMOS, José Muniz. In: COSTA, Célia; PANDOLFI. **Projeto Memória Viva**: 14 depoimentos sobre a política pernambucana. v. 2. Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2007, p. 363.

²⁷¹ “O Judiciário teve cerca de 50 juízes afastados nos primeiros momentos após o golpe”. LEMOS, Renato (Org.). **Justiça fardada**: o general Peri Bevilacqua no Superior Tribunal Militar (1965-1969). Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004, p. 18.

²⁷² O AI-2 ampliou das funções da Justiça Militar no Brasil. A partir desse Ato, a Justiça Militar, cuja função era julgar somente os militares e os seus crimes, passou a julgar quaisquer civis enquadrados nos crimes contra a Segurança Nacional ou as instituições militares – previstos na Lei de Segurança Nacional (Lei nº 1.802, de 5 de janeiro de 1953, que definia os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social). A Justiça Militar, situando-se ao lado das demais instituições ligadas à segurança pública, atuou no *front* da guerra contra a “subversão”, funcionando como um braço da repressão, formalizando, buscando dar legalidade aos famigerados IPMs. Entre os muitos elementos que inserem a Justiça Militar entre os mecanismos repressivos da ditadura, podemos destacar: a) a formação de processos baseados em IPMs, que tinham como prova principal as confissões baseadas em torturas; b) o fato de os juízes fazerem “vista grossa” para as denúncias de torturas feitas pelos presos políticos, durante os interrogatórios nas auditorias militares; c) diversas denúncias de torturas nas próprias auditorias. “A Justiça Militar foi toda reorganizada para servir efetivamente de órgão auxiliar da estrutura repressiva”. D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Os anos de chumbo**: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumar, 1994, p. 19.

- No preâmbulo do AI-2, ocorreu uma significativa alteração na definição do “inimigo interno” que tinha sido apresentada no AI-1. No AI-2, o “inimigo interno” deixava de ser associado apenas ao governo anterior, para se tornar algo mais amplo: seriam considerados “inimigos internos” todos aqueles que desafiassem a ordem revolucionária ²⁷³; em outras palavras, os chamados “criptocomunistas” ²⁷⁴. Como se percebe, poderia ser enquadrado nessa categoria, todo e qualquer membro da oposição ²⁷⁵. Isso dava base jurídica e “legitimidade” para o regime monitorar, cassar e suspender direitos políticos

²⁷³ Joseph Comblin explicou que a recorrência da ditadura militar brasileira à tese do “inimigo interno” se deu pela elasticidade, imprecisão e flexibilidade, que essa expressão tinha dentro do escopo da “Doutrina de Segurança Nacional” elaborada pela Escola Superior de Guerra (ESG) nos anos 1950. COMBLIN, Joseph. **A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 55. Nos ditames desta doutrina, qualquer um, de guerrilheiros a estudantes, poderia ser taxado como “inimigo interno”, sob o argumento da defesa da ordem e da segurança nacional. BRASIL. **Manual Básico da Escola Superior de Guerra**. 2. ed. Rio de Janeiro: ESG, 1976. A tese do “inimigo interno” não foi utilizada pela ditadura, portanto, somente para cassar mandatos e eliminar da vida política ou sindical os antigos militantes da esquerda – aquelas pessoas consideradas “perigosas” ou subversivas” –, mas, principalmente, como uma estratégia para justificar uma permanente situação de militarização e repressão sobre a sociedade. Era um conceito impreciso e extremamente útil aos militares, pois valia e abrangia tudo. Como escreveu Carlos Giannasi: “[...] *nem mesmo os colaboradores do Estado de Segurança podem se considerar imunes. Havendo a ideia de segurança extravasado para todos os setores sociais, estando o medo do comunismo por todas as partes, desaparecem os limites. A suspeita se generaliza em âmbito nacional. Quanto à possibilidade de serem considerados traidores, colaboradores do inimigo vermelho, agentes duplos, quase todos podem ser suspeitos, até prova em contrário*”. GIANNAZI, op. cit. (2011), p. 135. A tese do “inimigo interno”, de acordo com a Doutrina de Segurança Nacional, se fundamentava na ideia de que o comunismo era uma afronta à liberdade, à democracia e à civilização ocidental. O capitalismo era visto como o verdadeiro pensamento e a sincera vontade da Nação e o comunismo como “[...] *o Outro que não podia fazer parte da nação, um cancro, uma ‘ideologia de importação’, algo infiltrado e nocivo à harmonia que era vista como componentes da nacionalidade*”. AZEVEDO, Débora Bithiah de. Democracia e exclusão: o comunismo como símbolo da desordem no governo Dutra (1946-1950). **Textos de História**. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UnB, v. 2, n. 4, 1994, p. 88.

²⁷⁴ “Criptocomunista” era o termo usado pelos órgãos de informação da ditadura para designar os comunistas camuflados, que agiam sem serem identificados, considerados como os mais perigosos. ISHAQ, Viven; FRANCO, Pablo E.; SOUSA, Teresa E.. **A escrita da repressão e da subversão, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

²⁷⁵ O medo do “perigo comunista” não era restrito ao caso brasileiro, mas foi um sentimento compartilhado por todo território latino-americano durante as décadas de 1960 e 1970. Veja, por exemplo, o discurso do presidente chileno, general Augusto Pinochet, em 11 de setembro de 1976, no terceiro aniversário da derrubada do governo democrático de Salvador Allender. “*La realidad contemporánea indica que el marxismo no es únicamente una doctrina intrínsecamente perversa. Es además una agresión permanente, hoy al servicio del imperialismo soviético [...]. Esta moderna forma de agresión permanente da lugar a una guerra no convencional, en la que la invasión territorial es reemplazada por el intento de controlar los Estados desde adentro. Para ello el comunismo utiliza tácticas simultáneas. Por una parte, infiltra los núcleos vitales de las sociedades libres, tales como los centros universitarios e intelectuales, los medios de comunicación social, los sindicatos laborales, los organismos internacionales, y, como incluso lo hemos visto, los propios sectores eclesiásticos. Por otro lado, promueve el desorden en todas sus formas [...]*”. Citado por: PADRÓS, Enrique Serra. **Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional: Uruguai (1968-1985): do pachecato à ditadura civil-militar**. 2005. 434f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005, p. 185.

não apenas de personagens relacionados ao antigo regime, mas de políticos, que, aos olhos dos militares, ameaçasse ou criticasse o governo militar²⁷⁶.

- Art. 9º estabelecia que o presidente e o vice-presidente da República não seriam escolhidos por voto popular direto, mas eleitos indiretamente, por um Colégio Eleitoral composto pela maioria absoluta do Congresso Nacional²⁷⁷. Como a votação seria efetuada em sessão pública e com voto nominal (ou seja, sem direito ao voto secreto), facilitava-se o controle do processo por parte do Executivo;
- Art. 15 confirmava o poder do Executivo para cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais e suspender direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de dez anos. Seu Parágrafo único estipulava que os representantes que perdessem seus mandatos eleitorais não seriam substituídos²⁷⁸,
- Art. 16 – que se tornou conhecido como “Estatuto dos Cassados” – regulamentava as atividades dos cassados e de todos aqueles que haviam sido ou seriam punidos por qualquer dos dois primeiros Atos Institucionais. O artigo impunha aos punidos as seguintes restrições:
 - a) cessação do privilégio de foro por prerrogativa de função;

²⁷⁶ Castelo Branco tinha plena ciência do poder do AI-2, especialmente dos artigos 14 e 15, para aprisionar a classe política brasileira e do quanto significava para o seu governo a ameaça das cassações. Ele dizia que “[...] o clima provocado pelas cassações era pior do que a Inquisição”. Citado em: GASPARI, op. cit. (2002), p. 136.

²⁷⁷ Segundo o entendimento do pesquisador Cláudio de Vasconcelos, ao estabelecer o processo eleitoral para escolha do presidente da República deveria contar com a participação do Poder Legislativo, a “facção militar castelista” estava, entre outras coisas, tentando impor também certo limite para uma escalada militarista desejada pela “linha-dura”. Ao mesmo tempo, esse procedimento atraía o apoio de grupos civis que esperavam que, com a eleição de um militar tido como apolítico, logo o país retornaria à “normalidade democrática”, que corresponderia ao retorno do poder aos civis. VASCONCELOS, op. cit. (2004), p. 134.

²⁷⁸ Esse artigo acarretava alguns efeitos políticos importantes para o regime militar. Em primeiro lugar, o artigo permitia ao Executivo transformar os mandatos legislativos federais, estaduais e municipais tanto “qualitativamente”, pois se cancelava os mandatos de membros da oposição, quanto “quantitativamente”, na medida em que o governo passava a obter maioria no Parlamento pela simples cassação do número necessário de representantes oposicionistas. Em outras palavras, o governo usava desse expediente, em alguns casos, para assegurar o “coeficiente da maioria” nas Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas e no Congresso Nacional. Em segundo lugar, o Parágrafo único desse artigo dispunha que não seriam mais necessárias eleições suplementares, como as de 6 de junho de 1965, para preencher lugares abertos por eventuais cassações de titulares e suplentes em número tal que não houvesse mais substitutos. Com isso, o regime esperava conter possíveis surpresas que poderiam vir num eventual sufrágio. Para Maria Helena M. Alves, o Parágrafo único desse artigo permitia ao Executivo transformar os mandatos legislativos federais, estaduais e municipais tanto “qualitativamente”, pois se cancelava os mandatos de membros da oposição, quanto “quantitativamente”, na medida em que o governo passava a obter maioria pela simples cassação do número necessário de parlamentares oposicionistas. Ou seja, o governo usava desse expediente, em alguns casos, para assegurar o “coeficiente da maioria” nas Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas e no Congresso Nacional. ALVES, op. cit. (2005), p. 113.

- b) suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais;
- c) proibição de manifestação pública sobre assunto de natureza política;
- d) aplicação, quando necessária à preservação da ordem política e social, das seguintes medidas de segurança: liberdade vigiada, proibição de frequentar determinados lugares e domicílio necessário.

Como se vê, o objetivo do artigo 16 era retirar da vida política todos aqueles que, na mentalidade militar, eram considerados “inimigos internos” ou “inocentes úteis” “manipulados por forças comunistas”. Na ótica militar, devido à sua onipresença, o “perigo comunista” deveria sempre ser controlado e vigiado ²⁷⁹.

- Art. 18 extinguiu e cancelava os registros dos treze partidos políticos então existentes. As novas agremiações seriam organizadas de acordo com as rígidas exigências fixadas na Lei nº 4.740, de 15 de julho de 1965 (“Lei Orgânica dos Partidos Políticos”, também chamada de “Estatuto dos Partidos Políticos”), sendo regulamentadas por novos Atos Complementares ²⁸⁰.

²⁷⁹ Os militares e a elite política brasileira associavam o comunismo à desordem, instabilidade, anarquia e caos. Para eles, “[...] os comunistas seriam os responsáveis por todo e qualquer ‘desvio’ de comportamento de qualquer setor da população. Tentava-se afirmar uma determinada imagem do ‘povo’ tentando demonstrar seu caráter pacífico e ordeiro. Dessa maneira, tudo o que não se enquadrasse nessa imagem deveria ser resultado de conspiração, subversão e, jamais, fruto da vontade legítima e diferente daquela apresentada pelo poder do Estado. Esse mecanismo de associação entre o comunismo e toda a atividade apontada como desordem era presença constante no discurso dos órgãos de segurança”. RODEGHERO, Carla Simone. **Memórias e avaliações:** norte-americanos, católicos e a recepção do anticomunismo brasileiro entre 1945 e 1964. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002, p. 28-29. O combate ao comunismo foi tão importante e presente no interior das Forças Armadas brasileiras que o autor José Roberto Martins Ferreira chegou a afirmar que o estudo da história dessa instituição durante o século XX não pode ser dissociado da “retórica anticomunista”: “*Não seria exagero nenhum afirmar que se a história política recente do Brasil tem se caracterizado por uma constante e crescente presença das Forças Armadas na cena política, esta presença tem sido justificada, antecipadamente ou posteriormente, através da retórica anticomunista. Do golpe de 1937 ao golpe de 1964; da cassação do PCB em 1947 até a legalização dos partidos clandestinos em 1985; da Revolta de Jacareacanga até o Manifesto Silvío Frota de 1977; das críticas (e estímulo à neutralização) ao projeto de reforma agrária de 1963, às mesmas críticas e neutralização ao projeto de reforma agrária de 1985; da eleição de Getúlio em 1950 à eleição de Leonel Brizola, como governador do Estado do Rio de Janeiro em 1982 em suma, não há um acontecimento relevante para a política brasileira nos últimos cinquenta anos e que com a presença das Forças Armadas, ou setores expressivos delas, onde a retórica anticomunista não seja utilizada*”. FERREIRA, José Roberto Martins. **Os novos bárbaros:** análise do discurso anticomunista do Exército Brasileiro. São Paulo: PUCSP, 1986, p. 50-51.

²⁸⁰ É importante destacar que, após a derrota do candidato do governo na eleição para a Prefeitura de São Paulo, em março de 1965, além da “Lei das Inelegibilidades” (Lei nº 4.738, de 15 de julho de 1965), o governo Castelo ainda editou duas leis que alteraram, de maneira significativa, o sistema político-partidário brasileiro de então. A Lei nº 4.740 e a Lei nº 4.737, ambas editadas no dia 15 de julho de 1965. A Lei nº 4.740 foi a primeira Lei Orgânica dos Partidos Políticos do Brasil. Ela teve como objetivo estabelecer uma série de rígidas regras para diminuir a quantidade e a qualidade dos partidos no país. BRASIL. Lei nº 4.740, de 15 de julho de 1965. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 30 jul. 1965, Seção 1, p. 7465. O aumento significativo dos requisitos mínimos a serem preenchidos pelos partidos para que adquirissem o reconhecimento legal, assim como o próprio conteúdo extremamente detalhista e inovador da Lei – que

Como exigência do “processo revolucionário”, o art. 18 do AI-2 aniquilou os partidos políticos brasileiros. O que o governo esperava com a edição desse ato era a letargia da classe política brasileira, ou seja, o seu aprisionamento e silenciamento. Por isso, discordamos da análise feita pelo cientista político Otávio Soares Dulci ao pontuar que a supressão do sistema político do antigo regime se deu como uma forma de eliminar os “elementos negativos” do populismo vigente – o clientelismo, o personalismo e a manipulação das massas. Em suas palavras: “*A ordem autoritária emergente, no afã de eliminar os traços negativos do sistema anterior, acabou por eliminar os partidos que o compunham, em nome da luta contra a subversão e a corrupção*”²⁸¹.

Diferentemente do que defendeu o autor, o malsinado AI-2 não teve a finalidade de eliminar os “traços negativos” do sistema político anterior, mas teve justamente o objetivo de eliminar os seus “traços positivos”. Os militares não estavam nem um pouco interessados em transformar e aperfeiçoar as práticas políticas do antigo regime, mas apenas reprimir as brechas democráticas de atuação que o antigo sistema político ainda permitia, conforme acentuou o historiador Marcos Napolitano:

O que “unificava” os grupos militares eram o anticomunismo e a rejeição à política de massas, ou seja, a incorporação das massas no jogo político e eleitoral. Estes dois princípios conviviam com a obsessão pelo desenvolvimento industrial e superação do subdesenvolvimento de forma associada ao capital multinacional, criando um ambiente de “segurança e desenvolvimento”²⁸².

O principal objetivo da extinção dos partidos pelo AI-2 era apagar o passado partidário brasileiro e dali começar do marco zero, sob as rédeas curtas da ditadura. A edição do AI-2 pelos militares seguiu, portanto, no dizer do professor Palhares Reis, uma infeliz tradição

dispunha, por exemplo, sobre a estrutura organizacional e financeira (fundo partidário) e os procedimentos externos a serem tomados pelos partidos políticos – garantiram um aumento do controle e da vigilância do Estado sobre o sistema partidário brasileiro. Como observou, Maria Kinzo, com essa reorganização partidária, o Executivo esperava que os partidos do antigo regime deixassem de rebeldia e continuassem simplesmente a funcionar como antes, ou seja, passivamente, como vinham desempenhando o seu papel desde o golpe de abril de 1964. KINZO, op. cit. (1988), p. 20. A segunda lei, a Lei nº 4.737, instituiu o quinto e atual Código Eleitoral no país, objetivando estabelecer “normas destinadas a assegurar a organização e o exercício de direitos políticos precipuamente os de votar e ser votado”. Esta lei teve uma influência menor sobre os partidos, alterando basicamente – inclusive, com algumas importantes inovações – o sistema eleitoral de então. BRASIL. Lei nº 4.740, de 15 de julho de 1965. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 19 jul. 1965, Seção 1, p. 6746.

²⁸¹ DULCI, op. cit. (1986), p. 215, grifo nosso.

²⁸² NAPOLITANO, Marcos. O golpe de 1964 e o regime militar brasileiro: apontamentos para uma revisão historiográfica. **Contemporânea: historia y problemas del siglo XX**, v. 2, 2011, p. 210.

brasileira de alterar a legislação eleitoral “[...] *toda vez que a Oposição conseguia furar as malhas da rede que o Governo tecia para dominá-la*”²⁸³.

De acordo com Lucia Grinberg, o objetivo do AI-2, que, no seu entender, era o aprisionamento da classe política brasileira, a perda do monopólio da representação pelos políticos profissionais e a atuação ostensiva dos militares no “campo político”²⁸⁴, foi alcançado, com certo êxito, pela ditadura, até a segunda metade da década de 1970. O AI-2 arrefeceu, por um considerável período de tempo, ataques mais duros à ditadura, ou, até mesmo, os ânimos daqueles parlamentares mais aguerridos que se mostravam críticos ou insatisfeitos com a condução do regime militar. Entre os anos de 1965 e 1974, o campo parlamentar brasileiro sofreu grandes silenciamentos e limitações por parte de agentes a ele exteriores. Como escreveu, também, a pesquisadora Maria Kinzo: “*A não ser por alguns discursos ocasionais de condenação do ato institucional, o receio de ser cassado levou a maior parte dos membros da oposição a optar pelo silêncio como forma de protesto*”²⁸⁵.

A respeito do AI-2, há ainda uma questão de extrema importância a ser destacada: embora a sua edição esteja, na historiografia oficial, intimamente ligada ao episódio das eleições de outubro de 1965, ela não deve ser apontada como uma simples reação ao resultado desse pleito²⁸⁶. Mais do que uma resposta à vitória da oposição nas eleições de 1965, o AI-2 deve ser visto como um instrumento que marcou o início da institucionalização da ditadura militar e que revelou os planos dos militares de permanecer no poder por um tempo maior do que o esperado, inclusive por parte das lideranças civis que participaram do golpe civil-militar de 64. As razões para a edição do AI-2 são nítidas: a chamada “linha-dura” pressionava por mais punições, mais cassações, menos liberdade.

Em outras palavras, podemos dizer que o AI-2 foi, na verdade, o encerramento de um ciclo de relativa convivência cordial entre o Executivo e o Legislativo em que o governo Castelo vinha tentando manter desde abril de 1964. O foco dessa convivência era interferir publicamente o mínimo possível no Congresso. Para conseguir o apoio de parlamentares ou calar a oposição, apesar da existência da cassação de mandatos parlamentares, mais do que a

²⁸³ REIS, op. cit. (1986), p. 138.

²⁸⁴ O “campo” aqui entendido como um microcosmo social que obedece às próprias leis, segundo definição do filósofo francês Pierre Bourdieu. BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades do campo In: _____. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

²⁸⁵ KINZO, op. cit. (1988), p. 27.

²⁸⁶ Aqui, posicionamo-nos contrários à conhecida conclusão de Maria H. Moreira Alves um tanto simplista sobre a edição do AI-2. Como resumiu a autora, o AI-2 “[...] *foi o preço pago pela posse de Negrão de Lima na Guanabara e de Israel Pinheiro em Minas Gerais*”. ALVES, op. cit. (2005), p. 114. Certamente, como já indicamos, diversas outras questões estiveram envolvidas na edição desse ato.

utilização da força, o governo Castelo preferia trabalhar por dentro da máquina pública através de uma estratégia política conhecida como *lobby*.

Contudo, a própria condução do quadro político entre os anos de 1964 e 1965 tratou de mostrar à ditadura que os partidos políticos do antigo regime não conseguiriam assegurar-lhe uma base sólida e estável no Congresso, pois a principal legenda de apoio ao governo – a UDN –, por diversos motivos, não lhe renderia apoio durante muito tempo, tampouco unânime e suficientemente numerosa para prover sozinha aquela base de sustentação.

Além da consolidação de um novo projeto de poder autoritário e conservador, do total desmantelamento do sistema político do antigo regime ²⁸⁷, a edição do AI-2 representou também a sonora vitória da “linha-dura” que vinha exercendo uma intensa atividade de pressão sobre governo Castelo ²⁸⁸. Como apontou Carlos Fico, o AI-2 tratou-se:

[...] de um conjunto de medidas de alcance muito maior e que, na verdade, ensejaram a retomada da ‘operação limpeza’, tal como desejava a linha dura. [...] Nesse sentido, ao contrário do que afirma Bolivar Lamounier, a vitória dos opositoristas em outubro pode ser entendida como pretexto para o AI-2, não sua causa principal ²⁸⁹.

Obviamente que o fechamento/endurecimento do regime ²⁹⁰, através da edição do AI-2, contemplou, em grande parte, as demandas dos “duros” ²⁹¹. Entretanto, a cúpula castelista tinha plena consciência de que, para diminuir o crescente processo de isolamento do governo em relação aos setores médios e alto da sociedade civil e manter certo grau de consenso junto a elas, a dominação do regime não poderia ocorrer única e exclusivamente pelo uso da força

²⁸⁷ Para algumas pessoas que ocuparam lugar de destaque no regime militar, o desmantelamento do sistema político-eleitoral do antigo regime foi o principal motivo para a edição do AI-2. É o caso, por exemplo, do ex-presidente Geisel. Para ele, entre tantos motivos, o principal fator que influenciou para a criação do AI-2 foi “[...] o grande problema dos partidos políticos. [...] Nós achávamos que era preciso fazer alguma coisa, inclusive para regular o problema das eleições”. Como se vê, o resultado eleitoral de 1965 – que deu certo espaço para a oposição e demonstrou o quão frágil era a base política de apoio aos militares – incomodou de maneira significativa o regime e influenciou diretamente para edição do AI-2. A ideia central do governo era que, para a “revolução” continuar existindo, as regras do jogo deveriam mudar. Derrotas nas urnas e no Parlamento não seriam aceitas. As eleições deveriam sempre ser favoráveis ao regime. Essa tese norteou o jurista Nehemias Gueiros na confecção do famigerado AI-2. Cf. D’ARAUJO; CASTRO, op. cit. (1997), p. 236-238.

²⁸⁸ A matéria do *Jornal do Commercio* publicada no dia seguinte à edição do AI-2 apontou claramente essa questão. Gerais do IV Exército regozijam-se com o II Ato. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 3, 28 out. 1965.

²⁸⁹ FICO, op. cit. (2004), p. 74-75.

²⁹⁰ Segundo o cientista político e especialista em defesa nacional, Eliézer Rizzo de Oliveira, a edição do AI-2 prenuncia “[...] a configuração do ‘sistema’ e consagra a hegemonia da ‘linha-dura’ no processo político intramilitar. Na realidade, o AI-2 corresponde ao fechamento do sistema político [...]”. OLIVEIRA, op. cit. (1976), p. 64.

²⁹¹ Nehemias diz que Ato Nº 2 disciplina Revolução de 64. **Jornal do Commercio**, Recife, 31 out. 1965.

²⁹². Conforme pontuou Rodrigo Patto Sá Motta: “*É imprescindível perceber que o regime militar, para perdurar, adotou outras armas além da violência*” ²⁹³.

Na ótica dos estrategistas do governo, era necessária, além da preservação das instituições democrático-representativas (o Legislativo e o Judiciário, por exemplo), a adoção de outros princípios universais e legais de um Estado democrático-liberal, como a realização de eleições periódicas, não importando aqui as objeções que se possam fazer ao processo indireto da escolha, e a criação de um partido de “oposição responsável”, “[...] *ao qual caberia oferecer ‘crítica construtiva’ ao governo*” ²⁹⁴.

3.3 1965/1966: A INVENÇÃO DO BIPARTIDARISMO

Com a extinção dos partidos políticos, através do AI-2, surgiram no interior do regime militar diversas propostas com vistas a reorganizar o sistema político-eleitoral. Dois pontos passaram a se tornar comum em todas as propostas que circulavam no interior do regime. O primeiro ponto era o desejo de uma volta rápida à “normalidade” político-eleitoral do país, de modo a garantir a “fachada democrática” – questão de extrema importância para a imagem do governo no exterior. O segundo ponto era a certeza da inconveniência da existência de “[...] *numerosos partidos, alguns deles sem expressão ideológica ou doutrinária, e que perturbavam a vida política do país*” ²⁹⁵. Reduzir o número dos partidos políticos brasileiros, portanto, era uma forte demanda de grande parte da classe política junto aos militares.

Aqui, é importante ressaltar que essa preocupação dos militares brasileiros com o remodelamento do sistema político-eleitoral era uma característica específica da ditadura brasileira que divergia consideravelmente de outros governos latino-americanos, conforme pontuou o brasilianista Scott Mainwaring:

Na Argentina, Uruguai e principalmente Chile, os militares não tinham como arregimentar um número suficiente de políticos civis para apoiar o regime autoritário, manter o Congresso funcionando e patrocinar eleições. No Chile, por exemplo, seria inimaginável que um deputado comunista ou socialista entrasse para um partido criado por militares. Mas no Brasil, o governo fomentou a criação de dois partidos: a Aliança Renovadora Nacional

²⁹² Vide, por exemplo: MOTTA, op. cit. (2003).

²⁹³ MOTTA, op. cit. (2014), p. 55.

²⁹⁴ ALVES, op. cit. (2005), p. 115.

²⁹⁵ VIANA FILHO, op. cit. (1975), p. 369.

(ARENA), que apoiou o governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o partido oficial de oposição ²⁹⁶.

De acordo com Luís Viana Filho, então chefe da Casa Civil, havia pós-edição do AI-2, de modo geral, três propostas em jogo a respeito da mudança do sistema partidário nacional ²⁹⁷. A primeira era a criação de três novos partidos políticos – um de apoio ao governo, um de oposição e um independente que flutuaria de acordo com as conveniências políticas. Esse terceiro papel era pensado aos moldes do que constituía o PSD no antigo regime – um partido de centro, flutuante, sequioso pela máquina pública. No entanto, apesar dos esforços de alguns integrantes do governo, essa proposta logo perdeu força no interior do regime, uma vez que ela aguçava a divisão entre as forças tradicionalmente antagônicas do PSD e da UDN e enfraqueceria a própria “Revolução”.

A segunda proposta era a de instituição do unipartidarismo. Esta proposta, pregada pelo então ministro da Justiça, Juracy Magalhães, defendia a existência de uma única agremiação de apoio à “Revolução” – podendo admitir-se, posteriormente, a criação de uma “dissidência partidária” que advogaria postulados não ortodoxos.

Armando Falcão, por exemplo, advogava a extinção dos partidos, especialmente os menores, que perturbavam a vida política. Também Magalhães Pinto, ainda aspirante à presidência da República, defendia a formação de novo partido, certo de que a Revolução tornara os existentes obsoletos ²⁹⁸.

Por fim, havia a proposta de criação de um sistema político bipartidário com um partido governista e outro da oposição. Os defensores do “bipartidarismo” alegavam a superioridade deste sistema por ele oferecer uma perspectiva de governo unipartidário, uma “alternância dos partidos” no governo e a prevalência de estratégias de competição centrípetas e moderadas; e criticavam o “multipartidarismo” por este sistema produzir governos de coalizão, permitirem pouca influência do eleitorado no processo de formação de governo e ainda dificultarem a real alternância no governo e a vigência de estratégias centristas ²⁹⁹. Sobre essa situação, argumentou Rogério Schmitt:

Se, por um lado, o regime autoritário queria evitar a criação de um sistema de partido único, por outro também não poderia reproduzir a alegada

²⁹⁶ MAINWARING, op. cit. (2001), p. 122.

²⁹⁷ VIANA FILHO, op. cit. (1975), p. 370.

²⁹⁸ Ibid., p. 289.

²⁹⁹ NICOLAU, Jairo Marconi. **Multipartidarismo e democracia**: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-99). Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 29-30.

fragmentação partidária do período precedente. Restava então a alternativa do bipartidarismo, característico das democracias anglo-saxãs (Estados Unidos e Inglaterra, por exemplo) ³⁰⁰.

A tese do “bipartidarismo”, preconizada pelo jurista Nehemias Gueiros e levada a efeito pelos senadores Daniel Krieger e Filinto Müller e pelo então governador do Paraná, Ney Braga, era a que mais seduzia a “cúpula castelista”, à medida que ela se constituía na melhor alternativa para se evitar a ressurreição dos antigos partidos, particularmente, dos imbatíveis PSD e PTB que os udenistas preferiam ver enterrados de maneira definitiva ³⁰¹. A declaração do ministro Juracy Magalhães é reveladora nessa questão:

Se continuassem vivos o PSD e o PTB, haveria um partido conservador [a UDN] ao lado de um partido progressista, socialista mesmo [a aliança PTB-PSD]. Esses dois partidos juntos ganhariam sempre as eleições. [...] cheguei à conclusão de que, para que a Revolução pudesse ter uma possibilidade de vitória eleitoral, ela precisava partir de uma coisa inteiramente nova. Se deixasse os partidos antigos com suas vinculações, a “entente” PSD e PTB continuaria e a UDN sempre perderia ³⁰².

Assim como já era esperado por grande parte dos parlamentares e da crônica política da época, a proposta colocada em prática pelo governo Castelo foi, de fato, a da implantação – através do Ato Complementar nº 4, de 20 de novembro de 1965 (AC-4/65) ³⁰³ – de um sistema bipartidário no país, composto por um lado, de um pequeno, fraco e dócil partido de oposição que não representasse uma ameaça ao domínio político militar; e, por outro, de um forte e grande partido identificado com a “Revolução” ³⁰⁴ que teria o objetivo de garantir permanentes vitórias no Congresso Nacional ³⁰⁵.

³⁰⁰ SCHMITT, Rogério. **Partidos políticos no Brasil: 1945-2000**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005, p. 32.

³⁰¹ Em Pernambuco, o responsável direto em conseguir apoio para essa proposta foi o então governador do Estado, Paulo Guerra. Guerra quer 2 partidos. **Jornal do Commercio**, Recife, 31 de outubro de 1965.

³⁰² Citado por KINZO, op. cit. (1988), p. 28.

³⁰³ BRASIL. Ato Complementar nº 4, de 20 de novembro de 1965. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 22 nov. 1965, Seção 1, p. 11857.

³⁰⁴ Aqui, é importante destacar que, conforme apontou Lucia Grinberg em seus estudos, a ARENA se transformou em pouco tempo no maior partido da América Latina. No Brasil, foi o único partido que rapidamente conseguiu formar diretórios municipais por todo o território nacional. GRINBERG, op. cit. (2009), p. 27.

³⁰⁵ Definindo o arbítrio, o ex-presidente Ernesto Geisel resumiu: “[...] naquela situação [o bipartidarismo] era a melhor solução. Em resumo, permitia caracterizar quem estava com a revolução e quem era contra. Era uma forma de definir posições”. Cf. D’ARAÚJO; CASTRO, op. cit. (1997), p. 237.

A instituição de um partido de oposição se coadunava à narrativa original e fundadora do golpe de 64, cujo eixo gravitava em torno da ação preventiva dos militares em defesa da democracia e contra o inimigo comunista.

A ditadura militar brasileira, autora de várias formas de repressão, atingiu não apenas as universidades, os sindicatos e os movimentos sociais de base, mas também os partidos políticos do antigo regime. O AC-4/65 impunha, assim, de maneira abrupta e autoritária, uma reforma institucional que destruía partidos em vias de consolidação na sociedade brasileira. Nas palavras de Lamounier e Meneguello:

Há quem diga que a implantação do bipartidarismo decorria de uma admiração ingênua do presidente Castelo Branco pelo modelo britânico, e há também quem veja nessa experiência uma tentativa de “mexicanização” e na ARENA o projeto brasileiro de um futuro PRI (Partido Revolucionário Institucional). A interpretação mais correta talvez seja a de um meio-termo entre essas duas ideias: uma oposição menos decorativa do que a mexicana, mas excluída do sistema, prática e simbolicamente, por meio de um mecanismo mais complexo do que a simples barreira legal ou repressiva³⁰⁶.

Como se percebe, o AI-2 em si não instituiu o bipartidarismo. O AI-2 aboliu todos os partidos políticos existentes, mas não estipulou as normas para a criação de novas agremiações. Somente com o AC-4/65 é que foram criadas tais regras. *“Creio que não seria exagero afirmar que o AC4, em seu conjunto de dispositivos, pode ser caracterizado como o mais draconiano dos diplomas relativos à constituição dos partidos políticos da história política brasileira”*³⁰⁷.

A respeito da edição do AC-4/65, Débora Azevedo acertadamente sintetizou:

Tratava-se de simplificar e esterilizar a representação política. [...] Clivagens partidárias longamente sedimentadas foram abruptamente comprimidas em duas legendas, atingindo as câmaras de vereadores ao Congresso Nacional. Em todos os lugares, o estímulo a optar pelo partido de sustentação ao governo era muito grande, pois mesmo a opção de filiar-se à oposição consentida pelo regime teria alto custo político e praticamente inviabilizaria a ascensão nos governos estaduais e federal³⁰⁸.

De maneira geral, a instituição do bipartidarismo no país visava solucionar quatro importantes problemas para o regime:

- excluir da cena política as forças de esquerda do antigo regime, além de manter os comunistas na ilegalidade;

³⁰⁶ LAMOUNIER; MENEGUELLO, op. cit. (1986), p. 66-67.

³⁰⁷ FREIRE, op. cit. (2014), p. 292.

³⁰⁸ AZEVEDO; RABAT, op. cit. (2012), p. 42.

- aniquilar os partidos de esquerda comprometidos com as reformas de base defendidas pelo governo Goulart;
- constituir um partido dobrável identificado com os militares, de forma a garantir ao governo o apoio necessário nas casas parlamentares;
- possibilitar um melhor controle das forças de oposição;
- e, principalmente, garantir a “fachada democrática”, tida como extrema importância para a imagem do governo militar no exterior.

O AC-4/65 dispunha que não poderiam ser utilizados os nomes, siglas, legendas e símbolos dos partidos extintos, assim como não poderiam ser utilizados simplesmente a nomenclatura “partido”. De acordo com o jornalista Mauro Salles foi a UDN que impediu o uso da palavra “partido” nas organizações que a ditadura militar estava criando no ano de 1965. A UDN era o único, dos grandes partidos criados no pós-guerra, a não usar o nome partido e não era de se esperar que inspirasse algo melhor. A UDN, mesmo morrendo como os demais partidos de então, buscava, a todo custo, se comportar como a verdadeira “herdeira da Revolução”³⁰⁹.

O AC-4/65 também acrescentava que para a criação da “organização política” – que não seria um “partido político”, mas teria *atribuições* de um partido político – seria necessário o agrupamento de um número não inferior a 120 deputados e 20 senadores, dentro do prazo de 45 dias³¹⁰. A legislação dava prazo até março de 1966 para que as organizações políticas se reorganizassem com a apresentação à Justiça Eleitoral de um mínimo de parlamentares e de pessoas filiadas em cada município do país³¹¹.

3.3.1 A formação do MDB

O primeiro obstáculo para a formação da legenda de oposição se deu em razão da maneira abrupta e artificial como foi criado o sistema bipartidário pelos militares. Em poucos

³⁰⁹ SALLES, Mauro. Os novos partidos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 ago. 1978, Opinião, p. 5.

³¹⁰ O quantitativo de 120 deputados e 20 senadores equivalia, em teoria, a um terço das vagas da Câmara Federal e um terço do Senado Federal. No entanto, conforme apontou Maria Kinzo, esse requisito não significava que a intenção fosse a criação de um sistema equilibrado de três partidos, cada qual aglutinando um terço dos deputados e dos senadores. Na verdade, implicava a possibilidade de se estabelecer um grande partido de apoio ao governo, que contaria com a maioria de dois terços nas duas Casas Legislativas, por um lado, e um pequeno partido de oposição meramente simbólica, formado com os parlamentares restantes, por outro. KINZO, op. cit. (1988), p. 15.

³¹¹ Em 24 de março de 1966, o MDB obteve o registro na Justiça Eleitoral – Resolução TSE nº 7.822 (Vide Figura 3). Somente em março de 1967, o TSE aprovou o pedido do partido solicitando seu reconhecimento como partido político – Resolução TSE nº 8.094 (Vide Figura 4).

dias, as principais lideranças teriam que reunir dentro da mesma agremiação, adversários de tempos imperiais, velhos inimigos e desafetos jurados. O segundo obstáculo foi o de obter o quantitativo mínimo de representantes exigidos pela nova legislação ³¹². Faltavam nomes para o partido poder se inscrever oficialmente. E isso seu basicamente por três motivos:

1. Havia a resistência em uma expressiva parcela de parlamentares do antigo regime em fundar um novo partido que, de certo modo, legitimaria o arbítrio dos militares. Foi com o tempo e com o esforço de convencimento de muitas lideranças dos antigos partidos que a ideia de unir as oposições numa única legenda oposicionista para usar o próprio arbítrio para denunciá-lo começou a ganhar adeptos ³¹³.

2. Havia o esvaziamento da oposição em virtude do grande número de cassações de mandatos de parlamentares de esquerda. Ou seja, naquele momento, grande parte dos políticos que havia se colocado contrária ao golpe civil-militar já tinha sido banida da vida política do país.

3. Por fim, havia a permanente ameaça de vexames, cassações, prisões, ou pior. É de se imaginar que, dentro daquela conjuntura de ampla repressão, que ia da prisão, ao arrepio de todas as garantias legais, ao enquadramento em dispositivos jurídicos, velhos ou novos, interpretados de maneira a justificar o apenamento do suspeito, pouquíssimos seriam as pessoas que, por vontade própria, gostariam de passar para o campo da oposição explícita e, assim, sofrer com toda sorte de pressão dos militares.

A difícil missão de fazer parte do partido de oposição artificialmente constituído era vista por muitos como um verdadeiro sacrifício ou um ato de suicídio político – o fim do crescimento eleitoral, da ascensão política, da nomeação de cargos de primeiro escalão dentro do governo, da aprovação dos projetos de lei e, talvez a questão mais temida, uma maior

³¹² Durante a sua fundação, o MDB conseguiu, graças à adesão maciça de deputados do extinto PTB, um número de representantes maior do que a ARENA apenas nos estados do Rio de Janeiro, da Guanabara e do Rio Grande do Sul. Locais onde o petebismo tinha uma considerável força político-eleitoral na democracia de 46. “*Esta constatação certamente explica por que o MDB conseguiu derrotar a ARENA nas eleições legislativas de 1966 no Rio de Janeiro, Guanabara e Rio Grande do Sul, Estados que de fato se constituíram os únicos casos em que o MDB foi vitorioso naquele primeiro teste eleitoral no bipartidarismo*”. KINZO, op. ci. (1988), p. 33.

³¹³ Em Pernambuco, um dos políticos que defendia a tese de que um partido de oposição serviria apenas para legitimar a ditadura foi o então deputado federal, Oswaldo Lima Filho, conforme indicou o seu biógrafo, Sérgio Augusto Silveira. No entanto, em pouco tempo, Oswaldo mudou de ideia, ingressou no MDB, tornando-se o primeiro vice-presidente nacional da legenda, secretário-geral do MDB em Pernambuco, e um dos principais organizadores da agremiação em Pernambuco. “*Sabendo que a ditadura via como uma afronta o seu célebre discurso do dia 3 [de abril de 1964, quando denunciou o golpe na tribuna da Câmara Federal], o parlamentar estava quase certo de que seria cassado. Compra uma casa no Recife [...] e mergulhou, em tempo integral, na organização do MDB viajando por todo o Estado, ao lado de outros destemidos pioneiros da legenda, como João Lyra, Fernando Lyra, Fernando Coelho, Armando Monteiro Filho, Jarbas Vasconcelos, os irmãos Egídio e Torquato Ferreira Lima, José Portela de Macedo e o professor Petronilo Santa Cruz*”. SILVEIRA, Sérgio Augusto. **Oswaldo Lima Filho**: ação política na trincheira nacionalista. Recife: ALEPE, 2001, p. 93-94.

chance de ter o mandato cassado pelo regime em virtude de algum discurso mais aguerrido, contundente ou “imprudente”³¹⁴. As palavras da jornalista Rosália Lima resumem bem essa questão:

Estar aliado ou – melhor ainda – no mesmo partido do ocupante do Palácio [...], significa posar nas fotos das inaugurações, ter o poder de indicar o delegado de polícia, diretor de escola, hospital ou órgãos estaduais no município, e também conseguir eletrificação, barragem, cisterna ou até carro-pipa para comunidades rurais, asfaltar um pedaço de estrada. Enfim, qualquer pequena obra que mostre às bases o “prestígio” do prefeito e do deputado e o quanto eles estão “trabalhando”. E o outro extremo da gangorra, para a oposição, na maioria dos casos, sobra o pão e água³¹⁵.

As dificuldades do partido de oposição consentida em atingir o número mínimo de representantes foram tão grandes que já estava em gestação no interior do regime uma nova redação ao AC-4/65, através da qual “[...] ficaria assegurado a qualquer número de senadores ou de deputados o direito de constituir uma segunda ‘organização política’”³¹⁶. Apesar de essa proposta não ter colocada em prática, ela revelava o quão importante era para o regime militar a formação de um partido opositor, a qualquer custo, para legitimar o novo sistema político-partidário autoritário implantado no país após o golpe de 64.

A dificuldade do MDB, em seus anos iniciais, de reunir pessoas não se resumiu única e exclusivamente à classe política, mas à sociedade no geral. “Ninguém ia para reunião do MDB. Ninguém ia”³¹⁷. Ou seja, além dos já comentados problemas do MDB em atrair políticos para formarem suas organizações locais, os diretórios municipais, havia também a dificuldade de convencer os residentes de uma área a filiar-se à agremiação, já que não viam motivos especiais para se tornarem membros de um partido opositor aos militares. “Os comícios eram fracos, o povo tinha medo”³¹⁸.

³¹⁴ O uso arbitrário das cassações foi o meio do regime controlar os parlamentares mais críticos, conforme sentenciou o ex-presidente Ernesto Geisel: “A cassação tinha suas vantagens, no sentido de arrefecer o ímpeto da oposição, que passava a ter receio das conseqüências se continuasse no mesmo estilo, e de arrefecer a pressão da área militar”. Cf. D’ARAÚJO; CASTRO, op. cit. (1997), p. 471. Na ótica dos militares, os críticos mais radicais da ordem estabelecida deveriam ficar sob controle ou mesmo eliminados. Rechaçando qualquer um que se colocasse numa posição opositora, o regime militar estabeleceu uma execrável relação do tipo “quem não estiver a favor está contra”. Como se pode perceber, naquele contexto, o espaço para a oposição era mínimo.

³¹⁵ LIMA, Rosália. Coisa boa é ser do partido do governador. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 3, 25 mai. 1999.

³¹⁶ Para maiores detalhes sobre essa proposta, ver: BRANCO, op. cit. (1977), p. 366-370. Originalmente publicado em: Coluna do Castelo. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 3, 21 nov. 1965.

³¹⁷ Depoimento de LYRA, op. cit. (2007), p. 327.

³¹⁸ Depoimento de FILHO, op. cit. (2007), p. 137.

[...] a campanha que se fazia contra o MDB, na época, era a de que não adiantava votar no partido, porque os prefeitos não iam obter nada do governo, porque o governo era da ARENA. Além disso, o pessoal tinha medo de que o MDB fosse um partido de comunistas, de subversivos³¹⁹.

Até meados de 1974, havia um considerável preconceito de grande parte da população em relação ao MDB. “[...] época difícil, em que pouca gente queria se expor, época em que assumir uma posição ostensiva de oposição significava todos os riscos”³²⁰. Se, naquele contexto, havia “[...] várias razões para desconfiar do partido e poucas para apoiá-lo”, menos ainda havia “para se tornarem militantes dele”³²¹. No eleitorado do interior, onde o conservadorismo era (e ainda é) bem mais arraigado, muitas vezes, o MDB era tido como sinônimo de subversão e de comunismo, o que dificultava ao partido recrutar políticos locais que pudessem assumir a tarefa de organizá-lo no Município³²². “Era difícil arrumar candidato. Difícil”³²³. Assim expressou o então deputado federal Oswaldo Lima Filho, fundador e secretário-geral do MDB pernambucano, sobre a enorme dificuldade de organizar o partido no interior do Estado devido aos receios anticomunistas do eleitorado e ao grande medo em relação à represália governamental caso a população aderisse à legenda oposicionista³²⁴. Oswaldo Lima Filho narrou um exemplo nesse sentido:

[...] em Arcoverde, após uma reunião de profissionais liberais declaradamente adversários da ditadura, houve uma negativa geral ao pedido de assinatura da ata de fundação do diretório municipal do MDB, pois todos temiam, com razão, as represálias do regime militar. Em Bom Conselho, o tabelião Amaral, depois da longa argumentação de Armando Monteiro Filho, já se dispunha na sala e, alegando os sofrimentos que atravessara nas últimas eleições, praticamente nos expulsou da casa...³²⁵.

Apesar do tempo exíguo, o MDB conseguiu reunir os pré-requisitos para a sua formação. Isso se deu quando, no dia 4 de dezembro de 1965, 141 deputados federais

³¹⁹ RUSSO, Sonia Morgenstern; MELHEM, Celia Soibelman. **PMDB: democracia sempre**. São Paulo: Global, 1987, p. 204.

³²⁰ COELHO, Fernando. **Fernando Coelho: depoimento** [nov. 1983]. Entrevista concedida ao **Projeto História Oral do Movimento Político Militar de 1964 no Nordeste**. Entrevistador: Eliane Moury Fernandes. Recife: Centro de Documentação e de Estudos da História Brasileira Rodrigo Melo Franco de Andrade (CEHIBRA), [da] Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), 1983, p. 51.

³²¹ MOTTA, op. cit. (2007), p. 286.

³²² KINZO, op. cit. (1988), p. 40.

³²³ Depoimento de FILHO, op. cit. (2007), p. 137.

³²⁴ Além disso, Antonio Pojo Rego apontou outra questão: “A retórica oficial utilizada quando da eleição era apresentar as candidaturas oficiais como aquelas que poderiam melhor apresentar as demandas dos cidadãos em face de uma burocracia todo-poderosa”. REGO, op. cit. (2008), p. 212.

³²⁵ FILHO, O., op. cit. (1993), p. 217.

assinaram a ficha de inscrição no partido e o senador Aarão Steinbruck (MTR-RJ), persuadido por Castelo Branco³²⁶, concordou em ser o 20º senador a se registrar na agremiação³²⁷. Esses parlamentares constituíram a primeira **Comissão Diretora Nacional** do MDB³²⁸.

Deputados de diferentes partidos ficaram aguerridamente entrincheirados na oposição. Como se pode perceber na Tabela V, que relaciona os nomes dos integrantes fundadores que compuseram o primeiro Diretório Nacional do MDB, a maior parte das pessoas (cerca de 60%) foi constituída de membros dos chamados partidos trabalhistas e reformistas do antigo regime (especialmente o PTB do presidente João Goulart³²⁹) que não haviam sido cassados pelos primeiros atos do regime militar³³⁰. Como pontuou o emedebista cassado Egídio Ferreira Lima: “*No MDB recém-criado pela revolução, pelo golpe, primeiro ficaram Oswaldo e alguns trabalhistas. Mas veio o AI-5 e varreu tudo isso*”³³¹.

O segundo contingente mais importante (cerca de 30% dos fundadores) foram de políticos do PSD que haviam participado dos governos de Getúlio Vargas e João Goulart. Entre eles, estavam o ex-primeiro-ministro Tancredo Neves e o ex-ministro Ulysses Guimarães (que havia apoiado o golpe, mas decepcionou-se pouco tempo depois com a condução do regime militar). Uma pequena fração do partido, cerca de 5% dos fundadores, foi

³²⁶ VIANA FILHO, op. cit. (1975).

³²⁷ Na reunião do dia 4 de dezembro, que coletou as assinaturas para o registro do partido, foi cunhado o nome “Movimento Democrático Brasileiro (MDB)” para o partido de oposição (consentida) ao regime militar. Quem deu o nome foi o deputado federal mineiro Tancredo Neves, que venceu nessa reunião a primeira de muitas “quedas de braço” com o deputado Ulysses Guimarães, que preferia o termo “Ação”. “*Quando se escolheu o nome de Movimento Democrático Brasileiro, e não partido, isso foi levado em consideração. Ele é um movimento para se chegar a um partido, apenas*”. Entrevista: Ulysses Guimarães. **VEJA**, São Paulo, n. 262, p. 4, 12 set. 1973.

³²⁸ Movimento Democrático Brasileiro já formado. **Diário de Pernambuco**, Recife, 11 dez. 1965.

³²⁹ Na lista de constituição do MDB, a antiga bancada do PTB contribuiu com 11 senadores e 68 deputados federais, dando a tônica na organização do diretório nacional da nova organização. BRANCO, op. cit. (1977), p. 383. Originalmente publicado em: Coluna do Castello. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 3, 14 dez. 1965.

³³⁰ Vide sobre o PTB: D’ARAUJO, Maria Celina. “Raízes do golpe: ascensão e queda do PTB”. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon; D’ARAUJO, Maria Celina; PINTO, Almir Pazzianoto (Orgs.). **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1994. D’ARAUJO, Maria Celina. **Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996. DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)**. In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. DELGADO, op. cit. (2011). FERREIRA, Rafael Leite. Os trabalhistas e a busca dos sindicatos e trabalhadores brasileiros, 1945-1964. **Revista Labirinto**, Porto Velho-RO, n. XIV, v. 21, p. 400-412, 2014. GOMES, Angela de Castro. O PTB no contexto dos anos 60. In: ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de; Túlio Velho Barreto (Orgs.). **1964: o Golpe passado a limpo**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2007. GOMES, Angela de Castro. **Partido Trabalhista Brasileiro (1945-65): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base**. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). **Nacionalismo e reformismo Radical (1945-1964)**. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

³³¹ LIMA, op. cit. (2007), p. 257.

formada por antigos membros da UDN. Ainda havia representantes de partidos menores, como Franco Montoro, do PDC ³³². Como pontuou Célia Melhem:

[...] era bem heterogêneo o grupo de parlamentares fundadores, momentânea ou definitivamente posicionados na oposição (por razões pessoais, ideológicas, históricas, ocasionais etc.), com trajetórias políticas diversificadas (às vezes conflitantes) e diferentes concepções de oposicionismo (algumas beirando ao adesismo; outras, ao contrário, pressionando por uma oposição radical) ³³³.

Tabela V – Membros fundadores do MDB (1ª Comissão Diretora Nacional)	
Senadores	Estado
Aarão Steinbruch	RJ
Adalberto Sena	AC
Antônio Balbino	BA
Argemiro de Figueiredo	PB
Arthur Virgílio	AM
Aurélio Viana	GB
Barros Carvalho	PE
Edmundo Fernandes Levy	AM
F. Pessoa de Queiroz	PE
João Abrahão Sobrinho	GO
Josaphat Ramos Marinho	BA
José Ermírio de Moraes	PE
Lino de Matos	SP
Nelson Maculan	PR
Nogueira da Gama	MG
Oscar Passos	AC
Pedro Ludovico	GO
Ruy Carneiro	PB
Sebastião Archer	MA
Silvestre Pérciles	AL
Vicente Bezerra Neto	MT
Deputados federais	Estado
Abrahão Moura	AL
Adylio M. Vianna	RS
Affonso Celso Ribeiro de Castro	RJ
Alceu de Carvalho	SP
Aloysio de Castro	RJ

³³² Quanto à ARENA, Maria Kinzo revelou, em sua pesquisa, que aproximadamente 40% dos membros dos partidos trabalhistas e reformistas do antigo regime (PTB, PSB e outras legendas menores) filiaram-se à ARENA, respondendo por 24% da representação arenista na Câmara dos Deputados. KINZO, op. cit. (1988), p. 31-32.

³³³ MELHEM, op. cit. (1998), p. 8.

Aloysio Nonô	AL
Alvaro Lins Cavalcanti	CE
Amaral Furlan	SP
Andrade Lima Filho	PE
Anísio Rocha	GO
Antônio Annibelli	PR
Antônio Baby	PR
Antônio Bresolin	RS
Chagas Freitas	GB
Oliveira Britto	BA
Paes de Andrade	CE
Aquiles Diniz	MG
Argilano Dario	ES
Ari Pitombo	AL
Ario Theodoro	RJ
Ariosto M. Amado	SE
Arnaldo Lafayette	PB
Augusto de Gregório	RJ
Áureo Mello	AM
Benjamin Farah	GB
Bernardo Bello	RJ
Bivar Olyntho	PB
Breno Dhalia da Silveira	GB
Carlos Murilo Felício dos Santos	MG
Celestino Filho	GO
Celso Gabriel de Rezende Passos	MG
Cesar Prieto	RS
Cid Rojas de Carvalho	MA
Clemens Sampaio	BA
Clodomir Leite	PE
Croacy Cavalheiro de Oliveira	RS
Crysantho Moreira da Rocha	CE
Derville Alegretti	SP
Dirceu Cardoso	ES
Djalma Passos	AM
Doutel de Andrade	SC
Edésio Cruz Nunes	RJ
Edgar Pereira	BA
Edson Garcia	MT
Emmanoel Waissmann	RJ
Ernani do Amaral Peixoto	RJ
Eurico Oliveira	GB
Ewaldo Pinto	SP
Fernando Gama	PR
Floricens Paixão	RS
Caldas Rodrigues	PI
Franco Montoro	SP

Gastão Pedreira	BA
Germinal Feijó	SP
Getúlio Moura	RJ
Glênio Martins	RJ
Hamilton Nogueira	GB
Haroldo da Silva Duarte	GO
Helcio Maghenzani	SP
Henrique Lima	BA
Hermógenes Príncipe	BA
Humberto Lucena	PB
Ivete Vargas	SP
Fontes Torres	RJ
J. M. Dias Menezes	SP
Jairo Brum	RS
Jamil Amiden	GB
Janduhy Carneiro	PB
João Fernandes de Lima	PB
João Herculino	MG
João Lino Braun	RS
João Mendes Olimpio	PI
João Menezes	PA
João Moura Santos	PI
Pacheco Chaves	SP
João Veiga	AM
Expedito Rodrigues	GB
Josaphat Borges	BA
Altino Machado	AC
José Barbosa	SP
José Carlos Teixeira	SE
José Pedroso Júnior	SP
Mattos Carvalho	MA
Burlamaqui de Miranda	PA
José Freire	GO
José Mandelli Filho	RS
José Maria Ribeiro	RJ
José Martins Rodrigues	CE
José Burnett	MA
José Richa	PR
Rui Lino	AC
Levy Tavares	SP
Lino Morganti	SP
Luiz Francisco	SP
Manoel Barbuda	AM
Mário Covas	SP
Mário Maia	AC
Mário Piva	BA
Matheus J. Schmidt Filho	RS

Maurício Goulart	SP
Miguel Buffara	PR
Miguel Marcondes	MT
Milton Reis	MG
Muniz Falcão	AL
Nelson Carneiro	GB
Oscar Noronha Filho	GB
Odilon Ribeiro Coutinho	RN
Osmar Grafulha	RS
Oswaldo Lima Filho	PE
Oziris Pontes	CE
Padre José Nobre	MG
Paulo Baeta Neves	GB
Paulo Macarini	SC
Paulo Ramos Coelho	AM
Pedro Braga	MA
Pedro Marão	SP
Pedro V. B. Catalão	BA
Peixoto da Silveira	GO
Petrônio Fernal	PR
Ranieri Mazzilli	SP
Regis Pacheco	BA
Renato Azevedo	MG
Renato Archer	MA
Renato Celidônio	PR
Roberto Saturnino	RJ
Ruben Bento Alves	RS
Ruy Amaral Lemos	SP
Sebastião Paes de Almeida	MG
Simão da Cunha	MG
Tancredo Neves	MG
Tarcilo Vieira de Melo	BA
Teófilo de Andrade	SP
Ulysses Guimarães	SP
Unírio Machado	RS
Victor Issler	RS
Waldir Mello Simões	GB
Walter Baptista	SE
Walter Giordano Alves	RS
Wilson Chedid	PR
Wilson Martins	MS
Zaire Nunes	RS

Fonte: Tabela elaborada pelo autor, a partir de dados de ABREU, op. cit. (2001) e do TSE ³³⁴.

³³⁴ Disponível em: <http://www.tse.jus.br/hotSites/registro_partidario/mdb/arquivos/fundadores.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2016.

Como se pôde ver na Tabela V, da lista nacional de fundação do MDB (Diretório Nacional) constam apenas seis pernambucanos, três senadores e três deputados federais, todos advindos do PTB. Os senadores eram: Barros Carvalho ³³⁵, F. Pessoa de Queiroz ³³⁶ e José Ermírio de Moraes ³³⁷; e os deputados federais: Andrade Lima Filho ³³⁸, Clodomir Leite ³³⁹ e Oswaldo Lima Filho ³⁴⁰.

³³⁵ **Barros Carvalho** nasceu em Palmares, na zona da mata pernambucana, em fevereiro de 1899. Formou-se em Odontologia pela Universidade do Recife. No final do Estado Novo, filiou-se à UDN. Nas eleições de dezembro de 1945, elegeu-se primeiro suplente de deputado federal. Entre junho e dezembro de 1947, ocupou uma cadeira na Câmara Federal, substituindo Gilberto Freyre. No pleito de outubro de 1950, conseguiu se eleger deputado federal, pela “Coligação Democrática Pernambucana”, que reunia UDN-PR-PRP-PDC-PTB-PL. Em 1953, ingressou no PTB, tendo em vista o grande prestígio que tinha sobre setores da classe trabalhadora recifense. Em outubro do ano seguinte, reelegeu-se deputado federal pelo “Movimento Popular Autonomista”, aliança entre o PTB e o PST. Foi de sua autoria o projeto que concedeu autonomia política ao município de Recife em janeiro de 1955. No pleito de outubro de 1958, elegeu-se senador e, ao mesmo tempo, reelegeu-se deputado federal, optando pelo mandato de oito anos no Senado. Em junho de 1960, foi nomeado ministro da Agricultura pelo presidente Juscelino Kubitschek. Em janeiro de 1961, com a posse do presidente Jânio Quadros, deixou o ministério e reassumiu sua cadeira no Senado. Com a instituição do bipartidarismo, em 1965, filiou-se ao MDB, sendo um dos membros fundadores e integrantes da primeira Executiva Nacional do partido. Ajudou a organizar o MDB em Pernambuco, tornando-se o 2º vice-presidente da primeira Executiva Regional do MDB pernambucano. Faleceu em Recife, em setembro de 1966. Adaptado de: ABREU, op. cit. (2001), p. 1162-1163.

³³⁶ **F. Pessoa de Queiroz** nasceu em Umbuzeiro, no agreste paraibano, em novembro de 1890. Filho de pequenos pecuaristas foi mandado para a casa de seus padrinhos, no Recife, para se dedicar aos estudos. Formou-se, em 1911, pela Faculdade de Direito de Recife. Elegeu-se deputado federal em 1920. Em 1921, assumiu o *Jornal do Commercio*, fundado por seus irmãos em 1919. Foi reeleito sucessivamente em 1924, 1927 e 1930. Contrário ao movimento da Aliança Liberal, Pessoa de Queiroz buscou exílio na França, regressando ao país, em 1932. De volta ao Recife, passou a se dedicar em restaurar os bens da família, praticamente destruídos pelos militantes da chamada “revolução de 30”. Afastou-se da política e procurou restaurar o *Jornal do Comercio*. Afastado das disputas parlamentares até 1962, em outubro deste ano concorreu a uma cadeira no Senado, na legenda da coligação constituída pela UDN e o PR. Eleito, foi empossado em fevereiro de 1963, exercendo o mandato até janeiro de 1971. Ao longo de sua carreira empresarial, inaugurou a Rádio *Jornal do Comercio* e a TV *Jornal do Comercio*. Faleceu em Recife, em dezembro de 1980. Adaptado de: ABREU, op. cit. (2001), p. 4834-4835.

³³⁷ **José Ermírio de Moraes** nasceu em Nazaré da Mata, na zona da mata pernambucana, em janeiro de 1900. Oriundo de família proprietária de terras e engenhos. Graduiu-se engenheiro de minas em 1921 nos Estados Unidos. Nas décadas seguintes, com o grupo Votorantim, se tornou um dos principais líderes empresariais do Brasil. Em 1962, decidiu ingressar na vida política, concorrendo a uma vaga ao Senado no pleito de outubro daquele ano, na legenda PTN-PTB. Além disso, financiou a candidatura de Miguel Arraes ao governo do Estado. Embora fosse proprietário de terras e de usinas, Ermírio de Moraes se projetou na campanha eleitoral como um candidato “industrial nacionalista e progressista”. Elegeu-se senador, o mais votado do Estado. Em janeiro de 1963, foi empossado, pelo presidente João Goulart, para a pasta da Agricultura, deixando assim, no início do mandato, o suplente, professor Luiz Pinto Ferreira (que se tornaria o primeiro presidente do MDB-PE) em sua cadeira no Senado. Em junho de 1963, foi substituído do cargo de ministro por seu conterrâneo Oswaldo Lima Filho, voltando então ao Senado. Apesar dos vários boatos sobre a cassação de seu mandato, por ocasião do golpe civil-militar de 1964, José Ermírio não foi atingido pelos atos dos militares. Em maio de 1965, foi eleito para a presidência do diretório nacional do PTB. Com a instituição do bipartidarismo, em 1965, ajudou a fundar o MDB, tendo sido o primeiro tesoureiro nacional da agremiação. Foi também o primeiro vice-presidente da Executiva do MDB-PE. Buscou a reeleição ao Senado pelo MDB no pleito de novembro de 1970, entretanto foi derrotado pelo arenista Paulo Guerra. Encerrou seu mandato em janeiro de 1971. Faleceu, em São Paulo, em agosto de 1973. Adaptado de: ABREU, op. cit. (2001), p. 3883-3886. Informação nº 150/115/ARE/79, 30 mar. 1979. SNI, Agência Recife (Atualização das atividades de elementos atingidos pelos Atos Institucionais 1, 2 e 5). Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: ARE_ ACE_263_79, p. 2-16. **Prontuário Funcional n. 22515**. Acervo DOPS/APEJE. Fundo SSP n. 16428.

³³⁸ **Andrade Lima Filho** nasceu em Goiana, na RMR, em janeiro de 1910. Aluno da Faculdade de Direito de Recife, pertenceu à Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento fundado em 1932 por Plínio Salgado, inspirado nos movimentos fascistas europeu. Formou-se em direito e em ciências econômicas. Presidiu o “Serviço Social contra o Mocambo” durante o governo de Barbosa Lima Sobrinho (1948-1951) e no pleito de outubro de 1950 foi o único deputado estadual eleito pelo PST em Pernambuco para a legislatura de fevereiro de 1951 a janeiro de 1955. Em 1953, tornou-se membro da Academia Pernambucana de Letras (APL) e foi seu secretário-geral por dez anos. Disputou, em outubro de 1954, pelo PSD, a reeleição, mas obteve apenas uma suplência. No governo Cordeiro de Farias (1955-1958), voltou a presidir o “Serviço Social contra o Mocambo”. No pleito de outubro de 1958, Andrade Lima conseguiu se eleger deputado federal pela legenda da Frente Democrática Pernambucana (PSD, PST, PDC, PRT e PL). Na Câmara, fez parte da “Frente Parlamentar Nacionalista (FPN)”. Deixou o PSD e filiou-se ao PTB. No pleito de outubro de 1962, tentou a reeleição à Câmara dos Deputados, mas sem as antigas relações e o apoio da máquina pessedista, Andrade sofreu grande derrota eleitoral. Concluída a apuração, constatou-se que ele obteve pouco mais de 6 mil votos – menos de um terço do total que recebera quatro anos antes – e ficou com uma modesta terceira suplência. No entanto, no início do ano seguinte conseguiu uma cadeira na Câmara, tendo sido efetivado em abril de 1964, na vaga do suplente cassado, Luiz Portela. Tornou-se vice-líder do PTB em abril de 1965. Com o advento do bipartidarismo, em 1965, filiou-se ao MDB, sendo um dos membros fundadores e integrante da primeira Executiva Regional do MDB pernambucano. No pleito de outubro de 1966, ficou como primeiro suplente, mas foi convocado a assumir o mandato em abril do ano seguinte. Contudo, após a promulgação do AI-5, teve o mandato cassado pelo Decreto de 29 de abril de 1969. Após ter tido seu mandato cassado e seus direitos políticos suspensos, passou a dedicar-se a suas atividades na APL e a escrever, como colaborador, para o *Jornal do Commercio* e o *Diário de Pernambuco*. Recebeu o Prêmio Agamenon Magalhães pela obra “China gordo: Agamenon Magalhães e sua época” (1976), e os prêmios José Ermírio de Moraes, concedido pela Associação de Imprensa de Pernambuco (AIP), e Machado de Assis, concedido pela Academia Brasileira de Letras (ABL), pelo livro “Itinerário de Osório Borba: o homem que cuspiu maribondos” (1979). Faleceu em setembro de 1983, no Recife. COSTA, Evaldo. **Andrade Lima Filho**: crônica de uma viagem entre os extremos. Recife: ALEPE, 2001. Adaptado de: ABREU, op. cit. (2001), p. 3198. Informação nº 150/115/ARE/79, 30 mar. 1979. SNI, Agência Recife (Atualização das atividades de elementos atingidos pelos Atos Institucionais 1, 2 e 5). Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: ARE_ACE_263_79, p. 2-16. **Prontuário Funcional n. 21902**. Acervo DOPS/APEJE. Fundo SSP n. 15807.

³³⁹ **Clodomir Leite** nasceu em Vitória de Santo Antão, na zona da mata pernambucana, em janeiro de 1921. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade do Recife, mas exerceu a profissão de jornalista em vários jornais da capital pernambucana. No pleito de outubro de 1962, elegeu-se deputado federal, pelo PTB, assumindo o mandato em fevereiro do ano seguinte. A partir de maio de 1963, tornou-se vice-líder de seu partido na Câmara dos Deputados. Com a instauração do bipartidarismo, em 1965, foi um dos fundadores do MDB. No pleito de novembro de 1966, obteve a quinta suplência de deputado federal. Assumiu a cadeira de deputado apenas de maio a agosto de 1968, para substituir Thales Ramalho, titular da cadeira. Pelo Decreto de 29 de abril de 1969, com base no artigo 4º do AI-5, teve a suplência cassada e os direitos políticos suspensos por dez anos. Faleceu no Rio de Janeiro, em setembro de 1982. Adaptado de: ABREU, op. cit. (2001), p. 3070. Informação nº 150/115/ARE/79, 30 mar. 1979. SNI, Agência Recife (Atualização das atividades de elementos atingidos pelos Atos Institucionais 1, 2 e 5). Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: ARE_ACE_263_79, p. 2-16. **Prontuário Funcional n. 23017**. Acervo DOPS/APEJE. Fundo SSP n. 16929.

³⁴⁰ **Oswaldo Lima Filho** nasceu em Cabo de Santo Agostinho (PE), na RMR, em abril de 1921. Era filho de Oswaldo Costa Lima, ex-promotor público e deputado federal constituinte por Pernambuco em 1934 e 1945. Em 1940, ainda estudante na Faculdade de Direito do Recife, foi nomeado secretário do Museu do Estado de Pernambuco, pelo então interventor Agamenon Magalhães, amigo e aliado político de seu pai. Bacharelou-se em 1943. Em 1944, Agamenon Magalhães nomeou-o promotor público de Surubim, cidade do interior do estado, e em outubro do mesmo ano, convidou-o para ocupar a Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco (DOPS). Em 1945, tornou-se uma figura chave na organização do PSD em Pernambuco, principalmente percorrendo o interior do estado com o objetivo de arregimentar lideranças para a legenda. A partir de março de 1945 aderiu ao trabalho de organização do Partido Social Democrático (PSD), articulado no estado por Agamenon Magalhães, que nesse mesmo mês passou a ocupar o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, sendo substituído na interventoria de Pernambuco por Etelvino Lins. Em 29 de outubro de 1945, com a deposição de Getúlio Vargas, Oswaldo Lima Filho foi afastado da DOPS. No pleito 19 de janeiro de 1947 consegue se eleger para a Assembleia Constituinte Estadual, pelo PSD. Durante o seu mandato na ALEPE, criou a Sociedade de Estudos e Defesa do Petróleo, posicionando-se contra a participação do capital estrangeiro na

Conforme determinava o AC-4/65, acima da Comissão Diretora Nacional da agremiação teria que ser montada uma **Convenção Nacional**, o mais alto órgão do partido, desempenhando um papel deliberativo em nível nacional. As principais funções da

exploração do petróleo brasileiro. Em 1950, fiel a Getúlio Vargas, Oswaldo rompeu com o PSD que resolvera apoiar a candidatura de Cristiano Machado para a presidência da República. Ingressou então no PSP, através do qual participou da campanha vitoriosa de Vargas à presidência e reelegeu-se deputado estadual, em outubro de 1950, para a legislatura 1951/1955. Em 1954, tentou ingressar no PTB, mas foi impedido pelos líderes locais petebistas. Nas eleições de outubro de 1954, elegeu-se deputado federal, pela “Frente Democrática Pernambucana”, que congregava o PSD, o PSP, o PDC, o PL e o PRP. Nessa legislatura, integrou-se a um círculo de deputados nacionalistas que deu origem ao bloco suprapartidário intitulado de “Frente Parlamentar Nacionalista” (FPN). Em outubro de 1958, reelegeu-se para a Câmara Federal pela “Frente Democrática Nacional”, que congregava o PSD, o PDC, o PL, o PRT e o PST. No final de 1959, graças aos esforços do influente senador Barros Carvalho (PTB-PE) junto à direção nacional da agremiação, finalmente conseguiu migrar para o PTB, legenda a qual Oswaldo Costa Lima afirmava ser a mais próxima de sua linha ideológica. *“Enfrentamos uma situação difícil porque o PTB aqui [em Pernambuco] era um partido muito fechado. [...] Quando procuramos a direção local do PTB, ela vetou a nossa entrada, porque tínhamos mais votos do que eles e, se entrássemos, tomaríamos as cadeiras. [...] Continuamos lutando para entrar no PTB, o que conseguimos quando Barros de Carvalho, dirigente [estadual] do PTB [...] nos abriu generosamente as portas do partido”*. Em setembro de 1962, Oswaldo reelegeu-se deputado federal por Pernambuco na legenda do PTB, tornando-se vice-presidente da Câmara. Por sua defesa à aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, que estenderia a legislação trabalhista ao campo, foi convidado pelo presidente João Goulart, em junho de 1963, a assumir a pasta da Agricultura, substituindo seu conterrâneo José Ermírio de Morais (PTB). Em sua gestão, procurou implantar uma reforma agrária democrática, legal e pacífica, que acabou desagradando tantos aos latifundiários quanto aos setores mais radicais à esquerda. Com a eclosão do golpe civil-militar de 31 de março de 1964, Oswaldo Lima Filho acompanhou o presidente até o Rio Grande do Sul onde, depois de constatarem a impossibilidade de resistência armada, tomaram rumos diferentes: Goulart asilou-se no Uruguai, enquanto Oswaldo Filho retornou à Câmara Federal, pronunciando, no dia 3 de abril, um discurso no qual acusou as Forças Armadas de pretenderem instalar uma “ditadura fascista” no país. Com a instituição do bipartidarismo, em 1965, participou ativamente da fundação do MDB, tornando-se o primeiro vice-presidente nacional da legenda. Em Pernambuco, assumiu a secretaria-geral do MDB, tendo por missão organizar e fazer crescer a legenda, apesar das ameaças constantes de cassações e prisões. Reelegeu-se deputado federal no novembro de 1966, sendo o deputado do MDB com o maior número de votos. Participou da “Frente Ampla”, movimento de oposição ao governo Castelo Branco que reunia diferentes lideranças do antigo regime comprometidas com a redemocratização do país. No dia 5 de abril de 1968, através da Portaria nº 177 do Ministério da Justiça, foram proibidas todas as atividades da Frente Ampla. Como punição à sua participação na Frente Ampla, no novo ciclo de cassações aberto após a edição do AI-5, Oswaldo Lima Filho tem o seu mandato parlamentar cassado e suspenso os direitos políticos, por meio do Decreto de 16 de janeiro de 1969. Recuperou seus direitos políticos ainda em abril de 1979 e no mês seguinte foi homenageado pela Câmara Municipal de Recife, que lhe concedeu o título de cidadão da capital pernambucana. Com o fim do bipartidarismo em 1979, dedicou-se à reorganização do PTB em Pernambuco, sob a liderança do ex-governador gaúcho Leonel Brizola. Com a perda da sigla na Justiça Eleitoral para a ex-deputada Ivete Vargas, ajudou a construir a sigla petebista concorrente, o PDT. Em uma estratégia eleitoral, decidiu concorrer à Câmara Federal, no pleito de novembro de 1982, pelo PMDB (conseguiu se eleger, mas foi o deputado federal com o menor número de votos no estado). No pleito de novembro de 1986, não se elege conquistando apenas a primeira suplência de deputado federal pelo PMDB. Contudo, em março de 1987, assumiu a vaga deixada pelo deputado eleito Marcos Queiroz (PMDB), que iria assumir a Secretaria de Indústria e Comércio, no governo Miguel Arraes (1987-1990). Em março de 1988, Marcos Queiroz reassumiu seu mandato, colocando Oswaldo novamente à condição de suplente. Em novembro do mesmo ano, reassumiu a vaga de deputado federal no lugar de Geraldo Melo (PMDB) que se elegeu prefeito de Jaboatão (PE). Candidatou-se novamente à Câmara Federal, pelo PMDB, para o pleito de outubro de 1990, mas não se elegeu. Deixou a Câmara dos Deputados em janeiro de 1991, ao final da legislatura, retirando-se da vida pública. Faleceu no Recife, em novembro de 1994. FILHO, O., op cit., (1993), Adaptado de: ABREU, op. cit. (2001), p. 3199-3202, SILVEIRA, op. cit. (2001). Informação nº 150/115/ARE/79, 30 mar. 1979. SNI, Agência Recife (Atualização das atividades de elementos atingidos pelos Atos Institucionais 1, 2 e 5). Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: ARE_ ACE_263_79, p. 2-16. **Prontuário Funcional n. 24530 “B”**. Acervo DOPS/APEJE. Fundo SSP n. 18484.

Convenção Nacional do MDB seriam: eleger os membros do Diretório Nacional; decidir a respeito de alterações no Estatuto do partido; deliberar sobre questões político-partidárias; e indicar o candidato do partido à presidência da República.

A partir do Diretório Nacional foi formada uma **Comissão Executiva Nacional** integrada por 11 membros, responsável pelas funções básicas de organização e decisão de atividades do MDB ³⁴¹. Naquela ocasião, quem fosse membro do Poder Executivo não participava da executiva partidária. Governador, secretários e ministros de Estado não poderiam ser da direção partidária, qualquer que fosse a instância, nacional, estadual ou municipal. A primeira Executiva Nacional do MDB foi então composta por:

- **Presidente:** senador Oscar Passos (PTB-AC) ³⁴²;
- **Vice-presidente:** deputado Oswaldo Lima Filho (PTB-PE);
- **2º vice-presidente:** deputado Ulysses Guimarães (PSD-SP);
- **3º vice-presidente:** deputado Franco Montoro (PDC-SP);
- **Secretário-geral:** deputado José Martins Rodrigues (PSD-CE);
- **Tesoureiro:** senador José Ermírio de Moraes (PTB-PE);
- **Líder no Senado:** senador Aurélio Vianna (PSB-GB);
- **Líder na Câmara:** deputado Vieira de Mello (PSD-BA);
- **Vogais:** senador Pedro Ludovico (PSD-GO); senador Argemiro Figueiredo (PTB-PB); senador Barros Carvalho (PTB-PE); deputado Oliveira Britto (PSD-BA) ³⁴³.

A composição da primeira Comissão Executiva Nacional do MDB revela algumas questões importantes. Em primeiro lugar, em termos partidários, mostra que apenas dois partidos dominaram a Executiva Nacional, o PTB, com 5 integrantes, e o PSD, com 6 integrantes, já demonstrando a relevância que os antigos membros desses dois partidos iriam ter dentro do MDB em relação às demais agremiações que também compuseram a legenda

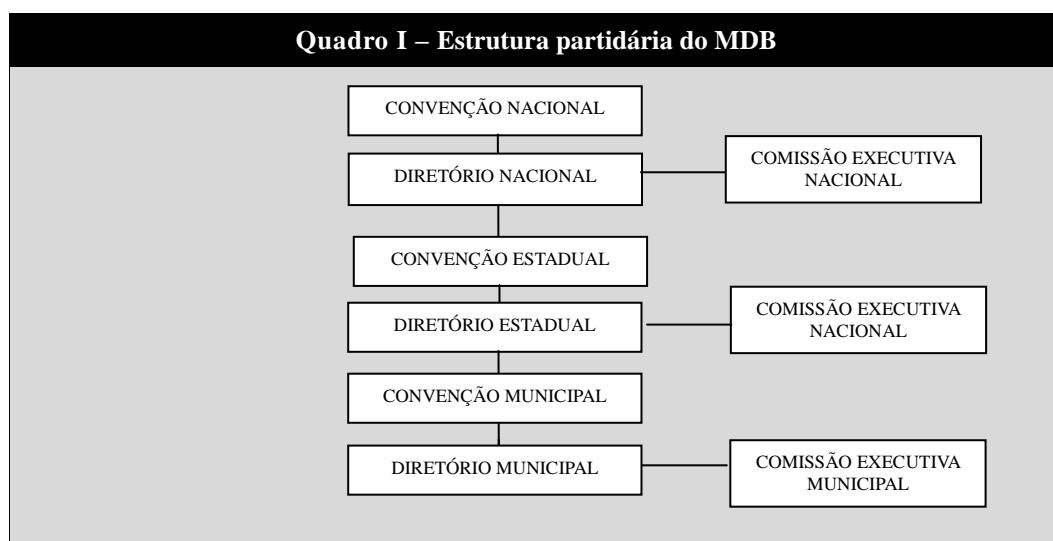
³⁴¹ MDB solicita amanhã o seu registro à Justiça Eleitoral. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 11, 10 mar. 1966.

³⁴² Não por coincidência, o primeiro presidente do MDB foi um militar, ex-combatente da FEB na Segunda Guerra Mundial, o então general da reserva e senador pelo PTB do Acre, Oscar Passos. Como relatou Maria Kinzo, a sua posição de militar influenciou os outros parlamentares emedebistas na hora da escolha da presidência do partido que se formava. A ideia era mostrar ao governo e à sociedade em geral que o MDB, embora discordasse do regime militar, não tinha qualquer prevenção ou discriminação com os militares. KINZO, op. cit. (1988), p. 234. Oscar Passos era senador pelo Acre desde 1963 e já havia assumido importantes cargos políticos, entre os quais se destacam o de governador do Acre (1941-1942), deputado federal pelo Acre na legenda do PTB (nas legislaturas 1951-1955, 1955-1959 e 1959-1963). Oscar Passos foi presidente do MDB de 1966 a 1970. Oscar abandonou a presidência do partido após não ter conseguido reeleger-se no pleito legislativo de 1970. Para maiores informações, ler: Entrevista: Oscar Passos. **VEJA**, São Paulo, n. 116, p. 3-5, 25 set. 1970.

³⁴³ Disponível em: <http://www.tse.jus.br/hotSites/registo_partidario/mdb/arquivos/fundadores.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2016.

oposicionista. Em segundo lugar, cabe observar que, embora o PTB tenha surgido como a força principal do MDB, na composição da Executiva não se percebe a presença de parlamentares diretamente ligados ao getulismo ou ao janguismo. Esta foi uma decisão deliberada para dissociar o novo partido de oposição do grupo de parlamentares identificados com o petebismo do antigo regime. Na Executiva Nacional não figuram personagens históricos do PTB, alinhados mais à esquerda, mas sim integrantes do PSD, um partido de centro, e políticos moderados do extinto PTB.

Em terceiro lugar, cabe apontar que, Pernambuco, com o número de três integrantes, todos advindos do extinto PTB, foi o Estado que obteve o maior número de representantes na Executiva Nacional do MDB. Este dado dentro do ambiente político e simbólico é extremamente representativo, pois denota a força que os três petebistas pernambucanos tinham dentro do ambiente político nacional e teriam dentro da legenda que se formava. Ademais, é importante ressaltar que a escolha desses três pernambucanos para integrarem o seletivo grupo da Executiva Nacional não adveio da quantidade de políticos pernambucanos no Diretório Nacional – que, aliás, era excessivamente baixa, apenas seis integrantes –, mas sim da própria força e expressão política dos senadores José Ermírio de Moraes e Barros e Carvalho e do deputado Oswaldo Lima Filho em todo o país.



Fonte: Adaptado de: KINZO, op. cit. (1988), p. 48.

Conforme determinava a legislação, para ser legalmente criado, um partido político deveria criar, além da Comissão Diretora Nacional (mínimo de 20 senadores e 120 deputados federais), os **Diretórios Estaduais**, em, pelo menos, metade dos Estados do país, ou seja, 11 diretórios estaduais. No entanto, como se pôde ver no Quadro, um diretório regional somente

poderia ser fundado se a agremiação tivesse formado **Diretórios Municipais**, no mínimo, em um quarto dos Municípios do Estado ³⁴⁴. As convenções estaduais e municipais seguiam a mesma lógica da nacional. Importa dizer que a legislação, à época, não permitia que a mesma pessoa fosse membro dos três diretórios: municipal, regional e nacional.

Quando do fim dos antigos partidos políticos e da filiação às novas agremiações no ano de 1965, Maria Kinzo afirmou que, em sua maioria, as escolhas dos políticos foram pautadas por puro oportunismo eleitoral. O cálculo político-eleitoral predominou sobre as “razões do coração” ou da memória histórica. Isso explicaria o grande número de políticos filiados à ARENA, o partido governista, que, certamente, teria maiores chances de vencer as eleições durante a vigência do regime militar. Para Kinzo, esse oportunismo indicaria a “[...] *falta de clareza no caráter ideológico e representativo dos antigos partidos*” ³⁴⁵.

Não restam dúvidas de que houve certo oportunismo eleitoral por parte dos políticos do antigo regime durante os critérios de escolha das novas agremiações. Mas, isso, por si só, não explica os processos individuais de escolha partidária. A realidade histórica é muito mais complexa. A nosso ver, as divergências e as disputas de redutos eleitorais, especialmente, entre os próceres udenistas e pessedistas ³⁴⁶, o posicionamento pessoal dos políticos do antigo regime em relação ao governo João Goulart, ao golpe civil-militar de 64 e, especialmente, ao regime militar também foram fatores que influíram na hora das pessoas optarem por uma legenda. O bipartidarismo instituiu uma nova moldura institucional à política nacional, contudo isso não significou a anulação da história eleitoral e partidária construída por cada político. Nas palavras de Rafael Madeira:

[...] a criação da ARENA e MDB não representa o início de um período absolutamente novo. A criação destes dois partidos não anula a história, as tradições, as rivalidades e os laços de lealdade que caracterizavam a política brasileira de então. Contudo, o que este ato traz de novo é a moldura institucional na qual este conjunto de tradições passa a atuar. Aqui, se identifica um movimento complexo em que as diferentes famílias políticas (e suas respectivas máquinas eleitorais) se ajustam a esta nova moldura

³⁴⁴ No dia 28 de junho de 1966, a ARENA e o MDB apresentaram ao TRE o registro dos Diretórios Municipais dos partidos. A ARENA pernambucana solicitou o registro de 71 Diretórios Municipais enquanto que o MDB solicitou o registro de 39 diretórios. A lista completa dos diretórios municipais pode ser encontrada em: ARENA pediu ao TRE registro de 71 diretórios no interior. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 3, 29 jun. 1966.

³⁴⁵ KINZO, op. cit. (1988), p. 32.

³⁴⁶ Um cronista político já apontava esse fato, à época: “*Repete-se a história dos antigos partidos: nas eternas lutas municipais, formava-se no PSD porque o rival era da UDN e vice-versa. Também agora: apenas trocadas as siglas...*”. Periscópio. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 16, 12 jan. 1966. Outro jornalista local comentou, à época: “*As pessoas filiadas aos dois únicos partidos existentes fizeram sua escolha na base de contingências locais; muitas vezes, municipais ou distritais*”. MARROQUIM, Murilo. Um pleito sem emoção. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 4, 15 nov. 1966.

institucional ao mesmo tempo em que esta estrutura institucional é adaptada (a sublegenda é um exemplo disso)³⁴⁷.

Para os pleitos eleitorais ocorridos até o início dos anos 1970 prevaleceram, na maioria das vezes, as relações eleitorais anteriores à instituição do bipartidarismo. Isto é, a escolha do eleitor se dava muitas vezes em razão da trajetória política de determinado candidato e não em função do partido ao qual ele estava filiado pós-65³⁴⁸. Essa questão atrapalhava, de maneira considerável, o trabalho do MDB nas áreas rurais, comandadas pelos “coronéis”, reduto eleitoral das extintas siglas UDN e PSD. A pesquisadora Lucia Grinberg indica, por exemplo, a importância de atentarmos não apenas para os partidos, mas também para as pessoas que se candidataram aos pleitos eleitorais, pois, segundo ela “[...] o voto não é orientado apenas pela legenda, mas em grande parte pelo reconhecimento do candidato pelo eleitor”³⁴⁹.

O histórico pessoal, a origem social do personagem, os seus redutos eleitorais, a abertura ou fechamento em relação ao governo João Goulart e aos sistemas político-econômicos do período, o alinhamento ideológico, o posicionamento político diante do golpe de 64 e ao regime militar são motivações, portanto, que sempre devem ser levadas em consideração ao se analisar os critérios individuais de escolha partidária.

O “saco de gatos” dos primeiros momentos do MDB tinha, entretanto, uma característica que favoreceu a continuidade do partido: era claramente um espaço dominado por políticos até então atuantes, que tiveram choque – não necessariamente ideológico, não necessariamente irreconciliável – com as forças que encabeçaram o golpe de 1964 e que, para permanecerem politicamente ativos, desejavam preservar o espaço político partidário mantido pelo novo regime, mesmo que esse espaço ainda não tivesse uma cara plenamente definida e não houvesse nenhum indício seguro de que viria a ter³⁵⁰.

Em outras palavras, as filiações às duas siglas criadas pela ditadura militar não podem ser entendidas apenas pela lógica do oportunismo eleitoral, mas também de acordo com certa “cultura política”³⁵¹ dos membros filiados, que acabou por se constituir em uma parte

³⁴⁷ MADEIRA, Rafael Machado. **Vinhos antigos em novas garrafas**: a influência de ex-arenistas e ex-emedebistas no atual multipartidarismo brasileiro. 208 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006, p. 51-52.

³⁴⁸ Ver a excelente reportagem especial sobre essa questão: A longa história da crise pernambucana. **Opinião**, Rio de Janeiro, p. 6, 14 ago. 1973.

³⁴⁹ GRINBERG, Lucia. Uma memória política sobre a Arena: dos “revolucionários de primeira hora” ao “partido do sim, senhor”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). **O golpe e a ditadura militar**: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru, SP: Edusc, 2004, p. 148.

³⁵⁰ MELHEM, op. cit. (1998), p. 129.

³⁵¹ O MDB foi o fiador da “cultura política” oposicionista na confluência entre diferentes movimentos sociais e sujeitos políticos da sociedade civil e a institucionalidade política. “cultura política”, conforme definida por

importante de identidade e de diferença entre os dois partidos. Se, não levarmos isso em consideração, partiremos do pressuposto que os políticos que criaram o MDB e a ARENA – no geral, políticos profissionais com sólidas carreiras – ingressaram nas duas legendas de maneira totalmente neutra, abandonando a sua ideologia ou a sua trajetória de vida pública, administrativa ou parlamentar.

Quando houve a instituição do bipartidarismo no país, os políticos não seguiram todos os mesmos passos e um único partido político. E isso se deve, obviamente, à ampla gradação de agremiações e de posições ideológicas existentes no sistema político da democracia de 1945-1964. Embora grande parte dos políticos profissionais do antigo regime tenha migrado para a ARENA, outra parcela (obviamente, menor) ingressou no partido opositor, o MDB.

A principal característica desses partidos foi a confluência de diferentes tendências, obrigadas pela ditadura a conviver dentro de uma mesma agremiação. Por isso, a nosso ver, pela complexidade que é a história, esses partidos não podem ser reduzidos a arquiteturas simplificadas e a polarizações definidas, entendidos pela clássica distinção do enfrentamento político entre “partido conservador” e “partido reformista”.

O caso do sistema político brasileiro durante o período da ditadura militar mostra que as relações entre o MDB e a ARENA não podem ser determinadas de maneira fácil sob a forma de um simples esquema. Para entendê-las é preciso ter em mente que esses dois conjuntos formam uma totalidade que possui, em seu interior, diversas conciliações, conflitos e contradições.

É importante também destacar que a despeito de o MDB e ARENA terem recebido lideranças das mais variadas legendas, houve certa tendência na composição dessas agremiações. A estrutura partidária da extinta UDN tornou-se a base da ARENA³⁵² e a maioria dos políticos não-cassados do PTB e do extinto PCB³⁵³ se acomodaram no MDB,

Rodrigo Patto Motta, como um “[...] conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro”. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: _____ (Org.). **Culturas políticas na história: novos estudos**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p. 9.

³⁵² “A revolução prestigiou muito a UDN. [...] todo esse pessoal, a tendência foi vir para esse movimento, depois muitos se foram. Na arena havia muitos líderes oriundos da UDN”. Depoimento de Marco Maciel, uma das principais lideranças pernambucanas da ARENA. MACIEL, Marco. In: COSTA, Célia; PANDOLFI. **Projeto Memória Viva: 14 depoimentos sobre a política pernambucana**. v. 2. Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2007, p. 491-492.

³⁵³ Algumas ricas análises sobre o PCB podem ser vistas em: PANDOLFI, Dulce. **Camaradas e Companheiros: história e memória do PCB**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, Fundação Roberto Marinho, 1995. ROCHA, Heitor Costa Lima da. **A face radical do PCB: o embate ideológico em Pernambuco (1961-**

ajudando a estruturar o partido. Ou seja, o MDB se tornou o sucedâneo natural daqueles alinhados aos antigos governos de João Goulart e de Miguel Arraes. Ao entoar-se o *Réquiem* da antiga esquerda pernambucana iniciava-se o *Te Deum* do MDB. Conforme destacamos anteriormente, essas escolhas eram resultado de fatores pessoais e de cunho ideológico e não apenas de oportunismo e de sobrevivência política³⁵⁴.

O maior debate no que concerne à montagem do bipartidarismo ocorreu entre os membros do antigo PSD, o estabilizador do sistema partidário da época. Diante do impasse, o grande partido de centro, em que conviviam, no dizer de Lúcia Hippolito, “raposas” (lideranças tradicionais, atentas às reivindicações das bases do interior) e “reformistas” (a chamada “Ala Moça”, lideranças mais jovens, voltadas para as demandas do emergente eleitorado urbano), cindiu-se³⁵⁵.

Em dezembro de 1965, as principais lideranças pernambucanas não-cassadas do PTB e da extinta “Frente Ampla” reuniram-se para a montagem do partido de oposição em Pernambuco. Jarbas Vasconcelos assim descreveu esse episódio:

Eu fui com Egídio, num dia de domingo, lá na casa de Almany Sampaio (Almany e Dorany são irmãos). E o MDB foi fundado lá, num dia de domingo, no engenho que Dorany tinha em Paudalho. Pouca gente. Muita pouca gente: Osvaldo Lima Filho, que foi quem trouxe todo o material de Brasília: o Diário Oficial, aquelas atas de instruções e tal, Andrade Lima, o escritor. No plano nacional, quem eu me lembro: Osvaldo Lima Filho e Andrade, ambos falecidos; Liberato Costa Júnior, Egídio, o professor Pinto Ferreira, que foi levado por Osvaldinho... (Osvaldinho foi que convidou o professor Pinto Ferreira) Dorany, Almany, João Ferreira Lima, Sérgio

1964). 141 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1989. SANTANA, Marco Aurélio. **Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil**. Rio de Janeiro: UNIRIO; São Paulo: Boitempo, 2001. SEGATTO, Jose Antonio. **Breve história do PCB**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981. SILVA, Francisco Teixeira da; SANTANA, Marco Aurélio. O equilibrista e a política: o “Partido da Classe Operária” (PCB) na democratização (1945-64). In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). **Nacionalismo e reformismo Radical (1945-1964)**. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

³⁵⁴ Algumas lideranças pernambucanas de esquerda do antigo regime conseguiram ingressar no MDB em seus anos iniciais. Os nomes mais conhecidos estão elencados ao longo do texto. No entanto, tais nomes, é bom que se diga, representam apenas uma amostra, uma vez que não nos foi possível dimensionar quantos e quem eram todos os integrantes da esquerda dentro do MDB. Essa dificuldade foi também descrita por Rodrigo Patto Motta, da seguinte forma: “*Em primeiro lugar, porque, nas condições de repressão vigentes então, os militantes das esquerdas revolucionárias procuravam manter a clandestinidade mais rigorosa possível. Muitos mantinham laços com grupos clandestinos, mas não tão fortes que pudessem facilitar o trabalho da polícia. Alguns parlamentares, por exemplo, foram apoiados na eleição e seguiam a linha política do Partido Comunista Brasileiro (PCB), mas não eram formalmente membros do partido. Desse modo, durante a vigência do regime militar, era difícil saber quem tinha laços orgânicos com as esquerdas no interior do MDB, mesmo porque muitos dos grupos de esquerda estavam desorganizados e fragmentados. Parte dos militantes tinha laços de afinidade ideológica com os valores das esquerdas, mas sem que isso se traduzisse em militância efetiva*”. Motta, op. cit. (2007), p. 288.

³⁵⁵ HIPPOLITO, op. cit. (1985), p. 225.

Murilo... E aí houve um almoço em Paudalho. Não tinha mais do que 30 pessoas. E antes do almoço, por volta de 11h30m, Osvaldinho – Osvaldo Lima Filho – reuniu o pessoal e disse qual era o propósito. Os partidos estavam extintos e havia duas siglas: Arena [Aliança Renovadora Nacional] e MDB. Aí fez aquele discurso dele de oposição e tal, e se fez uma lista. Não foi nem uma ata. Convidou-se o professor Pinto Ferreira, que aceitou na hora, sem titubear, a presidência do partido ³⁵⁶.

No dia 28 de janeiro de 1966, a Comissão Diretora Regional do MDB em Pernambuco foi constituída (vide Tabela VI), após uma reunião na residência do professor Luiz Pinto Ferreira (catedrático de Direito Constitucional da Faculdade de Direito do Recife) ³⁵⁷. Nessa ocasião foi discutida a ideia de se lançar um jornal próprio intitulado “O Estado de Pernambuco” – iniciativa que não foi levada adiante –, assim como se marcou a instalação oficial do Diretório Regional do MDB para o dia 24 de abril de 1966, ocasião em que seria empossada a sua Comissão Executiva (vide Figura 3) ³⁵⁸.



Figura 3 – Instalação da Comissão Diretora Regional do MDB em Pernambuco, residência de Pinto Ferreira.
Fonte: **Diário de Pernambuco**, 29 jan. 1966.

³⁵⁶ VASCONCELOS, op. cit. (2007), p. 180.

³⁵⁷ Pinto Ferreira havia sido indicado pelas principais lideranças do MDB para assumir a presidência do Diretório Regional do partido desde o final de 1965. Cf. MODEB ratificará escolha do professor Pinto Ferreira. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 6, 7 jan. 1966. A colocação de Pinto Ferreira nesse cargo foi a forma que a Executiva do MDB encontrou para contornar as fortes divergências entre os senadores José Ermírio e Barros Carvalho, que disputavam a direção da entidade. MDB em Pernambuco: três senadores, 18 prefeitos e 15 deputados estaduais. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 5, 23 dez. 1965.

³⁵⁸ MODEB formado em PE: terá jornal e Cid será bem-vindo. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 3, 29 jan. 1966.



Fig. 4 – Eleição primeira Executiva Estadual do MDB pernambucano.
Fonte: *Diário de Pernambuco*, 24 abr. 1966.

A primeira Executiva Regional do MDB pernambucano foi composta por:

- **Presidente:** professor Pinto Ferreira ³⁵⁹;
- **Vice-presidente:** senador José Ermírio de Moraes;
- **2º vice-presidente:** senador Barros Carvalho;
- **3º vice-presidente:** deputado federal João Ferreira Lima;
- **Secretário-geral:** deputado federal Oswaldo Lima Filho;
- **Tesoureiro:** deputado estadual Souto Dourado;
- **Vogais:** Andrade Lima Filho, Geraldo Pinho Alves, Luiz de Andrade Lima, Dalmo Tenório e Fernando Coelho;
- **Delegados do partido junto ao TRE:** Egídio Ferreira Lima, Marcos Freire e Dorany Sampaio ³⁶⁰ (vide Figura 4).

³⁵⁹ **Pinto Ferreira** nasceu, em Recife, em outubro de 1918. Formou-se bacharel, em 1938, em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito do Recife (atual UFPE). Em 1940, tornou-se promotor público da Comarca de Glória de Goitá, na Zona da Mata de Pernambuco. Em 1945, tornou-se professor catedrático da Faculdade de Direito do Recife. Em 1975, tornou-se membro da Academia Pernambucana de Letras. Em 1962, foi eleito suplente de senador pelo PTB na chapa de seu correligionário José Ermírio de Moraes. Luiz Pinto Ferreira assumiu o mandato de senador em janeiro de 1963, quando José Ermírio de Moraes se afastou do cargo para assumir o Ministério da Agricultura. Permaneceu no cargo até junho de 1963. Participou da fundação do MDB em Pernambuco, tornando-se presidente estadual da legenda em março de 1966 – ocupou o cargo até 1975, quando foi substituído por Jarbas Vasconcelos, então secretário-geral. Recebeu o título de Professor Emérito da UFPE, em junho de 1999. Faleceu no Recife, em abril de 2009. Informação nº 150/115/ARE/79, 30 mar. 1979. SNI, Agência Recife (Atualização das atividades de elementos atingidos pelos Atos Institucionais 1, 2 e 5). Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: ARE_ACE_263_79, p. 2-16. **Prontuário Funcional n. 19372-B**. Acervo DOPS/APEJE. Fundo SSP n. 12974.

³⁶⁰ MDB elegeu dirigentes. *Diário de Pernambuco*, Recife, p. 8, 24 abr. 1966.

Em Pernambuco, o MDB foi feito, de uma maneira geral, na base de lideranças da comunidade e parlamentares federais e estaduais. Ou seja, integraram no MDB, em sua primeira fase, membros da intelectualidade local, políticos do PTB e do PSB, parte do PSD, e alguns personagens do PCB que ainda não haviam sido cassados pela repressão ³⁶¹. Os políticos fundadores do MDB pernambucano – que dominaram a cúpula da legenda até meados de 1974 e tentaram impor seu estilo “moderado” às práticas e discursos da agremiação – desenvolveram uma razoável carreira política no sistema anterior a 1965, ligando suas trajetórias e redes políticas às dos partidos criados pós-1945, em sua grande maioria, o PTB e o PSD. Como se pode conferir na Tabela VI, no Estado de Pernambuco, 88 pessoas assinaram o documento de fundação do diretório estadual do MDB e fizeram parte da primeira Comissão Diretora Estadual.

Tabela VI – 1ª Comissão Diretora Estadual do MDB – secção Pernambuco (1966)	
Nomes	Indicação para participação no Diretório
Agide Maranhão de Oliveira	Indicado pelo senador F. Pessoa de Queiroz
Almany de Sá Barreto Sampaio	Deputado estadual
Amaro Quintas	Ex-PSB
Andrade Lima Filho	Deputado federal
Antônio Baltar	Suplente de senador
Antonio Cavalcanti Neves	Deputado estadual
Antonio da Silva Neves	Indicado pelo deputado federal Andrade Lima
Antônio Fernandes da Silva	Indicado pelo deputado federal Oswaldo Lima
Antônio Nelson Miranda Carvalho	
Barros Carvalho	Senador
Caio Costa Lima	Indicado pelo professor Pinto Ferreira
Celso Rodrigues	Diretório de Caruaru
Cícero Pacheco Silva	Representante dos trabalhadores rurais
Clodomir Leite	Deputado federal
Clóvis Jatobá Costa Lima	Indicado pelo deputado federal Oswaldo Lima
Cristóvão Ricardo Cavalcanti Buarque	Estudante da Faculdade de Engenharia do Recife
Dalmo Tenório de Cerqueira	Representante dos trabalhadores urbanos em minérios
Dídimo Gonçalves Guerra	Diretório de Surubim
Domício José Rodolfo	
Dorany Sampaio	Indicado pelo deputado Almany Sampaio

³⁶¹ “O PCB manteve sua estrutura clandestina em funcionamento, mas orientou a maior parte de seus militantes para a atividade legal dentro do MDB, partido a que deveriam filiar-se e ajudar a construir”. Contudo, é importante ressaltar, que “O PCB que aderiu ao MDB estava enfraquecido e, além disso, não podia entrar em peso no partido, pois os quadros comunistas mais conhecidos e experientes estavam ‘queimados’ por serem facilmente identificados pelos órgãos de repressão. Dezenas de militantes comunistas foram cassados e/ou impedidos de candidatar-se a vagas parlamentares pela legenda do MDB entre 1966 e 1978, forçando o PCB a filiar no partido apenas quadros mais jovens”. MOTTA, op. cit. (2007), p. 291-292.

Egídio Ferreira Lima	Diretório do Recife
Elísio Lacerda Rêgo	
Elísio Lopes de Almeida	
Elísio Soares Falcão	
Eugênio Pereira de Melo	Indicado pelo deputado federal Andrade Lima
F. Pessoa de Queiroz	Senador
Fernando Augusto de Mendonça Filho	Diretório do Recife
Fernando de Vasconcellos Coelho	Diretório do Recife
Francisco de Assis Pedrosa	Indicado pelo deputado federal Oswaldo Lima
Francisco Lucas da Silva	
Genival Matias de Oliveira	
Geraldo Pinho Alves	Deputado estadual
Germano Coelho	
Heleno Vieira Torres	Indicado pelo deputado federal Clodomir Leite
Hélio Mariano da Silva	Indicado pelo senador José Ermírio
Helio Seixas	
Hernani Veras de Almeida	Indicado pelo deputado Souto Dourado
Hersilio de Souza Canto	
Inaldo Ivo Lima	Deputado estadual
João Batista de Sousa	
João Ferreira Lima	Deputado estadual
João Negromonte Filho	Indicado pelo deputado Ferreira Lima Filho
João Pereira da Silva	Indicado pelo deputado federal Andrade Lima
Joaquim da Silva Costa	Indicado pelo deputado Lívio Valença
Jonas Ferreira Lima	Indicado pelo senador Barros Carvalho
Jorge Feliciano de Albuquerque	Indicado pelo senador Barros Carvalho
Jorge José de Araújo Pereira	Indicado pelo deputado Ferreira Lima Filho
José Carneiro Siqueira	Diretório de Palmares
José Costa Rêgo	Diretório do Recife
José Emídio Fernandes	Indicado pelo senador José Ermírio
José Ermírio de Moraes	Senador
José Feliciano de Barros Neto	
José Gomes de Sá	Diretório do Recife
José Heleno da Veiga Seixas	
José Marcionilo Barros Lins Filho	Diretório do Recife
José Portela de Macedo	Diretório do Recife
Josesito Moura do Amaral Padilha	Deputado estadual
Liberato Costa Junior	
Liberato Xavier da Cunha	
Lívio de Souza Valença	Deputado estadual
Luciano Dourado Matos	Estudante da Faculdade de Direito do Recife
Lúcio Fernando Monteiro Pereira	
Luis de Andrade Lima	Deputado estadual
Luiz de França da Costa Lima	Indicado pelo deputado Otávio Correia de Araujo
Luiz Gonzaga Campos	
Pinto Ferreira	Suplente de senador
Souto Dourado	Deputado estadual

Luiz Xavier de Paiva	
Lupércio Borba Pereira Lima	
Manuel Barbosa de Miranda	
Marcos Freire	
Mario Menezes	Diretório de Caruaru
Mário Monteiro de Melo	Deputado estadual
Maurílio Ferreira Lima	Diretório de Limoeiro
Mauro Maymone de Barros	
Miguel Mendonça de Melo	Diretório de Barreiros
Nélio Cruz	
Newton Gouveia Cardoso de Moraes	Ex-PSB
Nicanor Tolentino Leite	Diretório do Recife
Noé Rufino Alves	
Octávio Corrêa de Araújo	Deputado estadual
Oswaldo Lima Filho	Deputado federal
Otávio Gonçalo da Silva	
Pedro Augusto Miranda	
Rui Belfort	Estudante da Faculdade de Agronomia
Severino Rodrigues de Freitas	
Waldemar Borges Rodrigues Filho	Indicado pelo deputado federal Oswaldo Lima
Wilde Neiva	

Fonte: Tabela elaborada pelo autor ³⁶².

São perceptíveis nessa lista, as variadas linhas político-ideológicas das pessoas que formaram o MDB pernambucano. Perceber-se-á claramente a presença de membros (velados) do extinto PCB ³⁶³, de ex-integrantes da Frente do Recife, de intelectuais e profissionais liberais pernambucanos mais à esquerda, de ex-secretários e assistentes de Miguel Arraes e Pelópidas Silveira, e, principalmente, de líderes do extinto PTB do presidente João Goulart que ainda não haviam sido cassados pela repressão ³⁶⁴.

Em relação à composição da agremiação local, é importante também lembrar que, se a maior parte das pessoas que ingressou no MDB pernambucano foi motivada pela intenção de

³⁶² A partir do cruzamento de dados coletados em: ABREU, op. cit. (2001). TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). Disponível em: <http://www.tse.jus.br/hotSites/registro_partidario/mdb/arquivos/Comissao_Diretora_Nacional.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2016. MODEB formado em PE: terá jornal e Cid será bem-vindo. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 3, 29 jan. 1966.

³⁶³ Como se verá mais detalhadamente à frente, durante a ditadura militar, o PCB atuou na clandestinidade. Mas isso não impediu sua militância de se integrar à luta institucional contra o regime de exceção.

³⁶⁴ Em Pernambuco, assim como em diversos outros estados da federação, o extinto PTB despontou como a principal força na formação do MDB. É importante lembrar que Pernambuco foi o estado que obteve o maior número de representantes (no total, três) na Executiva Nacional do MDB. A presença dos petebistas do antigo regime na formação do MDB em Pernambuco foi tamanha que o ex-deputado federal emedebista, Fernando Lyra, chegou a afirmar que o MDB pernambucano “[...] *foi uma espécie de reconstrução do PTB, com nova mensagem e nova imagem*”. Citado em: SILVEIRA, op. cit. (2001), p. 117, grifo nosso.

fazer uma oposição à ditadura, houve aqueles também que, em virtude de antigas rivalidades locais, tinham ido para essa legenda por falta de espaço político na ARENA (composta, em sua maioria, por integrantes da UDN e do PSD) ou unicamente para fazer oposição aos seus arquiinimigos que haviam se apressado em se filiar ao partido governista ³⁶⁵.

Os 3 senadores pernambucanos que estavam no exercício do mandato no ano 1965, durante a formação do bipartidarismo, ingressaram no MDB estadual. Foram eles: Barros Carvalho, Pessoa de Queiroz e José Ermírio de Moraes. Na Câmara Federal, dos 24 deputados federais em exercício, 21 resolveram aderir à ARENA e apenas 3 se filiaram ao MDB. Foram eles: Oswaldo Lima Filho, Clodomir Leite e Andrade Lima Filho. Nas palavras de Armando Monteiro Filho:

Todas as grandes lideranças do PSD e da UDN entraram para a Arena. Não tem uma figura expressiva que tenha ficado no MDB, não. Eu fiquei, Oswaldo Lima Filho, que foi ministro da Agricultura do Jango, ficou. [...] Ficamos no MDB eu, Oswaldo Lima e uns gatos pingados, uns quatros ou cinco. Aí, surgiu essa geração nova: Egídio [Ferreira Lima], Jarbas [Vasconcelos], Cristina Tavares. Esse MDB surgiu das cinzas, partindo do zero. Não tinha deputado, não tinha prefeito, não tinha ninguém. E o partido foi muito forte aqui, muito forte ³⁶⁶.

Na ALEPE, dos 65 deputados, o MDB conseguiu a filiação de apenas 11 deputados. Foram eles: Almany Sampaio; Geraldo Pinho Alves; Inácio Valadares; Inaldo Ivo Lima; João Ferreira Lima Filho; Lívio Valença; Luiz de Andrade Lima; Luiz de Oliveira Neves; Souto Dourado; Mário Monteiro; Olímpio Mendonça; Antonio Neves; Josesito Padilha ³⁶⁷; Otávio Correia de Araújo.

³⁶⁵ Nas palavras de Fernando Coelho, em entrevista a este autor, fazendo uma análise sobre a presença do empresário F. Pessoa de Queiroz no MDB: “*Ele estava no MDB apenas cumprindo tarefa para a ditadura*”. Esse fato também foi ressaltado por Palhares Reis: “[...] *Dr. Pessoa de Queiroz integrou a legenda oposicionista porque, sendo um indivíduo suprapartidário, poderia se colocar insuspeitadamente na agremiação oposicionista nascente [o MDB], o que teria ocorrido por solicitação do Presidente Castello Branco, permitindo assim o surgimento da entidade. Não fora ele, talvez o MDB não tivesse conseguido os 20 senadores exigidos pela AC-4/65, para ter inscrição no TSE como ‘organização com funções de partido político’*”. REIS, op. cit. (1986), p. 144. No depoimento de Maurílio Ferreira: “*Pra sorte do Castelo Branco, o senador de Pernambuco, Pessoa de Queiroz, estava precisando, ou estava querendo, pretendendo montar uma televisão na Bahia; então, trocou a assinatura dele, na concessão de um canal de televisão na Bahia e, com isso, nasceu o MDB, com essa assinatura gloriosa do senador de Pernambuco, através dessa atitude cívica dele de formar a oposição*”. LIMA, op. cit. (1985), p. 56.

³⁶⁶ FILHO, op. cit. (2007), p. 122, 136.

³⁶⁷ Informação nº 150/115/ARE/79, 30 mar. 1979. SNI, Agência Recife (Atualização das atividades de elementos atingidos pelos Atos Institucionais 1, 2 e 5). Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: ARE_ACE_263_79, p. 2-16. **Prontuário Funcional n. 23482**. Acervo DOPS/APEJE. Fundo SSP n. 17404.

Em março de 1966, o MDB aprovou o seu Estatuto. Era um documento de 18 páginas que continha 55 artigos versando sobre as mais variadas questões internas do partido, como, por exemplo, a administração, patrimônio e contabilidade da agremiação, das atribuições das convenções e diretórios, das sublegendas. De todo o conjunto de artigos, aqui, importa considerar o artigo 3, que tratava do objetivo da agremiação. Em poucas linhas, o artigo fazia uma nítida crítica ao regime de intimidação e, conseqüentemente, ditatorial, e uma defesa às ideias libertárias e democráticas do partido. “*O MDB, certo de que o poder só é legítimo quando emana do povo e em seu nome é exercido, usará dos direitos de ação política na defesa dos objetivos definidos no programa com que se apresenta perante a opinião pública e que vai transcrito no final deste documento*”³⁶⁸.

Comentaristas políticos, à época, afirmavam que não havia diferenças significativas entre os programas de governo lançados pela ARENA e pelo MDB³⁶⁹. No geral, a tônica das duas agremiações era a “defesa da democracia”. O MDB era acusado, por tais analistas, de ter um programa moderado demais; enquanto a ARENA de ter um programa progressista demais.

À primeira vista ou em uma leitura superficial dos dois programas percebem-se muitas semelhanças entre ambos os projetos. No entanto, havia uma questão por trás, de extrema importância, que não foi levada em consideração por tais analistas. O programa do MDB, ao olhar contemporâneo, era moderado, de fato. Porém, isso deve ser interpretado como uma tática de sobrevivência do próprio partido. É preciso que se entenda que, diante da conjuntura política da época, era o programa possível e não o ideal. Tendo em isso em mente percebe-se que, naquelas circunstâncias, o programa emedebista era bastante avançado para o período. Tocava em pontos sensíveis que a ditadura queria, a todo custo, escamotear.

O programa da ARENA, por outro lado, embora bastante parecido com o do MDB, tinha um aspecto subjetivo/escondido completamente diferente da legenda oposicionista. Era um projeto realmente avançado para um partido da situação, mas que, no geral, não passava de palavras escritas, muitas vezes colocadas no programa da legenda com o objetivo simplesmente de angariar votos³⁷⁰. O Estado Democrático de Direito estava no plano escrito

³⁶⁸ MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. Estatuto. 14 mar. 1966. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/hotSites/registro_partidario/mdb/arquivos/estatutos.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2016.

³⁶⁹ “*A verdade, porém, é que os atuais partidos têm programas cinzentos, iguais, defendendo platitudes. São todos a favor da democracia, da melhor distribuição de renda, da participação social... Ora... Trocando as capas, misturando-se as páginas, fica tudo a mesma coisa. É que, no fundo, os programas não são pra valer. Não representam a cristalização de uma luta de ideias*”. SALLES, Mauro. Os novos partidos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 ago. 1978, p. 5.

³⁷⁰ O deputado federal Andrade Lima Filho (MDB-PE) apontou essa questão em seu discurso na tribuna da Câmara em 1967. “Os candidatos da ARENA/PE não querem aparecer como governistas; estão roubando temas do MDB; combatem as teses do governo, para efeitos eleitorais, nas praças públicas, no rádio e na TV, pois

do partido, mas muito pouco buscado em termos práticos. A democracia pregada por grande parte dos arenistas era um arremedo de democracia, ou seja, uma democracia para inglês ver. Era uma estratégia político-eleitoral da legenda – na definição de Caio Navarro de Toledo, de que no Brasil, de maneira curiosa e muitas vezes demagoga, “*todos se afirmam amigos ou amantes da democracia*”³⁷¹. Não por razão diferente, passado o regime ditatorial, todos, que apoiaram o golpe civil-militar de 1964 e o Estado de exceção, transverteram-se em democratas, como bem disse o jornalista Clóvis Rossi: “*No Brasil, eu precisaria de umas 50 colunas iguais a esta para listar todos os que estavam com o governo, no regime militar, e continuam com o governo, na democracia*”³⁷².

No mesmo dia em que foi lançado o Estatuto do MDB também foi aprovado pelo partido outro documento, intitulado “Objetivos”, desdobrando o artigo 3 do estatuto supracitado³⁷³. Na verdade, tratava-se de um documento de 3 páginas com 15 objetivos secundários derivados do artigo 3, cuja função era estabelecer a declaração do partido e os objetivos específicos a serem perseguidos pela organização durante o seu tempo de existência. O programa de governo do MDB aprovado foi o seguinte:

Fortalecimento da democracia representativa e da Federação, sob a forma republicana de governo, baseada no respeito:

- à soberania popular, manifestada através do voto direto, universal e secreto;
- à pluralidade dos partidos políticos;
- à autonomia dos Estados e a justa distribuição de rendas públicas, de modo a revigorá-los e a dar aos municípios condições plenas para a realização das tarefas que lhe incumbem;
- à harmonia e independência dos poderes.

Defesa da ordem jurídica e dos direitos e garantias individuais inscritos na Constituição e consagradas na Declaração Universal dos Direitos do Homem, promulgada pela organização das Nações Unidas.

Prioridade para uma política educacional que vise ao aperfeiçoamento da pessoa humana, conduza à erradicação do analfabetismo e propicie a todos os proveitos da instrução.

Liberdade de pensamento e de cátedra, modernização do ensino universitário, estímulo efetivo à pesquisa científica e tecnológica e amparo a todas as formas de manifestação da cultura, da ciência e das artes.

ninguém quer elogiar o governo, que está sozinho”. **Ata da 48ª Sessão do Conselho de Segurança Nacional**, de 29 de abril de 1969. Documento Confidencial. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: BR DFANBSB,XX N8.0.ATA.5/3, p. 9.

³⁷¹ TOLEDO, Cláudio Navarro. Uma infausta data: 46 anos depois. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 107, abr. 2010, p. 139.

³⁷² ROSSI, Clóvis. Memória e olvido. **Folha de S. Paulo**, 29 nov. 1998.

³⁷³ MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. Objetivos. 14 mar. 1966. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/hotSites/registro_partidario/mdb/arquivos/objetivos.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2016.

Realização de reformas estruturais que assegurem a integração de todas as classes sociais, especialmente da juventude, dos trabalhadores e dos intelectuais, no processo político brasileiro, que contribuam para o aprimoramento da prática do regime democrático e possibilitem a elevação do nível econômico e cultural dos brasileiros.

Promoção do desenvolvimento do País dentro de uma ordem econômica que, conciliando a liberdade de iniciativa com a valorização do trabalho humano, assegure a todos oportunidade de fruir seus benefícios e torne viável a prática da verdadeira e efetiva justiça social.

Eliminação dos desequilíbrios acentuados entre as diversas áreas do país, através de medidas que incluam e ampliem os planos regionais de desenvolvimento.

Política de reforma agrária que realmente condicione o uso da propriedade ao bem-estar social, promova o acesso ao domínio da terra e estenda aos trabalhadores do campo o gozo dos direitos assegurados na Legislação do Trabalho e da Previdência Social.

Medidas efetivas de combate à alta do custo de vida e de repressão, a todas as formas de abuso ao poder econômico.

Preservação da política estatal do petróleo, controle e aproveitamento das riquezas minerais e energéticas, no interesse do País.

Manutenção e aperfeiçoamento da Legislação do Trabalho e da Previdência Social, exercício do direito de greve e autonomia dos sindicatos.

Política administrativa fundada no planejamento da ação governamental e nos modernos recursos da ciência e da tecnologia, bem como na descentralização dos serviços, na prática do sistema do mérito e na exata aplicação dos dinheiros públicos.

Intensificação do combate às endemias rurais e realização de obras primárias de higiene na cidade e no campo.

Plano realístico de habitação que proporcione às classes menos favorecidas o mínimo de conforto compatível com a dignidade humana.

Política externa de afirmação nacional, de preservação da paz e de aproximação com todos os povos, especialmente com a América Latina e os países em desenvolvimento, para defesa de interesses comuns³⁷⁴.

Como se pode perceber pelos tópicos mencionados, embora o MDB agregasse políticos de nítido histórico conservador, o programa da legenda era avançado socialmente em várias questões. Faziam parte do projeto do MDB para o país, entre outras coisas, o retorno ao Estado Democrático de Direito, fundado no respeito aos direitos fundamentais, o investimento em educação, as medidas econômicas nacionalistas voltadas às classes sociais mais baixas, a reforma agrária, o aperfeiçoamento da legislação trabalhista e previdenciária, a criação de uma gestão ágil e consciente do erário, uma política externa independente e diplomática.

Além do perfil oposicionista que condicionou a própria fundação do partido, Maria Kinzo argumentou que esse manifesto da legenda mais ligado às questões sociais e de liberdades democráticas também somente foi possível porque havia um sentimento claro (mas não confesso) no interior da cúpula emedebista sobre as poucas chances eleitorais do partido

³⁷⁴ Oposição aprova o programa de seu Partido e escolhe direção. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 7, 3 dez. 1965.

e, conseqüentemente, de aplicação de sua própria plataforma política. Por isso, segundo a pesquisadora, o MDB poderia arriscar-se em um programa mais ousado, sustentar posições bastante avançadas para uma agremiação que mais parecia uma frente ampla de oposição, integrando pessoas heterogêneas e um número significativo de políticos conservadores do antigo regime. Como bem resumiu a autora: “[...] o fato de que o MDB estava longe de ter chances de chegar ao poder permitia que ele assumisse a defesa de princípios e diretrizes que, se postos em prática, colidiriam com o interesse de vários grupos dentro do partido”³⁷⁵.

3.3.2 A formação da ARENA

Em 31 de março de 1966, no segundo aniversário da “Revolução de 64”, o partido governista, a ARENA, foi finalmente instalado. Fundado com o propósito de garantir o apoio parlamentar aos governos constituídos a partir do movimento político de 1964, esse partido também enfrentou graves dificuldades para poder realizar a sua formação³⁷⁶. Diferente da legenda oposicionista, o principal entrave da agremiação situacionista não era a falta de parlamentares, mas o oposto; ou seja, o número excessivo de líderes dispostos a ingressar no atraente partido da “Revolução”³⁷⁷. Lúcia Klein identifica a ARENA com uma “[...] gigantesca máquina, disforme e desestruturada, [pois] mais do que um partido, a ARENA era, na realidade, um agregado de correntes políticas”³⁷⁸.

Segundo o jornalista Carlos Castello Branco, não havia vetos ao ingresso de deputados e senadores à ARENA, mas apenas uma exigência de “fidelidade” (leia-se: submissão) às decisões políticas emanadas do Executivo. Quem não estivesse disposto a ser “fiel” ao governo, que não se filiasse, pois o partido puniria com a expulsão ou a cassação os que

³⁷⁵ KINZO, op. cit. (1988), p. 64.

³⁷⁶ Ver: Problemas regionais dificultam criação do partido governista. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 10, 8 dez. 1965.

³⁷⁷ Sobre esse inchaço inicial da ARENA, o jornalista Carlos Castello Branco escreveu, à época, em sua coluna diária: “O Sr. Paulo Sarasate [deputado federal pelo Ceará] dizia ontem ao Sr. Martins Rodrigues que estão invadindo a ARENA. É preciso pôr um paradeiro nisso. Você não tem lugar pra mim na Oposição?”. E, depois, para o Sr. Paes de Andrade: ‘Ainda agora havia um turco forçando a porta e tive de dar uns gritos para afugentá-lo’. Espalha-se, aliás, em Brasília a impressão de que será feito um expurgo na ‘lista de postulantes’, avançando-se que a Deputada Ivete Vargas foi aconselhada a não insistir, contendo-se mesmo nos limites da Oposição”. BRANCO, op. cit. (1977), p. 380. Originalmente publicado em: Coluna do Castello. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 3, 9 dez. 1965.

³⁷⁸ KLEIN, Lúcia. Brasil pós-64: a nova ordem legal e a redefinição das bases de legitimidade. In: _____; FIGUEIREDO, Marcus. **Legitimidade e coação no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1978, p. 82.

votassem contra as suas recomendações³⁷⁹. Obviamente que o inchaço do partido governista levava os militares à seguinte questão: como reunir dentro de um mesmo partido diversas tendências de base regional e local que, historicamente, eram adversários de longos tempos, velhos inimigos, desafetos jurados?³⁸⁰.

De fato, era antiga a ideia de criar-se um partido da Revolução. Não surgira, porém, a oportunidade, pois nenhum grupo abria mão da supremacia da nova organização. Graças a isso, as tentativas haviam falhado, e a ideia andara de um lado para outro, sem encontrar terreno onde deitar raízes. Tudo era superficial e, portanto, passageiro³⁸¹.

Inicialmente, o encarregado de negociar com as lideranças do PSD e da UDN a formação da ARENA foi o ministro da Justiça, Juracy Magalhães. Este estava no cargo desde outubro de 1965, quando substituiu o senador liberal Milton Campos (UDN – MG), que vinha tendo discordâncias com o presidente Castelo Branco com relação às medidas impostas pelo AI-2 e também pelos rumos persecutórios e draconianos que o regime vinha tomando. No entanto, apesar do *lobby* presidencial e das inúmeras tentativas de acordo, o ministro Juracy Magalhães não conseguiu conciliar os adversários políticos, especialmente os líderes regionais da UDN e do PSD, dentro da ARENA.

Uma vez que o Ato Complementar nº 4 obrigava a formação das novas agremiações políticas até o dia 5 de janeiro de 1966 e o principal articulador político do governo não vinha obtendo sucesso nas negociações, o próprio presidente Castelo adotou duas medidas para ajudar a constituir o partido governista: a primeira foi a prorrogação do prazo para a criação das organizações por mais dois meses e a substituição, em janeiro de 1966, do ministro da Justiça. No lugar de Juracy Magalhães (que foi nomeado para assumir o Itamaraty) foi empossado o experiente senador Mem de Sá (PL-RS)³⁸², com a difícil missão de reunir as diversas tendências políticas de base regional e local dentro da ARENA e colaborar na

³⁷⁹ BRANCO, op. cit. (1977), p. 377. Originalmente publicado em: Coluna do Castello. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 3, 4 dez. 1965.

³⁸⁰ Em sua pesquisa, o cientista político Rafael Madeira faz uma discussão interessante sobre o contraditório processo de “divisão” e “coesão” interna da ARENA. A discussão trazida pelo autor foi se devido às várias clivagens partidárias o partido governista se constituiria em “ARENA” ou “ARENAs”. Para um melhor aprofundamento dessa questão, ver: MADEIRA, Rafael Machado. **ARENA ou ARENAs? A coesão partidária da legenda do regime em três estados brasileiros**. 241 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

³⁸¹ VIANA FILHO, op. cit. (1975), p. 290.

³⁸² Permaneceu no cargo até junho de 1966, quando foi substituído por Luís Viana Filho, então chefe da Casa Civil.

escolha dos nomes a serem indicados para os governos estaduais, como se vê em seu depoimento a seguir:

Castelo explicou-me que procurava um ministro da Justiça para duas tarefas imediatas e muito delicadas. Seria a primeira a organização da Aliança Renovadora Nacional; estava a outra em auxiliá-lo nas diligências para a escolha dos governadores a serem eleitos naquele ano. A dificuldade estava em harmonizar os antigos partidários do PSD com os da UDN. No entanto, a constituição da Arena impunha que se reunissem, em pé de igualdade, como companheiros políticos, os irreconciliáveis de ontem. Teriam de conviver intimamente, desde logo, nos órgãos de direção que o ministro da Justiça precisaria implantar. Tanto para esta missão, como, depois, para a segunda – a seleção dos candidatos dos governos estaduais – não convinha o Dr. Pedro Aleixo, não obstante os seus altíssimos atributos, apenas porque encontraria forte prevenção de parte dos pessedistas, devido à sua marcante atuação de líder da UDN. Era preciso alguém que fosse bem recebido pelos dois velhos partidos ³⁸³.

Segundo o relato do então ministro Luís Viana Filho, o Estado de Pernambuco, por exemplo, era um dos locais onde mais havia as maiores dificuldades para a montagem da ARENA ³⁸⁴, devido às antigas e acirradas disputas político-eleitorais entre udenistas e pessedistas: “*Pernambuco era dos estados de política mais dividida e extremada*” ³⁸⁵. Como vimos na primeira parte deste capítulo, a respeito dessa disputa regional, é importante ressaltar que, em Pernambuco, a radicalização ideológica entre o governo e a oposição foi um traço marcante durante o interregno democrático de 1945 a 1964 ³⁸⁶.

Ao contrário de outros Estados como São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro onde o pluripartidarismo do tipo moderado, com a presença de 4 ou 5 partidos competitivos, apresentava-se mais claramente, Pernambuco era dotado de uma tradição política bipolar. Havia, em Pernambuco, durante o interregno democrático, um padrão político bipartidário e

³⁸³ SÁ, Mem de. **Tempo de lembrar**: memórias. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981, p. 230.

³⁸⁴ Apesar das inúmeras divergências internas, a ARENA pernambucana conseguiu registrar-se no prazo previsto pela legislação vigente. O Gabinete Executivo Regional ficou assim constituído: presidente: Mons. Alfredo Arruda Câmara; vice-presidente: Costa Cavalcanti; 2º vice-presidente: Airon Rios; 3º vice-presidente: Aurino Valois; secretário-geral: Fábio Corrêa; vogais: Arnaldo Assunção, Antônio Correa, Audomar Ferraz, Silvio Pessoa, Walfredo de Siqueira. PERNAMBUCO. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**, Diário da Justiça, n. 90, p. 1162, 24 abr. 1966.

³⁸⁵ VIANA FILHO, op. cit. (1975), p. 407.

³⁸⁶ Apesar da existência de alguns pequenos partidos que conseguiram lançar certas candidaturas, basicamente, a bipolaridade político-eleitoral em Pernambuco se dava entre o PSD e a UDN, que tinham, no entender do cientista político Palhares Moreira Reis, como elemento comum o fato de os seus chefes políticos pertencerem à mesma oligarquia e como elemento diferenciador alguma posição de ordem pessoal ou posições de parentesco ou compadrio. REIS, Palhares Moreira. Período autocrático: ARENA x MDB em Pernambuco, 1966-1978. In: LAVEREDA, Antônio; SÁ, Constança (Orgs.). **Poder e voto**: luta política em Pernambuco. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1986, p. 135.

um comportamento eleitoral marcado por uma clivagem ideológica. Esse perfil bipartidário continuou durante o regime militar e se estendeu até mesmo após o fim da ditadura ³⁸⁷.

As dificuldades para a formação da ARENA se arrastaram por um longo período e somente se encerraram após um acordo em que o ministro da Justiça, Mem de Sá, assegurou a importantes lideranças políticas do antigo regime a permanência da aceitação do registro de candidatos em “sublegendas” para as eleições diretas a serem realizadas em 1966 (senadores, deputados federais e estaduais), conforme expunha o art. 9º do já comentado AC-4/65 ³⁸⁸. O ministro Mem de Sá assim resumiu o teor dessa decisiva reunião:

Como em toda reunião numerosa [...], aquela foi agitada e confusa. O caso mais difícil que se deparava ao Governo e ao partido que lhe ia dar amparo, era o da conciliação dos interesses eleitorais e partidários entre remanescentes das agremiações, adversários ferrenhos até à véspera, e agora forçosamente reunidos, sobretudo entre os ex-pessedistas, os ex-udenistas e até numerosos ex-trabalhistas. [...] dei-me a defender, como fórmula salvadora – e, a meu ver, única possível – a da instituição do sistema de sublegendas, seguindo o exemplo que tantos frutos há um século dava no Uruguai ³⁸⁹.

Os líderes da UDN pernambucana lutaram pela instituição da fórmula das sublegendas no sistema político da ditadura com o objetivo de se distanciar dos pessedistas, seus antigos inimigos eleitorais, que, força das circunstâncias, estavam aglutinados numa mesma legenda, a ARENA ³⁹⁰. As sublegendas eram um mecanismo eleitoral pelo qual se permitia a formação de grupos adversários dentro de um mesmo partido para concorrer às eleições locais. Nesse engenhoso sistema, que funcionou durante todo o regime militar, sairia vencedor de uma disputa eleitoral, o partido que obtivesse o maior número de votos na soma geral das

³⁸⁷ O trabalho de Roberto Ramos Santos mostra, por exemplo, que, terminado o regime militar, apesar de todas as modificações que ocorreram na história política brasileira, a ideia do confronto bipartidário persistiu polarizando as eleições ao governador de Pernambuco, a exemplo dos confrontos entre Miguel Arraes (PMDB) e José Múcio (PFL) em 1986, Jarbas Vasconcelos (PMDB) e Joaquim Francisco (PFL) em 1990, Miguel Arraes (PSB) e Gustavo Krause (PFL) em 1994, Miguel Arraes (PSB) e Jarbas Vasconcelos (PMDB) em 1998, Humberto Costa (PT) e Jarbas Vasconcelos (PMDB) em 2002, assim como podemos estender aos embates mais recentes. SANTOS, Roberto Ramos. **A Face de um Partido: base política e comportamento eleitoral do PFL de Pernambuco (1985-2001)**. 2002. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas São Paulo: Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

³⁸⁸ O art. 9 do AC-4/65 dispunha “*Para as eleições diretas a serem realizadas em 1966, poderá ser admitido o registro de candidatos em sub-legendas, na conformidade do que dispuser o documento constitutivo de cada organização*”. A legislação deixava a critério de cada partido criar quantas sublegendas achasse necessário. O Estatuto do MDB, de março de 1966, artigo 20, definiu que o partido poderia concorrer em até três listas de candidatos, sendo uma pela legenda e as demais em sublegendas.

³⁸⁹ Citado em VIANA FILHO, op. cit. (1975), p. 371.

³⁹⁰ Desmentida a pacificação política para formar ARENA anunciada por Paulo Guerra. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 12, 23 jan. 1966.

sublegendas. Ou seja, somavam-se os votos dados às sublegendas e a totalidade dos votos era atribuída ao candidato mais votado.

[...] o sentido das sublegendas para os políticos da Arena: eles eram uma forma de expressão dos partidos extintos e da própria viabilidade da Arena. As sublegendas permitiam às lideranças políticas, muitas vezes adversárias partidárias durante o regime de 1945-1964, reunidas em um só partido a partir de 1965, continuarem disputando os cargos eleitorais entre si ³⁹¹.

Como se pode perceber, nas sublegendas, não ganharia o candidato que conquistasse individualmente o maior número de votos (o candidato mais votado), mas sim o candidato mais votado do partido que aglutinasse o maior número de votos dos candidatos da mesma agremiação. Nas palavras de Fernando Coelho:

Em matéria de casuísmos eleitorais a ditadura ultrapassou o que a imaginação mais fértil poderia imaginar. Foi além, até o ponto de conseguir inverter os resultados das eleições. Ganhava, mesmo perdendo. Por um passe de mágica, através das sublegendas transformava derrotas em vitórias. Insucessos em triunfos. Com menos votos que a oposição, conseguia, não obstante eleger seus candidatos e manter a maioria dos senadores e deputados nas duas Casas do Congresso ³⁹².

Na prática, o sistema de sublegendas beneficiava a ARENA, dando estruturação aos seus interesses políticos, à medida que impedia o MDB de se beneficiar das inúmeras divisões internas do partido governista. O que acontecia, algumas vezes, era que, apesar de o MDB obter individualmente mais votos, dificilmente conseguia superar a soma geral dos votos conquistados pelas sublegendas da ARENA. A respeito dessa manobra eleitoral do regime militar, Palhares Moreira escreveu:

[...] as sublegendas tiveram o condão de permitir o ajuste de tradicionais adversários dentro do mesmo partido, especialmente da ARENA, impedindo assim que houvesse a migração de determinados chefes políticos para a legenda oposicionista ³⁹³.

O AC-26/66 ³⁹⁴ deu nova redação ao art. 9º do AC-4/65. O novo texto estendia o direito às sublegendas para as eleições diretas a serem realizadas até o dia 15 de março de 1967. Em 14 de junho de 1968, visando as eleições municipais deste ano, as sublegendas

³⁹¹ GRINBERG, op. cit. (2009), p. 137.

³⁹² COELHO, Fernando. **1964**: golpe de estado, ditadura e guerra fria. Recife: Bagaço, 2010, p. 365.

³⁹³ REIS, op. cit. (1986), p. 135.

³⁹⁴ BRASIL. Ato Complementar nº 26, de 29 de novembro de 1966. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 30 nov. 1966, Seção 1, p. 13899.

foram formalmente transformadas em lei, através da edição da Lei nº 5.453³⁹⁵, que instituiu o sistema de sublegendas e dava outras providências³⁹⁶. O art. 1º abria a possibilidade de os partidos políticos instituírem até três candidaturas nas eleições para governador e prefeito, sendo estas escolhidas em convenção. Entre os requisitos exigidos pela Justiça Eleitoral, primeiramente os candidatos interessados deveriam formalizar as suas intenções e assim constituir a legenda, bem como as suas bases de campanha. Posteriormente, caso houvesse a confirmação de mais de uma “chapa”, era feita uma votação entre os postulantes, para a escolha das numerações das sublegendas. O art. 2º dispunha que os candidatos, obrigatoriamente, adotassem os números de 1 a 3, na ordem decrescente dos votos com que foram instituídas na convenção partidária estadual ou municipal (ARENA 1, ARENA 2 e ARENA 3 ou MDB 1, MDB 2 e MDB 3)³⁹⁷.

3.4 1966: JOGADAS POLÍTICAS, DERROTAS ELEITORAIS E O SEGUNDO CICLO DE CASSAÇÕES

Ainda no final de 1965, começou a desenvolver no interior da cúpula castelista certa dose de ceticismo sobre a convocação de eleições diretas para escolha dos novos governadores em 1966. É importante lembrar que em 1965 realizaram-se eleições, pelo voto popular e direto, em 11 Estados brasileiros. Para o ano de 1966, estava aberta a sucessão governamental em outros onze estados da federação: Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sergipe.

³⁹⁵ BRASIL. Lei nº 5.453, de 14 de junho de 1968. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 18 jun. 1968, p. 4945.

³⁹⁶ Com a edição do chamado “Pacote de abril”, em 1977, a Lei nº 5.453 foi substituída pelo Decreto-Lei nº 1.541, de 14 de abril de 1977. BRASIL. Decreto-Lei nº 1.541, de 14 de abril de 1977. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 14 abr. 1977, p. 4198. O sistema de sublegendas somente foi encerrado pós-ditadura pela Lei nº 7.551, de 12 de dezembro de 1986. BRASIL. Lei nº 7.551, de 12 de dezembro de 1986. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 15 dez. 1986, p. 18745.

³⁹⁷ Esse mecanismo eleitoral, de ordem numérica, exigido pela Justiça Eleitoral, não era, como se tentava publicizar, imparcial. Era um mecanismo em que o próprio partido, em convenção, através da escolha da numeração das sublegendas, apontava aos eleitores o seu indicado, o número 1 do partido. Vale ressaltar a influência que o primeiro lugar ou o número 1 de um partido causa em pesquisas eleitorais na escolha do eleitor. Em outras palavras, o voto do que está na frente. Conforme apontou Diego Braga: “[...] quanto aos candidatos, àquele escolhido com a primeira sublegenda era possivelmente uma liderança superior às outras, pertencia a uma fração mais forte da organização ou se tratava do político no qual o partido considerava ter maiores chances de vitória”. BRAGA, Diego Garcia. A ditadura civil-militar em Alegrete: partidos e sublegendas durante a eleição municipal de 1976. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., 2015, Florianópolis. **Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História** – Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios. Florianópolis: ANPUH, 2015, p. 6.

Contudo, apesar de estarem programadas pela Justiça Eleitoral e de prometidas pelo presidente Castelo Branco desde a sua posse, os episódios que envolveram a posse dos governadores Israel Pinheiro e Negrão de Lima, em Minas Gerais e na Guanabara, respectivamente, apontaram o quão arriscado era realizar eleições diretas para o ano de 1966. Os militares tinham medo das urnas. Embora os “duros” estivessem, de certo modo, contidos, o governo não parecia querer desafiá-los novamente com a aprovação de eleições livres, particularmente porque o pleito de 1966 contaria com estados insurgentes e “problemáticos” eleitoralmente como o Rio Grande do Sul, Pernambuco e São Paulo. Essa questão foi, por exemplo, apontada pelo jornalista Carlos Castello Branco, em novembro de 1965, ao realizar uma análise política da força do partido de sustentação do regime militar instalado no país em abril de 1964:

Esse novo Partido poderá ganhar com certa tranquilidade as eleições para governadores dos Estados menores, aqueles cujo eleitorado rural obedece ainda ao mando dos chefes políticos, mas dificilmente poderá disputar com êxito uma eleição em São Paulo, no Rio Grande do Sul ou em Pernambuco, onde haverá sucessão governamental no próximo ano. Não resta dúvida de que o quadro que aí está esboçado conduz inequivocamente à eleição indireta³⁹⁸.

Foi nesse contexto, portanto, que o governo editou o Ato Institucional nº 3 (AI-3) no dia 5 de fevereiro de 1966, determinando, em nome da segurança nacional, a eleição indireta para governadores e a nomeação de prefeitos das capitais estaduais e cidades consideradas “áreas de segurança nacional” ou estâncias hidrominerais pelos governadores de seus respectivos estados³⁹⁹. Os demais prefeitos poderiam ser eleitos por voto popular secreto. Foram transformados 68 municípios em área de segurança nacional⁴⁰⁰.

Embora esse ato limitasse à ARENA apenas a homologação das decisões do Alto Comando das Forças Armadas, paradoxalmente, a maioria dos arenistas concordou com a sua edição⁴⁰¹. Havia uma compreensão muito grande entre as lideranças políticas governistas de

³⁹⁸ BRANCO, op. cit. (1977), p. 371. Originalmente publicado em: Coluna do Castello. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 3, 28 nov. 1965.

³⁹⁹ O Ato Institucional nº 3 foi editado em 5 de fevereiro de 1966, determinando, em nome da segurança nacional, a eleição indireta para governadores e prefeitos das capitais estaduais. BRASIL. Ato Institucional nº 3, 5 de fevereiro de 1966. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 7 fev. 1966, Seção 1, p. 1435.

⁴⁰⁰ Sobre o processo de eleições indiretas no Brasil ler: REIS, Palhares Moreira. **As eleições indiretas no Brasil**. v. 2. Recife: Ed. da UFPE, 1999.

⁴⁰¹ Como salientou Lucia Grinberg, ao longo da ditadura, os governistas usaram diferentes argumentos para defender a ausência de eleições diretas para governadores. Os mais frequentes referiam-se às “ameaças” dos “populistas”, da “demagogia” inicialmente, e dos “terroristas”, após o AI-5. Inclusive, houve posicionamentos

que passada a euforia pós-golpe civil-militar, os militares perderiam apoio da população nas urnas. Para muitos, submeter os governos estaduais ao teste das urnas era uma aposta infeliz ou um erro político. A carestia, o arrocho salarial e as dificuldades econômicas do governo Castelo Branco fatalmente tirariam o suposto apoio da população ao regime. A derrota da ARENA, o partido dos generais, era dada como certa. Eram assim como pensavam em Pernambuco, o governador Paulo Guerra e o general Antônio Carlos Muricy, então comandante da 7ª Região Militar. Ambos defendiam a tese de que o estado não deveria correr o risco de uma eleição direta até 1970. O primeiro estava desejoso de fazer o seu sucessor (e, conseqüentemente, aumentar o seu lastro político) sem o julgamento de uma eleição direta; o segundo era pré-candidato ao governo do estado e estava plenamente consciente de suas limitações eleitorais ⁴⁰².

O MDB, por sua vez, posicionou-se totalmente contrário à ideia de eleições indiretas no país. Em discurso na tribuna do Congresso Nacional, em outubro de 1966, o líder do MDB na Câmara dos Deputados, Vieira de Melo, expressou, por exemplo, a posição da agremiação nos seguintes termos:

[...] o Movimento Democrático Brasileiro, no âmbito federal, não participará de eleições indiretas. Recomendamos o mesmo comportamento político no âmbito regional. Apresentar-se-á, porém, ao julgamento do povo nas eleições diretas de novembro para o Congresso, assembleias legislativas e câmaras municipais ⁴⁰³.

Maria Helena M. Alves fez um excelente resumo dos objetivos e alcances desse ato dos militares:

Do ponto de vista do Estado, o Ato Institucional nº 3 era necessário para o controle dos estados maiores e mais importantes da federação. As eleições de 1965 haviam demonstrado que a coalizão no poder podia controlar os estados rurais, especialmente do Nordeste, valendo-se eficazmente das relações clientelísticas. Tais controles não se aplicavam, entretanto, nos estados industrialmente mais avançados, com maior velocidade de informação e mais altos níveis de educação e politização. O terceiro ato institucional mencionava claramente a necessidade de consolidar o controle em todos os níveis do poder político. [...] As eleições indiretas por parte das

curiosos de parlamentares para defenderem as eleições indiretas no país. Em maio de 1966, o deputado Pedro Aleixo (ARENA-MG), por exemplo, realizou um longo discurso na Convenção da ARENA sobre representação política, no qual procurou demonstrar a “legitimidade” das eleições indiretas. Curiosamente, o deputado chegou a usar como argumento a Constituição autoritária de 1937, um dos emblemas do Estado Novo, que mobilizou a oposição nos anos 1940 para a redação do Manifesto dos Mineiros, do qual o próprio Aleixo foi um dos signatários. GRINBERG, op. cit. (2009), p. 98; 163.

⁴⁰² Guerra não quer eleições diretas antes de 70. **Diário de Pernambuco**, Recife, 15 out. 1965.

⁴⁰³ Citado por: AZEVEDO; RABAT, op. cit. (2012), p. 47-48.

assembleias legislativas permitiram maior controle dos executivos estaduais, sem os agravos à legitimidade que a intervenção direta implicaria. As assembleias estaduais podiam ser mantidas sob o controle do governo federal, se necessário por meio de expurgos seletivos. Desse modo, embora escorado na linguagem da legalidade, o novo processo eleitoral quase equivalia à designação dos governadores de estados pelo governo federal ⁴⁰⁴.

A instituição do AI-3 tornava claro que os militares estavam classificando a sociedade brasileira como despreparada para o voto e manipulável pela classe política. Não podemos esquecer que o julgamento das elites sobre a capacidade das massas populares saberem (ou não) votarem não é nenhuma novidade no país. No passado e no presente, esse julgamento circulou (e ainda circula) os períodos eleitorais. Em vários momentos da história do Brasil, as camadas de menor poder aquisitivo foram impedidas do acesso às urnas. Mesmo na democracia de 46, que deu acesso das massas ao voto, havia certo entendimento de que os pobres não sabiam votar.

Nos anos 1950, o historiador Afonso Arinos estudou esse tipo de visão, chamando-a de “presciência das elites”. Essa visão era típica das elites e dos políticos udenistas. Ela partia do pressuposto de que, pelo simples fato de determinado grupo ser uma elite, estaria em melhores condições do que o povo para saber o que seria bom para o país, e nisso, incluía-se o próprio povo. Ou seja, por ser elite, ela sabe, melhor e antes do povo, o que é bom para o povo. Essa ideia serviu como base de argumento para a UDN contestar diversos resultados eleitorais durante o interregno democrático. O golpismo era traço característico da UDN, fruto de seu elitismo, de sua visão antipopular, de sua aceitação total da “presciência das elites”. Como bem resumiu Luís Arroba Martins, ex-presidente da UDN paulista, em entrevista à pesquisadora Maria Victoria Benevides:

Os udenistas eram sinceramente liberais, mas seu liberalismo era contraditório, pois desejavam uma democracia cada vez mais aperfeiçoada, mas nunca se conformavam com o resultado das urnas. Tinham a plena consciência que formavam a elite brasileira e viam que essa elite nunca conseguia chegar ao poder pelo voto. Então chegavam a conclusão: alguma coisa está errada. O eleitor está votando errado. E, para corrigir, precisamos de uma ação drástica; então vinha pregação dos golpes, para depor aqueles que tinham sido eleitos e não pertenciam a elite, e por a elite no lugar deles. E ver se, colocando a elite no lugar daqueles que haviam sido eleitos, esta elite preparava, de fato, o povo para votar „certo”. Ou seja, o golpe para corrigir aquilo que o povo havia feito errado. E implantar uma democracia que permitisse que o povo acertasse ⁴⁰⁵.

⁴⁰⁴ ALVES, op. cit. (2005), p. 121-122.

⁴⁰⁵ BENEVIDES, op. cit. (1981), p. 254.

O que havia, de fato, de novidade com a edição do AI-3 era de que a preocupação com o “voto correto do povo” – ou melhor, a desconfiança com o voto popular – advinha dos círculos militares. Para os militares, seria sua missão segurar as rédeas do governo e guiar a classe política. Como vimos anteriormente, após o golpe de 64, as Forças Armadas passaram, cada vez mais, a atribuir-se como a principal defensora da Constituição e da pátria contra a ameaça do “câncer do comunismo”, da “corrupção” e da “subversão”. A ideia dos militares era eliminar quaisquer formas de dissenso (comunismo, “subversão”, “corrupção”) tendo em vista a inserção do Brasil no campo da “democracia ocidental e cristã”. Como argumentou Gilvan Dockhorn: “[...] *gradativamente, a instituição militar assumiu novas posturas nas relações político-sociais, elevando a posição que os interesses tradicionais haviam relegado (meros coadjuvantes) para um patamar de agente ativo [...]*”⁴⁰⁶.

Essa questão levou-nos ao entendimento de que o golpe de 64, na verdade, representou uma divergência em relação às outras intervenções militares ocorridas no país pós-1945⁴⁰⁷. Em 1964 – diferente dos movimentos conspiratórios de 1945, 1954, 1955 e 1961 –, os militares não defendiam um simples golpe transitório com a finalidade de repassar o poder aos civis aliados⁴⁰⁸. Em 64, os militares desejavam assumir o comando do país, pondo em

⁴⁰⁶ DOCKHORN, op. cit. (2002), p. 69.

⁴⁰⁷ Segundo Alfred Stepan, entre 1945 e 1964, os militares brasileiros desencadearam cinco movimentos (ou tentativas) contra o presidente do país: alguns tiveram êxito; outros fracassaram. Os militares foram vitoriosos em 1945, 1954 e 1964 e fracassados em 1955 e 1961. Para o autor brasileiro, desses movimentos, o golpe de 1964 foi o que teve um caráter mais complexo e singular, pois representou uma drástica ruptura no padrão de interferência (influência) dos militares brasileiros na política. Até 1964, os militares vinham adotando um papel estabilizador, ou melhor, um “padrão moderador” de intervenção na política. Entenda-se por “moderar”: controlar e/ou impedir as ações do Executivo, depor governantes (na tentativa de evitar uma ruptura do sistema) e até impedir a ascensão de grupos ligados a setores “esquerdizantes”. Segundo esse “padrão moderador”, em momentos de crise de legitimidade do Executivo, de conflito político, caberia aos militares depor o presidente e repassar o poder a outros civis que estavam aptos a exercer a função de governantes. “[...] até 1964, os militares muitas vezes se colocaram acima do Executivo, sem, todavia assumir o poder político de fato”. No entanto, em 64, os militares não se limitaram a apenas depor o presidente e repassar o poder para os civis, mas decidiram assumir, de fato, o poder Executivo e estabelecer um “regime de exceção”, tentando dar uma resposta aos sucessivos conflitos políticos, à instabilidade econômica e conter a emergência de alguns setores sociais. Essa decisão de assumir o poder, segundo Stepan – que envolvia a participação diretamente dos militares na política – se deu, principalmente, por duas questões: primeiro, por que havia a desconfiança/descrença em relação à capacidade dos civis de encontrar soluções para os problemas políticos do país; e, segundo, porque em 1964 os militares já acreditavam que tinham plena capacidade e espírito de governança, capaz de estabelecer o primeiro governo militar no Brasil no século XX. Para esta última decisão que balizou os militares, Stepan deu relevante destaque ao papel que os estudos sobre Segurança Nacional tiveram entre os militares, que, ao examinarem diversos aspectos da vida nacional, com o objetivo de garantir a segurança do país, passaram a se considerar legitimados e capacitados a governar. Dessa forma, para Stepan, a ESG e sua Doutrina foram fundamentais para a inserção dos militares no processo político. Stepan apontou o ano de 1964, portanto, como marco da alteração de padrão “moderador” para “dirigente”. Para uma maior compreensão acerca do funcionamento do “padrão moderador” de intervenção dos militares brasileiros, ver: STEPAN, op. cit. (1975).

⁴⁰⁸ Para o historiador Marcos Napolitano, em março de 1964, uma parte dos conspiradores queria tirar João Goulart do poder, sanear o ambiente político, ou seja, tirar a esquerda, e convocar eleições. No fundo, o modelo de intervenção destes conspiradores era o modelo de golpe dado em 1945, quando houve a deposição do

prática uma antiga “utopia autoritária”, que remontava ao final do século XIX, e um sentimento que durante quinze anos estava sendo forjado no interior da caserna, especialmente entre os participantes da ESG⁴⁰⁹.

Esse sentimento havia surgido no interior da caserna de duas concepções: primeiro, da falta de confiança dos militares em relação à capacidade de governança dos civis; e, segundo, da crença de certos militares sobre a sua enorme capacidade de comandar o país⁴¹⁰. Nas diversas versões da tese de que “o povo não sabe votar” e “todo político não presta”, os militares se viam “[...] *como a única elite autêntica, à qual cabe a escolha dos setores das elites civis a serem articulados no esforço de constituição da elite dirigente, com relação à qual os militares deveriam assumir esta função político-pedagógica*”¹.

Um dos principais exercícios que um pesquisador deve fazer para tentar compreender as orientações gerais que guiaram a formação do Estado autoritário no Brasil nos anos 1960 e o seu funcionamento é ter em mente, conforme já destacamos, que durante toda a ditadura, os militares procuraram institucionalizar, tornar permanente, o regime de exceção, tomando como base uma pretensa superioridade de classe.

Esse sentimento de superioridade dos militares pós-64 se devia basicamente a dois fatores. Em primeiro lugar, representava a formação em que muitos tiveram na ESG, durante as décadas de 50 e 60, dentro da ideologia da Doutrina de Segurança Nacional⁴¹¹. Como bem

presidente Getúlio Vargas. No entanto, outra parte dos conspiradores, muito mais articulada, ligada à ESG, estava, há tempos, pensando em tomar o poder e estabelecer outro tipo de regime, onde existisse um Estado forte, com feições autoritárias. No final, foi essa última parcela de militares que acabou tomando a cúpula do poder. Cf. NAPOLITANO, Marcos. Entrevista Programa 1964, UNIVESP TV, 26 mar. 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=B43uQ4HIA94>>. Acesso em: 19 fev. 2017.

⁴⁰⁹ OLIVEIRA, op. cit. (1976), p. 41.

⁴¹⁰ Nos anos de 1930, inspirado por uma espécie de “utopia autoritária”, o general Góes Monteiro formulou uma doutrina militar para o Exército brasileiro na qual defendia a ideia da “política *do* Exército”, solução vista por ele para conter a prática da “política *no* Exército” (manobra esta que os políticos faziam para cooptar militares a fim de que servissem a seus interesses). Defendendo a sua tese da “política *do* Exército”, o general Góes Monteiro colocava as Forças Armadas como a principal instituição da nação cabendo a ela cuidar e zelar por todas as áreas do país. Para ele, as Forças Armadas eram, na verdade: “[...] *um órgão essencialmente político e a ele interessa, sob todos os aspectos, a política verdadeiramente nacional, de que emanam, até certo ponto, a doutrina e o potencial de guerra. A política geral, a política econômica, a política industrial e agrícola, o sistema de comunicações, a política internacional, todos os ramos de atividades, de produção e de existência coletiva, inclusive a instrução e educação do povo, o regime político-social, tudo, enfim, afeta a política militar do país*”. MONTEIRO, Pedro Aurélio de Góes. **A Revolução de 30 a finalidade política do Exército**. Rio de Janeiro: Adersen Editores, s/d. “*Seja como for, e descontadas as diferenças de circunstâncias, a doutrina militar de Góes Monteiro é, no essencial, idêntica à Doutrina de Segurança Nacional elaborada pela inteligência da Escola Superior de Guerra. Ela antecipa de mais de 20 anos a doutrina militar do regime instaurado com a revolução de 64*”. COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 116.

⁴¹¹ OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *A Doutrina de Segurança Nacional: pensamento político e projeto estratégico*. **Política e Estratégia**, v. VI, n. 2, abr./jun. 1988.

demonstrou Joseph Comblin, essa ideologia – que teve um papel ímpar na formação dos militares de alta e baixa patente daquele período – trazia, grosso modo, os seguintes ideais:

- a) que o Brasil, especialmente durante o governo João Goulart, estava caminhando para o caos;
- b) que, diante da radicalidade da guerra de então, seria papel dos militares afastar o avanço do “perigo comunista”, esquerdista e sindicalista, e garantir a defesa dos “valores cristãos e democráticos” do país;
- c) que, no caso da necessidade de uma intervenção militar – com a finalidade de “salvar a democracia” –, o poder não seria repassado para os civis, pois caberiam aos militares a tarefa de “ajustar os problemas políticos e sociais” e encaminhar o destino e os rumos do país ⁴¹².

Em segundo lugar, decorria de uma espécie de “utopia autoritária”, no dizer dos pesquisadores Gláucio Soares, Maria Celina D’Araújo e Celso Castro ⁴¹³, que deitava raízes na larga tradição do autoritarismo brasileiro ⁴¹⁴. Para esses especialistas, a “utopia autoritária” – que não deve ser confundida com uma ideologia sistematizada e unívoca – era a crença, vislumbrada pelos militares desde o final do século XIX, de que eles eram superiores aos civis em questões como patriotismo, conhecimento da realidade brasileira, retidão de caráter e valores éticos, moral e social ⁴¹⁵. Segundo essa utopia, seria possível transformar o Brasil em uma potência mundial, caso alguns “obstáculos” (leia-se “inimigos”) fossem eliminados, ou seja, fossem cassados, presos, exilados ou mesmo desaparecidos e assassinados. Os militares viam-se superiores em tudo em relação aos civis. Sobre esse assunto escreveu também o historiador Carlos Fico:

⁴¹² COMBLIN, op. cit. (1978).

⁴¹³ D’ARAÚJO; SOARES; CASTRO, op. cit. (2014), p. 10-11.

⁴¹⁴ Conforme apontou vários especialistas, entre os quais cito Octavio Ianni, o autoritarismo brasileiro não foi inventado durante o regime militar. I autoritarismo é, na verdade, um traço característico do país – e que fora alargado durante os anos de chumbo. “*Toda pesquisa sobre o poder estatal, em si e em suas relações com a sociedade, o cidadão, as raças e etnias, os regionalismos, os grupos sociais e as classes sociais, coloca e recoloca a persistência do caráter autoritário do poder estatal. Todas as formas históricas do Estado, desde a Independência até o presente, denotam a continuidade e reiteração das soluções autoritárias, de cima para baixo, pelo alto, organizando o Estado segundo os interesses oligárquicos, burgueses, imperialistas, o que se revela, ao longo da história. É o desenvolvimento de uma espécie de contra-revolução burguesa permanente*”. IANNI, Octavio. **O ciclo da revolução burguesa**. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 11.

⁴¹⁵ Alguns historiadores sustentam que as origens da excepcionalidade das Forças Armadas, como instituição atuante na vida política brasileira, firmaram-se, sob inspiração do positivismo, na Proclamação da República. Basicamente esse caráter excepcional das Forças Armadas remete-se à profissionalização desse segmento social, às doutrinas, aos currículos das escolas militares etc. Para um maior aprofundamento sobre essa questão, ler: CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. CASTRO, Celso. **Os militares e a república: um estudo sobre cultura e ação política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

A ideia era que a sociedade brasileira é despreparada, de que não conseguimos jogar lixo na lixeira, de que não sabemos votar e de que não conseguimos ficar imunes aos políticos demagogos, por isso precisamos de uma mão forte que nos conduza. [...] A partir do final dos anos 1960, a “utopia autoritária”, que inspirava, de maneira diversa, os diferentes grupos militares, passou a ser interpretada segundo a chave dos setores mais extremados da linha dura, penetrando os diversos escalões governamentais e sendo aceita por concordância ou medo ⁴¹⁶.

Como se pode perceber, a instituição do AI-3 serviu ao regime militar a três claros objetivos. Em primeiro lugar, tratava-se de uma jogada política, que mantinha à frente da presidência da república, dos governos estaduais, das capitais e das cidades mais importantes, os nomes ligados à “Revolução”. Vendo-se diante do problema dos reveses eleitorais, o governo Castelo optou por mudar as regras do jogo eleitoral para evitar prováveis derrotas nas urnas. Em outras palavras, com o AI-3, os principais cargos majoritários passaram a ser escolhidos pelos militares e eleitos pelo Congresso ou pelas Assembleias Legislativas estaduais, controlados, em sua maioria, pelos arenistas, que, por sua vez, eram controlados pelos próprios militares. Era, portanto, um ciclo vicioso e extremamente pertinente aos interesses da ditadura.

Em segundo lugar, dava relevo político aos militares, materializando a concepção preconceituosa de que os votos dos civis (tanto da elite quanto das massas) estavam “contaminados com ideias comunistas”, caracterizados como subversão e desordem, ameaças aos princípios de extremo valor aos militares: a disciplina e a hierarquia.

Por fim, servia à política de legitimação da ditadura, à medida que o governo não extinguiu o processo eleitoral para o Executivo, mas conservou o processo eleitoral (indireto) como forma de referendar o “governo revolucionário”. A tese transmitida pelo regime à sociedade era que os militares indicavam os nomes ao Executivo, mas todo o processo era submetido ao Legislativo que referendavam ou não os nomes. Embora indiretas, as eleições (indiretas) para o Executivo passavam a determinados grupos da sociedade uma imagem de respeito às normas democráticas. A ideologia pregoada pelo regime era a de que “[...] o governo não estava nas mãos de um caudilho e sim de uma instituição cujo representante, um militar, seria referendado por um mecanismo universal e legal. Este mecanismo seriam as eleições, não importando aqui as objeções que se possam fazer ao processo indireto da escolha” ⁴¹⁷.

⁴¹⁶ FICO, op. cit. (2004), p. 81.

⁴¹⁷ KINZO, op. cit. (1988), p. 20.

Face a estas considerações, voltemos ao caso das eleições em Pernambuco no ano de 1966. Em Pernambuco, esse pleito representava o primeiro grande embate político depois de outorgado o AI-2. Essas eleições ocorreram em duas etapas, conforme determinava o artigo 5º do AI-3. A primeira etapa era para escolha do governador e vice-governador. Esta eleição ocorreu, por via indireta, no dia 3 de setembro de 1966, seguindo o seguinte caminho: governador e vice-governador eram escolhidos pelo partido e confirmados no Colégio Eleitoral, que se reunia na Assembleia Legislativa.

A segunda etapa dessa eleição estava marcada para o dia 15 de novembro e destinava-se ao preenchimento da totalidade das vagas da Câmara dos Deputados e da Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE) e a renovação de 1/3 da representação no Senado Federal ⁴¹⁸.

A disputa para o cargo de governador em Pernambuco foi bastante tumultuada. Logo de início, o então coronel do Exército e deputado federal (ARENA-PE), Costa Cavalcanti, fez gestões para se lançar ao cargo ⁴¹⁹. Ao mesmo tempo em que o general Antônio Carlos Muricy (então comandante da 7ª Região Militar) e o coronel Antônio Bandeira também

⁴¹⁸ Sobre a questão das vagas em disputa no processo eleitoral é preciso atentar que a Constituição de 1946 (como ainda é hoje) especificava que o número de senadores era igual para todos os estados (art. 60), mas o número de deputados era proporcional à população (art. 58), pois o senador representaria a federação, enquanto que o deputado representaria o povo. Dessa forma, a Câmara renovaria os mandatos de todos os deputados a cada quatro anos, enquanto o Senado elegeria três senadores, renovando alternadamente o mandato de um e de dois terços de seus membros, de quatro em quatro anos.

⁴¹⁹ **Costa Cavalcanti** nasceu em Fortaleza, em janeiro de 1918. Pertenceu a uma família tradicional de militares. Ingressando cedo na carreira, rapidamente alcançou postos na área militar. Em 1959, foi nomeado secretário de Segurança Pública do Estado de Pernambuco, indicado pelo ministro da Guerra, general Henrique Lott, atendendo a um pedido do governador Cid Sampaio. Apesar de cearense, Costa Cavalcanti tinha laços de parentesco com Cid Sampaio, o que lhe facilitou o trânsito na política pernambucana. Elegeu-se, em 1962, deputado federal por Pernambuco pela UDN para a legislatura de 1963-1967. Participou ativamente das conspirações contra o governo João Goulart. Nesse sentido, atuou como intermediário de um grupo de coronéis e a liderança da oposição parlamentar. Em agosto de 1964, foi promovido a coronel e passou a integrar a chamada “linha-dura”, articulando a candidatura de Costa e Silva à presidência da República. Com a instituição do bipartidarismo, em 1965, filiou-se à ARENA. Em 1966, com as eleições de governadores de forma indireta, conforme colocadas pelo AI-3, Costa Cavalcanti decidiu postular sua candidatura ao governo de Pernambuco, mas o escolhido pela Assembleia Estadual foi Nilo Coelho, eleito em setembro. Em novembro do mesmo ano, reelegeu-se deputado federal pela ARENA, obtendo a segunda maior votação do partido e do estado. Em março de 1967, com a posse de Costa e Silva na presidência da República, assumiu a pasta das Minas e Energia. Costa Cavalcanti foi signatário do AI-5. Em janeiro de 1969, assumiu o Ministério do Interior e passou a coordenar a construção da Transamazônica. Ficou no cargo até março de 1974. Em maio de 1974, foi nomeado presidente da Itaipu Binacional, empresa mista criada para construir e gerir uma gigantesca hidrelétrica no rio Paraná, na fronteira do Brasil com o Paraguai. Em setembro de 1980, assumiu também a presidência da Eletrobrás, passando a responder de forma cumulativa pelas presidências das duas grandes empresas estatais. Esse fato foi visto como uma demonstração do seu grande prestígio junto ao governo federal. Em novembro de 1981, filiou-se ao PDS, de orientação governista. Permaneceu na presidência da Itaipu Binacional e da Eletrobrás até março de 1985, quando findou o governo do presidente João Figueiredo. Faleceu em agosto de 1991, no Rio de Janeiro. Adaptado de: ABREU, op. cit. (2001), p. 1271-1273.

começaram a pleitear as preferências da ARENA local ⁴²⁰. Sobre a proposta de alguns militares se candidatarem aos governos estaduais, o ex-presidente Geisel comentou anos depois:

Realmente houve alguns casos. Castelo era totalmente contra. O principal foi o do [Antônio Carlos] Muricy, que comandava em Recife. Algumas correntes políticas queriam fazê-lo governador de Pernambuco, mas outras não. Na escolha feita pelo diretório político ele foi derrotado. Muricy era amigo do Castelo, e o caso não teve maiores conseqüências. Que eu me lembre, foi a única candidatura que realmente chegou a ser formulada e discutida no diretório político do estado. Em outros estados houve algumas tentativas nesse sentido, mas todas foram frustradas ⁴²¹.

Apesar da vontade de determinados militares de se tornarem governadores estaduais, o Palácio do Planalto havia emitido um nítido recado à caserna de que não desejava o lançamento do nenhum nome militar a esse pleito ⁴²². Além de não desejar mexer no mundo político dos civis, de onde poderia perder um grande apoio, Castelo Branco estava temeroso de que essa disputa eleitoral acirrasse ainda mais as disputas e os ânimos dos militares ⁴²³.

Enquanto os três militares (Costa Cavalcanti, Antônio Muricy e Antônio Bandeira) disputavam a preferência de Castelo Branco no pleito ao governo do estado de Pernambuco, a ARENA pernambucana trabalhava o nome de um civil para ocupar o cargo. Neste sentido, dois nomes foram internamente lançados pelo partido para ocupar o cargo: o do jurista Eraldo Gueiros Leite ⁴²⁴ e o do então deputado federal, Nilo Coelho (ex-PSD) ⁴²⁵. Este último, além

⁴²⁰ Sobre essa disputa na prévia das eleições de 1966, ler o relato de KRIEGER, op. cit. (1977), p. 220.

⁴²¹ Cf. D'ARAÚJO; CASTRO, op. cit. (1997), p. 225.

⁴²² KRIEGER, op. cit. (1977), p. 220.

⁴²³ VIANA FILHO, op. cit. (1975), p. 407.

⁴²⁴ **Eraldo Gueiros Leite** nasceu em Canhotinho, no agreste pernambucano, em janeiro de 1912. Bacharelou-se em Direito, em 1935. Iniciou o exercício de sua profissão em Canhotinho e exerceu posteriormente a função de promotor público na comarca de Águas Belas (PE). Em 1937, foi nomeado de promotor público adjunto da Justiça Militar, e em 1940 passou a substituto interino do promotor público de terceira categoria da mesma corte. Em 1941, foi nomeado substituto do promotor de auditoria da 7ª Região Militar (7ª RM), sediada em Recife. Em novembro de 1942, foi convidado pelo ministro Gaspar Dutra para servir junto ao Conselho de Justiça Militar na Ilha de Fernando de Noronha, após a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Em julho de 1947, já no governo Dutra, foi aprovado em concurso do Superior Tribunal Militar (STM), habilitando-se ao cargo de promotor de auditoria da 7ª RM. Em setembro de 1964, assumiu a Procuradoria Geral da Justiça Militar a convite do presidente Castelo Branco. Em fevereiro de 1968, já no governo Costa e Silva, foi nomeado ministro do STM, sendo empossado em março do ano seguinte, quando deixou o cargo de procurador-geral da Justiça Militar. Em agosto de 1970, já no governo Médici, teve seu nome homologado na convenção regional da ARENA, para o governo de Pernambuco. Eleito pela Assembléia Legislativa em 3 de outubro de 1970, foi empossado em março de 1971, ocasião em que deixou suas funções no STM. Eraldo Gueiros foi o terceiro no comando do Estado após o golpe de 1964. Foi o idealizador do Complexo Industrial e Portuário de Suape. Terminou seu mandato em março de 1975, passando o governo a Moura Cavalcanti, eleito pela Assembléia Legislativa em outubro de 1974. Faleceu em março de 1983, no Recife. Adaptado de: ABREU, op. cit. (2001), p. 2673-2674. LEITE, Eraldo Gueiros. **Para servir a Pernambuco**. Recife: CEPE, 1975.

do apoio da maioria do partido – pois, junto com João Cleofas eram os únicos arenistas pernambucanos que faziam parte do Diretório Nacional da ARENA ⁴²⁶ –, ainda contava com o apoio de seu amigo pessoal, o então governador do Estado, Paulo Guerra.

No final de maio de 1966, através de intervenção direta de Castelo Branco ⁴²⁷, os nomes do deputado Nilo Coelho ao governo do Estado, do então deputado estadual Salviano Machado Filho para a vice ⁴²⁸ e do deputado João Cleofas para a senatoria foram, definitivamente, escolhidos para representar a ARENA no pleito daquele ano ⁴²⁹. Nas palavras do então presidente da ALEPE, Antônio Corrêa de Oliveira: “*Mas o relacionamento de Salviano com Nilo nunca foi muito ameno – aquele resquício de UDN e PSD*” ⁴³⁰.

⁴²⁵ **Nilo Coelho** nasceu em Petrolina, no sertão pernambucano, em novembro de 1920. Foi um dos filhos de Clementino de Souza Coelho – o conhecido “coronel Quelê”, patriarca de importante e poderosa família do sertão pernambucano. Bacharelou-se em Medicina, em 1944. No final do Estado Novo, lutou ao lado da UDN pela redemocratização, mas com o fim do regime, filiou-se ao PSD pernambucano. Foi eleito deputado estadual constituinte por esta legenda em janeiro de 1947. Em outubro de 1950, elegeu-se deputado federal por Pernambuco, reelegendo-se em 1954, 1958 e 1962. Em setembro de 1966, foi eleito indiretamente governador de Pernambuco. Assumiu o cargo em janeiro do ano seguinte, para o quadriênio 1967-1971. Em 1978, concorreu em eleição direta ao Senado por Pernambuco, pela ARENA. O núcleo governista teve outro candidato, o ex-governador e industrial Cid Sampaio. Formaram-se, então a ARENA 1 e ARENA 2 com base no princípio da sublegenda. Em oposição aos arenistas candidatou-se Jarbas Vasconcelos, pelo MDB. Nilo Coelho venceu a eleição graças a soma dos votos dos dois candidatos da ARENA. Nilo Coelho tomou posse em fevereiro de 1979. Faleceu em novembro de 1983. Adaptado de: ABREU, op. cit. (2001), p. 1412-1414.

⁴²⁶ GRINBERG, op. cit. (2009), p. 72-73.

⁴²⁷ “*Isso foi uma solução pessoal do Presidente Castelo Branco, que tinha ligações pessoais e familiares com Nilo Coelho. Naquela hora, os critérios de escolha dos candidatos eram atípicos. Era a vontade absoluta. O general Murici era candidato aqui no governo. O general Castelo disse: ‘não, o candidato é Nilo Coelho’*”. FILHO, Armando Monteiro. **Armando Monteiro Filho**: depoimento [set. 1984]. Entrevista concedida ao **Projeto História Oral do Movimento Político Militar de 1964 no Nordeste**. Entrevistador: Eliane Moury Fernandes e Jorge Zaverucha. Recife: Centro de Documentação e de Estudos da História Brasileira Rodrigo Melo Franco de Andrade (CEHIBRA), [da] Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), 1984, p. 57.

⁴²⁸ Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Recife, **Salviano Machado** iniciou sua vida política na luta contra o Estado Novo. Em 1958, conseguiu se eleger deputado estadual pela UDN e foi reeleito em 1962, por esse mesmo partido. Neste mandato, tornou-se líder da bancada do seu partido na ALEPE. Em 1970, renunciou ao mandato de vice-governador por discordar do processo ditatorial em curso no país e rejeitou o lançamento de sua candidatura ao Senado à época. Como político militante participou de importantes campanhas eleitorais, apoiando Marcos Freire, em 1982, ao Governo do Estado, Jarbas Vasconcelos em 1985 e 1990, Marcos Cunha, em 1988, e Lula à presidência da República, em 1989. Salviano recebeu a escolha com humildade e senso do dever. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 5, 4 set. 1966.

⁴²⁹ ARENA escolheu Nilo para governador, Salviano para vice e Cleofas senador. **Diário de Pernambuco**, Recife, 27 mai. 1966. Segundo o jornal *Diário de Pernambuco*, o primeiro ato de Paulo Guerra ao retornar a Pernambuco, após a reunião no Palácio do Planalto, foi demitir o capitão Rego Barros do cargo de delegado de polícia do município de Paulista, por este ter se solidarizado com a candidatura do general Muricy. Posteriormente, demitiu do comando da Polícia Militar o coronel Silvio Cahu, também partidário do comandante da 7ª Região. Eleição de Nilo Coelho e Paulo Rangel Moreira. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 52, 1 jan. 1967.

⁴³⁰ OLIVEIRA, Antônio Corrêa. In: COSTA, Célia; PANDOLFI. **Projeto Memória Viva**: 14 depoimentos sobre a política pernambucana. v. 1. Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2007, p. 54.

A participação do MDB nas eleições de 1966 foi limitada não só por sua incapacidade de se organizar em todos os Estados, como pelo cancelamento em larga escala dos registros de candidatos por ele apresentados. Cabe lembrar que a Lei de Inelegibilidades autorizava o impedimento da candidatura de todo aquele considerado incompatível “com os objetivos da Revolução” ou alguma outra exigência ⁴³¹.

É fundamental ressaltar que nas eleições de 1966 (vide Figura 5), devido às inúmeras prisões e/ou exílio das principais lideranças da esquerda, o MDB estava esfacelado, combalido pelo arbítrio dos primeiros atos persecutórios dos militares. A imposição do bipartidarismo, com a extinção dos treze partidos políticos registrados no TSE, impactou fortemente a distribuição e a articulação das forças políticas que ainda encontravam espaço sob o novo regime.



Figura 5 – Comício do MDB no centro do Recife.
Fonte: **Diário de Pernambuco**, 2 out. 1966.

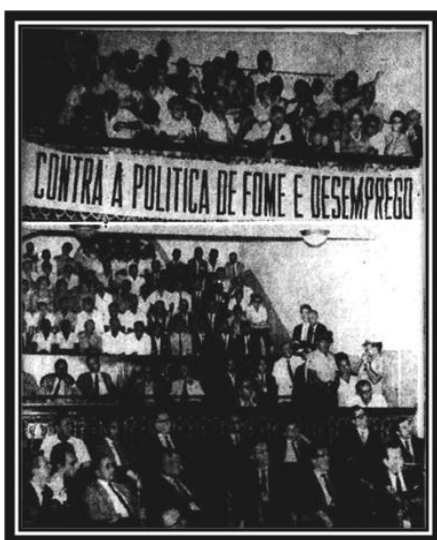
Com tais dificuldades de organização e por discordar do processo de indireto de escolha, o MDB pernambucano – assim como ocorreu nos demais estados da federação ⁴³² – não lançou nenhuma candidatura ao governo estadual (vide Figuras 6 e 7) ⁴³³. Dessa forma, os

⁴³¹ ALVES, op. cit. (2005), p. 123-124.

⁴³² Em todos os onze estados, os governadores eleitos indiretamente pelas assembleias legislativas estaduais, foram da ARENA. A lista com os nomes dos governadores eleitos pode ser encontrada em: TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Dados Estatísticos: Eleições Federais e Estaduais realizadas no Brasil em 1965 e 1966.** v. 8. Distrito Federal, DF: Departamento de Imprensa Nacional, 1971, p. 276.

⁴³³ De início, o MDB ainda cogitou a ideia de lançar os nomes de Oswaldo Costa Lima e Luiz de Andrade Lima como candidatos do partido às eleições indiretas para os cargos de governador e vice-governador, respectivamente. Mas, essa ideia foi rapidamente abandonada por saberem teriam poucas chances de emplacarem essas candidaturas. ARENA e MDB já pediram ao TRE registro dos candidatos. **Diário de Pernambuco**, p. 3, Recife, 22 jul. 1966.

deputados da ARENA, em uma votação *pro forma*, que durou apenas cinco minutos, apenas referendaram, no dia 3 de setembro, o nome do deputado Nilo Coelho ⁴³⁴, que já havia sido decidido anteriormente pelos líderes governistas. Para o cargo de vice-governador, o nome escolhido foi o do deputado estadual Salviano Machado Filho. “As escolhas [para governador do Estado] eram feitas lá em Brasília. O colégio eleitoral apenas, aqui, referendava. Havia escolha de governadores que mandaram aqui representantes do partido para ouvir a gente. Mas a decisão final era lá de Brasília. Era do presidente da República” ⁴³⁵.



Figuras 6 e 7 – MDB realiza sua convenção para escolha de seus candidatos às eleições de 1966, ALEPE-Recife.
Fonte: **Diário de Pernambuco**, 16 ago. 1966.

Nilo Coelho foi eleito indiretamente por 49 votos, nenhum contra e uma abstenção (a do deputado arenista Francisco Figueira ⁴³⁶). Na verdade, é importante que se diga, não houve

⁴³⁴ Nilo Coelho e Salviano Machado serão eleitos hoje Governador e Vice. **Diário de Pernambuco**, p. 3, Recife, 3 set. 1966. O secretariado de Nilo Coelho: Otacílio de Souza Ferraz (Casa Militar); Nildo Carneiro Leão (Governo); Paulo Craveiro (Casa Civil); Silvio Pessoa (Interior e Justiça), Murilo Paraíso (Viação e Obras Públicas); Barreto Guimarães (Educação e Cultura); Danilo Sedrim (Agricultura, Indústria e Comércio); Oswaldo Coelho (Fazenda); Alcides Ferreira Lima (Saúde e Assistência Social); Augusto Novais (Assistente); Orlando Moraes (Administração); Adeildo Matos Ribeiro (Assuntos Extraordinários); coronel Clóvis Vanderlei (Comandante da Polícia Militar e interino de Segurança Pública). O arenista Marco Maciel como líder do Governo na ALEPE. RIVAS, Lêda. **Nilo Coelho**: breve roteiro de um visionário. Recife: ALEPE, 2001, p. 74.

⁴³⁵ OLIVEIRA, op. cit. (2007), p. 60.

⁴³⁶ **Francisco Figueira** era descendente de uma tradicional família de industriais de Garanhuns, no agreste pernambucano. Foi prefeito por esta cidade entre os anos de 1956 e 1960 pela UDN. Foi eleito deputado estadual em 1962 pela “Frente Popular Democrática” (PSD-UDN). Cf. MENDONÇA, Luís Carvalheira de; MELLO, Virgínia Pernambucano de. **Antônio Figueira**: um médico estadista de Pernambuco. Recife: EDUPE, 2010, p. 50-51. Infelizmente, não conseguimos tomar ciência dos reais motivos que levaram o arenista Francisco Figueira a votar contra o seu correligionário.

uma eleição indireta ao governo do Estado no ano de 1966. O que houve foi a ratificação de um nome governista previamente decidido. A pedido do Palácio do Planalto, o governador do estado, Paulo Guerra, usou de um enorme *lobby* político para que o deputado Nilo Coelho obtivesse uma esmagadora votação na ALEPE. A pressão foi tão grande sobre os arenistas pernambucanos que houve até “voto de cabresto” na ALEPE ⁴³⁷. Esse fato foi assim relatado por Christianne Alcântara:

Para ter certeza do apoio desse ou daquele deputado, combinou que os parlamentares redigiriam o nome de Nilo Coelho de formas diferentes. Um votaria Nilo de Souza Coelho; outro, Dr. Nilo; outro, Nilo Coelho... Assim, o governador [Paulo Guerra] teria a certeza de que os deputados que haviam se comprometido, realmente tinham cumprido sua promessa ⁴³⁸.

Para não legitimarem tal eleição, os 14 representantes do MDB na ALEPE retiraram-se do Plenário ⁴³⁹. Mas, antes de se retirarem, o líder do MDB na Assembleia, o deputado Andrade Lima Filho, leu na tribuna o seguinte manifesto contra o processo de escolha indireta:

A nossa presença aqui, no exercício da liderança da oposição, nesta hora de eclipse democrático, quando uma Assembleia pelo povo constituída se reúne para tirar, tranquilamente, desse mesmo povo, o direito que a este compete, de eleger o seu governador, não tem, evidentemente, o sentido da participação, mas de uma tomada de posição contra o delito cívico que ides consumir: o da eleição indireta.

Eis porque a nossa palavra, neste instante, a palavra de uma oposição que nunca foi tanto oposição como nesta hora de agonia cívica, representa um ato de condenação. Através dela, cumprimos, com honra e orgulho, a decisão unânime do mais alto órgão deliberativo do nosso partido, a sua Convenção Nacional.

Devemos confessar, senhores deputados, que entendemos o embaraço em que se encontram, nesta oportunidade, os companheiros da bancada majoritária. Homens testados na luta, afeitos aos movimentos democráticos que aperfeiçoaram e enobreceram o regime, vão escolher hoje o governador do Estado sem que para isso tenham recebido delegação do povo pernambucano.

É realmente a negação do passado, conquistado em meio às multidões cheias de esperanças; é a negação de cada um, já pela ausência da vontade do povo

⁴³⁷ O “voto de cabresto” foi um instrumento muito utilizado pelos chamados “coronéis” nas eleições municipais da Primeira República. A prática era simples, mas eficaz: no dia das eleições, os cabos eleitorais do coronel entregavam a cédula fechada e preenchida aos eleitores; em seguida, acompanhavam cada eleitor até a hora da votação para conferir se a cédula era colocada na urna. Desse modo, o candidato do coronel sempre saía vitorioso. Sobre esse assunto, ler: LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

⁴³⁸ ALCÂNTARA, Christianne. **Paulo Guerra: frases e fases de uma trajetória política**. Recife: ALEPE, 2001, p. 85.

⁴³⁹ Nilo Coelho: 49 votos a favor, nenhum contra e uma abstenção. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 3, 4 set. 1966.

num ato meramente simbólico que expressa, a rigor, o retrocesso político e social a que submeteu o país o movimento de 1º de abril.

Compreendemos o drama desses companheiros de Casa que retratam, através do semblante pesado, preocupado e aflito, a frustração de, conscientemente, comprometerem os mandatos que conquistaram nas praças públicas. Não justificamos a sujeição, pois ela fere a própria Constituição que furaram defender, consagrado como ali está que “todo poder emana do povo e no seu nome será exercido”.

Perguntamos então: qual a presença do povo neste ato? Que validade tem ele para a gente pernambucana que, através dos tempos, escreveu páginas de bravura, de heroísmo e de civismo, engrandecendo, assim, o patrimônio moral e histórico do Brasil? Nada mais do que a tentativa inútil, sabemos, de sufocar a vontade do povo, tirando-lhe o direito de escolher os seus governantes em eleições livres, diretas e limpas, como proclama o atual presidente da República.

Há, nesta tarde, um vazio imenso, angustiando do litoral ao sertão a gente pernambucana; o povo desencantado por uma democracia oprimida e tão desfigurada, aqui e ali, por atos de força que caracterizam bem um regime totalitário.

Na verdade, senhores deputados, só o voto direto dá autenticidade ao regime democrático. Ele é, como determinação popular, um patrimônio da própria alma do povo brasileiro. Incorporou-se ao dia a dia da nossa sociedade em luta permanente e declarada com o poder discricionário vigente no país, que se colocou até acima do Legislativo e do Judiciário e destruiu, afinal, as nossas melhores tradições jurídicas representadas pela Federação e pela República, desde 15 de novembro de 1889.

Ora, só um caminho deve seguir a oposição, representada pelo Movimento Democrático Brasileiro: repudiar com energia e altivez, o que agora se faz numa Assembleia eleita para legislar e nunca para escolher governantes para um povo tradicionalmente democrático.

A maioria desta Casa pode aceitar, consciente ou inconscientemente, a opressão. Nós, da minoria, da oposição, não a aceitamos.

A maioria, esquecida dos compromissos assumidos com a coletividade, pode dizer sim, como sim já disse a outros atos do poder discricionário.

Nós, da minoria, continuaremos a dizer não, até que a violência nos cale, como calou ao povo, pois, entendemos que por mais dura que seja a nossa luta e mais perigosa nossa caminhada, continuaremos ao lado dos melhores valores morais desta nação.

O nosso caminho é a busca da liberdade. Ninguém se perde no processo da restauração daquilo que é a grande conquista humana. O nosso comportamento, as nossas diretrizes, a nossa conduta – tudo nos diz que construímos para o futuro, deixando para trás as misérias de um passado que há de marcar governantes arbitrários.

Cabe-nos, senhores deputados, fortalecer o nosso ânimo e aumentar o nosso estímulo, sabendo que falamos pelo povo que está nas fábricas, nas oficinas, nos campos; pelo povo mudo, silencioso e aflito, que, num grito só, gostaria de proclamar também o seu protesto diante da opressão. Protesto que não é apenas pernambucano, mas, que pertence a todo o povo brasileiro.

Julgávamos oportuno, então, senhores deputados, evocar Rui Barbosa, numa petição de “habeas-corpus” em favor de oficiais e parlamentares cassados e desterrados: “O Poder Executivo não pode julgar nem condenar. É parte querelante, quando muito perante a Justiça criminal. Em matéria política, de mais a mais as suas denúncias são sempre suspeitas. Nenhuma autoridade lhe assiste para qualificar de maus cidadãos os que a polícia, falível e apaixonada, aponta como criminosos, que, num país livre, são unicamente os

convencidos pela Justiça. E só uma sociedade sem moral, indigna de possuir tribunais, seria capaz de referendar esses juízes incompetentes da precipitação.

Não alimentamos ressentimentos, mas não queremos, deixar de proclamar injustiças cometidas até então, solidariedade e princípios que fazem do MDB um partido de massas, que tenta refletir, no seu programa, as reivindicações populares.

Queremos a coerência de atitudes. Queremos fidelidade às tradições jurídicas e cristãs do Brasil. Queremos a restauração do processo democrático com eleições diretas, livres e limpas. Queremos a anistia, para que se normalize e pacifique a vida nacional. Queremos os estudantes, os operários e os camponeses na praça, dialogando com o povo e indicando ao sufrágio popular os seus líderes autênticos. Negamos o paternalismo que cerca eleições indiretas feitas ao sabor das conveniências dos que nomeiam e demitem; dos que prendem e soltam; dos que manipulam a máquina estatal; dos que delatam e caluniam.

Negamos as eleições indiretas, pois suprimem a liberdade do povo, e sobre liberdade Rui Barbosa nos diz, numa palavra cuja grandeza o tempo não apagou nem apagará: “Creio na liberdade onipotente, criadora das nações robustas; creio na lei, emanção dela, o seu órgão capital, a primeira das suas necessidades; creio que neste regime não há poderes soberanos, o soberano é só o direito, interpretado pelos Tribunais; creio que a própria soberania popular precisa de limites, e que esses limites vêm a ser as suas Constituições por ela mesma criada, nas suas horas de inspirações jurídicas, em garantia contra os impulsos da paixão desordenada; creio que a República decaí, porque se deixou estragar, confiando-se no regime de força; creio que a federação perecerá, se continuar a não saber acatar e elevar a justiça.

Não nos opomos, senhor presidente, a nomes que, por mais ilustres que sejam, têm, contudo, uma expressão efêmera na medida do tempo. Opomos, isto sim, a este ato que vai ser aqui perpetrado. Os nomes se apagam nas noites das idades, mas os princípios permanecem, renovando-se ou revigorando-se através das gerações, pois que as ideias não morrem, em que pese a petulância dos tiranos, cujo juridicismo vesgo se tem na conta, por vezes, ao longo da História, de fonte geradora do poder, do direito e da lei.

Somos poucos, sem dúvida, mas, estes poucos aqui estão para dizer que não cedem, que não compactuam, que resistem, porque, fiéis ao povo de quem emana todo poder, aqui estamos para proclamar, diante da opinião pública, que do povo não recebemos o poder que dele foi usurpado. Saímos deste plenário, senhor presidente e senhores deputados, como a mais incisiva e veemente forma de protesto contra uma eleição da qual o povo não participa

⁴⁴⁰

Em Pernambuco havia também um fato que agravava bastante o quadro repressivo. Nilo Coelho governou Pernambuco de 1967 a 1971, no auge da repressão da ditadura militar. Pernambuco era sede das três regiões militares no Nordeste. Era aqui a sede do comando do então IV Exército, atual Comando Militar do Nordeste ⁴⁴¹. Ainda tinha o II Comando Aéreo

⁴⁴⁰ MDB apresentou Manifesto e abandonou o Plenário. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 3, 4 set. 1966.

⁴⁴¹ O IV Exército compreendia a 6ª Região Militar (BA e SE), a 7ª Região Militar (AL, PE e PB e RN) e a 10ª Região Militar (CE, PI e MA). A sede do IV Exército situava-se no Recife, na Rua do Hospício, bairro da boa vista. O IV Exército era comandado por um general-de-exército, último posto da carreira. Os respectivos

Regional, chamado 2ª Zona Aérea e tinha a sede do 3º Distrito Naval, que foi, posteriormente, transferido entre 1977/78, para Natal. Havia também uma agência regional do SNI. Enfim, fatores de nível federal que contribuíram para controlar e monitorar quaisquer ações do governador Nilo Coelho.

A jornalista Lêda Rivas afirmou, em seu estudo biográfico sobre Nilo Coelho, que, apesar de ter sido governador de Pernambuco, entre os anos de 1967 a 1971, no auge da repressão da ditadura militar, Nilo Coelho era contrário à crescente onda repressiva dos militares e um completo dissonante da “linha-dura”⁴⁴². Se pudermos desconfiar ou, até mesmo, discordar do “perfil democrático” que a autora tenta passar de Nilo Coelho, algumas colocações suas são extremamente pertinentes para a compreensão do jogo político e das disputas de poder entre os setores “moderados” e “linha-dura”⁴⁴³.

Cabe lembrar que Nilo Coelho foi o primeiro governador eleito indiretamente após o golpe de 1964. A sua vitória se deu, principalmente, em virtude da articulação do presidente Castelo Branco, com quem detinha uma antiga e estrita relação de amizade. No entanto, no período em que Nilo Coelho governou Pernambuco, grande parte dos “castelistas” estava colocada em um segundo plano na estrutura de poder do Palácio do Planalto. Nilo Coelho governou o estado, basicamente, durante as presidências de Costa e Silva e Médici, duas conhecidas figuras da “linha-dura”. Portanto, sem o apoio da União e com o crescente distanciamento de líderes arenistas pernambucanos, Nilo Coelho ficou sitiado, tendo,

comandos regionais menores eram chefiados por generais-de-divisão (penúltimo posto da carreira). Em 1979, as instalações do Quartel-General do IV Exército foram transferidas para o Complexo Militar do Curado.

⁴⁴² Apesar do esforço da biógrafa em abarcar várias facetas do ex-governador Nilo Coelho, como é de se esperar, nenhum trabalho esgota-se em si mesmo ou consegue lidar com todas as complexidades e contradições humanas. Assim, várias questões sobre a vida de Nilo Coelho não foram (ou não puderam) ser respondidas ao longo do seu trabalho. Entre elas, a própria autora destacou: “*Por que, sendo simpatizante da UDN, aceitou candidatar-se pelo PSD? Como integrante da Geração de 45, que se confrontou com uma ditadura civil, conseguiu fazer parte de uma ditadura militar? Sendo um governador liberal e aberto às discussões – como testemunham seus auxiliares –, como viu as atrocidades cometidas pela polícia política em Pernambuco, no período de 1969-71?*”. RIVAS, op. cit. (2001), p. 103.

⁴⁴³ A historiadora Socorro de Abreu e Lima percebeu nesse propalado “perfil moderado” de Nilo Coelho uma estratégia de marketing político da ditadura. Em suas palavras: “*Vale mencionar, ainda, a maneira como era apresentado o governador Nilo Coelho. Sua figura desponta, nas reportagens, como um possível mediador, muitas vezes aparentando simpatia para com os estudantes, presente em algumas passeatas legais, como observador, ou considerando justas algumas reivindicações, como na luta contra o aumento do preço das refeições. A ditadura buscava, na medida do possível, aparentar certo espírito apaziguador, demonstrar interesse na abertura ao diálogo, ter um canal acessível para os momentos em que mão da truculência. Eram todos, porém, figuras do regime. A decisão efetiva estava muito mais para o IV Exército do que para qualquer personalidade de projeção política num país onde as eleições efetivamente importantes eram indiretas, com apenas dois partidos consentidos*”. ABREU E LIMA, Maria do Socorro. Das passeatas estudantis às lutas dos trabalhadores rurais, 1968 em Pernambuco. **CLIO** – Série Revista de Pesquisa Histórica, Recife, n. 26, v. 1, p. 171-190, 2008, p. 188.

inclusive, a sua cassação sido cogitada por alguns líderes da “linha-dura”. Sobre esses fatos assim descreveu a biógrafa Lêda Rivas:

A Nilo desagradavam certas medidas adotadas pelo Governo, a partir de Costa e Silva, com quem tinha um “relacionamento azedo”. O travo seria acentuado no governo Médici. Corriam rumores, até de que o governador de Pernambuco poderia ser cassado. [...] As relações estiveram tensas entre governador e presidente militar até o fim de seus respectivos mandatos. Quando Garrastazu Médici mandou chamá-lo a Brasília para anunciar o nome do ministro do Supremo Tribunal Militar, Eraldo Gueiros Leite, para governador (a ser eleito indiretamente) de Pernambuco, Nilo manteve-se calado nos exatos três minutos que durou a reunião ⁴⁴⁴.

Dois meses após a eleição indireta para os governadores estaduais, ocorreu, no feriado dia 15 de novembro, o pleito direto ao senado e às câmaras federais e estaduais. Ainda abalada pelas prisões e cassações dos primeiros meses do regime militar, a esquerda procurou, de maneira incipiente, se articular dentro do partido legal de oposição, o MDB. *“Eu fui um dos fundadores do MDB. [...] Eu sabia que aquilo não era um partido, não era um veículo de democracia, mas era um instrumento que a gente podia usar dentro do processo”* ⁴⁴⁵. Entretanto, apesar do esforço de alguns integrantes, o MDB não alcançou o resultado desejado, perdendo em estados-chave, com grande quantitativo de população urbana, que esperavam ganhar, como São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande Sul.

As eleições proporcionais de 1966 ocorreram sob o impacto do bipartidarismo forçado e de um conjunto de novas circunstâncias criadas pela ditadura. Os números denotam isso. Em âmbito nacional, na Câmara dos Deputados, para a legislatura de janeiro de 1967 a janeiro de 1971, das 409 vagas, a ARENA conquistou 277 e o MDB 132. No Senado Federal, das 22 vagas em disputa – o pleito era para a renovação de 1/3 no Senado Federal (uma vaga) – a ARENA obteve 18 assentos e o MDB conquistou 4 vagas. O MDB obteve a vitória somente nos Estados do Acre, Goiás, Guanabara e Paraíba.

A vitória da reacionária e fisiológica ARENA geralmente é entendida no senso comum como o resultado de uma fraude ou como um voto de cabresto. Embora não se possa descartar o fato de que houve fraudes em vários municípios, especialmente do interior do Nordeste, o jogo político-partidário não pode ser reduzido apenas a essa dimensão. A ARENA, o partido dos generais foi sim uma opção consciente de voto em diversas regiões do país, como apontou Lucia Grinberg:

⁴⁴⁴ RIVAS, op. cit. (2001), p. 80.

⁴⁴⁵ Depoimento de Egídio Ferreira Lima. LIMA, op. cit. (2007), p. 241.

[...] além de se atentar para o número de votos na ARENA, é fundamental conhecer as pessoas que se candidataram e receberam esses votos, uma vez que o voto não é orientado apenas pela legenda, mas, em grande parte, pelo reconhecimento do candidato pelo eleitor. Quer dizer, é importante considerar que os candidatos da ARENA representavam o movimento de 1964 e o novo regime, mas também possuíam vínculos com o eleitorado muito anteriores a 1964, representando muito mais do que isso ⁴⁴⁶.

Reconhecer o fracasso do MDB nesse pleito, portanto, é uma tarefa que, sem demagogismo político, se torna imperiosa para conhecer a trajetória de uma legenda, que aprendeu a (sobre)viver com os seus próprios erros. De modo geral, sete fatores podem ser apontadas para o fracasso do MDB nas eleições de 1966.

1. Não se pode deixar de destacar a questão das “inelegibilidades”, que, conforme já foi destacado, desde a promulgação da Lei nº 4.738/65, vinha cerceando o direito de muitas pessoas se lançarem candidatos. Como era de se imaginar, as inelegibilidades atingiram fortemente o partido oposicionista, o MDB ⁴⁴⁷.

2. O medo da população em votar nos candidatos do MDB. “[...] *no interior, a legenda de oposição era inicialmente estigmatizada como ‘um antro de perigosos comunistas’ que certamente atrairiam a repressão militar, tornando a adesão ao partido uma perigosa aventura*” ⁴⁴⁸. Muitos arenistas pernambucanos jogavam o eleitorado contra o MDB, propagando três teses: primeiro, que os candidatos da legenda oposicionista seriam “perigosos” e “subversivos”, pois o MDB corresponderia a um perigo comunista-populista; segundo, que votar no MDB significaria jogar fora o voto, à medida que os deputados emedebistas seriam possivelmente cassados; e, terceiro, que se o MDB fizesse maioria nas bancadas parlamentares atrapalharia a governabilidade do Poder Executivo e a captação de recursos para o Estado e, conseqüentemente, o crescimento econômico de Pernambuco ⁴⁴⁹.

As campanhas daqui eram feitas dentro de um clima de prepotência, de violência, porque tinha aqui esse irresponsável, que era o Coronel Antonio

⁴⁴⁶ GRINBERG, op. cit. (2009), p. 30.

⁴⁴⁷ De acordo com Cláudio Beserra de Vasconcelos, os militares temiam por um revés nas eleições legislativas de 1966, a exemplo do que havia ocorrido no pleito para os governos estaduais, em outubro de 1965. Em face desse temor, Castelo Branco, apesar de pregar que as escolhas eleitorais emanavam do povo, passou a barrar a candidatura de parlamentares que, supostamente, poderiam constituir oposição ao governo. O objetivo desses atos era intimidar a oposição nas eleições para o Congresso, reduzir o número de possíveis candidatos opositores e impedir débeis tentativas de resistência posteriores. Castelo Branco usava tais atos também porque, para preservar sua credibilidade junto aos militares em geral, precisava manter sob controle seus críticos aglutinados no MDB. VASCONCELOS, op. cit. (2004), p. 202.

⁴⁴⁸ MELHEM, op. cit. (1998), p. 112.

⁴⁴⁹ Depoimento de Waldemar Borges Filho prestado à CEMVDHC em 24 de novembro de 2015 na audiência pública sobre resistência política e cassação de mandatos parlamentares.

Bandeira, que comandava o destacamento de Socorro, e ele entrava violentamente nos comícios do MDB, que já não tinham ninguém, com os carros do Exército, então afugentava todo mundo. Quando a gente chegava pra falar, para o carro da polícia, ligava um gravador, de modo que eu me caracterizei, na época, pela maneira como abria os comícios. Eu dizia: “Atenção, atenção, senhores do SNI e da polícia: liguem seus gravadores que Maurílio Ferreira Lima vai falar e lá vai brasa”. E o cara, então ligava mesmo. Botava o gravador, que era enorme, a tecnologia não tinha avançado, então era um peso... (risos) tinha dois caras pra carregar o gravador da polícia, que era colocado, acintosamente, diante do palanque. E teve um dia que eu tive tanta raiva, num comício no Caçote, que esculhambei tanto que o povo correu, não ficou ninguém (risos). É incrível, quando eu comecei a falar foi saindo um, saindo outro, acabou o comício. Então, foi, realmente, uma campanha muito dura, dificuldades enormes⁴⁵⁰.

3. Havia o fator “voto de protesto”⁴⁵¹. A campanha, lançada inicialmente por estudantes ligados à organização “Ação Popular”, pregava a abstenção e o voto nulo, como forma de protesto ao regime⁴⁵² (vide Figura 8).

Havia, na verdade, entre vários grupos de esquerda, uma enorme dose de incredulidade em apoiar um partido oficial de oposição, nascido da própria ditadura. O modo artificial como o MDB foi criado e a dominância dos moderados na cúpula da agremiação marcaram, profundamente, durante muitos anos, a forma como o partido foi recebido por setores descontentes e opositores aos militares⁴⁵³. Como argumentou Maria Helena M. Alves: “*Muitos grupos não consideravam os membros remanescentes do MDB como representativos*

⁴⁵⁰ LIMA, op. cit. (1985), p. 56.

⁴⁵¹ O historiador inglês Edward Thompson sugeriu que as cartas anônimas eram uma forma comum de protesto social na sociedade inglesa do século XVIII. Existiam, naquela época, muitas razões para que as pessoas desejassem manter-se no anonimato. O anonimato configurava-se, segundo Thompson, como a forma mais segura de protestar sem diretamente ofender e sem que se sofressem as consequências e a vingança dos mais poderosos. Portanto, utilizando a análise de Thompson, podemos também, de certa forma, pensar o voto nulo e em branco dos pleitos ocorridos na ditadura brasileira como uma forma silenciosa de protesto. Para uma melhor compreensão, ver: THOMPSON, Edward P.. El delito de anonimato. In: _____. **Tradición, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial**. Barcelona: Editorial Crítica, 1989, p. 173-238.

⁴⁵² É importante destacar que, de acordo com a legislação eleitoral então vigente, o “voto branco” era considerado válido – isto é, era contabilizado e dado para o candidato vencedor. Na verdade, o voto branco era tido como um “voto de conformismo”, no qual o eleitor se mostrava satisfeito com o candidato que vencesse as eleições, enquanto que o “voto nulo” – considerado inválido pela Justiça Eleitoral – era tido como um “voto de protesto” contra os candidatos ou contra a classe política em geral.

⁴⁵³ Sobre a desconfiança inicial de uma significativa parcela da população aos partidos políticos criados pelo regime militar, Ulysses Guimarães argumentou: “[...] no começo, os estudantes, os trabalhadores e outros setores tinham muita desconfiança no partido [no MDB], achavam que existindo o partido estávamos cooptados [...]. E tanto isso é verdade que a grande posição da sociedade era a favor do voto em branco [...]. Quem votava em branco desconfiava da Arena [...] ou do MDB”. MONTORO, op. cit. (2000), p. 148.

da oposição, instando os eleitores e anularem seus votos ou a votarem em branco, como sinal de protesto”⁴⁵⁴.

O grande adversário do MDB, no esforço para constituir uma numerosa bancada parlamentar, terá sido, sem dúvida, o voto em branco, ao qual se somou em larga escala o voto nulo. O voto nulo, segundo testemunhos autênticos, se caracterizou por manifestação irritadiça da arte gráfica ou do pendor escatológico do eleitorado, em protesto que se dirigia substancialmente ao governo, mas que envolvia, também, uma atitude altamente negativa em relação aos opositores⁴⁵⁵.



Figura 8 – Propaganda do MDB distribuída em todo o país contra o voto em branco.
Fonte: **Estado de S. Paulo**, 14 nov. 1968, p. 24.

Em Pernambuco, assim como em outros estados da federação, essa campanha – que começou na eleição de 1966 e ganhou força mesmo na eleição de 1970 – prejudicou de maneira significativa o sucesso de reestruturação das esquerdas, ou melhor, do MDB local no pleito de 1966. Nas palavras de um militante da época:

Tínhamos desconfiança do MDB, como dos partidos em geral, porque vínhamos do exílio, do banimento; alguns das torturas, das prisões, de processos – eu mesmo sofri vários. Tínhamos desconfiança de que os

⁴⁵⁴ ALVES, op. cit., p. 127.

⁴⁵⁵ BRANCO, op. cit. (1977a), p. 602. Originalmente publicado em: Coluna do Castello. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 3, 20 nov. 1966.

partidos não seriam instrumentos reais de modificação do sistema, que os partidos eram apenas um instrumento para a Ditadura se legitimar ⁴⁵⁶.

A campanha dos jovens estudantes pernambucanos surtiu efeito, acabando por tirar votos dos candidatos emedebistas.

[...] a campanha do voto em branco, campanha do voto nulo, tinha um foco mais forte no Rio e em São Paulo do que aqui. Esse quadro existia. Mesmo em Pernambuco, com a oposição sendo exercida por pessoas como Osvaldinho, como Andrade Lima, que tinham um discurso mais vigoroso, essa contestação sempre existiu. E essa colocação de que a opção da gente não levava a nada, de que a gente só fazia contestar a ditadura, tinha um forte apoio ⁴⁵⁷.

Como se pode perceber na Tabela VII, em Pernambuco, para o Senado, os votos brancos e nulos somaram 15,5% e a abstenção 22,7%; para a Câmara dos Deputados, os votos brancos e nulos somaram 13,7% e a abstenção 29%. Para Paulo Cavalcanti, o voto de protesto foi decisivo para o fracasso do MDB nesse pleito. Em suas palavras:

Em 1966, nas primeiras eleições parlamentares havidas depois do golpe, fiz o que estava ao meu alcance para reestruturar a Frente do Recife, destroçada pelo revés de 1964. Com o que restava do grande *front* popular e democrático, passamos a estimular a formação de um núcleo de resistência à ditadura. Nos corredores da Auditoria de Justiça da 7ª Região Militar, onde nos encontrávamos – uns, presos, levados à auditoria para audiência de processos, outros, como eu, em regime de prisão residencial ou domiciliar –, acertamos os ponteiros para apoiar o ex-ministro da Agricultura Armando Monteiro Filho no Senado Federal e João Ferreira Lima [Filho], ex-secretário de Saúde de Arraes, à Câmara dos Deputados. **O voto em branco, a abstenção, o voto de protesto, adotados pelas correntes da ultra-esquerda em formação, contribuíram para evitar a vitória desses candidatos, num jogo de omissão que só favorecia o governo, paradoxalmente. Não fosse o voto em branco, Armando Monteiro Filho, já àquela altura, teria sido eleito senador de Pernambuco pelas forças de oposição** ⁴⁵⁸.

Tabela VII – Eleições de 1966, Pernambuco		
Eleitorado	999.651	–
Abstenção	291.244	29,14%
Votantes	708.407	70,86%
Senado Federal Senado Federal (1/3 da representação)		
Votos na ARENA	326.915	46,15%

⁴⁵⁶ RUSSO; MELHEM, op. cit. (1987), p. 25.

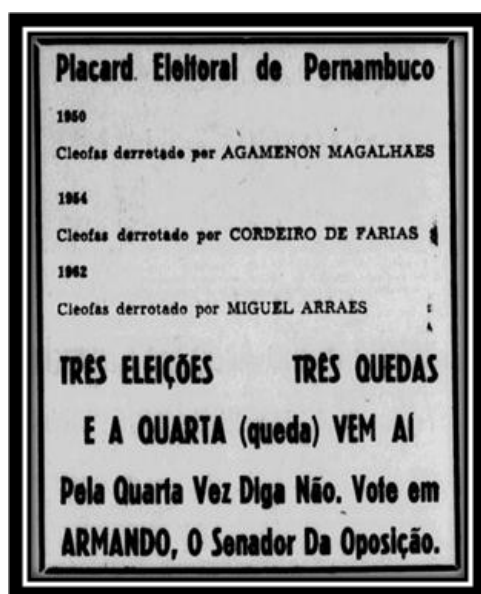
⁴⁵⁷ VASCONCELOS, op. cit. (2007), p. 185.

⁴⁵⁸ CAVALCANTI, op. cit. (2008b), p. 455, grifo nosso.

Votos no MDB	271.568	38,33%
Votos em branco	62.545	8,83%
Votos nulos	47.379	6,69%
Câmara dos Deputados		
Votos na ARENA	482.775	68,15%
Votos no MDB	128.476	18,13%
Votos em branco	65.399	9,23%
Votos nulos	31.757	4,48%
Assembleia Legislativa		
Votos na ARENA	497.421	70,22%
Votos no MDB	134.304	18,96%
Votos em branco	46.358	6,54%
Votos nulos	30.324	4,28%

Fonte: Adaptado de: TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Dados Estatísticos:** Eleições Federais e Estaduais realizadas no Brasil em 1965 e 1966. v. 8. Distrito Federal, DF: Departamento de Imprensa Nacional, 1971, p. 19-33.

Apesar do apoio dos ex-integrantes (remanescentes) da extinta “Frente do Recife” às candidaturas emedebistas de Armando Monteiro Filho ao Senado Federal, João Ferreira Lima Filho, Maurílio Ferreira Lima e Andrade Lima Filho à Câmara dos Deputados, e Waldemar Borges Filho (mais conhecido como “Deminha”) para a ALEPE, o resultado final do MDB pernambucano no pleito de 1966 não foi satisfatório ⁴⁵⁹ (vide Figuras 9 e 10).



Figuras 9 e 10 – Folhetos da campanha de Armando Monteiro Filho ao Senado (MDB-PE), eleições de 1966.
Fonte: *Diário de Pernambuco*, 23 out. 1966.

⁴⁵⁹ Embora integrassem a extinta “Frente do Recife”, o PCB deu maior atenção às candidaturas de Waldemar Borges, Maurílio Ferreira Lima e Andrade Lima Filho. No caso deste, o biógrafo Evaldo Costa escreveu: “Andrade Lima vestiu, por baixo do paletó azul, a camisa vermelha com a foice e o martelo para concorrer à Câmara Federal em 1966”. COSTA, op. cit. (2001), p. 107.

No Senado, Armando Monteiro não conseguiu a vaga; na Câmara dos Deputados, Andrade Lima Filho ficou como primeiro suplente e Maurílio Ferreira Lima como segundo. Dos que contaram com o apoio direto do ex-integrantes da “Frente do Recife”, apenas Waldemar Borges Filho conseguiu se eleger como deputado estadual, devido às chamadas “dobradinhas” com os candidatos federais supracitados.

A ausência dos grandes nomes da esquerda pernambucana, o fracasso eleitoral dos quadros remanescentes, o contexto repressivo da época e a eleição de políticos novatos geraram no MDB, após o resultado das eleições de 1966, um efeito de desorientação acerca dos rumos a serem seguidos. Esse momento foi assim descrito pelo emedebista Fernando Lyra:

Olha, era tudo expectativa. Ninguém tinha projeto. Naquela época, eu sempre costumo dizer, a gente tinha muitos sonhos: sonhos de liberdade, de volta à democracia... Enfim, era um ambiente muito difícil. A gente era a minoria da minoria... Éramos 14 do MDB. E, para mim, ideologicamente, no MDB nós tínhamos Egídio e Deminha (Waldemar Borges). Eram os dois ideólogos da bancada. Tinha uma figura muito interessante, que era Geraldo Pinho Alves, e outro que era o Lívio Valença. O resto da bancada não tinha muita ideologia. Eram deputados que tinham uma votação muito grande pela assistência que davam, pela penetração no eleitorado, mas não eram pessoas com um pensamento mais ideológico. Mas tinham, de qualquer maneira, um mérito muito importante, que era ter optado pelo MDB ao invés da Arena, porque a Arena é que obrigava todo mundo ⁴⁶⁰.

4. Outro fator para o fracasso eleitoral do MDB foi a instituição da obrigatoriedade do “voto vinculado”. De acordo com a alínea b, do inciso IX, do artigo 146, da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), o eleitor era obrigado a votar em candidatos a deputado de um mesmo partido, sob pena de o seu voto ser anulado ⁴⁶¹. A norma, vale dizer, não era extensiva aos cargos de senador.

A carência de candidatos do MDB no interior do Estado de Pernambuco e o grande quantitativo de candidatos arenistas ao cargo de deputado estadual nessa região retiraram considerável soma de votos de candidatos do MDB, especialmente daqueles em disputa à Câmara Federal. Além disso, grande parte da população não entendia a lógica casuística da ditadura e, assim, acabava desperdiçando o voto. Uma reportagem do *Diário de Pernambuco*,

⁴⁶⁰ Depoimento de LYRA, Fernando. In: COSTA, Célia; PANDOLFI. **Projeto Memória Viva**: 14 depoimentos sobre a política pernambucana. v. 2. Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2007, p. 323.

⁴⁶¹ Dizia o artigo 146: “[...] nas eleições para a Câmara dos Deputados e Assembléia Legislativa, os candidatos indicados devem ser do mesmo partido, sob pena de nulidade do voto para os dois cargos”. BRASIL. Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 19 jul. 1965, Seção 1, p. 6746.

anos 1970, por exemplo, explorava essa falta de esclarecimento da população com a famigerada regra. Dizia a reportagem:

Faltando apenas 26 dias para as eleições, milhares de eleitores ainda não estão devidamente esclarecidos quanto ao voto vinculado. Eleitores de todos os níveis, inclusive universitário, confundem o voto majoritário com o proporcional. Nada mais claro: quem votar num candidato a deputado federal da ARENA, terá de votar num candidato da ARENA para deputado estadual. Misturar voto de deputados, isto é, da ARENA e do MDB, significa perder o voto. É nulo. Já para o Senado, pode-se votar num candidato arenista e noutro do MDB. Nesse caso a mistura vale ⁴⁶².

Tabela VIII – Atos Complementares ao AI-3 (1966)		
Atos	Data de promulgação	Conteúdo
Ato Complementar nº 8 ⁴⁶³	29 de março de 1966	Dispõe sobre intervenção federal nos municípios enquanto não se realizarem as primeiras eleições para prefeito e vereadores
Ato Complementar nº 9 ⁴⁶⁴	11 de maio de 1966	Dispõe sobre a inscrição de candidatos nas eleições indiretas e dá outras providências.
Ato Complementar nº 10 ⁴⁶⁵	4 de junho de 1966	Dispõe sobre o exercício de mandato eletivo e suspensão dos direitos políticos.
Ato Complementar nº 11 ⁴⁶⁶	28 de junho de 1966	Dispõe sobre intervenção federal nos municípios.
Ato Complementar nº 12 ⁴⁶⁷	28 de junho de 1966	Dispõe sobre a eleição do governador e do vice-governador no estado de alagoas.
Ato Complementar nº 13 ⁴⁶⁸	28 de junho de 1966	Dispõe sobre a composição das comissões interventoras municipais nos municípios de mais de trinta habitantes e nas capitais dos estados.
Ato Complementar nº 14 ⁴⁶⁹	30 de junho de 1966	Dispõe sobre licença e convocação de suplentes no congresso nacional, assembléias legislativas e câmara de vereadores.

⁴⁶² Voto vinculado. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 3, 20 out. 1970.

⁴⁶³ BRASIL. Ato Complementar nº 8, 29 de março de 1966. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 30 mar. 1966, Seção 1, p. 3347.

⁴⁶⁴ BRASIL. Ato Complementar nº 9, 11 de maio de 1966. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 12 mai. 1966, Seção 1, p. 5083.

⁴⁶⁵ BRASIL. Ato Complementar nº 10, 4 de junho de 1966. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 7 jun. 1966, Seção 1, p. 6091.

⁴⁶⁶ BRASIL. Ato Complementar nº 11, 28 de junho de 1966. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 30 jun. 1966, Seção 1, p. 7059.

⁴⁶⁷ BRASIL. Ato Complementar nº 12, 28 de junho de 1966. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 30 jun. 1966, Seção 1, p. 7059.

⁴⁶⁸ BRASIL. Ato Complementar nº 13, 28 de junho de 1966. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 30 jun. 1966, Seção 1, p. 7059.

⁴⁶⁹ BRASIL. Ato Complementar nº 14, 30 de junho de 1966. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 1 jul. 1966, Seção 1, p. 7155.

Ato Complementar nº 15 ⁴⁷⁰	15 de julho de 1966	Estabelece competência privada dos prefeitos para iniciativa de projeto sobre matéria financeira ou que aumente a despesa; dispõe sobre nulidade de atos de provimento de cargos e dá outras providências.
Ato Complementar nº 16 ⁴⁷¹	18 de julho de 1966	Dispõe sobre fidelidade partidária nas eleições indiretas.
Ato Complementar nº 17 ⁴⁷²	29 de julho de 1966	Altera O Art. 7º Do Ato Complementar Nº 7, De 31 De Janeiro De 1966, E Dá Outras Providências.
Ato Complementar nº 18 ⁴⁷³	29 de julho de 1966	Dispõe sobre a apresentação de emendas aos projetos dos orçamentos federais e estaduais.
Ato Complementar nº 19 ⁴⁷⁴	9 de agosto de 1966	Dispõe sobre a vacância de posse nos cargos de governador e vice-governador dos estados onde se deverão realizar eleições indiretas.
Ato Complementar nº 20 ⁴⁷⁵	9 de agosto de 1966	Dispõe sobre a utilização de cédulas oficiais e individuais nas eleições diretas pelo sistema proporcional.

Fonte: Tabela elaborada pelo autor.

5. O fracasso se deu também por consequência de uma série de atos complementares ao AI-3 baixados pelo regime militar poucos meses antes da realização das eleições de 1966. Ao total foram 13 atos complementares (vide Tabela VIII), regulamentando as condições em que se realizariam as eleições, a filiação partidária dos candidatos e a perda de mandatos municipais. Esses 13 atos prejudicaram enormemente o MDB, único partido de oposição oficialmente existente.

6. A condição moderada do partido em seus anos iniciais contribuiu consideravelmente para o fracasso eleitoral e a paralisia inicial da legenda. Sem nenhum juízo de valor, a moderação inicial do MDB pode ser entendida, entre outros, através dos seguintes prismas:

- a) A composição heterogênea e, em grande parte, moderada da agremiação em seus anos iniciais. Como bem destacou o ex-deputado Egídio Ferreira Lima: “[...] o *MDB, de início, não tinha nenhuma credibilidade como partido. [...] O MDB*

⁴⁷⁰ BRASIL. Ato Complementar nº 15, 15 de julho de 1966. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 18 jul. 1966, Seção 1, p. 7931.

⁴⁷¹ BRASIL. Ato Complementar nº 16, 18 de julho de 1966. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 20 jul. 1966, Seção 1, p. 8091.

⁴⁷² BRASIL. Ato Complementar nº 17, 29 de julho de 1966. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 1 ago. 1966, Seção 1, p. 8667.

⁴⁷³ BRASIL. Ato Complementar nº 18, 29 de julho de 1966. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 1 ago. 1966, Seção 1, p. 8667.

⁴⁷⁴ BRASIL. Ato Complementar nº 19, 9 de agosto de 1966. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 9 ago. 1966, Seção 1, p. 9083.

⁴⁷⁵ BRASIL. Ato Complementar nº 20, 9 de agosto de 1966. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 9 ago. 1966, Seção 1, p. 9083.

*começou a surgir sem nenhum crédito, sem nenhuma respeitabilidade, sem nenhuma legitimidade”*⁴⁷⁶.

- b) O próprio curto período de existência da legenda, que não conseguiu criar uma identidade partidária sólida e uma base mínima de coesão interna para que os diversos segmentos que dele participavam se ajustassem à nova realidade política e partidária. A maioria dos parlamentares teve que, em pouco tempo, aprender a ser oposição. Além disso, conforme já destacado, havia, à época, no interior do partido, principalmente entre ex-petebistas e ex-pessedistas, muitas dissensões e disputas por espaço de poder.
- c) O medo inicial dos integrantes da legenda de partirem para o ataque ao regime. Na verdade, situado num Estado de terror onde a ânsia punitiva era a tônica dos militares golpe 64, pouco se poderia esperar do MDB em termos de oposição ativa durante aquele período. A agremiação consentida havia sido criada pelos parlamentares que tinham escapado dos expurgos “revolucionários”; assim, poucos, eram os políticos que realmente se opunham ao regime de 1964, sem mencionar o fato de que qualquer ação audaciosa de um parlamentar significaria arriscar-se à prisão, o exílio, ou a perder seu mandato.

O convívio forçado de grupos, pessoas e ideias políticas diversificadas, em um contexto de repressão militar e cassações, atraiu e estimulou sobretudo comportamentos conciliatórios e/ou pragmáticos no MD, características que certamente deixaram raízes na organização⁴⁷⁷.

7. Convém considerar que o MDB, diferentemente do partido governista, sofreu muitas (e importantes) baixas nessa eleição. Somente no ano de 1966, o MDB perdeu seis deputados federais e 38 deputados nas assembleias legislativas estaduais.

Os seis deputados federais que perderam seus mandatos eram integrantes do MDB⁴⁷⁸. Essas cassações desencadearam uma das maiores crises entre parlamentares e militares. No dia 12 de outubro de 1966, o presidente Castelo Branco baixou um decreto cassando o mandato de seis deputados federais⁴⁷⁹. Embora os motivos das cassações não tivessem sido

⁴⁷⁶ LIMA, op. cit. (2007), p. 241, 254.

⁴⁷⁷ MELHEM, op. cit. (1998), p. 123.

⁴⁷⁸ Abrahão Moura (MDB-AL), Antonio Adib Chammas (MDB-SP), Doutel de Andrade (MDB-SC), Cesar Prieto (MDB-RS), Humberto El-Jaiçl (MDB-RJ) e Sebastião Paes de Almeida (MDB-MG).

⁴⁷⁹ Em seu livro de memórias, Daniel Krieger, líder dos governos Castelo Branco e Costa e Silva no Senado, informou que outros parlamentares, deputados e senadores, estavam na lista do presidente Castelo para serem cassados. No entanto, após diversos debates com líderes arenistas, alguns nomes foram “poupados” da cassação. Durante a ditadura, foram poupados e consagrados tantos fisiológicos. Krieger informou que um dos nomes

devidamente esclarecidos, a verdade é que os deputados foram cassados, pois haviam participado da articulação da chamada “Frente Ampla” – movimento que visava reunir, na oposição ao regime militar, os seguidores dos ex-presidentes João Goulart e Juscelino Kubitschek –, atuando como intermediário entre os exilados, Goulart e Carlos Lacerda.

O problema se deu porque o então presidente da Câmara dos Deputados, Adauto Lúcio Cardoso (ARENA-GB)⁴⁸⁰, recusou-se em reconhecer a ordem do Executivo, argumentando que as cassações deveriam ser submetidas à deliberação do Plenário, através de votação secreta, como determinava o art. 48 da Constituição Federal de 1946, e autorizando que os deputados cassados continuassem a exercer suas funções na Câmara, dando-lhes, inclusive, oportunidade de defesa no plenário⁴⁸¹. Além disso, distribuiu uma nota à imprensa, na qual reafirmava seu apoio à “revolução” e defendia a prerrogativa do Legislativo para julgar os deputados federais e cassar seus mandatos.

A medida persecutória do Executivo uniu os dois partidos no Congresso em apoio ao presidente do Legislativo, Adauto Lúcio Cardoso. A situação gerou novas lutas internas entre os militares, tendo a “linha-dura” insistido em novos expurgos e na punição exemplar do

poupados foi o do senador José Ermírio de Moraes (MDB-PE). Castelo Branco desejava cassá-lo sob a acusação de corrupção. As palavras de Castelo foram expressas da seguinte forma: “*Não posso deixar de cassar o Senador José Ermírio de Moraes, pois, como comandante do IV Exército, vi-o, de sacola em punho, comprando voto*”. Ocasão em que Krieger replicou: “*Presidente, a corrupção eleitoral, embora condenável, sempre foi usada nas eleições dos Estados nordestinos. A atitude do senador não constituiu, portanto, uma exceção. O senhor não crê em regeneração? [...] Presidente, dou-lhe o meu testemunho de que José Ermírio é um dos melhores senadores. Homem de empresa, abandonou seus interesses privados para se dedicar, integralmente, aos deveres de senador da República. Reputo seu afastamento da vida pública prejudicial à Nação*”. KRIEGER, op. cit. (1977), p. 237. Como se pode perceber, algumas cassações foram nitidamente “poupadas” pelos militares devido aos laços de amizade, ao bom trânsito de alguns parlamentares, entre outras questões particulares. Daniel Krieger narrou que, em diversas ocasiões, realizou gestões para salvar amigos das tão temidas listas de proscições. Certa vez, solicitou a Orlando Geisel, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, e conseguiu evitar, no início de 1969, a cassação do deputado federal pernambucano João Roma, secretário-geral da ARENA, que, contrariando a orientação do seu partido, votou contra a cassação do deputado Márcio Moreira Alves, tanto na Comissão de Justiça como em plenário, renunciando à secretaria-geral do partido quando da decretação do AI-5. KRIEGER, op. cit. (1977), p. 351.

⁴⁸⁰ Apesar de integrante da ARENA, partido governista, Adauto Cardoso tinha sólida formação jurídica, histórico liberal e postura de autonomia política diante de vários fatos ocorridos no país. Lutou contra o Estado Novo, em 1945, e integrou, junto a Carlos Lacerda, Aliomar Baleeiro, Olavo Bilac Pinto e Afonso Arinos, a “Banda de Música da UDN”, assim chamado o grupo pelo barulho que fazia na oposição. Foi um dos fundadores da UDN, exerceu vários mandatos eletivos, foi vereador pelo Distrito Federal e, posteriormente, deputado federal por três mandatos consecutivos pelo estado da Guanabara, sempre pela UDN. Adaptado de: ABREU, op. cit. (2001), p. 1076-1079. Embora tenha apoiado o golpe de 64, Adauto Cardoso mostrou uma postura de independência em relação aos militares já nos primeiros dias do golpe. É importante lembrar que foi Adauto Cardoso que no dia 7 de abril de 1964, retirou da Câmara Federal, que estava cercada por tropas, e escondeu em seu veículo, o deputado Francisco Julião, que partiu nessa noite para Belo Horizonte disfarçado de migrante nordestino. Este episódio é relatado por Francisco Julião, em seu livro de 1965 dedicado à sua filha, Isabela Juliana, então com dois meses de idade. JULIÃO, Francisco. **Até quarta, Isabela**. 3. ed. Recife: Bagaço, 2015.

⁴⁸¹ Para maiores detalhes sobre essa crise, ler: BRANDÃO, Anna Lúcia. **A resistência parlamentar após 1964**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1984, p. 17-21. BRANCO, op. cit. (1977), p. 579-587.

presidente da Câmara ⁴⁸². Pela segunda vez em sua curta permanência no cargo, Castelo Branco cedeu e na madrugada do dia 20 de outubro, recorrendo a um dos instrumentos de arbítrio contidos no AI-2, baixou o Ato Complementar nº 23, que colocou o Congresso Nacional em “recesso” até uma semana após as eleições de novembro daquele ano ⁴⁸³. No mesmo dia, soldados armados invadiram a Câmara, cortaram telefones, energia elétrica e abastecimento d’água. Durante o recesso forçado, o prédio do Congresso permaneceu ocupado pelas Forças Armadas e o presidente da República poderia legislar ⁴⁸⁴.

No auge do processo, no dia 23 de outubro de 1966, o MDB pernambucano divulgou nos jornais a seguinte nota pública contra a cassação dos seis deputados federais:

O Movimento Democrático Brasileiro comunica ao povo pernambucano que os deputados Oswaldo Lima Filho, Andrade Lima Filho e Clodomir Leite, candidatos à reeleição, participam dos trabalhos da Câmara em virtude da grave crise política criada pelo governo, ao investir contra a soberania do Congresso. Esses companheiros permanecem em Brasília nesta hora de afirmação do poder civil, representada na resistência dos presidentes da Câmara e do Senado ao discricionarismo do Executivo. A campanha da Oposição pela redemocratização prossegue nas palavras aos candidatos do MDB ao Senado, à Câmara e às Assembleias Legislativas ⁴⁸⁵.

Ao analisar os ousados gestos de discordância e/ou ataque do Parlamento em relação aos militares, ou melhor, ao Executivo, Sérgio Abranches e Gláucio Soares sentenciam:

Um erro de cálculo político não permitiu que os parlamentares percebessem que o Executivo não suportaria a ação do Legislativo, exatamente porque sua

⁴⁸² Como argumentaram os pesquisadores Sérgio Abranches e Gláucio Soares: “*Era clara a intenção de muitos parlamentares opositoristas de mobilizar a população num movimento mudancista. As tentativas de desacreditar perante a opinião pública o grupo do poder, especialmente os militares, provocaram uma violenta reação militar*”. ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson; SOARES, Gláucio Ary Dillon. As funções do legislativo. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 73-98, jan./mar. 1973, p. 88.

⁴⁸³ Além de uma contenda semântica, havia, de fato, uma diferença significativa entre a decretação de “fechamento” e “recesso” do Parlamento. O “recesso” era um ato mais brando que o “fechamento”, pois apontava para a possibilidade de retorno das atividades parlamentares. Embora, em algumas das ocasiões, o Parlamento tenha ficado meses sem funcionar e os parlamentares impedidos de exercerem suas atividades (a exemplo do recesso compulsório de 1969), essa instância de poder nunca foi abolida pelos militares. O Parlamento foi mantido funcionando durante grande parte da ditadura como uma forma de validação do sistema autoritário. O teatro parlamentar era necessário, portanto, para emprestar um verniz de normalidade ao Estado de exceção.

⁴⁸⁴ Convém lembrar que, como último ato da crise, Adauto Lúcio Cardoso renunciou à presidência da Câmara em novembro de 1966. Adauto deixou a presidência da Câmara. **Diário de Pernambuco**, Recife, 29 nov. 1966. Como uma forma de proteger Adauto Cardoso de represálias da “linha-dura”, Castelo Branco nomeou-o ministro do STF no final de 1966. No Tribunal, votou a favor da concessão de *habeas-corpus* ao líder estudantil carioca Vladimir Palmeira, preso em consequência das manifestações de rua que então liderava, e de um *habeas-corpus* preventivo ao ex-chefe do Gabinete Civil do governo Goulart, Darcy Ribeiro, que também se encontrava detido.

⁴⁸⁵ Deputados do MDB pernambucano firmes na defesa do Congresso. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 11, 23 out. 1966.

força derivava, fundamentalmente, do apoio militar e não da sua legitimidade civil. No interior do Legislativo, ela ameaçava a maioria governista pela formação de um bloco oposicionista interpartidário que contou com a adesão de deputados e senadores da Arena; no plano externo, institucional, gerou uma concorrência entre o Legislativo e o Executivo, no que se refere à competência legislativa. O Legislativo dispunha da tribuna e o Executivo dispunha da tropa. O resultado do conflito era fácil de prever⁴⁸⁶.

A retórica da defesa da democracia novamente vinha à tona na edição do Ato Complementar nº 23⁴⁸⁷. Isto fica evidente no preâmbulo do ato que justifica um gesto autoritário com a linguagem democrática:

[...] CONSIDERANDO, finalmente, que se constituiu, assim, naquela Casa do Congresso Nacional, [...] um agrupamento de elementos contra-revolucionários com a finalidade de tumultuar a paz pública e perturbar o próximo pleito de 15 de novembro, embora comprometendo o prestígio e a autoridade do próprio Poder Legislativo, resolve [o presidente da República] baixar o seguinte ato complementar⁴⁸⁸.

No Estado de Pernambuco, a disputa ao Senado no ano de 1966 se deu entre o usineiro João Cleofas (suplente o usineiro José do Rego Maciel), candidato da ARENA, e o industrial Armando Monteiro Filho⁴⁸⁹ (suplente Otávio Correia de Araújo), candidato do MDB. Os dois

⁴⁸⁶ ABRANCHES; SOARES, op. cit. (1973), p. 89.

⁴⁸⁷ Com um tom oficial e de defesa de Castelo Branco, o seu ex-ministro Luís Viana narrou que o presidente se viu “forçado” a ceder à pressão da “linha-dura”, como forma de evitar um mal maior, ou seja, a dissolução do Congresso. Na visão de Luís Viana, Castelo Branco sempre manteve uma política de defesa do Legislativo. Se naquele momento ele o colocou em recesso, isto teria ocorrido em função do erro de avaliação de Adauto Lúcio Cardoso quanto às consequências do seu ato de resistência à cassação dos seis deputados solicitada pelo governo. VIANA FILHO, op. cit. (1975), p. 466-467.

⁴⁸⁸ BRASIL. Ato Complementar nº 23, 20 de outubro de 1966. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 20 out. 1966, Seção 1, p. 12107.

⁴⁸⁹ **Armando Monteiro Filho** nasceu, em Recife, em setembro de 1925. É originário de uma família tradicional de usineiros na Zona da Mata Sul de Pernambuco. Bacharelou-se em Engenharia Civil na Universidade do Recife (hoje UFPE) em 1948. Participou ativamente da política universitária contra o Estado Novo. Foi eleito deputado estadual pelo PSD, em 1950, mas foi impedido de assumir o mandato devido a seu parentesco com o governador eleito Agamenon Magalhães, seu sogro. No ano de 1954, foi eleito deputado federal pelo PSD, o mais votado de Pernambuco, e reeleito em 1958. Em 1961, foi, durante 11 meses, ministro da Agricultura da fase parlamentarista do governo João Goulart. Nas eleições de outubro de 1962, disputou o governo do Estado pelo PSD, mas Miguel Arraes (PST) venceu o pleito, restando a Armando Monteiro apenas o terceiro lugar. Pessedista histórico, Armando recusou todas as propostas de Paulo Guerra para participar de seu governo, após o golpe de 1964. No dia 1º de julho de 1966, filiou-se ao MDB. Por essa legenda, concorreu ao Senado em novembro de 1966, mas perdeu para João Cleofas, candidato da ARENA. No pleito de novembro de 1978, desistiu de concorrer ao Senado, abrindo a vaga para a disputa ao então deputado federal, Jarbas Vasconcelos. Após o fim do bipartidarismo em novembro de 1979, filiou-se ao PDT, liderado pelo ex-governador gaúcho Leonel Brizola, que retornara pouco antes do exílio. Somente em outubro de 1994, voltou a disputar um cargo público, concorrendo a uma vaga de senador, mas não foi bem sucedido. Em outubro de 1998, depois de deixar o PDT, ingressou no PMDB. Faleceu, no Recife, em janeiro de 2018. Adaptado de: ABREU, op. cit. (2001), p. 3834-3836. Depoimento de Armando Monteiro Filho. In: ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de; Túlio Velho Barreto (Orgs.). **1964: o Golpe passado a limpo**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2007. FILHO, op. cit. (1984). FILHO, Armando Monteiro. **Foi assim**: memórias, histórias, depoimentos e confissões. Recife: Bagaço, 2010.

suplentes eram originários do extinto PSD. Como se vê, apesar da extinção, as lideranças do PSD continuavam presentes sempre e bastante atuantes no novo regime, tanto a favor bem como contra o regime militar.

Armando Monteiro Filho conseguiu realizar uma importante campanha para o MDB, durante três meses, pelo interior do Estado de Pernambuco. Segundo consta, apesar de ser reticente quanto à postura do partido, Armando Monteiro foi convencido por Oswaldo Lima Filho a ingressar no MDB no dia 1º de julho de 1966, com o objetivo exclusivo de concorrer ao Senado ⁴⁹⁰. No dia 14 de agosto, o seu nome foi homologado pela Convenção Estadual do MDB para concorrer à senatoria ⁴⁹¹.

O nosso candidato a senador era Armando Monteiro Filho; e eu me lembro que eu ia lá buscar o dinheiro da gasolina, numa Kombi velha com a qual eu fazia o palanque e Armando, então, dizia pra mim: “tou sendo sangrado. Não agüento mais de assinar cheque!” (risos). E ele perdeu para João Cleofas ⁴⁹².

Inicialmente, o nome de Armando Monteiro teve certa resistência dentro da agremiação devido à sua classe social. Mas, segundo depoimentos de ex-integrantes do MDB, Armando, independente de sua posição social, sempre se comportou de maneira combativa dentro do MDB, sendo um grande apoiador e articulador da legenda, ajudando-a de maneira considerável em termos financeiros. Conforme destacou o ex-deputado Egídio Ferreira Lima:

Outro que entrou no MDB foi Armando Monteiro Filho, que sempre teve um comportamento muito correto. Ele conspirou dentro do sistema, ele não cedeu em nenhum momento. Eu nunca entendi. Ele, empresário, dependia do governo, mas não tinha o menor cuidado, a menor discricão. Quando a gente o chamava para uma reunião, ele ia, opinava sempre no sentido mais aguerrido e preciso ⁴⁹³.

A disputa para a senatoria pernambucana foi extremamente acirrada, traduzindo-se na pequena diferença de votos entre os dois partidos ⁴⁹⁴. João Cleofas obteve 326.915 mil votos (46,14%) e Armando Monteiro obteve 271. 568 mil votos (38,33%). Ou seja, o arenista João Cleofas venceu com uma diferença de 55.347 mil votos, uma diferença apenas de 7,81%.

⁴⁹⁰ Armando Monteiro no MDB. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 5, 1 jul. 1966.

⁴⁹¹ MODEB fez Convenção e escolheu 73 candidatos: Armando para Senado. **Diário de Pernambuco**, Recife, 16 ago. 1966.

⁴⁹² LIMA, op. cit. (1985), p. 56.

⁴⁹³ LIMA, op. cit. (2007), p. 255.

⁴⁹⁴ ARENA e MDB buscam voto de um milhão. **Diário de Pernambuco**, Recife, 15 nov. 1966.

[O então governador Paulo Guerra] saiu, de município em município, dizendo que o município que não desse a vitória a João Cleofas não beberia água. E assim, por uma margem razoavelmente pequena, João Cleofas – que sempre foi ruim de urna, que era o “João Três Quedas”, que perdeu todas as campanhas, inclusive culminando com a quarta para Marcos Freire – saiu vitorioso nas bases aqui apontadas ⁴⁹⁵.

Pela maneira incipiente que havia sido formado o partido oposicionista, o MDB, essa votação foi uma demonstração do quanto a legenda poderia crescer em termos estaduais, como observou Palhares Reis:

Vê-se que, já desta vez, com todas as restrições existentes ao processo eleitoral, o eleitorado pernambucano começava a reagir, votando contrariamente ao Governo, nas eleições majoritárias. Tanto assim que, em pouco mais de um ano (junho de 1965 a novembro de 1966) o mesmo candidato João Cleofas baixa, em termos percentuais, de 59,92% para 46,14%, ou seja, foi de 13,78% a dimensão de sua perda de substância eleitoral em tão curto período ⁴⁹⁶.

Nas eleições de 1966, em âmbito nacional, o governo atingira o propósito. Para o Senado Federal, das 22 vagas em disputa (renovação de 1/3 da Casa), a ARENA obteve 18 assentos e o MDB conquistou 4 vagas ⁴⁹⁷. No Senado, apenas quatro vagas foram conquistadas pelo MDB – no Acre, Goiás, Guanabara e Paraíba.

Na Câmara dos Deputados, para a legislatura de janeiro de 1967 a janeiro de 1971, das 409 vagas existentes, a ARENA conquistou 277 assentos e o MDB 132 (vide Tabela IX). Em termos proporcionais, o MDB somente ganhou nos estados da Guanabara, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, onde as forças de esquerda tinham grande expressão antes mesmo do golpe de 1964. Em Pernambuco, para a Câmara Federal, estavam em disputa 24 vagas. Destas, a ARENA conquistou 19 cadeiras e o MDB apenas 5 ⁴⁹⁸.

⁴⁹⁵ SAMPAIO, Dorany. **Dorany Sampaio**: depoimento [jul. 1982]. Entrevista concedida ao **Projeto História Oral do Movimento Político Militar de 1964 no Nordeste**. Entrevistador: Cristina Inojosa e Eliane Moury Fernandes. Recife: Centro de Documentação e de Estudos da História Brasileira Rodrigo Melo Franco de Andrade (CEHIBRA), [da] Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), 1982, p. 58.

⁴⁹⁶ REIS, op cit. (1986), p. 142.

⁴⁹⁷ O pleito de 1966 era para a renovação de 1/3 no Senado Federal (isto é, uma vaga).

⁴⁹⁸ Nesse pleito, para a Câmara Federal, o MDB pernambucano conseguiu eleger um 1/3 de seus candidatos. Foram eleitos 5 nomes pela legenda (Oswaldo Lima Filho, Thales Ramalho, João Lyra Filho, Antônio Neves e Ademar Carvalho). O MDB havia ainda indicado mais 10 candidatos a deputado federal que não conseguiram se eleger. Foram eles: Aluísio Barbosa de Carvalho, Andrade Lima Filho, Barros Carvalho, Carlos Daniel de Magalhães, Clodomir Leite, Eufrásio Barbosa, Jázer Menezes Bezerra, Maurílio Ferreira Lima, Petronilo Santa Cruz e Portela de Macedo. MODEB fez Convenção e escolheu 73 candidatos: Armando para Senado. **Diário de Pernambuco**, Recife, 16 ago. 1966.

Tabela IX – Deputados federais eleitos por Pernambuco (1966)		
ARENA		
Deputados	Votos	Partido de origem
Cid Feijó Sampaio	43.925	UDN
Costa Cavalcanti	35.435	UDN
Oswaldo Coelho	31.749	PSD
Milvernes Lima	31.290	PTB
João Roma	31.247	PSD
Estácio Souto Maior	25.025	PTB
Adalberto Tabosa de Almeida	21.633	PTB
Aderbal Jurema	21.447	PSD
José Carlos Guerra	20.310	UDN
Carlos Alberto Oliveira	17.874	–
Josias Leite	17.593	–
Geraldo Guedes	17.099	PSD
Augusto Novais	15.233	UDN
Ney Maranhão	15.159	PSD
Aurino Valois	15.004	PTB
Mons. Arruda Câmara	14.932	PDC
Paulo Maciel	14.398	–
Heráclio Rêgo	14.211	PTB
Edson Moury Fernandes	14.107	PSD
MDB ⁴⁹⁹		
Deputados	Votos	Partido de origem
Oswaldo Lima Filho	21.326	PTB
Thales Ramalho	20.839	PSD
João Lyra Filho	13.765	UDN
Antônio Neves	12.713	UDN
Adelmar Carvalho	11.030	UDN
* O símbolo (–) significa sem informação.		

Fonte: Tabela elaborada pelo autor. Adaptado de: BRASIL, op. cit. (1971).

Para os emedebistas, embora o resultado das eleições legislativas de 1966 não ter sido satisfatório, o mais importante desse pleito foi a mensagem do partido passada para a população, apesar da repressão e censura vigentes. O MDB realizou vários comícios, através dos quais condenou a política econômica do governo Castelo e cobrou a redemocratização do país. O MDB também teve direito à publicação de sua proposta de governo e informes sobre a

⁴⁹⁹ Os suplentes de deputado federal do MDB nesse pleito foram: Andrade Lima Filho; Maurílio Ferreira Lima; Petronilo Santa Cruz de Oliveira; José Portella de Macêdo; Clodomir Leite; Carlos Daniel de Magalhães; Gaspar Barbosa Pinto de Souza; Jázer Menezes Bezerra.

sua campanha política em uma página de jornal (*Diário de Pernambuco* e *Jornal do Commercio*), todo domingo, durante o mês que antecedeu a eleição ⁵⁰⁰.

Nas Assembleias Legislativas de todo o Brasil, a ARENA conseguiu 9.005.277 votos contra 5.038.761 do MDB ⁵⁰¹. No país, estavam em jogo 1.076 vagas para deputados estaduais. No âmbito nacional, a ARENA conseguiu 731 assentos, enquanto que o MDB obteve menos da metade, somando apenas 345 cadeiras. Em termos numéricos, o MDB conseguiu vencer o partido dos generais em apenas três Estados: Rio de Janeiro, Guanabara e Rio Grande do Sul.

De acordo com Maria Kinzo, tais vitórias se deram pelo fato de que, no período de fundação do MDB, os petebistas, que tinham bastante força e atuação nos estados do Rio de Janeiro, da Guanabara e do Rio Grande do Sul, ingressaram maciçamente no partido de oposição à ditadura. “*Esta constatação certamente explica por que o MDB conseguiu derrotar a ARENA nas eleições legislativas de 1966 no Rio de Janeiro, Guanabara e Rio Grande do Sul, Estados que de fato se constituíram os únicos casos em que o MDB foi vitorioso naquele primeiro teste eleitoral no bipartidarismo*” ⁵⁰².

Em Pernambuco, estavam em aberto 65 vagas para a ALEPE (vide Tabela X). Na disputa, a ARENA ficou com 51 vagas e o MDB apenas com 14 assentos ⁵⁰³. Assim como na disputa à Câmara Federal, a ARENA venceu o pleito com mais de 70% dos votos ⁵⁰⁴. Na disputa legislativa estadual, o MDB pernambucano obteve apenas 134.304 (18,96%) votos, enquanto que a ARENA angariou mais do que o triplo de votos 497.421 (70,22%) ⁵⁰⁵.

⁵⁰⁰ Foram publicadas seis páginas sob a responsabilidade do MDB: MDB leva ao povo mensagem de esperança na luta pela redemocratização do país. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 11, 2 out. 1966. Apelo de Armando aos pernambucanos: vamos às urnas para reconquista da liberdade. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 11, 9 out. 1966. Dia 15 de novembro o povo é quem manda: vai colocar no banco dos réus e condenar o governo e seus candidatos. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 11, 16 out. 1966. Povo já decidiu: a partir de 15 de novembro Armando será o novo senador de Pernambuco. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 11, 23 out. 1966. MDB com Armando leva a todo o Estado a bandeira da redemocratização do País. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 11, 30 out. 1966.

⁵⁰¹ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Dados Estatísticos**: Eleições Federais e Estaduais realizadas no Brasil em 1965 e 1966. v. 8. Distrito Federal, DF: Departamento de Imprensa Nacional, 1971.

⁵⁰² KINZO, op. cit. (1988), p. 33.

⁵⁰³ O MDB pernambucano havia inscrito 58 candidatos a deputado estadual. A lista completa pode ser vista em: MODEB fez Convenção e escolheu 73 candidatos: Armando para Senado. **Diário de Pernambuco**, Recife, 16 ago. 1966.

⁵⁰⁴ Apresentado ontem ao TRE o relatório da apuração do pleito. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 12, 15 dez. 1966.

⁵⁰⁵ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Dados Estatísticos**: Eleições Federais e Estaduais realizadas no Brasil em 1965 e 1966. v. 8. Distrito Federal, DF: Departamento de Imprensa Nacional, 1971, p. 30.

Tabela X – Deputados estaduais eleitos por Pernambuco (1966)	
ARENA	
Nomes	Votos
Antônio Arruda Farias	12.542
Lael Feijó Sampaio	11.399
Olímpio Ferraz	11.008
José Marques da Silva	10.974
Oswaldo Rabelo	10.933
Aracy de Souza Nejam	10.766
Enio Pessoa Guerra	10.134
Afrânio Ribeiro de Godoy	9.861
Eábio Corrêa de Oliveira Andrade	9.687
Marco Antônio de Oliveira Maciel	8.27
Paulo Rangel Moreira	8.213
Edson Lustosa Cantarelli	8.202
Audomar Ferraz	8.131
Felipe Coelho	7.944
Antônio Correia de Oliveira	7.937
Airon Carlos da Silva Rios	7.838
Luiz Gonzaga Andrade Vasconcelos	7.411
Silvio Pessoa	7.327
Argemiro Pereira de Menezes	7.308
Joaquim Coutinho Corrêa de Oliveira	7.256
Francisco Leite Perazzo	7.213
Luiz Lócio de Miranda	6.729
Inácio Valadares Filho	6.700
Antônio Dourado Cavalcanti	6.674
Ivo de Queiroz Costa	6.646
João Teobaldo de Azevedo	6.508
Antônio Luiz da Silva Filho	6.460
Suetone Nunes de Alencar Barros	6.450
Nelson Ambrósio da Silva	6.346
Francisco Sampaio Filho	6.095
Edmir Regis de Carvalho	6.061
Joaquim Pereira Lima	6.007
José Pessoa Cavalcanti Petribu	5.969
José Soares de Andrade	5.701
José Inácio da Silva	5.664
Aluizio Souto Pinto	5.502
José Ferreira de Amorim	5.464
Vital Cavalcanti Novais	5.421
Edgar Moury Fernandes	5.406
Carlos Veras	5.382
Francisco Moraes Heráclio	5.372
Audálio Tenório de Albuquerque	5.366
José Mendonça Bezerra	5.276

Olímpio Mendonça	5.119
Apolinário Pessoa de Siqueira	5.074
Antônio Heráclio do Rêgo	5.048
Romão de Sá Sampaio	4.925
Nivaldo Machado	4.806
Edgar Lins Cavalcanti	4.776
Nílson Ramos Leal	4.675
Sebastião Ignácio de Oliveira Neto	4.533
MDB	
Nomes	Votos
Newton Carneiro	6.483
Egídio Ferreira Lima	5.808
Inaldo Ivo Lima	5.783
Liberato Costa Júnior	5.724
Jacques Ferreira Lima	5.434
Fernando Lyra	5.310
Luiz de Andrade Lima	4.781
Dorany Sampaio	4.172
Lívio de Souza Valença	4.001
Harlan de Albuquerque Gadelha	3.955
Waldemar Borges	3.917
Mário Monteiro de Melo	3.546
Geraldo Pinho Alves	3.482
Clóvis Jatobá Costa Lima	3.375

Fonte: Tabela elaborada pelo autor. Adaptado de: BRASIL, op. cit. (1971).

De maneira geral, pode-se dizer que o ingresso de novos políticos à ALEPE foi baixo. Ao analisar o resultado das eleições de 1966, um jornalista político do *Diário de Pernambuco* teceu, por exemplo, à época, os seguintes comentários sobre os cinco parlamentares emedebistas que, pela primeira vez, conquistavam um mandato eletivo:

FERNANDO LIRA – Foi eleito deputado estadual com mais de 5 mil votos, ao mesmo tempo em que seu pai, João Lira, ex-prefeito de Caruaru, conquistava um mandato federal. Dentro do binômio humildade-coerência, sabe e sente que tem grandes deveres com o município de Caruaru, que funcionou como seu quartel general, em matéria de votos. É bacharel em Direito e nunca tinha disputado qualquer mandato eletivo. Teve sorte e tudo indica que tomará gosto.

DORANY SAMPAIO – A previsão geral é a de que o irmão de Almany Sampaio será um bom deputado. É advogado militante e já tem experiência administrativa, como diretor do Departamento de Administração da Secretaria da Fazenda, onde deixou um bom nome. Preferiu a legenda do MDB, por questões de coerência e solidariedade com o irmão, e para corresponder à esperança dos seus inúmeros amigos.

EGÍDIO FERREIRA LIMA – Talvez seja uma das melhores aquisições humanas da futura legislatura. Ex-juiz de Direito, estava como embocadura para desembargador. Quando decidiu abandonar a carreira, recebeu apelos

generalizados e teve voto de aplausos do Tribunal de Justiça onde passou como magistrado, deixou um renome de dignidade pessoal, firmeza e cultura. Não abandonou o hábito dos estudos e se revela dispostos a ser um bom deputado. Foi acidentado em dias dessa semana e fazemos votos sinceros pelo seu pronto e total restabelecimento. Queremos vê-lo na Assembleia, a partir de março, a ocupar uma tribuna que lhe foi, em boa hora, deferida pelo voto popular.

WALDEMAR BORGES – Mais conhecido como Deminha, é agrônomo e irmão do grande jornalista Antonio Guilherme. Para muitos, a sua eleição foi uma surpresa, menos para o redator destas notas, que conhecia o seu intenso trabalho de arregimentação e catequese. Foi bem votado em Moreno e Escada e teve significativo contingente no Recife. Filiou-se ao MDB desde a data da fundação do Partido, e a sua escolha não teve nada de utilitarismo eleitoral. Foi fruto das suas convicções oposicionistas.

HARLAN GADELHA – É filho do prefeito Gadelha, de Goiana, que ocupa o cargo pela segunda vez. É médico e ficou na suplência no último pleito. Passou quatro anos trabalhando em silêncio. Foi sufragado em Goiana e no Recife. Examinou as possibilidades e previu que teria vez. E teve ⁵⁰⁶.

3.5 1968: A MUNICIPALIZAÇÃO DO MDB

Após a derrota sofrida nas eleições de 1966, o MDB começou a refletir sobre a adoção de uma nova estratégia para os próximos pleitos: a municipalização, ou seja, investir na interiorização da legenda.

[...] por ser o município um espaço eleitoral privilegiado nas eleições limitadas do regime militar, desde logo a política municipal teve papel relevante no MDB – sobretudo em estados e cidades onde o nível de desenvolvimento econômico e de urbanização engendrava maior dinâmica política e social ⁵⁰⁷.

No caso de Pernambuco, essa estratégia já foi pensada para ser colocada em prática no pleito seguinte, isto é, nas eleições municipais diretas de novembro de 1968. Embora o Recife, a “cidade cruel”, politicamente mais importante para a oposição, estivesse impedida, através do AI-3, de realizar eleição direta para o Executivo, o MDB apostou nos votos ao Legislativo da capital pernambucana e na intensificação da campanha oposicionista em outras cidades do Estado, como forma de fortalecer a organização emedebista em Pernambuco. Thomas Skidmore analisou assim essa estratégia do MDB:

A esfera municipal dava ao partido uma importante razão de continuidade. Em suas fileiras refugiaram-se os membros dos antigos partidos – PSD, PTB

⁵⁰⁶ SÁ, Garibaldi. O assunto é política. **Diário de Pernambuco**, Recife, 5 jan. 1967.

⁵⁰⁷ MELHEM, op. cit. (1998), p. 93.

e PDC – que ainda exerciam influência ao nível estadual e local. Os interesses locais outrora representados por aqueles partidos estavam agora sendo canalizados através do MDB. E o espaço para manobras políticas em muitos estados e cidades permanecera bastante amplo para os políticos da oposição poderem cooperar com êxito ⁵⁰⁸.

Um dos primeiros problemas enfrentados pelo MDB para a execução dessa estratégia de municipalização da legenda foi a falta de recursos para a manutenção do dia a dia do partido e para a realização da campanha. Uma vez que ainda não existia o “Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos”, também conhecido como “Fundo Partidário” – instituto criado apenas em 1995 – as despesas de campanhas, no geral, eram pagas pelos próprios candidatos. Como escreveu Maria Kinzo:

[...] durante as campanhas eleitorais as despesas eram cobertas principalmente pelos próprios candidatos, seja lançando mão de seus próprios recursos, seja conseguindo levantar contribuições de seus simpatizantes. Como o partido não possuía fundos para ajudar nas campanhas individuais dos candidatos, o resultado era que postulantes com escassos recursos nem pensavam em concorrer a um mandato, ou entravam na disputa em desigualdade de condições. Isto certamente diminuía a possibilidade de se abrir o partido a elementos de estratos sócio-econômicos inferiores ⁵⁰⁹.

O segundo grande problema enfrentado pelo MDB para a sua melhor organização no Estado de Pernambuco se deu pelo fato de esta legenda não poder contar com os mesmos recursos organizacionais dos antigos partidos políticos dominantes do sistema político anterior. Conforme já comentamos, diferentemente do ocorrido em Estados como o Rio Grande do Sul, Guanabara e Rio de Janeiro – onde uma base forte de ex-petebistas e de integrantes de uma esquerda mais moderada conseguiu se filiar ao MDB –, em Pernambuco, devido às iniciais prisões e cassações das principais lideranças de esquerda, o realinhamento dos membros das antigas agremiações que ingressaram e fundaram o MDB local não seguiu um padrão tão claro de oposição aberta ao regime militar.

Salvo algumas exceções – que foram prontamente cassadas durante os primeiros anos da legenda – a tônica do MDB pernambucano até meados de 1974 foi a moderação, tanto como estratégia de sobrevivência do partido, assim como resultado da própria composição inicial do partido dominada por empresários ou raposas políticas do antigo regime.

Para colocar em prática sua estratégia de municipalização do partido, o MDB lançou, para o pleito de novembro de 1968, candidatos para disputar o Executivo em 1.100

⁵⁰⁸ SKIDMORE, op. cit. (1988), p. 228.

⁵⁰⁹ KINZO, op. cit. (1988), p. 54.

municípios brasileiros de um total de 1.478 prefeituras onde ocorreriam eleições ⁵¹⁰. Essa eleição era de extrema importância para a ARENA e o MDB, uma vez que correspondia à segunda experiência eleitoral dos dois partidos após a sua criação. Era, portanto, o primeiro teste do novo sistema bipartidário implantado após 1965 na disputa pelo controle das estruturas políticas e partidárias municipais brasileiras. *“Os prefeitos se transformaram em homens muito importantes depois da Revolução de 1964, da reforma tributária de 1966 e da Constituição de 1967. A legislação revolucionária fortaleceu bastante o poder dos executivos [...]”* ⁵¹¹.

Conforme disposto no AI-3, de 1966, e integrado depois à Constituição Federal, em 1967, nas capitais dos Estados e nos municípios situados em áreas declaradas de “segurança nacional” houve eleições apenas para as Câmaras Municipais, cabendo aos governadores nomear os prefeitos das capitais e ao presidente da República, segundo lei complementar, os prefeitos dos municípios das zonas delimitadas de segurança. Nesse pleito foram nomeados 41 prefeitos para os municípios considerados de “segurança nacional”.

Em Pernambuco, por exemplo, estavam marcadas eleições diretas e secretas para 95 municípios. Antes de tudo, vale ressaltar que, em alguns municípios localizados no interior, não houve propriamente uma eleição, mas um plebiscito, pela existência de apenas um candidato, o da ARENA, sem o concorrente por parte do MDB. Conforme argumentou Maria Kinzo: *“[...] a organização do partido em nível local era tão frágil que mesmo em alguns municípios onde o partido havia criado formalmente um diretório local não foi possível o lançamento de candidatos por falta de quadros”* ⁵¹².

Em outros municípios, o MDB conseguiu colocar candidatos para disputar os pleitos majoritários, mas nem sempre a campanha foi levada a sério, conduzida com recursos e entusiasmo. Aí precisam ser destacadas as dificuldades de um partido fazer e ser oposição nos municípios localizados na zona rural ⁵¹³. *“A situação de dependência dos governos municipais em relação aos estaduais – há tempo arraigada no sistema político brasileiro e agravada após 1964 – dificultava ainda mais a política oposicionista local”* ⁵¹⁴. Muitas vezes,

⁵¹⁰ Quinze milhões votarão amanhã, em dez Estados. **Diário de Pernambuco**, Recife, 14 nov. 1968.

⁵¹¹ Os prefeitos. **VEJA**, São Paulo, n. 10, p. 24, 13 nov. 1968.

⁵¹² KINZO, op. cit. (1988), p. 44.

⁵¹³ Como disse Victor Nunes Leal num ensaio que se tornou clássico, o “coronelismo” é um fenômeno da decadência do poder privado (apoiado na grande propriedade rural) que estabeleceria um compromisso com o poder público fortalecido. Assim, o “coronel” garantia a estes os votos que permitiriam legitimá-lo em troca da preservação de seu poder de indicar o delegado de polícia, o juiz, entre outros, no município. LEAL, op. cit. (2012).

⁵¹⁴ KINZO, op. cit. (1988), p. 145.

os candidatos do MDB se faziam presentes em determinadas localidades apenas *pro forma*, para não perder visibilidade política, mas sem chances reais de vencer o pleito. Em muitos municípios pernambucanos, a eleição de 1968 não representou uma competição entre a ARENA e o MDB, mas sim uma disputa entre as sublegendas da ARENA ⁵¹⁵.

Essas disputas dentro da ARENA entre as suas sublegendas municipais eram resultado no geral de suas situações: a primeira é que, muitas vezes, elas correspondiam a mais um capítulo das antigas rivalidades políticas e pessoais entre velhas raposas políticas colocadas dentro do partido governista ⁵¹⁶; a segunda é que, em algumas ocasiões, essas divergências municipais foram aguçadas ou fabricadas justamente por disputas maiores entre os ex-governadores Paulo Guerra e Cid Sampaio, ambos da ARENA, que almejavam voltar ao cargo de governador no pleito indireto de 1970 ⁵¹⁷. Cada um desses dois líderes dava apoio político a um candidato ao cargo de prefeito em determinado município numa verdadeira quebra de braço, cujo objetivo era a demonstração da força política, alargando, ao mesmo tempo, a fissuras da ARENA.

Contudo, vale ressaltar, antes da realização do pleito legislativo de 68 houve no Recife, a capital do Estado, a “eleição” indireta para o chefe do Executivo, conforme dispunha o AI-3. No dia 25 de setembro de 1968, o governador Nilo Coelho remeteu mensagem à ALEPE, propondo o nome do engenheiro Geraldo Magalhães ⁵¹⁸, da ARENA, então

⁵¹⁵ Assim como nas eleições 1966, a acomodação dos conflitos e interesses divergentes no interior da ARENA foi resolvida, de uma forma geral, graças às sublegendas partidárias introduzidas pelo já comentado AC-26/66 e posteriormente regulamentadas pela Lei nº 5.453, de junho de 1968.

⁵¹⁶ As sublegendas criaram vários problemas e fatos pitorescos durante a ditadura. Um desses fatos inusitados, por exemplo, acabou desembocando em um problema judicial no município de Mirandiba, no sertão pernambucano. Nas eleições municipais de 1972, dois filhos de um agricultor de Mirandiba se candidataram, pela ARENA, à prefeitura no sistema de sublegendas. Na ausência de candidatos do MDB, a disputa acabou resumida aos dois irmãos arenistas. Sem querer depositar o voto em nenhum dos filhos, o agricultor faltou à eleição. Resultado: cada filho teve exatamente 1099 votos. O desempate somente foi resolvido após um longo e cansativo imbróglgio judicial. Pai não vota e filhos empatam. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 5, 21 nov. 1972.

⁵¹⁷ Assegurada a vitória da ARENA nas eleições do Estado. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 3, 15 nov. 1968.

⁵¹⁸ **Geraldo Magalhães** nasceu no Recife, em 1928. Diplomou-se em engenharia. Era originário de uma família importante de políticos. Era sobrinho do ex-ministro Agamenon Magalhães. Todos os seus três irmãos tinham importantes cargos públicos na cena política pernambucana: Roberto Magalhães (que se tornaria governador em 1982, era secretário de Educação e Cultura do governo Nilo Coelho), Luís Magalhães (então deputado federal) e José Magalhães (à época, vereador do Recife). Era filiado à ARENA. Sua gestão foi marcada por fortes intervenções urbanas. Segundo o historiador Luís Domingues do Nascimento, a gestão de Magalhães, inclusive pelo seu perfil técnico, foi bastante produtiva para a modernização do espaço urbano do Recife, por ter implantado, pela primeira vez: “[...] *uma concepção administrativa de caráter eminentemente gerencial, primando por uma busca da eficácia e eficiência dada por critérios hipoteticamente racionalizadores, planificadores e técnico-administrativos, tomando como parâmetros aquilo que à época poderia ser considerado de mais moderno e modernizado, fundado num comportamento autoritário na relação entre o poder Executivo e segmentos da sociedade*”. No entanto, o poder local repetia parte do autoritarismo do governo federal. A sociedade pernambucana não era escutada. Eram decisões tecnocratas, tomadas de dentro do gabinete.

presidente do extinto Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Pernambuco (IPSEP), para a Prefeitura do Recife, a assumir o cargo em 31 de janeiro de 1969, quando terminaria o mandato de Augusto Lucena ⁵¹⁹.

Sobre a indicação feita pelo governador Nilo Coelho à Prefeitura do Recife é importante destacar que ela foi realizada sem, antecipadamente, dialogar com o diretório de ARENA pernambucana. A atitude de Nilo Coelho alargou as divergências e as disputas dentro da agremiação. Os ex-governadores Paulo Guerra e Cid Sampaio, próceres da ARENA e postulantes ao governo estadual no pleito de 1970, colocaram-se contrários à indicação feita (à revelia do partido) por Nilo Coelho, pois foi interpretada como um esquema político – a utilização da estrutura da PCR – para que o então governador conseguisse fazer o seu sucessor em 1970 ⁵²⁰.

Como era de se esperar, o MDB recebeu com indiferença a indicação de Geraldo Magalhães, uma vez que o partido já havia deliberado que não participaria de votações indiretas. Sobre esse fato, o deputado Andrade Lima comentou que:

[...] a posição do MDB permanece a mesma. O partido não comparecerá no plenário durante a votação. Somos pela autonomia do Recife. Somente ao povo cabe escolher o seu prefeito, razão pela qual não contribuiremos para que se perpetue o que consideremos um crime contra uma cidade de tantas tradições libertárias. Para nós, só as eleições diretas poderão determinar o homem que haverá de dirigi-la ⁵²¹.

No dia 1º de outubro, a ALEPE homologou o nome de Geraldo Magalhães para o cargo de prefeito. Obteve, no Plenário da ALEPE, 47 votos favoráveis e 2 contra, 1 nulo e abstenção de toda a bancada do MDB (15 deputados) – que, após leitura de uma declaração contrária ao voto indireto, seguindo a orientação do diretório nacional do partido, se retirou do local, a fim de não legitimar o ato.

NASCIMENTO, Luís Manuel Domingues. **Inventário dos feitos modernizantes na Cidade do Recife (1969-1975)**: sobre as mediações históricas e literárias entre a História recente do Recife e o romance a rainha dos Cárceres da Grécia, de Osman Lins. 448 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004, p. 153-154. Em abril de 1971, Geraldo Magalhães foi exonerado do cargo a pedido. Em seu lugar, assumiu o ex-prefeito Augusto Lucena. Após o seu mandato, Geraldo voltou para a presidência do IPSEP. Faleceu em fevereiro de 2009, no Recife. SAMPAIO, Ivanildo. O Recife de Geraldo. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 11, 22 mar. 2009.

⁵¹⁹ Nilo surpreende meios políticos, indicando substituto para Lucena. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 6, 25 set. 1968.

⁵²⁰ Indicação de Geraldo seria jogo do governador para garantir sucessor em 1970. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 6, 25 set. 1968.

⁵²¹ Deputados consideram à altura do cargo nome indicado para prefeito do Recife. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 6, 25 set. 1968.

No dia 15 de novembro houve eleições em 95 municípios pernambucanos às casas legislativas municipais ⁵²². O MDB obteve uma vitória pequena, mas expressiva, ao eleger mais de uma dezena de prefeitos, entre eles, o futuro senador Marcos Freire, por Olinda, e outros nos mais importantes municípios do Estado, como, por exemplo:

- Frei Tarcísio Modestino, em Goiana, na zona da mata;
- Antônio Galvão Cavalcanti Filho, em Timbaúba, na zona da mata;
- José Fagundes de Menezes, em Jaboatão, na RMR;
- Newton Emery, em Paulista, na RMR;
- Souto Dourado, em Garanhuns, no agreste;
- Anastácio Rodrigues, em Caruaru, no agreste;
- José Barbosa, em Limoeiro, na zona da mata;
- Jarbas Borges, em Bom Jardim, no agreste;
- José do Patrocínio Mota, em São Bento do Una, no agreste;
- Luis Neves, em Pesqueira, no
- Milton D’Emery, em Palmares, na zona da mata;
- Nicodemus, em Escada, na zona da mata;
- Marcos Freire, em Olinda, na RMR.

Em Olinda, município contíguo à capital, onde havia eleição direta para o Executivo, a disputa se deu entre os candidatos Nivaldo Machado ⁵²³, Barreto Guimarães ⁵²⁴ e o jovem

⁵²² No Recife, ocorreu um fato curioso no pleito de 1968, que levou o MDB acusar, à época, o regime de interferir abertamente no Judiciário. Com a anuência do TRE, ferindo a própria legislação eleitoral do período, o então prefeito do Recife, Augusto Lucena, concorreu a uma vaga na Câmara Municipal (e se elegeu), mesmo sem o devido afastamento de seu cargo no Executivo (a chamada desincompatibilização). Lucena exigirá condições à ARENA para ser candidato. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 3, 3 out. 1968.

⁵²³ **Nivaldo Machado** nasceu em Olinda, em janeiro de 1921. Bacharelou-se em Direito pela UFPE. Foi integrante da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Elegeu-se vereador, em 1947, e reelegeu-se, em 1951. Em 1955, elegeu-se prefeito de Olinda, pelo PDC. Em outubro de 1958, elegeu-se deputado estadual, pelo PR; reelegeu-se, em outubro de 1962, pelo PDC. Em 1965, com a instalação do bipartidarismo, filiou-se à ARENA. Elegeu-se, em novembro de 1966, para mais um mandato de deputado estadual. Candidatou-se ao cargo de prefeito de Olinda, pela segunda sublegenda da ARENA, mas ficou em terceiro lugar. Reelegeu-se deputado estadual em novembro de 1970, em novembro de 1974 e novembro de 1978. Com a extinção do bipartidarismo em novembro de 1979, filiou-se ao PDS, legenda que deu continuidade à ARENA em seu apoio ao regime militar. Em novembro de 1982, foi eleito suplente do senador Marco Maciel, na legenda do PDS, assumiu o mandato em 18 de março de 1985 na vaga do titular, que se afastou para ocupar o cargo de ministro da Educação (e, posteriormente, a Casa Civil), no governo Sarney (1985-1990). Em janeiro de 1985, transferiu-se para o PFL. Permaneceu no cargo de Senador até março de 1987. Faleceu em Olinda, em janeiro de 2006. Adaptado de: ABREU, op. cit. (2001), p. 3394-3395. Informação nº 150/115/ARE/79, 30 mar. 1979. SNI, Agência Recife (Atualização das atividades de elementos atingidos pelos Atos Institucionais 1, 2 e 5). Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: ARE_ACE_263_79, p. 2-16. **Prontuário Funcional n. 26079**. Acervo DOPS/APEJE. Fundo SSP n. 20122.

professor, Marcos Freire ⁵²⁵ (vide Figura 11). Os dois primeiros estavam disputando o cargo pela ARENA no sistema de sublegendas e já haviam sido prefeitos de Olinda. Nivaldo Machado (ARENA-1) foi apoiado por Cid Sampaio e Barreto Guimarães (ARENA-2) contou com o apoio de Paulo Guerra. Marcos Freire, candidato da oposição, apoiado pelo ex-prefeito cassado Eufrásio Barbosa, era visto como azarão na disputa ⁵²⁶. Segundo o ex-deputado Luiz de Andrade Lima:

[...] eu fui o responsável pela criação de Marcos Freire como político. [...] fui eu que, procurando um candidato pra vencer as forças que eram maiores, as forças dirigidas em Olinda pelo deputado Nivaldo Machado e outras pelo professor Barreto Guimarães [...]. Eu então, procurando um candidato, procurei Armando Monteiro Filho, que aceitou, mas depois verificou que

⁵²⁴ O arenista **Barreto Guimarães** foi deputado estadual, pelo PST, entre 1955 e 1958, prefeito de Olinda (1959-1962), secretário de Governo, na gestão Paulo Guerra (1964-1967), secretário de Educação no governo Nilo Coelho (1967-1970). Tornou-se vice-governador, em 1970, no governo Eraldo Gueiros (1971-1974).

⁵²⁵ **Marcos Freire** nasceu no Recife, em setembro de 1931. Era sobrinho do senador Barros Carvalho (PTB e depois MDB). Bacharelou-se em Direito, em 1955, pela UFPE. Ocupou vários cargos durante as gestões de Pelópidas Silveira (1956-1959 e 1963-1964) e Miguel Arraes (1959-1963) na Prefeitura de Recife, ao mesmo tempo ingressou no magistério universitário em 1957, função que exerceria até 1968. Na Prefeitura do Recife, exerceu suas funções burocráticas até 31 de março de 1964. Em 1965, filiou-se ao MDB, sendo um dos membros fundadores do partido em Pernambuco. Integrou a primeira Comissão Executiva do MDB em Pernambuco. Em novembro de 1968, elegeu-se prefeito de Olinda, pelo MDB. Renunciou ao cargo em 31 de janeiro de 1969, no dia da posse, em ato de protesto e solidariedade à cassação de seu vice, René Barbosa. Em novembro de 1970, elegeu-se deputado federal, pelo MDB, obtendo a maior votação do estado: cerca de 57.000 votos. No início de sua legislatura, ajudou a fundar, aliado a outras figuras mais aguerridas do partido, o grupo dos “autênticos”, a ala mais à esquerda do MDB. Orador brilhante, Marcos fez numerosos pronunciamentos condenando a ditadura militar e em defesa das causas sociais. Defendeu ardorosamente a convocação da Assembléia Nacional Constituinte, a anistia para os cassados e banidos pelo regime militar, a eleição direta em todos os níveis, a realização da reforma agrária e o fim da censura aos órgãos de imprensa. Em 1974, candidatou ao Senado, pelo MDB, mesmo enfrentando a má vontade de muitos emedebistas que, céticos em relação à vitória, defendiam que ele fosse candidato à reeleição na Câmara Federal. Em novembro de elegeu-se senador, derrotando o favorito João Cleofas, da ARENA, por uma diferença superior a 120.000 votos. Candidato ao governo de Pernambuco pelo PMDB (sucedâneo do MDB) nas eleições de novembro de 1982, Freire foi derrotado por Roberto Magalhães, candidato do PDS (sucedâneo da ARENA). Em março de 1985, assumiu a presidência da Caixa Econômica Federal (CEF). Em junho de 1987, Marcos Freire deixou a presidência da CEF e assumiu o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário, criado no governo Sarney. Exerceu papel importante na luta pela reforma agrária e pelo fim da violência no campo. Misteriosamente, com fatos ainda não esclarecidos, Marcos Freire faleceu, em setembro de 1987, em Carajás (PA), quando o avião em que viajava explodiu logo após decolar. Teve quatro filhos. Um deles, Luís Freire, foi constituinte e deputado federal por Pernambuco (1987-1988) e prefeito de Olinda (1989-1992). Adaptado de: ABREU, op. cit. (2001), p. 2367-2368. **Marcos Freire – sem ódio e sem medo**. [Documentário]. Direção de Marcya Reis. Brasília: TV Câmara, 2004. DVD (44 min.): NTSC, son., color. Informação nº 150/115/ARE/79, 30 mar. 1979. SNI, Agência Recife (Atualização das atividades de elementos atingidos pelos Atos Institucionais 1, 2 e 5). Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: ARE_ACE_263_79, p. 2-16. **Prontuário Funcional n. 26112**. Acervo DOPS/APEJE. Fundo SSP n. 20156.

⁵²⁶ Em setembro de 1968, o IV Exército, através de um Relatório Confidencial, já se mostrava contrário aos nomes de Marcos Freire e de René Barbosa, candidatos a prefeito e vice-prefeito de Olinda pelo MDB, pois eram vistos como esquerdistas ligados ao governo Miguel Arraes. SICI nº 252/68 – 7ª RM. IV Exército. Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: BR_AN_RIO_TT_0_MCP_PRO_0200.

não tinha domicílio eleitoral em Olinda. E isso a lei não permitia. Foi então que Pelópidas me disse: “*Olhe, tem um rapaz, que foi meu assessor, é um rapaz brilhante, e ele mora em Olinda. Deve ter o título de Olinda. É Marcos Freire, procure ele*”. Marcos Freire foi então até o meu gabinete e então eu o fiz. Convidei ele pra ser candidato e ele aceitou. No mesmo dia marcou reunião em sua casa, ele foi escolhido como nosso candidato e como vice o filho do ex-prefeito Eufrásio Barbosa. Eufrásio tinha sido cassado e nós então fizemos uma campanha que eu acredito vitoriosa, por que nós lutamos contra tudo e contra todos⁵²⁷.



Figura 11 – Campanha do MDB (chapa Marcos Freire e René Barbosa) à prefeitura de Olinda, 1968.
Fonte: **Marcos Freire – sem ódio e sem medo**. [Documentário]. Direção de Marcya Reis. Brasília: TV Câmara, 2004. DVD (44 min.): NTSC, son., color.

A eleição de Olinda ocorreu no dia 15 de novembro. O resultado desse pleito foi bastante aguardado, já que a sua cidade vizinha não podia votar. Alguns observadores políticos, à época, entendiam que o resultado de Olinda fornecia uma prévia para a sucessão governamental em 1970, pelo menos com relação ao chamado “Grande Recife”. “*As eleições em Olinda estão polarizando as atenções do recifense, que, face a ausência de candidatos majoritários, desviou o seu interesse para a vizinha cidade, o maior contingente de votantes, depois da capital e onde três candidatos disputam a preferência popular*”⁵²⁸.

Marcos Freire venceu o pleito, com uma larga margem de votos. Para ganhar a eleição, ele teria que somar mais votos que as duas sublegendas da ARENA, juntas, e conseguiu: obteve 17.069 votos, contra 6.512 de Nivaldo Machado (ARENA 1) e 5.941 de

⁵²⁷ Depoimento de Luiz de Andrade Lima prestado à CEMVDHC em 24 de novembro de 2015 na audiência pública sobre resistência política e cassação de mandatos parlamentares.

⁵²⁸ Eleições em Olinda polarizam as atenções da capital. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 11, 15 nov. 1968.

Barreto Guimarães (ARENA 2) ⁵²⁹. Para a montagem do seu secretariado, Freire procurou levar para Olinda grande parte da força de esquerda de Pernambuco ⁵³⁰.

A nosso ver, a vitória de Marcos Freire, em 1968, esteve ligada mais a fatores externos do que à sua própria campanha política. Diferentemente dos seus candidatos, Marcos Freire não era um nome conhecido em Olinda. O que as pesquisas de opinião apontavam, à época, é que os votos dados a ele eram, na verdade, dirigidos ao seu vice, René Barbosa, filho de Eufrásio Barbosa, prefeito cassado em outubro de 1965. Ou seja, talvez o eleitorado olindense tenha expressado nessa eleição o repúdio à própria cassação de seu ex-prefeito ⁵³¹. O próprio Marcos Freire defendia esse ponto de vista: “*A derrota dos meus amigos Barreto Guimarães e Nivaldo Machado não foi verdadeiramente endereçada às suas pessoas: foi a resposta do eleitorado livre e impetuoso à molecagem que fizeram na cassação de Eufrásio. Resposta bem significativa a certos grupos*” ⁵³².

Entretanto, mesmo com a vitória de Marcos Freire e René Barbosa e após as suas respectivas diplomações na Câmara Municipal, a ditadura não aceitou a derrota. Os militares junto com a ARENA de Olinda interpuseram recurso de impugnação de diplomação contra René Barbosa, no dia 12 de dezembro de 1968, na Justiça Eleitoral, com base nos artigos 146 e 147 da Constituição Federal de 1967 ⁵³³. De maneira absurda, a Carta autoritária estabelecia que os filhos, parentes até 3º grau ou por adoção dos prefeitos cujos mandatos fossem interrompidos antes do período legal, independente dos motivos, não poderiam candidatar-se ao cargo vago. Ferindo o princípio da pessoalidade da pena, da intransmissibilidade, a ânsia punitiva dos militares ultrapassava a própria pessoa sancionada ⁵³⁴.

Dois dias após o anúncio do malsinado AI-5, a imprensa pernambucana já especulava o ataque a alguns políticos locais. O *Diário de Pernambuco*, por exemplo, já prenunciava o

⁵²⁹ Marcos se enche de humildade ao constatar a vitória eleitoral. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 3, 21 nov. 1968.

⁵³⁰ No esforço para controlar as oposições, “[...] o regime militar empenhou sua energia com determinação e disciplina, o que lhe valeu vitórias em muitas oportunidades. Mas, como se sabe, não o salvou de resultados eleitorais desfavoráveis, de reveses no Congresso e de derrotas no Judiciário”. BARBOSA, op. cit. (2012), p. 364.

⁵³¹ Na Câmara Municipal de Olinda, por exemplo, dos 9 vereadores que votaram a favor da cassação de Eufrásio Barbosa, em 1965, apenas o vereador Antônio Veríssimo, da ARENA, foi reeleito no pleito de 1968.

⁵³² Recife Zum-Zum. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 16, 8 dez. 1968.

⁵³³ René diz que impugnação é esperneio dos que já foram derrotados nas urnas. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 3, 13 dez. 1968.

⁵³⁴ Esse esdrúxulo instrumento ditatorial somente foi abolido com a Constituição Federal de 1988, em art. 5º, XLV, que rege o princípio da individualização da pena. Sob a nova Carta, a lei não poderá ultrapassar a pessoa do condenado. Não podem os seus familiares, seus herdeiros responder por algo que não fizeram.

impedimento da posse de René Barbosa e de Marcos Freire em Olinda e a cassação dos deputados Marques da Silva, Maurílio Ferreira Lima e José Carlos Guerra⁵³⁵.

Após uma longa luta político-judicial travada entre o MDB e a ARENA, entre os meses de dezembro de 1968 e janeiro de 1969, pela posse do prefeito e vice-prefeito de Olinda, finalmente, no dia 31 de janeiro de 1969, o TRE chegou a uma conclusão, considerando nula a eleição do vice-prefeito René Barbosa, por ser filho do antigo prefeito cassado Eufrásio Barbosa.

Ao tomar ciência da decisão, o prefeito eleito Marcos Freire, um dia antes de sua posse, em um gesto de protesto e solidariedade ao seu correligionário, renunciou à Prefeitura de Olinda⁵³⁶, encaminhando carta à Justiça, cujo teor, baseado nos mais altos valores democráticos, segue abaixo:

Consciente das limitações da realidade presente, sentimos que o nosso mandato se encontra despojado de sua plenitude. Jamais nos apegamos a cargos. Nunca nos seduziram as honrarias do poder. Somos daqueles que entendem a ação política tão apenas pelo ideal de servir ao bem público, dentro do sistema de forças em que estão engajados. Com essa disposição é que aquiescemos em disputar a Prefeitura de Olinda, para exercer o mandato em condições outras que não as atuais. Essa situação se torna mais difícil no dia de hoje. É que o Vice-Prefeito eleito em nossa chapa, industrial René Barbosa – cuja candidatura não fora impugnada antes do pleito – teve o seu mandato anulado. Sentíamos como se fossemos um só todo, sem admitir fissura na sua integridade. Na verdade, participando ambos pela primeira vez de processo eleitoral fomos forjados juntos pela vontade do povo e juntos deveríamos permanecer lutando pelo programa administrativo que defendemos em praça pública. Pernambuco todo é testemunha do elevado sentido que teve nossa campanha eleitoral. Das consiguas a que nos propusemos. Com uma programática de trabalho visando ao bem comum, encontraríamos na motivação das forças vivas da comunidade um dos instrumentos valiosos para o eito de nossa administração à frente da Prefeitura de Olinda. As circunstâncias tornaram-se adversas ao pleno desempenho de nossa missão. Por essas razões e na certeza que essa é a melhor maneira de servir a Olinda e ser fiel a seu valoroso povo – ao qual seremos eternamente gratos – apresentamos a V.Exa. a nossa renúncia ao mandato de Prefeito de Olinda. Tomamos essa decisão conscientemente, libertos de qualquer tipo de pressão ou influência, não nos movendo, por igual, o intuito de hostilizar quem quer se seja.

⁵³⁵ Expectativa de que presidente aplique outros poderes do Ato cinco. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 3, 15 dez. 1968.

⁵³⁶ A posição que fora estritamente pessoal de Marcos Freire não agradou os seus correligionários partidários. Nas palavras de Egídio Ferreira Lima: “[...] nós achávamos que ele deveria assumir e enfrentar as conseqüências. Não sei se a posição dele, politicamente, foi a mais correta, mas ele foi salvo da guilhotina naquele período. Ele resolveu renunciar à Prefeitura. Elegeu-se deputado federal em 1970. Com a saída da prefeitura ele evitou a perda dos direitos políticos”. LIMA, op. cit. (2007), p. 259.

Encaminhamos o presente a V. Exa., para os fins de direito, uma vez que ainda não fomos empossados perante a Câmara Municipal de Olinda. Servimo-nos do presente para reiterar a V.Exa. a expressão do nosso elevado apreço ⁵³⁷.

No dia seguinte à renúncia de Marcos Freire, a Câmara Municipal de Olinda empossou, provisoriamente, durante 30 dias, o vereador Francisco Leite, do MDB, então presidente da Câmara, para o cargo de prefeito, até que nova eleição fosse procedida. Contudo, uma nova eleição não foi realizada e foi nomeado o ex-deputado estadual e delegado de Trânsito na capital, Eudes Costa, como interventor federal no município. Como se vê, de uma forma ou de outra, utilizando-se de uma forma não democrática, os militares conseguiram impor ao município de Olinda – cidade importante a qual o partido governista tinha perdido nas urnas –, um nome ligado ao regime ⁵³⁸.

De uma forma geral, a interpretação pregoadá à época por diversos integrantes do MDB era de que o resultado do pleito de novembro de 1968, que deu vitória aos emedebistas em cidades importantes na RMR, Zona da Mata e Agreste pernambucano, representaria a conscientização do eleitorado sobre os arbítrios da ditadura, ou seja, seria o “Não” do eleitorado ao governo, e, portanto, aos militares ⁵³⁹.

No entanto, não nos parece que houve nessa eleição ainda uma conscientização do eleitorado pernambucano, uma repulsa sobre as ações do governo. O que houve, na verdade, em muitos casos, foi o conhecido jogo do localismo, as divergências de campanário, de ordem mais pessoal, o que tanto marcou a guerra de vinte anos, entre PSD e UDN. Por trás da ARENA e MDB, os velhos partidos estavam vivos nesse pleito.

A luta por esses votos, em quase todos os lugares, é que veio carregada com o mesmo ar envelhecido das disputas anteriores e conduzidas pelas mesmas personagens que dominam o cenário político há mais de vinte anos. Com as urnas que se abrem [...], as velhas forças, concentradas principalmente no partido situacionista, continuarão mandando. De aparentemente novo, apenas a roupagem dos candidatos. Até 1965, eles dispunham de um confortável guarda-roupa com treze ternos – os antigos partidos, extintos

⁵³⁷ Marcos Freire renuncia à Prefeitura olindense enviando carta à Justiça. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 3, 1 fev. 1969.

⁵³⁸ Eudes Costa assumirá PMO segunda-feira às 10 horas. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 3, 1 mar. 1969.

⁵³⁹ Vide entrevista do deputado emedebista Inaldo Lima ao *Diário de Pernambuco*. Vitórias do MDB refletem desejo de renovação. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 26, 24 nov. 1968. O deputado emedebista Andrade Lima Filho também viu com bastante entusiasmo a vitória do MDB. Em suas palavras: “[...] o povo está acordando. E 70 vem com as melhores perspectivas para completarmos a mudança. Porque, com esse show de protesto que o povo deu em 15 de novembro, começou aqui uma revolução diferente, uma revolução de verdade, uma revolução que não se impõe pela força das armas, mas pelo poder da vontade soberana das urnas: a revolução pelo voto”. Citado em: RÉGIS, Ernani. O assunto é política. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 24, 23 nov. 1968.

pela Revolução. Hoje são obrigados a usar apenas dois. Arena e MDB, dentro dos quais se movimentam com visível constrangimento. Os eleitores também. Quando se encaminhavam para as urnas, no interior de Pernambuco, comentavam que “esse negócio de Arena-1 e Arena-2 é muito difícil e confuso”⁵⁴⁰.

O editorial do *Diário de Pernambuco* após o resultado do pleito de 68 expressou essa questão da seguinte forma:

Num pleito antes do bipartidarismo artificial vigente, as coisas [...] possivelmente se teriam processado à base de uma coligação do PSD-PTB-PSB contra a UDN. Mas a Revolução acabou com os velhos partidos, criou a fantasia da ARENA e do MDB [...]. De modo geral, salvo raras exceções, o que se viu em Pernambuco, no pleito de 15 de novembro, foi menos a luta entre os dois grandes partidos rivais, mas entre alas conflitantes da ARENA, todas, repita-se, reeditando o ranço do choque PSD-UDN [...]⁵⁴¹.

Em outro editorial, o *Diário de Pernambuco* continuou atacando a artificialidade do bipartidarismo em Pernambuco:

[...] a lição do pleito de 15 de novembro o que veio positivar foi a falência do bipartidarismo artificial, a mostrar que o eleitorado não se sente bem nesta esdrúxula camisa de força, e tendo a vontade freada, reage, escolhendo, apenas, aquele que lhe parece o melhor, sem levar em conta suas vinculações partidárias⁵⁴².

Embora, obviamente, tenha havido votos de protesto nas eleições de 1968, eles foram esparsos⁵⁴³. Conforme já comentamos, além do governo ainda deter forte base de apoio, havia muita desconfiança e, até mesmo, receio da população sobre os líderes emedebistas. O resultado para a Câmara Municipal do Recife é uma prova disso. Em 1968, o MDB recifense

⁵⁴⁰ O voto não mudou. **VEJA**, São Paulo, n. 11, p. 24, 20 nov. 1968.

⁵⁴¹ As maravilhas do bipartidarismo. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 4, 1 dez. 1968.

⁵⁴² Talvez a ideia de renovação. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 4, 3 dez. 1968.

⁵⁴³ Assim como aconteceu de maneira rarefeita no pleito de 1966 e continuou ocorrendo até as eleições de 1974, os votos dos descontentes com o regime militar não foram canalizados para o MDB, mas, no geral, seguindo uma orientação de uma campanha encampada pelos estudantes pernambucanos, transformados em abstenção, voto em branco e voto nulo. A abstenção, por exemplo, no pleito de novembro de 1968, à Câmara Municipal do Recife foi enorme, atingindo incríveis 33,4%. Pleito teve abstenção grande mas foi calmo no Recife e no interior. **Diário de Pernambuco**, Recife, 17 nov. 1968. O *Jornal do Brasil* destacou o desinteresse da população pelo pleito: “*Em Pernambuco, as esquerdas mostram desinteresse pelas eleições e os estudantes pregam o voto nulo. [...] É grande, na capital, o desinteresse popular pelas eleições, sendo muito comum ouvir-se pessoas dizerem que não sabem em quem votar ou que votarão em branco. Além do mais foi intensificada, na madrugada de ontem, com pichamentos, a campanha de grupos esquerdistas pelo voto nulo, sob o lema de que ‘eleição é tapeação’*”. Anatomia de uma eleição. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p.12-13, 15 nov. 1968. Cientes da campanha de boicote às urnas, que ganhava adeptos de maneira surpreendente, a imprensa brasileira se lançou numa campanha contra a abstenção, entendida como um possível e equivocado ato de protesto à ditadura. Vários editoriais foram feitos incitando a população a comparecer às urnas e creditar um voto de confiança ao regime. A *Folha de S. Paulo*, por exemplo, publicou no dia da eleição um caderno específico sobre “o dever de votar”.

conquistou 8 cadeiras (38%) de um total de 21⁵⁴⁴. Esses números não representam uma vitória esmagadora como pensavam os líderes emedebistas. Sendo o voto secreto e seguindo a tradição do Recife, cidade cruel, rebelde e insubmissa, os números conquistados pela oposição não foram brilhantes. Inclusive, o vereador mais votado de toda história política do Recife foi o então prefeito da cidade e notável apoiador do regime, Augusto Lucena, pela ARENA – eleito com mais de 23 mil votos.

3.6 1968: A OFENSIVA DAS OPOSIÇÕES E A EDIÇÃO DO AI-5

Apesar de os militares terem desmantelado o antigo sistema político-partidário e, em seu lugar, criado um que girava a seu favor, embora o partido governista tivesse conquistado, com as eleições de 1966, uma ampla maioria na Câmara dos Deputados, no Senado Federal, e nas Assembleias Estaduais, e os governadores e prefeitos das capitais fossem fiéis aliados ao regime militar, e no pleito de 1968, conquistado a maioria das prefeituras e Câmaras Municipais, os anos de 1967 e 1968 foram de forte turbulência e de inquietação para a ditadura.

Mesmo sendo integrante da “linha-dura”, o presidente Costa e Silva, ao assumir o poder em 15 de março de 1967, buscou implantar – pelo menos durante o início de seu governo – uma política de certa “liberalização”, que lentamente dissipasse as tensões, chamando certos setores da oposição para o diálogo com o governo⁵⁴⁵. Costa e Silva apresentava-se com um discurso voltado para “humanizar a Revolução”⁵⁴⁶. Esta política de “liberalização controlada”, também chamada de “política de alívio”, envolvia, no entendimento de Maria Helena M. Alves, uma “interpretação liberal” de artigos autoritários contidos na Constituição de 1967. Nesta “política de alívio”, *“O governo estava pronto a*

⁵⁴⁴ Foram eleitos pela ARENA: Augusto Lucena, José Magalhães Melo, Aristofanes de Andrade, Rubem Gambôa, Valerio Rodrigues, Odilon Bezerra, Augusto Lins e Silva Neto, Wandenkolk Vanderlei, Edmar Lins Cavalcanti, Rivaldo Allain Teixeira, Achilles Moura Amorim, Eriberto Gueiros e Clóvis Correia. Pelo MDB, foram eleitos: Alcides Teixeira, Aristides D’Emery Carneiro, Moacir André Gomes, João Bosco Tenório, Josué de Oliveira Pinto, José Marcelo de Carvalho Pessoa, Manoel Gilberto Holanda Cavalcanti e Roberval Lins Pinto. Resultado oficial das eleições: somente duas urnas anuladas. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 3, 18 dez. 1968.

⁵⁴⁵ A “linha-dura”, da qual Costa e Silva fazia parte, ficou bastante insatisfeita com a “aproximação” do presidente com os políticos civis. Por isso, alguns passaram a acusá-lo de ter traído os ideais apolíticos da “Revolução”. Costa e Silva, que vinha mantendo a diretriz híbrida da política estabelecida pelo primeiro governo da “Revolução”, teve que enfrentar, em meados de 1968, assim como Castelo Branco, além do revés da oposição e das ruas a contrariedade também dos “duros”. BESERRA, op. cit. (2004), p. 265.

⁵⁴⁶ SKIDMORE, op. cit. (1988), p. 138.

oferecer concessões limitadas à oposição, em troca de um apoio limitado e de sua legitimação”⁵⁴⁷.

Dentro dessa conjuntura de “política de alívio”, o MDB passou a empreender um grande otimismo com relação à normalização democrática do país durante os primeiros meses do governo Costa e Silva⁵⁴⁸. Os emedebistas “[...] pareciam ver boas intenções no Presidente quando este prometia normalização institucional e emprestava um tom nacionalista à sua retórica do defender o apoio à indústria nacional e a necessidade de uma política externa independente”⁵⁴⁹.

Maria Helena M. Alves salientou que a implantação dessa “política de alívio” não foi fruto de um posicionamento pessoal de Costa e Silva pautado no respeito aos direitos e garantias individuais, mas sim em uma estratégia política, pragmática, de condução do poder, de tentar alcançar parte do apoio das classes médias e altas que tinham ajudado o golpe de 64 e que nos anos seguintes – devido às ações arbitrárias, desumanas e ilegais do regime e, especialmente, às políticas econômicas recessivas da ditadura – tinham passado para o campo da oposição. Importante lembrar que pós-1966, diversos segmentos das classes médias brasileiras que participaram do golpe de 64 começaram a retirar apoio ao regime militar, após se verem atingidas pelas políticas econômicas recessivas do governo que diminuíram consideravelmente seus níveis salariais e, em consequência, seu poder aquisitivo.

Nesse sentido, importa dizer que a ditadura brasileira foi marcada por períodos de liberalização e radicalização de suas ações e que esses períodos não ocorreram necessariamente obedecendo à lógica dos governos que, historicamente, foram denominados “duros” ou “moderados”. Antes, tais mudanças estão relacionadas a fatores do campo político e obedecem a determinações conjunturais.

A condução desastrosa das políticas econômicas e sociais do governo Castelo Branco, as contradições e disputas no interior do regime e a implantação da “política de alívio” feita no início do governo Costa e Silva deram certa brecha de ação para que setores da sociedade civil fomentassem manifestações nas ruas das grandes cidades, passeatas e comícios de protesto entre os anos de 1967 e 1968, assim como um grupo de parlamentares eleitos em 1966, respaldados na garantia da imunidade parlamentar confirmada pela Carta de 67, passasse à ofensiva, tecendo contundentes críticas ao governo e usando a tribuna como forma

⁵⁴⁷ ALVES, op. cit. (2005), p. 137-138.

⁵⁴⁸ Vide pronunciamento do deputado estadual Waldemar Borges (MDB-PE). Deputado pede revisão da Carta Magna e Leis de Imprensa e Segurança. **Diário de Pernambuco**, Recife, 18 mar. 1967.

⁵⁴⁹ KINZO, op. cit. (1988), p. 108.

de protesto à ditadura. Como bem disse Socorro de Abreu e Lima, 1968 foi um “[...] ano marcante, no qual se buscava expressar, através de atos e palavras, a possibilidade de construção de uma outra realidade. [...] Ano de inconformismo, de contestação e de sonhos [...]”⁵⁵⁰.

No utópico ano de 1968, ocorreu, segundo Elio Gaspari, um momento de inflexão na ditadura. A respeito desse emblemático ano, Gaspari escreveu:

Para quem olhava a crise de dentro do governo, a questão estudantil e mesmo o terrorismo eram apenas uma parte do problema. As manifestações de rua indicavam que o regime perdera o apoio da classe média e até de uma parcela da elite. Para uma Revolução que se considerara abençoada pelas Marchas de 1964, a Passeata dos Cem Mil fora uma excomunhão [...] ⁵⁵¹.

No “ano que não terminou”, 1968, na expressão de Zuenir Ventura ⁵⁵², o regime sentiu, de fato, uma considerável perda de legitimidade junto a importantes setores da sociedade civil. Pois, à medida que, nos anos 1966/68, a oposição partiu para o ataque, causando pequenas fissuras no regime, o governo adotou mais medidas arbitrárias que, por conseguinte, diminuíram seu apoio social e corroeram a sua frágil base de “legitimidade”. Ou seja, quanto mais medidas arbitrárias o regime tomava, menos apoio político recebia e mais incapacitado ficava para introduzir o seu projeto de poder. Entretanto, é importante que se diga que, apesar das conjunturas políticas adversas, em nenhum momento, durante os 21 anos de ditadura, os militares deixaram de buscar a legitimação social de seu regime.

O ano de 1968 foi marcado por diversas formas de contestação ao governo. Foi uma época de contra-ataque da oposição e de reorganização de setores da sociedade civil. A oposição acreditava, de fato, que as manifestações ocorridas nesse período poderiam abalar as estruturas do regime ⁵⁵³. Aproveitando o contexto político então favorável, quatro grupos, de modo geral, adquiriram força e coordenação suficientes para atacar o regime: o movimento estudantil, o dos trabalhadores, a “Frente Ampla” e o grupo parlamentar ⁵⁵⁴.

⁵⁵⁰ ABREU E LIMA, op. cit. (2008), p. 172.

⁵⁵¹ GASPARI, op. cit. (2002), p. 309.

⁵⁵² ZUENIR, Ventura. **1968: o ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

⁵⁵³ Em depoimento anos depois, o próprio líder do governo na ALEPE reconhecia que aquela conjuntura pré-AI-5 era favorável às oposições, dentro e fora do Parlamento. “*Antes do AI-5 havia certa expectativa de relaxamento do processo revolucionário. As coisas estavam caminhando mais ou menos bem. Havia, é certo uma grande presença militar e certa restrição às atividades sindicais e estudantis. Com o AI-5 houve um recrudescimento do processo revolucionário. O que se expressou, inclusive, em novas cassações, que já, praticamente, tinham deixado de acontecer*”. MACIEL, op. cit. (2007), p. 498.

⁵⁵⁴ É importante que se diga que tal “política de alívio”, conduzida pelo regime no primeiro semestre de 1968, não foi isenta de repressão aos movimentos populares. Pernambuco, por exemplo, foi palco de várias

1. Em 1967-1968, o movimento estudantil ganhou impulso na resistência às demissões arbitrárias de inúmeros docentes, às restrições impostas à organizações estudantis e à reforma universitária promovida pelos militares, em especial, aos acordos firmados com a *United Agency for International Development* (USAID), que visavam a americanização do ensino brasileiro⁵⁵⁵.

Inicialmente ligado aos problemas específicos da classe estudantil – como a revogação do Acordo MEC-USAID, o fechamento de sua principal entidade em novembro de 1964, a União Nacional dos Estudantes (UNE), a falta de verbas, a pobreza do aparelhamento pedagógico, as decisões arbitrárias de reitores e professores, o fim dos IPMs, as demissões, afastamentos e aposentadorias de professores e funcionários ditos de esquerda, a extinção do regime de cátedra, a carência de vagas (o chamado “fim dos excedentes”), o alto preço das refeições nos restaurantes universitários, o baixo nível do professorado, a revogação da cobrança de anuidades –, o movimento dos estudantes foi rapidamente tomando corpo, agregando questões políticas e apoio de outros setores da sociedade civil. Nas palavras de Socorro de Abreu e Lima: “[...] os estudantes contavam com expressivo apoio da população, não só porque contestavam o regime, mas porque propunham medidas que favoreciam também setores da sociedade”⁵⁵⁶.

A insatisfação derivada de questões específicas do ensino era acrescida a outras influências que embalavam, naquele contexto, a cabeça dos jovens estudantes, entre as quais, vale lembrar, as mudanças culturais então em voga⁵⁵⁷; as contestações mundiais pelo fim da

arbitrariedades durante esse conturbado ano, especialmente durante o segundo semestre. Para uma melhor compreensão sobre os embates ocorridos no Estado de Pernambuco ao longo de 1968 entre Estado e oposição, ver: ABREU E LIMA, op. cit. (2008). O seguinte depoimento do deputado Maurílio Ferreira Lima (MDB-PE) revelou, por exemplo, o grau de repressão da ditadura aos movimentos contestatórios de rua de então: “*Ter vinte anos no Recife é um crime. [...] Recife é uma cidade inteiramente ocupada por um formidável dispositivo militar que, diariamente, afronta a população nas ruas centrais da cidade. É como se estivéssemos em guerra e em todos os semblantes que se mira está estampado o medo, o pavor. [...] O Comando da PM já transformou em rotina o deslocamento de seus efetivos para o centro da cidade, onde se põem em guarda contra os mais perigosos inimigos da sociedade, os estudantes ou qualquer um que tenha a infelicidade de ter menos de 20 anos*”. Recife também está ocupada. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 12 set. 1968.

⁵⁵⁵ “Os acordos MEC-Usaid tornaram-se o principal símbolo do aumento da presença americana no Brasil após o golpe militar de 1964 e, por isso, forneceram argumento importante nas manifestações anti-imperialistas e antiamericanas”. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Modernizando a repressão: a Usaid e a polícia brasileira. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 30, n. 59, 2010, p. 238.

⁵⁵⁶ ABREU E LIMA, op. cit. (2008).

⁵⁵⁷ “Toda geração vê o mundo como algo novo. A geração dos anos 60 via o mundo como novo e jovem. Ao longo dos tempos, a maioria dos jovens sempre se viu em meio a um mundo cheio de pessoas mais velhas, no qual os seniores ocupavam as posições de influência e eram os exemplos a serem seguidos. Para a geração de meados da década de 1960, porém, as coisas foram diferentes. O ecossistema cultural evoluía muito rapidamente do que no passado. O abismo que separava essa nova geração da geração de seus pais era muito maior do que a distância convencional entre grupos de gerações diferentes. Essa distância dava a muitos jovens a impressão de que eles tinham nascido numa sociedade que se transformava, embora relutantemente – mudava

Guerra no Vietnã; as lutas nos EUA pelo fim do segregacionismo racial; a luta pelo fim de outras ditaduras mundo afora, os conflitos estudantis de maio de 1968 na França, o auge do movimento dos hippies (pregadores de paz e amor), o combate aos tabus sexuais, além, é claro, do “romantismo revolucionário”, conforme apontou Michael Löwy:

O espírito de 68 é uma bebida potente, uma mistura apimentada e desejável, um coquetel explosivo composto por diversos ingredientes. Um de seus componentes – e não o menor – é o romantismo revolucionário, ou seja, um protesto cultural contra os fundamentos da civilização industrial/capitalista moderna, seu produtivismo e seu consumismo, e uma associação singular única e sem gênero, entre subjetividade, desejo e utopia – o “triângulo conceitual” que define [...] 1968⁵⁵⁸.

2. Não tardou para que esse caldo cultural oposicionista batesse às portas do mundo do trabalho. No dia 16 de abril de 1968, em Contagem (MG), iniciou-se uma greve na siderúrgica Belgo-Mineira, a maior da cidade, com a adesão de cerca de 1.700 operários, reivindicando reajuste salarial de 25% contra o índice oficial de apenas 17%. Este é considerado o primeiro grande movimento de resistência dos operários à política econômica do regime militar; a primeira vitória de uma greve operária depois de 1964⁵⁵⁹. Em poucos dias, esse movimento grevista espalhou-se pela região, atingindo outras fábricas, chegando a envolver aproximadamente 15 mil trabalhadores.

O inusitado movimento dos trabalhadores provocou uma violenta reação do governo. No dia 24 de abril, 1.500 policiais militares tomaram a região industrial de Contagem e reprimiram qualquer tentativa de assembleias e aglomerações operárias. Mesmo nesta tensão os operários resistiram. Frente à amplitude e organização do movimento e o risco de se espalhar por outros centros industriais, o governo recuou e, no dia 25, atendeu parte das reivindicações dos grevistas⁵⁶⁰. A onda paredista empolgou os trabalhadores de muitas partes do país, especialmente os operários do município de Osasco (SP) – que tentaram realizar manifestação autêntica na região –, considerado, à época, um polo central dos movimentos

seus valores, seu estilo, suas normas –, diante de seus próprios olhos e sob seu comando”. JUDT, Tony. **Pós-Guerra**: uma história da Europa desde 1945. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2008. p. 71.

⁵⁵⁸ LÖWY, Michael. O romantismo revolucionário de Maio 68. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 84, mai. 2008.

⁵⁵⁹ WEFORT, Francisco. Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco, 1968. **Cadernos Cebrap**, São Paulo, n. 5, 1972, p. 37.

⁵⁶⁰ ALVES, op. cit. (2005), p. 151.

mais à esquerda, dada a atração exercida pela oposição sindical que se tornou vitoriosa nas eleições de 1967, para a direção do Sindicato dos Metalúrgicos ⁵⁶¹.

No dia 16 de julho de 1968, os trabalhadores da Cobrasma, fábrica metalúrgica de Osasco com 3 mil operários, anunciaram a ocupação da empresa. Para os metalúrgicos de Osasco não se tratava apenas de conquistar melhores aumentos na época do dissídio, existia também uma questão política. Em poucas horas, o movimento paredista se espalhou para outras fábricas. No entanto, os militares já atentos à experiência grevista de Contagem, logo no início do movimento, acionando cerco policial, decretaram a intervenção no Sindicato de Osasco, com a conseqüente destituição da sua direção, a invasão das fábricas e prisões dos principais grevistas. Sem lideranças e sitiados, os trabalhadores voltaram ao trabalho após o terceiro dia de repressão. A greve de Contagem pegou patrões e governantes de surpresa, o que dificultou a repressão, mas em Osasco o uso da força policial foi devastador, anunciando uma nova fase de punições na área sindical.

Preparado para o confronto, a ditadura militar reprimiu duramente a paralisação, uma vez que estava decidida a não fazer mais nenhuma concessão. O movimento grevista foi duramente reprimido e os dirigentes sindicais mais combativos exilaram-se do país, ou passaram a atuar na clandestinidade e posteriormente aderiram às distintas organizações de esquerda que participaram da luta armada contra a ditadura militar ⁵⁶².

Em Pernambuco, não houve um movimento paredista dessa envergadura. Mas isso não significa dizer que os trabalhadores pernambucanos ficaram amorfos e passivos com relação ao movimento que estava brotando no sudeste do país. Como apontou Luis Momesso, em Pernambuco, os trabalhadores sentiam e viam as greves de Osasco e Contagem como

⁵⁶¹ Vale aqui destacar que as greves operárias de 1968 só podem ser realmente entendidas nos marcos da crise que o regime militar atravessava naquele momento. Como pontuou Antonio Gramsci, os movimentos sociais estão marcados por uma dinâmica que só se explicitam, claramente, em certas “situações de crise”, quando as classes dominantes não se demonstram capazes de dirigir a sociedade como um todo (circunstâncias designadas pelo marxista sardo como “crise de hegemonia” ou “crise do Estado no seu conjunto”), e o Estado – como “lôcus” essencial de distribuição de poder – não se encontra suficientemente coesionado para responder às pressões que vêm de baixo. Em resumo, a crise hegemônica, segundo Gramsci, é aquele momento em que nenhuma força consegue se impor consensualmente na sociedade. O conflito industrial de Osasco e Contagem ilustra bem as situações de crise “por cima”, e que permitem uma vigorosa emergência “por baixo”, quando os grupos subalternos estão organizados, mesmo que parcialmente, para isso. Durante a “crise de hegemonia”, os movimentos sociais oriundos das classes populares encontram espaço político e institucional para se expressar. A crise “por cima” amplia o espaço de liberdade “por baixo” e, dependendo do que se consolide nesses momentos em termos de independência a autonomia organizatória, se definirá a capacidade das classes populares de continuar intervindo na sociedade com marca própria. GRAMSCI, op. cit. (1984), p. 55.

⁵⁶² ANTUNES, Ricardo; RIDENTI, Marcelo. Operários e estudantes contra a Ditadura: 1968 no Brasil. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 12, n. 2, p. 78-89, Jul/Dez. 2007, p. 85-86.

“símbolos” da luta contra a ditadura militar e por melhores condições de vida ⁵⁶³. Nesse período, apesar de não ter havido movimentos grevistas no meio urbano de Pernambuco, os trabalhadores discutiam internamente nas fábricas e dialogavam clandestinamente com algumas lideranças do MDB local ⁵⁶⁴.

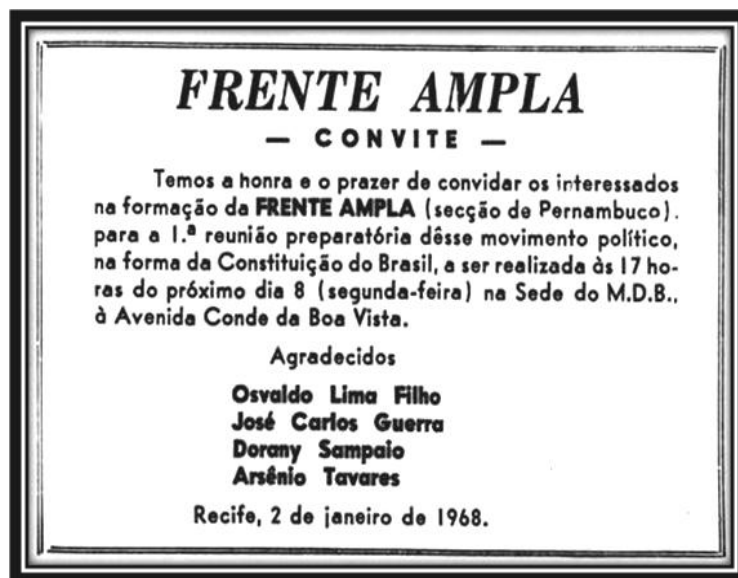


Fig. 12 – Convite para formação da Frente Ampla em Pernambuco com apoio do MDB.
Fonte: *Diário de Pernambuco*, 5 jan. 1968.

3. O movimento político contra a ditadura chamado de “Frente Ampla” (vide Figura 12). Em meados de 1965, Magalhães Pinto, então governador de Minas Gerais, e Carlos Lacerda, na época governador da Guanabara, que haviam apoiado totalmente o golpe de 64, começaram a se distanciar dos militares e passaram a criticar abertamente a relação do governo com o Congresso e o Judiciário. Em fins de 1966, ambos os governadores articularam-se e organizaram um movimento contra o regime militar que abrangia amplo espectro da opinião pública – daí o nome “Frente Ampla”. Juntaram-se ao movimento os dois ex-presidentes cassados e exilados, Juscelino Kubistchek e João Goulart. Em 1967, em Montevidéu, no Uruguai, os quatro líderes assinaram um acordo, pedindo, entre outros, a redemocratização do país, a revogação de toda legislação de controle, o fim do arrocho salarial anistia e a retomada do desenvolvimento econômico ⁵⁶⁵.

⁵⁶³ MOMESSO, Luiz Anastácio. Lutas e organização sindical em 68, apesar da ditadura. *CLIO – Série Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, n. 26, v. 1, p. 155-170, 2008.

⁵⁶⁴ FERREIRA, Rafael Leite. *O “novo sindicalismo” urbano em Pernambuco (1979-1984): entre mudanças e permanências*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

⁵⁶⁵ SKIDMORE, op. cit. (1988), p. 111.

Caminho encontrado pelo ex-herdeiro civil da “Revolução” [o jornalista Carlos Lacerda] para dar continuidade à sua campanha contra o presidente Castelo Branco, a Frente se apresentou, já em 1966, como tentativa de rearticulação dos líderes políticos marginalizados pelo regime militar com o objetivo de, através de um apelo de cúpula, mobilizar a “opinião pública” a favor da redemocratização. No plano social mais amplo procurou se apresentar como porta-voz dos anseios “antiditatoriais” da média burguesia, levando a bandeira da “preservação da soberania nacional” e da “retomada do desenvolvimento econômico” [...] ⁵⁶⁶.

Os temas apresentados e as lideranças organizadoras do movimento atraíram a atenção de muitos descontentes com o governo dos militares. Engajaram-se à luta da “Frente Ampla” líderes sindicais e estudantis e, especialmente, políticos do MDB, que viam nesse movimento, mais do que na própria legenda consentida pela ditadura, fortes chances de derrubar a ditadura. O movimento foi ganhando corpo e conquistando a adesão de importantes emedebistas, como o secretário-geral do partido, Mário Covas, líder da bancada, figura proeminente da oposição. Em Pernambuco, muitas lideranças emedebistas se aliaram ao movimento e estavam bastante entusiasmadas com a aliança MDB-Frente. No Congresso Nacional, Oswaldo Lima Filho, vice-presidente do MDB, observava em fins de 1967 que *“dentro de mais um ano só existem o governo e a Frente Ampla”* ⁵⁶⁷. Na ALEPE, Geraldo Pinho Alves, líder do MDB declarava: *“Em relação a essa movimentação lacerda-juscelinista nossa posição é de expectativa. Não temos ainda compromissos, mas estamos prontos a iniciar os contactos”* ⁵⁶⁸.

Sobre as relações estabelecidas entre o MDB e a Frente Ampla (vide Figura 13), Maria Kinzo destacou:

- a) A participação de emedebistas na Frente eram iniciativas individuais daqueles que consideravam que o movimento era importante para o restabelecimento da democracia no país.
- b) Os emedebistas que aderiram à Frente defendiam a integração do partido com ao movimento, a fim de dar apoio e sustentação legal às atividades da Frente.
- c) Havia dentre os políticos moderados da Executiva do partido uma forte resistência à adesão do MDB à Frente.

⁵⁶⁶ MARTINS FILHO, op. cit. (1993), p. 119.

⁵⁶⁷ Citado por Coluna do Castello. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 4, 12 out. 1967.

⁵⁶⁸ Oposição acusa governo e protesta contra aumento da alíquota do ICM. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 6, 16 mar. 1967.

d) Os moderados do MDB não foram capazes de barrar a adesão de dezenas de emedebistas ao movimento ⁵⁶⁹.



Figura 13 – Charge da Folha de S. Paulo em alusão à Frente Ampla.
Fonte: **Folha de S. Paulo**, 5 set. 1967.

A Frente planejou realizar uma série de comícios, passeatas e manifestações de rua por todo o país, ao longo de 1968. Em Pernambuco, com o apoio de líderes emedebistas, foram realizadas algumas reuniões na sede do partido no início de 1968. Porém, maiores ações do MDB-Frente não foram possíveis, pois, no dia 5 de abril de 1968, através da Portaria nº 117, o ministro da Justiça, Gama e Silva, proscreeu a Frente Ampla como organização política no país e ordenou ao Departamento de Polícia Federal (DPF) a prisão de quem violasse a Portaria ⁵⁷⁰. “A Frente era especialmente ameaçadora para o Estado de Segurança Nacional por atrair representantes conservadores das classes médias e altas que haviam apoiado o golpe militar” ⁵⁷¹. Como se verá ao longo do texto, os políticos pernambucanos, tanto do MDB quanto da ARENA, que participaram do movimento não ficaram impunes. Todos foram monitorados pela comunidade de informações da ditadura e tiveram seus direitos políticos cassados meses depois, após a edição do AI-5, ocorrida em 13 de dezembro daquele ano.

⁵⁶⁹ KINZO, op. cit. (1988), p. 112.

⁵⁷⁰ Governo coloca Frente Ampla na ilegalidade. **Diário de Pernambuco**, Recife, 6 abr. 1968.

⁵⁷¹ ALVES, op. cit. (2005), p. 156.

4. Com a intensificação da repressão às manifestações de rua ocorridas ao longo de 1968, o Parlamento tornou-se uma das poucas esferas públicas onde era possível, de alguma forma, criticar a ditadura. A presença do povo na rua, em grandes manifestações, tinha um impacto direto e imediato no Poder Legislativo.

Nas ante-salas do Poder Legislativo, diariamente, comissões de estudantes, familiares de presos e perseguidos políticos, dirigentes de entidades acadêmicas, moradores de subúrbio, procuravam entender-se com os parlamentares da oposição para transmitir suas queixas e seus protestos, mães procurando filhos desaparecidos, irmã tentando localizar o paradeiro do irmão detido pelos órgãos de segurança, noiva clamando pela libertação do enamorado, o militante partidário interessado pela sorte do companheiro foragido, presidentes das associações de classe reclamando contra os atos intervencionistas do governo em suas atividades, enfim, a Assembleia tornando-se caixa de ressonância do clamor de todos os segmentos da sociedade contra o arbítrio e a violência ⁵⁷².

Incorporando o clima de inquietação vivido pela sociedade, uma parte significativa dos parlamentares saiu em defesa dos manifestantes e passou a assumir os riscos de uma luta mais aberta contra o regime e a denunciar as ações arbitrárias dos militares. Nas palavras de Maria H. Moreira Alves:

O Congresso Nacional tornou-se um espelho da inquietação na sociedade civil. Os parlamentares de oposição eleitos em 1966 reagiram ao clima político, vendo-se forçados a apoiar o crescente movimento de protesto de massa de trabalhadores e da classe média. Embora não pudesse legislar como deveria, pois grande parte das atribuições legislativas havia sido transferida para a esfera do Executivo, o Congresso desempenhou efetivamente um papel, na denúncia dos atos repressivos do governo ⁵⁷³.

Embora, nesse período, o MDB sofresse forte resistência de setores das tradicionais esquerdas ⁵⁷⁴, o partido de oposição legal começava a ganhar simpatia de alguns setores desse espectro político. Basicamente as esquerdas do antigo sistema entendiam o MDB sob três pontos de vista ⁵⁷⁵: para uns, o MDB não passava de uma marionete nas mãos do governo,

⁵⁷² CAVALCANTI, op. cit. (2008b), p. 402.

⁵⁷³ ALVES, op. cit. (2005), p. 157.

⁵⁷⁴ E essa descrença das esquerdas com relação ao MDB ocorria, pois o partido era visto como “[...] *uma organização imposta artificialmente, resultado de uma reforma institucional que destruía partidos em vias de consolidação na sociedade brasileira; parecia uma organização inútil para fins oposicionistas, haja vista que dificilmente teria condições de exercer influências real sobre o Estado; teria sido autorizado a funcionar apenas para dar legitimidade ao sistema e atender aos pruridos liberais de parte dos apoiadores do regime militar*”. MOTTA, op. cit. (2007), p. 286.

⁵⁷⁵ No entanto, é importante que se diga que essa descrença e desconfiança por parte das esquerdas em relação ao MDB, no entanto, como se verá no próximo capítulo, se arrefeceram ao longo da década de 70, à medida que a legenda passou a ser interpretada como uma “frente de oposições”.

colhendo migalhas políticas; outros, o concebiam como prejudicial ao país, uma vez que legitimavam o arbitrário sistema político imposto; e alguns viam como a chance/brecha de fazer uma transformação, por via legal, por dentro do sistema, ou seja, se o partido não era a oposição ideal, entendiam como obrigação política, preparar a agremiação para torná-la a oposição ideal.

Assim, o MDB, nascido “[...] *por um ato de arbítrio, mas contrariando as previsões do sistema, terminou por se tornar um amplo movimento de combate à ditadura*”, conquistando setores estudantis, artísticos, da imprensa e da classe média ⁵⁷⁶. A atuação incisiva de alguns emedebistas nas Assembleias Legislativas lutando pelo pronto restabelecimento das garantias individuais, do Estado Democrático de Direito e contra as políticas econômicas recessivas dos militares chamou a atenção de parcelas da sociedade. Nas palavras de Maria Kinzo: “[...] *o partido, pela primeira vez, foi além dos limites de seu papel congressional e começou a apoiar e participar ativamente no movimento oposicionista que crescia na sociedade civil*” ⁵⁷⁷.

A bancada emedebista na ALEPE, por exemplo, integrada por uma equipe de corajosos e atuantes deputados, como Egídio Ferreira Lima, Waldemar Borges, Rodrigues Filho, Dorany Sampaio, Lívio Valença, Geraldo Pinho Alves, Luiz de Andrade Lima, Harlan Gadelha, Clóvis Jatobá Costa Lima, Liberato Costa Junior e outros, uns agindo em função de problemas políticos, outros incomodando o governo na área administrativa, revelando casos de corrupção e irregularidades da coisa pública, ganhou durante no ano de 1968 a simpatia de variados setores da sociedade pernambucana, inclusive, a simpatia de outras correntes (organizadas ou não) de oposição à ditadura. Esses emedebistas:

[...] participaram de protestos, passeatas, greves, às vezes apanhando da polícia junto com os outros manifestantes, e reuniram-se com lideranças estudantis e sindicais para negociar formas de atuação conjunta. Usaram a tribuna parlamentar para manifestar prontos de vista caros à opinião de esquerda, ao atacarem, por exemplo, o processo de desnacionalização da economia e a perda de direitos sociais dos trabalhadores ⁵⁷⁸.

Feitas essas colocações, que são verdadeiras quanto à atuação da bancada emedebista no enigmático ano de 1968, é preciso também tomar cuidado para não valorizar demasiadamente as relações do MDB pernambucano com os movimentos sociais desse

⁵⁷⁶ LIMA, op. cit. (1982), p. 88.

⁵⁷⁷ KINZO, op. cit. (1988), p. 108.

⁵⁷⁸ MOTTA, op. cit. (2007), p. 289.

período. A autora Maria Kinzo destacou, por exemplo, que o MDB e as organizações da sociedade civil eram duas forças paralelas de oposição ao regime, atuando em esferas distintas, mas que, em essência, os laços entre eles “[...] eram demasiados tênues, consistindo muito mais de uma cooperação entre forças políticas distintas, do que qualquer relação orgânica destinada a desenvolver uma atuação conjunta e articulada”⁵⁷⁹.

Para entender a articulação da oposição durante esse momento é preciso salientar que, desde o governo Castelo Branco, na tentativa de conciliar interesses distintos, principalmente os dos “moderados” e os da “linha-dura”, o regime militar vinha adotando uma complexa “política híbrida” de repressão e consenso, que envolvia a preservação de determinadas instituições democrático-representativas, entre elas o Poder Legislativo.

No entanto, a cada ano, a sustentação dessa complexa e contraditória estratégia ficava mais complicada para o governo. Vale ressaltar que desde a edição do AI-1, em abril de 1964, de poder necessário à legitimação do novo regime, o Congresso Nacional vinha se tornando, pós-1966, em certo obstáculo aos desígnios dos militares. Como escreveram Sérgio Abranches e Gláucio Soares:

Em 1964, criou-se uma espécie de “pacto político”, nem sempre obedecido de bom grado, segundo o qual a Câmara e o Senado não impunham obstáculos às iniciativas legislativas do Executivo, aprovando os projetos que lhes fossem enviados. [...] a maioria [dos deputados] aceitou o pacto “como meio de sobrevivência”, embora um número substancial de deputados situacionistas se opusesse a ele. [...] Gradualmente, o Legislativo transformou-se no único fórum político da nação no qual os membros podiam criticar livremente o governo, o regime, e as Forças Armadas⁵⁸⁰.

Em 1968, com a intensificação das insatisfações externas e internas, a opção pela “política híbrida” começou a dar sinais de esgotamento. Devido à autonomia que o Congresso começou a buscar pós-1966, o grupo militar moderado que defendia a permanência do Legislativo no sistema político brasileiro começou a perder adeptos e influência no governo. Em seu lugar, os duros, que defendiam o total fechamento do regime, foram se constituindo, em meados de 1968, como um grupo de pressão muito eficaz e conquistando, paulatinamente, consideráveis espaços de poder no interior do regime.

No ano de 1968, assim como ocorrido com o governo em 1965, após o resultado das eleições estaduais, novamente, o regime se viu numa encruzilhada, totalmente encurralado em sua tentativa de levar adiante sua delicada política híbrida de repressão e consenso. Como

⁵⁷⁹ KINZO, op. cit. (1988), p. 203.

⁵⁸⁰ ABRANCHES; SOARES, op. cit. (1973), p. 78-88.

salientou Claudio Beserra, em fins de 1968, muitos militares começaram a perceber os reais custos da preservação do Congresso Nacional. Para muitos deles, os custos de preservação do Congresso superavam em muito os benefícios que a manutenção do Legislativo poderia trazer. Na ótica desses estrategistas, o sistema político implantado em 1965 era híbrido demais e concedia um espaço muito grande que impedia o controle absoluto da oposição por parte do governo, além do mais, os militares não estavam conseguindo controlar totalmente os parlamentares da própria ARENA ⁵⁸¹.

Vários episódios ocorridos ao longo de 1968 fizeram com que o governo começasse a se preocupar com as atitudes de certos parlamentares. Vale destacar que desde o fim das eleições de 1966 até meados de 1968, o regime militar tinha diminuindo bastante a sua ânsia punitiva com relação aos mandatos políticos ⁵⁸². Mas, de todos os episódios ocorridos no Congresso, o que mais chamou a atenção dos militares em 1968 foi o caso Márcio Moreira Alves. Jornalista de formação tornou-se deputado federal pela Guanabara, pelo MDB, em seu primeiro mandato no ano de 1966. Tornou-se conhecido por sua campanha em defesa dos presos políticos, especialmente por seu livro “Torturas e torturados” ⁵⁸³, que denunciou a prática de torturas em prisões brasileiras.

Em discurso na tribuna da Câmara Federal, no dia 2 de setembro, Márcio Moreira Alves criticou duramente a repressão do governo aos movimentos estudantis, conclamando o povo a realizar um “boicote ao militarismo”, não participando dos festejos comemorativos da parada militar de 7 de setembro. Seu pronunciamento provocou uma reação indignada e emocional entre os militares e foi considerado pelo regime como ofensivo “aos brios e à dignidade das forças armadas”.

⁵⁸¹ VASCONCELOS, Claudio Beserra de. Os militares e a legitimidade do regime ditatorial (1964-1968): a preservação do Legislativo. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 29, n. 49, jan/abr 2013, p. 357.

⁵⁸² Em Pernambuco, houve apenas uma cassação no ano de 1967. E esta foi dirigida à ALEPE, com a suspensão dos direitos políticos do suplente do MDB, Josesito Padilha. Não dispomos de muitas informações sobre a sua biografia. O que consta é que ele iniciou a sua vida política elegendo-se deputado estadual, pelo PRP, no pleito de outubro de 1962. Com a instauração do bipartidarismo, em 1965, filiou-se ao MDB, sendo um dos fundadores da legenda em Pernambuco. No pleito de outubro de 1966, ficou com a 5ª suplência de deputado estadual pelo MDB. Teve a suplência e os direitos políticos suspensos, no dia 28 de fevereiro de 1967, com base no artigo 14 do AI-2. Saiu novo listão com pernambucanos. **Diário de Pernambuco**, Recife, 28 fev. 1967. Apesar de nossos esforços, não conseguimos identificar os motivos reais de sua cassação. Para a imprensa da época, a inclusão do nome de Josesito foi uma surpresa: “A cassação do deputado Joeszito Padilha colheu de surpresa os meios políticos, porquanto ele nunca foi dito como subversivo ou corrupto”. O assunto é política. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 20, 28 fev. 1967. Com os direitos políticos suspensos, Josesito exilou-se no Uruguai por mais de uma década. Na volta ao Brasil, em 1979, voltou a participar da política partidária como militante do PDT. Faleceu no Recife, em novembro de 2012.

⁵⁸³ ALVES, Márcio Moreira. **Torturas e torturados**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1966.

O discurso de Márcio Moreira Alves, aliado à eclosão das manifestações antiditatoriais ocorridas durante o primeiro semestre de 1968, caíram como uma luva para a “linha-dura”, que já planejava um segundo golpe de Estado e almejava mais liberdade na defesa da Segurança Interna. O discurso caiu como um fato ideológico e o estopim para motivar a cúpula do governo Costa e Silva a se recrudescer e a abandonar a “política híbrida” de buscar apoio social. Como analisou João Roberto Martins Filho:

[...] a eclosão das manifestações antiditatoriais durante o primeiro semestre de 1968 [por exemplo, o enterro do estudante Edson Luís, Passeata dos Cem Mil, greves operárias de julho etc.], ao invés de lançar elementos de desunião e cizânia no campo militar, iria atuar como fator adicional de unificação das Forças Armadas, colocando em suspenso as agudas tensões que se anunciavam no campo da luta sucessória. A situação militar teria se caracterizado, assim, por uma espécie de ‘unidade de crise’ diante da ofensiva das forças anti-regime naquele primeiro semestre de 1968⁵⁸⁴.

A pressão popular nas ruas e as vitórias da oposição nas urnas (apesar de poucas, mas significativas) inquietaram, de maneira significativa, o regime militar. Diante das reações dos duros, o governo deu entrada no STF com o pedido de cassação do mandato do deputado emedebista. Como ainda estava em vigência a Constituição de 1967, que preservava a “imunidade parlamentar”, não era possível punir sumariamente um deputado por discurso feito na tribuna da Câmara Federal. Era necessário seguir os trâmites legais. A Câmara era quem decidiria pela cassação ou não⁵⁸⁵.

Embora a ditadura militar pudesse invocar os seus poderes draconianos e expurgar sumariamente o deputado Márcio Moreira Alves, ela não o fez. Preocupada em manter a sua postura híbrida e paradoxal de conciliar “arbitrariedade” com “legalidade formal”, a ditadura optou por solicitar ao Congresso Nacional o pedido de suspensão da “imunidade parlamentar” do emedebista – atitude negada pelo Congresso. Este processo demonstra, por exemplo, a preocupação do regime militar, naquele momento, com a sua imagem e legitimação. Nas palavras do brasilianista Thomas Skidmore:

⁵⁸⁴ MARTINS FILHO, op. cit. (1993), p. 150.

⁵⁸⁵ Aqui, é importante pontuar também uma questão. Antes da opção pela força, atordoado pelo revés político vindo das ruas e sentido nas tribunas, o governo investiu mais de três meses em negociações com o Congresso para conseguir cassar Márcio Moreira Alves. Isto indica a que ponto o governo chegou na insistência em manter o Legislativo aberto antes de ceder às pressões da “linha-dura”. Como argumentou Renato Lemos: “[...] a cronologia dos acontecimentos [pré-edição do AI-5] é indicativa da importância que o grupo dirigente ainda atribuía à preservação das estruturas democráticas. Mesmo dispondo de poderosos instrumentos de coação, o governo manteve por três meses desgastantes negociações com o Congresso até que fosse recusada a licença para processar o deputado. Naturalmente, este foi um tempo de negociações também com a linha-dura, que, com a vitória política representada pela decretação do AI-5, iniciou uma nova fase na história do regime militar brasileiro”. LEMOS, op. cit. (2004), p. 435.

É verdade que o Congresso fora humilhado no fim de 1968 – suspenso por quase dois anos, despojado em grande parte dos seus poderes. Os parlamentares do MDB foram submetidos a vexames e a atos de intimidação. Mas o fio da legitimidade legislativa não se partira. O Congresso nunca foi abolido, como aconteceu na Argentina, no Chile e no Uruguai na vigência de governos militares nos anos 60 e 70⁵⁸⁶.

No dia 12 de dezembro, contando com a participação do próprio partido governista, o pedido de cassação de Márcio Moreira Alves foi recusado pela Câmara Federal, por uma diferença de 75 votos (216 votos contra e 141 a favor). Sentiu-se uma verdadeira euforia na Câmara Federal. Os parlamentares congratulavam-se mutuamente por sua coragem. A emoção de haverem desafiado os militares era contagiante⁵⁸⁷. Segundo Maria H. Moreira Alves:

Todos os parlamentares e espectadores das galerias irromperam em aplausos, e muitos choraram. Uma voz começou a entoar o Hino Nacional e arrastou outras, numa triunfante afirmação da força civil; parecia um momento de vitória, um momento de glória. Era, na realidade, um momento de derrota, que liberou os membros do Aparato Repressivo para a aplicação de seu plano⁵⁸⁸.

A festa no Congresso Nacional e o efêmero sentimento de abertura vislumbrado por alguns opositores do regime não duraram, porém, mais de 24 horas. No dia seguinte à recusa da cassação de Márcio Moreira Alves na Câmara Federal, a ditadura militar brasileira baixou o AI-5, iniciando o terceiro ciclo de terror e de cassações no país⁵⁸⁹.

Quando a oposição começava a ganhar estatura, adeptos e reconhecimento, a ditadura usurpou-lhe a tribuna. “*A ditadura usou de todos os expedientes para impor sua vontade à Nação, muitas vezes violando suas próprias regras para superar dificuldades imprevistas, surgidas de pressões da sociedade na dinâmica do processo político*”⁵⁹⁰. As cassações se reiteraram e recrudesceram numericamente e com muita amplitude a partir do AI-5. Este ato, ao extinguir o instituto da “imunidade parlamentar”, retornava a possibilidade de o presidente da República cassar mandatos e suspender direitos políticos de maneira sumária, poderes de exceção que o presidente Costa e Silva nunca experimentara.

⁵⁸⁶ SKIDMORE, op. cit. (1988), p. 303.

⁵⁸⁷ Os bastidores dessa votação histórica podem ser vistas em: **AI-5 – o dia que não existiu**. [Documentário]. Direção de Paulo Markun. Brasília: TV Cultura/TV Câmara, 2001. DVD (56 min.): NTSC, son., color.

⁵⁸⁸ ALVES, op. cit. (2005), p. 160.

⁵⁸⁹ Como se verá ao longo do texto, sob os auspícios do AI-5, foram cassados, em Pernambuco, 8 deputados federais, 16 deputados estaduais, um senador e um vereador da Câmara do Recife. AI-5 calou a oposição em Pernambuco. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. E-5, 31 mar. 1994.

⁵⁹⁰ COELHO, op. cit. (2010), p. 375.

O presidente do Diretório Nacional [da ARENA], [o senador] Daniel Krieger [RS], e outros senadores procuraram Costa e Silva para protestar contra a edição do AI-5. Naquela conjuntura, Daniel Krieger e João Roma [PE], secretário-executivo do Diretório Nacional, renunciaram aos seus cargos. Krieger argumentou que já havia divergências de orientação política entre eles e o governo, agravadas pelo episódio Márcio Moreira Alves. Além disso, ele não aceitava as críticas do presidente da República à atuação do partido, nem a interpretação oficial, repetida em diversas ocasiões, de que a edição do AI-5 era resultado da irresponsabilidade da Arena⁵⁹¹.

Considerando apenas os casos de cassação de mandatos eletivos e suspensão de direitos políticos, 434 civis foram marginalizados da atividade política sob a égide do AI-5⁵⁹². O ano de 1969 ficou marcado, por exemplo, como o período que mais houve cassações na história da Câmara Federal. Em 1969 foram 79 cassações no total⁵⁹³.

O AI-5 transformou o regime de exceção em regime de puro arbítrio. O próprio presidente Emílio Médici confidenciou anos depois: “*Eu tinha o AI-5, podia tudo*”⁵⁹⁴. A natureza repressiva do regime foi exponencialmente agravada com a decretação desse ato. O AI-5 iniciou um período em que o recurso à repressão e à vigilância e o exercício de poderes arbitrários atingiram níveis jamais registrados na história política brasileira. Como bem resumiram Sérgio Henrique Hudson de Abranches e Gláucio Ary Dillon Soares: “*O Legislativo dispunha da tribuna e o Executivo dispunha da tropa. O resultado do conflito era fácil de prever*”⁵⁹⁵.

O AI-5 foi o pontapé para o uso desenfreado do aparelho repressivo do estado de segurança nacional com a justificativa de “combater a subversão”, segundo Emílio Médici, então chefe do SNI, a suposta “causadora da edição do Ato”⁵⁹⁶. O AI-5 era a vitória da “linha-dura” e o fim de qualquer sinalização de abertura. A ditadura, cuja força, fundamentalmente, derivava do apoio militar e não da legitimidade civil, assumia com esse ato que não toleraria quaisquer movimentos organizados a partir das bases e nem que o Congresso assumisse a responsabilidade integral de legislar, pois isto resultaria no abandono do poder pelos militares. Parafraseando Roger Chartier, com a edição do AI-5, o regime buscava “[...] *esquadrinhar o tempo e os lugares, disciplinar os corpos e as práticas,*

⁵⁹¹ GRINBERG, op. cit. (2009), p. 132.

⁵⁹² FIGUEIREDO, op. cit. (1978), p. 155.

⁵⁹³ Para maiores detalhes, ver: AZEVEDO; RABAT, op. cit. (2012), p. 119-170.

⁵⁹⁴ GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo, Companhia das Letras, 2002b, p. 130.

⁵⁹⁵ ABRANCHES; SOARES, op. cit. (1973), p. 89.

⁵⁹⁶ Cf. KRIEGER, op. cit. (1976), p. 344.

modelar, pelo ordenamento regulado dos espaços, as condutas e os pensamentos”⁵⁹⁷. Com o AI-5, os militares estabeleciam um Estado ao “estilo Estado Hobbesiano” que absorvia todo o poder.

Como se verá ao longo do texto, os parlamentares que ousaram divergir e/ou discordar do regime militar acabaram encontrando, grosso modo, três caminhos:

- a) a cassação;
- b) o silenciamento e/ou vida parlamentar tímida, como formas de sobrevivência política⁵⁹⁸;
- c) ou o afastamento da vida política, por vontade própria⁵⁹⁹.

Com o malsinado AI-5, a ditadura endureceu, a perseguição se generalizou, o Congresso foi fechado por tempo indeterminado⁶⁰⁰, ficaram suspensas todas as garantias constitucionais e individuais e a tortura se tornou uma coisa corriqueira, atingindo todos de maneira indiscriminada. “*As garantias foram erradicadas e sobre o País se abateu um manto de silêncio e asfixia, somente quebrado pelas matracas do arbítrio e da tortura*”⁶⁰¹. A denúncia do ex-governador de Pernambuco, Miguel Arraes, no dia 30 de março de 1974, em audiência simbólica à primeira sessão do Tribunal Bertrand Russel II, instalado em Roma, por exemplo, apontou nesse sentido:

⁵⁹⁷ CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 2002, p. 69.

⁵⁹⁸ Conforme apontou Thomas Skidmore: “[...] a lembrança dos expurgos [...], que atingira tantos dos líderes radicais do MDB, fez com que muitos dos seus membros passassem a adotar uma posição mais discreta. Afinal, eles sabiam que não era o momento para um ostensivo desafio à legitimidade do regime militar”. SKIDMORE, op. cit. (1988), p. 229.

⁵⁹⁹ A instituição do AI-5, por exemplo, acarretou a desistência de muitos parlamentares continuarem ativos na vida política: “*Diversos deputados estaduais já decidiram não disputar as próximas eleições. Alguns já haviam traçado plano, inclusive para postular uma cadeira de deputado federal. Com a edição do AI-5, porém, acham melhor dedicar-se a outras iniciativas, abandonando a política*”. RÉGIS, Ernani. O assunto é política. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 24, 1 mar. 1969.

⁶⁰⁰ Em complemento ao AI-5, também no dia 13 de dezembro de 1968, foi editado o Ato Complementar nº 38, que determinou o recesso do Parlamento por tempo indeterminado. O Congresso Nacional permaneceu fechado por mais de 10 meses. O recesso se estendeu até o dia 22 de outubro de 1969, quando o Congresso foi convocado a referendar o nome do novo presidente da República, general Emílio Garrastazu Médici, escolhido pelo alto comando do Exército. Quando o Congresso Nacional voltou a funcionar estava com as suas prerrogativas profundamente reduzidas por causa da Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969 (EC-1/69), editada pelos militares dias antes da reabertura do Congresso. BRASIL. Emenda Constitucional nº 1, de 1969. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 20 out. 1969, Seção 1, p. 8865. A fenda que o Poder Parlamentar procurou abrir no período de 1966-68 já estava fechada. Os anos seguintes à edição do AI-5 foram muitos duros para o trabalho da oposição no país, especialmente, para a vida parlamentar, que força de sua atividade política pública, estava sempre na mira dos militares. BRASIL. Ato Complementar nº 38, de 13 de dezembro de 1968. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 13 dez. 1968, Seção 1, p. 10802.

⁶⁰¹ LIMA, op. cit. (1982), p. 53.

[...] as vítimas da repressão pertencem a todas as tendências da oposição e provêm de todas as classes e estratos sociais. São estudantes, operários, camponeses, intelectuais, artistas, religiosos, jornalistas, professores, militares de baixa e média patente, pequenos industriais e comerciantes. Representam a grande maioria, as forças mais vivas e dinâmicas da nação⁶⁰².

Sobre o AI-5, é importante ressaltar, antes de tudo, que a sua edição, embora tenha se dado como uma resposta aos eventos contestatórios de 1968, também está relacionada ao próprio projeto repressivo dos militares pautado sob a égide da “operação limpeza” presente no país desde os primeiros momentos do golpe de 64. Mesmo mantendo a sociedade sob suspeição desde 64 e cerceada de seus direitos fundamentais, a “linha-dura” via o AI-5 como uma medida extremamente necessária à implantação de seus desígnios.

A respeito do Poder Legislativo no país, o presidente Costa e Silva confienciava, por exemplo, ao seu chefe da Casa Militar, antes de editar o AI-5, que “[...] *o nosso grande erro em 1964, foi não ter colocado o Congresso em recesso. Devíamos tê-lo fechado, realizando novas eleições e talvez, hoje, não precisássemos tomar essa medida*”⁶⁰³. Nesse sentido, se torna essencial compreender a evolução da presença da “linha-dura” no interior da cúpula governista como uma forma de entender diversos episódios durante o Estado de Exceção no Brasil.

Por isso, defendemos que a maior evidência do sucesso “linha-dura” durante o regime militar brasileiro foi, de fato, a sanção do AI-5, dispositivo que, apesar de frequentemente considerado como uma súbita mudança de rota do regime autoritário, já vinha sendo gestado por eles há muito tempo⁶⁰⁴. “*Assim, o Ato Institucional nº 5 foi o amadurecimento de um processo que se iniciara muito antes, e não uma decorrência dos episódios de 1968,*

⁶⁰² ARRAES, Miguel. Acusação contra o governo brasileiro. In: TOSI, Giuseppe; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra (Orgs.). **Brasil, violação dos direitos humanos - Tribunal Russell II**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014, p. 45.

⁶⁰³ MELLO, op. cit. (1979), p. 643.

⁶⁰⁴ O então vice-presidente da República, Pedro Aleixo, percebeu, por exemplo, o crescimento da influência da “linha-dura” sob a cúpula governista em meados de 1968. Segundo Pedro Aleixo, nos meses que antecederam à decretação do AI-5, o ministro da Justiça, Gama e Silva, e os militares da “linha-dura” estavam acirrando os ânimos entre o Executivo e o Parlamento e forçando o governo a decretar um ato institucional mais duro. Como explicou Zuenir Ventura: “*Aleixo morreu convencido de que Gama e Silva, nesses meses de crise, premeditou o tempo todo para levar o país a um impasse. Como jurista, o ministro sabia que não havia base constitucional para conseguir punir um deputado por suas palavras no exercício do mandato. [...] Segundo Aleixo, ele insistia na licença contra Marcito [Márcio Moreira Alves] ‘com o objetivo de criar um caso, criar um atrito, que lhe permitisse suas andanças e sua pregação quanto à necessidade de se interromper a vida democrática com o recesso do Congresso e o lançamento de disposições como as constantes do AI-5’*”. VENTURA, op. cit. (2013), p. 259.

*diferentemente da tese que sustenta a metáfora do ‘golpe dentro do golpe’, segundo a qual o AI-5 iniciou uma fase completamente distinta da anterior”*⁶⁰⁵.

De uma forma geral, podemos dizer que o conteúdo normativo do AI-5, em si, não era inovador. Retomava, em linhas gerais, dispositivos que a ditadura já havia usado nos dois primeiros atos institucionais e na própria Constituição de 1967. Os poderes atribuídos ao Executivo pelo AI-5 podem ser assim resumidos:

- 1) Poder de fechar o Congresso Nacional e as assembleias estaduais e municipais;
- 2) Direito de cassar os mandatos eleitorais de membros dos poderes Legislativo e Executivo nos níveis federal, estadual e municipal;
- 3) Direito de suspender por dez anos os direitos políticos dos cidadãos e renovação do “Estatuto dos Cassados”, de 1965;
- 4) Direito de demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade funcionários das burocracias federal, estadual e municipal;
- 5) Direito de demitir ou remover juízes e suspensão das garantias ao Judiciário de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade;
- 6) Poder de decretar estado de sítio sem qualquer dos impedimentos fixados na Constituição de 1967;
- 7) Direito de confiscar bens, como punição por corrupção;
- 8) Suspensão das garantias de *habeas corpus* em todos os casos de crimes contra a Segurança Nacional;
- 9) Julgamento de crimes políticos por tribunais militares;
- 10) Direito de legislar por decreto e baixar outros atos institucionais ou complementares;
- 11) Proibição de apreciação pelo Judiciário de recursos impetrados por pessoas acusadas em nome do AI-5⁶⁰⁶.

Ao cruzar dados da Comissão Nacional da Verdade com informações da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, chegamos a algumas impressionantes estatísticas sobre os dez anos de vigência do AI-5:

- 500 Filmes proibidos;
- 450 Peças de teatro vetadas;
- 200 Livros censurados;

⁶⁰⁵ FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, 2004, p. 34.

⁶⁰⁶ ALVES, op. cit. (2005), p. 161.

- 100 Revistas retiradas de circulação;
- 50 Letras de música cortadas;
- 12 Capítulos de novela cancelados;
- 66 Direitos políticos perdidos;
- 313 Cassações de mandatos;
- 348 Aposentadorias compulsórias;
- 139 Militares reformados;
- 129 Demissões de executivos do governo ⁶⁰⁷.

Nos limites desta Tese, importa dizer que a busca dos militares brasileiros pela legitimidade formal não foi um processo linear durante a ditadura militar. Embora durante os 21 anos de regime militar tivesse havido a manutenção recíproca dos dois instrumentos “coerção” e “consenso”, para aplacar as oposições e reduzir a resistência ao seu poder, tais instrumentos não foram utilizados com a mesma intensidade durante todo esse período. Houve diferenças significativas no *modus operandi/faciendi* de governo para governo e, até mesmo, oscilações dentro de um próprio governo. Em resumo, isto significa dizer que, em alguns contextos, a ditadura inclinou-se mais para a “coerção”; em outros, para o “consenso”.

A nosso ver, houve uma forte preocupação e insistência dos governos Castelo Branco e Costa e Silva (este, até a edição do AI-5) em manter certo equilíbrio na “estratégia híbrida de poder”, onde predominavam elementos autoritários associados a resquícios democráticos. No entanto, com a edição do AI-5, a ditadura deu uma guinada para privilegiar a coerção em vez do consenso. Isso não significa dizer que, com o AI-5, o governo deixou de buscar o consenso.

Entre os anos de 1969 e 1974, o governo diminuiu esse intento através dos meios políticos, mas ele nunca foi abolido. Como pontuou Cristiano Paixão, com a edição do AI-5, a contradição do regime foi levada às últimas consequências: “[...] o mais radical dos atos institucionais, aquele promulgado em meio à generalização da tortura e das execuções sumárias, evoca a democracia, a liberdade e a dignidade da pessoa humana” ⁶⁰⁸.

Com o AI-5, e o conseqüente endurecimento do regime (vide Figura 14), a ditadura militar, cedendo à pressão da “linha-dura”, não abdicou (nem deixou de buscar) – mas pôs em um segundo plano – a intenção original da “Revolução” de buscar o difícil equilíbrio de

⁶⁰⁷ BRASIL. **Habeas corpus**: que se apresente o corpo – A busca dos desaparecidos políticos no Brasil. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2010, p. 9-13. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, op. cit. (2014), p. 101.

⁶⁰⁸ PAIXÃO, op. cit. (2014), p. 434.

sustentar a política híbrida de poder. Com o AI-5, o governo ainda passou a trabalhar com a lógica da “política híbrida”, mas as coisas já não eram como antes ⁶⁰⁹. Os dois partidos políticos criados pelo regime, o Judiciário, o Congresso Nacional (embora tenha sido fechado com a edição do ato foi reaberto no ano seguinte), as Assembleias Estaduais, as Câmaras Municipais e as eleições foram mantidas. E isso acabou por criar uma expectativa de que, em algum momento, as coisas voltariam a funcionar. Tudo em nome da “fachada democrática”.

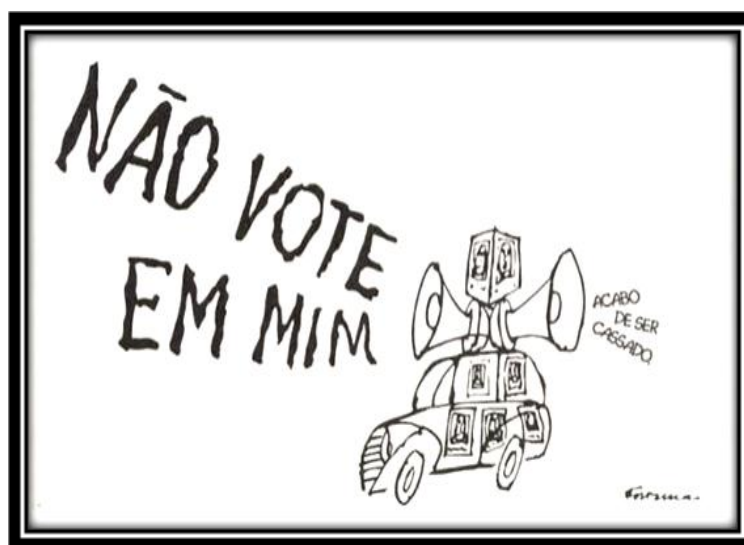


Figura 14 – Charge do cartunista Fortuna sobre as cassações pós-AI-5.
 Fonte: LOREDANO, Cássio (Org.). **Fortuna**: o cartunista dos cartunistas. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 2014.

Contudo, as poucas brechas de ação existentes nessas instituições foram consideravelmente diminuídas. Paraphrasing Jacob Gorender, podemos dizer que, após a decretação do AI-5, houve na ditadura brasileira um nível “maior de coerção” e “menor de consenso”. Situação que somente se inverteria no governo Geisel, quando a ditadura reformulou a sua estratégia de manutenção de poder e passou a adotar um nível “maior de consenso” e “menor de coerção” ⁶¹⁰. O item a seguir é dedicado a esse assunto.

⁶⁰⁹ “O AI-5 formalizou a convivência entre a burocracia dos regulamentos com a prisão, tortura e morte clandestina. Essa ambivalência, esse tráfego entre prisões clandestinas e auditorias públicas, a formação de um inquérito policial a partir das minutas de torturadores, a transformação destes em processos penais, essa promiscuidade, essa fachada ‘legal’, hipócrita e surrealista do terrorismo estatal faz parte de uma matriz permanente, de uma ‘cultura repressiva’”. SAMET, Henrique. Construção da brasilidade excludente. In: APERJ. **DOPS**: A lógica da desconfiança. 2. ed. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça; APERJ, 1996, p. 53-54.

⁶¹⁰ GORENDER, op. cit. (1988).

3.7 1968/1970: O PARLAMENTO EM SUSPEIÇÃO E O TERCEIRO CICLO DE CASSAÇÕES

Poucos meses após a edição do AI-5, uma série de decretos veio concretamente cassar mandatos e suspender direitos políticos de parlamentares nos âmbitos federal, estadual e municipal. O Decreto de 30 de dezembro de 1968, que abriu a série, já começou com onze deputados federais. Diplomas semelhantes se sucederam em 16 de janeiro de 1969, 7 de fevereiro de 1969, 13 de março de 1969 e 29 de abril de 1969. Após uma pausa, mais decretos da mesma natureza foram assinados, em 11 de setembro de 1969 e 30 de setembro de 1969, já pela junta militar que substituiu o general Costa e Silva na chefia do governo. Pois bem. Vamos aos fatos.

No dia 30 de dezembro de 1968 foi divulgada a primeira lista de cassações de mandatos e suspensão de direitos políticos baseada no AI-5 ⁶¹¹. Estavam nessa lista, os deputados federais pernambucanos ⁶¹², José Carlos Guerra ⁶¹³, da ARENA, e Maurílio Ferreira Lima ⁶¹⁴, do MDB.

⁶¹¹ Ato 5 cassa 11 e suspende 2. **O Globo**, Rio de Janeiro, 31 dez. 1968.

⁶¹² AI-5 cassou direitos políticos de treze: dois de Pernambuco. **Diário de Pernambuco**, Recife, 31 dez. 1968.

⁶¹³ **José Carlos Guerra** nasceu em Recife, em março de 1939. Era filho de uma família tradicional do município de Vicência, zona da mata pernambucana. Seu pai era o ex-deputado federal e líder da UDN em Pernambuco, Pio Guerra e seu irmão, o senador Sérgio Guerra (2003-2011). Bacharelou-se em Direito pela Universidade do Brasil, atual UFRJ. De volta ao seu estado natal, tornou-se oficial-de-gabinete do governador Cid Sampaio (1959-1962). Nas eleições de outubro de 1962, com apenas 22 anos, elegeu-se deputado federal, pela “Frente Popular e Democrática”, coligação que reunia o PSD e a UDN, partido ao qual era vinculado. Foi considerado, na época, o parlamentar mais jovem do Brasil. Com o advento do bipartidarismo, em 1965, filiou-se à ARENA. No pleito de novembro de 1966, foi reeleito deputado federal, pela ARENA. Em 30 de dezembro de 1968, teve seu mandato cassado e seus direitos políticos suspensos por dez anos com base no AI-5, por suas ligações com a Frente Ampla. Por esse motivo, chegou a ser preso. Readquiriu seus direitos políticos em janeiro de 1979. Após a extinção do bipartidarismo, filiou-se ao PDT. Em maio de 1982, desistiu de concorrer à Câmara Federal, concordando com a decisão de seu partido de não disputar cargos eletivos em Pernambuco na eleição de novembro desse ano e de apoiar os candidatos do PMDB. Com a vitória de Jarbas Vasconcelos (PS) para a prefeitura do Recife, em novembro de 1985, João Guerra passou a dirigir a Secretaria de Transportes, mesmo não tendo dado apoio a Jarbas na campanha (João Guerra era filiado ao PDT e apoiou o então candidato pedetista João Coelho). Em 1986, candidato a deputado federal, foi derrotado ao tentar recuperar o mandato cassado, fato que o decepcionou fortemente. Pouco depois, desligou-se do PDT por divergências políticas e ingressou no PMDB, onde chegou a ser segundo suplente do senador eleito José Jorge (então no PFL). Em outubro de 1994, elegeu-se deputado estadual pelo PMDB, exercendo o mandato até janeiro de 1999. Faleceu no Recife, em junho de 2008. Adaptado de: ABREU, op. cit. (2001), p. 2679.

⁶¹⁴ **Maurílio Ferreira Lima** nasceu em Limoeiro, na zona da mata pernambucana, em setembro de 1940. Bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, atual UFRJ. Estreou na vida pública, em 1959, aos 18 anos, tornando-se oficial de gabinete do então prefeito do Recife, Miguel Arraes, permanecendo neste cargo até 1962. Neste ano, tornou-se assessor do ministro da Agricultura, Osvaldo de Lima Filho (PTB), um dos criadores da Frente Parlamentar Nacionalista. Em 1966, filiou-se ao MDB, fazendo parte do diretório estadual da legenda em Pernambuco. No pleito de novembro desse ano, candidatou-se a deputado federal, pelo MDB, obtendo a segunda suplência. Assumiu o mandato, em abril de 1968, na vaga de João Lyra, que se ausentou por motivos de saúde. No mês de outubro desse ano denunciou, na tribuna da Câmara, um plano que veio a ser conhecido como “caso Para-Sar”. Maurílio deixou a Câmara ainda em outubro de 1968. Teve a sua suplência cassada e os direitos políticos suspensos por meio do Decreto de 30 de

O deputado José Carlos Guerra foi cassado, entre outras coisas, sob a alegação de ter fortes ligações com a “Frente Ampla”, movimento político, lançado em meados de 1966, encabeçado por Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e João Goulart, com a finalidade de redemocratizar o país. Já o candidato da oposição foi cassado como uma forma de retaliação à sua denúncia, em outubro de 1968, sobre o famoso caso Para-Sar.

A cassação do deputado arenista José Carlos Guerra foi discutida e aprovada na 44ª sessão do CSN, ocorrida à tarde do dia 30 de dezembro de 1968, no Palácio das Laranjeiras, no Rio de Janeiro. Antes de analisarmos o teor da discussão da sessão que ensejou à cassação do deputado Carlos Guerra é importante salientarmos algumas questões sobre a própria estruturação do CSN e a importância que este órgão adquiriu durante o regime militar⁶¹⁵.

O CSN é um órgão consultivo de assessoramento da presidência da República, ligado à área de informações em assuntos relativos à segurança nacional, política externa e estratégia de defesa, com o objetivo de dar suporte às ações estratégicas do Poder Executivo⁶¹⁶. O primeiro órgão dessa natureza foi o Conselho de Defesa Nacional (CDN), criado, em novembro de 1927, no governo Washington Luís, com o objetivo de recolher “informações sobre todas as questões de ordem financeira, econômica, bélica e moral, relativas à defesa da Pátria”.

O CDN tinha caráter consultivo e não se reunia mais que duas vezes por ano. Na prática foi utilizado para investigar a vida de adversários políticos e espionar movimentos tenentistas e de trabalhadores. O órgão tinha poderes muito amplos, o que acabou se tornando prática corriqueira do serviço secreto brasileiro ao longo de sua história. Durante o governo

dezembro de 1968, com base no AI5, por conta de denúncias feitas por ele com relação ao caso Para-Sar. ATO 5 CASSA 11 e suspende 2. **O Globo**, 31 dez. 1968, p. 3. Exilou-se em vários países. Beneficiado com a lei da anistia, retornou ao Brasil em setembro de 1979. Extinto o bipartidarismo em novembro de 1979, ingressou no PMDB. No pleito de novembro de 1982, candidatou-se à Câmara dos Deputados, pelo PMDB, mas obteve apenas a primeira suplência. Em 1985, assumiu a vaga deixada na Câmara por Jarbas Vasconcelos (PSB), que havia sido eleito para a prefeitura do Recife. Em novembro de 1986, elegeu-se deputado federal constituinte, pelo PMDB. No pleito de outubro de 1990, reelegeu-se deputado federal. Em 1994, transferiu-se para o PSDB e nas eleições de outubro candidatou-se ao Senado, na sua nova legenda, sendo derrotado por Roberto Freire (PPS). Em 1998, voltou para o PMDB. Nas eleições de outubro de 1998, candidatou-se a deputado federal, pelo PMDB, mas obteve apenas a suplência. Assumiu o mandato novamente de janeiro de 2001 a abril de 2002. Faleceu, em maio de 2017, no Recife. Adaptado de: ABREU, op. cit. (2001), p. 3163-3165. Informação nº 150/115/ARE/79, 30 mar. 1979. SNI, Agência Recife (Atualização das atividades de elementos atingidos pelos Atos Institucionais 1, 2 e 5). Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: ARE_ACE_263_79, p. 2-16. **Prontuário Funcional n. 21573**. Acervo DOPS/APEJE. Fundo SSP n. 15453.

⁶¹⁵ Parafrazeando José Murilo de Carvalho, as atas das reuniões do CSN “[...] nos dão acesso ao pensamento, expresso com relativa franqueza, de um grupo cuidadosamente selecionado”. CARVALHO, José Murilo de. **Teatro das sombras: a política imperial**. São Paulo: Vértice, 1988, p. 110.

⁶¹⁶ O órgão ainda existe. A Constituição de 1988, renomeou o Conselho de Segurança Nacional para Conselho de Defesa Nacional.

Vargas, o órgão foi reestruturado e passou a se chamar Conselho de Segurança Nacional (CSN). O órgão seria presidido pelo presidente da República e constituído pelos ministros civis e militares de Estado e pelos chefes dos estados-maiores do Exército e da Marinha.

Mas foi, de fato, com o regime militar que o CSN cresceu e se tornou uma espécie de “superministério”, conferindo ao seu secretário-geral poderes excepcionais durante a ditadura⁶¹⁷. Na opinião de muitos observadores da época, depois do presidente da República, os cargos de chefe do SNI e de secretário-geral do CSN eram os mais poderosos e os que exerciam maior influência durante o regime militar⁶¹⁸.

Desde os primeiros dias do regime militar, a “linha-dura” almejava um maior fortalecimento e ampliação das competências do CSN. O intento dos duros foi conquistado apenas no governo Costa e Silva, quando, em 4 de janeiro de 1968, através do Decreto-Lei nº 348, o órgão teve suas competências ampliadas.

A principal figura que trabalhou nos bastidores do Palácio do Planalto para o fortalecimento do CSN foi o general Jayme Portella de Mello, chefe do Gabinete Militar do governo Costa e Silva⁶¹⁹. Apontado como um dos principais nomes da “linha-dura” da ditadura, Portella logo foi acusado de ser o efetivo dirigente do país⁶²⁰. Sobre a ampliação da competência do Conselho, o general Portella resumiu:

[...] O Conselho de Segurança Nacional, pela sua relevância e composição, é o órgão que assessora o presidente da República na formulação da política nacional, sem dispor de poder deliberativo, cabendo as decisões exclusivamente ao presidente. O seu órgão de estudo e planejamento é a Secretaria Geral [...] funcionando como um verdadeiro estado-maior do presidente da República. Os estudos por ela elaborados são submetidos ao

⁶¹⁷ O Conselho era composto de todos os ministros de Estado e os extraordinários, do chefe do SNI e dos chefes de Estado-Maior, do vice-presidente e do presidente da República, num total de 25 membros, sendo 15 militares. Conselho de Segurança é o novo superministério da República. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 9 jan. 1968. Os secretários-gerais do CSN, durante o regime militar, de acordo com os governos, foram os seguintes: Governo Ranieri Mazzilli: André Fernandes de Sousa (04/1964 – 04/1964); Governo Castelo Branco: Ernesto Geisel (04/1964 – 03/1967); Governo Costa e Silva: Jaime Portela de Melo (03/1967 – 08/1969); Junta Governativa Provisória: Jaime Portela de Melo (08/1969 – 10/1969); Governo Emílio Garrastazu Médici: João Baptista de Oliveira Figueiredo (10/1969 – 03/1974); Governo Ernesto Geisel: Hugo de Abreu (03/1974 – 01/1978); Gustavo Moraes Rego Reis (01/1978 – 03/1979); Governo João Figueiredo: Danilo Venturini (03/1979 – 08/1982); Rubem Carlos Ludwig (08/1982 – 03/1985).

⁶¹⁸ Embora não seja possível aprofundar aqui em maiores detalhes, é importante ressaltar que havia uma forte disputa entre o CSN e o SNI acerca de suas competências na comunidade de informações. Para um maior aprofundamento sobre essa questão, ler: FICO, op. cit. (2001), p. 71-105. FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do silêncio**: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927 a 2005). Rio de Janeiro: Record, 2005.

⁶¹⁹ Conforme previsto legalmente, o chefe do Gabinete Militar também assumia o principal cargo do Conselho de Segurança Nacional, a Secretaria-Geral, com status de ministro.

⁶²⁰ MARTINS FILHO, op. cit. (1993), p. 137.

plenário do Conselho de Segurança pelo presidente da República, em sessão por este convocada ⁶²¹.

Não havia um calendário fixo de reuniões do CSN. As sessões ocorriam por convocação do presidente da República. Conforme estipulado pela lei que a criou, cabia ao presidente da República, não apenas convocar o Conselho, assim como presidir as reuniões, definir a agenda e a ordem do dia. Conforme já destacado, cabia ao CSN municiar o presidente da República de pareceres e de consultoria. O presidente poderia aceitar a recomendação no total ou em parte, ou não aceitá-la. Embora bastante influenciador na tomada de posição do presidente da República, o Conselho tinha apenas um caráter consultivo e não deliberativo.

De novembro de 1927 até abril de 1964, o CSN – até então com 37 anos de existência – só tinha se reunido 22 vezes. A primeira sessão do CSN após o golpe de 64 ocorreu já no dia 24 de abril. A reunião foi convocada com a finalidade de analisar as relações exteriores entre o novo regime e os diversos países do mundo com os quais mantinha relações diplomáticas. Esta 23ª sessão do CSN tratou, principalmente, de uma proposta de ruptura imediata das relações diplomáticas entre o governo brasileiro e o governo cubano de Fidel Castro ⁶²².

Do golpe de 64 até a edição do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, o número de reuniões do CSN foi quase que duplicado. A reunião que discutiu e aprovou a edição do AI-5, por exemplo, foi a de número 43ª ⁶²³.

Poucos dias após a edição do AI-5, o presidente da República convocou uma reunião do CSN – a 44ª sessão – para o dia 30 de dezembro do mesmo ano, com a finalidade de ouvir os integrantes do órgão sobre representações do ministro da Justiça, Gama e Silva, para aplicação das sanções de suspensão dos direitos políticos por dez anos e cassação dos mandatos eletivos federais, com base no artigo 4º do AI-5 ⁶²⁴. Nas palavras de Lamounier e Meneguello:

⁶²¹ MELLO, Jayme Portella de. **A Revolução e o governo Costa e Silva**. Rio de Janeiro: Guavira, 1979, p. 514.

⁶²² **Ata da 23ª sessão do Conselho de Segurança Nacional**, de 24 de abril de 1964. Documento Confidencial. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: BR DFANBSB,XX N8.0.ATA.2/7.

⁶²³ **Ata da 43ª sessão do Conselho de Segurança Nacional**, de 13 de dezembro de 1968. Documento Confidencial. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: BR DFANBSB,XX N8.0.ATA.4/3.

⁶²⁴ “Art. 4º – No interesse de preservar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais”. BRASIL. Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 13 dez. 1968, Seção 1, p. 10801.

Mesmo no auge do “milagre”, as vitórias eleitorais da ARENA não puderam prescindir de pesadas doses de coerção, sob a forma de constrangimentos legais que limitavam a propaganda eleitoral, ou, mais diretamente, pelo cerceamento de candidaturas ou pela cassação de mandatos e suspensões de direitos políticos⁶²⁵.

Sob o argumento de atuação anti-revolucionária, o ministro Gama e Silva apresentou à tarde do dia 30 de dezembro, durante a 44ª sessão do CSN, uma lista com 37 nomes para suspensão dos direitos políticos e cassação dos mandatos eletivos. Entre os nomes citados constavam os deputados federais pernambucanos José Carlos Guerra, da ARENA, e Maurílio Ferreira Lima, do MDB, ambos eleitos no pleito de 1966.

Aberta a sessão pelo presidente da República, o secretário-geral do CSN procedeu à leitura da “Exposição de Motivos” para a suspensão dos direitos políticos e cassação de cada um dos indiciados. O trâmite regimental era que, após a leitura da “Exposição de Motivos”, cada membro do Conselho desse o seu parecer acerca dos nomes listados pelo ministro da Justiça⁶²⁶. Municiado dos pareceres, o presidente, com base no AI-5, de maneira sumária, passando por cima do instituto da imunidade parlamentar, decidia se cassava ou não o indiciado que não tinha respeito o seu direito ao contraditório e à ampla defesa.

Nem o meu, nem nenhum outro político que tenha o mandato caçado tem acesso a nenhum processo para saber. Até hoje ninguém sabe por que ninguém tem acesso, ninguém toma conhecimento, ninguém tem direito a defesa. Vão aquelas relações e lá esse corpo de ministros de posse daquela relação, vai fazendo os atos de cassação. Sem defesa, sem explicar porque, laconicamente, ninguém sabe, não há quem tenha acesso, nenhum dos que foram mutilados pelos atos de cassação, tem conhecimento do motivo. Não tem inquérito, não tem acesso, não tem direito a defesa; é uma surpresa⁶²⁷.

De maneira geral, os membros do Conselho apoiavam as cassações apresentadas. Raramente, havia algumas ponderações em determinados casos. Conforme já destacamos, embora o Conselho tivesse um caráter apenas de assessoramento, os pareceres e os votos dos integrantes do CSN – os ministros de Estado civis e militares – eram bastante influenciadores

⁶²⁵ LAMOUNIER; MENEGUELLO, op. cit. (1986), p. 68.

⁶²⁶ Na maioria das vezes, os nomes a serem cassados eram apresentados à reunião do CNS pelo ministro da Justiça. Porém, os próprios integrantes do Conselho também poderiam indicar novos nomes ao Colegiado. A partir daí, a Secretaria-Geral aprofundava os levantamentos de dados e estudos sobre os nomes indiciados, solicitando ao SNI e outros órgãos de informações maiores informações.

⁶²⁷ JUNIOR, Liberato Costa. **Liberato Costa Junior**: depoimento [set. 1983]. Entrevista concedida ao **Projeto História Oral do Movimento Político Militar de 1964 no Nordeste**. Entrevistador: Eliane Moury Fernandes. Recife: Centro de Documentação e de Estudos da História Brasileira Rodrigo Melo Franco de Andrade (CEHIBRA), [da] Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), 1983, p. 23.

na tomada de posição do presidente da República ⁶²⁸. Assim expressou Costa e Silva, por exemplo, durante a abertura da 44ª sessão do CSN: *“Esta não é uma reunião feita para dividir responsabilidades, vejam bem, o Presidente da República assume a inteira responsabilidade dos atos que se vão aplicar. Eu, no entanto, não posso abrir mão da opinião de cada um dos homens que comigo trabalham na direção do País”* ⁶²⁹.

No início da 44ª sessão do CSN, a “Exposição de Motivos” foi lida pelo secretário-geral do CSN, Jayme Portella, para embasar a cassação do deputado José Carlos Guerra:

Exposição de Motivos nº 50/SG-I/68, de 30 de dezembro de 1968
Excelentíssimo Senhor Presidente da República. [...] Esta Secretaria-Geral, após proceder a minucioso estudo do assunto, compulsando a farta documentação enviada pelo Serviço Nacional de Informações e pelos Serviços de Informações dos Ministérios Militares, concluiu pela inteira procedência das medidas propostas, em face das atividades subversivas desenvolvidas pelo indiciado, através de pronunciamentos, lançamento de manifestos, entrevistas, bem como de articulações e reuniões conspiratórias. Assumiu posição anti-revolucionária desde abril de 1964, tendo posteriormente ocupado posição de destaque no movimento ilegal e de natureza subversiva denominado “Frente Ampla”, tendo, inclusive, atacado as Forças Armadas da Tribuna da câmara dos Deputados e participado da intensa e sistemática campanha de agressão e provocação a autoridade constituída pregando a mudança do regime, a desobediência as leis, o antagonismo entre as Forças Armadas e as classes civis, a luta pela violência entre as classes sociais. Após o ato legal que extinguiu o citado movimento espúrio, prosseguiu em suas atividades anti-revolucionárias não somente através de pronunciamentos públicos como, particularmente, através de reuniões e atividades conspiratórias. Como exemplo dessas atividades subversivas e anti-revolucionárias, destacam-se os trechos abaixo, constantes da documentação anexa:

3.1 – Informações:

3.1.1 – Em programa gratuito de televisão, patrocinado pelo Tribunal Regional Eleitoral, defendeu a UNE, afirmando sua posição de anti-revolucionário e protestando contra as violências do Governo, as eleições indiretas e a cassação de mandatos.

3.1.2 – Foi signatário da declaração de votos de deputados em repulsa ao Texto da Constituição de 67.

3.1.3 – Apresentou projeto de lei revogando a LEI DE SEGURANÇA NACIONAL.

3.1.4 – Articulador da formação da “Frente Ampla” em Pernambuco, demonstrou satisfação pelo encontro Jânio Quadros – Juscelino.

3.1.5 – Criticou o Governo Federal pelo confinamento de Hélio Fernandes e Jânio Quadros, considerando ter o Governo cometido uma violência contra a ordem jurídica.

⁶²⁸ A presença dos ministros civis dentro das reuniões do CSN era tida como de suma importância pela cúpula governista. O brasileiro Anthony Pereira chamou a atenção para a participação de juristas civis no regime militar brasileiro, “[...] que não apenas conferiram legitimidade jurídica aos atos militares como também estabeleceram vínculos entre as forças armadas e o Judiciário Civil”. PEREIRA, op. cit. (2010), p. 116.

⁶²⁹ **Ata da 44ª sessão do Conselho de Segurança Nacional**, 30 de dezembro de 1968. Documento Confidencial. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: BR DFANBSB,XX N8.0.ATA.4/4, p. 2.

3.1.6 – Fez violento ataque às Forças Armadas na Tribuna da Câmara.

3.1.7 – Votou a favor do projeto de anistia, desobedecendo ao comando partidário.

3.1.8 – Apresentou requerimento na Câmara, solicitando informações ao Ministério do Exército sobre o custo da mobilização geral das Forças Armadas, por ocasião da conferência de Carlos Lacerda em São Paulo.

3.1.9 – Acusou a “oligarquia político-militar que domina o País” como responsável pelas mazelas sociais que infelicitam o povo brasileiro, apontando os caminhos para que se derrote essa minoria: “as eleições diretas ou a violência, tendo a Frente Ampla optado pelo primeiro, mas o povo poderia seguir a segunda alternativa, se a inconsciência das classes dominantes perdurar por muito tempo”.

3.1.10 – Após o ato legal que extinguiu a Frente Ampla participou, com outros deputados, de reunião, na qual, foi decidido criar novo movimento com sigla diferente, e realizar os programas da Frente Ampla, já esquematizados, sob a bandeira do MDB.

3.1.11 – Subscreveu documento publicado na imprensa, apoiando a ação apostolar de Dom Helder Câmara, no Nordeste [...] ⁶³⁰.

Como se vê, mesmo estando no partido governista, o mandato do deputado José Carlos Guerra foi pautado pelos ideais liberais-democráticos. Carlos Guerra foi acusado de ter feito, ao longo de seu mandato parlamentar, duros discursos na tribuna da Câmara Federal contra o regime militar, apresentado projeto de revogação da Lei de Segurança Nacional, defendido a UNE, sido contrário à Carta de 1967, articulado a formação da “Frente Ampla” em Pernambuco e defendido o projeto de anistia aos presos políticos.

Todo o processo de Carlos Guerra e os documentos acostados aos autos mostram que o pedido de cassação de seu mandato e a suspensão de seus direitos políticos por parte do Ministério da Justiça foi baseado no espectro do parlamentar governista que havia traído o ideário “revolucionário”. O caso em tela reforça o nosso argumento inicial acerca do cuidado necessário que se deve ter nos enquadramentos (perigosos e consagrados) de certa história oficial que busca relacionar a Arena a puro adesismo e subordinação aos militares. Carlos Guerra foi cassado no final de 1968 justamente por ter sido um político governista contrário ao regime então vigente. Na lógica autoritária dos militares, nenhuma crítica ou contestação eram aceitas, vindas da base aliada ou situacionista. A mordaza sobre o Parlamento, portanto, era a tônica da época.

Após o general Jayme Portella ler a “Exposição de Motivos” da cassação de Carlos Guerra, o presidente Costa e Silva fez uma consulta aos demais integrantes do CSN. Todos os presentes ratificaram a cassação do parlamentar. Um fato curioso que consta na Ata da

⁶³⁰ **Ata da 43ª sessão do Conselho de Segurança Nacional**, de 13 de dezembro de 1968. Documento Confidencial. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: BR DFANBSB,XX N8.0.ATA.4/3, p. 32-33.

reunião, e que vale aqui ser mencionado, é que antes de dar o veredicto, Costa e Silva ainda alertou aos demais integrantes da reunião o fato de Carlos Guerra ser genro do deputado arenista Gustavo Capanema ⁶³¹ e se essa relação familiar não seria um ponto ponderável no processo de cassação do deputado pernambucano. Nas palavras do presidente Costa e Silva:

O Presidente da República resolve, suspender os direitos políticos e cassar o mandato do deputado José Carlos Estelita Guerra. [...] se algum outro membro do Conselho de Segurança Nacional entende que deve ser levado em consideração o fato de o deputado ser genro do deputado Gustavo Capanema que se manifeste, isto porque é muito ponderável o fato dele ter o depoimento favorável de um homem da integridade de Gustavo Capanema, não há dúvida... Bem meus senhores, terminamos os processos de suspensão de direitos políticos e de cassação de mandatos [...]. ⁶³²

Como é sabido, durante a ditadura, os militares se apresentavam à sociedade brasileira como paladinos da justiça e da moralidade pública. Segundo divulgavam constantemente à imprensa, todos os atos da gestão pública eram pautados sob os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência. Contudo, a prática era completamente diferente. Seguindo a tradição brasileira do clientelismo e compadrio ⁶³³, em diversos casos, questões pessoais de amizade e de parentesco foram discutidas no interior do regime militar com o objetivo de proteger, favorecer, patrocinar ou sustentar alguém. Embora o clientelismo e o compadrio não tenham surtido efeito para sustentar o mandato do arenista José Carlos Guerra, o caso em tela evidencia que novamente a lógica das relações pessoais foi pautada pelos militares em processos de cassação de mandatos eletivos.

Conforme já destacamos anteriormente, outro parlamentar pernambucano que também foi objeto de cassação na 44ª sessão do CSN, ocorrida no dia 30 de dezembro de 1968, foi Maurílio Ferreira Lima, deputado federal pelo MDB-PE. Segundo consta na “Exposição de Motivos” feita pelo Ministério da Justiça para a cassação de Ferreira Lima, a indicação do nome do parlamentar se deu face às “[...] *atividades subversivas desenvolvidas pelo*

⁶³¹ José Carlos Guerra era casado com Maria da Glória Capanema Guerra, filha de Gustavo Capanema – ministro de Educação e Saúde do primeiro governo Vargas; deputado federal pelo PSD mineiro durante vários mandatos; apoiador de primeira hora do golpe de 64; em 1966, eleito deputado federal pela ARENA.

⁶³² **Ata da 43ª sessão do Conselho de Segurança Nacional**, de 13 de dezembro de 1968. Documento Confidencial. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: BR DFANBSB,XX N8.0.ATA.4/3, p. 33.

⁶³³ NUNES, Edson. **A gramática política no Brasil: clientelismo e insulamento burocrático**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; Brasília, DF: ENAP, 2003.

indiciado, através de pronunciamentos, lançamento de manifestos, entrevistas, participação em agitações, bem como de articulações e reuniões conspiratórias”⁶³⁴.

Para comprovar as atividades “anti-revolucionárias” de Maurílio Ferreira Lima foram destacados vários de seus discursos na tribuna do Congresso e outros pronunciamentos fora do Congresso (entrevistas, palestras e comícios da campanha eleitoral municipal de 1968), criticando a falta de liberdades, a política econômica recessiva da ditadura, a aprovação da reforma universitária, a ânsia punitiva e persecutória dos órgãos de informação e segurança, a política externa do regime, o poder sem precedentes dos militares, entre outros pontos.

Além do destaque aos discursos contundentes de Ferreira Lima, o ministro da Justiça também anexou à citada “Exposição de Motivos”, uma série de “Informações” e “Informes”⁶³⁵ produzidos pela chamada “comunidade de informações”⁶³⁶ a respeito do parlamentar pernambucano, como se pode ver nos excertos abaixo:

Exposição de Motivos nº 48/SG-1/68, de 30 de dezembro de 1968

3.3 – Informações ou Informes:

3.3.1 – “Foi assessor de Miguel Arraes na Prefeitura de Recife e, depois, foi seu assessor, também, no Governo do Estado” (CIEx).

3.3.2 – “Caracteriza-se pelo linguajar baixo e pessoalmente ofensivo que visa, sobretudo, a pessoa do Presidente da República. Marxista como de fato é, pratica uma das técnicas da sua ideologia: a destruição da autoridade” (Cmt IV Ex).

3.3.3 – “É um dos principais elementos de incitamento das desordens estudantis em Recife e em Brasília” (CIEx e SNI).

3.3.4 – “A principal característica de suas pregações e a subversão e o ataque violento ao Governo Federal e às Forças Armadas. Já esteve preso por subversão na Delegacia Auxiliar do Recife” (CENIMAR).

3.3.5 – “Realizou viagem à Montevideu como elemento de ligação entre João Goulart e Oswaldo Lima Filho” (Cmt IV Ex).

3.3.6 – “O deputado Maurílio Ferreira Lima (MDB-PE), Suplente, tem caracterizado a sua atuação parlamentar pelo ataque ao Governo e às Forças Armadas, em particular” (Assessor Parlamentar do Min Ex).

3.3.7 – “Combate, sistematicamente e de maneira irônica, a Revolução de 31 de março e às Forças Armadas. Exalta, com freqüência, a figura de Miguel Arraes, político a quem esteve intimamente ligado. É elemento de ligação

⁶³⁴ **Ata da 43ª sessão do Conselho de Segurança Nacional**, de 13 de dezembro de 1968. Documento Confidencial. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: BR DFANBSB,XX N8.0.ATA.4/3, p. 22.

⁶³⁵ Diferente da “Informação”, que é o conhecimento mais completo, exato e atual possível, adquirido através de um processo de elaboração mental, o “Informe” é um simples relato, uma notícia, uma espécie de dado bruto inicial, informações não confirmadas ou boatos, uma observação que, por mais completa que seja, deverá ser associada a outras e analisadas para esclarecer hipóteses, responder a questões formuladas ou compor um quadro real. BRASIL. **Segurança Nacional e Subversão: Dicionário Teórico e Prático**. Reservado. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Segurança Pública, 1977.

⁶³⁶ Expressão criada para designar o conjunto de pessoas e órgãos ligados à atividade de vigilância, monitoramento, espionagem durante a ditadura. FICO, op. cit. (2001), p. 101.

entre João Goulart e Oswaldo Lima Filho, para o que esteve varias vezes em Montevidéu” (SNI).

3.3.8 – “Teve sempre atuação destacada nos processos de agitação estudantil no Recife, Rio e Brasília. Ultimamente, na Universidade de Brasília, dificultou a ação da Polícia e seus trabalhos de triagem dos estudantes detidos” (SNI).

3.3.9 – “Na noite de 12 de dezembro de 1968, após os festejos realizados por parlamentares, em regozijo a negativa do Congresso para conceder a licença para ser processado Mareio Moreira Alves, sacou de seu revolver e mostrou-o aos presentes dizendo: ‘isto é para os milicos’” (DPF) ⁶³⁷.

De todo o material apresentado à 44ª reunião do CSN para a cassação de Maurílio Ferreira Lima, o principal fato que ensejou a sua cassação foi a denúncia pública feita pelo parlamentar pernambucano, em outubro de 1968, sobre o famoso caso Para-Sar. O próprio Maurílio tem certeza que fora cassado pela ditadura como uma forma de retaliação à denúncia feita sobre o plano: “[minha cassação se] deve a um episódio que pouca gente conhece, por que está esquecido nos porões da ditadura, mas [...] que é o chamado caso Para-sar” ⁶³⁸.

O caso Para-Sar é como ficou conhecido um plano terrorista de extrema-direita elaborado, durante o ano de 1968, pelo brigadeiro-do-ar, João Paulo Burnier ⁶³⁹, então chefe da seção da 2ª seção (Serviço Secreto de Informações) do gabinete do Ministério da Aeronáutica ⁶⁴⁰, com o objetivo de recrudescer o regime militar.

O engenhoso plano começou logo após o assassinato do estudante Edson Luís, em março de 1968, com as manifestações populares decorrentes de sua morte. Na missa de 7º dia do estudante, os militares do Para-Sar (unidade da Aeronáutica especializada em busca e salvamento) foram convocados, pelo brigadeiro Burnier, para uma operação na repressão ao movimento estudantil. Receberam ordens expressas para atirar e matar sumariamente líderes da passeata e opositores do regime, além de que um avião carregado de *napalm* (conjunto de

⁶³⁷ **Ata da 43ª sessão do Conselho de Segurança Nacional**, de 13 de dezembro de 1968. Documento Confidencial. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: BR DFANBSB,XX N8.0.ATA.4/3, p. 25.

⁶³⁸ Depoimento de Maurílio Ferreira Lima prestado à CEMVDHC em 24 de novembro de 2015 na audiência pública sobre resistência política e cassação de mandatos parlamentares.

⁶³⁹ João Paulo Burnier era um conhecido extremista da “linha-dura” militar. Participou de várias tentativas golpista no país. Em 1959, liderou o movimento golpista de Aragarças (Goiás), contra o presidente Kubitscheck. Mesmo com toda repercussão negativa do caso “Para-Sar”, Burnier continuou à frente da seção de informações do gabinete de Souza Melo até abril de 1970, quando saiu para assumir o comando da III Zona Aérea. Burnier foi o criador do CISA em 1970. Além do envolvimento no caso “Para-Sar”, ele também esteve envolvido nas sessões de tortura e morte de Stuart Angel, filho da estilista Zuzu Angel, em 1971, na III Zona Aérea, que estava sob seu comando. O ministro Márcio de Souza Melo, que sempre deu cobertura a Burnier, ficou no cargo até novembro de 1971. Devido à repercussão do caso Angel, foi designado para a reserva em 1972.

⁶⁴⁰ À época, o ministro da Aeronáutica era o brigadeiro Márcio de Souza e Melo. Antigo integralista, Souza e Melo fazia parte da chamada “linha-dura”.

líquidos inflamáveis à base de gasolina gelificada) fosse atirado contra a multidão. Nenhuma das duas ações foi executada ⁶⁴¹.

Em seguida, as ordens eram para que os militares do Para-Sar executassem detonações de explosivos em vários locais no centro do Rio de Janeiro, entre os quais a Embaixada dos EUA. Depois deveriam explodir simultaneamente o gasômetro de São Cristóvão e a represa de Ribeirão das Lajes. A culpa dos atentados seria atribuída aos comunistas. A operação, se deflagrada, teria provocado milhares de mortes. Com o Rio de Janeiro mergulhado no caos, começaria a fase final do plano: 40 personalidades políticas seriam sumariamente executadas. Cinco nomes já haviam sido selecionados: Carlos Lacerda, Jânio Quadros, Juscelino Kubitschek, Dom Helder e Mourão Filho. Os outros seriam anunciados verbalmente, de cinco em cinco. Seus corpos deveriam ser jogados ao mar, a 40 quilômetros da costa.

O plano não foi executado porque um grupo de oficiais – entre eles o jovem capitão Sérgio Miranda de Carvalho, na época comandante do Para-Sar – discordou de Burnier e o denunciou a outras autoridades da Aeronáutica. Além disso, ainda havia uma questão de comando: o Para-Sar não era subordinado ao gabinete do ministro, mas sim ao Departamento de Rotas Aéreas, dirigido pelo brigadeiro Itamar Rocha. Este abriu inquérito que confirmou os fatos, negados por Burnier. Rocha levou o assunto ao ministro da Aeronáutica. Na sindicância, 37 testemunhas comprovaram a acusação. Burnier, no entanto, negou ter planejado o crime, sendo absolvido após o processo chegar aos gabinetes do Ministério da Aeronáutica e da presidência da República. Itamar Rocha e Sérgio de Carvalho acabaram afastados dos quadros da Aeronáutica ⁶⁴². Por causa da denuncia, o capitão Sérgio foi preso, respondeu a IPM, sofreu ameaças de morte, cassado pelo AI-5 e afastado da Aeronáutica, sem direito a receber o soldo ⁶⁴³.

O plano Para-Sar foi abortado – e o fato não ficou restrito ao círculo militar – por dois motivos:

1. Primeiro, porque o deputado federal do MBD pernambucano, Maurílio Ferreira Lima, denunciou o caso na tribuna da Câmara Federal no dia 1º de outubro de 1968. Maurílio assim explicou o fato:

⁶⁴¹ Para maiores detalhes, ler: ZAPPA, Regina; SOTO, Ernesto. **1968**: eles queriam mudar o mundo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2011, p. 232-235.

⁶⁴² Maurílio apela por Itamar. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 30 out. 1968, p. 3.

⁶⁴³ Caso PÁRA-SAR: o homem que evitou o banho de sangue. **Fatos**, n. 15, Editora Bloch, de Janeiro, 1 de junho de 1985, p. 38-45.

[...] um dia Marcelo Alencar [futuro prefeito do Rio e governador do estado] disse: “Maurílio, está aqui um pessoal. Todo mundo pra conversar com você”. Era o capitão Francisco Teixeira [ligado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e cassado em 1964], que foi um dos ajudantes de ordem de Jango, e Doutel de Andrade, um dos mais bravos deputados federais [...] Disseram: “Maurílio, nós temos uma coisa a fazer, mas eu acho que só você tem coragem de fazer”⁶⁴⁴.

O histórico discurso de Maurílio no Congresso foi o seguinte:

Dentro do processo de radicalização e insanidade que tem marcado o momento histórico que vivemos no Brasil um fato se destaca pela sua marca de absurdo e pelo seu caráter até de ficção. Quando dele tomei conhecimento não pude acreditar na sua realidade, pois não podia imaginar que brasileiros conseguissem sequer pensar contra seus semelhantes medidas tão bestiais e tão inumanas. Na boa-fé em que plasmei minha formação e no conhecimento apenas através de livros e de documentação cinematográfica dos horrores que o mundo viveu sob a investida das cortes nazistas, com a vitória das forças democráticas acreditava que estivesse definitivamente afastada a possibilidade de o mundo ser palco de iniciativa que deixam longe e minimizam os instintos sádicos de Hitler e Stalin. Passo a relatar os fatos que me atestam a loucura que possui o sistema político dominante no Brasil. Existe na Força Área Brasileira uma unidade de elite, o PARASAR, composta por homens meticulosamente treinados para a finalidade altamente humanista de socorrer nas selvas brasileiras vítimas de desastres, aéreos ou expedições exploradoras extraviadas. Os seus componentes possuem uma capacidade sobre-humana de sobreviverem nas mais impossíveis condições de vida e têm prestado relevantes e altruísticos serviços à Pátria. Condiicionados a uma atividade de ajudar o próximo, a selva e o seu meio-ambiente e o salvamento de homens desesperados e extraviados a sua razão existencial, e a realização profissional. Devotado inteiramente a esses objetivos engrandecedores da solidariedade humana o PARASAR cumpria seus deveres para com a Pátria e para com a Força Aérea Brasileira.

Entretanto, a insanidade tomou conta do País com a vitória do golpe militar de abril de 64 e como não podia deixar de ser pretende atingir esta pequena; mas valorosa Unidade da FAB. Há pouco tempo houve uma reunião com os componentes do PARASAR, envolvendo inicialmente os seus sargentos, e posteriormente o seu corpo de oficiais. Foi na oportunidade relatado para os presentes o plano diabólico com que se pretendia de deturpar a finalidade dessa corporação militar. Dentro da filosofia oriunda da Escola Superior de Guerra, foi exposto aos presentes que o Brasil vive uma fase crítica da chamada guerra revolucionária, imaginação dos Strangloves do Pentágono assimilada pelos nossos estratégicos “revolucionários”. E que esse processo subversivo tem hoje uma manifestação danosa à estabilidade da “revolução redentora” na possibilidade de existência de guerrilha urbana nas nossas maiores cidades. Em virtude da “existência” desse “perigo” iminente e atual comando da FAB teria decidido usar o PARASAR na repressão às grandes manifestações estudantis e populares. E esse uso, deturpação paradoxal dos objetivos da Unidade, consistiria na infiltração nas passeatas de militares em trajes civis com a finalidade de promover agitação, levar populares à depredação e ao saque de casas comerciais, e na hora do tumulto provocar

⁶⁴⁴ Depoimento de Maurílio Ferreira Lima prestado à CEMVDHC em 24 de novembro de 2015 na audiência pública sobre resistência política e cassação de mandatos parlamentares.

tiroteio e aproveitando a oportunidade promover o assassinato das principais lideranças estudantis. Foi dito também na ocasião que o governo se sentia incomodado com a atuação de determinados líderes políticos. E fazendo um levantamento da atuação desses políticos os dividiam entre recuperáveis e irrecuperáveis. Os irrecuperáveis deveriam ser eliminados fisicamente e que o PARASAR deveria preparar-se para em hora de anormalidade política no País invadir a residência dessas lideranças, raptá-las e levá-las a bordo de um avião previamente preparado que deveria decolar com destino ao mar, onde a 40 quilômetros da costa jogaria no oceano a sua carga humana. E na hora se chegou a citar o brigadeiro cassado Francisco Teixeira como elemento perigoso e irrecuperável e que deveria ser um dos primeiros a sofrer o castigo de afogamento em alto mar pela sua perseverança em lutar para que o Brasil reencontre sua tradição democrática. Se entre os sargentos foi sentido um profundo mal estar por sugestões tão mefistofélicas, entre os oficiais a reação foi muito maior. Dois deles, o médico da Unidade major Santos e o intendente capitão Sérgio, protestaram veementemente contra tal desvirtuamento de suas atividades e imediatamente receberam o pronto castigo de tal ousadia. O major Santos foi transferido para a capital de Mato Grosso, Pernambuco, onde deverá servir no Recife. Gostaria de que todos os fatos acima relatados jamais tivessem sido realidade e preferiria imaginar estar vivendo um pesadelo. A gravidade da denúncia que trago é tão grande que devo com a responsabilidade de representante do povo, excluir deste relato qualquer dose de emocionalismo e cobrar providências de quem de direito com a maior racionalidade. Não falo na condição de parlamentar opositorista mas na de brasileiro, que nunca imaginou que no seu país tais fatos pudessem ocorrer. Como político deposições definidas e de intransigente formação democrática contesto o progresso pelo qual foi eleito o atual presidente da República. Entretanto, me rendo ao peso da realidade e não posso negar a existência do governo. O sr. Costa e Silva foi escolhido por uma pequena maioria respaldada na força das armas. Entretanto, a própria Constituição imposta ao país e vigente, determina que o presidente da República é o governante de todos os brasileiros. Ele não pode ser constitucionalmente o gerente dos interesses de um grupinho. Tem que assumir a responsabilidade de governar inteiramente o poder que lhe é atribuído e não estimular por omissão e por ausência os desígnios sádicos de meia dúzia de tresloucados, carentes de uso de camisa de força. Até agora o Governo tem usado a tática de nada fazer, de nenhuma providência tomar. A invasão da Universidade de Brasília, já pela sua distancia no tempo, esvaziou-se de seu conteúdo emocional e ninguém mais cogita de punição dos responsáveis. O governador de São Paulo, com o peso da responsabilidade de governo da nossa maior unidade federativa, denuncia uma conspiração em curso e o presidente se banqueteia naquele Estado. Até quando poderemos viver governados pela inércia e pela ausência? Se o sr. Costa e Silva pretendeu ser presidente da República apenas para melhorar sua biografia, já o conseguiu. Entretanto, deverá submeter-se ao julgamento da História e este tem demonstrado ser severo com os homens públicos que têm primado pela incapacidade. A Nação espera providências Sr. Presidente

⁶⁴⁵

Segundo Maurílio, o caso só foi denunciado publicamente porque foi lido num pequeno expediente ao final da sessão, o qual tinha direito como parlamentar, mas que foi

⁶⁴⁵ Exonerado e preso brigadeiro. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 3, 2 out. 1968.

imensamente apartado e que teve o microfone rapidamente cortado pela mesa diretora da Casa. Após a leitura da denúncia, o então presidente da Casa, José Bonifácio (ARENA-MG), suspendeu imediatamente a sessão. Sobre esse episódio, Maurílio narrou:

Meu amigo, foi um rolo tão grande, que eu estava sentado, na Câmara, quando chegou o brigadeiro Amaury Krueel [MDB-GB] que se dava muito bem comigo, por que era deputado também, e ele disse: “Maurílio, vá embora, por que a Aeronáutica invadiu a Câmara, e vieram pra lhe prender e lhe matar”. Aí, quando eu olhei era um bocado de gente fardada da Aeronáutica. Eu digo: “Olhe, eu não vou sair daqui por que eu estou no exercício do meu mandato. Eu não vou sair correndo pra esse pessoal me pegar correndo. Então, vão ter que me arrastar e me pegar aqui ou me matar aqui dentro do Plenário, o que é uma afronta ao Poder Legislativo”⁶⁴⁶.

Como se vê, a denúncia do emedebista pernambucano não era pra ter sido divulgada e só o foi porque o parlamentar sabiamente se utilizou de uma brecha da ditadura e fez avançar a divulgação do episódio. Desse modo, excetuando-se das demais denúncias feitas na época, o famigerado plano Para-Sar ficou registrado nos Anais do Congresso. Pois a maioria dos discursos dos integrantes da oposição, segundo Fernando Coelho:

Não podiam sequer ser publicadas no Diário Oficial do Congresso – apesar de este ser um órgão de circulação mínima. Somente chegavam aos jornais se a divulgação interessasse a algum grupo governista de prestígio, envolvido na luta interna pelo poder. Críticas mais fundamentadas ou análises que ultrapassassem o esquema rígido da oposição consentida, contrariando os interesses do regime, simplesmente não mereciam qualquer registro na imprensa. Não podiam constatar nem mesmo dos Anais Legislativo⁶⁴⁷.

2. E, segundo, porque o jornal carioca *Correio da Manhã* noticiou toda a operação, inclusive com a publicação da íntegra do discurso de Maurílio Ferreira⁶⁴⁸. Nenhum outro jornal publicou a denúncia do emedebista pernambucano. Apenas o *Correio da Manhã*, que o fez, corajosamente, vale dizer, por ordem expressa de Niomar Muniz Sodré Bittencourt, proprietária do jornal⁶⁴⁹. Segundo Fernando Coelho, esse era o tipo de denúncia que não era divulgada em lugar nenhum, nem nos Anais das Casas Legislativas, nem nos jornais da época.

⁶⁴⁶ Depoimento de Maurílio Ferreira prestado à CEMVDHC em 24 de novembro de 2015 na audiência pública sobre resistência política e cassação de mandatos parlamentares.

⁶⁴⁷ COELHO, op. cit. (2010), p. 364.

⁶⁴⁸ MAURO, Malin. Correio da Manhã foi decisivo no caso Para-Sar. **Observatório da Imprensa**, n. 699, 19 jun. 2012.

⁶⁴⁹ Como retaliação, Niomar Muniz Sodré teve os direitos políticos suspensos por 10 anos, através do Decreto de 16 de janeiro de 1969.

O lema da ditadura era silenciar e censurar para que os discursos da oposição (vistos como levianos) caíssem no esquecimento. Nas palavras de Fernando Coelho:

Era freqüente, durante a ditadura, um parlamentar da oposição fazer um discurso sobre tema relevante e, nos dias seguintes, a imprensa nada divulgar. As denúncias mais graves – sobretudo quando envolviam militares, mesmo em funções civis – não tinham curso nem eram noticiadas. Se davam lugar a providências no interior da administração – como às vezes alegavam reservadamente as lideranças situacionistas – elas não vinham a público, para não desgastar a imagem do governo ou das pessoas envolvidas. A censura operava dentro e fora do Parlamento. As Mesas do Senado e da Câmara dos Deputados, controladas pelo grupo dominante, eram também zelosas e eficientes na polícia dos pronunciamentos que deveriam ir à publicação no Diário do Poder Legislativo. Reclamações de parlamentares prejudicados, simplesmente não eram atendidas e caíam no vazio. Nem sequer constavam dos anais. Estes, por sua vez, tiveram suas tiragens reduzidas, com o evidente propósito de impossibilitar sua divulgação da Câmara, quando exercíamos o mandato de deputado federal, anualmente eram preparadas apenas quinhentas coleções dos Anais Legislativos, anualmente eram preparadas apenas quinhentas coleções dos Anais Legislativos, para distribuição entre os milhares de órgãos públicos e bibliotecas existentes no território nacional⁶⁵⁰.

Maurílio Ferreira Lima ficou sabendo do sádico plano de Burnier, em setembro de 1968, no Rio de Janeiro, por meio do brigadeiro Francisco Teixeira⁶⁵¹. Este lhe perguntou se poderia fazer a denúncia na tribuna da Câmara. Nas palavras do jovem deputado pernambucano:

Ele me disse que um texto já havia sido preparado e que era minha obrigação denunciar o plano assassino [...]. No dia combinado, emissários levariam uma cópia ao Correio da Manhã, onde jornalistas democratas já estavam avisados e providenciariam sua publicação. Eu não deveria revelar o assunto a ninguém, nem mesmo ao líder do MDB [na Câmara Federal], deputado Mario Covas⁶⁵².

Em depoimento recente prestado à CEMVDHC, Maurílio Ferreira ratificou a conversa que teve com o brigadeiro Francisco Teixeira antes da divulgação da denúncia na Câmara Federal:

“Então é essa história, Maurílio, que a gente quer que você conte na Câmara”. Eu disse: “Por que eu?” Ele disse: “Por que você tem coragem de fazer. Por que quem é que vai contar uma história dessa?”. Eu disse: “Me

⁶⁵⁰ COELHO, op. cit. (2010), p. 369.

⁶⁵¹ Por ser um conhecido legalista, o capitão Sérgio de Carvalho, durante o caso Para-Sar, procurou o brigadeiro Francisco Teixeira – comandante da III Zona Aérea, no Rio, durante o governo Goulart – para expor o plano terrorista de Burnier.

⁶⁵² MAURO, op. cit. (2012).

diga o seguinte, eu estou vendo que isso é um negócio bastante complicado, e se eu disser isso, como é que eu provo que é verdade o que eu disse?”. Ele disse: “Você conhece o Correio da Manhã?”. Era um jornal com serviços prestados à redemocratização, por conta de uma mulher, uma das bravas mulheres desse país, D. Niomar Moniz Sodré, que era a diretora e dona do Correio. Aí eles disseram: “No momento em que você fizer isso, a gente já marca o horário, e meia hora depois a oficialidade do Para-sar vai ao Correio da Manhã confirmar tudo o que você disse”. Aí eu disse: “Tá certo”. E ele falou: “Mas não diga a ninguém que vai fazer isso, por que se você disser ninguém do MDB vai deixar”⁶⁵³.

A corajosa denúncia de Ferreira Lima foi matéria em vários jornais de grande circulação no país⁶⁵⁴. Isso fez com que o plano sorrateiro de Burnier viesse a público e, conseqüentemente, fosse abortado. Após o seu pronunciamento, Maurílio teve que fugir⁶⁵⁵, passando, após a denúncia, alguns dias escondido na casa do senador Pedro Ludovico, do MDB de Goiás, pai do governador cassado Mauro Borges. De volta ao Rio, Maurílio resolveu então procurar o deputado pernambucano Etelvino Lins⁶⁵⁶, da ARENA, seu oponente político. Segundo Maurílio Ferreira:

⁶⁵³ Depoimento de Maurílio Ferreira Lima prestado à CEMVDHC em 24 de novembro de 2015 na audiência pública sobre resistência política e cassação de mandatos parlamentares.

⁶⁵⁴ Alguns exemplos: Deputado denuncia um novo ataque à UB para evitar as punições. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 7, 2 out. 1968. Aeronáutica nega plano para matar opositores. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 3, 3 out. 1968. Deputado revela que Sodré conhece radicais da FAB. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 4, 4 out. 1968. Maurílio repele frutos da crise. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 3, 8 out. 1968. Brigadeiro preso porque se opôs a grupos radicais. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 3 out. 1968, p. 2.

⁶⁵⁵ Segundo Maurílio Ferreira Lima: “[...] fui abordado por dois colegas e amigos. O general Amaury Kruel [MDB-GB] e Aureliano Chaves [ARENA-MG, futuro vice-presidente da República]. Kruel me disse: “Acho que você se meteu numa fria”. Aureliano me perguntou se eu tinha emprego fora da Câmara, ou patrimônio. Como eu lhe respondesse que não, externou sua preocupação: “Você vai ser cassado. Vai viver de quê?”. MAURO, op. cit. (2012).

⁶⁵⁶ **Etelvino Lins** nasceu em Alagoa de Baixo, atual Sertânia, sertão pernambucano, em 1908. Filho de agropecuarista. Em 1930, bacharelou-se em Direito. Em novembro de 1935, assumiu a 1ª Delegacia Auxiliar no Recife, contribuindo para sufocar o “levante comunista” do mesmo ano. Durante a vigência do Estado Novo, foi nomeado secretário de Segurança Pública do Estado (de dezembro de 1937 a fevereiro de 1945). Com a ida de Agamenon Magalhães para o Ministério da Justiça, assumiu a interventoria em Pernambuco, entre os meses de março e novembro de 1945. Além de governar o Estado, teve a missão de organizar o PSD pernambucano. Em dezembro de 1945, foi eleito senador, pelo PSD, junto com Novais Filho, para a Constituinte Federal. Com a morte de Agamenon Magalhães, em agosto de 1952, assumiu a presidência do PSD estadual, renunciou ao cargo de senador e foi eleito, em outubro de 1952, governador do Estado. Em agosto de 1955, foi nomeado ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). Em 1958, foi eleito deputado federal, pelo PSD, para a Legislatura 1959-1962. Em 1963, retornou ao cargo de ministro do TCU. Em 1965, filiou-se à ARENA. Em 1969, aposentou-se, a pedido, do cargo de ministro. Em 1970, elegeu-se pela ARENA para o segundo mandato de deputado federal para a Legislatura 1971-1974. Durante este mandato, elaborou a Lei nº 6.091, de 15 de agosto de 1974, chamada “Lei Etelvino Lins”, que tinha o objetivo de impedir os abusos de candidatos ou partidos que trocavam votos por transporte nas cidades do interior. A Lei nº 6.091 transferia para a Justiça Eleitoral os gastos com alimentação e transporte para os votantes do meio rural no dia das eleições, garantia aos candidatos gratuidade de propaganda no rádio e televisão e restringia os gastos com a campanha. Etelvino Lins faleceu em 1980, no Rio de Janeiro. Adaptado de: ABREU, op. cit. (2001), p. 3225-3330.

Etelvino era um homem muito bem informado [...]. Ele me avisou que eu seria cassado e me perguntou o que eu ia fazer da vida. Eu disse que iria para a Argélia, onde estava Miguel Arraes. De fato, na primeira lista de cassações publicada depois da edição do AI-5, eu apareci em quinto lugar. O primeiro era Carlos Lacerda ⁶⁵⁷.

Perseguido no Brasil, Maurílio e sua família passaram dez anos exilados na Argélia (1969/1979), onde passou a trabalhar com o ex-governador Miguel Arraes, também exilado. Mesmo fora do país, Maurílio era monitorado pela ditadura militar brasileira ⁶⁵⁸. Para Maurílio, o maior problema enfrentado por ele na condição de deputado cassado e brasileiro exilado “foi o do papel”. Em suas palavras:

Uma vez no exílio, o Governo brasileiro nega o passaporte e só nos restam duas opções: solicitar às Nações Unidas um documento de viagem ou ao país que nos acolhe um título de viagem para estrangeiro. A experiência de exílio me prova que nenhuma das soluções nos serve, pois, com qualquer um desses papéis, só se pode viajar a qualquer país após solicitar um visto de viagem, que, geralmente, é negado, após meses e meses de démarches infrutíferas. Para o exilado viver num país estrangeiro sem poder se deslocar, é o mesmo que viver confinado. Sobretudo, quando há um choque de culturas entre o país de onde viemos e o que nos acolhe ⁶⁵⁹.

No início de 1969, os integrantes do CSN foram convocados para uma nova reunião. Esta acabou sendo a 45ª sessão do CSN e ocorreu dia 16 de janeiro de 1969, no Palácio Rio Negro, em Petrópolis, no Rio de Janeiro. A pauta de reunião foi a apresentação de uma segunda lista de *degola*, com base no AI-5. Com as seguintes palavras, o presidente Costa e Silva abriu a reunião:

Convoquei novamente e, pela primeira vez no ano de hum mil novecentos e sessenta e nove, este Conselho de Segurança Nacional, para darmos prosseguimento a apreciação de processos elaborados pela Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, para aplicação das sanções prescritas no Ato Institucional número cinco, em face de representações feitas pelo Senhor Ministro da Justiça ⁶⁶⁰.

⁶⁵⁷ MAURO, op. cit. (2012).

⁶⁵⁸ Ofício nº 254-AS-DOS/69, 15 dez. 1969. DOPS-PE. Ministério da Aeronáutica, 2ª Seção. Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: BR_DFANBSB_AAJ_IPM_0876_d.

⁶⁵⁹ Maurílio Ferreira Lima: “Quero reaprender o Brasil”. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 50, 23 set. 1979.

⁶⁶⁰ **Ata da 45ª sessão do Conselho de Segurança Nacional**, de 16 de janeiro de 1969. Documento Confidencial. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: BR DFANBSB,XX N8.0.ATA.4/5, p. 1-2.

Na ótica dos membros do CSN, eram óbvios os motivos pelos quais se poderiam cassar mandatos eletivos ou suspender direitos políticos de quem estava na lista daquele dia. Isso porque:

A maior parte dos que hoje estão arrolados é constituída de homens já bastante conhecidos por suas idéias anti-revolucionárias e, aqui, estamos vivendo um dilema revolução ou anti-revolução. Não podemos admitir que se faça um trabalho de maior corrosão ou de oposição à Revolução⁶⁶¹.

Sob a acusação de serem perigosos opositores do regime e/ou pertencentes a movimentos subversivos e comunistas, 2 senadores – Aarão Steinbruck (MDB-RJ) e João Abraão (MDB-GO) – e 35 deputados federais – 10 da ARENA e 25 do MDB –, de diversas partes do país, tiveram os seus mandatos cassados e suspensos os direitos políticos pelo prazo de 10 anos⁶⁶².

No mesmo dia, o regime também lançou um duro golpe no Judiciário ao aposentar, com base no AI-5, 3 ministros do STF – Hermes Lima, Evandro Lins e Silva e Victor Nunes Leal, vice-presidente da Corte – e um ministro do STM, o general Peri Constant Bevilacqua⁶⁶³, por serem considerados de esquerda pelos militares. Os 4 ministros afastados eram conhecidas personalidades da vida política brasileira. Em sinal de protesto às aposentadorias, outros dois ministros do STF pediram exoneração do cargo – o então presidente da Corte,

⁶⁶¹ **Ata da 45ª sessão do Conselho de Segurança Nacional**, de 16 de janeiro de 1969. Documento Confidencial. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: BR DFANBSB,XX N8.0.ATA.4/5, p. 2.

⁶⁶² Ver relação dos cassados em: BRASIL. Decreto de 16 de janeiro de 1969. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 17 jan. 1969, Seção 1, p. 554.

⁶⁶³ O general-juiz Peri Bevilacqua (1899-1990) foi uma das muitas vítimas do efeito bumerangue da ditadura militar. Ele era o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) do governo Goulart, mas no dia do golpe civil-militar posicionou-se favorável aos militares golpistas. Em 1965, foi nomeado ministro do Superior Tribunal Militar (STM), mas logo se desentendeu com a “linha-dura”. De antigo apoiador do golpe passou a ser considerado *persona non grata* pelos próprios militares. “*Também no STM, o general Bevilacqua constituiria uma nota dissonante na partitura do regime. Desde logo, porque permaneceu defendendo a concessão de anistia política. Em 1965 mesmo, por exemplo, fez um discurso, parcialmente censurado, em que elogiava o duque de Caxias por ter anistiado os revoltosos da Guerra dos Farrapos depois de derrotá-los. Em seguida, juntamente com o general Mourão Filho, agora seu colega no STM, concedeu, em janeiro de 1966, entrevista à revista Manchete, na qual se declarava favorável à anistia dos atingidos pela ‘contra-revolução de 31 de março de 1964’. Os dois voltariam a entrar em choque com o governo em inícios de 1967, opondo-se à Lei de Imprensa. [...] No entanto, tendo o STM, por força da militarização da Justiça, assumido uma feição claramente política, a atuação do general Bevilacqua como juiz gerou freqüentes conflitos com seu pares identificados com o regime*”. LEMOS, op. cit. (2004), p. 17-21. Por ter concedido no STM muitos *habeas corpus* a opositores do regime, denunciado publicamente a farsa dos IPMs e se colocado contrário à edição do AI-5, Bevilacqua pagou o preço e foi punido pela ditadura no dia 16 de janeiro de 1969, embora estivesse a apenas três meses de se aposentar compulsoriamente ao completar 70 anos de idade. Proscrito da caserna, filiou-se ao antigo MDB e foi um dos criadores do Comitê Brasileiro de Anistia (CBA). “*O fato de ter sido o único ministro do STM atingido pelo ato não deixa dúvidas quanto à lógica da violência. E ‘a intensidade do rancor que motivou a punição pode ser inferida do modo como ela se deu, com forte dimensão simbólica: a cassação, também, das condecorações militares brasileiras, que ele apenas reaveria postumamente, em 2002’. Evidenciava-se, assim, que a farda não era garantia de justiça nem mesmo para um general-juiz*”. Ibid., p. 22.

Gonçalves de Oliveira, e Antônio Carlos Lafayette de Andrada – e acabaram oficialmente aposentados por decreto no mês seguinte.

O Estado de Pernambuco foi atingido pela lista da 45ª sessão do CSN com a cassação do mandato de Oswaldo Lima Filho, deputado federal pelo MDB ⁶⁶⁴. Como vimos anteriormente, Oswaldo Lima era vice-presidente nacional do MDB; e, em Pernambuco, fundador e secretário-geral da legenda. Oswaldo Lima era conhecido na Câmara Federal por ser um crítico do regime e defensor dos presos políticos. “*O partido girava em torno de Oswaldo Lima Filho, mas, aí, Osvaldinho é cassado e o partido fica praticamente acéfalo*” ⁶⁶⁵.



Figura 15– 45ª reunião do CSN que cassou o deputado federal Oswaldo Lima Filho.
Fonte: **Jornal do Brasil**, 16 jan. 1969.

Ao final da 45ª reunião do CSN foi lida pelo secretário-geral do CSN (vide Figura 15), a “Exposição de Motivos”, para a suspensão dos direitos políticos e a cassação do mandato de Oswaldo Lima. O seu extenso processo estava dividido em cinco partes. A primeira tratava de uma série de recortes de discursos de Oswaldo Lima pronunciados no Congresso Nacional ao longo de seus vários mandatos. A segunda referia-se a uma coleção de entrevistas de Lima Filho dadas à imprensa nacional. A terceira parte era relativa a uma série de manifestos e panfletos atribuídos ao parlamentar. Esta parte foi montada com o objetivo de apresentar o perigoso histórico de subversão de Oswaldo Lima, principalmente a sua ligação com “forças esquerdistas”, nacionais e internacionais, durante o período em que foi ministro da

⁶⁶⁴ No listão ministros e parlamentares. **Diário de Pernambuco**, Recife, 17 jan. 1969.

⁶⁶⁵ Depoimento de VASCONCELOS, Jarbas. In: COSTA, Célia; PANDOLFI. **Projeto Memória Viva: 14 depoimentos sobre a política pernambucana**. v. 2. Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2007, p. 186.

Agricultura de Jango. A quarta parte do processo foi dedicada aos inquéritos e sindicâncias feitos pela ditadura sobre Oswaldo Lima. A última parte do processo era relativa aos “Informes” e “Informações” elaborados pela “comunidade de informações” da ditadura. Esta parte objetivou, principalmente, dois pontos: em primeiro lugar, mostrar que o emedebista pernambucano foi um importante apoiador dos movimentos estudantis de 1968 opostos ao governo; e, em segundo, mostrar o seu envolvimento com a articulação da “Frente Ampla”.

Ao longo de 1966 e 1968, os órgãos de informações da ditadura passaram a monitorar, de maneira constante, os passos de Oswaldo Lima Filho, notadamente as suas reuniões e articulações com os líderes da “Frente Ampla”. Os “Informes” e “Informações” do SNI elencados abaixo ⁶⁶⁶, por exemplo, são uma demonstração disso:

Em 9 de agosto de 1966, dirigiu duas cartas a João Goulart, exilado no Uruguai e que foram interceptadas no Rio Grande do Sul. Nas referidas cartas, cujas cópias constam em anexo, ataca violentamente a Revolução e o governo e comenta, a seu modo, a situação política nacional.

Em maio de 1967, tomou posição de destaque na Frente Ampla, como representante direto de João Goulart.

Do Sumário de Informações nº 1262, de 6 Nov 67, do Serviço Nacional de Informações (Documentário sobre a Frente Ampla), destacam-se as seguintes referências ao Senhor Oswaldo Lima Filho: “já em 2 Jun 67, a Frente Ampla começou a obter, por trás dos bastidores, o apoio de João Goulart, através do seu representante, Deputado Oswaldo Lima Filho. Este passou a falar por João Goulart em todos os entendimentos e consultas políticas, destinadas a aglutinação de forças políticas heterogêneas, unidas na Frente Ampla”.

Em 6 Out 67, Oswaldo Lima Filho recebeu carta de João Goulart com instruções para os seus amigos ingressarem na Frente Ampla.

Em Informe de 17 Jan 68, o Centro de Informações do Exército alertou para reuniões que se estariam realizando na fazenda do ex-governador Mauro Borges, em Goiás, com a participação de civis e militares cassados pela Revolução. Das citadas reuniões, viriam participando os parlamentares Oswaldo Lima Filho, Hermano Alves e Mareio Moreira Alves.

Informe de 30 Jan 68, o Centro de Informações do Exército aponta comentários colhidos no Congresso sobre a formação de um grupo composto pelos parlamentares da Frente Ampla e comunistas para, a partir de 16 de janeiro, iniciarem uma série de pronunciamentos contra o governo, abordando principalmente os seguintes assuntos: Amazônia, perseguição ao Clero, arrocho salarial, intervenção nos sindicatos, corrupção nos meios sindicais, etc.

Em 12 de março de 1968, participou de uma reunião realizada na casa do deputado Martins Rodrigues quando foi tratado do esquema da viagem de

⁶⁶⁶ O SNI foi criado através da Lei nº 4.341, de 13 de julho de 1964. O SNI foi criado para ser um órgão de assessoramento diretamente subordinado à Presidência da República que deveria se ater a “coletar e analisar informações pertinentes à segurança nacional”. Além dos órgãos de chefia (o próprio ministro-chefe, seu gabinete e uma Seção de Comunicações), o serviço contava com uma Secretaria Administrativa, uma Inspeção Geral de Finanças, uma Agência Central (AC) e Agências Regionais (ARE). Sobre o SNI, ler: LAGÔA, Ana. SNI: como nasceu, como funciona. São Paulo: Brasiliense, 1983.

Carlos Lacerda a Governador Valadares-MG, para o comício da Frente Ampla.

Participou de uma reunião com elementos da Frente Ampla, realizada na casa do Padre Godinho, em Brasília, na noite de 5 de abril de 1968. Participaram também, os parlamentares Josafá Marinho, Lígia Doutel de Andrade, Carlos Murilo, Bernardo Cabral, Wilson Martins, Hermano Alves, Raul Brunini, Mareio Moreira Alves e outros.

Segundo a Informação nº 597, de 16 Ago 68, do CIE/ADF, Oswaldo Lima Filho, Josafá Marinho e outros parlamentares da extinta Frente Ampla, anunciaram o lançamento de manifestos dos senhores Carlos Lacerda, Juscelino e João Goulart. Para tal, deveria seguir um emissário para Montevidéu, sendo os nomes mais indicados os de Oswaldo Lima Filho e Lígia Doutel de Andrade ⁶⁶⁷.

Nos documentos supracitados, além de ficarem evidentes que as ações e articulações de Oswaldo Lima Filho eram totalmente vigiadas, duas outras questões também são perceptíveis: a primeira é que as correspondências do parlamentar eram usualmente violadas pelo regime militar ⁶⁶⁸ e a segunda é que a riqueza de detalhes fornecida pelos documentos revela que a ditadura deslocou agentes infiltrados para as reuniões da “Frente Ampla” com o objetivo de monitorar, produzir informações e vasculhar as atividades da entidade ⁶⁶⁹.

Como se pode ver a seguir, mesmo com a extinção da Frente Ampla, o regime continuou espionando as atividades de Lima Filho, acusando-o de subversivo e de fiel apoiador de João Goulart, Carlos Lacerda e Juscelino Kubistchek, próceres do movimento oposicionista:

⁶⁶⁷ **Ata da 45ª sessão do Conselho de Segurança Nacional**, de 16 de janeiro de 1969. Documento Confidencial. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: BR DFANBSB,XX N8.0.ATA.4/5, p. 26-29.

⁶⁶⁸ Isso não representava nenhuma novidade ou exceção durante a ditadura militar, uma vez que milhares de pessoas tiveram as suas correspondências violadas pela ditadura, mas essa prática ilegal rompia uma tradição constitucional no Brasil de preservação do sigilo epistolar. A Constituição de 1824, art. 179, XXVII, determinava “*O segredo das cartas é inviolável*”. A Constituição de 1891, art. 72, § 18, expunha “*É inviolável o sigilo da correspondência*”. A Constituição de 1934, art. 113, item 8, acrescentava “*É inviolável o sigilo da correspondência*”. A Constituição autoritária de 1937, art. 122, item 6, erigida durante o período do Estado Novo, foi a única na história do país que previu, expressamente, exceções à garantia da inviolabilidade, na forma da lei. O capítulo que tratou da “Defesa do Estado” deu ao presidente da República a possibilidade de decretação dos Estados de Emergência e de Guerra, hipóteses pelos quais previu a possibilidade de suspensão do sigilo da correspondência. “*A inviolabilidade do domicílio e da correspondência, salvo as exceções previstas em lei*”. A Constituição de 1946, art. 141, § 6º, trouxe de volta o direito ao sigilo, “*É inviolável o sigilo da correspondência*”. A Constituição autoritária de 1967, art. 150, § 9º, também resguardou o direito à inviolabilidade, não indicando nenhuma ressalva à garantia, aliás, estendendo a garantia ao acrescentar ao texto as palavras “comunicações telegráficas e telefônicas” – “*São invioláveis a correspondência e o sigilo das comunicações telegráficas e telefônicas*”. Para uma maior discussão sobre a (i)legalidade da violação de correspondências durante a ditadura militar brasileira, ver: FERREIRA, Rafael Leite. Legalizar ou não?: a discussão durante o governo Geisel sobre a implantação da quebra do sigilo de correspondências dos presos políticos. **Hydra**: Revista discente eletrônica da pós-graduação em História da Universidade Federal de São Paulo, p. 250-261, v. 1, n. 1, mar. 2016.

⁶⁶⁹ “*A técnica de infiltração consistia em suspeitar, em princípio, de todos, coletar e arquivar quaisquer dados obtidos e entregá-los, por escrito, à polícia*”. MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. **Revista Brasileira de História**, v. 17, n. 34, São Paulo, 1997.

A Informação nº 831, de 16 Out 68, do CIE/ADF, faz uma completa análise da atuação do oposicionismo exacerbado, mediante um estudo completo da Frente Ampla e sua ação subversiva. No documento anexo, o nome do Senhor Oswaldo Lima Filho é constantemente citado como um dos principais articuladores do novo movimento que vem de ser criado, em substituição à extinta Frente Ampla. A citada Informação contém uma relação completa de todos os parlamentares, do MDB e da ARENA, envolvidos no referido movimento de oposição radical ao Governo e de articulações contra-revolucionárias ⁶⁷⁰.

Como era de se imaginar, pela robustez dos dados apresentados e/ou criados pela ditadura, Oswaldo Lima Filho, deputado federal pelo MDB pernambucano, teve, sumariamente, o seu mandato cassado e os direitos suspensos na 45ª reunião do CSN. À noite do mesmo dia, o seu nome foi divulgado no Decreto de 16 de janeiro de 1969, com base no AI-5, junto a dezenas de outros importantes parlamentares da oposição.

Esse decreto atacou em cheio o MDB. Pois, ao expurgar várias (e importantes) lideranças da legenda, desestruturou, de maneira considerável, a primeira Executiva Nacional do MDB – que, embora tenha se comportado de maneira tímida nos primeiros meses após a sua fundação, já se apresentava de modo mais combativa em fins de 68. Da Executiva Nacional, além de Oswaldo Lima Filho, vice-presidente do MDB, também foram cassados os deputados José Martins Rodrigues (secretário-geral) e Mário Covas (líder do partido na Câmara Federal desde março de 1967) ⁶⁷¹.

O Diretório Estadual do MDB em Pernambuco sofreu um duro golpe com o ciclo de cassações do período 1968/69. Por diversos motivos, alguns integrantes abandonaram o partido e muitos dos que permaneceram fizeram a opção pela atuação partidária clandestina ou comedida. O deputado cassado Oswaldo Lima Filho costumava dizer, à época, por exemplo, havia dois MDBs em Pernambuco: um legal e outro ilegal. Ao ilegal, pertenciam todos os cassados e comunistas. De acordo com o líder comunista Paulo Cavalcanti, nas reuniões do MDB não havia a menor discriminação ou diferença substancial entre o MDB legal, formado pelos parlamentares que estavam na ativa, e o MDB ilegal, integrado pelos políticos cassados, ex-líderes da Frente do Recife e os comunistas ⁶⁷².

⁶⁷⁰ **Ata da 45ª sessão do Conselho de Segurança Nacional**, de 16 de janeiro de 1969. Documento Confidencial. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: BR DFANBSB,XX N8.0.ATA.4/5, p. 26-29.

⁶⁷¹ Desaparece a liderança oposicionista. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 4. 18 jan. 1969.

⁶⁷² Citado por: CAVALCANTI, Paulo. **O caso eu conto como o caso foi**: a luta clandestina – memórias políticas. v. 4. 2. ed. Recife: CEPE, 2008d, p. 132.

Para tentar frear o crescente desmonte do partido em Pernambuco pós-AI-5, o MDB procurou rapidamente reorganizar o seu Diretório e a sua Executiva⁶⁷³, acrescentando novos nomes, como foi o caso da indicação do jovem Jarbas Vasconcelos para a secretaria-geral do partido⁶⁷⁴, a fim de dar um novo ânimo à legenda. Nas palavras de Jarbas:

Então foi organizada uma reunião na casa de José Ermírio de Moraes com os remanescentes da oposição. Os remanescentes mesmo – porque vocês se lembram que eu disse que, de uma bancada de 14, na Assembleia haviam ficado quatro. Fui com Hélio Mariano para essa reunião. Nesta ocasião, a

⁶⁷³ Nova composição do Diretório Estadual do MDB em 1969: Pinto Ferreira; Armando Monteiro Filho; José Ermírio de Moraes; Marcos Freire; Hélio Mariano da Silva; Eugênio Pereira de Melo; José Emídio Fernandes; João Negromonte Filho; Jazer Menezes; Múcio Ferreira dos Santos; Jarbas Vasconcelos; Luís Neves; Mário Monteiro; Lúcio Fernando Pereira; Torquato Ferreira Lima; João Lyra; Fernando Lyra; João Ferreira Lima Filho; Jacques Ferreira Lima; Souto Dourado; Fernando Coelho; João Bosco Tenório; Alcides Teixeira; Marcelo Pessoa; Frei Tarcísio; Carlos Guerra; Luís Pereira Paiva; José Gusmão Hutes; Jarbas Andrade Borges; Liberato Xavier da Cunha. MDB teve chapa única com Pinto Ferreira no comando. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 3, 29 ago. 1969.

⁶⁷⁴ **Jarbas Vasconcelos** nasceu em agosto de 1942, no município de Vicência, na Zona da Mata pernambucana. É descendente de uma família da aristocracia rural. Aos seis anos, sua família transferiu-se para Recife, onde Jarbas teve sua formação escolar nos melhores colégios da região. Formou-se em Direito, pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), no ano de 1968. Mesmo atraído pela política, não participou de qualquer diretório estudantil, preferindo acompanhar seu primo, Egídio Ferreira Lima na campanha de 1966 à ALEPE. Em 1967, filiou-se ao MDB e como estudante de direito da UNICAP, teve os primeiros passos na advocacia, como estagiário do primo. Em outubro de 1969, foi eleito secretário-geral do MDB pernambucano. Com a cassação de seu primo, Egídio Ferreira Lima, em março de 1969, Jarbas começou uma incipiente campanha para deputado estadual no ano de 1970, ficando com as bases eleitorais de Egídio. Passou a integrar a ala mais aguerrida do partido, que exigia do partido uma posição autêntica e clara na luta contra a ditadura. No pleito de 1970, o jovem Jarbas foi eleito com 14 mil votos (foi o segundo deputado mais votado entre os 9 eleitos pelo MDB pernambucano). Sua atuação destemida o levou a ser escolhido para apresentar a tese da Constituinte, em 1971, em reunião do partido no Recife. Na tribuna da ALEPE, os problemas da economia da cana-de-açúcar e dos trabalhadores rurais concentraram sua preocupação. Seus discursos sobre o assunto foram reunidos no livro *Uma Análise da Economia Canavieira* (1973). Em novembro de 1974, elegeu-se à Câmara Federal com expressivos 70 mil votos – derrubando o recorde alcançado por Marcos Freire em Pernambuco, em torno de 57 mil votos – depois de um trabalho bem executado à frente da Executiva estadual do partido. Concorreu ao Senado, em novembro de 1978, mas perdeu para a ARENA, através de um casuísmo da sublegenda. Em janeiro de 1979, Jarbas Vasconcelos concluiu seu mandato de deputado federal. Recusou, então, o convite para substituir o deputado Tales Ramalho como secretário da Executiva Nacional do MDB, preferindo continuar dando prioridade ao seu trabalho partidário em Pernambuco. Com o fim do bipartidarismo, filiou-se ao PMDB. Nessa legenda, voltou a eleger-se para a Câmara dos Deputados no pleito de novembro de 1982, assumindo o mandato em fevereiro do ano seguinte. Em julho de 1985, transferiu-se para o PSB a fim de concorrer à prefeitura de Recife. Com a vitória regressou ao PMDB. Jarbas se tornou o primeiro prefeito do Recife eleito após o término do regime militar. Em 1989, assumiu a presidência do PMDB, durante os meses em que se desenrolou a campanha eleitoral, substituindo o deputado Ulisses Guimarães, que se afastara do cargo para disputar a presidência da República. Candidatou-se e foi derrotado, em outubro de 1990, ao governo do Estado para o candidato do Partido da Frente Liberal (PFL), Joaquim Francisco. Em outubro de 1992, foi novamente eleito prefeito do Recife. Em outubro de 1998, elegeu-se governador de Pernambuco, pelo PMDB; reelegeu-se em outubro de 2002. Elegeu-se senador em outubro de 2006 e tomou posse do cargo em fevereiro de 2007. Em 2010, candidatou-se ao governo do Estado, mas perdeu a disputa no primeiro turno para Eduardo Campos, do PSB. Em outubro de 2014, elegeu-se deputado federal, pelo PMDB. Adaptado de: ABREU, op. cit. (2001), p. 5986-5987. Informação nº 150/115/ARE/79, 30 mar. 1979. SNI, Agência Recife (Atualização das atividades de elementos atingidos pelos Atos Institucionais 1, 2 e 5). Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: ARE_ACE_263_79, p. 2-16. **Prontuário Funcional n. 26120 “B”**. Acervo DOPS/APEJE. Fundo SSP n. 20166.

primeira coisa a se fazer era preencher a lacuna de Osvaldo Lima Filho, e o meu nome foi sugerido por duas pessoas: por João Bosco Tenório Galvão e Manoel Gilberto, que era vereador. Eu não tinha nenhuma experiência [...]. Depois de muita discussão, o Pinto Ferreira ponderou que eu tinha que ser eleito para o diretório; depois, o diretório iria se reunir e me eleger para a secretaria-geral. Assim, depois de muita discussão, aceitei. [...] o diretório se reuniu e me elegeu para o lugar de Osvaldo Lima Filho. Ficamos Pinto Ferreira na presidência e eu, na secretaria-geral do partido. [...] Ele me delegou tudo. Ele ficou com a parte formal [...], e a coisa mesmo de rua, de diretórios, eu assumi ⁶⁷⁵.

Esse episódio foi descrito anos depois pelo jornal *Opinião* da seguinte forma:

Em 1969, quando os partidos se ressentiam das cassações em suas fileiras, o MDB pernambucano, presidido pelo professor Pinto Ferreira, reuniu quatro deputados, alguns vereadores e o então senador José Ermírio de Moraes, já falecido, para dar um balanço geral da situação e decidir se a oposição deveria ou não continuar em Pernambuco. Da reunião, que foi chamada de “enterro ou missa de 7º dia”, participava ainda um jovem de 27 anos, recém-formado em advocacia, filiado ao partido desde 1967 e que, apesar de vice-presidente do partido, era um ilustre desconhecido do cenário político. Jarbas Vasconcelos tentou recusar o cargo de secretário-geral do partido (que mantém até hoje), por achar-se ainda inexperiente. Começava assim para o jovem advogado o despontar de uma promissora carreira política, liderando a oposição de forma autêntica e exigindo do partido, em forma nacional, uma posição mais clara ⁶⁷⁶.

A respeito da indicação do jovem Jarbas Vasconcelos para a secretaria-geral do MDB, o deputado cassado Egídio Ferreira Lima acrescentou:

Quando ocorreram as cassações decorrentes do AI-5, o MDB ficou vazio. Pinto Ferreira foi convocado para ser presidente do MDB. Jarbas Vasconcelos, que era apenas um advogado recém-formado, saído do meu escritório, foi para secretário-geral do partido. [...] Jarbas era ligado a mim, tinha sido estagiário do meu escritório, ajudou na minha eleição, ficou comigo como estudante, nunca pensava em fazer política (se pensava, não dizia). Então, começou aí uma oposição incipiente ⁶⁷⁷.

A sua principal tarefa, contou Jarbas Vasconcelos, era reestruturar o partido. Disse ele:

Era uma tarefa, à primeira vista, quase impossível. Então, houve uma reunião onde foi convocado para assumir a secretaria-geral do partido. Eu estava em uma escala boa, ascendente na iniciativa privada, que poderia, inclusive, me levar à diretoria. Pensei duas vezes se aceitava, porque achava que fazer duas coisas, como aquelas, ao mesmo tempo, terminaria fazendo

⁶⁷⁵ VASCONCELOS, op. cit. (2007), p. 186-187.

⁶⁷⁶ Quem é o MDB que ganhou. *Opinião*, Rio de Janeiro, p. 9, 13 dez. 1974.

⁶⁷⁷ LIMA, op. cit. (2007), p. 257.

mal as duas. Mas, aceitei o desafio. Pinto Ferreira, que era o presidente estadual, perguntou: “Quem é..., quem é esse rapaz?”⁶⁷⁸.

Nesse contexto, em meio às adversidades do período, mas com vontade de dar novo ânimo à agremiação, o MDB pernambucano realizou, no dia 1º de outubro de 1969, nova eleição para composição da Executiva regional⁶⁷⁹. A nova Executiva ficou distribuída da seguinte forma:

- **Presidente:** Pinto Ferreira, professor de direito;
- **1ª vice-presidência:** José Ermírio, senador eleito em 1962;
- **2ª vice-presidência:** Armando Monteiro, ex-ministro de Agricultura;
- **1º secretário:** Jarbas Vasconcelos;
- **2º secretário:** Jacques Ferreira Lima, deputado estadual eleito em 1966;
- **Tesoureiro:** Eugenio Pereira de Melo, suplente de deputado estadual;
- **Procurador:** Jazer Menezes⁶⁸⁰.

A terceira onda de cassações baseadas no AI-5 iniciou-se no dia 7 de fevereiro de 1969. Neste dia, 30 deputados federais e 3 senadores de diversas partes do país – tanto da ARENA quanto do MDB – foram cassados e tiveram os direitos políticos suspensos pelo prazo de dez anos⁶⁸¹. A lista dos cassados foi elaborada na 46ª reunião do CSN, ocorrida na tarde do mesmo dia, no Palácio Rio Negro, em Petrópolis, no Rio de Janeiro.

O Estado de Pernambuco foi atingido por essa lista de *degola* com a cassação de três deputados federais: Aldemar da Costa Carvalho, do MDB; Ney Maranhão e Edson Moury Fernandes, da ARENA.

Novamente o registro feito à ata da sessão do CSN é importante para entendermos as razões alegadas pela ditadura para a cassação dos deputados federais pernambucanos. Sobre o

⁶⁷⁸ Cf. Depoimento de VASCONCELOS, Jarbas. In: BARRETO, Túlio Velho; FILHO, Sérgio Montenegro; SCARPA, Paulo Sérgio. **A nova república: visões da redemocratização**. Recife: Ed. dos autores, 2006, p. 52.

⁶⁷⁹ O ex-vereador do Recife, João Bosco Tenório, eleito pelo MDB em 1968 e cassado pelo regime no dia 23 de outubro de 1969, contou que a inclusão do jovem Jarbas Vasconcelos para assumir uma função importante no MDB pernambucano no ano de 1969 – a secretaria-geral da legenda –, durante uma fase difícil da agremiação, no curso da terceira onda de cassações, se deu como uma estratégia de um segmento do partido, liderado pelo presidente estadual do MDB, professor Pinto Ferreira, de renovar o partido e deixá-lo menos moderado, já que, no geral, a composição da Executiva era tida como conservadora. Havia um segmento do MDB pernambucano que pleiteava o senador José Ermírio de Moraes para presidência e Thales Ramalho para a secretaria-geral, mas esta chapa acabou tendo pouca adesão entre os correligionários. O nome de Jarbas aparentava oxigenar um partido sem muita identidade, demasiadamente moderado, desfalcado de suas lideranças mais aguerridas e repleto de “raposas” do antigo regime. Depoimento de João Bosco Tenório prestado à CEMVDHC em 15 de dezembro de 2015 na audiência pública sobre movimento estudantil.

⁶⁸⁰ ARENA e MDB escolheram presidentes. **Diário de Pernambuco**, Recife, 2 de outubro de 1969.

⁶⁸¹ 34 punidos ontem: novo listão em breve. **Diário de Pernambuco**, Recife, 8 fev. 1969. Ato cassa 33 parlamentares e suspende cinco Assembleias. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 3, 8 fev. 1969.

deputado Ademar da Costa Carvalho ⁶⁸², quatro motivos são apontados na 46ª reunião do CSN para a sua cassação. Em primeiro lugar, a acusação de que o referido parlamentar não comparecia às sessões da Câmara Federal ⁶⁸³. Sobre este assunto, o general Jayme Portella, secretário-geral do CSN, fez a seguinte fala aos demais integrantes da reunião: “[Ademar da Costa Carvalho] continuou a faltar, tranquilamente, ao seu dever junto ao Congresso, alegando que não pode se ausentar da direção dos vultosos interesses que comanda no Nordeste” ⁶⁸⁴.

A segunda acusação imputada pela ditadura ao parlamentar pernambucano era a de prática de “corrupção”. Nunca é demais insistir que o “combate à corrupção” foi um dos principais motes ideológicos utilizados pelos militares para deflagrarem o golpe de 1964. “Juntamente com o combate à ‘subversão’ e ao comunismo, ‘acabar com a corrupção’ era uma das bandeiras da época” ⁶⁸⁵. E isso se devia, grosso modo, conforme já falado, ao julgamento pautado na “utopia autoritária” ⁶⁸⁶ que os militares faziam, antes mesmo de 64, acerca do sistema político brasileiro. Para grande parte dos militares, os políticos civis eram corruptos e/ou incapazes de gerir a coisa pública e de encontrar soluções para os problemas políticos do país.

⁶⁸² **Ademar Carvalho** nasceu em Olinda, em dezembro de 1908. É originário de uma família de industriais. Durante as décadas de 1930 e 1940, fundou várias empresas em diversos ramos comerciais. No pleito de outubro de 1954, filiado à UDN, elegeu-se deputado federal na legenda do “Movimento Popular Autonomista” (PTB – PST – UDN). Foi reeleito em outubro de 1958, pela coligação “Frente Democrática Pernambucana” (PSD – PDC – PRT – PL – PST). Em outubro de 1962, elegeu-se novamente à Câmara Federal, dessa vez pela “Frente Popular Democrática” (UDN-PSD). Era conhecido por ser um doador para causas humanitárias em Pernambuco. Com a instauração do bipartidarismo, em 1965, filiou-se ao MDB. Neste partido, foi reconduzido ao quarto mandato na Câmara Federal nas eleições de novembro de 1966. Através do Decreto de 7 de fevereiro de 1969, com base no AI-5, Ademar da Costa Carvalho teve seu mandato cassado e os direitos políticos suspensos pelo prazo de 10 anos. Cassado, voltou para as atividades comerciais. Faleceu no Recife, em abril de 1990. Adaptado de: ABREU, op. cit. (2001), p. 1156-1157.

⁶⁸³ Em 16 de julho de 1968, o jornal carioca *Correio da Manhã* já havia publicado uma matéria noticiando que tramitava, na Câmara Federal, um pedido de cassação do mandato parlamentar de Ademar da Costa Carvalho, por faltas, além do limite constitucional permitido. Assim era colocada a notícia: “*Esses deputados limitam-se, habitualmente, a comparecer à Câmara para interromper o período máximo de faltas contínuas permitidas no regime interno. Além destes, há um pequeno grupo que permanece em Brasília, segundo os assentamentos oficiais, apenas durante alguns dias da semana, em cada mês. Dentre os faltosos, os assentamentos individuais acusam: quanto ao sr. Ademar Carvalho – nunca participou dos trabalhos de qualquer comissão permanente ou de inquérito e fez, nos dois anos de mandato, dois discursos no pequeno expediente: o primeiro, pedindo, a cassação de mandato do parlamentar que estiver armado em plenário; o segundo, comentando artigo do jornalista Austregésilo de Ataíde e refutando a tentativa de cassarem seu mandato, por faltas*”. Deputado falta além do limite. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 20, 16 jul. 1968, grifo nosso.

⁶⁸⁴ **Ata da 46ª sessão do Conselho de Segurança Nacional**, de 7 de fevereiro de 1969. Documento Confidencial. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: BR DFANBSB,XX N8.0.ATA.5/1, p. 46-47.

⁶⁸⁵ FICO, op. cit. (2001), p. 149.

⁶⁸⁶ D’ARAÚJO; SOARES; CASTRO, op. cit. (2014), p. 10-11.

A “linha-dura” tinha uma grande frustração com Castelo Branco pelo “pouco-caso” de seu governo com a temática da corrupção. Foi com a ascensão do governo Costa e Silva que os reclames desse setor militar foram atendidos. Além da criação da Comissão Geral de Investigações (CGI) ⁶⁸⁷, organismo voltado para o combate da corrupção, a temática anticorrupcionista também passou a fazer parte das pautas das sessões do CSN ⁶⁸⁸.

No caso de Ademar da Costa Carvalho, por exemplo, o discurso moralizante anticorrupcionista da ditadura, segundo consta nos autos de seu processo, foi um dos principais motivos que motivaram à sua cassação. Aos demais integrantes da 46ª sessão do CSN, o general Jayme Portella teceu os seguintes comentários a respeito do emedebista pernambucano:

[...] Do extrato do seu Prontuário do SNI, constam, entre outras, as seguintes anotações:

– Corrupto e corruptor.

Contrabandista. – Encontra reação dentro do seu próprio Estado, tendo a ARENA e o MDB lhe negado legenda para concorrer ao pleito de 1966.

– É um dos grandes ausentes da Câmara e utiliza o seu mandato visando, apenas, o seu prestígio pessoal e para ficar resguardado pelas imunidades parlamentares.

É contrabandista conhecido, político sem escrúpulos, inimigo do Governo Federal e de sua política econômico-financeira (Informação nº 935 C/65, de 14 Jun 65 do EME) ⁶⁸⁹.

Outra alegação apontada nessa reunião do CSN para a cassação de Costa Carvalho foi a de ser rico e a origem de sua fortuna ser incerta e duvidosa. É importante que se diga que esse não era o verdadeiro motivo pelo qual o governo buscava cassar o seu mandato. Na verdade, o desagrado do governo era que Costa Carvalho era um dos principais apoiadores financeiros do MDB-PE. A prova disso é que o próprio ingresso de Costa Carvalho no MDB pernambucano se deu através de uma negociação financeira. Conhecido por sua origem elitista e, principalmente, oriundo da UDN, o deputado Oswaldo Lima Filho narrou em sua

⁶⁸⁷ A CGI foi um organismo criado através do Decreto-Lei nº 359, de 17 de dezembro de 1968, no âmbito do Ministério da Justiça, com a tarefa de realizar investigações e abrir inquéritos para fazer cumprir o estabelecido pelo Artigo 8º do AI-5, em que o presidente da República passava a poder confiscar bens de “[...] *todos quantos tenham enriquecido, ilicitamente, no exercício de cargo ou função pública*”. Cf. BRASIL. Decreto-Lei nº 359, de 17 de dezembro de 1968. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 18 dez. 1968, Seção 1, p. 10913.

⁶⁸⁸ Para uma discussão sobre o contraditório ideário anticorrupcionista da ditadura militar brasileira, ver: STARLING, Heloísa. Moralismo capenga. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, n. 42, mar. 2009.

⁶⁸⁹ **Ata da 46ª sessão do Conselho de Segurança Nacional**, de 7 de fevereiro de 1969. Documento Confidencial. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: BR DFANBSB,XX N8.0.ATA.5/1, p. 45-46.

biografia que aceitou a entrada de Costa Carvalho no MDB e a sua respectiva candidatura à Câmara Federal em 1966 por meio da seguinte exigência: “Ademar era um comerciante de máquinas riquíssimo, que vencia todos os pleitos graças ao poder econômico de que dispunha. Exigi que arrendasse por seis meses o *Diário da Manhã*, pequeno jornal semanal, pondo o semanário a serviço da oposição. O novo candidato cumpriu a exigência”⁶⁹⁰.

A ideia da ditadura era, portanto, através da cassação de Ademar da Costa Carvalho, cortar o rarefeito financiamento que dispunha o MDB pernambucano. Assim expressou o general Jayme Portella na 46ª sessão do CSN: “Também se pode ver, que [...] o Senhor ADELMAR COSTA CARVALHO [...] ‘emprestou aviões, jipes e conduções aos colegas de partido, para que fizessem suas campanhas’”⁶⁹¹.

Por último havia também a necessidade do regime de calar esse parlamentar que, apesar de sua origem social elitista e ser egresso da extinta e conservadora UDN, se mostrava muito volátil em sua postura política, tendendo, segundo a ótica dos militares, para a ala radicalizada do MDB. “Não tem ideologia definida, apoiando qualquer causa que lhe proporcione vantagem pessoal (SNI)”⁶⁹². Para justificar o perigo da permanência do mandato de Costa Carvalho, o general Jayme Portella lembrou aos demais integrantes da 46ª sessão do CSN a ácida crítica que o parlamentar fez, na tribuna da Câmara, à política econômica do governo Costa e Silva:

[...] Estou mostrando que um Governo caloteiro, um Governo que não paga é um Governo que não age com decência, com lealdade, com justiça, com nobreza. Um Governo que se preza paga seus compromissos ou, do contrário, não manda executar os serviços. Agora, mandar realizar o serviço, depois não pagar, executar o empreiteiro porque não pagou a Previdência Social e cobrar correção monetária, não considero coisa decente, nobres deputados. De minha parte não o considero como também não acho decente, um Governo criar correção monetária só para o contribuinte, unilateralmente, não estabelecendo correção monetária para ele. [...] Apenas acrescento que, nessa situação calamitosa, o maior responsável por tudo é justamente o Governo, que não paga também a Previdência Social. É honesta, correta, justa, leal, sincera essa atitude do Governo?⁶⁹³.

⁶⁹⁰ FILHO, O., op. cit., p. 217.

⁶⁹¹ **Ata da 46ª sessão do Conselho de Segurança Nacional**, de 7 de fevereiro de 1969. Documento Confidencial. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: BR DFANBSB,XX N8.0.ATA.5/1, p. 46.

⁶⁹² Ibid., p. 45.

⁶⁹³ Ibid., p. 45.

Conforme já destacado, o segundo deputado que fora cassado na 46ª sessão do CSN foi o arenista Ney Maranhão⁶⁹⁴. Durante a reunião foi lido um longo relatório sobre a vida pregressa do parlamentar com o objetivo de justificar a sua cassação. O principal motivo alegado pelos militares para cassar Ney Maranhão foi quebra de decoro parlamentar e conduta incompatível com os ditames da “Revolução”.

⁶⁹⁴ **Ney Maranhão** nasceu em Moreno, na zona da mata pernambucana, em dezembro de 1928. É originário de uma influente família proprietária de terras. Seu pai, Constâncio Maranhão, foi deputado estadual durante várias legislaturas (1947, 1950, 1954, 1958 e 1962), e era chamado de “o rei da carne verde” em Pernambuco. Sua atuação parlamentar foi marcada pelo anticomunismo ferrenho e pela defesa do interesse das classes produtoras. Em 1961, a rede de televisão norte-americana ABC realizou um documentário (*Brazil – The Troubled Land*) sobre o nordeste brasileiro em que Constâncio Maranhão figura apontando o revólver numa direção imaginária, para mostrar como se lidaria com a subversão. Segundo Paulo Cavalcanti, Constâncio Maranhão era o “[...] deputado mais anticomunista da Assembleia, Constâncio Maranhão, monopolista da carne verde no Recife e líder de um pequeno grupo de parlamentares, conhecido como ‘a bancada do filé’. Ficava célebre nos anais das crônicas políticas a chistosa advertência de Constâncio, segundo a qual ‘devemos almoçar os comunistas, antes que eles nos jantem’”. CAVALCANTI, op. cit. (2008a), p. 251. Ney Maranhão foi, durante toda a vida, um radical anticomunista. A menção aqui ao seu pai torna-se importante para entendermos, em grande parte, as raízes de seu fervoroso anticomunismo. SAMPAIO, Inaldo. Ney diz ser fiel a Collor porque seguiu os conselhos do pai. **Jornal do Commercio**, 6 ago. 2009. Ney Maranhão iniciou sua carreira política como prefeito de sua cidade natal, eleito em 1951. Em outubro de 1954, elegeu-se deputado federal na legenda da “Frente Democrática Pernambucana” (coligação formada pelo PL, PSD, PDC, PSP e PRP). Reelegeu-se, em outubro de 1958, pela mesma coligação. Em outubro de 1962, conseguiu o seu terceiro mandato, pela “Frente Popular Democrática” (coligação UDN-PSD). Foi favorável ao golpe civil-militar de 1964. Transferiu-se para o PTB. Com o advento do bipartidarismo, em 1965, filiou-se à ARENA. Em novembro de 1966, elegeu-se deputado federal por essa legenda. Através do Decreto de 7 de fevereiro de 1969, com base no AI-5, Ney Maranhão teve seu mandato cassado e os direitos políticos suspensos pelo prazo de 10 anos. A principal razão alegada para a sua cassação foi não ter concordado com o afastamento do então governador de Goiás, Mauro Borges, do poder. Com a extinção do bipartidarismo em 1979, filiou-se ao PTB. Concorreu a uma vaga na Câmara dos Deputados em novembro de 1982, mas obteve apenas a suplência. Transferiu-se para o Partido Municipalista Brasileiro (PMB) e nas eleições de novembro de 1986, concorreu à vaga de suplente de senador na chapa encabeçada por Antônio Faria. Mesmo representando um partido de pequena envergadura, após ter selado um acordo com o PMDB – legenda que lançou a candidatura vitoriosa de Miguel Arraes ao governo do estado –, Antônio Faria conquistou uma das vagas para o Senado ao derrotar Roberto Magalhães, do PFL. A outra vaga ficou com o peemedebista Mansueto de Lavor, candidato ao Senado mais votado neste pleito. Com o falecimento de Antônio Faria, em abril de 1988, Ney Maranhão assumiu a vaga de titular no Senado ainda na primeira fase de votações da Assembléia Nacional Constituinte. Ficou conhecido como o “senador boiadeiro” por usar sempre ternos de linho branco e “alpercatas de couro”. Com a extinção do PMB em 1989, ingressou no PRN, partido do então presidente Fernando Collor de Melo. Foi um dos três senadores a se manifestar contra o impeachment de Collor em 1992. No pleito de outubro de 1994, concorreu a uma vaga à Câmara dos Deputados, pelo PRN, mas não conseguiu se eleger. Durante a campanha eleitoral que antecedeu o pleito de outubro de 1994, no qual concorrera a uma vaga à Câmara dos Deputados pela legenda do PRN, foi indiciado pela Justiça Eleitoral num processo em que era acusado pela utilização da gráfica do Senado para a confecção de 750 mil cadernos escolares com a inscrição “Nei Maranhão — senador de fé”, distribuídos na rede pública de ensino do estado de Pernambuco. Em uma entrevista concedida à Rádio Jornal do Comércio do Recife, às vésperas da eleição, Nei Maranhão reconheceu ter utilizado a gráfica do Senado e afirmou: “Se eu tiver que ser cassado, que seja porque dei cadernos para as crianças pobres do meu estado.” Teve seu nome confirmado na data da votação dos novos deputados federais, não sendo, entretanto, bem-sucedido. Por usar indevidamente a gráfica do Senado para fins eleitorais, teve seus direitos políticos cassados, pelo TRE de Pernambuco, em dezembro de 1994, tornando-se inelegível por três anos. Transferiu-se para o PMDB. Faleceu no Recife, em abril de 2016. Em dezembro de 2012, o Congresso Nacional devolveu simbolicamente o mandato de deputado federal cassado pela ditadura em fevereiro de 1969. Adaptado de: ABREU, op. cit. (2001), p. 3548-3549. Informação nº 150/115/ARE/79, 30 mar. 1979. SNI, Agência Recife (Atualização das atividades de elementos atingidos pelos Atos Institucionais 1, 2 e 5). Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: ARE_ ACE_263_79, p. 2-16. **Prontuário Funcional n. 23411**. Acervo DOPS/APEJE. Fundo SSP n. 17332.

Por motivos de tempo e espaço e, principalmente, por tratar de questões delicadas de foro íntimo, não iremos reproduzir todo o conteúdo discutido na reunião do CSN sobre a vida pregressa do arenista pernambucano ⁶⁹⁵. A título de ilustração, reproduzimos aqui apenas uma parte do parecer do assessor jurídico do Ministério da Justiça, Paulo Fernandes Vieira (Processo nº 30.436/66), anexado à “Exposição de Motivos” de cassação de Ney Maranhão:

Os seguintes fatos criminosos, atribuídos aquele deputado e previstos pela nossa legislação penal, destacam-se na documentação apresentada:

- Praticou crimes de lesões corporais, estupro e atentado violento ao pudor;
- Delinuiu, ainda, tirando, por motivos fúteis, a vida de um motorista;
- Comprou e vendeu armas de uso proibido metralhadora tchecas em número de seis, mas não identificou o vendedor nem esclareceu as condições da compra.

Embora processado, conseguiu ser absolvido nos dois primeiros processos, graças a influência política e econômica, sendo que o relativo ao homicídio se encontra parado, porque a Câmara dos Deputados não concede a licença para processá-lo. A compra e venda de armas afeta, de certo modo, a segurança nacional e infringe leis fiscais, conforme está ressaltado no libelo acusatório, onde se acrescenta que o deputado também está envolvido em crime de contrabando na Guanabara e é conhecido na sociedade de Recife por sua conduta escandalosa de farras e taras sexuais. Do exposto se conclui que se trata de um indivíduo, não só de flagrante incompatibilidade com os objetivos da Revolução, mas que, há muito tempo, deveria estar trancafiado, pagando a sua dívida para com a sociedade, que insiste em desrespeitar ⁶⁹⁶.

Por outro lado, o deputado Ney Maranhão sempre acreditou que fora cassado como uma forma de retaliação da “linha-dura” por causa de seu posicionamento contrário à intervenção federal em Goiás e o afastamento do então governador, Mauro Borges (PSD), em novembro de 1964 ⁶⁹⁷. Para Ney, a “linha-dura” nunca o perdoou por sua suposta traição ⁶⁹⁸.

⁶⁹⁵ Grande parte do processo de cassação de Ney Maranhão estava pautado em questões sexuais. Além de esse fato ser algo estritamente de foro íntimo, sabemos que milhares de documentos elaborados pela ditadura incluíam exageros, falsidades, distorções, imprecisões e, até mesmo, erros pitorescos. Dessa forma, reproduzir tais argumentos sem o devido cuidado é, sem sombra dúvida, como advertiu Mariana Joffily, um perigoso equívoco do pesquisador. As pesquisas que se utilizem dos arquivos produzidos pela ditadura devem sempre ser guiadas à luz da ética. Cf. JOFFILY, Mariana. *Direito à informação e direito à vida privada: os impasses em torno do acesso aos arquivos da ditadura militar brasileira*. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 49, jan-jun 2012, p. 141. Contudo, não podemos deixar de salientar aqui que a utilização por parte da ditadura de questões, condutas e opções sexuais para inculpar uma pessoa era algo mais comum do que se costuma imaginar. Como pontuou Carlos Fico, durante a ditadura, agravava a situação de qualquer suspeito, se a comunidade de informações desconfiasse que a pessoa estivesse ligada a atividades sexuais não usuais. FICO, op. cit. (2001), p. 102. Essa fixação sobre “indivíduos moralmente desviantes” (usuários de drogas, adeptos de práticas sexuais não convencionais etc.) revela, portanto, a influência exercida por valores da cultura conservadora sobre os integrantes do CSN.

⁶⁹⁶ **Ata da 46ª sessão do Conselho de Segurança Nacional**, de 7 de fevereiro de 1969. Documento Confidencial. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: BR DFANBSB,XX N8.0.ATA.5/1, p. 55.

⁶⁹⁷ O governador de Goiás, Mauro Borges (PSD), apoiou o golpe civil-militar de 1964. No entanto, pouco tempo após a adesão ao golpe, começou a ser investigado por denúncias de ligações com forças subversivas. Antes de 64, ele teria feito viagens à URSS e à República Popular da China e parte de seu secretariado era considerada de

Como sempre ocorreu com os casos de cassações durante a ditadura militar, as reais motivações sempre foram muito obscuras. A falta de documentação e de depoimentos, aliada ao fato de que muitas cassações foram feitas de maneira arbitrárias, através de meras questões pessoais, sem apoio de fundamento legal, torna hoje uma missão quase que impossível o rastreamento dos reais motivos que ensejaram determinadas cassações. A este respeito pontuou Liberato Costa Júnior:

As senhoras viram como era julgado um processo de cassação? Ninguém abre nada. Uma “tulha” de processos. Uma mesa com 20 ministros. [...] Ninguém nunca leu o processo, nunca fomos ouvidos para processo, nem nada. Eles faziam o processo aí, em cima das pernas, e mandavam para Brasília. Lá, juntava uma pilha, inicialmente, do Brasil todo, sem ler, sem nada. Nunca houve uma defesa. Nunca ninguém pôde se defender. Eu creio que eu fui cassado porque fui a Cuba. Creio que foi por isso ⁶⁹⁹.

Com a escassez de documentação em relação a alguns casos, o que nós temos muitas vezes é a apresentação dos fatos sem a possibilidade de realizar maiores problematizações. O caso da cassação de Ney Maranhão é um exemplo. Infelizmente, é quase que impossível saber o real motivo que ensejou a sua cassação. De um lado, temos a versão da ditadura; de outro, a versão do próprio parlamentar. Nesta Tese, portanto, esperamos, pelo menos, ter cumprido a missão de expor os dois lados da moeda. Ou seja, o lado de quem acusa e o de quem é acusado.

De toda forma, a questão que se coloca é a ilegitimidade do ato. A maneira como foi feita a cassação de Ney Maranhão, independente das razões alegadas, não deixa de ser arbitrária e ditatorial. Em primeiro lugar, porque, como representante do povo no Congresso Nacional e eleito democraticamente através da concessão do voto pelo eleitor, o deputado teria direito ao contraditório. Em segundo lugar, porque, independente das acusações feitas ao parlamentar, em um Estado Democrático de Direito, a decisão sobre a cassação de mandato eletivo não cabe ao Executivo, mas apenas ao Congresso, após seguir uma série de prazos e ritos procedimentais: denúncia; mesa diretora; escolha do relator; abertura do processo; parecer do relator; conselho vota o parecer; recurso à CCJ; e decisão do plenário. Como se sabe, nenhum desses procedimentos foi adotado para a cassação de Ney Maranhão. Foi

esquerda. Em novembro de 1964, Castelo Branco determinou a intervenção em Goiás e nomeou o coronel Carlos de Meira Matos como interventor federal. Mauro Borges foi preso no Rio Grande do Sul, em 1966, e teve os direitos políticos cassados.

⁶⁹⁸ Cf. Cassados pela Ditadura “recuperam o mandato” na Câmara Federal. **Jornal do Commercio**, 5 dez. 2012.

⁶⁹⁹ JÚNIOR, Liberato Costa. In: COSTA, Célia; PANDOLFI. **Projeto Memória Viva**: 14 depoimentos sobre a política pernambucana. v. 2. Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2007, p. 426, 431.

apenas um decreto sumário emitido pelo presidente da República, respaldado numa sessão do CSN.

Como se vê, apesar de toda arbitrariedade revestida, paradoxalmente, a cassação do deputado Ney Maranhão (assim como as demais cassações realizadas pelos militares) foi levada a julgamento pelos membros do CSN, transvertendo-se sob uma legalidade aparente, seguindo toda uma tramitação formal, mas nitidamente autoritária imposta pela ditadura brasileira. Para Anthony Pereira, as razões para a judicialização eram as seguintes:

As manipulações jurídicas e a prática de levar à justiça os oponentes são úteis a um regime, porque atuam como fatores de desmobilização dos movimentos populares de oposição, reduzindo a necessidade de recorrer à força; angariam legitimidade para o regime ao mostrar que ele “joga limpo” ao lidar com os adversários; cria imagens políticas positivas para o regime e negativas para a oposição; em algumas circunstâncias, ajuda a uma das facções do regime a sobrepujar as demais; e estabiliza a repressão, ao fornecer informações e estabelecer um corpo de regras previsíveis em torno do qual as expectativas da oposição e das autoridades governamentais podem se aglutinar. A segunda parte da resposta é que os regimes autoritários judicializam a repressão porque têm condições de fazê-lo. Uma vez que a judicialização traz vantagens para os regimes autoritários, os que conseguem judicializar a repressão são aqueles que podem contar com tribunais “dignos de confiança” – tribunais civis ou militares cujos veredictos se harmonizam com a concepção de legalidade adotada pelo regime, e que não irão contestar as bases do poder autoritário ⁷⁰⁰.

O terceiro e último deputado federal pernambucano que fora cassado na 46ª reunião do CSN foi o arenista Edson Moury Fernandes ⁷⁰¹. Antes de abrir a sessão, o presidente Costa e Silva indagou ao ministro do Interior Costa Cavalcanti – apesar de cearense, Cavalcanti tinha construído sua carreira em Pernambuco, inclusive, fora eleito, em 1962, deputado federal por esse estado para a legislatura de 1963-1967 – se o mesmo tinha conhecimento das atividades subversivas de Moury Fernandes. O ministro então teceu o seguinte comentário sobre o

⁷⁰⁰ PEREIRA, op. cit. (2010), p. 284.

⁷⁰¹ **Edson Moury Fernandes** nasceu no Recife, em abril de 1911. Em janeiro de 1947, elegeu-se deputado estadual constituinte, pelo PR. Reelegeu-se no pleito de outubro de 1950, dessa vez pelo PSD. Em outubro de 1954, candidatou-se a deputado federal pela coligação da “Frente Democrática Pernambucana” (PSD – PDC – PSP – PL – PRP). Em outubro de 1962, tornou a eleger-se deputado estadual, na coligação “Frente Popular Democrática” (UDN-PSD). Apoiou o golpe civil-militar de 1964, chegando a assumir o cargo de secretário de Educação e Cultura durante a gestão de Paulo Guerra (1964-1967). Com a instauração do bipartidarismo, em 1965, filiou-se à ARENA. Nesta legenda, elegeu-se deputado federal, em novembro de 1966. Através do Decreto de 7 de fevereiro de 1969, com base no AI-5, Edson Moury teve seu mandato cassado e os direitos políticos suspensos pelo prazo de 10 anos. Faleceu no Recife, em fevereiro de 1982. Adaptado de: ABREU, op. cit. (2001), p. 2140. Informação nº 150/115/ARE/79, 30 mar. 1979. SNI, Agência Recife (Atualização das atividades de elementos atingidos pelos Atos Institucionais 1, 2 e 5). Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: ARE_ACE_263_79, p. 2-16. **Prontuário Funcional n. 26073**. Acervo DOPS/APEJE. Fundo SSP n. 20116.

implicado: “*Eu o conheço, é um homem desmoralizado, bebe muito, sua eleição foi das mais esquisitas, dizem que se elegeu à custa de dinheiro da Secretaria de Educação*”⁷⁰². Em seguida, foi lido pelo secretário-geral do CSN a “Exposição de Motivos” para cassar Moury Fernandes que se iniciava assim:

Do extrato do seu prontuário no SNI constam, entre outras, as seguintes anotações:

- Comunista. Foi um dos patrocinadores da “Liga de Defesa da Legalidade do Partido Comunista Brasileiro”.
- Integrou a “Comissão de Solidariedade aos presos políticos do Partido Comunista Brasileiro”.
- Utilizou-se do cargo de Secretário de Educação e Cultura de Pernambuco para obter vantagens eleitorais, através de nomeações e transferências de funcionários.
- Exerceu corrupção, utilizando-se de material escolar fornecido pelo Governo Federal.
- Enriqueceu aproveitando-se de seus cargos públicos. Em fevereiro de 1956, depois de ser um dos patrocinadores da “Liga de Defesa da Legalidade do PCB”, passou, também, a integrar a “Comissão de Solidariedade” do mesmo Partido Comunista. Essa Comissão tinha por fim visitar e assistir as famílias dos presos políticos comunistas, levando-as a Câmara, a Assembléia e aos jornais, numa campanha contra a ação policial, sob o lema: “Luta em defesa das liberdades democráticas” [...].
- Em outubro de 1962, foi eleito Deputado Estadual em Pernambuco, pela chamada “Frente Popular Democrática”, que elegeu MIGUEL ARRAES para o governo estadual [...].
- Em dezembro de 1968, viajou para país da “Cortina de Ferro” [...].
- Em 11 de dezembro de 1968, votou contra a licença para processar o ex-deputado MÁRCIO MOREIRA ALVES, desobedecendo a orientação do Partido do Governo e contrariando o interesse do Governo Revolucionário

⁷⁰³

Como se pode perceber no excerto acima, o primeiro ponto lançado pela ditadura para legitimar a cassação de Moury Fernandes foi associá-lo ao comunismo. Para tanto, ligaram-no ao clandestino e repudiado partido comunista, a conhecidas figuras comunistas locais⁷⁰⁴, além de ressaltarem as suas “suspeitas” viagens à URSS.

Infelizmente, não conseguimos rastrear se, de fato, Moury Fernandes tinha ligações com o PCB. No entanto, independente de sua participação ou não, cabe destacar que essa era

⁷⁰² **Ata da 46ª sessão do Conselho de Segurança Nacional**, de 7 de fevereiro de 1969. Documento Confidencial. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: BR DFANBSB,XX N8.0.ATA.5/1, p. 32.

⁷⁰³ **Ata da 46ª sessão do Conselho de Segurança Nacional**, de 7 de fevereiro de 1969. Documento Confidencial. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: BR DFANBSB,XX N8.0.ATA.5/1, p. 32-34.

⁷⁰⁴ “*Segundo o mesmo Informe, consta que os comunistas cassados JOSÉ CARDOSO e PAULO CAVALCANTI tem sido vistos em palestras, a portas fechadas, no gabinete de EDSON MOURY*”. Ibid., p. 33.

uma estratégia utilizada pelos militares para enquadrar os inimigos, os dissidentes políticos, os opositoristas e todos aqueles que tinham comportamentos tidos como “indesejáveis”, como perigosos à sociedade brasileira.

A situação exposta no parágrafo precedente por si só já nos conduz a refletir sobre a situação da imprecisão jurídica do conceito “ordem e segurança pública” dentro do Estado Burocrático Autoritário. Nunca é demais repetir que a imprecisão desse conceito levou a ditadura a enquadrar, numa categorização vaga e estereotipada, muitos parlamentares como “subversivos”, “anarquistas”, “corruptos”, “comunistas”, a fim de legitimar a suspensão de seus direitos políticos e a cassação de seus respectivos mandatos eletivos. Toda essa obsessão anticomunista mostra claramente o *modus operandi/faciendi* dos militares para esmagar a oposição, criminalizando a dissidência política e outros comportamentos tidos como “indesejáveis”. Como escreveu Claudio Vasconcelos a este respeito:

Os opositores do regime poucas vezes são definidos. Em geral, são apenas mencionados como opositores, comunistas, subversivos etc. Este procedimento unifica as diferentes oposições, tornando-as uma única coisa: o mal a ser combatido. Normalmente, o que ocorre é a violência da linguagem nas caracterizações dos opositores. Isto é o que se denomina *argumentum ad personam*, ou seja, ignora-se o debate das ideias parte-se para a desqualificação do adversário, para a agressão “pessoal”, ainda que esse adversário não seja concretamente definido⁷⁰⁵.

O segundo ponto destacado pela ditadura foi a denúncia de corrupção. Novamente, o discurso moralizante da ditadura de “combate à corrupção” foi utilizado para fundamentar a cassação de um parlamentar. No caso em tela, Moury Fernandes foi acusado de abuso do poder político e enriquecimento ilícito, ou seja, o auferimento de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo de secretário de Educação e Cultura do governo Paulo Guerra (1964-1967). Aqui, esbarramos na dificuldade de levar a frente a investigação de tais questões. Foge aos objetivos desta Tese uma análise dessa natureza. Torna-se uma missão complexa investigar se as informações constantes no processo de acusação de Moury Fernandes eram verídicas ou não. Vale ressaltar que o parlamentar sempre repudiou tais acusações imputadas à sua pessoa.

O terceiro ponto enfatizado nos autos do processo de Moury Fernandes foi de ele ter participado da “Frente Popular Democrática”, coligação formada entre a UDN e o PSD para as eleições proporcionais de 1962, que ajudou a eleger Miguel Arraes para o governo estadual. Embora a “Frente Popular Democrática” tenha sido formada com objetivo

⁷⁰⁵ VASCONCELOS, op. cit. (2004), p. 74.

meramente eleitoral, fica evidente que os militares nunca viram com bons olhos a associação do conservador PSD com Miguel Arraes, o candidato popular, no pleito de 1962. O processo de cassação de Moury Fernandes, além de outras coisas, evidencia que o governo Paulo Guerra era visto com maus olhos por vários militares do poder central ⁷⁰⁶. “*Quando depuseram Arraes, era também para incluir Paulo Guerra. Mas o Castello Branco disse: ‘De jeito nenhum. Esse aí é uma pessoa de minha confiança’*” ⁷⁰⁷. E, basicamente, esse conceito sobre Paulo Guerra se devia ao fato de ele – embora entusiasta do golpe de 64 – ter sido candidato a vice-governador na chapa de Miguel Arraes em 1962. Em outra parte do processo, essa questão foi novamente levantada:

[...] PAULO GUERRA e o seu Secretário de Educação EDSON MOURY FERNANDES traíram, assim, o movimento revolucionário, em benefício de acordos pré-estabelecidos, com elementos subversivos do Nordeste. Premiando elementos subversivos, nomeando-os ainda agora em 1966, escondendo-os por ocasião dos IPMs, corrompendo e enriquecendo, segue o Governo PAULO GUERRA uma trilha que não desgosta o PCB ⁷⁰⁸.

O quarto ponto foi a acusação de desobediência à orientação do governo em relação ao caso Márcio Moreira Alves. Como se sabe, em dezembro de 1968, parlamentares situacionistas e opositores recusaram conceder licença para o governo processar o deputado, que gozava de imunidade parlamentar garantida pela Constituição de 1967, por discurso realizado na tribuna da Câmara, considerado ofensivo pelos militares. Como se vê, a ditadura não aceitava nenhum tipo de divergências de seus integrantes ⁷⁰⁹. Contrariando o princípio básico da democracia que é a liberdade, a ditadura punia duramente – no caso de parlamentares, com a cassação – todos aqueles que contrariavam os seus interesses e ditames. Edson Moury Fernandes, por exemplo, foi um dos parlamentares do próprio governo que votou contra a cassação de Márcio Moreira Alves ⁷¹⁰. Nas palavras de João Martins Filho:

⁷⁰⁶ Essa questão também foi apontada por Paulo Cavalcanti em sua obra. Ver: CAVALCANTI, op. cit. (2008), p. 421.

⁷⁰⁷ Depoimento de Armando Monteiro Filho. FILHO, op. cit. (2007), p. 132.

⁷⁰⁸ **Ata da 46ª sessão do Conselho de Segurança Nacional**, de 7 de fevereiro de 1969. Documento Confidencial. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: BR DFANBSB,XX N8.0.ATA.5/1, p. 34.

⁷⁰⁹ A respeito daqueles políticos arenistas que tinham se posicionado a favor do deputado Márcio Moreira Alves, quando do processo de sua cassação em dezembro de 1968, o presidente Costa e Silva teria desabafado com o general Jayme Portella de Mello, chefe do Gabinete Militar de seu governo que: “[...] ‘*não ia aguentar a afronta*’ de uma derrota, falava de ‘*traição vergonhosa da Arena*’ e garantia que ‘*não aceitava as ameaças dos parlamentares que se opunham ao governo*’”. VENTURA, op. cit. (2013), p. 261.

⁷¹⁰ Além de ter votado contrário à orientação do governo, Moury Fernandes foi punido também, conforme Informe da ditadura, por ter feito “[...] *parte do grupo de parlamentares que, na noite de 11 Dez 68, homenageou e presenteou com um relógio o Deputado DJALMA MARINHO, face à sua atitude contrária ao*

Na visão militar, o comportamento dos políticos durante o “caso Moreira Alves” apenas confirmava a ideologia da superioridade moral das Forças Armadas, cujas qualidades essenciais de “desprendimento” e “patriotismo” ressaltavam face ao “egoísmo” dos políticos. A recusa do Congresso em aprovar a licença de Márcio Moreira Alves, a dissidência no próprio partido governista, o telegrama que os 21 senadores da ARENA mandaram a Costa e Silva, defendendo a “representação popular” e a “prevalência dos valores jurídicos e sociais do Estado de Direito”, e enfim, o voto contrário do vice-presidente Pedro Aleixo na reunião de aprovação do Ato Institucional serviriam para consolidar, no campo castrense, o retrato do “político” como um inconfidente em potencial, sempre disposto a “desafiar a Revolução”⁷¹¹.

Do caso Moury Fernandes é importante observarmos a pequena brecha de atuação existente no interior da ARENA. É claro que no caso Márcio Moreira Alves, muitos arenistas rejeitaram o pedido de cassação por parte do Executivo como uma forma de preservar a imunidade parlamentar. O medo e a lembrança dos expurgos dos primeiros ciclos de cassações (1964 e 1966) ainda estavam dolorosamente vivos na memória de muitos parlamentares. A decisão de suspender a imunidade de Moreira Alves em favor do Executivo redundaria em ameaça direta a todo Parlamento.

O entendimento da existência dessa pequena brecha de atuação no interior da ARENA é importante para desconstruirmos certos estereótipos em relação a esse partido. No geral, a imagem que se tem da ARENA é sempre negativa; está carregada de conteúdos negativos, significando estritamente adesismo e subordinação aos militares. Entretanto, não se pode analisar um partido apenas pelo viés colaboracionista com o regime militar. A ARENA e o governo não formavam simplesmente um bloco monolítico. A realidade histórica é muito mais complexa. À bem da verdade, é importante que se diga que a ARENA “[...] não defendeu sempre os mesmos ideais, houve disputas entre os seus membros pela definição do que o partido deveria representar”⁷¹². Por isso, a posição do partido nem sempre foi a mesma, totalmente alinhada aos ditames da ditadura. “[...] na ARENA ocorreram disputas e discordâncias em relação a diversas medidas apresentadas pelo governo federal, além de cisões e discussões acaloradas que permearam os partidos nas esferas estaduais e

Governo no caso MÁRCIO MOREIRA ALVES”. **Ata da 46ª sessão do Conselho de Segurança Nacional**, de 7 de fevereiro de 1969. Documento Confidencial. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: BR DFANBSB,XX N8.0.ATA.5/1, p. 35. Djalma Marinho (ARENA/RN) era deputado federal e presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara (CCJ) à época da polêmica envolvendo a cassação do deputado Márcio Moreira Alves. Como presidente da CCJ, Djalma Marinho negou o pedido do governo para processar Márcio Moreira Alves, renunciou ao cargo e proferiu um discurso, considerado um dos mais importantes da história do Parlamento. Inspirado no dramaturgo espanhol Calderón de La Barca, marcou a Casa com a célebre frase: “Ao rei tudo, menos a honra”. Para maiores detalhes, ler: FILHO, Murilo Melo. Ao rei, tudo. Menos a honra. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. B-2, 21 abr. 2004.

⁷¹¹ MARTINS FILHO, op. cit. (1993), p. 187.

⁷¹² GRINBERG, op. cit. (2009), p. 19.

municipais”⁷¹³. Em algumas ocasiões – a exemplo de vários fechamentos das Casas Legislativas e no processo de cassação de Márcio Moreira Alves – a ARENA reagiu e contestou determinadas ações do Executivo.

Com exceção do então secretário-geral da ARENA, o deputado federal João Roma⁷¹⁴ – que contou com a proteção de seu amigo particular, o general Orlando Geisel, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas –, todos os deputados pernambucanos, tanto da ARENA quanto do MDB, que votaram contra o pedido do governo no caso Moreira Alves foram cassados no ciclo de 1969/70 e em seus respectivos processos de cassação no CSN tal “voto imperdoável” foi lembrado para justificar a perda do mandato. De fato, a indocilidade dos arenistas que votaram contra o governo no caso Moreira Alves foi algo que mexeu com os brios dos militares e um sinal ao Palácio do Planalto de que o partido situacionista estava mostrando-se infiel demais aos “objetivos da revolução”. Um embaraçoso encontro entre um comandante do Exército e um deputado federal da ARENA de São Paulo, em uma festa, logo após o AI-5, é um exemplo disso:

Como o deputado votara contra o governo no episódio Márcio Moreira Alves, o general recusou-se a cumprimentá-lo, demonstrando assim o verdadeiro dissídio que existe entre os militares e os políticos da Arena que um dia julgaram poder agir com independência. Essa nota é exemplar das novas relações entre militares e parlamentares da Arena, e também mostra como, mesmo na imprensa, o voto contra a licença para processar Márcio Moreira Alves foi noticiado como um voto contra o governo [...] ⁷¹⁵.

O último ponto destacado pela ditadura para cassar Moury Fernandes foi acusá-lo de ser conivente com a “subversão”. Para tanto, a ditadura utilizou como exemplo um fato ocorrido durante o período em que esteve à frente da Secretaria de Educação e Cultura no governo Paulo Guerra. A ditadura responsabilizou o então secretário Moury Fernandes por

⁷¹³ CHAVES, Eduardo dos Santos. A Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e a construção social da ditadura civil-militar no Rio Grande do Sul. **Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG**, Belo Horizonte, v. 5, n. 3, set./dez. 2013, p. 46.

⁷¹⁴ **João Roma** nasceu em Olinda (PE), em março de 1912. Aos 16 anos, começou a trabalhar na Secretaria de Segurança Pública. Em 1936, bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Recife. Durante o Estado Novo, foi delegado de polícia em Pernambuco. Em 1945, participou ativamente da fundação do PSD pernambucano. No período de 1948 a 1950, foi secretário de Segurança Pública no governo Barbosa Lima Sobrinho. Em outubro de 1950, elegeu-se deputado federal pelo PSD. No pleito de outubro de 1954, candidatou-se ao Senado, mas foi derrotado. Como suplente, assumiu uma cadeira na Câmara Federal em dezembro de 1961, aí permanecendo até março de 1962. Apoiou o golpe de 1964 e ocupou o cargo de secretário de Justiça no governo Paulo Guerra. Em 1965, filiou-se à ARENA. Em novembro de 1966, conseguiu o seu terceiro mandato como deputado federal para a Legislatura de 1967/1971 e tornou-se secretário-geral do diretório nacional da ARENA. Contrário ao AI-5, João Roma renunciou ao cargo de secretário-geral de seu partido. Em janeiro de 1971, deixou definitivamente a carreira política. Faleceu em Recife, em julho de 1991. Adaptado de: ABREU, op. cit. (2001), p. 5121-5122.

⁷¹⁵ GRINBERG, op. cit. (2009), p. 135.

não ter tomado rápidas providências quando o muro de um colégio no Recife amanheceu pichado com a frase “abaixo a ditadura”. O processo de cassação de Moury Fernandes na 46ª reunião do CSN encerrou-se, assim, com o seguinte destaque:

Conforme fotografia em recorte de jornal anexo, a parede de uma sala de aula do colégio Estadual de Pernambuco permaneceu por mais de uma semana com a inscrição “Abaixo a Ditadura”, sem que a direção do colégio ou o Secretário de Educação MOURY FERNANDES, tomassem qualquer providência. Somente após saber que agentes da 2ª Seção do IV Exército havia fotografado a parede pixada [sic], o Senhor MOURY FERNANDES determinou a necessária limpeza ⁷¹⁶.

Também no dia 7 de fevereiro de 1969 – mesmo dia em que o presidente Costa e Silva divulgou um decreto cassando uma série de mandatos parlamentares no Congresso Nacional – a ditadura militar resolveu instituir, através do Ato Complementar nº 47 (AC/47) ⁷¹⁷, o recesso, por tempo indeterminado, das Assembleias Legislativas dos Estados da Guanabara, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Sergipe ⁷¹⁸.

Na manhã seguinte [ao recesso], alguns deputados compareceram à Casa de Joaquim Nabuco, a fim de apanhar seus pertences deixados nas bancadas do plenário. Era a operação “limpa gaveta”. O recesso poderia durar 24 horas ou um ano. No reservado dos parlamentares, ocorriam diálogos entre deputados e jornalistas. Um deles afirmou: “Agora, só nos resta voltar à vidinha particular e lutar pela sobrevivência dos nossos familiares”. Mais uma vez houve silêncio. Os dias foram correndo, com a afluência cada vez menor de deputados na Assembleia. A perspectiva era de cassações e a “Hora do Brasil” passou a bater “record” de audiência. Acompanhavam-na, com vivo interesse, o mundo político do Estado. Os comentaristas, entre deputados e jornalistas, eram de que seriam muitas as punições, visto que pairavam sobre o legislativo pernambucano inúmeras acusações ⁷¹⁹.

Em fevereiro de 1969, o IV Exército elaborou, sob a presidência do tenente-coronel Jecy Seroa da Mota, um IPM para analisar especificamente o estado de subversão na ALEPE. Em tom alarmante, o extenso relatório, em linhas gerais, recomendava a continuação do

⁷¹⁶ **Ata da 46ª sessão do Conselho de Segurança Nacional**, de 7 de fevereiro de 1969. Documento Confidencial. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: BR DFANBSB,XX N8.0.ATA.5/1, p. 33.

⁷¹⁷ BRASIL. Ato Complementar nº 47, de 7 de fevereiro de 1969. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 10 fev. 1969, Seção 1, p. 1329.

⁷¹⁸ A ALEPE passou mais de um ano fechada. Ela só foi reaberta no dia 1º de junho de 1970, através do Ato Complementar nº 84, de 20 de maio de 1970, editado pelo presidente Médici. BRASIL. Ato Complementar nº 84, de 20 de maio de 1970. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 21 mai. 1970, Seção 1, p. 3785.

⁷¹⁹ Recesso da Assembleia durou 467 dias. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 6, 21 mai. 1970.

recesso da Casa Joaquim Nabuco, tendo em vista o ambiente altamente corrompido e subversivo que acompanhava o Parlamento Estadual de Pernambuco⁷²⁰.

Usando como sempre um ar de suposta legalidade formal e com o objetivo de angariar apoio popular, os militares fecharam as Casas Legislativas sob o argumento do combate à subversão e à corrupção e por entenderem que o Parlamento brasileiro estava contrariando os “interesses democráticos da Revolução de 64”⁷²¹. O fechamento do Legislativo e todas as medidas repressivas adotadas, inclusive a edição do próprio AI-5, foram apresentados como meios imprescindíveis para a recondução do Brasil à “normalidade econômica, moral e política”, o restabelecimento da “legalidade” e o reforço das instituições democráticas.

Como se vê, fechando o Legislativo, utilizando, contraditoriamente, um instrumento antidemocrático para supostamente “salvar” a democracia, os militares procuravam mostrar à sociedade brasileira que não estavam dispostos a tolerar nenhum grau de oposição no país. Como bem destacou o ex-deputado Dorany Sampaio:

[...] que mais incomodava as Forças Armadas era que eu batia forte na tribuna [da ALEPE] em favor da restauração do estado democrático de direito, de eleições diretas, de *habeas corpus*, de garantia da magistratura e de respeito aos direitos humanos, inclusive com anistia daqueles que haviam sido punidos. Evidentemente que uma posição dessas levou à minha cassação⁷²².

Durante o período em que a ALEPE esteve fechada (de fevereiro de 1969 a maio de 1970)⁷²³, a ditadura aproveitou a situação para promover o maior ciclo de cassações da história da Casa, expurgando nada menos do que 16 parlamentares – 9 do MDB e 7 da ARENA. Em 182 anos de Assembleia Legislativa em Pernambuco, apenas 27 representantes tiveram seus direitos suspensos⁷²⁴. É importante destacar que 25 destes foram expurgados durante a ditadura militar e 16 no curto período de 1969/70.

⁷²⁰ Para consultar o IPM da ALEPE na íntegra, ver: IPM nº 156, IV Exército. Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: BR_DFANBSB_AAJ_IPM_0156_d.

⁷²¹ As razões do recesso nas Assembleias Legislativas. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 2, 8 fev. 1969. Ato põe em recesso assembleias estaduais. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 2, 8 fev. 1969.

⁷²² Depoimento de Dorany Sampaio prestado à CEMVDHC em 24 de novembro de 2015 na audiência pública sobre resistência política e cassação de mandatos parlamentares.

⁷²³ Durante o período em que a ALEPE esteve, compulsoriamente, fechada, o governo do Estado era o responsável por legislar através de Decretos-Leis, assim como já fazia o presidente da República desde a instituição do AI-5.

⁷²⁴ LEMOS-NELSON, Ana Tereza; ZAVERUCHA, Jorge. Multiple Activation as a Strategy of Citizen Accountability and the Role of the Investigating Legislative Commissions. In: PERUZZOTTI, Enrique; SMULOVITZ, Catalina (Edit.) **Enforcing the Rule of Law: Social Accountability in the New Latin American Democracies**. Pittsburgh: University of Pittsburgh, 2006, p. 98.

Se tivermos em mente que o AI-2 determinava que os deputados cassados não seriam substituídos é fácil notar como esse ciclo de cassações alterou substancialmente o quadro de forças dentro da ALEPE. No pleito de 1966, para a ALEPE, o MDB elegeu apenas 14 deputados enquanto que a ARENA conquistou 51 assentos. Ou seja, dos 14 parlamentares eleitos em 1966 pelo MDB, 9 foram cassados no ciclo 1969/70 ⁷²⁵, deixando a bancada oposicionista estadual com apenas 5 mandatos ⁷²⁶. Conforme pontuou o deputado cassado Egídio Ferreira Lima:

Só não foram cassados Newton Carneiro, Jacques Ferreira Lima – que era um primo meu, irmão de João, sem conotação política – Lívio Valença, o médico. Eu não me lembro do quarto nome. Acabou a oposição. Mesmo porque Newton Carneiro não era oposição. Lívio era um homem bom, mas não fazia oposição. Jacques, meu primo, também era discreto. [...] o único cara que tinha a posição que a gente tinha, fazia política comigo e com o pessoal e não foi cassado, foi Fernando Lyra. Porque estava chegando, era da UDN de Caruaru, chegou para a política, para o MDB, na eleição de 1966 ⁷²⁷.

É importante lembrar que o artigo 15 do AI-2 dispunha que, quando houvesse cassações de mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, os cargos permaneceriam vagos. Ou seja, não seriam mais permitidas eleições suplementares, como as que ocorrem em junho de 1965, para preencher os “lugares deixados em aberto”. Através desta manobra, a ditadura conseguia obter, em algumas casas legislativas, pela simples cassação do número necessário de parlamentares da oposição, o “coeficiente da maioria”.

A ALEPE foi incluída no rol de Assembleias para serem fechadas, não por fins matemáticos para garantir a “maioria” parlamentar – situação que a ditadura já detinha em Pernambuco, haja vista que o partido governista dispunha de mais de 80% de cadeiras na Casa –, mas sim para calar a oposição, tolher totalmente o pouco espaço de ação parlamentar do MDB pernambucano. Cumprido o terceiro ciclo de cassações em Pernambuco – necessário segundo a ótica militar – a ALEPE foi reaberta. A fala do então presidente da República, Emílio Médici, na 50ª sessão do CSN, por exemplo, é reveladora nesse sentido:

Meus Senhores, decretadas as punições, considero superadas as razões que determinaram os recessos das Assembléias de São Paulo e Pernambuco [...]. Representa, antes, o reconhecimento de que os órgãos legislativos

⁷²⁵ Foram os deputados: Egídio Ferreira Lima, Inaldo Ivo Lima, Liberato Costa Júnior, Luiz de Andrade Lima, Dorany Sampaio, Harlan Gadelha, Waldemar Borges, Geraldo Pinho Alves e Clóvis Costa Lima.

⁷²⁶ Foram os deputados: Newton Carneiro, Jacques Ferreira Lima, Fernando Lyra, Lívio Valença e Mário Monteiro de Melo.

⁷²⁷ LIMA, op. cit. (2007), p. 255-257.

mencionados, postos em recesso a 7 de fevereiro de 1969, já se encontram aptos a reassumir suas elevadas funções na vida pública estadual ⁷²⁸.

Com a impossibilidade de conquistar a adesão de todos os cidadãos brasileiros e na tentativa de conseguir um elevado grau de consenso, a ditadura militar tentou eliminar, ou sufocar, arbitrariamente, toda e qualquer voz discordante.

Na ótica dos militares, toda e qualquer contestação à figura do Estado é uma ameaça aos seus fundamentos. A defesa da nação do perigo “comunista” e “subversivo” torna-se uma obrigação do Estado. Este atua como defensor do caráter nacional, conjunto de valores que constituíram a essência da “verdadeira” identidade brasileira [...] ⁷²⁹.

Porém, essa política dura, é importante que se diga, típica dos regimes autoritários, é como uma corda que, quando esticada demais, tende a romper-se. Para o cientista político Wanderley Guilherme dos Santos, quando um governo usa excessivamente a força é porque ele já não tem (ou nunca teve) força. “*A repressão é onerosa. Quanto mais se usa, mais difícil torna-se usá-la*” ⁷³⁰. Como pontuou o ex-deputado Fernando Coelho, o emprego da repressão *tout court*, ao invés de ter estabilizado a ditadura, tornou o regime, em médio prazo, ainda mais instável. Em suas palavras:

Precisando manter em funcionamento o Congresso Nacional – o que era indispensável à fixação de uma imagem favorável no exterior – [a ditadura] chegou, todavia, a decretar três vezes o seu fechamento e a, periodicamente, cassar mandatos parlamentares, para conservar, intimidada e obediente, a maioria situacionista cada vez menor, com o avanço progressivo da oposição. Isso exigia, sempre mais, novos artifícios, que eliminassem o risco de derrota nas votações, desestimulassem eventuais rebeldias e assegurassem, até, a substituição do Congresso na função de elaborar as leis. A partir da extinção dos antigos partidos e da imposição do bipartidarismo, o laboratório oficial foi fértil nessa atividade criativa, que denegria a imagem do Brasil na comunidade internacional ⁷³¹.

Com o ciclo de cassações promovido pela ditadura durante o interregno em que a ALEPE esteve fechada, os militares reduziram os assentos da Casa Joaquim Nabuco para 49, ficando 44 para ARENA e apenas 5 para o MDB. A oposição pernambucana, que já vinha

⁷²⁸ **Ata da 50ª Sessão do Conselho de Segurança Nacional**, de 20 de maio de 1970. Documento Confidencial. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: BR DFANBSB N8.0.ATA.7/4, p. 17.

⁷²⁹ ORTIZ, Renato. Revisitando o tempo dos militares. In: FILHO REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 120.

⁷³⁰ SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Autoritarismo e após: convergências e divergências entre Brasil e Chile. **Dados**, Revista de Ciências Sociais, v. 25, n. 2, p. 151-165, 1982, p. 160.

⁷³¹ COELHO, op. cit. (2010), p. 375.

tendo dificuldade de aprovar determinados projetos e debater certos temas, foi duramente golpeada com o AC/47.

As primeiras cassações na ALEPE, durante o período de seu fechamento, ocorreram já no dia 13 de março de 1969, logo após a realização da 47ª sessão do CSN, que teve o objetivo de analisar os processos de suspensão de direitos políticos e cassação dos mandatos eleitorais de cerca de 100 mandatos parlamentares ⁷³². Ou seja, o novo ciclo de perseguição e punição dos militares em torno dos deputados estaduais de Pernambuco iniciou-se nada menos do que um mês após o fechamento da Assembleia. No dia 13 de março de 1969 foram cassados os mandatos de 4 deputados pernambucanos. Foram eles: José Marques da Silva (ARENA), José Inácio da Silva (ARENA), Waldemar Borges (MDB) e Egídio Ferreira Lima (MDB) ⁷³³.

Apesar das nossas incansáveis pesquisas, não foi possível construir uma razoável biografia acerca do deputado estadual José Marques da Silva, da ARENA-PE, cassado no dia 13 de março de 1969. As poucas informações que conseguimos coletar dão conta de que José Marques, conhecido como “Zé Bodinho”, era um importante comerciante na RMR durante as décadas de 1950 e 1960 ⁷³⁴. Seu êxito no ramo financeiro lhe impulsionou para o campo político. Sendo assim, candidatou-se, pela primeira vez, no pleito de outubro de 1958, e conquistou uma cadeira na ALEPE, pelo PRT. Reelegeu-se nas eleições de outubro de 1962, pela Frente Popular Democrática (UDN-PSD). No pleito de novembro de 1966 foi o 4º deputado estadual da ARENA mais bem votado do Estado.

José Marques da Silva foi um parlamentar crítico dos governos de João Goulart e de Miguel Arraes, tinha notório histórico anticomunista, além de ter dado importante apoio na ALEPE ao golpe de abril de 1964. No entanto, a sua cassação começou a ser discutida no interior do regime desde a sua filiação à ARENA no ano de 1965. A alegação dos militares era de que o arenista estava trazendo mais transtorno à imagem da ditadura do que benefício político. E isso se devia ao fato do parlamentar ter sido denunciado várias vezes, entre 1965 e 1968, pelos crimes contra a Economia Popular e a organização do trabalho, crimes de sonegação fiscal e apropriação indébita etc.

⁷³² Conselho de Segurança vai examinar hoje novo “listão” de cassações. **Diário de Pernambuco**, Recife, 13 mar. 1969.

⁷³³ CSN de sobreaviso para novo “listão”. **Diário de Pernambuco**, Recife, 14 mar. 1969.

⁷³⁴ Informação nº 150/115/ARE/79, 30 mar. 1979. SNI, Agência Recife (Atualização das atividades de elementos atingidos pelos Atos Institucionais 1, 2 e 5). Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: ARE_ACE_263_79, p. 2-16. **Prontuário Funcional n. 9366**. Acervo DOPS/APEJE. Fundo SSP n. 2932.

Em face de tais atos, entre os quais o Senhor JOSÉ MARQUES DA SILVA acrescenta os de desacato a autoridades federais, devendo acentuar que este Senhor, apesar de Deputado Estadual, não goza de prestígio de tal função, por isso mesmo que é apontado como um atestado de incapacidade da Revolução de 31 Mar 64 na sua ação moralizadora e contra a corrupção ⁷³⁵.

Portanto, em um contexto propagandista de luta contra a corrupção, num cálculo político de prós e contras e fazendo uso de seu poder discricionário/autoritário, o parlamentar José Marques foi sumariamente expurgado de seu mandato na 47ª reunião do CSN, sem direito ao devido processo legal, a ampla defesa e ao contraditório. Em 1979, durante o processo de anistia aos presos e perseguidos políticos, José Marques, em entrevista ao Diário de Pernambuco, afirmava que entraria com ação reivindicatória contra o governo por prejuízo que teve com cerca de 50 casas comerciais. “*Em 1969, tudo ficou sob o comando do Governo. Ao todo são mais de 130 milhões de mercadorias e 50 casas comerciais que pretendo restaurar*” ⁷³⁶.

Assim como o deputado José Marques da Silva, com exceção de um pequeno prontuário funcional do DOPS/APEJE, dispomos de poucas informações sobre a biografia do deputado José Inácio da Silva, arenista pernambucano cassado também no dia 47ª reunião do CSN.

José Inácio da Silva foi o único candidato do PRP eleito no pleito de outubro de 1958 ⁷³⁷. Porém, deixou o cargo para assumir a prefeitura de Brejo da Madre de Deus, no agreste pernambucano. Reelegeu-se nas eleições de outubro de 1962 pelo Partido Democrata Cristão (PDC), agremiação conservadora moderada, fundada em 1945, com majoritária expressão em São Paulo e sem grande impulso nas demais unidades da federação, que permaneceu forte até os primeiros anos da década de 1950 ⁷³⁸.

Sobre o deputado José Inácio pesavam as seguintes acusações:

- Ter sido o autor do projeto na ALEPE que deu ao ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, o título de “Cidadão Pernambucano” no ano de 1963;

⁷³⁵ **Ata da 47ª sessão do Conselho de Segurança Nacional**, de 13 de março de 1969. Documento Confidencial. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: BR DFANBSB,XX N8.0.ATA.5/2, p. 43.

⁷³⁶ Maciel vê aperfeiçoamento institucional. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-5, 28 jun. 1979.

⁷³⁷ Informação nº 150/115/ARE/79, 30 mar. 1979. SNI, Agência Recife (Atualização das atividades de elementos atingidos pelos Atos Institucionais 1, 2 e 5). Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: ARE_ ACE_263_79, p. 2-16. **Prontuário Funcional n. 16288**. Acervo DOPS/APEJE. Fundo SSP n. 9903.

⁷³⁸ Vale lembrar que, em Pernambuco, o PDC absorveu os membros do inexpressivo PP e PRD. O seu líder máximo era o monsenhor Arruda Câmara. O PDC gravitou em torno da UDN, com a qual compôs, nos anos 50, a conhecida “Coligação Democrática Pernambucana”.

- Ter apoiado Miguel Arraes e João Goulart, durante a fase pré-eleitoral e nos seus respectivos governos;
- Foi denunciado, em abril de 1968, pela Procuradoria da Justiça do Estado, por apropriação indébita de fundos pertencentes a Brejo da Madre de Deus da época em que fora prefeito deste município;
- Ter assinado, em novembro de 1968, requerimento à Mesa Diretora da ALEPE solicitando que fosse encaminhada ao Congresso Nacional nota de repúdio às tentativas de cassação de mandatos parlamentares, resguardando o princípio inviolável da imunidade parlamentar. Na justificativa, do requerimento, foram feitas duras críticas ao governo e a setores das Forças Armadas⁷³⁹.

A cassação do pernambucano José Inácio da Silva é um caso exemplar dos riscos de realizar uma distinção taxativa e arbitrária entre a ARENA, legenda apoiadora do regime, e o MDB, partido de oposição – especialmente no que se refere ao período anterior ao ano de 1974, quando estas duas agremiações passaram a adotar, de maneira mais explícita, a sua real identidade partidária.

Embora a filiação à ARENA tivesse um peso (real e importante) durante os processos de cassação, pois os próceres arenistas buscavam, a todo custo, junto ao governo, “poupar” os seus correligionários dos expurgos – como, de fato, conseguiram em alguns casos –, a presença na legenda governista não era o principal fator de salvação em relação à ânsia punitiva dos militares, assim como a filiação ao MDB não ensejava, em si, cassação e perseguição. Tanto a ARENA e o MDB tiveram vários mandatos políticos cassados durante a ditadura militar brasileira – embora o número de cassações da última legenda, por motivos óbvios, tenha sido bem maior.

Independente da filiação partidária, para os militares, o que realmente pesava na hora da cassação eram, em suma, quatro quesitos: relação com os governos de esquerda na fase pré-64; relação com o regime militar; relação com as forças oposicionistas do governo; e envolvimento com casos de corrupção. Esses quesitos eram os pontos norteadores das discussões do CSN para cassar ou não um mandato de um parlamentar. De modo geral, para não ser cassada, a pessoa deveria obter resultado adequado (favorável ao governo) em pelo menos três pontos dos quesitos supracitados.

⁷³⁹ **Ata da 47ª sessão do Conselho de Segurança Nacional**, de 13 de março de 1969. Documento Confidencial. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: BR DFANBSB,XX N8.0.ATA.5/2, p. 47.

O terceiro parlamentar pernambucano cassado no dia 13 de março de 1969, após apreciação da 47ª sessão do CSN foi o emedebista Waldemar Borges Rodrigues Filho, mais conhecido como Deminha ⁷⁴⁰. Com exceção de um pequeno prontuário funcional do DOPS/APEJE, temos poucas informações sobre a biografia de Waldemar Borges ⁷⁴¹. Segundo nossas pesquisas, ele era um respeitado engenheiro agrônomo na capital pernambucana. Participou como entusiasta da antiga “Frente do Recife”. Seu prestígio profissional o levou a assumir a direção da Superintendência Regional de Política Agrária (SUPRA), órgão criado pelo ex-presidente João Goulart, em outubro de 1962, com o objetivo de executar a reforma agrária no país.

Waldemar Borges foi um dos fundadores do MDB em Pernambuco. Elegeu-se com expressiva margem de votos, em grande parte oriundos do eleitorado da Zona da Mata do Estado, local onde detinha grande influência política entre os agricultores por causa do conhecido trabalho na questão da reforma agrária durante o governo João Goulart.

Depois do golpe de 64, eu tive uma atividade clandestina por muito tempo e com todas as dificuldades que a clandestinidade nos oferece. Essa atividade era principalmente junto dos camponeses da Zona da Mata. [...] em dado momento, nós nos reunimos e estava próxima a eleição de 1966 e todos nós, companheiros, resolvemos que se eu fosse candidato a deputado estadual, talvez facilitasse o trabalho que eu estava exercendo na clandestinidade junto aos companheiros da zona da mata. Finalmente, como candidato, eu poderia me expor mais do que normalmente eu fazia. E aceitei ser candidato, mas exatamente por isso, por que poderia e aproveitei a época da campanha para desenvolver melhor as atividades consideradas altamente subversivas pelos mandões daquela época. E, para surpresa minha, fui eleito. Por que o meu objetivo principal na eleição não era ser eleito, era aproveitar, isto sim, a campanha eleitoral para desenvolver melhor as minhas atividades clandestinas [...] ⁷⁴².

Waldemar tornou-se, em 1968, vice-líder do MDB na ALEPE. Teve um mandato conduzido pelo franco combate ao regime militar e de defesa dos camponeses e trabalhadores rurais. Mas, Waldemar notabilizou-se, de fato, como uma liderança importante do MDB, apenas no ano de 1968, através de sua participação no movimento estudantil. Waldemar Borges foi certamente um dos parlamentares que mais deu apoio às lutas estudantis no Estado

⁷⁴⁰ CSN cassa 95 deputados e prefeito da Paraíba. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 2, 14 mar. 1969.

⁷⁴¹ Informação nº 150/115/ARE/79, 30 mar. 1979. SNI, Agência Recife (Atualização das atividades de elementos atingidos pelos Atos Institucionais 1, 2 e 5). Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: ARE_ACE_263_79, p. 2-16. **Prontuário Funcional n. 24492**. Acervo DOPS/APEJE. Fundo SSP n. 18444.

⁷⁴² Depoimento de Waldemar Borges Filho prestado à CEMVDHC em 24 de novembro de 2015 na audiência pública sobre resistência política e cassação de mandatos parlamentares.

de Pernambuco no ano de 1968. Além de cassado pela ditadura, Waldemar foi aposentado compulsoriamente, através da Portaria de 21 de março de 1969, do Ministério da Educação ⁷⁴³.

Waldemar Borges foi acusado pelos militares sobre vários pontos, mas, pela leitura dos autos de seu processo de cassação, fica evidente que o principal fator foi, de fato, o seu envolvimento nos protestos estudantis de 1968 em Pernambuco. Criticou, aberta e duramente, a Lei de Imprensa, a Lei de Segurança Nacional e os acordos MEC-USAID. Waldemar fez um histórico discurso, um dia após assumir o mandato, que, segundo seu entendimento, foi o fator principal de sua cassação. Em suas palavras:

Bom, assumindo o mandato, no dia seguinte eu usei da tribuna. E esse meu discurso foi comentado no dia posterior pelo Diário de Pernambuco, quando o articulista dizia que até as estátuas taparam os ouvidos pra não ouvir o que o deputado Waldemar Rodrigues, como me chamavam, dizia ⁷⁴⁴. E, a partir daí, posteriormente eu soube que, nesse momento, foi determinada a minha cassação do mandato. Era só uma questão - como disse depois o delegado de ordem política e social - era uma questão de tempo, mas o mandato já estava cassado a partir do momento em que eu fiz aquele primeiro discurso, quando as estátuas quase taparam os ouvidos, para não ouvir o que eu dizia a respeito do regime dos militares e daqueles que comandavam o país no momento ⁷⁴⁵.

Em seu processo de cassação constavam as seguintes qualificações sobre a sua pessoa:

- “*Combate sistematicamente a Revolução e o Governo Federal*”.
- “*No dia 24 Mai 67, durante um comício promovido por estudantes, contra o Acordo MEC-USAID, o Deputado WALDEMAR BORGES foi um dos oradores, instigando os estudantes à reação contra as autoridades*”.
- “*É porta-voz do PC do B, na AL/PE*”.
- “*Subversivo - Anti-Revolucionário - Agitador - Cripto-comunista*”.
- “*Liderou na AL/PE, manifestações em favor da libertação dos estudantes presos nos últimos acontecimentos estudantis verificados no Recife*”.
- “*Defendeu a formação e ampliação da ‘Frente Ampla’. Inclusive, assinou requerimento, em março de 1968, solicitando que a ALEPE convidasse o ex-*

⁷⁴³ BRASIL. Portaria de 21 de março de 1969. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 11 abr. 1969, Seção I – Parte II, p. 740.

⁷⁴⁴ A matéria a qual Waldemar Borges se refere é a seguinte: Deputado pede revisão da Carta Magna e Leis de Imprensa e Segurança. **Diário de Pernambuco**, Recife, 18 mar. 1967.

⁷⁴⁵ Depoimento de Waldemar Borges Filho prestado à CEMVDHC em 24 de novembro de 2015 na audiência pública sobre resistência política e cassação de mandatos parlamentares.

*governador da Guanabara, Carlos Lacerda, para pronunciar conferência, em sessão especial sobre sua experiência administrativa e participação na vida pública”*⁷⁴⁶.

- *“No dia 5 Jun 68, foi realizada uma manifestação contra o Governo, no pátio interno da Assembléia Legislativa, liderada pelos Deputados Estaduais comunistas WALDEMAR BORGES e ANDRADE LIMA, protestando contra a prisão de estudantes. Perante algumas centenas de estudantes, o Deputado WALDEMAR BORGES discursou, atacando o Governo e a Revolução, falando, em seguida, alguns estudantes comunistas”*.

[...] no dia 2 Jul, uma grande passeata estudantil foi levada a efeito, com discursos violentos, distribuição de panfletos subversivos e pichamentos com incentivo à luta armada. Durante a passeata foi queimada uma bandeira norte-americana e o Superior dos Beneditinos, Frei INÁCIO, insuflava os estudantes, em voz alta, a ‘derrubar a ditadura assassina’. Tomaram parte ativa nas agitações, incentivando os estudantes à baderna e à reação contra as autoridades, os seguintes Deputados Estaduais, comunistas ou ligados à Frente Ampla: WALDEMAR BORGES RODRIGUES; EGIDIO FERREIRA LIMA; DORANY SAMPAIO; CLOVIS COSTA LIMA; LUIZ DE ANDRADE LIMA; SILVIO PESSOA⁷⁴⁷.

Cassado e sem emprego, Waldemar Borges Filho rumou para o Paraguai, onde morou durante 14 anos. É óbvio que a cassação do mandato foi um duro golpe na vida de Waldemar Borges Filho, da mesma forma como foi na carreira de muitos outros parlamentares punidos arbitrariamente pelos atos draconianos dos militares⁷⁴⁸.

⁷⁴⁶ O convite foi recusado pela Mesa Diretora da ALEPE, mas, em julho de 1968, quando Carlos Lacerda esteve no Recife, Waldemar o encontrou para fornecer-lhe apoio no restabelecimento da ordem democrática. O encontro dos dois foi monitorado pela ditadura. *“O Senhor CARLOS LACERDA esteve no Recife de 27 a 31 de julho, estabelecendo contato com políticos e esquerdistas ligados a extinta Frente Ampla. Dentre as inúmeras pessoas relaciona das que entraram em contato com LACERDA está o Deputado Estadual WALDEMAR BORGES RODRIGUES”*. **Ata da 47ª sessão do Conselho de Segurança Nacional**, de 13 de março de 1969. Documento Confidencial. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: BR DFANBSB,XX N8.0.ATA.5/2, p. 51.

⁷⁴⁷ **Ata da 47ª sessão do Conselho de Segurança Nacional**, de 13 de março de 1969. Documento Confidencial. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: BR DFANBSB,XX N8.0.ATA.5/2, p. 49-51.

⁷⁴⁸ Veja-se, por exemplo, o emocionante depoimento do deputado cassado Dorany Sampaio: *“Bem, a partir daí, eu via que os tempos que vieram me tiravam as condições de sobrevivência e de sustentação de uma família de mulher e sete filhos menores, por que a minha clientela [em escritório de advocacia] desapareceu. O que se justifica, por que as pessoas, temerosas de resultados negativos pelo fato de que seu advogado era cassado, deixaram de me procurar. E eu fiquei sem meios de sobrevivência, o que me levou a reagir pra mostrar a eles que eles não me destruíam. Cassavam apenas o meu mandato, não a minha cabeça e os meus braços. E eu me estabeleci com um restaurante popular no bairro de Santa Rita [no centro do Recife], onde eu procurava a receita necessária para um custeio normal das despesas familiares. E obtive grande sucesso graças à solidariedade dos meus amigos da esquerda e alguns companheiros também do Partido Comunista, que passaram a frequentar o meu restaurante, e vivia cheio. [...] Na porta do meu restaurante sempre tinha um ou dois araquês do Dr. Álvaro Costa Lima, que quando o freguês saía ele indagava por que ele estava ali: ‘Olhe,*

Mas, surpreendentemente, o que fica nítido no relato das pessoas cassadas não são a amargura e o ressentimento com relação à punição, mas sim o sentimento de dever cumprido. A maioria dos cassados não andou cabisbaixo, sentindo-se derrotado após a cassação⁷⁴⁹. “A cassação, naquela época, era uma medalha de honra no peito da gente”⁷⁵⁰. Apesar do prejuízo financeiro e emocional trazido pelas cassações, muitos falam delas com orgulho. Para os parlamentares cassados, o fato de terem sido vigiados, citados, presos, perseguidos ou punidos pela ditadura é a certeza de terem ficado, naquele momento, no lado certo da história, pois, para eles, qualquer que seja o golpe ou a ditadura, estas sempre representarão o lado errado da história.

O quarto e último deputado estadual de Pernambuco cassado no dia 13 de março de 1969, pela 47ª sessão do CSN, foi o advogado Egídio Ferreira Lima (MDB)⁷⁵¹. Ao lado de

tome cuidado que esse é um lugar de reunião comunista’. Então essa era uma maneira perversa de procurar tirar a minha clientela, destruir os meios legítimos que eu procurei para sustento da minha família. Felizmente os companheiros não se abateram com essa tentativa e eu continuei a exercer as minhas atividades comerciais. [...] Cassado, sem meios de subsistência, no início, eu ficava numa situação de grande dificuldade, e tive o cuidado de dirigir-me a minhas filhas mais velhas para dizer-lhes: ‘Vocês até agora tiveram até o supérfluo, daqui por diante talvez não tenham nem o necessário’. E jamais recebi delas qualquer solicitação que pudesse me constranger’. Depoimento de Dorany Sampaio prestado à CEMVDHC, em 24 de novembro de 2015, na audiência pública sobre resistência política e cassação de mandatos parlamentares.

⁷⁴⁹ Conforme a fala do deputado cassado Dorany Sampaio: “[...] apesar de achar também um prêmio, por que o fato de ser cassado representava por si só que eu não fui incompetente e nem omissos. Era o que me bastava para provocar uma satisfação pessoal, a meu ver inteiramente justa. Eu não me deixei abater de forma alguma, a minha família chegou até a comemorar, silenciosamente, em casa, o fato de eu estar cassado. Mas os maus tempos começaram”. Depoimento de Dorany Sampaio prestado à CEMVDHC, em 24 de novembro de 2015, na audiência pública sobre resistência política e cassação de mandatos parlamentares.

⁷⁵⁰ Conforme depoimento do ex-deputado federal Alencar Furtado (MDB-PR), cassado pela ditadura, em 30 de junho de 1977, com base no AI-5, por ter denunciado na televisão a existência da prática de tortura no Brasil. **Alencar Furtado**. [Documentário]. Direção de Marco Aurélio Bittencourt. São Paulo: Konim Vídeo, 2009. DVD (58 min.): NTSC, son., color.

⁷⁵¹ **Egídio Ferreira Lima** nasceu em Timbaúba, na zona da mata pernambucana, em agosto de 1929. Era primo do deputado federal emedebista Maurílio Ferreira Lima, cassado pela ditadura em dezembro de 1968. Egídio iniciou sua carreira política, elegendo-se vereador de Timbaúba, pelo PSD, em outubro de 1950. Em 1955, formou-se em Direito pela UFPE. No ano seguinte, tornou-se juiz de Direito no município de Vicência, na Mata Norte de Pernambuco, permanecendo no cargo até maio de 1963. Com o golpe de 64, Egídio teve que sair de Pernambuco. “Saí de Pernambuco porque, se eu fosse preso e processado, não seria candidato em 1967, estaria impedido. Eu tinha sabido, através de José Neves, secretário de Justiça de Paulo Guerra que assumira o governo com a deposição de Arraes, que eu estava sendo procurado e iria ser preso. [...] Então eu fui para o Rio, passei seis meses. [...] Em janeiro de 1965, eu voltei para Recife, não tive problema nenhum [...]. Comecei então a me preparar para ser candidato na eleição de 1966”. LIMA, op. cit. (2007), p. 238-239. Com a instauração do bipartidarismo, em 1965, filiou-se ao MDB, sendo um dos membros fundadores e integrante da primeira Executiva do MDB em Pernambuco. No pleito de outubro de 1966, elegeu-se deputado estadual pelo MDB. Em novembro de 1968, tornou-se líder do partido na ALEPE. Em 13 de março de 1969 teve o mandato cassado e os direitos políticos suspensos, com base no artigo 4º do AI-5. Cassado, passou então a advogar, fazendo desse instituto a sua trincheira na defesa da democracia. No início dos anos 70, colaborou com a criação do grupo dos “autênticos” do MDB. Em 1974, foi um dos principais coordenadores da candidatura vitoriosa de Marcos Freire, do MDB, ao Senado Federal. Reconquistou os direitos políticos, após concluído, em março de 1979, o período de 10 anos de cassação. Com a extinção do bipartidarismo, em novembro de 1979, transferiu-se para o PMDB. Em novembro de 1982, elegeu-se deputado federal pelo PMDB. Em 1983, tornou-se vice-líder da legenda. No pleito de novembro de 1986, elegeu-se deputado federal constituinte, pelo PMDB. Adaptado de:

parlamentares como Oswaldo Lima Filho, Maurílio Ferreira Lima, Dorany Sampaio, Andrade Lima Filho, Geraldo Pinho Alves e Liberato Costa Júnior, Egídio Ferreira Lima era um dos principais nomes do MDB pernambucano durante a primeira geração do partido.

Egídio integrou a primeira Executiva Estadual do MDB em Pernambuco e foi um dos principais organizadores e articuladores dessa legenda no Estado. Era um aguerrido crítico do regime militar e conhecido apoiador dos movimentos de resistência à ditadura (a exemplo dos movimentos estudantis e da Frente Ampla).

A candidatura de Egídio Ferreira Lima foi proposta pelo MDB estadual – especialmente entre os políticos mais experientes, oriundos da extinta “Frente Ampla” – seguindo uma estratégia que estava sendo conduzida, também, com vários outros candidatos, ou seja, de lançar candidatos novos, para uma primeira legislatura, que partisse para o ataque duro e direto ao regime, colocando em risco a própria continuidade do mandato. Veja, por exemplo, os seguintes depoimentos de Egídio: *“Em 1966, quando eu fui candidato a deputado, me encontrei com Pelópidas da Silveira no curso da eleição. Ele virou para mim e disse: ‘Você vai se eleger bem; mas é só passar dois anos. Depois de dois anos, você vai ser cassado’. E foi exato”*⁷⁵².

Desde a edição do AI-5, em dezembro de 1968 fiquei a aguardar a suspensão do meu mandato e a suspensão dos meus direitos políticos. Por dois anos, em nenhum momento transigi no exercício do mandato. Combati o Governo e o sistema como se estivesse em processo aberto e livre. E a cassação veio, a 13 de março do ano seguinte. Com o meu, foram ceifados mais oito mandatos dos 13 emedebistas que integravam a Assembleia⁷⁵³.

Maria Kinzo intitulou esse segmento emedebista, que era visto também em várias partes do país, de “imatuross”. O termo “imaturo” não deve ser interpretado no sentido pejorativo da palavra, denotando simplesmente “imaturidade”, mas sim entendido como um grupo de políticos, com pouca experiência parlamentar, geralmente em seu primeiro mandato, possuidor de uma retórica radical, que apostou na prática da ofensiva e da pressão sobre o governo, buscou tirar o MDB de sua postura de mera aceitação ou complacência com relação à ditadura e tentou aproximar a legenda dos setores mais politizados da sociedade. Nas

ABREU, op. cit. (2001), p. 3141-3142. LIMA, op. cit. (1982). Informação nº 150/115/ARE/79, 30 mar. 1979. SNI, Agência Recife (Atualização das atividades de elementos atingidos pelos Atos Institucionais 1, 2 e 5). Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: ARE_ACE_263_79, p. 2-16. **Prontuário Funcional n. 24449**. Acervo DOPS/APEJE. Fundo SSP n. 18400.

⁷⁵² LIMA, op. cit. (2007), p. 237.

⁷⁵³ Golpe das cassações ainda não cicatrizou. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-3, 14 dez. 1978.

palavras de Kinzo: “A atuação deste grupo que, embora pequeno em número, era ativo e incisivo em suas críticas ao regime, teve um impacto importante na revitalização do MDB, debilitado como se encontrava devido à sua inatividade e inexpressão”⁷⁵⁴.

Apesar de breve, o surgimento desse grupo foi de extrema importância para revitalizar o MDB em direção a uma oposição mais atuante após o fracasso eleitoral de 1966, transgredir os limites estabelecidos pelo regime e contrabalancear os diretórios da legenda repletos de velhos políticos, nitidamente moderados e acuados, por vezes chamados de omissos. Em Pernambuco, já no início de 1968, dois grupos dividiam o MDB. De um lado, o grupo dos moderados, formado pela maioria dos políticos tradicionais, entre os quais se destacam Armando Monteiro Filho, José Ermírio de Moraes, Pinto Ferreira, João Ferreira Lima Filho, Ademar Carvalho, Thales Ramalho, para quem a postura rebelde de seus correligionários indicava apenas falta de experiência na política.

Embora houvesse no MDB vários congressistas dispostos a cooperar com o regime militar, muitos acreditavam fortemente que o Legislativo deveria ser usado como plataforma para insuflar um movimento popular contra o governo. Estes novos congressistas, sem experiência porém corajosos, ficaram conhecidos pela imprensa como os “imatuross”⁷⁵⁵.

De outro lado, estava o “grupo dos imatuross”, formado por nomes como Waldemar Borges, Egídio Ferreira Lima, Clóvis Jatobá Costa Lima, Liberato Costa Júnior Dorany Sampaio, Geraldo Pinho Alves e Harlan Gadelha, deputados estaduais de primeiro mandato, com média de idade de 40 anos, que gozava do apoio e simpatia de alguns políticos mais antigos, como os deputados federais Oswaldo Lima filho, Clodomir Leite e Andrade Lima Filho.

Os políticos emedebistas mais entusiastas, chamados de “imatuross”, esbarravam nas limitações da maior parte dos parlamentares emedebistas, “[...] cujo estilo de se fazer política não se coadunava com a ideia de mobilização. Eram políticos de extração tradicional, muitos deles conservadores. Não se sentiam à vontade com a ideia de aproximar o partido do ‘clamor das ruas’. E a direção moderada temia que militância oposicionista muito ativa pudesse levar a medidas repressivas mais duras”⁷⁵⁶.

Em novembro de 1968, no auge da crise de legitimidade pela qual passava o governo, Egídio tornou-se líder do MDB na ALEPE, notabilizando-se como defensor da ordem

⁷⁵⁴ KINZO, op. cit. (1988), p. 108.

⁷⁵⁵ REGO, op. cit. (2008), p. 108.

⁷⁵⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Partido e sociedade**: a trajetória do MDB. Ouro Preto: UFOP, 1997, p. 96.

democrática, ao assumir claramente uma postura crítica e de conflito com relação aos militares.

Como era de se prever – e já era esperado, inclusive, pelo próprio parlamentar –, por sua postura intransigente de defesa do Estado Democrático de Direito e sua notável influência (nefasta, aos olhos do regime) sobre a bancada do MDB na ALEPE, Egídio Ferreira Lima foi um dos primeiros nomes a serem pinçados pela ditadura em seu terceiro ciclo de cassações.

Então chegou a notícia, o AI-5. Depois o recesso das assembleias. Eu fui para casa. E pensei: agora era só aguardar. Eles fizeram primeiro as cassações federais. O AI-5 foi de 13 de dezembro de 1968. E eu fiquei lá, sem assembleia, sem nada, aguardando. No dia 13 de março, saindo do banheiro, ouvi pela televisão, a notícia das cassações⁷⁵⁷.

Conforme já comentado, o processo de cassação de Egídio foi apresentado na 47ª reunião do CSN e dividido em três partes:

- Discursos pronunciados na ALEPE:
 - Egídio foi acusado de ter sido um dos principais apoiadores e articuladores da Frente Ampla em Pernambuco. Segundo o seu processo, em setembro de 1967, Egídio proferiu a seguinte fala na ALEPE, que mexeu com os brios dos militares: “*A Frente Ampla é o instrumento mais válido, atualmente, para derrubar a ditadura e proporcionar a volta ao regime democrático*”⁷⁵⁸.
 - Em julho de 1968, Egídio Ferreira Lima apresentou na ALEPE uma moção de solidariedade ao então arcebispo de Olinda e Recife, Dom Helder Camara, contra os ataques feitos à sua pessoa pelo vereador do Recife da extrema-direita, Wandenkolk Wanderley, que também tinha apresentado requerimento na Câmara Municipal solicitando o afastamento de Dom Helder da arquidiocese. Em depoimento, anos depois, Egídio explicou o fato:

Em outra ocasião, o regime se voltou contra dom Hélder, através do vereador Wandecock Wanderley. Ele apresentou uma mensagem à Câmara Municipal do Recife pedindo que fosse feito um apelo ao Papa para tirar dom Hélder do Recife. Ora, isso era uma coisa ridícula no Brasil, até mesmo no regime militar, mas, no exterior, a repercussão desse ato poderia ser altamente danosa. Então, eu me reuni com o pessoal, redigi uma moção para

⁷⁵⁷ LIMA, op. cit. (2007), p. 254.

⁷⁵⁸ **Ata da 47ª sessão do Conselho de Segurança Nacional**, de 13 de março de 1969. Documento Confidencial. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: BR DFANBSB,XX N8.0.ATA.5/2, p. 51.

apresentar à Assembleia, rechaçando o pedido de Wandecock, mas sabia que ia ter muita dificuldade. Conversei com Waldemar Borges (Deminha) a respeito. Fui para a Assembleia, e lá consegui os votos da bancada. Eram 12 da oposição, todos concordaram. Fernando Lyra foi tentar conseguir do outro lado, não conseguiu nada. Ninguém assinou. Então, eu resolvi esperar o Marco Maciel. Ele era novo, era o líder da Arena. Quando Marco entrou, às duas horas, hora de começar a sessão, eu me levantei, cheguei para perto dele e disse: “Eu quero falar com você. Você sabe que isso não tem nenhum valor, é uma coisa grotesca, ridícula, mas sua repercussão pode ser danosa e criar problema sério. Então, você tem o dever de repelir. Assina aqui”. Ele assinou. Paulo Rangel deixou a presidência da Assembleia e foi conosco encontrar dom Hélder, a imprensa, e acabou o problema ⁷⁵⁹.

- Quando da invasão da Universidade de Brasília (UnB) pelos militares em 29 de agosto de 1968, Egídio fez um duro discurso na ALEPE contra a ditadura. Na ocasião, entre outras coisas, falou:

Senhor Presidente e Senhores Deputados, o fato, em que pese o grande número de arbitrariedades, de crimes, de torpezas, que vem sendo cometidos, rotineiramente pela ditadura neste País, o fato é singular e sem precedente porque, antes os estudantes eram atacados, atingidos e espancados nas ruas; agora, se os estudantes não saem para as ruas, os agentes do DOPS cercam a Universidade, invadem seu recinto, prendem, espancam e espingardeiam estudantes no próprio recinto da Universidade ⁷⁶⁰.

- Repudiou na ALEPE, veementemente, em outubro de 1968, as notícias veiculadas sobre um possível fechamento do Parlamento (como, de fato, aconteceu no mês seguinte) por ato arbitrário do regime militar:

O Chefe da República, segundo a imprensa, se deixou contagiar pela apreensão, ao ponto de ter afirmado que o Congresso somente seria eliminado após a sua própria eliminação. Os últimos fatos, porém, estão a dizer que as palavras do Presidente da República ou foram para mero efeito ou Sua Excelência, já agora, se encontra como presa inerte dos grupos de direita, interessados na aventura ditatorial.[...] O processo, não seria necessário dizer, não encontra o menor suporte legal e disso e tá ciente o governo, por seu próprio Ministro da Justiça que é professor de Direito. Trata-se, assim, de expediente abusivo, com o propósito único de estabelecer um choque irremediável entre o Executivo e o Legislativo e de acirrar os ânimos de setores das Forças Armadas contra o Congresso, com o que estaria criado o clima propício para a implantação da ditadura ⁷⁶¹.

- Entrevistas à imprensa:

⁷⁵⁹ LIMA, op. cit. (2007), p. 239-240.

⁷⁶⁰ **Ata da 47ª sessão do Conselho de Segurança Nacional**, de 13 de março de 1969. Documento Confidencial. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: BR DFANBSB,XX N8.0.ATA.5/2, p. 51-52.

⁷⁶¹ Ibid., p. 52.

- Destacava-se também por ser um notório apoiador do deputado federal Márcio Moreira Alves (MDB-GB) na imprensa local. Durante o processo de cassação do deputado carioca, Egídio declarou à imprensa pernambucana: *“MÁRCIO MOREIRA ALVES representa o melhor da nova geração de políticos. A tentativa de cassação de seu mandato só seria possível por um ato de força ou de abuso do poder”*⁷⁶².
- Segundo “Informes e Informações” da ditadura, Egídio Ferreira Lima:
 - *“Adepto ferrenho a defensor gratuito e fervoroso de HÉLDER CÂMARA”*⁷⁶³.
 - *“Político hábil e advogado sagaz, saiu-se bem, até hoje, como porta-estandarte das bandeiras esquerdistas na área de Recife”*⁷⁶⁴.
 - *“Participou de todos os movimentos subversivos e comunistas no Estado”*⁷⁶⁵.
 - *“Em Outubro de 1968, requereu que a Assembléia de Pernambuco pleiteasse, junto ao Congresso Nacional, para que fossem repelidas as tentativas de cassações de mandatos dos parlamentares. Na justificativa, atacou o Governo e as Forças Armadas”*⁷⁶⁶.
 - A participação de Egídio, ao lado de outros emedebistas pernambucanos, nos movimentos estudantis que despontaram no Recife no segundo semestre de 1968 também chamou bastante a atenção da “comunidade de informações” da ditadura, como se vê nos informes abaixo:

Boletim Informativo Semanal nº 27/68, de 6 Jul 68, do IV Ex:

[...]

Durante uma passeata realizada no Recife no dia 2 julho de 1968, houve comícios, pichamento, distribuição de panfletos subversivos e choquei com a Polícia. Grupos exaltados empunhando cartazes e gritando “povo unido derruba ditadura”, além de outros “slogans”. Com a presença de parlamentares que o insuflavam e do Frei INÁCIO PIRES, Superior dos Beneditinos, queimaram uma bandeira norte americana. Tomaram parte ativa nas agitações de rua insuflando os estudantes, os seguintes deputados estaduais: EGÍDIO FERREIRA LIMA, DORANY SAMPAIO, SILVIO

⁷⁶² **Ata da 47ª sessão do Conselho de Segurança Nacional**, de 13 de março de 1969. Documento Confidencial. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: BR DFANBSB,XX N8.0.ATA.5/2, p. 52.

⁷⁶³ *Ibid.*, p. 52.

⁷⁶⁴ *Ibid.*, p. 52.

⁷⁶⁵ *Ibid.*, p. 52, grifo nosso.

⁷⁶⁶ *Ibid.*, p. 53.

PESSOA, ANDRADE LIMA, WALDEMAR BORGES RODRIGUES e CLOVIS COSTA LIMA ⁷⁶⁷.

Informação nº 562, de 17 Jul 68, do CIE/ADF:

[...]

Durante a passeata estudantil realizada em Recife, no dia 2 de julho de 68, houve farta distribuição de panfletos e pichamento, incitando o povo à luta armada para conseguir o Poder. Os seguintes deputados esquerdistas e ligados à extinta Frente Ampla estiveram durante todo o tempo insuflando a agitação: EGÍDIO FERREIRA LIMA, DORANY SAMPAIO – Frente Ampla; WALDEMAR BORGES RODRIGUES – Comunista; LUIZ DE ANDRADE LIMA – Comunista; SILVIO PESSOA – Frente Ampla; CLOVIS COSTA LIMA – Frente Ampla e irmão de OSWALDO LIMA FILHO ⁷⁶⁸.

Egídio Ferreira Lima não foi cassado pelos seus defeitos e fraquezas, mas sim por suas qualidades e virtudes. Assim como o ex-governador cassado de Sergipe, Seixas Dória, Egídio poderia se considerar um “réu sem crime” ou então um cassado sem culpa ⁷⁶⁹. Como se pôde perceber, Egídio foi cassado por ter sido um dos principais quadros do MDB pernambucano, articulador da Frente Ampla em Pernambuco, amigo fiel de Dom Helder Camara (*persona non grata* para os militares), uma voz discordante da ditadura dentro da ALEPE e um ativista incansável na defesa da democracia e das garantias fundamentais. Por isso mesmo foi perseguido pelo regime, antes, durante e depois de sua cassação ⁷⁷⁰. Na falta de um verdadeiro crime ou de atos que, de fato, justificassem, legalmente, a cassação de Egídio, a ditadura empregou um tom grandiloquente e tecnicista ao seu processo condenatório, grande parte, incompatível com a real dimensão do fato. O informe da ditadura, anteriormente citado, de que o deputado pernambucano participou “[...] *de todos os movimentos subversivos e comunistas no Estado*” é um exemplo claro disso.

No dia 29 de abril de 1969 houve a 48ª reunião do CSN, no Palácio do Planalto, para exame de novos processos de cassação de mandatos e suspensão de direitos políticos, nas áreas federal, estadual e municipal. Nessa reunião, o presidente Costa e Silva aposentou 66 pessoas, sendo 12 diplomatas, 31 funcionários do Ministério do Exterior e 23 do Ministério da Educação. Além disso, nos termos do artigo 4º do AI-5, suspendeu os direitos políticos e cassou os mandatos de 103 políticos, sendo 15 deputados federais, 59 deputados estaduais, 3

⁷⁶⁷ **Ata da 47ª sessão do Conselho de Segurança Nacional**, de 13 de março de 1969. Documento Confidencial. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: BR DFANBSB,XX N8.0.ATA.5/2, p. 54.

⁷⁶⁸ *Ibid.*, p. 54-55.

⁷⁶⁹ DÓRIA, Seixas. **Eu, réu sem crime**. Rio de Janeiro: Codecri, 1980.

⁷⁷⁰ Como era costume da ditadura, foi utilizada também com Egídio a técnica do terror, da ameaça e do amedrontamento. Conforme relatou: “*Quando fui cassado, o risco era grande, eu recebia ameaça de morte pelo telefone, recebi um telefonema dizendo que minha filha de cinco anos tinha sido seqüestrada. Estava no colégio*”. LIMA, op. cit. (2007), p. 267.

prefeitos municipais, 7 vereadores e 19 outras pessoas, entre as quais magistrados e militares
771

Entre os cassados, figuravam 11 deputados pernambucanos, conforme. Foram 4 deputados federais – Andrade Lima Filho (MDB), Clodomir Leite (MDB), Edgar Bezerra Leite (ARENA) e Estácio Souto Maior (ARENA) – e 7 deputados estaduais – Clóvis Jatobá Costa Lima (MDB), Dorany Sampaio (MDB), Geraldo Pinho Alves (MDB), Inaldo Ivo Lima (MDB), Liberato Costa Júnior (MDB), Luiz de Andrade Lima (MDB) e Silvio Pessoa de Carvalho (ARENA).

O primeiro nome de um pernambucano apresentado na 48ª reunião do CSN para ser cassado foi o de Andrade Lima Filho, suplente de deputado federal em exercício. Conforme já destacamos, Andrade Lima Filho era um experiente político pernambucano, ligado às forças progressistas e de esquerda. No início dos anos 60, filiou-se ao PTB e fez parte da FPN na Câmara dos Deputados. Com a instauração do bipartidarismo, filiou-se ao MDB, sendo um dos membros fundadores e integrante da primeira Executiva do MDB em Pernambuco. No pleito de outubro de 1966, não se reelegeu deputado federal, mas foi convocado a assumir o mandato como suplente em abril de 1967. Dentro e fora do Congresso Nacional, Andrade Lima Filho foi um ferrenho crítico do regime militar e um importante articulador das forças oposicionistas em Pernambuco após o golpe de 64⁷⁷².

Para fundamentar “legalmente” a cassação de Lima Filho, o CSN reuniu uma série de extratos de seus discursos proferidos durante a sua campanha no ano de 1966 e durante o seu mandato, nos quais se notabilizaram pelos duros ataques ao regime militar, incitando a população brasileira à luta para a derrubada da ditadura. Além disso, a ditadura construiu um histórico das atividades de Lima Filho para “comprovar todas as suas iniciativas em prol dos interesses comunistas e em benefício próprio”. A ideia dos militares foi aumentar, inventar e distorcer fatos para apresentar Lima Filho como um político perigoso à ordem pública e à segurança nacional. As considerações do CSN sobre Lima Filho foram as seguintes:

- Corrupto, corruptor, subversivo e desonesto.
- Ataca sistematicamente a Revolução, que denominou: “a palhaçada de 19 de abril, voraz como uma lombriga, e prolifera como um cogumelo”, “a sarna nacional desta hora”, “a Revolução caranguejo”, etc.

⁷⁷¹ “Listão” dos cassados ontem pelo Conselho de Segurança. **Diário de Pernambuco**, p. 2, Recife, 30 abr. 1969.

⁷⁷² Desde a instalação da ditadura militar, Andrade Lima Filho passou alvo de monitoramento por parte da ditadura. Cf. Informação nº 242/ZONAER 2, 21 out. 1966. Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: BR_AN_BSB_VAZ_125_0108.

- Tem atacado as autoridades, incessantemente, visando a desprestigiá-las e valendo-se de falsos argumentos.
- Criticou as Forças Armadas e, pela Rádio e pela TV, incitou os oficiais, sargentos e soldados para que derrubassem “a reacionária minoria que estava no governo”.
- Criticou os estudantes à revolta contra o regime e tornou-se um dos mais destacados líderes das agitações estudantis em PERNAMBUCO.
- Pregou, amplamente, a revolta dos estudantes e da Igreja contra o regime constituído.
- Serviu como porta-voz dos slogans comunistas contra o imperialismo ianque, divulgando-os pela imprensa e visando, principalmente, o desprestígio das autoridades constituídas, em particular do Presidente da República e seus Ministros, do Trabalho, do Planejamento e das Relações Exteriores.
- Protestos veementemente, concitando o povo a uma reação pela força, contra a quase totalidade dos projetos enviados ao Congresso, pelo governo da Revolução.
- Apelou para que os estudantes observassem as lutas de notáveis guerrilheiros, “pois agora é necessário expulsar esse grupo que assaltou o poder”.
- Em comícios, em 1966, em plena vigência da Revolução, exaltou os méritos de JG, ARRAES e outros exilados, sempre clamando pela reação popular contra o governo.
- [...] pernicioso e dissolvente inimigo do regime, vale-se de suas imunidades parlamentares e da posição, para exercer grande influência subversiva, em particular no meio estudantil e do clero ⁷⁷³.

Como era de se supor, após a apresentação desse histórico estereotipado, os membros do CSN votaram unanimemente pela cassação do mandato e suspensão dos direitos políticos do deputado emedebista Andrade Lima Filho. Após receber, por meio da Hora do Brasil, a notícia de sua cassação, o deputado emedebista Andrade Lima Filho escreveu em sua caderneta pessoal um belo resumo sobre a falta de motivos dos militares para justificar a cassação de seu mandato. Apesar de longa, o texto é esclarecedor:

Aconteceu hoje: fui cassado. Privaram-me do mandato que exercia e despojaram-me dos meus direitos políticos. Foi uma honra. Segundo Rui [seu tio, coronel Ivan Rui de Oliveira, citado por Paulo Cavalcanti como um dos maiores *duros* entre os golpistas de 64], em tempos de opressão, a honra não é ser governo. É ser oposição. E eu sou. [...] Procurei um amigo [o general Antônio Bandeira, sogro do seu filho mais velho, e uma das figuras mais influentes do regime]. Diz-me que fui punido por subversão ou corrupção, mas com uma nota de culpa atualizada: contestação ao regime. Nada tenho a opor ao alegado. Todavia, devo declarar que não só contestei o regime; contesto a sua Justiça. Ninguém suporta mais isto. [...] Foi curioso observar como são diversas as reações diante de um ato desses. Uns assemelham-se à atmosfera que se adensa, prestes a explodir, como é o caso do meu amigo Oswaldo Lima Filho; outros mostram-se perplexos, como o

⁷⁷³ Ata da 48ª Sessão do Conselho de Segurança Nacional, de 29 de abril de 1969. Documento Confidencial. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: BR DFANBSB,XX N8.0.ATA.5/3, p. 6-7.

Mário Paiva; outros ainda, chegam a ficar de cama, como aconteceu ao Jamil Amadeu. Eu, não. Tudo que senti, realmente, foi um misto de tédio e náusea. Não me acometeu, pois, nenhuma vontade de dar tiros, mas apenas de pedir uma bacia para acolher o vômito. [...] **Estou pagando, como muitos outros, por haver servido à causa da liberdade. Valeu a pena. [...] Enquanto eu tinha uma tribuna livre, ocupei-a; enquanto a palavra não me foi tolhida, usei-a; enquanto pude lutar, lutei. Hoje, privaram-me da primeira, silenciaram a segunda, fizeram cessar a última. Por quanto tempo? Não importa. Um dia, estou certo, recuperarei a minha voz**⁷⁷⁴.

O segundo pernambucano apresentado na 48ª reunião do CSN com vistas à cassação foi o suplente de deputado federal Clodomir Leite. Conforme falado anteriormente, Clodomir era um jornalista do *Última Hora* bastante envolvido com os movimentos populares do Recife que conseguiu se eleger à Câmara dos Deputados em outubro de 1962 pelo partido trabalhista. Era um assíduo apoiador dos governos de João Goulart e de Miguel Arraes. Com a instauração do bipartidarismo, filiou-se ao MDB, sendo um dos integrantes do primeiro Diretório Nacional da legenda e um dos fundadores da agremiação em Pernambuco. Nas eleições de 1966, não conseguiu se reeleger. Obteve apenas a quinta suplência. Em 1967, assumiu o mandato durante alguns meses, devido ao afastamento temporário do titular do cargo.

A documentação apresentada na sessão do Conselho para justificar a sua cassação foi dividida em duas formas: a primeira, um extrato de pronunciamentos de Clodomir Leite feitos durante a sua campanha eleitoral no ano de 1966; a segunda, um histórico de atividades do deputado durante o pré-golpe.

Assim como todos os expurgos parlamentares ocorridos durante a ditadura militar brasileira, a cassação do mandato de Clodomir Leite foi um ato que envolveu extrema ilegalidade e arbitrariedade. Como sempre aconteciam durante a ditadura, as bases que referendavam os teatros legais estavam fincadas no preconceito e na ignorância, tipificadas em termos vagos e arbitrários como “comunista”, “corrupto”, “pelego”, “desonesto”, “esquerdista” e “antirevolucionário”. A primeira parte da “documentação comprobatória” das “ações subversivas” de Clodomir Leite é um exemplo disso. A ditadura incriminou Clodomir Leite por “delito de opinião”, por ter se comportado como oposição e criticado frontalmente o regime durante a sua campanha eleitoral de 1966. A seguinte fala de Clodomir, proferida em um comício na capital pernambucana, mexeu, por exemplo, segundo entendimento dos militares, com os brios da caserna:

⁷⁷⁴ COSTA, op. cit. (2001), p. 110-111, grifo nosso.

Hoje, pela mínima coisa que se disser contra esse governo, perde-se o seu mandato sem se saber porque... Vejam como esse governo é cruel, é incorreto, é anticonstitucional, é desumano, e perverso, é infeliz. Mas o povo brasileiro vai mostrar que está contra esse governo antinacional, antidemocrático, que é a favor da ditadura, que só tem feito até agora lares infelizes, pelas demissões de chefes de famílias, pelas prisões, por tudo aquilo que é anticristão e inferior⁷⁷⁵.

A segunda parte da “documentação comprobatória” das “ações subversivas” de Clodomir Leite foi constituída de um histórico de atividades do deputado durante o seu primeiro mandato. A estratégia dos militares com isso foi associá-lo aos governos de João Goulart e de Miguel Arraes e à FPN como uma forma de justificar a punição proposta, ao definir e enquadrar o parlamentar como um agitador perigoso e subversivo ligado às forças comunistas. Eis a grande acusação da ditadura acerca do deputado Clodomir Leite: “– *Integrado na ‘Frente Parlamentar Nacionalista’; – Intimamente ligado a JG, de quem se tornou homem de confiança; – Apoiou MIGUEL ARRAES; – Apoiou a CGT*”⁷⁷⁶. Como se vê, tempos realmente sombrios e difíceis de puro cerceamento da liberdade. Tempos em que o simples fato de ser de esquerda⁷⁷⁷, defender um governo democrático-popular ou ter uma posição progressista era motivo para ser incriminado e perseguido pelas forças políticas e policiais, aqueles que a brasilianista Martha Huggins nomeou de “operários da violência”⁷⁷⁸.

O terceiro nome apresentado na 48ª reunião do CSN para ser cassado foi o do suplente de deputado federal Edgar Bezerra Leite⁷⁷⁹. Mesmo sendo da ARENA pernambucana,

⁷⁷⁵ **Ata da 48ª Sessão do Conselho de Segurança Nacional**, de 29 de abril de 1969. Documento Confidencial. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: BR DFANBSB,XX N8.0.ATA.5/3, p. 28.

⁷⁷⁶ *Ibid.*, p. 29.

⁷⁷⁷ O historiador Jacob Gorender definiu a “esquerda” como um “[...] conceito referencial de movimentação e idéias endereçadas ao projeto de transformação social em benefício das classes oprimidas e exploradas”. GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987, p. 7.

⁷⁷⁸ HUGGINS, Martha K.; HARITOS-FATOUROS, Mika; ZIMBARDO, Philip G.. **Operários da violência**: policiais torturadores e assassinos reconstróem as atrocidades brasileiras. Brasília: UnB, 2006.

⁷⁷⁹ **Edgar Bezerra Leite** nasceu em Bonito, no agreste pernambucano, em janeiro de 1914. Ocupou o cargo de redator-chefe do jornal *Correio do Povo*, em Recife, do qual era proprietário. No pleito de outubro de 1954, elegeu-se deputado estadual pelo PTB. Em outubro de 1958, elegeu-se deputado federal pela coligação “Oposições Unidas” (PTB – PST – UDN). Nas eleições de outubro de 1962, conquistou a primeira suplência do PTB à Câmara dos Deputados. Assumiu a vaga no ano seguinte. Com a instauração do bipartidarismo, em 1965, filiou-se à ARENA. Deixou a Câmara dos Deputados, em janeiro de 1967, ao encerrar o seu mandato. Por esta legenda tentou reeleger-se no pleito de novembro de 1966, mas conquistou apenas a quinta suplência. Pelo Decreto de 29 de abril de 1969, com base no artigo 4º do AI-5, teve a suplência cassada e os direitos políticos suspensos por dez anos. Faleceu no Recife, em agosto de 1986. Adaptado de: ABREU, op. cit. (2001), p. 3067. Informação nº 150/115/ARE/79, 30 mar. 1979. SNI, Agência Recife (Atualização das atividades de elementos atingidos pelos Atos Institucionais 1, 2 e 5). Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: ARE_ACE_263_79, p. 2-16. **Prontuário Funcional n. 19047**. Acervo DOPS/APEJE. Fundo SSP n. 12642.

Bezerra Leite era um contundente crítico da ditadura militar. “[...] *as inúmeras denúncias de torturas contra presos políticos, a continuidade das cassações de mandatos, os expurgos em instituições públicas fizeram com que muitos arenistas se pronunciassem contrários às medidas adotadas*”⁷⁸⁰.

Além disso, ainda pesava contra Bezerra Leite o fato de ele ter sido um dos principais líderes trabalhistas durante os anos 1950/60. As acusações contra o parlamentar pernambucano lidas na sessão do CSN foram:

- Em primeiro lugar, seus discursos, tidos como “subversivos”, a favor das esquerdas, do nacionalismo e da justiça social. Consta nos autos do processo, por exemplo, o seguinte trecho de um discurso proferido pelo parlamentar no início dos anos 60, como prova de sua “subversão”:

Somos um partido de esquerda [o PTB] e nos identificamos com as esquerdas, no que elas tem de mais nobre e patriótico, o nacionalismo, a justiça social, a emancipação econômica do Brasil, e defesa das nossas riquezas naturais e o combate ao Imperialismo. Discordamos do comunismo apenas nos pontos em que ele conflita com as nossas tradições cristãs e democráticas, mas não temos nenhum receio de lutar ao seu lado, na defesa dos superiores interesses da Pátria⁷⁸¹.

- Em segundo lugar, sua “perniciosa ligação” com os governos de João Goulart e de Miguel Arraes e com as “perigosas” forças comunistas, como se percebe nos excertos a seguir:

É Agente de Influencias Comunistas, corrupto, corruptor e indigno de exercer cargo como representante do povo⁷⁸².

[...] Agitador subversivo e anti-revolucionário. Apoiou, em discurso, o Partido Comunista Brasileiro, prontificando-se a “lutar ao seu lado na defesa dos superiores interesses da Pátria”⁷⁸³.

[...] Em 1965 – Com apoio do Senador BARROS DE CARVALHO, continuou influenciando o Setor Sindical de PERNAMBUCO, onde fez vários interventores de sindicatos, todos seguidores de sua política comuno-pelego-janguista⁷⁸⁴.

- e, em terceiro lugar, os indícios de corrupção e utilização do erário e da máquina pública para enriquecimento ilícito e favorecimento eleitoral. No processo de

⁷⁸⁰ CHAVES, op. cit. (2013), p. 52.

⁷⁸¹ **Ata da 48ª Sessão do Conselho de Segurança Nacional**, de 29 de abril de 1969. Documento Confidencial. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: BR DFANBSB,XX N8.0.ATA.5/3, p. 31.

⁷⁸² Ibid., p. 35.

⁷⁸³ Ibid., p. 34.

⁷⁸⁴ Ibid., p. 36.

cassação de Edgar Bezerra Leite consta, por exemplo, a seguinte apreciação da ditadura sobre a sua pessoa:

Beneficiário do regime de corrupção que imperava nos meios previdenciários do país antes de 31 Mar 64 a política comuno-peleguista do ex-presidente JOÃO GOULART, conseguiu por largo período servir-se da Autarquia como cousa sua. Com os métodos espúrios de que se valeu, elegeu-se deputado federal, conquistando as imunidades que lhe vêm garantindo a desejada impunidade para os crimes cometidos. [...] Convém ressaltar que o indiciado, desde a posse do ex-Presidente GOULART, uniu-se aos comunistas locais, facilitando sua infiltração na Autarquia, onde foi desarticulada uma célula marxista apôs a Revolução de março de 1964, tudo conforme consta dos Autos ⁷⁸⁵.

Como é de se supor, além de ilações vagas, todas as acusações feitas ao arenista não estavam constituídas de provas. Eram apenas considerações e observações das agências de informações da ditadura. Em um ato falho, ou em um gesto de sinceridade da ditadura, o próprio texto que fundamentava a cassação de Bezerra Leite confirmava que não havia provas às acusações: “*Embora não tenhamos colhido provas do fato [...] os fatos acima citados são suficientes para caracterizar-lhe a personalidade nociva aos interesses e segurança da Nação*” ⁷⁸⁶. Como se vê, a ditadura não tinha provas, mas tinha convicção de que Bezerra Leite era culpado pelos crimes imputados.

Novamente, voltamos a repetir: todas as cassações de mandatos eletivos, ocorridas durante a ditadura, analisadas neste trabalho, serão interpretadas como casos daquilo que Anthony W. Pereira chamou de “legalidade autoritária”, em que uma série de atos arbitrários foi feito, por intermédio de manobras e diplomas legais, cumprindo-se um mínimo de formalidades, apenas para dar uma legitimidade formal ao regime ⁷⁸⁷.

O quarto e último deputado federal pernambucano cassado pela 48ª sessão do CSN foi o arenista Estácio Souto Maior ⁷⁸⁸. As acusações da ditadura, como sempre, eram vagas,

⁷⁸⁵ **Ata da 48ª Sessão do Conselho de Segurança Nacional**, de 29 de abril de 1969. Documento Confidencial. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: BR DFANBSB,XX N8.0.ATA.5/3, p. 34.

⁷⁸⁶ *Ibid.*, p. 32-33.

⁷⁸⁷ PEREIRA, op. cit. (2010), p. 36-40.

⁷⁸⁸ **Estácio Souto Maior** nasceu em Bom Jardim, no agreste pernambucano, em julho de 1913. Formou-se em medicina em 1935. Nas eleições de outubro de 1954, elegeu-se deputado federal pelo “Movimento Popular Autonomista” (PTB – PST – UDN). Em outubro de 1958 foi reconduzido à Câmara dos Deputados, dessa vez pela coligação Oposições Unidas (PTB – PST – UDN). Em setembro de 1961, foi nomeado ministro da Saúde do governo João Goulart, permanecendo no cargo até junho de 1962. No pleito de outubro de 1962, reelegeu-se deputado federal pelo PTB. Integrou a FPN e encampou as teses progressistas desse bloco parlamentar. Com o advento do bipartidarismo, em 1965, filiou-se à ARENA. Nas eleições de novembro de 1966, reelegeu-se para a Câmara Federal, conquistando o sexto lugar no número de votos em Pernambuco. Em junho de 1967, Souto Maior envolveu-se em uma troca de tiro com outro parlamentar dentro da Câmara Federal, ocasião em que acabou baleado. Pelo Decreto de 29 de abril de 1969, com base no artigo 4º do AI-5, teve a suplência cassada e

elitistas, conservadoras, estereotipadas e fincadas no anticomunismo ⁷⁸⁹. No geral, eram recortes de jornais e considerações da comunidade de informações sobre o acusado. Conforme já falado, a estratégia dos militares era sempre enquadrar os seus oponentes – os parlamentares indesejáveis – como “comunistas” e “subversivos” ⁷⁹⁰ que iriam “contaminar” os brasileiros (“povo pacífico, de boa índole e ordeiro”) com “ideologias exóticas”. No caso de Souto Maior não foi diferente. Mesmo sem provas, a ditadura imputou-lhe a pecha de “corrupto e comunista”, como se pode perceber nos seguintes excertos:

É oportunista e corrupto. - Foi um dos defensores, na Câmara Federal, das pretensões dos trabalhadores definidas no CONGRESSO DE TRABALHADORES DO NORDESTE, que se realizou em RECIFE.
[...] é comunista desde 1936, quando iniciou suas atividades extremistas no interior de PERNAMBUCO e PARAÍBA.
[...] tem ligação com elementos do “clero progressista” e atividades políticas no Estado de Pernambuco ⁷⁹¹.

Num breve exame das atas das sessões do CSN fica evidente o papel central atribuído ao anticomunismo para justificar a cassação de determinados parlamentares. Para embasar as cassações, o CSN recorria costumeiramente à força mobilizadora do argumento anticomunista compartilhado por significativa parcela da sociedade brasileira. À documentação acostada aos autos do processo inquisitório não precisava constar provas das atividades comunistas dos políticos investigados. Qualquer indício, aparentemente insignificante, era suficiente.

A maioria das atas das sessões do CSN referia-se a “presumidas atividades comunistas” feitas por fulano de tal. Eram comuns no linguajar dos integrantes do CSN as

os direitos políticos suspensos por dez anos. Faleceu em Brasília, em outubro de 1974. Era pai do conhecido piloto Nelson Piquet. Senado já teve até assassinato em plenário. **O Estadão de S. Paulo**, 31 dez. 1969. Adaptado de: ABREU, op. cit. (2001), p. 5591-5592. Informação nº 150/115/ARE/79, 30 mar. 1979. SNI, Agência Recife (Atualização das atividades de elementos atingidos pelos Atos Institucionais 1, 2 e 5). Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: ARE_ ACE_263_79, p. 2-16. **Prontuário Funcional n. 8956**. Acervo DOPS/APEJE. Fundo SSP n. 2515.

⁷⁸⁹ O anticomunismo é aqui entendido, no dizer de Carla Rodeghero, como um conjunto de ações e de representações imaginárias centradas no combate sistemático ao comunismo. Como se vê, para a autora, o anticomunismo é uma prática dotada de duas facetas: de um lado, é uma construção imaginária; de outro, é um conjunto de atividades práticas e concretas realizadas por grupos diversos – tais como produção de propaganda, controle e ação policial, estratégias educacionais, organização de grupos de ativistas e de manifestações públicas, atuação no legislativo etc. RODEGHERO, op. cit. (2002), p. 23.

⁷⁹⁰ Por “subversivo” entenda todo aquele cuja ação objetiva consiste em implantar uma nova “ordem política” ou acarrete a desestabilização do regime vigente.

⁷⁹¹ **Ata da 48ª Sessão do Conselho de Segurança Nacional**, de 29 de abril de 1969. Documento Confidencial. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: BR DFANBSB,XX N8.0.ATA.5/3, p. 13-15.

expressões “consta que”, “teria feito”, “parece que” e o destrutível termo “presume-se que” para incriminar e/ou desabonar a vida pretérita de alguém ⁷⁹².

É fundamental ressaltar que essa obsessão anticomunista dos integrantes do CSN – todos estes membros da alta cúpula do regime, ou seja, representantes do Ministério da Justiça, dos Ministérios Militares, do Estado-Maior das Forças Armadas e do SNI – foi alimentada tanto por temores reais, bem como pela necessidade de justificar a existência e o fortalecimento do aparato repressivo.

Expurgados, dessa forma, os remanescentes nomes da tradicional esquerda pernambucana na Câmara Federal, o regime militar partiu para aniquilar, também, todo e qualquer resquício desse espectro político na ALEPE. Aqueles que criticaram o golpe de 64, quando não foram atingidos pelos primeiros ciclos de cassações promovidos pelos militares, de fato, não foram esquecidos pela ânsia punitiva da ditadura. Após o AI-5, os militares partiram com toda força para punir os antigos e os atuais “inimigos do Estado”. Nas palavras de Paulo Cavalcanti:

A máquina ceifadeira do arbítrio passou a movimentar-se, então, como um Frankenstein, a violência gerando a violência, cada ação de repressão provocando outra, pior, numa sucessividade de corolário. Somente num dia, a 29 de abril de 1969, o Conselho de Segurança Nacional, paralisando a Nação pelo “suspense” de seus “comunicados de guerra”, decretava a perda dos mandatos de 103 parlamentares de todos os níveis, bem como a suspensão dos direitos políticos de 66 funcionários públicos, a maioria composta de professores universitários ⁷⁹³.

Conforme já falado, aproveitando o fechamento compulsório da instituição, ocorrido em fevereiro de 1969, a ditadura promoveu o maior ciclo de cassações da história da Casa, expurgando nada menos do que 16 parlamentares – 9 do MDB e 7 da ARENA ⁷⁹⁴. 7 dessas 16 cassações ocorreram somente na 48ª reunião do CSN. No dia 29 de abril de 1969, por exemplo, foram cassados os mandatos dos seguintes deputados estaduais pernambucanos: Liberato Costa Júnior ⁷⁹⁵, Clóvis Jatobá Lima ⁷⁹⁶, Dorany Sampaio ⁷⁹⁷, Geraldo Pinho Alves

⁷⁹² Conforme confidenciou o próprio ex-presidente da República, Ernesto Geisel: “*Esse ‘consta que’ às vezes ficava na ficha da pessoa, e não se verificava a veracidade*”. D’ARAÚJO; CASTRO, op. cit. (1997), p. 297.

⁷⁹³ CAVALCANTI, op. cit. (2008b), p. 334.

⁷⁹⁴ Convém lembrar que no pleito de 1966, para a ALEPE, o MDB elegeu 14 deputados e a ARENA conquistou 51 assentos. Isto é, dos 14 parlamentares eleitos em 1966 pelo MDB, 9 foram cassados no ciclo 1969/70, deixando a bancada oposicionista estadual com apenas 5 mandatos.

⁷⁹⁵ **Liberato Costa Júnior** nasceu no Recife, em abril de 1918. Um dos fundadores da UDN em Pernambuco. No pleito de outubro de 1955, pela UDN, elegeu-se vereador do Recife, pela primeira vez. Após divergir de seu partido, disputou as eleições de 1959 pelo PST (o partido em que Miguel Arraes fora eleito prefeito e governador nos anos 50/60), tendo sido o vereador mais votado do Recife. Assumiu, interinamente, de fevereiro a dezembro

⁷⁹⁸, Inaldo Ivo Lima ⁷⁹⁹ e Luiz de Andrade Lima ⁸⁰⁰, pelo MDB; e Sílvio Pessoa de Carvalho ⁸⁰¹, pela ARENA.

de 1963, a Prefeitura do Recife, devido à vacância do então prefeito Miguel Arraes, eleito governador, e do seu vice, Arthur Lima Cavalcanti, eleito deputado federal. Durante o golpe de 64, Liberato era presidente da Câmara. Presidiu a sessão que então cassou o mandato do prefeito eleito, Pelópidas Silveira no dia 02 de abril de 1964. Com a posse do vice-prefeito, Augusto Lucena, Liberato tornou-se líder da oposição. No pleito de agosto de 1963, reelegeu-se pelo PST, sendo novamente o vereador mais votado do Recife. Com a instituição do bipartidarismo, em 1965, filiou-se ao MDB, tornando-se um dos fundadores da agremiação pernambucana. “*Uns se transformaram em Arena e outros o MDB. Eu sou um dos fundadores do MDB, depois foi exigido que todo partido tivesse um P na frente, e passou a ser PMDB. Fui fundador e desde então não mudei de partido até 31 de dezembro de 2012*”, contou o ex-parlamentar. Em 1966, Liberato elegeu-se deputado estadual pelo MDB. Portou-se na tribuna da ALEPE como severo crítico do autoritarismo vigente, da violência oficial e das prisões arbitrárias e ilegais. Em 29 de abril de 1969, com base no artigo 4º do AI-5, teve o mandato cassado e os direitos políticos suspensos por dez anos. Nas eleições de novembro de 1982, pelo PMDB, voltou à Câmara Municipal do Recife. Faleceu no Recife, em janeiro de 2016, após ter cumprido dez mandatos de vereador, de 1955 a 2012, na Casa de José Mariano. No dia 20 de junho de 2012, a ALEPE restituiu, simbolicamente, o seu mandato. JÚNIOR, op. cit. (2007). Informação nº 150/115/ARE/79, 30 mar. 1979. SNI, Agência Recife (Atualização das atividades de elementos atingidos pelos Atos Institucionais 1, 2 e 5). Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: ARE_ACE_263_79, p. 2-16. **Prontuário Funcional n. 22305**. Acervo DOPS/APEJE. Fundo SSP n. 16214.

⁷⁹⁶ **Clóvis Costa Lima** nasceu no Cabo de Santo Agostinho (PE), na RMR, em junho de 1928. Era irmão do deputado federal Oswaldo Lima Filho. Clóvis Costa Lima foi ex-prefeito de João Alfredo, no agreste pernambucano, entre 1955-1959. Em 1965, foi um dos fundadores do MDB em Pernambuco. Em 1966, elegeu-se deputado estadual pelo MDB. Portou-se na tribuna da ALEPE como severo crítico do autoritarismo vigente, da violência oficial e das prisões arbitrárias e ilegais. Em 29 de abril de 1969, com base no artigo 4º do AI-5, teve o mandato cassado e os direitos políticos suspensos por dez anos. Faleceu, em São Paulo, em junho de 1981. Informação nº 150/115/ARE/79, 30 mar. 1979. SNI, Agência Recife (Atualização das atividades de elementos atingidos pelos Atos Institucionais 1, 2 e 5). Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: ARE_ACE_263_79, p. 2-16. **Prontuário Funcional n. 24626**. Acervo DOPS/APEJE. Fundo SSP n. 18586.

⁷⁹⁷ **Dorany Sampaio** nasceu em Recife, em fevereiro de 1927. Era irmão mais novo do ex-deputado estadual Almany Sampaio (MDB-PE), que foi cassado no dia 5 de julho de 1966. Em 1964, ocupou, até o dia do golpe de 64, o cargo de diretor de administração do Ministério da Agricultura – cujo titular era o deputado pernambucano Oswaldo Lima Filho – durante o governo João Goulart. Em 1965, filiou-se ao MDB, sendo um dos membros fundadores do partido em Pernambuco. Integrou a primeira Comissão Executiva do MDB em Pernambuco. Em outubro de 1966, elegeu-se deputado estadual por essa legenda. Portou-se na tribuna da ALEPE como severo crítico do autoritarismo vigente, da violência oficial e das prisões arbitrárias e ilegais. Em 29 de abril de 1969, com base no artigo 4º do AI-5, teve o mandato cassado e os direitos políticos suspensos por dez anos. Em virtude da perseguição política, foi obrigado a fechar o escritório de advocacia. Para sobreviver tornou-se proprietário de um restaurante popular no centro do Recife. Em 1975, tornou-se conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Pernambuco (OAB-PE). Em 1977, foi eleito vice-presidente da entidade e, em 1979, alcançou a presidência, permanecendo no cargo até 1983. Com a abertura democrática do país, foi nomeado pelo então presidente José Sarney, em março de 1986, para assumir a Superintendência da SUDENE. No mês seguinte, Dorany Sampaio reintegrou os funcionários da entidade exonerados pela ditadura. Deixou o cargo em agosto de 1987. Foi secretário de Governo entre 1999 e 2006, durante o governo estadual de Jarbas Vasconcelos (1999-2006). Exerceu a direção regional do PMDB, durante 27 anos (1988-2015). Por sua relevante luta pelo pleno Estado de Direito e liberdades democráticas, foi agraciado pela ALEPE, em fevereiro de 2010, com a Medalha Frei Caneca. Adaptado de: ABREU, op. cit. (2001), p. 522-5223. Informação nº 150/115/ARE/79, 30 mar. 1979. SNI, Agência Recife (Atualização das atividades de elementos atingidos pelos Atos Institucionais 1, 2 e 5). Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: ARE_ACE_263_79, p. 2-16. **Prontuário Funcional n. 24685**. Acervo DOPS/APEJE. Fundo SSP n. 18646.

⁷⁹⁸ **Geraldo Pinho Alves** nasceu em Olinda, em dezembro de 1925. Formou-se em Medicina, pela Universidade do Recife (atual UFPE), em 1952. Pelo PTB, elegeu-se prefeito do Paulista, na RMR, em novembro de 1958.

Assumiu a Prefeitura em janeiro de 1959. No pleito de outubro de 1962 foi o único petebista eleito para a ALEPE. Nesta Casa, tornou-se um dos principais aliados do governo de Miguel Arraes. Na ALEPE, fez discursos inflamados contra a deposição e prisão de Arraes, e posteriormente teceu inúmeras críticas ao novo chefe do Executivo Estadual, Paulo Guerra. Ocupou a secretaria e a vice-presidência da ALEPE, no período de 1964 a 1966. Com a instauração do bipartidarismo, em 1965, filiou-se ao MDB, sendo um dos membros fundadores do partido em Pernambuco. Integrou a primeira Comissão Executiva do MDB pernambucano. No pleito de outubro de 1966, elegeu-se deputado estadual. Portou-se na tribuna da ALEPE como severo crítico do autoritarismo vigente, da violência oficial e das prisões arbitrárias e ilegais. Em 29 de abril de 1969, com base no artigo 4º do AI-5, teve o mandato cassado e os direitos políticos suspensos por dez anos. Com a cassação, voltou às atividades médicas. No final dos anos 70, engajou-se nos movimentos sociais a favor da anistia e da redemocratização. Nas eleições de novembro de 1982, pelo PMDB, disputou novamente a Prefeitura do Paulista, conseguindo se eleger, ao vencer Manoel Gonçalves (PDS). No pleito de outubro de 1992 foi derrotado por José Rezende (do PRN, PRN, mesmo partido, à época, do ex-presidente Fernando Collor). Em 1997, Geraldo Pinho Alves foi eleito, agora pelo PSB, pra o terceiro mandato à frente da Prefeitura do Paulista. Faleceu no Recife, em dezembro de 2000. Pinho Alves é eleito à Prefeitura do Paulista. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-4, 24 nov. 1982. Informação nº 150/115/ARE/79, 30 mar. 1979. SNI, Agência Recife (Atualização das atividades de elementos atingidos pelos Atos Institucionais 1, 2 e 5). Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: ARE_ACE_263_79, p. 2-16. **Prontuário Funcional n. 22947**. Acervo DOPS/APEJE. Fundo SSP n. 16859.

⁷⁹⁹ **Inaldo Ivo Lima** – As informações sobre a sua biografia são poucas. Foi o único candidato do PSB a deputado estadual que conseguiu se eleger no pleito de outubro de 1962. Com a instauração do bipartidarismo, em 1965, filiou-se ao MDB, integrando a 1ª Comissão Diretora do partido na seção Pernambuco. Elegeu-se pelo MDB nas eleições de novembro de 1966. Em 29 de abril de 1969, com base no artigo 4º do AI-5, teve o mandato cassado e os direitos políticos suspensos por dez anos. Informação nº 150/115/ARE/79, 30 mar. 1979. SNI, Agência Recife (Atualização das atividades de elementos atingidos pelos Atos Institucionais 1, 2 e 5). Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: ARE_ACE_263_79, p. 2-16. **Prontuário Funcional n. 22014**. Acervo DOPS/APEJE. Fundo SSP n. 15920.

⁸⁰⁰ **Luiz de Andrade Lima** – As informações sobre a sua biografia são poucas. Elegeu-se deputado estadual, pelo PTN, nas eleições de outubro de 1958; reelegeu-se, pelo mesmo partido, no pleito de outubro de 1962. Com a instauração do bipartidarismo, em 1965, filiou-se ao MDB, sendo um dos membros fundadores do partido em Pernambuco. Integrou a primeira Comissão Executiva do MDB pernambucano. No pleito de outubro de 1966, elegeu-se deputado estadual. Portou-se na tribuna da ALEPE como severo crítico do autoritarismo vigente, da violência oficial e das prisões arbitrárias e ilegais. Em 29 de abril de 1969, com base no artigo 4º do AI-5, teve o mandato cassado e os direitos políticos suspensos por dez anos. Informação nº 150/115/ARE/79, 30 mar. 1979. SNI, Agência Recife (Atualização das atividades de elementos atingidos pelos Atos Institucionais 1, 2 e 5). Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: ARE_ACE_263_79, p. 2-16. **Prontuário Funcional n. 21542**. Acervo DOPS/APEJE. Fundo SSP n. 15422.

⁸⁰¹ **Silvio Pessoa** nasceu no Recife, em abril de 1935. Bacharelou-se em Direito, pela Faculdade de Direito de Recife, em 1961. Chegou à política ao se eleger deputado estadual no pleito de novembro de 1962. Com o advento do bipartidarismo, em 1965, filiou-se à ARENA. Integrou a primeira Comissão Executiva da ARENA em Pernambuco. Foi reeleito deputado estadual, no pleito de novembro de 1966, por essa legenda. Em fevereiro de 1967, licenciou-se do mandato para assumir o cargo de secretário do Interior e Justiça do governo Nilo Coelho, permanecendo na pasta até janeiro de 1968. Em 29 de abril de 1969, com base no artigo 4º do AI-5, teve o mandato cassado e os direitos políticos suspensos por dez anos. Devido à cassação de seus direitos políticos, passou a atuar na iniciativa privada. Com a aprovação da lei da anistia, em 1979, retomou a atividade política, filiando-se ao MDB. Com o fim do bipartidarismo, em novembro deste ano, filiou-se ao PMDB. Em 1981, ingressou no PDT, liderado pelo ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. Deixou o PDT em 1988, para filiar-se ao PSDB. Neste partido, ocupou a presidência de sua comissão executiva regional, exercendo o cargo até 1991. No pleito municipal de outubro de 1992, elegeu-se vice-prefeito do Recife, na chapa do peemedebista, Jarbas Vasconcelos. Candidatou-se à Câmara dos Deputados, pelo PSDB, às eleições de outubro de 1994, obtendo apenas a suplência. Em janeiro de 1997, ocupou então a vaga de deputado federal no lugar de Roberto Magalhães, que se desincompatibilizara do cargo para assumir a prefeitura do Recife. De janeiro de 1999 a dezembro de 2006 foi procurador-geral do Estado de Pernambuco durante o governo do peemedebista Jarbas Vasconcelos (1999-2006). Informação nº 150/115/ARE/79, 30 mar. 1979. SNI, Agência Recife (Atualização das atividades de elementos atingidos pelos Atos Institucionais 1, 2 e 5). Documento Confidencial.

Para uma melhor compreensão da lógica dos processos de cassação conduzidos pela ditadura militar brasileiro, elaboramos um breve resumo e análise sobre cada caso, destacando os principais argumentos dos militares para fundamentar as suas peças acusatórias ⁸⁰². Tendo em vista que a história não pode ser reduzida ao texto e de que este, por sua vez, é portador de um discurso que não é transparente, nossa reflexão tentará relacionar texto e contexto, buscando “[...] *os nexos entre as ideias contidas nos discursos, as formas pelas quais elas se exprimem e o conjunto de determinações extratextuais que presidem a produção, a circulação e o consumo dos discursos*” ⁸⁰³.

Liberato Costa Junior (MDB) foi julgado por:

a) ter ligações com o “comunismo internacional”. Por exemplo, ter assinado manifestos em favor do governo de Fidel Castro no início dos anos 1960. A referência de sua ligação com as “forças comunistas” é constante em todo o seu processo. “*O tradicional discurso anticomunista foi mobilizado pelo Estado e grupos de direita para atacar o MDB, acusado de dar abrigo aos odiados vermelhos*” ⁸⁰⁴.

Pela leitura do documento cassatório, percebe-se nitidamente o discurso “anticomunista” dos militares:

É um comunista que tem cumprido excelentes tarefas para o seu partido. Politicamente não tem função definida. Como Prefeito do Recife, colocou o partido comunista no apogeu, nomeando dois elementos do Comitê Estadual e Municipal para Secretários da Prefeitura (HIRAN DE LIMA e ABELAR DO DA HORA) e apoiando o comunista FERNANDO TEIXEIRA, que era Chefe do Gabinete de ARRAES, na Prefeitura, e um dos maiores responsáveis pelas greves de estudantes ⁸⁰⁵.

b) ter apoiado os governos de João Goulart, na esfera federal; Miguel Arraes, na esfera estadual; e Pelópidas Silveira, na esfera municipal.

Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: ARE_ ACE_263_79, p. 2-16. Adaptado de: ABREU, op. cit. (2001), p. 4594.

⁸⁰² Vale ressaltar que dos 7 deputados estaduais pernambucanos cassados no dia 29 de abril, com base no artigo 4º do AI-5, e que tiveram os seus respectivos nomes apresentados na 48ª reunião do CSN, apenas o nome do deputado Dorany Sampaio (MDB) não foi objeto de discussão entre os integrantes da sessão, pois foi sumariamente expurgado pelo presidente Costa e Silva.

⁸⁰³ CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. História e Análise de textos. In: _____; _____ (Orgs.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 378.

⁸⁰⁴ MOTTA, op. cit. (2007), p. 293.

⁸⁰⁵ **Ata da 48ª Sessão do Conselho de Segurança Nacional**, de 29 de abril de 1969. Documento Confidencial. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: BR DFANBSB,XX N8.0.ATA.5/3, p. 97.

c) ter participado do Comício das reformas de base do dia 13 de março de 1964. “Esteve no comício do dia 13 de Março de 1964 (RIO-GB), no palanque, juntamente com MIGUELARRAES”⁸⁰⁶.

d) ter defendido, durante o seu mandato de deputado estadual (1967-1969), na tribuna da ALEPE e em pronunciamentos na imprensa, o instituto da imunidade parlamentar.

Fui surpreendido. Eu não estava sobre o prisma do inquérito, sou um político de postura respeitável. Tenho a minha credibilidade aqui na sociedade que represento. Nunca fui envolvido em nenhuma problemática que pudesse suspeitar de um inquérito, nunca fui ouvido em nenhum inquérito. Não sentia nem de longe, que estivesse sobre a alça de mira do arbítrio e poderia ser punido, como eu fui. Então, é natural que tenha ficado decepcionado, porque um mandato do povo que eu sempre correspondi, tanto assim que de uma eleição para outra sempre tive mais votos. É a prova de meu conceito público, e de uma hora para outra, um simples cidadão em Brasília toma o mandato que o povo deu a aquele seu representante legítimo, porque eu conhecia como era o processo direto da eleição. É o processo de proporcionar, do homem que é ligado a massa, que representa diretamente a massa que era o meu caso, o vereador e o deputado. Fui surpreendido, lamentei profundamente a postura dessa gente que dizia governar o país⁸⁰⁷.

Clóvis Jatobá Costa Lima (MDB) foi julgado por:

a) ter se recusado a assinar a Constituição do Estado de Pernambuco, outorgada no dia 15 de maio de 1967, com base na Constituição autoritária do país, outorgada em janeiro do mesmo ano.

b) ter recebido, em sua campanha, apoio financeiro, político e eleitoral de João Goulart, Arraes e do Partido Comunista.

c) ter apoiado o movimento estudantil. “É fichado na 2ª Seção do IV Exército como agitador da classe estudantil e elemento anti-revolucionário”⁸⁰⁸.

d) ter sido acusado de queimar uma bandeira norte-americana durante uma passeata estudantil no centro do Recife durante o emblemático ano de 1968.

e) e, principalmente, ser irmão do deputado federal Oswaldo Lima Filho. “Da mesma forma que o irmão ele é anti-revolucionário, faz sua demagogia...”⁸⁰⁹.

Geraldo Pinho Alves (MDB) foi julgado por:

⁸⁰⁶ Ata da 48ª Sessão do Conselho de Segurança Nacional, de 29 de abril de 1969. Documento Confidencial. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: BR DFANBSB,XX N8.0.ATA.5/3, p. 98.

⁸⁰⁷ JUNIOR, op. cit. (1983), p. 24.

⁸⁰⁸ Ata da 48ª Sessão do Conselho de Segurança Nacional, de 29 de abril de 1969. Documento Confidencial. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: BR DFANBSB,XX N8.0.ATA.5/3, p. 115.

⁸⁰⁹ Ibid., p. 116.

a) ser, segundo os militares, “*Ativo elemento de esquerda, sempre apoiou as reformas preconizadas pelo grupo deposto pela Revolução do Março*”⁸¹⁰.

b) ter votado em 1963 “[...] *a favor da concessão do título de ‘Cidadão Pernambucano’ a LEONEL BRIZOLA*”⁸¹¹.

c) ter feito contundente discurso na tribuna da ALEPE, no dia 1º de abril de 1964, em protesto contra a prisão e a deposição do então governador do Estado, Miguel Arraes.

d) ter realizado, durante o seu mandato parlamentar, na tribuna da Casa Joaquim Nabuco, duros ataques ao regime militar.

Sobre esta virtude de Geraldo Pinho Alves, o seu amigo de bancada pontuou:

Quero me referir também a um deputado que teve uma atuação muito brilhante na oposição, quero me referir ao deputado Geraldo Pinho Alves. Ele foi colossal, era um grande orador, seus discursos eram muito irônicos, sabia utilizar a sua linguagem e sempre vencia as paradas quando tinha um *tête a tête* com um deputado da oposição⁸¹².

e) ter apoiado, em diversas ocasiões, o então arcebispo de Olinda e Recife, Dom Helder Camara – uma das principais *persona non grata* dos militares. Consta nos autos, por exemplo, que o deputado Geraldo Pinho Alves foi o orador que precedeu uma fala do arcebispo na tribuna da ALEPE, no dia 26 de setembro de 1967, criticando a ditadura. Isso foi motivo de grande desaprovação por parte dos militares.

f) ter articulado a formação da Frente Ampla em Pernambuco. “*Em março de 1968, votou a favor da aprovação do requerimento do deputado DORANY SAMPAIO, da Frente Ampla, convidando CARLOS LACERDA para pronunciar palestra no recinto da Assembléia Legislativa*”⁸¹³.

g) ter apoiado “[...] *a atitude do Deputado MÁRCIO MOREIRA ALVES, assinando requerimento, na Assembléia Legislativa, que solicita encaminhar ao Congresso Nacional indicação no sentido ‘de que repila as tentativas de cassação de mandatos de parlamentares’ [...]*”⁸¹⁴.

⁸¹⁰ **Ata da 48ª Sessão do Conselho de Segurança Nacional**, de 29 de abril de 1969. Documento Confidencial. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: BR DFANBSB,XX N8.0.ATA.5/3, p. 137.

⁸¹¹ *Ibid.*, p. 137.

⁸¹² Depoimento de Luiz de Andrade Lima prestado à CEMVDHC em 24 de novembro de 2015 na audiência pública sobre resistência política e cassação de mandatos parlamentares.

⁸¹³ **Ata da 48ª Sessão do Conselho de Segurança Nacional**, de 29 de abril de 1969. Documento Confidencial. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: BR DFANBSB,XX N8.0.ATA.5/3, p. 138.

⁸¹⁴ *Ibid.*, p. 139.

h) ter feito, em fevereiro de 1968, “[...] *violento discurso, em nome da oposição, defendendo a necessidade de fortalecimento do poder civil [...]*”⁸¹⁵.

Inaldo Ivo Lima (MDB) foi julgado por:

a) ter discursado no início dos anos 60 a favor da legalidade do Partido Comunista.

b) ter, segundos os militares, ligações com as “forças comunistas”. Para a ditadura, Inaldo Lima estava:

[...] entre os deputados que tiveram atuação marcante na tentativa de comunização de PERNAMBUCO, através de pronunciamentos públicos pela imprensa escrita e falada, na Tribuna da Assembléia Legislativa e pelo apoio aos movimentos subversivos, principalmente, nos últimos meses do governo de JOÃO GOULART⁸¹⁶.

c) ser, “[...] *lugar-tenente de JULIÃO, em PERNAMBUCO*”⁸¹⁷.

d) ter se posicionado contra a prisão e a deposição de Miguel Arraes.

e) ter, supostamente, ajudado o Partido Operário Revolucionário Trotskista (POR-T)⁸¹⁸, em Pernambuco, no início dos anos 60: “[...] *o deputado INALDO LIMA, cujo pseudônimo no Partido era ‘GENÉSIO’, colaborou financeiramente e deu assistência médica aos terroristas do Partido Operário Revolucionário Trotskista*”⁸¹⁹.

f) ter votado, em dezembro de 1963, “[...] *juntamente com os comunistas locais, GILBERTO AZEVEDO, CLÁUDIO BRAGA, EDSON CAVALCANTI, EDSON CANTARELI, LIVIO VALENÇA e PAULO VIANA, [...] contra a realização de uma sessão em homenagem fúnebre às vítimas da Intentona Comunista de 1935*”⁸²⁰.

⁸¹⁵ **Ata da 48ª Sessão do Conselho de Segurança Nacional**, de 29 de abril de 1969. Documento Confidencial. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: BR DFANBSB,XX N8.0.ATA.5/3, p. 136.

⁸¹⁶ *Ibid.*, p. 148.

⁸¹⁷ *Ibid.*, p. 147.

⁸¹⁸ O POR-T foi uma organização revolucionária brasileira, criada no ano de 1953, pautada no ideário do revolucionário russo Leon Trotsky (1879-1940) de defesa da “IV Internacional Comunista” (1938). A organização tinha suas bases e seu comitê central em São Paulo, estendendo sua influência ao Rio Grande do Sul e Pernambuco, cuja capital sediava o comitê do partido na região Nordeste. Era uma organização mais à esquerda dos governos João Goulart e Miguel Arraes. Embora fosse um agrupamento pequeno em Pernambuco fez bastante pressão durante o governo Arraes, empurrando-o a adotar medidas mais estruturantes no Estado. Com o golpe de 64, os membros do PORT foram presos e sistematicamente perseguidos pelos militares. Em seu estudo sobre a atuação do PORT em Pernambuco, o pesquisador Felipe Gallindo destacou que o médico/deputado Inaldo Ivo Lima era apenas um simpatizante do POR-T e prestou, por diversas vezes, importante serviço de assistência médica aos membros da organização. Infelizmente, esse fato foi visto pelos militares como motivo para cassar o mandato do deputado. GALLINDO, José Felipe Rangel. **Jeremias: o trotskismo no campo em Pernambuco**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013, p. 42.

⁸¹⁹ **Ata da 48ª Sessão do Conselho de Segurança Nacional**, de 29 de abril de 1969. Documento Confidencial. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: BR DFANBSB,XX N8.0.ATA.5/3, p. 148.

⁸²⁰ **Ata da 48ª Sessão do Conselho de Segurança Nacional**, de 29 de abril de 1969. Documento Confidencial. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: BR DFANBSB,XX N8.0.ATA.5/3, p. 149.

g) ter votado, em julho de 1968, uma “[...] *moção de solidariedade a HELDER CÂMARA, face aos ataques feitos a esse prelado pelo vereador WALDELKOLK WANDERLEY*”⁸²¹.

Luiz de Andrade Lima (MDB) foi julgado por:

- a) ter apoiado, na ALEPE, durante o seu mandato, o governo de Miguel Arraes.
- b) ter feito contundente discurso na tribuna da ALEPE, no dia 1º de abril de 1964, em protesto contra a prisão e a deposição de Arraes.
- c) ter discursado, durante os anos 60, a favor da legalidade do Partido Comunista.
- d) ter apoiado a luta do movimento camponês no Estado. Em recente depoimento à CEMVDHC, o próprio Luiz de Andrade reconheceu o contributo que dera nos anos 60 à luta no campo:

[...] eu atuei em toda a Zona da Mata: Mata Sul e a Mata Norte, principalmente na Mata Sul, onde tivemos os sindicatos mais fortes, por exemplo, o sindicato de Palmares que era muito forte e abrangia outros tantos municípios. Então a nossa luta era mais pra reorganizar aquele trabalho que vínhamos realizando antes do golpe e que foi desmoronado violentamente pelo golpe. O nosso trabalho era mais de juntar esses componentes [...] ⁸²².

e) ser “*Amigo pessoal de LUIZ CARLOS PRESTES*”⁸²³.

f) “*Participando da campanha de MIGUEL ARRAES para governador de PERNAMBUCO, em comício na região de Sitio Novo e Peixinhos, fez uso da palavra, usando capa preta com os dizeres ‘EU SOU COMUNISTA’, era letras vermelhas*”⁸²⁴. Em relação a esta denúncia, o acusado rebateu:

[...] havia até mentiras e isso sem dúvida nenhuma feito pelo coronel Ibiapina. Havia uma que dizia que eu havia feito uma caminhada em Olinda, vestido com uma camisa que atrás estava escrito “Eu sou comunista”. Nunca houve nada disso. Apenas na eleição de José Ermírio de Moraes [em 1962] ele trouxe umas camisas, distribuiu com todos nós, e nós saímos em

⁸²¹ **Ata da 48ª Sessão do Conselho de Segurança Nacional**, de 29 de abril de 1969. Documento Confidencial. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: BR DFANBSB,XX N8.0.ATA.5/3, p. 149.

⁸²² Depoimento de Luiz de Andrade Lima prestado à CEMVDHC em 24 de novembro de 2015 na audiência pública sobre resistência política e cassação de mandatos parlamentares.

⁸²³ **Ata da 48ª Sessão do Conselho de Segurança Nacional**, de 29 de abril de 1969. Documento Confidencial. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: BR DFANBSB,XX N8.0.ATA.5/3, p. 157.

⁸²⁴ *Ibid.*, p. 157-158.

passseata, mas o que tinha escrito atrás eram alusões às cidades de Recife e de Olinda ⁸²⁵.

g) ter votado no ano de 1963 “[...] a favor da concessão do título de ‘Cidadão de PERNAMBUCO’ ao então deputado LEONEL BRIZOLA” ⁸²⁶.

h) ter participado, em 10 de setembro de 1966, “[...] como orador, de comício de caráter subversivo, realizado em CARUARU/PE, onde foi, contundentemente, atacado o Governo da Revolução” ⁸²⁷.

i) ter, segundo os militares, sido eleito, em novembro de 1966, deputado estadual pelo MDB, com apoio do PCB.

j) ter articulado a formação da Frente Ampla em Pernambuco.

k) ser um dos principais incentivadores das lutas estudantis durante o ano de 1968.

l) proferido discurso na ALEPE, em outubro de 1968, contrário à cassação do deputado Márcio Moreira Alves.

É importante ressaltar aqui que o ex-deputado Luiz de Andrade Lima sempre entendeu que a sua cassação foi resultado da perseguição política deliberada conduzida pelo então coronel Hélio Ibiapina, um dos comandantes do IV Exército ⁸²⁸.

[...] um dia [coronel Hélio] Ibiapina, que continuou a me marcar, conseguiu se impor e conseguiu a minha cassação. Esse dia foi um dia de festa para nós, festa a nosso modo, por que nesse dia foram cassadas nove pessoas de Pernambuco, 5 eram deputados estaduais e os outros eram deputados federais, como o deputado Andrade Lima Filho, grande deputado, o deputado Oswaldo Lima Filho, que também era um grande deputado ⁸²⁹.

Para Luiz de Andrade, o âmago de todo o processo foi a nomeação no ano de 1965 do filho de Miguel Arraes, José Almino de Alencar – cujo pai estava preso –, como seu chefe de

⁸²⁵ Depoimento de Luiz de Andrade Lima prestado à CEMVDHC em 24 de novembro de 2015 na audiência pública sobre resistência política e cassação de mandatos parlamentares.

⁸²⁶ **Ata da 48ª Sessão do Conselho de Segurança Nacional**, de 29 de abril de 1969. Documento Confidencial. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: BR DFANBSB,XX N8.0.ATA.5/3, p. 158.

⁸²⁷ *Ibid.*, p. 158.

⁸²⁸ Hélio Ibiapina Lima (1919-2010) presidiu o IPM instaurado em abril de 1964 para “apurar ações subversivas na área do IV Exército”, no Recife, cuja jurisdição abarcava a região Nordeste. Juntamente com o coronel Antônio Bandeira, chefe da 2ª seção do IV Exército, e o tenente-coronel Darcy Villocq Vianna, comandante do batalhão motomecanizado, Ibiapina foi considerado um dos principais responsáveis pelas graves violações aos direitos humanos perpetradas, após o golpe de 64, contra grande número de presos políticos em Pernambuco. Cf. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, op. cit. (2014), p. 865.

⁸²⁹ Depoimento de Luiz de Andrade Lima prestado à CEMVDHC em 24 de novembro de 2015 na audiência pública sobre resistência política e cassação de mandatos parlamentares.

gabinete na ALEPE ⁸³⁰. Luiz de Andrade então decidiu peitar o militar, alegando que aquele era o único cargo de confiança a que tinha o direito de indicar na instituição. Por considerar o filho de Miguel Arraes um “comunista perigoso”, o coronel Ibiapina proibiu a tesouraria da ALEPE de fazer qualquer pagamento ao novo funcionário. Mesmo assim, Andrade Lima, junto com o deputado estadual João Ferreira Lima Filho (MDB-PE), conseguiu outras formas de manter José Almino no cargo. Como afirmou José Almino: “[...] *tratava-se de uma espécie de ‘vaquinha’, coleta informal de dinheiro, envolvendo um pequeno grupo de deputados da oposição*” ⁸³¹. O ex-deputado lembrou que a atitude causou temor entre os colegas da Casa, que já prenunciavam o fechamento da ALEPE e a sua posterior detenção, ocasião em que Luiz de Andrade Lima respondeu: “*aconteça o que acontecer, eu vou cumprir o meu dever de líder anti-revolucionário*”.

Silvio Pessoa de Carvalho (ARENA) foi julgado por:

a) ter votado na ALEPE contra a deposição de Miguel Arraes em abril de 1964.

b) ter criticado abertamente o regime militar. “*Em Set 66: Como candidato a deputado estadual pela ARENA/PE, em sua propaganda eleitoral, atacou violentamente o Governo da República. Baseado em seus ataques, o deputado da oposição ANDRADE LIMA FILHO declarou, em programa de TV, ‘que estava achando que não seria necessário o MDB falar mal do Governo, pois, isto estava sendo levado a cabo pela própria ARENA’*” ⁸³².

c) ter se posicionado na tribuna da ALEPE contrário à cassação do deputado federal Márcio Moreira Alves (MDB-GB). “*Em 14 Dez 68, discursou, na Assembléia Legislativa, louvando a atitude dos deputados federais arenistas que votaram contra a concessão da licença para que o ex-deputado MÁRCIO MOREIRA ALVES fosse processado*” ⁸³³.

Para Marco Maciel, Silvio Pessoa foi cassado por ter tido ligações com a Frente Ampla. Em suas palavras:

Eu atribuo a cassação de Silvio, além das posições pessoais, mais liberais, se assim posso dizer ao fato de sua participação na Frente Ampla. Aquilo foi uma coisa que, na ótica dos militares, irritou muito. Porque Carlos Lacerda tinha um temperamento muito impulsivo e arrebatado. Gostava de usar uma linguagem muito forte. E ele fez a Frente Ampla com Juscelino Kubitschek,

⁸³⁰ Homenagem aos cassados na ditadura. Disponível em: <<http://www.alepe.pe.gov.br/clipping/homenagem-aos-cassados-na-ditadura/homenagem-aos-cassados-na-ditadura/>>. Publicado em: 20 jun. 2012. Acesso em: 29 mai. 2016.

⁸³¹ Depoimento de José Almino de Alencar ao autor, concedido no dia 20 de maio de 2017.

⁸³² **Ata da 48ª Sessão do Conselho de Segurança Nacional**, de 29 de abril de 1969. Documento Confidencial. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: BR DFANBSB,XX N8.0.ATA.5/3, p. 170.

⁸³³ *Ibid.*, p. 170-171.

em Lisboa. Isso foi uma coisa que irritou demais os militares. E Silvio convidou Lacerda para fazer uma palestra na Assembleia Legislativa. E ele, Silvio era amigo de Lacerda; talvez, isso haja provocação sua cassação ⁸³⁴.

Já para Paulo Cavalcanti, o arenista Silvio Pessoa foi cassado também por um motivo que estava fora dos autos do processo. Para Paulo, Silvio foi cassado em decorrência de uma disputa de poder pela hegemonia da ARENA em Pernambuco, em que pesou enormemente a influência do deputado/coronel, Costa Cavalcanti, então ministro do Interior. Nas palavras de Paulo Cavalcanti:

Dizia-se que **o coronel do Exército, Costa Cavalcanti**, que se elegera deputado federal por Pernambuco com os sufrágios dos cambistas do jogo do bicho, das prostitutas e dos *araques* de polícia, além de comprar votos com dinheiro do Ibad, nos “currais eleitorais” do interior, **conseguiu incluir o nome de Silvio Pessoa na lista de cassação com o objetivo de “limpar a área” para o pleito sucessório no Estado**. Sílvio, por suas qualidades positivas e por seu prestígio na Arena, despontava como o melhor candidato, de parte das forças situacionistas. E Costa Cavalcanti sonhava com a governança. O AI-5 prestava-se a tais picuinhas, no jogo sujo da politicalha ⁸³⁵.

O último deputado estadual pernambucano cassado no ano de 1969 foi o emedebista Harlan Gadelha ⁸³⁶. Este foi cassado na tarde do dia 1º de julho de 1969, após a realização da 49ª sessão do CSN, ocorrida no Palácio do Planalto, em Brasília ⁸³⁷.

A sessão se iniciou com o então presidente da República, Costa e Silva, indagando aos demais integrantes do CSN se alguém conhecia o pernambucano Harlan Gadelha. O único a responder – inclusive, de maneira taxativa –, por meio de um juízo de valor, foi o também pernambucano Costa Cavalcanti, ministro do Interior: “*Eu o conheço. Creio que ele é*

⁸³⁴ MACIEL, op. cit. (2007), p. 500.

⁸³⁵ CAVALCANTI, op. cit. (2008b), p. 335.

⁸³⁶ **Harlan Gadelha** nasceu em outubro de 1922, no município de Goiana, Zona da Marta Norte de Pernambuco. Era filho de Lourenço de Albuquerque Gadelha, ex-chefe político de Goiana. Formou-se em Medicina. Elegeu-se vereador em sua cidade natal, na legislatura 1951/1955. Em 1962, candidatou-se a deputado estadual pelo PTN, ficando como primeiro suplente. Gadelha utilizou sua profissão de médico para ajudar os grupos menos favorecidos. Tinha ligações com as Ligas Camponesas da região da Mata Norte do Estado, em cidades como Itaquitinga, Condado e Igarassu. Em 1966, filiou-se ao MDB e, em outubro desse ano, conseguiu uma vaga para a ALEPE. Teve o mandato cassado e os direitos suspensos no dia 1º de julho de 1969. Depois da anistia, foi eleito prefeito de Goiana (1983/1988), seu último cargo público. Faleceu em março de 2013. Informação nº 150/115/ARE/79, 30 mar. 1979. SNI, Agência Recife (Atualização das atividades de elementos atingidos pelos Atos Institucionais 1, 2 e 5). Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: ARE_ ACE_263_79, p. 2-16. **Prontuário Funcional n. 24752 “B”**. Acervo DOPS/APEJE. Fundo SSP n. 18717.

⁸³⁷ O “Istão dos 79 cassações de ontem do CSN. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 2, 2 jul. 1969.

corrupto”⁸³⁸. A partir daí, o secretário-geral da reunião, general Jayme Portella de Mello, passou à leitura da “Exposição de Motivos” a fim de suspender os direitos políticos e cassar o mandato eletivo de Harlan Gadelha. Segundo o processo de Gadelha a sua cassação ocorreu por ele ter tido:

- *“Destacado papel na tentativa de comunização do Estado antes e durante o governo de MIGUEL ARRAES, de quem era fiel correligionário”*.
- *“Apoiado o pronunciamento do Deputado MÁRCIO MOREIRA ALVES e requereu, à Assembléia Legislativa/PE, que encaminhasse apelo ao Congresso, no sentido de que não permitisse a cassação do mandato de deputados”*.
- *“Nos arquivos do IV Exército consta o seguinte sobre o indiciado: Suplente de Deputado. Está relacionado entre os suplentes que tiveram atuação marcante na tentativa de comunização do Estado de Pernambuco, através de pregações pela imprensa falada e escrita, na tribuna da Assembléia e pelo apoio a todos os movimentos nitidamente subversivos, tanto na fase pré-eleitoral de MIGUEL ARRAES como durante o seu governo e principalmente nos últimos meses do governo GOULART. O Comando do IV Exército é de parecer que seus direitos devem ser cassados”*.
- *“Assinado, em março de 1968, juntamente com 22 outros Deputados da ARENA e do MDB, o requerimento nº 65/68 que solicitava que a Assembléia Legislativa/PE convidasse o Senhor CARLOS LACERDA para pronunciar conferência sobre sua experiência administrativa e sua participação na vida pública”*.
- *“Votado, em julho de 1968, a favor da moção de solidariedade a HÉLDER CÂMARA, em virtude dos ataques contra ele feitos pelo vereador W. WANDERLEY”*⁸³⁹.

Como se pode perceber, Harlan Gadelha foi cassado sob a mesma pauta acusatória lançada aos demais políticos cassados pernambucanos pela ditadura: ligado ao comunismo; apoio aos governos Goulart e Arraes; simpático à Frente Ampla e ao arcebispo Dom Helder Camara; apoio ao deputado Márcio Moreira Alves etc. Ou seja, diferente do que havia destacado o coronel Costa Cavalcanti no início da 49ª reunião, os militares não pontuaram

⁸³⁸ **Ata da 49ª Sessão do Conselho de Segurança Nacional**, de 1º de julho de 1969. Documento Confidencial. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: BR DFANBSB N8.0.ATA.5/6, p. 7.

⁸³⁹ *Ibid.*, p. 7.

qualquer indício de corrupção no processo de cassação de Gadelha⁸⁴⁰. Chega-se à conclusão de que essa atitude do coronel foi, na verdade, uma bravata com o objetivo de denegrir a imagem de Gadelha diante dos demais membros do CSN, antecipando a cassação do emedebista pernambucano. Na ótica militar, para “salvar o país” dos políticos “corruptos” e “subversivos” valia-se tudo, de mentira a atos ilegais. Os fins justificariam os meios.

No dia 20 de maio de 1970, após a 50ª sessão do CSN, a ditadura cassou mais 10 mandatos parlamentares e reabriu duas Assembleias Legislativas, sendo uma destas a ALEPE. A Casa Joaquim Nabuco ficou precisamente 467 dias fechada. Na mais rápida reunião até então realizada – apenas 45 minutos –, o colegiado do CSN, reunido no Palácio do Planalto, sob a coordenação-geral do então presidente da República, Emílio Médici, decidiu suspender os direitos políticos por 10 anos e cassar o mandato eletivo de 6 deputados estaduais de São Paulo e 4 de Pernambuco nos termos do malsinado AI-5.

A notícia de reabertura da Assembleia e os atos de cassação dos deputados Inácio Valadares, Paulo Rangel Moreira, José Amorim e Audálio Tenório, foram recebidos, nos círculos políticos locais, como “já esperados”, havendo, até mesmo, surpresa de alguns setores que esperavam um maior número de punições⁸⁴¹.

Os deputados estaduais pernambucanos cassados foram: Audálio Tenório, Inácio Valadares Filho, José Amorim e Paulo Rangel Moreira. Todos da ARENA. A notícia da cassação foi assim comunicada à imprensa através da seguinte nota:

Convocado pelo presidente da República reuniu-se hoje o Conselho de Segurança Nacional, no Palácio do Planalto, a partir das 15h, para opinar sobre processos a respeito dos quais deveria pronunciar o chefe do governo, nos termos do Ato Institucional nº 5. Os referidos processos que foram longa e minuciosamente examinados estavam instruídos pela Secretaria-Geral de Conselho de Segurança Nacional com documentos e subsídios provenientes do Serviço Nacional de Informações e de todos os demais órgãos de Informações, vinculados ao Ministério da Justiça e aos Ministérios Militares. Após ouvir os pareceres dos membros do Conselho de Segurança Nacional, o presidente da República decidiu:

Aplicar as seguintes sanções:

a) Suspensão dos direitos políticos por 10 anos e cassação do mandato eletivo estadual: Gilberto Geraldo Siqueira Lopes, São Paulo; Leôncio Ferra

⁸⁴⁰ O jornalista Ricardo Carvalho apontou outra motivação (que, infelizmente, por falta de provas) não pode ser comprovada. Dizia ele: “*O deputado Harlan Gadelha (MDB) teve seu mandato cassado em 1º de julho de 1969. Dois em cada três deputados me garantiram que teve o dedo do arenista Osvaldo Rabelo seu inimigo político em Goiana. Sempre acreditei nessa versão porque o velho Harlan não era de fazer mal a ninguém: um homem elegante na tribuna e no convívio pessoal*”. CARVALHO, Ricardo. **É tudo verdade**: memórias de um repórter. Recife: Leonardo Dantas Silva Editor, 2009, p. 29.

⁸⁴¹ Conselho de Segurança suspenderá o recesso de Assembleia a 1º de junho. **Diário de Pernambuco**, Recife, 21 mai. 1970.

Júnior, São Paulo; Lúcio Casanova Neto, São Paulo; Murillo Souza Reis, São Paulo; Nicola Avalone Júnior, São Paulo; Orlando Jurca, São Paulo; Audálio Tenório de Albuquerque, Pernambuco; Inácio Mariano Valadares Filho, Pernambuco; José Ferreira de Amorim, Pernambuco; Paulo Rodolfo Rangel Moreira, Pernambuco.

b) Suspender o recesso, a partir de 1º de junho, das Assembleias Legislativas dos Estados de S. Paulo e de Pernambuco.

A reunião foi encerrada às 15h e 45min, quando o presidente da República comunicou estar esgotada a agenda dos trabalhos da reunião e agradeceu a elevação e o alto espírito de patriotismo evidenciados nos pareceres emitidos

⁸⁴².

Como já comentado, na 50ª reunião do CSN decidiu-se, também, suspender o recesso das Assembleias Legislativas de São Paulo e Pernambuco, a partir de 1º de junho. A ALEPE estava fechada desde o dia 7 de fevereiro de 1969. A ALEPE, enfim, reabriu no dia 1º de junho, no entanto, contando com apenas 46 deputados, devido ao alto índice de cassações ocorrido durante o fechamento da entidade. No início da legislatura, a ALEPE tinha 65 deputados.

O primeiro pernambucano a ser julgado nessa sessão do CSN foi Audálio Tenório. Infelizmente, temos poucas informações sobre a sua biografia. Nossas pesquisas dão conta de que ele nasceu em maio de 1906, em Águas Belas, no agreste pernambucano. Grande latifundiário, coronel Audálio Tenório foi prefeito e principal chefe político de sua cidade natal. Audálio se notabilizou pelo grande poder político e econômico e também por ser um dos mais poderosos coiteiros de Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, no estado de Pernambuco ⁸⁴³.

Audálio Tenório foi eleito deputado estadual, em outubro de 1958, pelo PSD, e reeleito, em outubro de 1962, pelo PST. Fazendo parte do partido de Miguel Arraes deu apoio a este em sua candidatura e durante o seu governo. Foi contrário ao golpe civil-militar de 1964, mas acabou por filiar-se à ARENA, partido dos militares. Foi reeleito deputado estadual em 1966 com uma expressiva margem de voto. À época de sua cassação, Audálio Tenório exercia, portanto, o seu terceiro mandato legislativo.

Para justificar a cassação de Audálio Tenório, o então secretário-geral do CSN durante o governo Médici, o general João Figueiredo, destacou aos demais membros do CSN quatro pontos sobre o histórico e reputação do deputado pernambucano:

⁸⁴² 10 cassados, recesso suspenso. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 9, 21 mai. 1970.

⁸⁴³ Informação nº 150/115/ARE/79, 30 mar. 1979. SNI, Agência Recife (Atualização das atividades de elementos atingidos pelos Atos Institucionais 1, 2 e 5). Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: ARE_ACE_263_79, p. 2-16. **Prontuário Funcional n. 19548**. Acervo DOPS/APEJE. Fundo SSP n. 25532.

- “1963 - Votou contra requerimento que solicitava a realização pela Assembléia Legislativa, de sessão especial em homenagem às vítimas da intentona comunista de 1935”.
- “Apoiou ostensivamente MIGUEL ARRAES; declarou inclusive: ‘Se MIGUEL ARRAES é comunista, eu também sou’”.
- “Como Prefeito, colocou os interesses particulares sobre os da comunidade”.
- “Acolhe e acoberta criminosos em sua fazenda, Fazenda Nova. Acompanhado de pistoleiros armados, atemorizou a população de Águas Belas e violou urnas eleitorais”⁸⁴⁴.

Ao analisar o processo de Audálio percebe-se que o principal motivo que levou os militares a cassá-lo foi a grande contribuição que ele deu à candidatura e ao governo de Miguel Arraes. Após o golpe de 64, além de integrar desde 1965 o partido do governo, Audálio Tenório não teceu nenhuma crítica aos militares, nem teve na ALEPE um mandato ligado às forças da oposição ou ligado aos movimentos sociais. A cassação de Audálio, portanto, não foi resultado de sua atuação durante o seu terceiro mandato legislativo, mas pura vingança dos militares, por ele ter emprestado no início dos anos 60 seu grande prestígio político-eleitoral na região do Agreste a Miguel Arraes.

O segundo pernambucano analisado na 50ª sessão do CSN foi o deputado Inácio Valadares Filho, da ARENA⁸⁴⁵. Nascido em 1932 (faleceu em fevereiro de 2011) e natural do município de São José do Egito, no Sertão pernambucano, Inácio Valadares era formado em Engenharia Civil pela Universidade do Recife. Ingressou na política sob a influência do pai, notório líder sertanejo da UDN.

Com apenas 21 anos, Valadares venceu a disputa para deputado estadual, em 1954, pela UDN. Reelegeu-se, por esse partido, nas eleições de outubro de 1958 e de outubro de 1962. Com a instauração do bipartidarismo, passou a integrar a ARENA. Em outubro de 1966 conquistou o quarto mandato legislativo seguido. Exercia, à época de sua cassação, o cargo de 1º secretário da ALEPE.

⁸⁴⁴ **Ata da 50ª Sessão do Conselho de Segurança Nacional**, de 20 de maio de 1970. Documento Confidencial. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: BR DFANBSB N8.0.ATA.7/4, p. 13.

⁸⁴⁵ Informação nº 150/115/ARE/79, 30 mar. 1979. SNI, Agência Recife (Atualização das atividades de elementos atingidos pelos Atos Institucionais 1, 2 e 5). Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: ARE_ACE_263_79, p. 2-16. **Prontuário Funcional n. 25533**. Acervo DOPS/APEJE. Fundo SSP n. 19549.

De todos os pernambucanos cassados, o seu processo foi o menor. Tinha apenas uma página. O então secretário-geral do CSN leu aos demais integrantes da reunião os seguintes pontos sobre Inácio Valadares – “*Solidarizou-se com o regime comunista de CUBA*”; “*Manifestou-se favorável à legalização do PCB, como um dos imperativos da democracia*”; “*Assinou manifesto de solidariedade ao povo cubano, encerrando com apelo à União em torno da “Comissão Brasileira Contra a Intervenção em CUBA”*”⁸⁴⁶ – e, sem qualquer discussão, contestação, apreciação, em menos de dois minutos, o presidente da República, Emílio Médici, interrompendo o orador, decidiu cassar o mandato eletivo e suspender os direitos políticos por 10 anos do deputado Inácio Valadares.

Fica evidente que, durante a ditadura, as pessoas eram cassadas sem provas, a toque de caixa, sem qualquer análise ou pudor. “*Não tinham justificativa nenhuma. Cassavam porque cassavam. Essa é a verdade. Alguém chegava e dizia, cassa fulano. Cassavam. Não tinham satisfação a dar a ninguém*”⁸⁴⁷. No ato de cassação, os parlamentares pouco (ou nada) podiam fazer. Tornavam-se, na verdade, reféns dos militares, notadamente dos membros do CSN, que detinham o poder absoluto de cassar ou absolver determinado político. Como argumentaram Edson Teles e Vladimir Safatle: “[...] *nunca se sabe quando se está fora da lei, já que o próprio poder faz questão de mostrar que pode embaralhar, a qualquer momento, direito e ausência de direito*”⁸⁴⁸. No caso específico de Inácio Valadares percebe-se que o mote de sua cassação foi a pauta anticomunista.

Importa dizer que esse anticomunismo militar não correspondia apenas à possibilidade de instauração de um governo socializante. Dizia respeito, também, à ameaça que o comunismo representava dentro da própria caserna, ao introduzir uma obediência paralela e concorrente. Ou seja, havia entre os militares a percepção do potencial ameaçador que o comunismo poderia ter ao invadir os quartéis, menosprezando a hierarquia, os objetivos da corporação e pregando obediência a outros princípios e a outros chefes, muitas vezes alheios ao meio militar⁸⁴⁹.

Outro deputado pernambucano cassado nesse bojo foi o arenista José Ferreira de Amorim. Nascido em Canhotinho, no agreste pernambucano, José Amorim exerceu nessa localidade os cargos de vereador e de prefeito durante a década de 1950. Utilizando-se de seu

⁸⁴⁶ **Ata da 50ª Sessão do Conselho de Segurança Nacional**, de 20 de maio de 1970. Documento Confidencial. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: BR DFANBSB N8.0.ATA.7/4, p. 14.

⁸⁴⁷ Depoimento de LYRA, op. cit. (2007), p. 327-328.

⁸⁴⁸ TELES; SAFATLE, op. cit. (2010), p. 11.

⁸⁴⁹ D’ARAÚJO; SOARES; CASTRO, op. cit. (2014), p. 13.

prestígio político e eleitoral de sua cidade natal e adjacências elegeu-se deputado estadual, pela ARENA, com boa margem de votos no pleito de 1966⁸⁵⁰.

Do que consta na documentação do CSN, José Amorim foi cassado sob a justificativa de corrupção⁸⁵¹. Primeiro, foi acusado de irregularidades durante sua gestão à frente do município de Canhotinho. Segundo, foi acusado de valer-se do cargo de deputado estadual para fins, ostensivos e velados, de coação e aliciamento de munícipes de Canhotinho com objetivo de manter a sua hegemonia política no município⁸⁵².

O problema, em si, dessa cassação não foi o combate à corrupção levado a efeito pelo regime militar, mas, primeiro, a maneira ideológica como essa empreitada foi utilizada para justificar a punição e a perseguição à classe política. Além de atrair muitas pessoas para o lado do governo, a “satanização da corrupção” servia também como uma cortina de fumaça lançada pelos militares para encobrir os grandes e graves problemas do país⁸⁵³. Os instrumentos de “subversão” e “corrupção” eram de fáceis utilizações por parte da ditadura, pois eram conceitos amplos e universais, de ampla aceitação no interior da sociedade brasileira, que agradavam ao moralismo servil e ao ódio irracional, e, afinal, de difícil contestação e oposição.

O segundo problema era a forma como a cassação – “justificada sob o argumento da corrupção” – era feita pela ditadura militar brasileira. Os casos de possível corrupção não eram pautados em provas e investigações, tampouco debatidos e apreciados devidamente.

⁸⁵⁰ Informação nº 150/115/ARE/79, 30 mar. 1979. SNI, Agência Recife (Atualização das atividades de elementos atingidos pelos Atos Institucionais 1, 2 e 5). Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: ARE_ ACE_263_79, p. 2-16. **Prontuário Funcional n. 14185**. Acervo DOPS/APEJE. Fundo SSP n. 7788.

⁸⁵¹ **Ata da 50ª Sessão do Conselho de Segurança Nacional**, de 20 de maio de 1970. Documento Confidencial. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: BR DFANBSB N8.0.ATA.7/4, p. 15.

⁸⁵² O jornalista Ricardo Carvalho apontou outra motivação (que, infelizmente, por falta de provas) não pode ser comprovada. Dizia ele: “*Eu era um freqüentador do ‘Buraco Frio’, uma pequena sala usada por políticos e jornalistas nos intervalos das reuniões, para que pudéssemos almoçar ou lanchar. Um local onde se colhiam boas informações. Ali tomei conhecimento de que o deputado José Amorim (Arena) fora cassado (20 de maio de 1970) por articulação do também deputado Eriberto Gueiros (Arena), seu adversário político no município de Canhotinho*”. CARVALHO, op. cit. (2009), p. 30.

⁸⁵³ “[...] ficou comprovado que deputados que obtiveram frequência fraudulenta, deputados empresários, nas quintas-feiras iam embora, tomar conta dos seus negócios particulares, tinham frequência nas sessões de quintas e sextas-feiras, jamais sofreram qualquer penalidade revolucionária ou tiveram punição desses atos ímprobos praticados. Ao passo que outros, contra quem nada se poderia apontar, foram vítimas das cassações dos seus mandatos. Esse binômio que se criou, de subversão e corrupção, nada mais foi do que um rótulo externo, justificador dos processos escusos e politicamente reprováveis, usados para se retirar do Parlamentar pessoas dignas, honestas, coerentes, que estavam exercendo o mandato com fiel observância sequer as cassações processadas dentro da Arena, de pessoas que ali estavam defendendo princípios, sobretudo porque não houve nenhuma uniformidade de critérios. As cassações foram políticas, destinadas à satisfação dos interesses pessoais”. Depoimento de SAMPAIO, op. cit. (1982), p. 64.

Eram, arbitrária e rapidamente, tocados pelo Poder Executivo, definidos pelos membros do CSN, sem direito a um processo legal, nem chance de defesa e direito ao contraditório. Quebrando o Poder do Parlamento e pisando no preceito constitucional da imunidade parlamentar, à bem da verdade, nos casos de cassação, a primeira e a última palavra eram sempre do presidente da República. Portanto, independente das ações (ou não) cometidas pelo deputado estadual, José Amorim, da ARENA pernambucana, o fato é que, sem sombra de dúvida, a cassação foi ilegítima, desumana, ilegal e arbitrária.

O último deputado pernambucano cassado pela 50ª reunião do CSN, ocorrida no dia 20 de maio de 1970, foi o arenista Paulo Rangel Moreira, então presidente da ALEPE. Paulo Rangel era advogado, natural do Recife, nascido em 1933. Apesar de jovem, era uma das principais lideranças udenistas em Pernambuco. Assumiu a presidência do Serviço Social Contra o Mocambo, em fevereiro de 1959, no governo de Cid Sampaio. Pela UDN, conquistou o seu primeiro mandato na ALEPE, em outubro de 1962. Com a instauração do bipartidarismo, em 1965, Rangel filiou-se à ARENA. Em março de 1966 foi eleito presidente da ALEPE, permanecendo no cargo até a sua cassação em 1970⁸⁵⁴.

O processo de cassação de Paulo Rangel no CSN acusava o parlamentar pernambucano de ter cometido as seguintes ações:

- *“Como Presidente do Legislativo Pernambucano, refutou a tese das cassações apregoadas pelo Governador PAULO GUERRA, nos seguintes termos: ‘Nunca será exagero repetir que não há Deputados subversivos na Assembléia Legislativa do meu Estado’”*.
- *“1967, outubro – Com grande alarde pela Imprensa do Estado, teceu loas ao Governador ARRAIS, afirmando que, num balanço isento de sua administração, ele tem mais pontos positivos que negativos, e que não se sentia constrangido em fazer tal revelação”*.
- *“É ligado a HÉLDER CÂMARA e aos movimentos por ele liderados”*.
- *“1968, junho – Manifestou irrestrita solidariedade a HÉLDER CÂMARA, em razão dos ataques dirigidos ao Arcebispo de OLINDA e RECIFE”*.

⁸⁵⁴ Informação nº 150/115/ARE/79, 30 mar. 1979. SNI, Agência Recife (Atualização das atividades de elementos atingidos pelos Atos Institucionais 1, 2 e 5). Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: ARE_ACE_263_79, p. 2-16. **Prontuário Funcional n. 18585**. Acervo DOPS/APEJE. Fundo SSP n. 12174.

- “*Declarou, a imprensa, ser contrario à concessão de licença para processar o Deputado MÁRCIO MOREIRA ALVES*”⁸⁵⁵.

Os jornais da época davam conta que Paulo Rangel Moreira tinha sido cassado por indícios de corrupção – convocação de sessões extraordinárias para aumentar a remuneração dos deputados –, inclusive esse foi o argumento dado pelos militares ao próprio deputado cassado. Paulo Rangel faleceu, em maio de 2000, no Recife, acreditando ter sido esse o motivo injusto de sua cassação. Nunca é demais repetir que os reais assuntos tratados nas reuniões do CSN não eram divulgados, tampouco os documentos confidenciais da ditadura eram tornados públicos⁸⁵⁶. Nas palavras de Paulo Rangel:

Até hoje não me foi dado saber quais os motivos que determinaram minha cassação. Foram infrutíferos todos os esforços que realizei para apurar as causas da punição que me foi imposta. Em verdade, fui cassado sem qualquer processo. E o art. 11 do Ato Institucional nº 5 me cortou qualquer possibilidade de requerer a revisão da medida no âmbito Judiciário [...] ⁸⁵⁷.

Contudo, diferentemente do que foi propalado pela ditadura, a motivação da cassação de Paulo Rangel não foi corrupção. É importante aqui ressaltar que, em nenhuma parte de seu processo no CSN, a questão de corrupção foi mencionada. Rangel foi cassado basicamente por ter tido à frente da ALEPE “*atitudes contrárias aos postulados e propósitos da Revolução de 31 de março*”. Conforme pôde ser visto, ele foi cassado, grosso modo, por ter se posicionado contrário às cassações feitas na ALEPE; ter elogiado publicamente o governo de Miguel Arraes; ter simpatia por Dom Helder e se colocado contrário à cassação do deputado

⁸⁵⁵ **Ata da 50ª Sessão do Conselho de Segurança Nacional**, de 20 de maio de 1970. Documento Confidencial. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: BR DFANBSB N8.0.ATA.7/4, p. 16.

⁸⁵⁶ Raros eram os brasileiros que tinham acesso aos seus documentos elaborados pela comunidade de informações da ditadura. Após a redemocratização, algumas leis passaram a conceder o direito de acesso aos documentos produzidos pela ditadura militar. No entanto, nem todos os documentos foram liberados para consulta, nem todos podiam pesquisar tais acervos. O Decreto nº 2.134, de 24 de janeiro de 1997, definia que poderiam ter acesso à documentação sigilosa “pessoas devidamente credenciadas, mediante apresentação, por escrito, dos objetivos da pesquisa”. Além disso, era vedado o acesso a documentos classificados como “ultrassegretos” e proibida a revelação de quaisquer documentos cuja divulgação comprometesse a “intimidade, a honra e a imagem as pessoas”. 9 livros-ata de 3.000 páginas compunham o acervo do CSN. Os documentos do CSN eram considerados classificados como documentos ultrassegretos. Em 18 de novembro de 2005, o então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, baixou o Decreto nº 5.584, através do qual mandava recolher ao Arquivo Nacional o acervo do extinto CSN que estava sob a custódia da Agência Brasileira de Informações (ABIN). Pelo decreto, os documentos deveriam ser classificados e sistematizados pela Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas, instituída no âmbito da Casa Civil da Presidência da República e formada por militares e diplomatas, para depois serem disponibilizados ao público. O acervo do CSN só foi aberto ao público em 2009, embora com 413 linhas cobertas por tarjas pretas. Sobre a legislação brasileira de acesso a documentos sigilosos e seus problemas, ver: FICO, Carlos. *A ditadura documentada: acervos desclassificados do regime militar brasileiro*. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 67-78, jul/dez 2008.

⁸⁵⁷ Ex-deputado ignora motivos de cassação e diz-se injustiçado. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 3, 29 jun. 1979.

Márcio Moreira Alves (MDB-GB) no ano de 1968. A percepção dos militares é que Paulo Rangel havia traído os ideais da “Revolução de 64” e que a sua manutenção à frente do Legislativo Estadual seria um risco aos objetivos do regime. Para os militares, o ideal seria, arbitrariamente, descartar o arenista dissidente e, para a opinião pública, colocá-lo como “corrupto”⁸⁵⁸.

Como se pôde perceber, a maioria das acusações que ensejou as cassações foi infundada e pautada sob o arbítrio dos ditames ditatoriais. Na maioria dos casos, os supostos crimes cometidos por esses parlamentares foram ações corretas e pertinentes de opinião e de posicionamento contra as injustiças sociais e ao regime político imposto, no que deveria ser o livre exercício do mandato, pautado no instituto da imunidade parlamentar, concedido pelo povo pernambucano. À bem da verdade, o verdadeiro crime desses parlamentares foi o de pretender a atividade política como a defesa das ideias ou terem sido fiéis a princípios ideológicos e programas partidários de conteúdo social.

A imputação do chamado “delito de opinião” aos parlamentares críticos do regime atendia a um objetivo autoritário claro dos militares que era o silenciamento das arbitrariedades diariamente ocorridas no país, à época. Como pontuou Fernando Coelho:

O propósito da ditadura não era apenas o de punir a ousadia de adversários, pelo “delito de opinião”. Era, sobretudo, o de intimidar os seus opositores. De espalhar o terror. De amedrontar os que denunciavam seus erros. Para que a Nação submissa, até na Casa que deveria ser sua, somente ouvisse o coro laudatório dos bajuladores e serviços do regime⁸⁵⁹.

A situação do MDB, Estado por Estado, após esse ciclo de cassações, foi assim descrita por Carlos Castello Branco:

Acre – com 7 municípios somente, o partido, comandado pelo Senador Oscar Passos, pode se reestruturar com relativa facilidade;
 Amazonas – a cassação dos dirigentes partidários, Srs. Artur Virgílio e Bernardo Cabral, tornou inviável a reorganização;
 Pará – a cassação do Sr. Hélio Gueiros, principal dirigente de um partido já anêmico, cortou a chance de uma estruturação;

⁸⁵⁸ Segundo o jornalista Ricardo Carvalho: “*Esse foi quem mais lutou contra a cassação do mandato. Certo dia, me garantiram, foi até o Rio de Janeiro o general Murici no comando do I Exército, na Avenida Presidente Vargas. Ele nunca escondeu de ninguém que lá chegando procurou o general, o qual o recebera com indiferença (Murici fora candidato ao Governo de Pernambuco contra Nilo Coelho e guardava mágoa de Rangel que na última hora lhe negara seu voto). Mas Paulo Rangel não se deu por vencido. Comprou uma jóia e mandou para a esposa do general. No dia seguinte, o general voltou a receber o presidente do Legislativo dizendo que iria ajudá-lo. Apesar de tudo, ele foi cassado, mas a jóia não foi devolvida*”. CARVALHO, op. cit. (2009), p. 29.

⁸⁵⁹ COELHO, op. cit. (2010), p. 365.

Maranhão – a cassação dos Srs. Renato Archer e Cid Carvalho, conjugada com o fortalecimento do Governador José Sarney, torna praticamente impossível a sobrevivência;

Piauí – a cassação do único representante, Sr. Chagas Rodrigues, é tida como desestímulo definitivo;

Ceará – os Srs. Figueiredo Correia e Pais de Andrade têm condições de reorganizar o partido;

Rio Grande do Norte – sem nenhum representante federal do MDB, a oposição parece alijada desse Estado, a menos que os sobreviventes (politicamente) da família Alves se incumbam da tarefa;

Paraíba – a família Carneiro e o Sr. Humberto Lucena farão uma seção partidária sólida;

Pernambuco – a cassação do Sr. Oswaldo Lima Filho teria liquidado as chances de sobrevivência do MDB;

Alagoas – apesar de ter aí dois representantes federais, a seção é considerada fraca política e eleitoralmente;

Sergipe – o MDB aí chama-se José Carlos Teixeira, que sozinho dificilmente organizará o partido;

Bahia – difícil a reorganização pela vastidão do Estado, mas o Senador Josafá Marinho entende que pode obter resultado favorável;

Espírito Santo – a sobrevivência do MDB só ocorreria se a ele aderisse um dos três líderes que haviam se comprometido a fazê-lo: Francisco Lacerda Aguiar, Solon e Von Schilgen;

Rio de Janeiro – reestruturação fácil;

Guanabara – garantido;

São Paulo – grande dificuldade devido ao número de municípios e às dissensões internas do partido;

Paraná – a cassação dos Srs. Renato Celidônio e Leo de Almeida Neves dificultou enormemente a reestruturação;

Santa Catarina – a cassação dos Srs. Paulo Macarini e Doin Vieira, seguindo-se à do Sr. Doucel de Andrade, tornou extremamente difícil a recomposição partidária;

Rio Grande do Sul – garantido;

Minas Gerais – muito difícil dado o número (cerca de setecentos) de municípios, que obrigaria à organização de diretórios municipais em quase duzentas cidades;

Mato Grosso – a cassação do Sr. Wilson Martins teria tornado impossível a reconstituição dos quadros;

Goiás – assegurado.

Nos territórios, o MDB tem diretório [estadual] apenas no Amapá, o qual dificilmente sobreviverá ⁸⁶⁰.

Lucia Grinberg diagnosticou uma alteração substancial entre as cassações ocorridas nos primeiros ciclos (1964 e 1966) e no terceiro ciclo (1968/70) do regime. Em suas palavras:

Em 1964, os deputados governistas consentiram, pois, no início do movimento, as cassações atingiram principalmente membros do PTB. A eliminação de adversários cada vez mais competitivos foi bem-vinda para a maioria dos parlamentares. No entanto, em 1968, a intervenção dos militares nas instituições havia tomado uma dimensão distinta daquela pretendida

⁸⁶⁰ BRANCO, op. cit. (1977b), p. 209, grifo nosso. Originalmente publicado em: Coluna do Castello. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 3, 7 jun. 1969.

pelos políticos que apoiaram o movimento de 1964, ficando clara a ameaça ao poder Legislativo. Ou seja, as cassações não podiam mais ser entendidas como uma vantagem eleitoral pelo esvaziamento de um partido ou de grupos políticos cujo poder crescia. Elas demonstravam claramente ser um expediente antipartidário e antiparlamentar que atingia os políticos indistintamente, que atingia o Congresso como um todo ⁸⁶¹.

Fechado o Congresso Nacional por quase 10 meses e a ALEPE por mais de um ano e terminado o ciclo inquisitório de cassações dos anos 1968/1970, a ditadura militar havia cortado a incipiente rebeldia do Poder Parlamentar e desmantelado por completo os resultados que as urnas exprimiram nas eleições já muito deturpadas de 1966. Quando o Congresso foi reaberto, em outubro de 1969, a Câmara dos Deputados voltou a funcionar com 321 deputados (eram 409 no início da legislatura, em 1967), e o Senado, com 59 senadores (antes eram 66 –, tendo sido cassados 88 deputados e 7 senadores). Quando a ALEPE foi reaberta, em junho de 1970, a Casa voltou a funcionar com 49 deputados (eram 65 no início da legislatura, em 1967), tendo sido cassados 16 deputados.

Com o lançamento de seus atos persecutórios, cometidos “[...] *em meio à vigência de uma política delinquente, mal disfarçada por uma frágil carapaça legal*” ⁸⁶², os militares buscavam “[...] *intervir sobre o funcionamento das instituições representativas nos âmbitos federal, estadual e municipal e reafirmar o arbítrio do regime para definir quem poderia e quem não poderia participar da vida política brasileira*” ⁸⁶³. As 132 cadeiras conquistadas pelo MDB nas eleições de 1966 em todo o país à Câmara Federal, por exemplo, foram reduzidas, devido aos vários expurgos, a apenas 65 no ano de 1970. O ano de 1970, ano de eleições majoritárias e proporcionais para diversos cargos, iniciou, portanto, de maneira bastante desfavorável para o partido da oposição em Pernambuco. Este assunto será analisado com maior profundidade no capítulo seguinte.

⁸⁶¹ GRINBERG, op. cit. (2009), p. 127.

⁸⁶² SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. Memória e reconciliação nacional: o impasse da anistia na inacabada transição democrática brasileira. In: BRASIL. **A anistia na era da responsabilização**: o Brasil em perspectiva internacional e comparada. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford: Oxford University, Latin American Centre, 2011, p. 287.

⁸⁶³ AZEVEDO; RABAT, op. cit. (2012), p. 111.

4 ANOS DE TRINCHEIRA: OS COMBATIVOS NA RESISTÊNCIA E A REORGANIZAÇÃO DO MDB EM PERNAMBUCO (1970-1974)

4.1 AS ELEIÇÕES DE 1970 E A “CARTA DO RECIFE” (1971)

Durante o período em que a ALEPE esteve fechada – precisamente 467 dias –, a ditadura promoveu um forte dismantelamento no Poder Legislativo Estadual, ao cassar mandatos e suspender direitos políticos de 9 deputados do MDB e 7 da ARENA. Esta ação correspondeu ao maior desmonte parlamentar feito na Casa de Joaquim Nabuco ao longo de sua história.

A longa espera pela suspensão do recesso parlamentar, a cada mês adiada, indicava que a atividade parlamentar seria restabelecida apenas quando o “campo revolucionário” completasse seu processo de “saneamento” e estabelecesse novas regras políticas⁸⁶⁴.

As cassações dismantelaram a já debilitada rede organizacional do MDB. Com o desmonte promovido pelos militares no Congresso Nacional e na ALEPE, a atuação parlamentar dos emedebistas pernambucanos restantes, quando da abertura dessas casas, passou a ser basicamente a leitura de breves discursos e comunicados na tribuna. Qualquer ação mais incisiva – como a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, por exemplo – ficava totalmente impossibilitada de ser feita durante esse período devido ao pequeno número de parlamentares opositoristas, inferior ao mínimo exigido regimentalmente. “*O que sobrou do partido voltou para o Congresso quando ele foi reaberto, em 1969, mas era um corpo sem vida*”⁸⁶⁵.

Desmantelada, nesse interregno, a força opositorista no interior do Legislativo pernambucano, os militares começaram a refletir sobre a idéia de reabrir a ALEPE no segundo semestre de 1970. A eleição indireta para o governo do Estado já estava prevista, na forma do artigo 189 da Emenda Constitucional nº 1, de 1969⁸⁶⁶, para o dia 3 de outubro de

⁸⁶⁴ KINZO, op. cit. (1988), p. 121.

⁸⁶⁵ MOTTA, op. cit. (2007), p. 289.

⁸⁶⁶ Outorgada pela Junta Militar (formada pelos ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar), que assumiu o poder com a saída de Costa e Silva, a Emenda Constitucional nº 1, de 1969, praticamente instaurou uma nova Constituição no país. Teórica e tecnicamente, não se tratou de emenda, mas de nova constituição. A emenda só serviu como mecanismo de outorga, uma vez que verdadeiramente se promulgou texto integralmente reformulado. O texto da Emenda tinha 217 artigos, o da Constituição de 1967 tinha 189. Em relação ao Congresso, o artigo 30-C da Emenda Constitucional dispunha que não seria mais autorizada a publicação de pronunciamentos que envolvessem “ofensas às Instituições Nacionais”, propaganda de guerra ou “subversão” da ordem política e social, crimes contra a honra, incitamentos a práticas de crimes, dentre outros.

1970 e a ratificação da ALEPE ainda era considerada de suma importância para cancelar e legitimar tal pleito, tanto dentro quanto fora do país. Assim, no dia 1º de junho de 1970, através do Ato Complementar nº 84, de 1970, editado pelo presidente Emílio Médici, a ALEPE, embora desfalcada e de mãos atadas, foi reaberta ⁸⁶⁷.

Retomado os trabalhos no Legislativo Estadual, a classe política pernambucana começou a articular e trabalhar os candidatos para as próximas eleições, a saber:

- a) escolha indireta do governador do Estado no dia 3 de outubro;
- b) eleição direta para duas vagas no Senado Federal, renovação de toda a bancada na Câmara dos Deputados e na ALEPE.

Sob interferência direta do presidente Emílio Médici, a ARENA pernambucana indicou, em agosto de 1970 ⁸⁶⁸, o nome do ministro Eraldo Gueiros e do secretário estadual de Educação, Barreto Guimarães, como candidatos do partido ao pleito indireto do dia 3 de outubro.

Conforme definido pelo Diretório Nacional do MDB desde a instituição do AI-3, em fevereiro de 1966, o partido não participava de nenhuma eleição indireta no país a fim de não legitimar o ato tido como antidemocrático, uma vez que não respeitava o voto livre e soberano do povo. Dias antes da realização do pleito de 1970 ao governo do Estado, o MDB-PE emitiu uma nota pública de repúdio à eleição indireta, afirmando que não participaria da cerimônia.

[...] a eleição indireta não tem o mínimo de autenticidade, vez que são conduzidos àqueles cargos pessoas de confiança do Governo da Revolução, a maioria delas políticos já superados e esmagados pelas urnas [...]. Democracia é povo na rua. É povo votando, livremente, em eleições diretas. É o povo escolhendo seus governados. [...] Lutamos pela participação total do povo brasileiro no processo eleitoral. É por isso que o MDB, em Pernambuco, é a chama viva da democracia ⁸⁶⁹.

No dia 3 de outubro de 1970, por todo o país, realizaram-se eleições indiretas para os governos estaduais, em obediência ao artigo 189 da Emenda Constitucional nº 1, de 1969. À exceção dos deputados federais Chagas Freitas e Erasmo Martins, candidatos a governador e vice-governador da Guanabara pelo MDB ⁸⁷⁰, os demais nomes indicados pertenciam à ARENA e haviam sido escolhidos pelo presidente da República.

⁸⁶⁷ Carlos Vera eleito para Presidência da AL. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 5, 2 jun. 1970.

⁸⁶⁸ ARENA homologa Eraldo e Barreto Guimarães. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 3, 2 ago. 1970.

⁸⁶⁹ MDB não participará da eleição de Estado. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 5, 19 set. 1970.

⁸⁷⁰ Com a votação maciça dos parlamentares do MDB – dos 36 parlamentares que compunham o legislativo estadual da Guanabara 24 eram do MDB –, o partido oposicionista conseguiu eleger Chagas Freitas. Pela

Em Pernambuco, a sessão ocorreu à tarde do dia 3 de outubro e, conforme esperado, o MDB se recusou a votar em sinal de protesto contra o processo indireto de escolha, mas a ARENA, em bloco, elegeu Eraldo Gueiros e Barreto Guimarães, como governador e vice-governador, respectivamente ⁸⁷¹. Antes da pequena bancada do MDB (constituída por apenas 5 deputados) se retirar do Plenário da ALEPE, o então líder do partido na Casa, o jovem deputado Fernando Lyra ⁸⁷², leu uma contundente peça de repúdio ao processo de escolha indireta no país ⁸⁷³.

primeira vez desde a sua fundação, MDB elegia (embora num processo indireto) um candidato ao governo do Estado saído de seus quadros. Apesar de ter sido a primeira vitória do MDB a um governo do Estado é importante ressaltar que Chagas Freitas acabou no MDB mais por falta de espaço na ARENA do que por vocação oposicionista. Chagas Freitas não fez uma gestão (1971-1975) com viés oposicionista. Pelo contrário, estruturou uma máquina política clientelista baseada na prática do favor e na distribuição de cargos da administração local. De acordo com Eli Diniz, “[...] a ascensão da corrente chaguista no interior do extinto MDB transformaria o partido oposicionista carioca em uma organização inserida numa complexa estrutura clientelista, envolvendo as várias instâncias do poder local”. DINIZ, Eli. **Voto e máquina Política**: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, p. 213. A passividade do governador Chagas Freitas diante da ditadura, por exemplo, fez com o secretário-geral do MDB pernambucano, Jarbas Vasconcelos, apresentasse à Executiva Nacional um requerimento solicitando a expulsão do governador carioca. Cf. Jarbas quer expulsar Chagas Freitas do partido. **Correio de Manhã**, Rio de Janeiro, p. 6, 23 nov. 1973.

⁸⁷¹ Eraldo defende harmonia entre os Poderes. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 31, 4 out. 1970.

⁸⁷² **Fernando Lyra** nasceu no Recife, em outubro de 1938. Era filho de João Lyra – grande comerciante de Caruaru, no agreste pernambucano, que se tornou prefeito do município em 1959-1962 (PDS) e 1973-1977 (MDB), deputado federal em 1966-1971 (MDB) e deputado estadual em 1983-1986 (PMDB) e 1987-1990 (PDT). João Lyra era visto pela ditadura como “*elemento comprometido com a subversão*”. Vide perfil biográfico do deputado João Lyra produzido pela ditadura: Informe nº 319/15/ARE/83, 15 abr. 83. SNI Agência Recife. Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: ARE_ACE_4524_83. Fernando Lyra formou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de Caruaru em 1964. Iniciou sua carreira política em novembro de 1966, ao eleger-se deputado estadual, pelo MDB. No pleito de novembro de 1970, elegeu-se deputado federal, pelo MDB. Fez parte do chamado “grupo autêntico” do MDB, que defendia um posicionamento mais firme do partido no combate ao regime militar, em contraposição à postura conciliadora preconizada pelo “grupo moderado”. Foi reeleito deputado federal, em novembro de 1974 e em novembro de 1978, pelo MDB. Em abril de 1979 fez duras declarações à imprensa contra a criação de novos partidos políticos por considerar um fator de enfraquecimento da oposição. Defendeu a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte como o caminho mais adequado ao processo de redemocratização. Com o fim do bipartidarismo, em 1979, filiou-se ao PMDB. Nas eleições de novembro de 1982, reelegeu-se para a Câmara dos Deputados, passando a ocupar o cargo de primeiro-secretário da mesa diretora. Com a derrota da emenda “Dante de Oliveira” em abril de 1984, Fernando Lyra empenhou-se no lançamento da candidatura de Tancredo Neves à presidência da República pela via indireta, tornando-se um de seus principais articuladores. Com a morte de Tancredo e a posse de vice, José Sarney, em abril de 1985, Lyra tornou-se ministro da Justiça, permanecendo no cargo até fevereiro de 1986. Foi eleito para a Assembleia Nacional Constituinte, em novembro de 1986, pelo PMDB. Em 1987, rompeu com o PMDB e filiou-se ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), liderado pelo ex-governador fluminense Leonel Brizola. Nas eleições presidenciais de outubro de 1989, foi candidato a vice-presidente na chapa do PDT encabeçada por Leonel Brizola, que ficou em terceiro lugar. Em outubro de 1990, candidatou-se a novo mandato de deputado federal, mas obteve apenas uma suplência. Voltou à Câmara em dezembro de 1992, na vaga de Fernando Bezerra Coelho (PSB). Em outubro de 1994, foi reeleito deputado federal pela sétima vez. Há mais de 40 anos na vida pública, exerceu seu último mandato de deputado federal até 1998, quando optou por não disputar a eleição. Em 2003, assumiu a presidência da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ). Faleceu no Recife, em fevereiro de 2013. Adaptado de: ABREU, op. cit. (2001), p. 3237-3239. Informação nº 150/115/ARE/79, 30 mar. 1979. SNI, Agência Recife (Atualização das atividades de elementos atingidos pelos Atos Institucionais 1, 2 e 5). Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de

O governo Eraldo Gueiros (1971-1975) caracterizou-se pela intensificação da repressão aos opositores do regime, bem como pela realização de grandes obras de infraestrutura, frutos do auge do chamado “milagre econômico”. De acordo com Gaspari:

Vivia-se um ciclo de crescimento inédito na história nacional. Desde 1968 a economia mostrara-se não só revigorada, mas também reorientada. O ano de 1969 fechara sem deixar margem de dúvidas: 9,5% de crescimento do Produto Interno Bruto, 11% de expansão do setor industrial e inflação estabilizada pouco abaixo dos 20% anuais. [...] A indústria automobilística estava a pleno vapor, e a construção civil entrara em tal atividade que faltou cimento. Os números do primeiro semestre de 1970 indicavam que a prosperidade prosseguiria (fechou o ano com um crescimento de 10,4%). O Brasil tornara-se a décima economia do mundo, oitava do Ocidente, primeira do hemisfério sul ⁸⁷⁴.

O “milagre econômico” ocorreu na fase mais reacionária do regime militar. Não se admitiam críticas, nem as imparciais, que apontassem erros na política econômica. O autoritarismo permeava todos os níveis do governo, num momento em que este promovia ampla gama de investimentos no setor produtivo (com incentivos e subsídios para o setor privado), manipulava as principais fontes de crédito de curto e longo prazo, controlava preços e salários e administrava a taxa de câmbio.

O governo Gueiros ocorreu durante o ápice dos arbítrios do AI-5 e ao mesmo tempo do governo Médici (1969-1974), conhecido por ter conduzido o país com mão de ferro ⁸⁷⁵. Durante o governo Eraldo Gueiros, os órgãos de repressão foram estruturados em Pernambuco e foi montado um amplo e complexo sistema de informações e inteligência militares (o CIE, o CISA, o CENIMAR e as 2ª seções) no Estado ⁸⁷⁶. Por exemplo, o famigerado sistema DOI-CODI (Destacamento de Operações e Informações-Centro de Operações e Defesa Interna), que funcionava em cada uma das regiões militares do país,

Janeiro. Código de Referência: ARE_ACE_263_79, p. 2-16. **Prontuário Funcional n. 26117**. Acervo DOPS/APEJE. Fundo SSP n. 20162.

⁸⁷³ A íntegra do discurso de Fernando Lyra encontra-se em: Lira fixou posição do MDB no pleito indireto. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 31, 4 out. 1970.

⁸⁷⁴ GASPARI, op. cit. (2002b), p. 208.

⁸⁷⁵ Como escreveram Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein: “*O ‘milagre econômico’ ocorreu na fase mais reacionária do regime militar. Não se admitiam críticas, nem as imparciais, que apontassem erros na política econômica. O autoritarismo permeava todos os níveis do governo, num momento em que ele promovia ampla gama de investimentos no setor produtivo (com incentivos e subsídios para o setor privado), manipulava as principais fontes de crédito de curto e longo prazo, controlava preços e salários e administrava a taxa de câmbio. Aumentavam as distorções na economia, e a sociedade ficava mais injusta, em virtude de uma política econômica que fazia aumentar a concentração da riqueza*”. LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S., op. cit. (2014), p. 99.

⁸⁷⁶ Para uma maior compreensão sobre a engrenagem do aparato repressivo da ditadura, ver, entre outros: FICO, op. cit. (2001).

subordinado ao Comando Regional do Exército, foi instalado em Pernambuco no segundo semestre de 1971⁸⁷⁷. Esse temido espaço se comportava, na verdade, como uma central de “tortura científica”, com carceragem, equipamentos mais requintados do que os conhecidos DOPS e acompanhamento médico permanente para medir a resistência do preso e estabelecer intervalos nos momentos devidos, evitar mortes não programadas e acionar com mais facilidade os atendimentos de urgência (ou seja, a instalação da “medicina torturante”).

Entre 1970 e 1974, ocorreram no País os casos mais tenebrosos de tortura e morte de presos políticos, com a institucionalização do castigo físico, sistemático, nos quartéis do governo e, subsidiariamente, nos DOPS estaduais. Adotada a repressão, em todos os níveis, até a morte, como forma de sustentar a ditadura da ação de seus insurgentes, o palco dos mais horrendos espancamentos deslocou-se da Polícia Civil para os centros de informação e espionagem das três armas – Exército, Marinha e Aeronáutica – com predominância do primeiro⁸⁷⁸.

A repressão se estruturou pesadamente para fazer frente às organizações de esquerda que haviam ido à luta armada pós-AI-5. O período do governo Médici/Gueiros foi um dos mais duros para as organizações de esquerda – especialmente àquelas adeptas das guerrilhas. Esse foi o período com o maior índice de casos de assassinato, tortura e desaparecimento de militantes da esquerda, assim como de desbaratamento das organizações clandestinas.

A partir de então, num clima de verdadeiro “terror de Estado”, o regime lançou ofensiva fulminante sobre os grupos armados de oposição, que tinham imposto uma derrota desmoralizante aos militares que cederam no seqüestro do embaixador norte-americano, trocando o pela libertação de 15 prisioneiros políticos [em 1969]. Daí em diante concentrou seu fogo, em primeiro lugar, contra as organizações que agiam nas grandes capitais: ALN, MR-8, PCBR, Ala Vermelha, VPR, VAR-Palmares e muitas outras. Entre 1972 e 1974, combateu e exterminou uma base guerrilheira que o PCdoB mantinha em treinamento na região do Araguaia desde 1966. Entre 1975 e 1976 aniquilou 11 integrantes do Comitê Central do PCB e, em 16/12/1976, cercou uma casa onde se reunia a direção do PCdoB, matando três dirigentes e prendendo quase toda a direção daquele partido⁸⁷⁹.

Como se verá mais à frente, politicamente, o governo Gueiros enfrentou duras batalhas na ALEPE, perdendo rapidamente apoio da ARENA, por um lado, e sendo bombardeado pelos “combativos” do MDB, por outro. Inclusive sua renúncia foi cogitada, várias vezes, por

⁸⁷⁷ SILVA, Marcília Gama da. **Informação, repressão e memória**: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985). Recife: Editora UFPE, 2014, p. 104.

⁸⁷⁸ CAVALCANTI, op. cit. (2008b), p. 417-418.

⁸⁷⁹ BRASIL. **Direito à memória e à verdade**: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos / Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007, p. 27.

integrantes de seu próprio partido. Entretanto, nunca é demais repetir que Eraldo Gueiros havia sido o nome indicado pelo “sistema”, tinha prestígio e total anuência do então presidente Emílio Médici e gozava de bom trânsito com os generais, reflexo de anos como magistrado da Justiça Militar.

Isto é, apesar da atmosfera de pânico, do clima de repressão e de sua frágil base parlamentar, Eraldo Gueiros gozava de bons índices de aprovação junto à classe média pernambucana. E isto pode ser respondido, em grande parte, ao êxito econômico do período, que acarretou em relativo controle da inflação e em ganhos aquisitivos reais (mas momentâneos) à classe média⁸⁸⁰. O governo Eraldo Gueiros foi caracterizado pela construção de grandes obras em Pernambuco, a exemplo da estruturação do lançamento da pedra fundamental do Porto de Suape, da construção da represa de Tapacurá, da construção do Complexo Salgadinho, da Fundação de Saúde Amaury de Medeiros (FUSAM), para executar o plano estadual de Saúde, da construção de conjuntos habitacionais, da criação de penitenciárias agrícolas, entre outras ações. Nas palavras de Luís Domingues Nascimento:

Foi um período, pelo menos na primeira metade dos anos 1970, em que uma cidade como Recife assistiu emergirem em sua paisagem majestosos edifícios e complexas edificações com funções econômicas projetadas em linhas arquitetônicas modernas e se utilizando para a sua construção de quase todos os materiais modernos para edificação e equipamentos para o seu funcionamento. São dessa época, entre 1969 e 1975, as seguintes edificações: edifício-sede do Departamento de Estrada de Rodagem de Pernambuco (1971); Fórum Agamenon Magalhães, sede do Tribunal Regional do Trabalho – 6ª Região (1972); Palácio dos Desportos, edifício-sede da Federação Pernambucana de Futebol (1972); terminal açucareiro do IAA (1972); Terminal Rodoviário de Santa Rita (1972); edifício-sede da SUDENE (1974); edifício-sede da Regional Nordeste da Rede Ferroviária Federal S/A (1974), Faculdade de Administração da Fesp (1975); Edifício Ministro Eraldo Gueiros – CELPE (1975)⁸⁸¹.

O dia 15 de novembro de 1970 foi a data escolhida pelos militares para a realização das eleições proporcionais, em todo o país, ao Senado Federal, à Câmara Federal e às

⁸⁸⁰ “A verdade é que o ‘milagre’, embora gerando desigualdades de todo tipo, sociais e regionais, foi capaz de beneficiar de modo substantivo diversos setores modernos. Consideráveis estratos das classes médias urbanizadas, por exemplo, com acesso ao crédito farto e fácil, puderam adquirir, em massa, a casa própria e o primeiro automóvel. [...] Nem todos, certamente, apreciavam a ditadura e seus métodos truculentos, considerados ‘excessivos’, e muitos deles tomariam parte, em momentos seguintes, da onda oposicionista que varreria as metrópoles. Mas é provável que considerassem uma exigência alta demais arriscar suas posições num enfrentamento de vida ou morte com o regime, como queriam as esquerdas radicais”. REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 81-83.

⁸⁸¹ NASCIMENTO, op. cit. (2004), p. 397-398.

Assembleias Legislativas (vide Figura 16). Para o Senado Federal, 46 vagas estavam em disputa em todo o país, correspondendo à renovação de 2/3 da Casa senatorial.

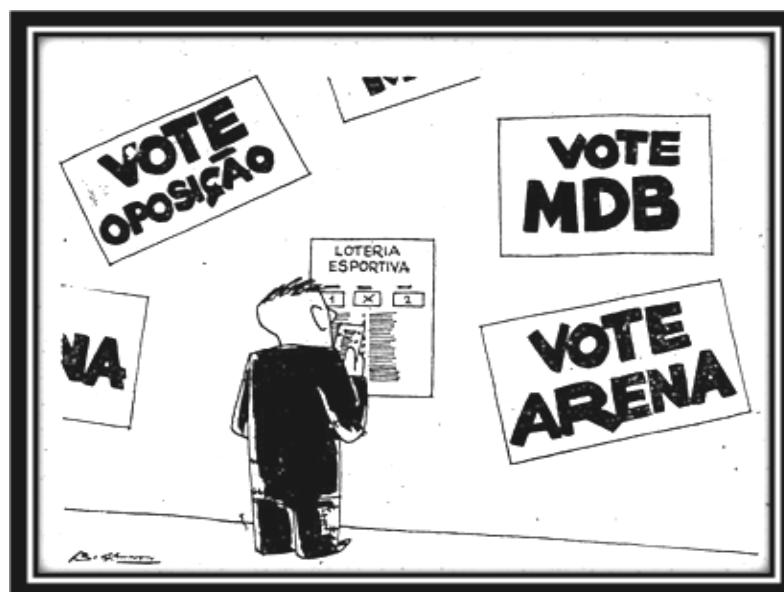


Figura 16 – Chargista anônimo, 1970.
Fonte: Memorial da Democracia

Como as eleições para os governos estaduais foram suspensas durante o regime autoritário, as eleições para o Senado passaram a ter um papel central no processo político brasileiro pós-64. As disputas senatoriais eram, em todos os Estados da Federação, as mais concorridas e disputadas e as que circulavam a maior soma de dinheiro.

Em 1970, no Estado de Pernambuco, duas vagas ao Senado – para um mandato de 8 anos – estavam em jogo. As duas vagas que ficariam em aberto no início de 1971 seriam dos senadores José Ermírio de Moraes – eleito, em outubro de 1962, pela chapa PT-PTB – e F. Pessoa de Queiroz – eleito, em outubro de 1962, pela chapa UDN-PR, que terminavam o mandato (vide Figuras 17 e 18) ⁸⁸². Quando da alteração do quadro partidário em 1965, ambos os senadores haviam se filiado ao MDB.

Em 1970, o MDB pernambucano concorreu a apenas uma vaga no Senado. Em primeiro lugar, porque o senador F. Pessoa de Queiroz não se interessou pela reeleição, voltando para a administração de sua empresa ⁸⁸³. E, em segundo lugar, por uma estratégia da

⁸⁸² O professor Pinto Ferreira era o suplente de José Ermírio de Moraes e professor Jordão Emerenciano o suplente de F. Pessoa de Queiroz.

⁸⁸³ F. Pessoa de Queiroz não tentará reeleição. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 3, 7 ago. 1970. 1930, a geração que se despede. **Cruzeiro**, n. 36, Rio de Janeiro, p. 104, 25 ago. 1970

Executiva da legenda, que compreendeu ser demasiadamente arriscado disputar duas vagas ao Senado no ano de 1970, período em que a agremiação encontrava-se desfalcada de seus grandes nomes devido à terceira onda de cassações feitas pela ditadura no pós-AI-5.



Figuras 17 e 18 – Folhetos de campanha do MDB às eleições de 1970.
Fonte: **Diário de Pernambuco**, 12 out. 1970.

Aliás, o MDB enfrentou também problemas na arregimentação de candidatos suficientes para completar a lista para a Câmara Federal. Em Pernambuco, por exemplo, o MDB não conseguiu lançar um número de candidatos igual ou superior ao número de vagas abertas à Câmara Federal no pleito de 1970. Foram homologados 14 candidatos emedebistas à Câmara quando existiam, na verdade, 15 vagas em aberto⁸⁸⁴. “O MDB pernambucano está encontrando dificuldades para arregimentar candidatos à Câmara Federal. Até o momento tem apenas as candidaturas Marcos Freire, Fernando Lira, Tales Ramalho e Miguel Mendonça”⁸⁸⁵.

No final dos anos 60, alguns nomes já se mostravam certos para disputar à Câmara Federal pelo MDB no pleito de 1970. Pelo lado da esquerda pernambucana, os escolhidos eram os deputados Egídio Ferreira Lima e Waldemar Borges Filho que haviam se destacado por suas atuações na ALEPE; pelo lado da cúpula emedebista, sob influência dos antigos líderes da “Frente do Recife”, os nomes já certos eram os daqueles que já detinham mandato federal: Oswaldo Lima Filho e os suplentes Andrade Lima Filho e Maurílio Ferreira Lima. No

⁸⁸⁴ Cf. Convencionais do MDB homologam candidatos. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 3, 9 ago. 1970.

⁸⁸⁵ Arena quer nomes, Campos é um. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 6, 10 jun. 1970.

entanto, o AI-5 e o terceiro ciclo de cassações acabaram modificando esse cenário. O MDB pernambucano, que já era reduzido, com essas cassações, ficou ainda mais frágil. A partir de então, essas duas facções do MDB partiram “[...] para a articulação de nomes capazes de substituir Egídio, Deminha, Andrade, Maurílio e Osvaldinho. O primeiro nome ventilado foi o do professor Marcos Freire, que, eleito (1968) renunciaria antes mesmo de tomar posse como prefeito de Olinda [...]”⁸⁸⁶.

O ano de 1970 representava, portanto, o ano de reestruturação do MDB. Este foi o ano em que o grupo dos “combativos” do MDB pernambucano começava a ganhar consistência. O MDB, apesar de ter sido criado artificialmente, acabava adquirindo forças para se tornar um “combativo” partido de oposição. O MDB, partido de “oposição consentida” em sua origem e marcado inicialmente pela atuação moderada, passou por forte transformação ao longo dos anos, o que o levou a redefinir muitas de suas características. Talvez, se possa qualificar melhor essa questão lembrando uma observação do ex-parlamentar Egídio Ferreira Lima:

Em 1970, já tinha uma oposição estruturada. O núcleo estava começando. [...] E orientávamos tudo [os parlamentares cassados e líderes da extinta Frente do Recife]. [...] havia reuniões frequentes, quase sempre no apartamento em que eu morava na Rosa e Silva. Lá se reuniam Jarbas, Armando Monteiro, Roberto Freire, Marcos Freire, Fernando Lyra, Cristina Tavares, Marcos Cunha e tantos outros⁸⁸⁷.

Além dessas questões, ainda havia no MDB pernambucano a dura lembrança da derrota sofrida na última disputa senatorial. Vale lembrar que no pleito de outubro de 1966, o candidato emedebista, Armando Monteiro Filho, perdeu a disputa por uma pequena diferença de votos ao prócer arenista, João Cleofas. O MDB responsabilizou a derrota à incipiente campanha do voto nulo, lançada por estudantes ligados à organização Ação Popular (AP)⁸⁸⁸.

A estratégia do MDB pernambucano ao Senado nas eleições de 1970 era, portanto, focar todas as energias em apenas um candidato – o senador e líder industrial José Ermírio de Moraes (e o presidente do MDB-PE, o professor Luiz Pinto Ferreira como suplente). Isto é, ao invés de a oposição dispersar força e recursos financeiros na campanha de dois candidatos, concentrar-se-iam todas as disponibilidades e todo o trabalho eleitoral em torno de um só nome. Fazendo jus à sua origem e histórico de líder industrial nacionalista, José Ermírio

⁸⁸⁶ CARVALHO, op. cit. (2009), p. 34.

⁸⁸⁷ LIMA, op. cit. (2007), p. 258.

⁸⁸⁸ Cf. Depoimento de João Bosco Tenório prestado à CEMVDHC em 15 de dezembro de 2015 na audiência pública sobre movimento estudantil.

lançou um programa de governo para o período 1971-1975 basicamente alicerçado em questões econômicas:

- 1) Defesa intransigente da SUDENE e do Nordeste;
- 2) Nacionalismo sadio;
- 3) Defesa da Indústria nacional e da industrialização dos produtos agrícolas e minerais;
- 4) Luta permanente contra a desnacionalização das empresas no Brasil;
- 5) Garantia de preços mínimos para os produtos de agricultura e pecuária;
- 6) Empréstimos a prazos longos e a juros módicos para a agricultura e pecuária;
- 7) Maior percentagem no orçamento da União para educação e saúde;
- 8) Aumento de salários acima do índice do custo de vida;
- 9) Transportes marítimos eficientes e baratos;
- 10) Refinaria de petróleo em Pernambuco;
- 11) Preço da energia elétrica;
- 12) Combate à inflação e suas causas;
- 13) Recursos cada vez maiores do Banco do Nordeste do Brasil S.A.⁸⁸⁹.

Aproveitando a lacuna deixada pelo MDB, o partido governista apresentou dois candidatos para concorrer às duas vagas no Senado⁸⁹⁰. Foram eles: o ex-governador Paulo Guerra e o novato Wilson Campos, líder comerciante na capital pernambucana⁸⁹¹. O ex-governador Paulo Guerra, apesar de ter saído da vida pública desde que deixou o cargo em 1967, voltou a disputar uma eleição em 1970, por insistência do então presidente nacional da ARENA, Rondon Pacheco. A ARENA contava com ele para ganhar a senatoria e “puxar” Wilson Campos, um líder de comerciantes do Recife, garantindo assim as duas vagas disponíveis para o Senado ao partido situacionista.

A ARENA pernambucana sabiamente apresentava ao Senado Federal dois candidatos com perfis diferentes para seduzir diferentes eleitores (vide Figuras 19 e 20). De um lado, propunha o nome de Paulo Guerra, que fora ex-deputado, ex-vice-governador, ex-governador, ou seja, um político experiente, antigo pessedista, com bom trânsito entre parlamentares e lastro eleitoral. De outro lado, lançava o nome de um desconhecido, o ex-militante da UDN, o

⁸⁸⁹ José Ermírio confirma candidatura ao Senado. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 5, 24 jul. 1970.

⁸⁹⁰ ARENA homologa candidaturas parlamentares. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 3, 19 ago. 1970.

⁸⁹¹ O engenheiro e ex-secretário de Viação e Obras Públicas dos governos Paulo Guerra e Nilo Coelho, Murilo Paraíso, era o suplente de Paulo Guerra. Já o deputado federal Augusto Novais (ARENA) era o suplente de Wilson Campos.

empresário Wilson Campos, proprietário de uma grande cadeia de lojas no Recife, para disputar sua primeira eleição ⁸⁹².



Figuras 19 e 20 – Folheto de campanha da ARENA às eleições de 1970.
Fonte: **Diário de Pernambuco**, 11 out. 1970.

A indicação de Wilson Campos foi uma exceção à regra – que, como se verá, se mostrou acertada – em torno da estratégia conduzida pela ARENA nacionalmente. Os candidatos da ARENA ao Senado eram, no geral, políticos profissionais socializados entre os anos 1930 e 1960, pertencentes aos principais partidos em atividade no período de 1945 a 1965, com vasto lastro político e eleitoral. Era a prática da velha política udenista e pessedista, tomada pelas raposas políticas, “mestres na malícia”, na “esperteza”, no “cochicho”, na acomodação e na conciliação.

Para diversos observadores políticos do período, a vitória do prócer Paulo Guerra era dada como certa. A disputa da segunda cadeira senatorial era a grande dúvida. Todos entendiam que ela seria arduamente disputada por Wilson Campos e José Ermírio, ambos bem apoiados pelos respectivos partidos e com chances consideradas em equilíbrio.

⁸⁹² Wilson Campos indicado para o Senado Federal. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 3, 12 jul. 1970.

Tabela XI – Eleições de 1970, Pernambuco		
Eleitorado	1.316.539	–
Abstenção	419.616	31,87%
Votantes	896.923	68,12%
Senado Federal (2/3 da representação)		
Votos na ARENA	909.873	50,71
Votos no MDB	101.368	20,15
Votos em branco	427.729	23,84%
Votos nulos	91.704	5,28%
Câmara dos Deputados		
Votos na ARENA	507.657	50,50%
Votos no MDB	163.519	18,23%
Votos em branco	157.313	17,54%
Votos nulos	68.434	7,63%
Assembleia Legislativa		
Votos na ARENA	531.685	59,27
Votos no MDB	171.307	19,10
Votos em branco	129.285	14,41
Votos nulos	64.646	7,21

Fonte: Adaptado de: BRASIL. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Dados Estatísticos:** Eleições Federais e Estaduais realizadas no Brasil em 1970. v. 9. Distrito Federal, DF: Departamento de Imprensa Nacional, 1973, p. 8-28.

No dia 15 de novembro de 1970 foram realizadas eleições proporcionais nos 22 Estados da Federação. Num pleito em que o favoritismo do partido governista era absoluto e a campanha do partido opositor fora conduzida sob todo tipo de pressão do regime, as urnas deram uma vitória acachapante à reacionária e fisiológica ARENA, refletindo a própria conjuntura da época, tomada por forte coação policial, anos dourados de “milagre econômico” e debilidade do MDB.

Para o Senado Federal, dos 46 assentos em disputa nacionalmente, a ARENA obteve 41 cadeiras e o MDB conquistou apenas 5 vagas ⁸⁹³. A ARENA aumentou, nas eleições de 1970, a sua representação no Senado Federal. Em 1966, o partido governista tinha 81,8% no Senado. Em 1970, saltou para 89,1%. Já o MDB caiu de 18,2%, em 1966, para 10,9%, em 1970 (vide Tabela XI).

Em Pernambuco foram eleitos os dois candidatos da ARENA ⁸⁹⁴. A ARENA somou 909.873 votos. O candidato Paulo Guerra teve 488.250 votos (27,21%) e Wilson Campos

⁸⁹³ Foram eleitos pelo MDB apenas os seguintes senadores: Benjamin Farah, Danton Jobim e Nelson Carneiro, pela Guanabara; Amaral Peixoto, pelo Rio de Janeiro; e Franco Montoro, por São Paulo.

⁸⁹⁴ A título de registro, nenhum dos dois senadores eleitos pela ARENA em 1970 terminou o respectivo mandato. Paulo Guerra faleceu no final do mandato, em julho de 1977, sendo substituído pelo seu suplente e amigo pessoal, o engenheiro Murilo Paraíso. Já o senador Wilson Campos não completou o mandato por ter sido

obteve 421.623 votos (23,50%). José Ermírio de Moraes só conseguiu a marca dos 361.540 votos (20,15%).

Embora José Ermírio tenha perdido a vaga ao Senado, acabou se saindo vitorioso no Recife, a “cidade cruel”, que manteve sua costumeira postura oposicionista. José Ermírio conquistou 124.370 votos no Recife, enquanto que Paulo Guerra obteve 113.465 votos e Wilson Campos apenas 85.380. Mais uma vez, o Recife fazia jus às suas tradições de rebeldia.

A força do MDB no Recife pode ser atribuída, grosso modo, a dois fatores: de um lado, ao apoio organizacional por parte dos remanescentes da extinta Frente do Recife e dos antigos comunistas que atuavam na clandestinidade e nos bastidores da agremiação; de outro, a certo padrão eleitoral em Pernambuco que tem origem desde o fim do Estado Novo. Desde a década de 40, o Recife, região mais industrializada e urbanizada do Estado, se comportava como reduto eleitoral da oposição. Fábio Wanderley Reis fez uma pertinente observação sobre esse padrão eleitoral que ocorria também em outras capitais do país:

O núcleo de inconformismo no panorama político brasileiro da atualidade está representado, sobretudo nos pólos dinâmicos e modernos da vida brasileira correspondentes às regiões urbanizadas, industrializadas e em expansão, nas quais se concentram grandes contingentes populacionais, enquanto os padrões que tradicionalmente caracterizavam a estrutura clientelista de nossa vida política seguem em operação nos Municípios do interior e nas regiões mais atrasadas, fazendo destas o reduto principal em que podem pretender eficácia os mecanismos propagandísticos e de controle à disposição do regime ⁸⁹⁵.

Contudo, como se sabe, os votos urbanos oposicionistas não foram suficientes para derrubar a imponente máquina arenista montada no interior do Estado de Pernambuco, eficaz “na utilização de incentivos materiais na conquista do apoio dos eleitores” ⁸⁹⁶, onde o governo procurava manter o *status quo* do patrimonialismo tradicional. Conforme resumiu Thomas Skidmore:

[...] o MDB não possuía organização em muitos municípios rurais. Em contraste, era forte a oposição nas áreas urbanas [...], o que sugeria que o voto emedebista poderia aumentar consideravelmente na medida em que o Brasil se transformasse em uma sociedade predominantemente urbana ⁸⁹⁷.

cassado em julho de 1975, com base no AI-5. De acordo com a regra vigente, o seu suplente, o deputado Augusto Novais, não pôde assumir, conforme definia o artigo 15 do AI-2.

⁸⁹⁵ REIS, Fábio Wanderley. Classe social e opção partidária: as eleições de 1976 em Juiz de Fora. In: _____ (Org.). **Os partidos e o regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro**. São Paulo: Ed. Símbolo, 1978, p. 217.

⁸⁹⁶ DINIZ, op. cit. (1982), p. 32.

⁸⁹⁷ SKIDMORE, op. cit. (1988), p. 231.

A abstenção no pleito de 1970 foi uma das mais altas vistas na história do país. Em todo o país, deixaram de comparecer às urnas 6.530.593 eleitores (22,54%). Além disso, o total de votos brancos e nulos chegou a 30%. Foram registrados 10.199.841 votos em branco (21,71%) e 2.821.306 votos nulos (6%)⁸⁹⁸.

O Estado de Pernambuco tinha, em 1970, 1.691.029 eleitores. Pernambuco teve no pleito de 1970 uma alta abstenção, chegando à marca de 419.616 eleitores (31,87%). Pela conjuntura política da época, as abstenções podem ser facilmente entendidas como uma forma sutil da população de não legitimarem o arremedo de democracia, isto é, as eleições patrocinadas pelos militares. “[...] muitos achavam que apoiar o MDB era prestar um serviço aos militares”⁸⁹⁹. Nas palavras de Maria Kinzo:

Embora a ARENA tivesse alcançado ampla maioria no Congresso, o governo não ignorava que esta vitória estava alicerçada em reduzido apoio eleitoral, dada a grande quantidade de votos nulos e em branco. [...] Embora evitassem reconhecer, isto certamente gerou preocupações do governo⁹⁰⁰.

Pernambuco também registrou 94.704 votos nulos (5,27%) e 427.729 votos em branco (23,84%). No que se refere aos votos nulos é preciso enfatizar que, nas eleições de 1970, a cédula única foi posta em prática pela primeira vez. Não foi possível aprofundar a pesquisa quanto a isso, mas é possível que a novidade dessa utilização no pleito tenha também contribuído para aumentar a quantidade de votos nulos resultantes da desinformação e da dificuldade de preencher a cédula.

A primeira coisa a ser dita em relação aos votos em brancos é que eles superaram a votação dos três candidatos pernambucanos ao Senado⁹⁰¹. Ou seja, nenhum dos três candidatos conseguiu bater o índice de votos em branco no pleito de 1970. A segunda coisa é que grande parcela de responsabilidade pelo alto índice de votos em branco é do próprio MDB que adotou, sem nenhum juízo de valor, uma linha extremamente moderada no imediato pós-AI-5. Na ótica dos emedebistas, “*As eleições de 1970 não seriam o momento adequado para desafiar a legitimidade dos militares*”⁹⁰². Com isso, o MDB não conseguiu

⁸⁹⁸ Em 1966, os votos brancos e nulos somaram 21%. Em 1970, esses mesmos votos somados eram da ordem de 27,71%.

⁸⁹⁹ MOTTA, op. cit. (2007), p. 286.

⁹⁰⁰ KINZO, op. cit. (1988), p. 137.

⁹⁰¹ Em Pernambuco, no pleito de 1966, os votos brancos e nulos somaram 15,5%. Em 1970, esses mesmos votos somados eram da ordem de 29,11%.

⁹⁰² SKIDMORE, op. cit. (1988), p. 229.

construir, em 1970, uma imagem de credibilidade que o distinguísse da ARENA, de modo a atrair os votos daqueles que não apoiavam o governo ou o regime ⁹⁰³.

A terceira coisa a ser dita sobre esses votos é a eficácia da campanha lançada pelos estudantes ligados à Ação Popular. A campanha do voto nulo e em branco começou nas eleições de 1966 e adquiriu crescente importância no pleito de 1970. Votar na ARENA ou no MDB – argumentavam os estudantes – era aceitar a “pantomima de vaudeville” das eleições de 1970 e legitimar o sistema político deturpado e manipulado pelo governo. Assim, a única ação realmente construtiva era depositar nas urnas o voto nulo ou em branco.

O MDB pernambucano tinha uma enorme dificuldade em eleger candidatos ao Senado, o mais alto cargo federal ainda preenchido por eleição direta. Em 1966, o MDB não conseguiu eleger seu candidato ao Senado (Armando Monteiro Filho), nem teve êxito em 1970 (com José Ermírio de Moraes) ⁹⁰⁴. Uma série de fatores levou à derrota de José Ermírio em 1970 – além, é claro, do acerto da campanha adversária de lançar dois candidatos com perfis diferentes, agradando, em grande parte, a gregos e troianos. Entre os principais fatores, podemos destacar: em primeiro lugar, o fato de que José Ermírio não pôde contar no pleito de 1970 com os votos articulados dos comunistas que foram decisivos para levá-lo ao Senado em 1962, quando Arraes concorrera ao governo do Estado. Como pontuou Paulo Cavalcanti:

Senti que José Ermírio se entusiasmou com o apoio do PC, valorizando-o. Só que também nós, àquela altura, não tínhamos condições de repetir o feito de 1962. [...] os comunistas haviam votado em José Ermírio, em face de se tratar de um ativo e corajoso capitão de indústria, de formação nacionalista. O PC, então, empregara toda a sua força, juntando à campanha de Arraes a do candidato a senador. Agora, em 1970, a situação era outra. O PC se achava desarticulado em Pernambuco. Dos elementos mais conhecidos, atuando como comunistas, no MDB, restávamos eu e Mano Teodósio [o líder estudantil Manuel Teodósio]. A massa dos companheiros, afora a direção, se diluía no grande eleitorado, à espera da nossa palavra de ordem ⁹⁰⁵.

Em segundo lugar, teve o fato de que, aos 70 anos de idade, José Ermírio de Moraes não teve condições de participar com afinco de sua campanha política. Durante a fase preparatória, o velho senador adoeceu gravemente, dificultando o seu deslocamento pelo

⁹⁰³ Nas palavras de Maria Kinzo: “*O fato de o MDB não ter dado mostras de autêntica oposição em 1970, além de sua cautelosa campanha eleitoral, contribuíram para o descrédito da imagem do partido junto ao eleitorado*”. KINZO, op. cit. (1988), p. 134.

⁹⁰⁴ No entanto, como se verá, começou a crescer política e eleitoralmente nos pleitos seguintes, elegendo o senador Marcos Freire em 1974 e somente perdendo a eleição ao Senado em 1978, em virtude da alteração do mecanismo legal, com a aplicação prática da sublegenda àquele pleito majoritário.

⁹⁰⁵ CAVALCANTI, op. cit. (2008d), p. 131-132.

interior do Estado, os famosos comícios e toda a agenda de propaganda política. “*Seu estado de saúde não oferecia infelizmente condições para uma campanha à altura das exigências do momento*”⁹⁰⁶. Sua participação nesse pleito se resumiu basicamente à doação financeira ao MDB. “*E eles tinham também um suporte muito grande, financeiramente, de dr. José Ermírio de Moraes*”⁹⁰⁷. Nem mesmo o seu garoto propaganda, Luiz Gonzaga, que percorreu com a sua voz e sanfona quase todos os municípios do Estado e fez praticamente sozinho a campanha de Ermírio⁹⁰⁸, conseguiu vencer a força da máquina arenista em Pernambuco.

Em terceiro lugar, houve o grande número de votos nulos e brancos. Naquelas condições, o voto em branco não significava um voto contrário em si aos nomes indicados. Conduzido sob forte campanha estudantil, os votos nulos e em brancos correspondiam, na verdade, um voto de protesto ao regime militar, representativo do “escolho nenhum deles”, e um desencanto ao sistema político-eleitoral de então. Esse pleito foi entendido por muitos como um plebiscito, no qual os eleitores votaram contra o governo e não a favor da oposição.

É de se imaginar, portanto, que não tivesse havido forte campanha pelos votos em branco no pleito de 1970, o candidato José Ermírio sairia vitorioso nas urnas, uma vez que grande parte dos sufrágios em brancos e nulos – 522.433 votos inapropriados, ou seja, um percentual de 29,12% dos votantes – certamente iria para o MDB, já que este se colocava como oposição ao governo. José Ermírio venceria o candidato arenista, Wilson Campos, por exemplo, caso apenas 3% dos votos em branco tivessem ido para as hastes emedebistas.

É importante ressaltar que a campanha do voto nulo/branco de 1970 foi fonte de grande controvérsia no campo da esquerda. Enquanto que alguns segmentos consideravam que a campanha tenha sido uma ação importante de contestação da ditadura “*Do ponto de vista de interferir na vida política institucional foi a grande vitória nossa. Porque a soma de votos da ARENA e do MDB não deram a soma dos votos nulos em 1970. [...] todo lugar que a gente tinha militante a gente botou panfleto e cara pra panfletagem. Todo lugar*”⁹⁰⁹, outros avaliaram que a campanha foi um equívoco estratégico da esquerda. Nas palavras de Jacob Gorender:

⁹⁰⁶ CAVALCANTI, op. cit. (2008d), p. 132.

⁹⁰⁷ OLIVEIRA, op. cit. (2007), p. 59.

⁹⁰⁸ Cf. DREYFUS, Dominique. **Vida do viajante**: a saga de Luiz Gonzaga. São Paulo: Editora 34, 1996, p. 237.

⁹⁰⁹ Cf. Depoimento de Carlos Eugênio Paz “Clemente”, ex-líder da Ação Libertadora Nacional (ALN). **Opera Mundi**, São Paulo, 28 mai. 2015. Disponível em: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/samuel/40519/Campanha+pelo+voto+nulo+em+1970+foi+a+grande+vitória+da+luta+armada+na+ditadura+diz+ex_guerrilheiro.shtml>. Acesso em: 15 jun. 2017.

Nas eleições de 1970, apuraram-se 30% de votos nulos ou em branco, total superior aos 21% de votos atribuídos ao partido oposicionista MDB. A esquerda armada interpretou o acontecimento como vitória dela e evidência do isolamento político-social da ditadura militar. Enquanto a esquerda revolucionária avaliava de maneira errônea o quadro político, os golpes inimigos dizimavam suas fileiras⁹¹⁰.

E, em quarto lugar, o senador José Ermírio, assim como o restante dos candidatos emedebistas, sofreu com o poder da máquina governista e os famosos votos de cabresto e “currais eleitorais” existentes no interior do Estado que despejavam votos às hastes arenistas.

A representação dos Estados na Câmara dos Deputados nas eleições de 1970 mudou consideravelmente por força do artigo 39, § 2, da Emenda Constitucional nº 1, de 1969. O artigo dispunha que a representação na Câmara seria proporcional ao número de eleitores em cada Estado e não mais ao número de habitantes. Em âmbito nacional, na Câmara dos Deputados, para a legislatura de fevereiro de 1971 a janeiro de 1975, havia 310 assentos em disputa. Com o novo texto, a bancada pernambucana em Brasília passava de 24 para apenas 15 parlamentares.

No pleito de 1970, em um ambiente de descrença quanto à possibilidade de se influenciarem os rumos do país pela via eleitoral, a ARENA conquistou outra contundente vitória, obtendo 223 cadeiras e o MDB ficando com apenas 87 assentos. “*O desempenho da ARENA foi favorecido pelas baixas que a oposição sofrera em decorrência das cassações que se seguiram ao AI-5, e também pelo apogeu da censura e da repressão política*”⁹¹¹.

O quadro político-eleitoral de Pernambuco em 1970 foi idêntico à maioria dos outros estados do país que deu importante vitória às hostes governistas nas bancadas federais e estaduais. Em Pernambuco, a situação do MDB não se modificou, em linhas gerais, dos pífios resultados obtidos no pleito de 1966. Das 15 vagas existentes à Câmara Federal (vide Tabela XII), a ARENA conseguiu eleger 12 deputados (80% da representação), obtendo 507.657 votos (56,60% dos votantes) e o MDB elegeu apenas 3 deputados federais⁹¹², ficando com os míseros 163.519 votos (18,23% dos votantes)⁹¹³. Mais uma vez, a força da máquina política rendia milhares de votos oriundos do interior do Estado e dava vitória à ditadura.

⁹¹⁰ GORENDER, op. cit. (1987), p. 195.

⁹¹¹ SCHMITT, op. cit. (2000), p. 45.

⁹¹² Sobre os eleitos pelo MDB à Câmara dos Deputados, o jornalista Ricardo Carvalho sentenciou: “*A Esquerda do MDB elegeu dois deputados federais: Marcos Freire (56.967 votos) e Fernando Lyra (38.352). E a Direita do partido apenas um: Thales Ramalho (26.088)*”. CARVALHO, op. cit. (2009), p. 35.

⁹¹³ Nesse pleito, o MDB havia ainda indicado 13 candidatos à Câmara Federal. Destes, 3 se elegeram (Marcos Freire, Fernando Lyra e Thales Ramalho). Não conseguiram se eleger os seguintes candidatos emedebistas: Marcus Cunha; Wanduhy de Souza Santana; Miguel Mendonça de Melo; Baiardo de Andrade Lima; Pedro

A oposição continuou tendo o predomínio eleitoral na capital do Estado e na zona litorânea, onde se encontra o parque industrial e, especialmente, a zona da agroindústria canavieira. À medida que vamos adentrando em termos geográficos [agreste], os resultados eleitorais oposicionistas dão lugar a vitórias da ARENA, até que chega ao Alto Sertão, quando a preeminência política do Governo é incontestável⁹¹⁴.

Tabela XII – Deputados federais eleitos por Pernambuco (1970)	
ARENA	
Deputados	Votos
Etelvino Lins	49.034
Augusto Lucena	42.744
Ricardo Fiúza	37.379
Luiz Gonzaga	37.265
Airon Rios	34.395
Aderbal Jurema	32.712
Marco Maciel	32.438
Antonio Geraldo Guedes	30.888
Carlos Alberto	30.345
Augusto Lins	27.896
Josias Leite	24.863
Joaquim Corrêa de Oliveira	22.523
MDB	
Deputados	Votos
Marcos Freire	56.967
Fernando Lyra	38.352
Thales Ramalho	26.088

Fonte: Tabela elaborada pelo autor. Adaptado de: BRASIL, op. cit. (1973).

O número de parlamentares nas Assembleias Legislativas (vide Tabela XIII) também foi diminuído por força do artigo 39, § 2, da Emenda Constitucional nº 1, de 1969. A ALEPE, por exemplo, baixou de 65 lugares para apenas 39.

Nas eleições de 15 de novembro de 1970, estavam em jogo 701 vagas para deputados estaduais em todo o país. Ao final, a ARENA conquistou 493 vagas, enquanto que o MDB obteve menos da metade, somando apenas 208 cadeiras. A ARENA teve 11.442.894 votos e o MDB 4.940.072 votos. Em termos proporcionais, o MDB só conseguiu vencer o partido dos militares no Estado da Guanabara.

Francisco Pereira; Waldemiro Clemente Ribeiro de Souza; Vidalvo de Oliveira; José Francisco Ferreira; Djalma Miranda; e Manuel Barbosa de Lima.

⁹¹⁴ REIS, op. cit. (1986), p. 139.

Conforme destacado, em Pernambuco, estavam em aberto apenas 39 vagas para o Legislativo Estadual. Com o resultado da disputa, os assentos na Casa Joaquim Nabuco ficaram distribuídos da seguinte forma: 30 cadeiras para a ARENA (77% da representação) e 9 para o MDB (23% da bancada). A ARENA obteve 531.685 votos e o MDB 171.307 votos.

Tabela XIII – Deputados estaduais eleitos por Pernambuco (1970)	
ARENA	
Nomes	Votos
Eriberto Gueiros	24.796
Antonio Airton Benjamin	20.418
Newton D’Emery Carneiro	15.701
Luiz Ferreira Lima	14.789
Oswaldo Rabêlo	14.723
Nivaldo Rodrigues	14.596
Ênio Pessoa Guerra	13.992
Felipe Coelho	13.964
Abelardo Ribeiro de Godoy	13.717
Aracy de Souza Nejaim	13.396
José Mendonça Bezerra	12.846
Antônio Heráclio do Rêgo	12.750
Ivo Queiroz Costa	12.333
Honório de Queiroz Rocha	12.167
José Antônio Liberato	11.573
Antônio Corrêa de Andrade Francisco	11.343
Edgard Lins Cavalcanti	11.086
João Guilherme de Pontes	10.971
José de Magalhães Melo	10.843
Vital Cavalcanti Novaes	10.804
Paulo Lucena de Mendonça	10.592
José Muniz Ramos	10.543
Audomar Ferraz	10.528
Argemiro Pereira de Menezes	10.492
Carlos Moura de Moraes Veras	10.490
José Lusmar da Silva Lócio	9.604
Edson Lustosa Cantarelli	9.457
Luiz José Marques da Silva	9.420
Francisco Leite Perazo	9.366
Severino José Cavalcanti Ferreira	9.254
MDB	
Nomes	Votos
Alcides Teixeira	38.271
Jarbas Vasconcelos	13.787
José Emidio Fernandes	9.572
Jacques Ferreira Lima	9.454

Mario Monteiro de Melo	8.349
Lívio Valença	8.138
Moacy André Gomes	6.910
Edgar Moury Fernandes	5.291
Manoel Gilberto Holanda Cavalcanti	4.971

Fonte: Tabela elaborada pelo autor. Adaptado de: BRASIL, op. cit. (1973).

O resultado das eleições de 1970 resultou em alguns fatos políticos importantes na trajetória dos dois partidos formados pela ditadura que não podemos deixar de mencionar:

1. A fúria do regime para cassar mandatos e cercear o poder Legislativo e a frustração de muitos emedebistas com o parco resultado obtido nas urnas em 1970 trouxe à tona a ideia de “autodissolução da legenda”. Para uma parcela significativa de líderes emedebistas, houve notório abuso de poder político e econômico nas eleições de 1966 e 1970 – o que, de fato, aconteceu⁹¹⁵. As altas somas de dinheiro gastas, a legislação casuística e punitiva, as coações e intimidações, os insucessos eleitorais em 1966, 1968 e 1970, a liberação de verbas para prefeitos da base aliada, entre outros, eram provas irrefutáveis da utilização por parte da ARENA da máquina pública como propaganda político-eleitoral⁹¹⁶. Para esses emedebistas, a autodissolução da legenda era a única forma de fazerem um protesto final contra os abusos de poder praticados pelo Executivo. Nas palavras de Thomas Skidmore:

O presidente tinha o poder, no AI-5, de se livrar de qualquer político que ele e seus assessores considerassem indesejável. Esta ameaça colocava a oposição constantemente sob a mira de uma arma. Não é de surpreender, portanto, que alguns dos membros do partido achassem que o MDB deveria retirar-se do cenário eleitoral. Tratava-se de uma farsa, afirmavam, e participar dela apenas conferia legitimidade ao regime militar⁹¹⁷.

Em Pernambuco, a tese da autodissolução da legenda já vinha ganhando adeptos desde o final de 1968. “[...] depois da derrota de 1970, o MDB achava que não tinha mais nada o que fazer”⁹¹⁸. Encampava essa tese os deputados Antonio Neves, Dorany Sampaio, Andrade

⁹¹⁵ Nas palavras de Maria Kinzo: “A máquina governamental desde o nível local até o federal, foi extensivamente utilizada para atrair votos para a ARENA”. KINZO, op. cit. (1988), p. 135.

⁹¹⁶ “O controle que o governo possuía sobre o processo eleitoral era algo incontestável, pois alcançava desde as regras da disputa eleitoral até a manipulação da máquina burocrática como meio de arregimentar apoio eleitoral para os candidatos do partido oficial”. TRINDADE, Adriana de Albuquerque. **O estilo político da bica d’água: o Chaguismo na Guanabara 1969-1974**. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2000, p. 13-14. (Coleção Texto CPDOC n. 37).

⁹¹⁷ SKIDMORE, op. cit. (1988), p. 227.

⁹¹⁸ Cf. Depoimento de FREIRE, Roberto. In: BARRETO, Túlio Velho; FILHO, Sérgio Montenegro; SCARPA, Paulo Sérgio. **A nova república: visões da redemocratização**. Recife: Ed. dos autores, 2006, p. 98.

Lima, Valdemar Borges, Liberato Costa Junior e Geraldo Pinho Alves ⁹¹⁹. Com a fragorosa derrota eleitoral sofrida pelo MDB no ano de 1970, a ideia da autodissolução ganhou ainda mais força dentro do MDB ⁹²⁰. A oposição “[...] acabara de sofrer uma derrota tão pesada nas últimas eleições parlamentares que muitos chegaram a duvidar de sua capacidade de sobreviver ao cerco fechado a ela imposto pelo regime [...]” ⁹²¹.

Percebe-se na Tabela XIV que o MDB sofreu uma importante baixa representativa nas eleições proporcionais de 1970 em relação ao seu pleito anterior. Tendo obtido 34,2% dos votos para o Senado, 28,4% para a Câmara Federal e 29,2% das Assembleias Legislativas nas eleições de 1966, o MDB sofreu nas três esferas um declínio acentuado. Em 1970, das 46 cadeiras disponíveis ao Senado, o MDB ficou com 5; das 310 disponíveis na Câmara Federal, ficou com 87; e das 701 vagas nas Assembleias Legislativas conquistou apenas 208.

Ano	Senado			Câmara Federal			Assembleias Estaduais		
	ARENA	MDB	Branco e nulos	ARENA	MDB	Branco e nulos	ARENA	MDB	Branco e nulos
1966	44,7	34,2	21,2	50,5	28,4	21,0	52,2	29,2	18,6
1970	43,7	28,6	27,7	48,4	21,3	30,3	51,0	22,0	26,8

Fonte: Tabela elaborada pelo autor.

A derrota eleitoral do MDB nesse pleito foi tamanha que o próprio presidente nacional do partido – senador-general Oscar Passos, do Acre – não conseguiu se reeleger, o que no mundo político é um fato inusitado e entendido como um sinal de desprestígio e perda de bases. Em fevereiro de 1971, Oscar Passos renunciou à presidência do MDB e o vice-presidente da legenda, Ulysses Guimarães, assumiu o comando do partido ⁹²². A secretaria-

⁹¹⁹ MDB pernambucano é pela extinção geral do partido. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 3, 10 mai. 1968.

⁹²⁰ “[...] a situação política da oposição era tão difícil que o seu destino preocupava até partidários do próprio governo. Para o governo, era crucial que o partido da oposição não se sentisse excessivamente limitado em sua capacidade de operar devido à repressão política. Tal eventualidade poderia levar a oposição legal à decisão de se dissolver como forma de protesto político. Isso retiraria do regime sua reivindicação principal quanto à legitimidade democrática: a existência de uma oposição legal em funcionamento”. REGO, op. cit. (2008), p. 131.

⁹²¹ CRUZ, Sebastião Velasco; MARTINS, Carlos Estevam. De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da abertura. In: SORJ, Bernardo; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (Orgs.). **Sociedade e política no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, p. 66.

⁹²² O enfático discurso de posse de Ulysses Guimarães à presidência do MDB, no dia 2 de fevereiro de 1971, pode ser lido na íntegra em: GUIMARÃES, Ulysses. Na liderança da oposição. In: GUTEMBERG, Luiz (Org.). **Ulysses Guimarães** – Ed. comemorativa ao centenário de nascimento. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016, p. 187-190.

geral do MDB ficou com o deputado “moderado” Thales Ramalho (MDB-PE)⁹²³, a liderança na Câmara dos Deputados com Pedrosa Horta (SP) e a do Senado com Nelson Carneiro (GB)⁹²⁴.

Uma reunião do MDB Nacional, com a participação de representantes de todos estados da federação, ocorrida no Recife, na ALEPE, entre os dias 2 e 4 de julho de 1971, num momento crítico da história do partido, quando esteve em voga a proposta de “autodissolução” da legenda como forma de protesto contra o regime militar, foi um verdadeiro “divisor de águas” na história do MDB, pois se definiu os contornos do que seria a agremiação dali em diante⁹²⁵. Pensado e estruturado majoritariamente pela ala esquerda do MDB, o intuito do evento, segundo Jarbas Vasconcelos, um dos organizadores, “*Era uma tentativa para a gente influenciar o partido*”⁹²⁶.

Intitulado de “II Seminário de Estudos e Debates da Realidade Brasileira” (vide Figura 21), esse encontro, sob a organização de Marcos Freire, definiria a orientação a ser seguida pelo MDB no Congresso Nacional e nas Assembleias Legislativas. Conforme definido por Pinto Ferreira ao abrir o Seminário: “*Aqui o partido delinear a sua linha de ação*”⁹²⁷.

Quatro perspectivas foram apresentadas no encontro:

⁹²³ **Thales Ramalho** nasceu na cidade da Paraíba, atual João Pessoa (PB), em julho de 1923. Mudou-se em 1940 para o Recife, onde se bacharelou em ciências jurídicas e sociais e obteve o grau de professor de língua e literatura portuguesas. Entrou para a política por via de gabinete: tornou-se secretário de governo no final do governo Cordeiro de Farias (PSD), em 1958. Em outubro de 1962, candidatou-se a deputado estadual pelo PSD, mas obteve apenas a primeira suplência. Em 1965, participou da organização e criação do MDB pernambucano. Em novembro de 1966, elegeu-se deputado federal pelo MDB. Em novembro de 1970, reelegeu-se deputado federal pela mesma legenda. Assumiu em 1971 a secretaria nacional do MDB. Dentro da cúpula do partido, buscou convencer a agremiação a ater a uma postura “moderada” e a se reorganizar através de um paciente trabalho de gabinete que permitisse a reestruturação das bases, com a criação de novos diretórios. Em novembro de 1974 foi eleito para o seu terceiro mandato na Câmara dos Deputados. Em novembro de 1978, elegeu-se mais uma vez deputado federal pelo MDB. Em maio de 1982, filiou-se ao PDS, de apoio ao governo. Nessa nova legenda, reelegeu-se deputado federal no pleito de novembro de 1982. Político moderado e grande articulador, Thales foi um dos responsáveis pelo processo de abertura política ao final da ditadura militar e um dos principais arranjadores da candidatura de Tancredo Neves à Presidência da República. Afastou-se da vida política em 1985. Faleceu no Recife, em agosto de 2004. Adaptado de: ABREU, op. cit. (2001), p. 4877-4879. Informação nº 150/115/ARE/79, 30 mar. 1979. SNI, Agência Recife (Atualização das atividades de elementos atingidos pelos Atos Institucionais 1, 2 e 5). Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: ARE_ ACE_263_79, p. 2-16. **Prontuário Funcional n. 26115 “A”**. Acervo DOPS/APEJE. Fundo SSP n. 20159.

⁹²⁴ A ditadura elaborou, em fevereiro de 1983, um juízo sintético sobre a biografia de Thales Ramalho. Se ele era alvo de crítica, de desconfiança e de reticência dentro do MDB, os militares, por outro lado, o viam como pertencente ao “grupo dos autênticos” e, por isso, merecedor de ter a vida política devassada pela comunidade de informações da ditadura. Juízo Sintético nº 16/15/ARE/83, 9 fev. 1983. Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: ARE_ ACE_4185_83.

⁹²⁵ MDB instala hoje na AL II Seminário de Estudos. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 5, 2 jul. 1971.

⁹²⁶ Cf. Depoimento de VASCONCELOS, op. cit. (2006), p. 53.

⁹²⁷ Pinto Ferreira solicita união. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 5, 3 jul. 1971.

- a) autodissolução da agremiação;
- b) não participação do pleito municipal de 1972;
- c) não participação nas eleições de 1974;
- d) a transação com o regime, o chamado “adesismo”, liderado pelo deputado Adolfo de Oliveira (RJ), que preconizava a luta pelo retorno à vigência da Carta de 1967 ⁹²⁸

Ao final do Seminário, após muitos embates e divergências, a Executiva do MDB divulgou um panfleto intitulado “Carta do Recife” com as conclusões do Seminário ⁹²⁹. Na Carta, nenhuma das teses iniciais do Seminário saiu vencedora.

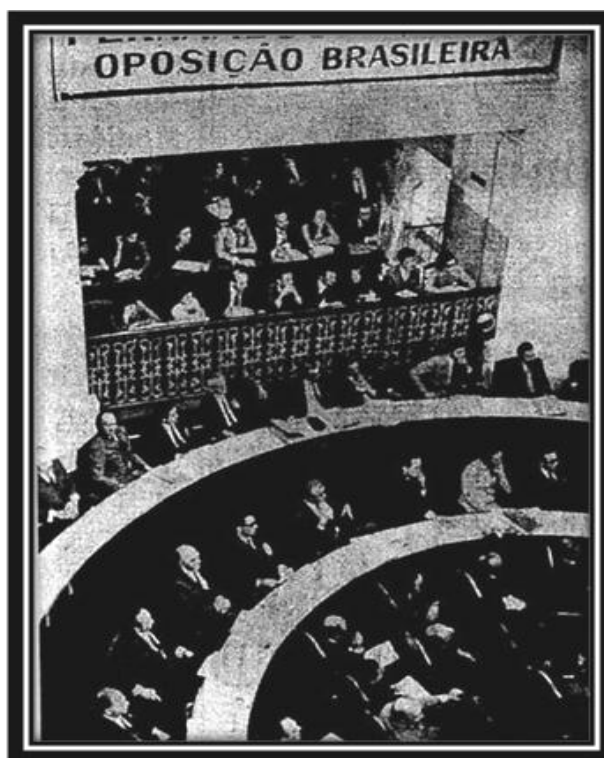


Figura 21 – II Seminário de Estudos e Debates da Realidade Brasileira, julho de 1971, ALEPE-Recife.
Fonte: **Jornal do Brasil**, 5 jul. 1971.

Durante aquele processo, alguns emedebistas passaram a se perguntar “*se valia a pena jogar ou não politicamente*”. E esse questionamento, segundo Maria Gordilho, fez com que o MDB quase entregasse “*o jogo de bandeja aos militares*”. Por outro lado, havia um grupo que enxergava alternativas para o partido dentro da ordem autoritária, por meio do Judiciário e das brechas presentes na própria legislação autoritária. Estes últimos foram os políticos que,

⁹²⁸ MDB defenderá auto-dissolução do partido. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 3. 16 jun. 1971.

⁹²⁹ MDB está dividido e divulga hoje a “Carta do Recife”. **Diário de Pernambuco**, Recife, 4 jul. 1971.

posteriormente, formaram o grupo dos “autênticos”, aqueles que perceberam “[...] *que era possível usar o autoritarismo a favor ou contra si próprio, a depender do entendimento de cada magistrado ou de cada jurista, o que não legitima sua existência*”⁹³⁰.

A nosso ver, apesar das grandes adversidades do período, o MDB optou, também, por continuou a disputar o jogo eleitoral porque tinha consciência que a sua legenda era o único refúgio partidário-legal para qualquer adversário do regime militar. Com o exercício do poder autoritário, a ditadura criava uma centena de arque-inimigos, os quais, quaisquer que fossem as suas divergências, tinham em comum a necessidade de um “partido guarda-chuva” através do qual continuassem a fazer oposição legal. Nesse sentido, permitindo o funcionamento de um partido oficial da oposição, os militares acabavam criando, na verdade, um processo de recrutamento ideal para o MDB. E disso, como se verá, o MDB-PE soube tirar proveito.

Numa época em que “[...] *o simples mencionar da palavra ‘Constituinte’ implicava uma certa dose de inconseqüência política*”⁹³¹, o documento final do encontro recifense foi ousado e, através da pressão da ala esquerda do MDB e do empenho pessoal do jovem Jarbas Vasconcelos, acabou levantando a bandeira de defesa de uma Assembleia Nacional Constituinte e do nacionalismo como a filosofia do partido⁹³². A Constituinte, segundo Roberto Freire, era uma tese que se aproximava das ideias defendidas pelo PCB⁹³³:

A Constituinte era uma tese muito próxima ao PCB, que num congresso clandestino tinha definido que essa deveria ser uma bandeira de luta da frente democrática. A Carta do Recife foi uma reação à ideia da autodissolução⁹³⁴.

É importante deixar claro a importância do significado simbólico da defesa dessa tese, pois essa era a primeira vez em sua história que o MDB tocava em tal temática. Nas palavras de Jarbas Vasconcelos:

E, então, nós resolvemos, em uma reunião no Grande Hotel, que iríamos apresentar uma tese em defesa da convocação da Constituinte. Por que a Constituinte? Porque nós achávamos que o país não tinha uma

⁹³⁰ GORDILHO, op. cit. (2015), p. 136.

⁹³¹ MICHILLES, Carlos et al. **Cidadão constituinte**: a saga das emendas populares. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 19.

⁹³² MDB encerrará hoje Seminário de debates. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 12, 4 jul. 1971.

⁹³³ Uma informação do SNI, de junho de 1971, já pontuava que Jarbas Vasconcelos, Fernando Lyra e Marcos Freire eram “comunistas-marxistas declarados”. Informação nº 124/DSS/ARE/SNI. SNI. Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: BR_AN_RIO_TT_0_MCP_PRO_0200.

⁹³⁴ Cf. Depoimento de FREIRE, op. cit. (2006), p. 96.

Constituição... O país tinha uma Carta outorgada, não uma Constituição. E o princípio de tudo seria uma Constituinte. Aí, ficou uma dúvida sobre quem faria a proposição, e Chico Pinto, deputado baiano, achava que deveria ser eu, porque eu era o único deputado estadual do grupo e a reunião estava sendo realizada em Pernambuco. Isso causou um pouco de drama, alguns queriam fazer... Mas fui eu ⁹³⁵.

Sobre a colocação desses temas no documento final do encontro, Fernando Lyra, um dos pernambucanos integrantes do grupo dos “autênticos”, também comentou:

Depois de todas as discussões, resoluções e muita luta interna, surgiu a tese da convocação da Assembleia Nacional Constituinte, que naquela oportunidade era algo maldito, absolutamente impossível de constar de algum documento. Mas, nós, “autênticos”, propusemos sua convocação. Naquela época, Jarbas Vasconcelos ainda era deputado estadual. Coube a ele apresentar a tese. E, de certa forma, nós constituímos o grupo dos “autênticos”, aqui, em Pernambuco ⁹³⁶.

O jornalista Ricardo Carvalho, que cobriu o evento, assim explicou a colocação da tese da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte no relatório final do Seminário:

Depois de muita briga e pressão, Jarbas Vasconcelos viu ser incorporada, na “Carta do Recife”, a ideia da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, em 1974. A pressão, no entanto, foi tamanha que o representante de Alagoas, Luiz Mendes de Barros (é ele mesmo – aquele marajá da campanha de Collor de Melo, em 1989), exibindo ostensivamente uma pequena metralhadora, garantiu a mim e ao companheiro Mano Teodósio que podia “[acabar] com o seminário se a tese de Jarbas não [fosse] aprovada”. “Esta aqui também sabe falar”, dizia ele batendo no cabo da metralhadora. Eu, que conhecia “Lula” Mendes [...] sabia do que ele era capaz. Somente no domingo, depois de muita quebra de braço, o Comando do MDB aceitou incorporar a sugestão de Jarbas, que o doutor Tancredo Neves era “um pano vermelho jogado na cara dos militares” ⁹³⁷.

Segundo o ex-deputado federal Alencar Furtado (MDB-PR), um dos fundadores e ícones do que se convencionou chamar depois de “grupo autêntico do MDB”:

[...] nosso primeiro ato maior foi em 71, quando promovemos um congresso do partido no Recife. Lá, pregamos, pela primeira vez na ditadura, a Constituinte e a Anistia. A cúpula do MDB sentiu-se afrontada. Nós queríamos mobilizar a opinião pública para vulnerabilizar a ditadura, já então. Porque, se tivéssemos vingado a Constituinte, haveria uma natural mobilização popular. [...] Foi o primeiro ato de rebeldia dos autênticos. [...] Aquilo ali foi um marco. Até porque foi o ponto de partida. A partir dali a

⁹³⁵ Cf. Depoimento de VASCONCELOS, op. cit. (2006), p. 53.

⁹³⁶ Cf. Depoimento de LYRA, Fernando. In: BARRETO, Túlio Velho; FILHO, Sérgio Montenegro; SCARPA, Paulo Sérgio. **A nova república**: visões da redemocratização. Recife: Ed. dos autores, 2006, p. 40.

⁹³⁷ CARVALHO, op. cit. (2009), p. 42.

turma caminhou em busca da Constituinte, da Anistia, das eleições das capitais... [...] A partir dali o grupo caminhou com passos firmes, com metas definidas [...] ⁹³⁸.

Da fala de Alencar Furtado é preciso relativizar uma questão: o Seminário, em Recife, não foi a primeira oportunidade em que se defendeu a anistia aos perseguidos políticos durante a ditadura militar. Conforme pontuou Carla Rodeghero, a menção à anistia já tinha vindo a público nos primeiros dias após o golpe de 64. Diante da onda repressiva que se seguiu ao AI-1, algumas vozes, no Congresso e na imprensa, manifestaram-se pela revisão dos processos e pela anistia. Vários Projetos de Lei, oriundos do próprio MDB, foram apresentados ao Congresso, por exemplo, antes do surgimento do grupo “combativo” do MDB. Obviamente, todas as propostas de anistias desse período foram rejeitadas na Câmara ou arquivadas pela Mesa Diretora da Casa ⁹³⁹.

Apesar de seu ineditismo e importância, o documento final do “II Seminário de Estudos e Debates da Realidade Brasileira” acabou saindo mais brando do que gostariam alguns emedebistas – taxados, à época, de “radicais” ⁹⁴⁰. Nas palavras do deputado autêntico Paes de Andrade (MDB-CE):

A área acomodada no Movimento Democrático Brasileiro procurou impedir a concentração, porque sabia que a decisão do grupo autêntico era a de propor a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte como uma fórmula democrática para a solução do impasse institucional e o fim da ditadura militar ⁹⁴¹.

Segundo Alencar Furtado, ao final do encontro, acabou prevalecendo a orientação moderada da Executiva Nacional do MDB, que barrou a publicação de um documento mais duro contra a ditadura:

Foi um manifesto que, inclusive, foi deformado, porque a Cúpula substituiu por um outro de interesse dela. [...] A cúpula do MDB era complacente com a ditadura. Eu não chego a dizer conivente, porque é uma expressão muito forte. Mas era complacente. E se sustentava também por isso. Ninguém da

⁹³⁸ Cf. Depoimento de Alencar Furtado, op. cit.

⁹³⁹ RODEGHERO, Carla Simone. A Anistia de 1979 e seus significados, ontem e hoje. In: FILHO REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 175-176.

⁹⁴⁰ Constituinte divide o MDB reunido no Recife. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 3, 5 jul. 1971.

⁹⁴¹ ANDRADE, Paes de. Marcos Freire e o sonho de uma constituinte em 71. **Jornal da Constituinte**, n. 16, Brasília, Centro Gráfico do Senado Federal, 14 set. 1987, p. 2.

cúpula do MDB foi cassado. Ninguém da cúpula do MDB sofreu perseguição⁹⁴².

De todo modo, a postura de resistência e de reação de uma parcela do MDB, no Recife, durante o “II Seminário de Estudos e Debates da Realidade Brasileira”, à truculência da ditadura era um verdadeiro avanço no sistema político-eleitoral do período⁹⁴³. Pela primeira vez desde a instauração da ditadura militar no Brasil, um partido político legal defendia, formalmente, a convocação de uma Assembleia Constituinte livre, soberana e democrática. Além disso, a Carta defendia a Anistia e a reforma agrária; repudiava a limitação do instituto do habeas corpus, as eleições indiretas, as nomeações de interventores, a sublegenda, o Decreto-Lei nº 477/69; e requeria a prescrição das penas de morte, de prisão perpétua e de banimento⁹⁴⁴.

Pelo seu teor aguerrido e vanguardista, a “Carta do Recife” gerou fortes críticas dos setores conservadores da sociedade, especialmente da grande imprensa. Aqui, citamos dois exemplos apenas que são sempre lembrados pelos antigos emedebistas pernambucanos. O primeiro foi um contundente editorial do *Jornal do Brasil* e outro foi um extenso artigo político do cronista e jornalista, Austregésilo de Athayde, ao *Diário de Pernambuco*.

No dia 6 de julho, exercendo seu papel conservador de aliado dos militares, o *Jornal do Brasil* fez um extenso editorial intitulado “Carta sem destinatário”, pelo qual procurou tecer uma forte crítica ao II Seminário de Estudos e Debates da Realidade Brasileira” e ao seu documento final. O jornal criticou a ideia de realização do seminário, deu destaque às brigas internas do MDB, e defendeu que o documento final do evento foi inconsistente e sem objetivo prático. Segundo o jornal: “A *Carta do Recife* não passa, por isso mesmo, de um rasgo de imaturidade com o sopro de um radicalismo fátuo, mas perigoso. O MDB não saiu fortalecido do seu II Seminário. Mas a Revolução, sim, esta avivou o seu traço reformador”⁹⁴⁵. O emedebista Jarbas Vasconcelos assim resumiu o editorial do *Jornal do Brasil*: “Era muito forte em cima da gente, uma entrega aos militares. Diziam que a gente era incoseqüente, radical, intolerante, que a gente queria levar o regime militar ao canto da

⁹⁴² Cf. Depoimento de Alencar Furtado, op. cit.

⁹⁴³ O evento foi monitorado de perto pelas forças da repressão. Cf. Informação nº 1961-S/102-P-CIE. CIE. Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: AC_ ACE_38254_71. Neste documento da ditadura vê-se a lista com o nome de todos os participantes do evento. Isso mostra claramente a presença de um agente infiltrado da ditadura no referido evento.

⁹⁴⁴ Deputado aponta injustiça na “Carta do Recife”. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 11, 6 jul. 1971.

⁹⁴⁵ Carta sem destinatário. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 6, 6 jul. 1971.

parede”⁹⁴⁶. Outra dura crítica à “Carta do Recife” foi originada pelo escritor Austregésilo de Athayde (integrante da Academia Brasileira de Letras), quando escrevera um artigo ao *Diário de Pernambuco*, em tom elogioso ao regime militar e ácido ao MDB, fazendo pouco caso da importância da “Carta do Recife” sobre aquele momento político brasileiro.

A nosso ver, o documento teve uma importância mais simbólica do que real dentro do MDB. Pois, de fato, não significou uma mudança abrupta de reposicionamento do partido, mas inaugurou uma postura diferente de atuação. Se o documento não teve condições de ter sido colocado em prática naquele momento – certamente porque as condições políticas da época eram de puro endurecimento do regime militar e cerceamento de quaisquer liberdades – ao menos teve a grandeza de ter reposicionado o partido de oposição legal à ditadura e germinado o aguerrido grupo dos “autênticos”. As incontestes palavras de Austregésilo de Athayde foram as seguintes:

Li as teses defendidas pelo MDB em sua reunião no Recife e através dos debates verifiquei o irrealismo de algumas das figuras desse partido. Pedem uma Constituinte [...], mas não vejo como o MDB esteja corretamente interpretando os ideais do povo brasileiro, numa hora em que na verdade o governo revolucionário se projeta a realizações que nenhum ousou na mesma escala. A chamada ‘Carta do Recife’ nada acrescentou às aspirações ao povo brasileiro no sentido da estabilidade, da ação construtiva e da conquista da grandeza nacional⁹⁴⁷.

Líderes nacionais do MDB, como Chico Pinto (BA), Lysâneas Maciel (GB) e Alencar Furtado (PR), tentando romper com a paralisia do medo e do isolamento, afugentaram do interior do partido o discurso da autodissolução e encamparam a tese da resistência e do enfrentamento às forças do governo. “*Naquele instante, era necessário que se tomasse uma posição. Era preciso. Era imperioso*”⁹⁴⁸. Em Pernambuco, juntaram-se a essa corrente progressista do MDB, entre outros, os seguintes políticos: o jovem deputado estadual Jarbas Vasconcelos; os recém-deputados federais Marcos Freire e Fernando Lyra; o jovem Marcus Cunha, primeiro suplente de deputado federal; o presidente regional do MDB, Pinto Ferreira; e o deputado federal cassado Oswaldo Lima Filho.

É do conhecimento de todos que Pernambuco foi o Estado mais atingido pelas punições. Praticamente, no surto de 1964 e na recaída de 68, foram erradicadas todas as lideranças de oposição, inclusive, o que é mais grave, do setor sindical e movimentos populares. Mas, graças ao passado histórico e ao

⁹⁴⁶ Cf. Depoimento de VASCONCELOS, op. cit. (2006), p. 54.

⁹⁴⁷ Cf. ATHAYDE, Austregésilo de. Realismo e idealismo. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 4, 8 jul. 1971.

⁹⁴⁸ Cf. Depoimento de Alencar Furtado, op. cit.

irredentismo de Pernambuco, novos quadros se formaram. Das cinzas, e no curto período de um decênio, emergiram líderes como Jarbas Vasconcelos, Fernando Lyra, Fernando Coelho, Marcos Freire, Armando Monteiro Filho, Marcus Cunha, Cristina Tavares, Roberto Freire e Sérgio Longman, dentre outros⁹⁴⁹.

Nas trincheiras da oposição surgia então um grupo jovem e audacioso de deputados disposto a levantar novamente a chama da oposição. Inspirados na máxima napoleônica “*Tout est perdu. J’attaque*”, esses deputados começavam a pressionar o moderado Ulysses Guimarães, presidente do MDB, para endurecer com os militares, propondo à legenda uma atuação efetivamente oposicionista. Como pontuou Pedro Simon:

[Ulysses] era do grupo moderado, eu dos mais autênticos. Os moderados eram Tancredo Neves, Thales Ramalho, Amaral Peixoto [...] os autênticos desde logo achavam que tinham que fazer uma grande campanha pela Constituinte [...] falavam em anistia, que o Brizola e outros tinham que voltar, em presos políticos, em tortura, o que era visto como subversão. [...] Com o tempo, o Ulysses foi se identificando com a linha dos autênticos: **ele evoluiu no sentido em que a sociedade evoluiu**⁹⁵⁰.

Era uma geração “propriamente” emedebista – sem vinculação aos partidos do antigo regime – que buscava redirecionar a atuação pública do partido e que terminou por gerar uma identidade própria do MDB, colaborando para o seu êxito eleitoral no ano de 1974. Para Egídio Ferreira Lima, nesse momento já surgia a semente do que viria a se denominar grupo dos “autênticos”. Em suas palavras, esse grupo surgiu:

[...] em 1970, quando Fernando Lyra se elegeu deputado federal, e Jarbas, deputado estadual. No âmbito nacional, Ulysses Guimarães tecia o consenso. Ele percebia que o caminho certo era o grupo dos “autênticos”. Então nos liberou: Alencar Furtado (PR), Jarbas, Marcos Freire. Nós confiávamos em Ulysses⁹⁵¹.

Esse grupo de políticos iniciou um processo de convencimento sobre a Executiva do partido em relação à necessidade de se buscar uma atuação oposicionista mais forte, racional, persistente, capaz de gerar lideranças conscientes e consistentes, providas de representatividade, indispensável à própria sobrevivência do partido. Segundo Moura Guimarães, viúva de Ulysses Guimarães:

⁹⁴⁹ LIMA, op. cit. (1982), p. 115-116.

⁹⁵⁰ SIMON, Pedro. **A reconstrução da democracia**. Brasília: Senado Federal, 2006, p. 8, grifo nosso.

⁹⁵¹ Cf. Depoimento de LIMA, Egídio Ferreira. In: BARRETO, Túlio Velho; FILHO, Sérgio Montenegro; SCARPA, Paulo Sérgio (Orgs.). **A nova república: visões da redemocratização**. Recife: Ed. dos autores, 2006, p. 32.

A primeira vez em que se falou em Constituinte como bandeira de oposição à ditadura foi durante a criação do grupo dos “autênticos” do MDB, em 1971, em Recife. O grupo recém-criado divulgou um documento chamado de “Carta de Recife”, defendendo a convocação imediata de uma Assembleia Nacional Constituinte, livre e soberana. Tancredo Neves, que liderava a chamada corrente dos moderados, reagiu: “Falar em Constituinte nesta hora é o mesmo que jogar um pano vermelho na cara dos militares”. Meu marido fechou com os autênticos⁹⁵².

A partir desse momento, o MDB passou a ser dividido, grosso modo, em dois grupos: “combativos” e “moderados”, denominações que correspondiam, em certa medida, ao estilo de atuação dos políticos do partido. O seminário de Recife foi, portanto, o nascedouro do que passou a ser denominado pela imprensa e nos círculos políticos de “grupo autêntico” do MDB.

[...] embora severamente desfalcado pelos sucessivos expurgos, quase esmagado pelas restrições impostas pela censura e todo o peso da máquina publicitária do governo, o MDB sobreviveu às propostas de auto dissolução que intermitentemente brotavam em seu solo e, sob a impulsão de seus setores mais avançados, pouco a pouco foi definindo uma fisionomia própria e ganhando alguma credibilidade⁹⁵³.

2. Apesar das dificuldades, da repressão política e da censura, o MDB pernambucano conseguiu eleger no pleito proporcional de 1970 figuras que se consagraram local e nacionalmente. Personagens que formaram, em Recife, conforme comentado, o embrião do “grupo combativo do MDB”, segmento que procurou levar o partido à ofensiva, para uma oposição real. Nas palavras de Egídio Ferreira Lima:

O MDB passou ser ouvido, inclusive, internacionalmente. Porque, em 1970, nós elegemos Fernando Lyra deputado federal, e Fernando era muito habilidoso, muito vivo; elegemos deputado estadual Jarbas Vasconcelos, foi o mais votado, Roberto Freire, deputado estadual também. Esse grupo começou a crescer⁹⁵⁴.

Na ALEPE, dos 9 parlamentares eleitos pelo MDB (dos quais 7 em primeiro mandato⁹⁵⁵) destacava-se o jovem advogado Jarbas Vasconcelos, que, em seu primeiro mandato,

⁹⁵² A História de Mora, capítulo 14: ‘Estou cercado, eu ataco’. **O Globo**, 14 jan. 2012. <http://oglobo.globo.com/brasil/a-historia-de-mora-capitulo-14-estou-cercado-eu-ataco-3671356>

⁹⁵³ CRUZ; MARTINS; ALMEIDA, op. cit. (2008), p. 59-60.

⁹⁵⁴ LIMA, op. cit. (2007), p. 258.

⁹⁵⁵ 6 deputados eram, de fato, em primeiro mandato. O sétimo era (Edgar Moury Fernandes), filho do deputado federal cassado, Edson Moury Fernandes (ARENA), estava em seu primeiro mandato no MDB, mas já vinha de vários mandatos eletivos, inclusive pela ARENA. Edgar abandonou o partido governista após a cassação de seu pai. Segundo o jornalista Ricardo Carvalho: “*Mas antes da troca ele comunicou sua decisão ao ex-governador*

conquistara a secretaria-geral da legenda pernambucana e se tornaria, em poucos anos, um dos principais nomes da agremiação. Segundo o próprio Jarbas Vasconcelos:

Então, fui eleito deputado estadual em 1970. Eram 39 deputados, 30 da Arena e nove do MDB. Pautei toda a minha conduta em cima da questão da redemocratização, em defesa dos Direitos Humanos, da liberdade de imprensa, da livre manifestação, as denúncias de torturas, de maus tratos, de perseguição, coisas assim, se concentravam muito em cima de mim. Não que os outros não fizessem, mas não era o estilo de todos. Por exemplo, Manoel Gilberto concentrava sua crítica ao governo estadual, mas não especificamente na área dos Direitos Humanos. Estabeleci também uma vinculação com as questões nacionais e a direção nacional do partido, através dos deputados federais Marcos Freire e Fernando Lyra. Eles fundaram o grupo original dos “autênticos”. O MDB tinha cerca de 80 deputados e 23 formaram esse grupo. E eu era o único deputado estadual do Brasil que participava do grupo, inclusive ia às reuniões ⁹⁵⁶.

Pelo relevante papel que desempenhou na secretaria-geral do MDB-PE, costurando importantes acordos com a “Arena Rebelde”, Jarbas tornou-se o nome mais importante da bancada legislativa pernambucana ⁹⁵⁷. Seu notável desempenho o credenciou a disputar uma vaga à Câmara dos Deputados, fato que conseguiu, com louvor, derrubando o recorde eleitoral alcançado por Marcos Freire nas eleições de 1970.

Na Câmara Federal, o MDB-PE conseguiu eleger três candidatos. Destes, 2 se destacaram nacionalmente pela posição combativa contra os arbítrios da ditadura – Marcos Freire e Fernando Lyra – este último, jovem advogado que havia realizado um aguerrido mandato na ALEPE na legislatura anterior.

Conforme já havíamos apontado, apesar da presença e crescimento de novos políticos no MDB pernambucano, a influência das antigas lideranças (em sua maioria cassada) ao longo da história do partido sempre foi presente. O jornalista Ricardo Carvalho confidenciou que, assim como Jarbas Vasconcelos, Fernando Lyra tinha o deputado cassado Egídio Ferreira Lima como seu guru, não fazendo nada sem antes ouvi-lo ⁹⁵⁸.

Tendo renunciado à Prefeitura de Olinda, no início de 1969, num gesto de grandeza e solidariedade à cassação de seu vice, René Barbosa, Marcos Freire se credenciou junto à população pernambucana como um homem da resistência, dotado de coragem cívica. Marcos

Paulo Guerra (Arena), que lhe respondeu: ‘se você não o fizesse não mereceria mais o meu respeito’. CARVALHO, op. cit. (2009), p. 46.

⁹⁵⁶ Cf. Depoimento de VASCONCELOS, op. cit. (2006), p. 53.

⁹⁵⁷ Os contundentes discursos proferidos por Jarbas Vasconcelos na ALEPE durante esse período eram alvo de criteriosas análises por parte da comunidade de informações da ditadura.

⁹⁵⁸ Cf. CARVALHO, op. cit. (2009), p. 35.

Freire militou internamente no MDB entre 1969 e 1970 e no pleito de 1970 lançou-se candidato à Câmara Federal, consagrando-se, naquela oportunidade, como o deputado federal mais votado na história de Pernambuco. Foi a partir desse momento que Marcos Freire começou a aparecer no cenário nacional, despontando como uma das grandes lideranças da Câmara. Nas palavras de seu amigo e correligionário Fernando Lyra:

Tinha que alguém puxar a chapa. Eu não tinha voto para ser puxador de voto. E o nome era Marcos Freire, aquele realmente capaz de puxar votos. E depois de muito trabalho, convencemos Marcos a ser candidato a deputado federal. Houve um esforço muito grande de toda a liderança do MDB da época. E Marcos foi candidato a deputado federal. Teve uma votação consagradora naquela oportunidade⁹⁵⁹.

3. A indicação do ministro Eraldo Gueiros ao governo do Estado, em outubro de 1970, sob forte interferência do presidente Emílio Médici, gerou um forte racha no interior da ARENA pernambucana e trouxe sérios problemas de governabilidade, no início dos anos 1970, ao projeto dos militares para esse Estado.



Figura 22 – Charge parodia relação governo-Arena em Pernambuco.
Fonte: **Diário de Pernambuco**, 30 out. 1973.

A aliança eleitoral montada dentro da ARENA pernambucana para as eleições de 1970 entre Eraldo Gueiros ao governo do Estado e Paulo Guerra ao Senado foi rapidamente desmontada após a vitória dos dois (vide Figura 22). Embora a ARENA tenha dado apoio a

⁹⁵⁹ **Marcos Freire – sem ódio e sem medo**. [Documentário]. Direção de Marcya Reis. Brasília: TV Câmara, 2004. DVD (44 min.): NTSC, son., color.

Eraldo Gueiros em sua eleição indireta na ALEPE, a sua indicação sempre fora contestada pelos grandes caciques da ARENA pernambucana. Os líderes locais do partido – especialmente o ex-governador Paulo Guerra – esperavam aumentar o seu poder político, indicando um nome para suceder Nilo Coelho, e não terem que simplesmente referendar o nome de Eraldo Gueiros, um ministro do STF, afastado dos círculos políticos e, até mesmo, de Pernambuco. “*Eraldo era um homem muito bom e tudo, mas não tinha vocação política. Alguns deputados começaram a se desgostar de Eraldo*”⁹⁶⁰.

Formou-se, então, durante o governo Eraldo Gueiros, um segmento singular dentro do partido governista, integrado por deputados estaduais fiéis ao senador Paulo Guerra, que, em consonância com o MDB, passou a denunciar as irregularidades administrativas do Poder Executivo Estadual⁹⁶¹. “[...] *formamos com o MDB, à época, um só conjunto, para analisarmos as mensagens e os projetos que eram enviados à Assembleia pelo governo*”⁹⁶². Esse agrupamento arenista, a imprensa local convencionou chamar de “ARENA rebelde”.

Sobre essas disputas entre os segmentos políticos dentro da ARENA por aumento de poder durante os processos de escolha dos governadores e da direção dos diretórios regionais, Lucia Grinberg destacou:

[...] uma das faces da disputa entre parlamentares e governo era a direção dos diretórios regionais, pois cada uma das soluções do Executivo para controlar melhor a Arena foi manter as eleições “indiretas” para o governo dos estados e delegar autoridade aos governadores para comandar os diretórios regionais. [...] Nesse sentido, a eleição indireta para os governos estaduais foi um dos maiores pontos de conflito da época⁹⁶³.

Em várias oportunidades, os deputados da “ARENA rebelde”, com total apoio de Paulo Guerra, aliaram-se aos 9 parlamentares do MDB para votar contra e derrotar as matérias oriundas do Palácio do Campo das Princesas. “*Então, tivemos, durante esse período, uma atuação estreita com o MDB, uma aproximação muito grande. Frequentemente,*

⁹⁶⁰ OLIVEIRA, op. cit. (2007), p. 56.

⁹⁶¹ Jarbas Vasconcelos assim narrou a costura entre os dois partidos: “*Fui escalado para falar com Paulo Guerra, com quem me encontrei num casamento ali na Nossa Senhora do Carmo. Ele disse: ‘Quantos deputados o senhor tem?’ Eu digo: ‘Eu tenho nove’. Ai ele disse: ‘Faltam 11’. Eu digo: ‘Os 11 são do senhor’. Eram 20, para 39 deputados. Ai conseguimos criar a chamada ‘Arena rebelde’*”. VASCONCELOS, op. cit. (2007), p. 192.

⁹⁶² RAMOS, op. cit. (2007), p. 361.

⁹⁶³ GRINBERG, op. cit. (2009), p. 156-157.

*derrotávamos projetos do governo, mensagens do governo e até candidatos do governo [...]”*⁹⁶⁴.

Em diversas ocasiões, as críticas dos participantes da “ARENA rebelde” ao governo Gueiros eram mais contundentes do que as dos integrantes do MDB⁹⁶⁵. “*Havia uns deputados da Arena Rebelde que passaram a ser mais oposicionistas do que certos emedebistas*”⁹⁶⁶.

Uma das ações mais duras da “ARENA rebelde” contra Eraldo Gueiros foi ter derrotado o candidato do governo, o deputado Carlos Veras, à presidência da ALEPE, em fevereiro de 1973, e eleito, com apoio do MDB, o arenista adversário, Ênio Guerra, primo do senador Paulo Guerra⁹⁶⁷. Apesar de um regime bastante fechado, o MDB conseguiu formar a metade da mesa diretora na ALEPE, inclusive o vice-presidente.

Essa Arena se juntou ao MDB e derrotou toda a mesa do governo. Foi eleito Ênio Guerra, foi eleito Edgar Moury Fernandes [para vice-presidência]. Toda a mesa. [...] O MDB com a Arena Rebelde, e mais alguns que não se declararam, fez toda a mesa. Aí o governo de Eraldo se tornou difícil⁹⁶⁸.

Em um período de plena radicalização ideológica, a momentânea e pragmática aliança estabelecida, em Pernambuco, entre a “ARENA rebelde” e os “autênticos/combativos do MDB” se constituía em um fato inusitado dentro do cenário político nacional. “*Naquela época era muito difícil, a coisa era muito radicalizada. Os dois partidos não se entendiam. Muito menos nós, do agrupo dos ‘autênticos’, nos entendíamos com os parlamentares da Arena*”⁹⁶⁹. Por isso, a aliança pernambucana era motivo de forte discussão e discórdia no interior da imprensa nacional e dos meios políticos. Correligionários, de um lado e de outro, criticavam e/ou repudiavam a aliança desses dois segmentos partidários. Para os arenistas mais tradicionais, era inadmissível ceder espaço na Mesa Diretora da ALEPE aos emedebistas, votar contra projetos do governo, entre outras ações⁹⁷⁰. Já para uma parcela de

⁹⁶⁴ RAMOS, op. cit. (2007), p. 357.

⁹⁶⁵ Braz condena ação dos “Rebeldes”. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 5, 11 mai. 1973.

⁹⁶⁶ OLIVEIRA, op. cit. (2007), p. 58.

⁹⁶⁷ Cisão na ARENA faz Estado perder Mesa da Assembleia. **Diário de Pernambuco**, Recife, 25 fev. 1973.

⁹⁶⁸ OLIVEIRA, op. cit. (2007), p. 57.

⁹⁶⁹ Cf. Depoimento de LYRA, op. cit. (2006), p. 43.

⁹⁷⁰ O então secretário-geral da ARENA, o conservador vereador Wandenkolk Wanderley, solicitou à Executiva do partido a aplicações de penas disciplinares aos integrantes da “Arena rebelde”. Cf. Wandenkolk admite punição para quem provocou a crise. **Diário de Pernambuco**, Recife, 31 jul. 1973.

emedebistas era eticamente inadmissível qualquer tipo de aliança com o partido símbolo da ditadura.

Os autênticos do MDB faziam muito barulho na ALEPE. Muito barulho. Em 1970, nós éramos 30 deputados da Arena e o MDB tinha nove. O líder, uma parte foi Jarbas Vasconcelos, e Edgar Moury Fernandes, nos davam um trabalho enorme. Quando eu fui líder, os nove, na eleição secreta, derrotavam os 30. Ainda hoje, quando eu converso com Jarbas sobre isso, ele acha uma graça⁹⁷¹.

A “ARENA rebelde”, constituída de 6 a 9 deputados, sabia que sozinha não tinha condições de rifar o governo Gueiros. Ao MDB, por sua vez, formado por uma bancada de apenas 9 parlamentares, era uma oportunidade única de conseguir barrar os projetos do governo. Ao juntar “MDB combativo” com “ARENA rebelde”, os parlamentares dos dois segmentos chegavam a constituir maioria na ALEPE, conforme depoimento do deputado arenista José Muniz Ramos, integrante da “ARENA rebelde”:

Então a gente sempre fazia maioria. Era maioria de um, dois, mas, conseqüentemente, nós nunca ficávamos nesta maioria, porque havia os descontentes com o governo que, na votação secreta, sempre aumentava o placar. [...] Era sempre um voto certo que nós tínhamos nas votações secretas. E assim, sempre, estávamos derrotando o governo, as mensagens governamentais⁹⁷².

Sobre essa aliança é fundamental ressaltar que ela não tinha por objetivo atacar o regime em si, mas apenas o governo estadual. A finalidade da “ARENA rebelde” não era romper com a ditadura militar, mas forçar a renúncia de Eraldo Gueiros por falta de governabilidade. “[*Nós da Arena Rebelde*] Alinhávamos com o MDB apenas no combate às medidas administrativas do governo Eraldo Gueiros. Das passeatas de rua, dos movimentos contestatórios ao regime, nós da ‘Arena Rebelde’ não participávamos”⁹⁷³.

Tal aliança, que aproximou partidos políticos opostos, só é possível ser entendida, de fato, por meio de um olhar político. Político, porque foi estratégico. Foi uma ação em que dois segmentos buscavam conquistar os seus respectivos objetivos. Era, portanto, uma aliança temporária e, acima de tudo, estratégica, cuja finalidade era minar o governo Eraldo Gueiros. Com o término do governo Gueiros e a posse do novo governador (Moura Cavalcanti), a “ARENA rebelde” e, conseqüentemente, a aliança dos opostos foi desfeita:

⁹⁷¹ OLIVEIRA, op. cit. (2007), p. 55-56.

⁹⁷² RAMOS, op. cit. (2007), p. 361.

⁹⁷³ Ibid., p. 358-359.

Quando da escolha de Moura Cavalcanti [...], a primeira providência dele foi convidar os arenistas rebeldes ao Palácio. E lá fez um voto de pacificação, propôs uma trégua, que foi, naturalmente, aceita por nós. Porque nosso problema era com o governo Eraldo Gueiros, e não com o que estava começando. Até porque, ele teve essa atitude de convocar-nos, de ouvir nossos problemas, de procurar saber o porquê das coisas todas, não é? Então, durante o governo de Moura Cavalcanti, nós nos integramos bem ao governo e não tivemos mais qualquer movimento nessa ordem [...]. O Moura conseguiu, magistralmente, superar esses problemas, de forma que nós não tivemos dificuldade em nos integrar ao novo governo. E, com isto, tivemos um período tranqüilo, durante os quatro anos de Moura Cavalcanti ⁹⁷⁴.

4.2 GANHANDO O MDB: OS COMBATIVOS E AUTÊNTICOS NOS BASTIDORES DO PARTIDO

A esmagadora derrota sofrida pelo MDB nas eleições de 1970 gerou no interior da agremiação, como vimos, uma série de discussões sobre o caminho que deveria ser seguido pelo partido legal de oposição. Além dessa questão, havia ainda o fechamento do regime no imediato pós-AI-5, que suscitou um aumento da repressão e um clima persecutório de total vigilância e terror; o desmantelamento da legenda, após sucessivas ondas de cassações e punições feitas pela ditadura; o descrédito de grande parcela da população em relação à agremiação, especialmente dos jovens e da esquerda; o crescimento econômico do período e, ironicamente, o “perfil carismático” do próprio presidente Emílio Médici ⁹⁷⁵ que davam importante base de legitimação ao regime autoritário vigente.

Esse período foi assim descrito pelo ex-parlamentar Fernando Lyra:

Foram anos difíceis. Nós chegamos na Câmara Federal e constatamos que, dos oitenta e poucos deputados que o MDB tinha, eram, no máximo, uns 10, praticamente 10% do partido, que queriam fazer uma oposição ao regime militar. Aí, começamos uma luta interna muito tensa e intensa, sempre

⁹⁷⁴ RAMOS, op. cit. (2007), p. 362.

⁹⁷⁵ Embora o governo Médici (1969-1974) tenha sido interpretado por significativa parcela da população brasileira como “anos de chumbo” também foi visto como “anos de ouro”, marcados por grande euforia desenvolvimentista, por expectativas de ascensão social e pelo entusiasmado sentimento de construção do futuro, “A potência de amor e paz, esse Brasil faz coisas que ninguém faz”, dizia o slogan do governo. Ou seja, ainda que se tenha vivido o ápice da repressão, o governo Médici foi, ironicamente, o mais popular do regime. Há outras razões, além da prosperidade econômica, que explicam os altos índices de aprovação do presidente Emílio Médici. Ele ficou famoso, por exemplo, por cultivar uma imagem de homem do povo que ia aos estádios com o seu “radinho de pilha”. Nas palavras de Elio Gaspari: “*Médici freqüentava estádios de futebol com um radinho de pilha no ouvido e um cigarro na boca*”. GASPARI, op. cit. (2002), p. 139. Por isso, a historiadora Janaina Cordeira entende o “milagre brasileiro” como um fenômeno social e não apenas econômico. Segundo ela, os anos Médici “[...] foram de fato, um momento em que a ditadura desfrutou de expressiva popularidade junto à sociedade civil”. CORDEIRO, op. cit. (2012), p. 26.

vislumbrando o futuro. E, é claro, todos nós ainda jovens imaginávamos a coisa com mais pureza⁹⁷⁶.

O rearranjo da ordem política pós-AI-5 levou o MDB a um clima apático de consternação e de certa paralisia. Não era possível, diante daquelas circunstâncias, os emedebistas preverem o que viria pela frente. O malsinado AI-5 tinha, lamentavelmente, amolgado uma instituição, que, em meados de 1968, dava sinais de rebeldia e radicalismo. Acerca desse período sombrio para a oposição após a edição do AI-5, o brasilianista Thomas Skidmore escreveu:

Os deputados e senadores do MDB podiam falar no Congresso, mas suas funções legislativas foram substancialmente reduzidas após o AI-5. Basta ver o que aconteceu com os projetos de lei. Em 1967-68 cerca de 83 por cento dos projetos apresentados por legisladores foram posteriormente aprovados enquanto 98 por cento dos enviados pelo Executivo foram transformados em lei. Em 1970-73 somente 8 por cento dos projetos de iniciativa de parlamentares lograram aprovação, enquanto 98 por cento daqueles originários do Executivo se tornaram leis⁹⁷⁷.

Como vimos no capítulo anterior, no pré-AI-5, um segmento emedebista, intitulado de “imatuross”, havia contestado de maneira incisiva a ditadura, fazendo uso principalmente do radicalismo de linguagem. Porém, a edição do AI-5 e o terceiro ciclo de punições desmontaram o partido, cortando o crescente segmento radical da agremiação⁹⁷⁸. Acuada ante

⁹⁷⁶ Cf. Depoimento de LYRA, op. cit. (2006), p. 41.

⁹⁷⁷ SKIDMORE, op. cit. (1988), p. 231-232.

⁹⁷⁸ O AI-5 esmagou, de fato, qualquer forma de ser e fazer oposição legal no país. Isso levou centenas de jovens lançarem-se à luta armada dentro das organizações clandestinas de esquerda. GORENDER, op. cit. (1987). O imediato pós-AI-5 é sabidamente conhecido como um período de extrema truculência, repressão e vigilância por parte do Estado brasileiro. Nesse período, houve centenas de casos de detenções (ou prisões) ilegais ou arbitrárias; de práticas de tortura e de outros tratamentos ou penas cruéis, desumanas ou degradantes; de execuções sumárias, arbitrárias ou extrajudiciais; de desaparecimentos forçados e ocultações de cadáver; de usos de meios ilegais, desproporcionais ou desnecessários e falta de informação sobre os fundamentos da prisão; de realização de prisões em massa; de incomunicabilidade do preso; de sistemáticas ofensas à integridade física e psíquica do detido e o esforço dos advogados em evitá-las; de violência sexual, de gênero e contra crianças e adolescentes etc. Se ser e fazer oposição já era uma tarefa difícil desde a instalação da ditadura em 1964, as condições políticas de ação do MDB se tornaram praticamente nulas a partir do estado de terror iniciado pelo AI-5. Instalando um Estado Hobbesiano que absorvia todo o poder a partir do AI-5, a ditadura não encontrou grandes dificuldades dentro do meio político para implantar sua agenda liberal, autoritária e conservadora. O poder draconiano e inquisitório do AI-5 era tão grande sobre os parlamentares que, na maioria das vezes, o regime não precisou recorrer ao ato para amarrar e calar o Poder Legislativo. Como pontuaram Débora Azevedo e Márcio Rabat, embora a Legislatura na Câmara Federal de 1971-1975 tivesse coincidido com o período de mais violenta repressão contra a oposição extraparlamentar, o regime militar não recorreu ao AI-5 para cassar um só deputado. Só para se ter uma ideia, a ditadura cassou 67 deputados federais na 42ª Legislatura (1963-1967), 98 deputados na 43ª Legislatura (1967-1971) e apenas um na 44ª Legislatura (1971-1975). Demonstrando a força do AI-5, a ditadura cassou apenas um deputado durante entre os anos de 1971 e 1975 que foi o “autêntico” Chico Pinto (MDB-BA), mas utilizando, para isso, de uma decisão da própria Câmara dos Deputados. AZEVEDO; RABAT, op. cit. (2012), p. 175-176. O emedebista Chico Pinto foi processado, em 28 de março de 1974, pelo Executivo, por ter proferido discurso na tribuna da Câmara dos Deputados denunciando

o furor militar e diante de tantas incertezas, a cúpula do MDB decidiu segurar as rédeas da legenda, levando o partido a se recolher, se acautelar pela prudência e moderação. De acordo com Maria Kinzo, o AI-5 tinha trazido “[...] de volta à cena um partido de oposição submisso e dócil que teria que se ‘comportar’ para poder sobreviver”⁹⁷⁹. A cientista política, Célia Melhem, pontuou do seguinte modo a questão da moderação excessiva do MDB durante esse período:

[...] essa moderação notória, se afastava, por um lado, oposicionismos mais intransigentes, por outro tornava a adesão à sigla menos atemorizadora para parcelas dos políticos locais, que foram sendo gradualmente conquistados pela oposição, bem como, provavelmente, para os militares, quando consideraram viável uma abertura democrática progressiva, a partir de 1975⁹⁸⁰.

Contudo, isto não significa dizer que esse período sabático compulsório do MDB tenha sido de letargia e passividade. Situado em condições tão duras e adversas, tão desfavoráveis para ser e fazer oposição, a postura do MDB pós-1970 não deve ser entendida como um simples excesso de moderação ou de que o partido tivesse, finalmente, aceitado desempenhar o papel que lhe fora destinado, quando da criação do bipartidarismo. Embora alguns emedebistas mais aguerridos percebessem a atuação do MDB naquele momento aos moldes da conhecida frase de Teófilo Otoni, o liberal mineiro do século XIX, “[...] vi com pesar apoderarem-se os moderados do leme da revolução”, esse foi um período extremamente complexo na história do partido. “Daí a ambiguidade do partido, dividido entre adotar posturas de confronto ou de colaboração, dilacerado entre a vontade de cumprir seu compromisso democrático e o medo da repressão”⁹⁸¹. Nas palavras do ex-deputado Oswaldo Lima Filho:

Sem os direitos políticos, a partir de 13 de março de 1969, tão-somente, mudamos a forma e os métodos de luta. Na penumbra, que atingiu o país com o AI-5, editado em 13 de dezembro de 1968, decidimos, de logo, que não deixaríamos o Estado e, muito menos, o País. A presença era

violências praticadas pelo general Augusto Pinochet, do Chile. Foi condenado a seis meses de prisão pelo STF, em outubro de 1974, e perdeu o mandato por decisão da Mesa da Câmara dos Deputados, através do Ato da Mesa nº 66, de 22 de outubro de 1974. Sobre a cassação do deputado Chico Pinto, ver: SOUZA, Flávia Amorim. **Chico Pinto e os Autênticos do MDB: atuação no campo político brasileiro (1971-1982)**. 145 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2013. Para um maior aprofundamento sobre o tempo de dor, asfixia e desesperança criado pelo AI-5, ler, entre outros: FILHO; FREIXO; FREITAS, op. cit. (2008).

⁹⁷⁹ KINZO, op. cit. (1988), p. 128.

⁹⁸⁰ MELHEM, op. cit. (1998), p. 81.

⁹⁸¹ MOTTA, op. cit. (1997), p. 96.

indispensável ao trabalho político que nos impusemos. Enfrentaríamos os riscos. **Foi um longo e intermitente labor nos bastidores, terminando por se tornar, praticamente, numa conspiração quase pública.** No curso do dia, era o trabalho no escritório pela sobrevivência da família. À noite, reiteradas reuniões e contactos, ajudando a fomentar as bases da grande frente de combate à ditadura em que se transformou o MDB. Cedo, sobretudo na formação e, posteriormente, na colaboração com o grupo dos autênticos, a luta ganhou âmbito nacional, para o que o talento, a visão política e o desprendimento do dep. Fernando Lyra foram decisivos. Fernando Lyra, a quem nos ligamos politicamente nos dois anos de mandato legislativo na Assembleia Legislativa do Estado, nos identificou e não deixou a marginalização a que o sistema nos remeteu apagasse a chama ⁹⁸².

Os anos iniciais da década de 1970 foram, na verdade, ricos de embates e debates dentro do partido. Foi um período sabático de revisão das estratégias da legenda. Foi uma época de costura clandestina e silenciosa com outros setores estratégicos da oposição. Foi o período em que um pequeno grupo de políticos dentro da oposição, que denomino de “grupo combativo do MDB”, seguiu produzindo subterraneamente mecanismos e espaços de resistência à ditadura, que logo ressurgiriam com força no cenário político. Como indicou o ex-deputado Egídio Ferreira Lima:

O papel dos autênticos no processo de 1970 a 1974, que vai culminar com essa eleição fantástica do MDB em 1974, foi grande. Muito grande. A partir desse episódio, o trabalho nosso tornou-se sistemático e reiterado. **Pernambuco tornou-se um centro, até um foco de atração de lideranças nacionais.** Lá em casa estiveram Francisco Pinto, Alencar Furtado, Alceu Colares, Paulo Brossard... Pedro Simon não chegou a ir. Chico Pinto, na Bahia, Lysâneas, Alencar... Lysâneas ainda estava na Suíça, depois da cassação. Lula esteve um dia lá, jantou lá em casa. Quem o levou foi Jarbas. Armando Monteiro fazia parte daquelas reuniões; a gente o chamava, ele vinha em 15 minutos. A partir do resultado da eleição de 1974, quando o MDB se legitimou como uma frente ela se ampliou, a oposição cresceu. Foi na hora em que entraram Teotônio Vilela e outros grupos do próprio governo ⁹⁸³.

Para entendermos, mais à frente, a mudança discursiva e prática do MDB pernambucano no pleito de 1974 em relação às eleições anteriores, adotamos os conceitos “luta pelo regime” e “luta no regime”, do cientista político Palhares Moreira Reis.

Para o autor, a “luta pelo regime” é o mecanismo de contestação formal e regular ao sistema vigente, que difere frontalmente dos processos contestatórios violentos e ilegais (no caso, os grupos clandestinos que integraram a luta armada no país). A nosso ver, a primeira fase do MDB (1965 a 1970) pode ser encaixada nesse conceito devido ao alto grau de contestação do partido às questões eleitorais então vigentes.

⁹⁸² LIMA, op. cit. (1982), p. 66.

⁹⁸³ LIMA, op. cit. (2007), p. 264, grifo nosso.

Já a “luta no regime”, de acordo com Palhares Reis, é a luta política que passa a ser travada numa segunda fase da trajetória da legenda, a partir de 1971, por dentro das regras do jogo, onde não se contestava a validade e os resultados do processo eleitoral, apesar de condenarem o regime vigente.

Nesse período, claramente percebe-se que o MDB aceitava as “regras do jogo”, as normas que serviam de sustentação ao regime, o que implicava, por consequência, em tornar legítima a aspiração de se transformar em governo. Este tipo de luta, que pode ser entendida como uma política reformista, busca alcançar mudanças, mantendo de pé as estruturas políticas existentes, combate o governo, mas não combate as estruturas que condicionam sua ação e, enfim, propõe uma diferente maneira para a gestão do sistema estabelecido ⁹⁸⁴. Segundo Palhares Reis, a partir de 1971, não estava mais na ótica do MDB apenas a participação no sistema político como mero coadjuvante, legitimador do processo eleitoral. Para ele, o partido tinha percebido que, se naquele contexto não conseguia encerrar definitivamente o regime militar, pelo menos iria buscar brechas dentro da legislação vigentes para lutar, ganhar assentos nas eleições proporcionais ⁹⁸⁵. Nas palavras de Fernando Lyra:

Identificamos, desde os primeiros minutos, quem realmente queria opor-se à ditadura. Essa oposição contestava a direção nacional do MDB que, fazia oposição ao governo, mas não ao regime. Nossa luta, nossa postura, é bom deixar claro, era de oposição ao regime, obviamente, com certos cuidados, pois a conjuntura política estava avessa a comportamentos críticos contundentes ⁹⁸⁶.

Apesar das adversidades, o grupo combativo do MDB não se deixou abater e procurou dar um novo ânimo à agremiação, passando a trabalhar nos bastidores do partido, de maneira moderada e silenciosa, a fim de tornar a “posição combativa” a linha hegemônica da agremiação, isto é, a linha oficial do MDB. Os anos de 1971 a 1974 foram, portanto, para o MDB pernambucano: “[...] o período da conspiração. É vaidoso dizer isso, mas eu fui o chefe da resistência em Pernambuco. Eu saía do escritório de advocacia cansado e ia para casa,

⁹⁸⁴ Em 1974, por exemplo, o MDB já havia assimilado, de certa forma, o regime militar, e por isso, tocou sua campanha sem tocar nos chamados “princípios revolucionários”, tão caros aos militares. As reivindicações lançadas pelos emedebistas em suas respectivas campanhas correspondiam, sobretudo, aos anseios do eleitorado jovem, basicamente falta de emprego, carestia e arrocho salarial. Esse eleitorado correspondia, à época, a aproximadamente um terço da população brasileira. Eram jovens, entre 18 e 22 anos, que votavam pela primeira vez e viam no MDB uma saída para mudança de governo.

⁹⁸⁵ PALHARES, op. cit. (1986), p. 139-140.

⁹⁸⁶ Cf. Depoimento de Fernando Lyra. In: NADER, op. cit. (1998), p. 115.

*por volta das 21h, quando o pessoal começava a chegar, muitas vezes eu levava o último na portaria do prédio com o dia amanhecendo”*⁹⁸⁷.

Contudo, vale destacar, apesar das restrições, a oposição na Câmara dos Deputados não ficou calada. Segundo a fala de um “autêntico”: “*Nossa presença no Congresso Nacional, posto da resistência, não permitiu que a centelha da democracia se apagasse*”⁹⁸⁸. Alguns fatos emblemáticos de tortura, desaparecimento forçado e assassinato de opositores políticos foram denunciados pelos combativos do MDB na tribuna da Câmara.

A esse respeito, podemos citar o desaparecimento do ex-deputado Rubens Paiva⁹⁸⁹ – um dos primeiros casos publicamente denunciados na tribuna do Congresso Nacional –, cujo caso foi relatado por Marcos Freire na Câmara dos Deputados. No dia 3 de junho de 1971, Marcos Freire, designado pelo MDB para investigar o desaparecimento do ex-deputado, fez um longo discurso em que se referiu a casos de prisões e torturas ocorridos no país desde abril de 1964, destacando a prisão e o desaparecimento de Paiva⁹⁹⁰. No dia 18 de junho do mesmo ano, Freire voltou a tratar do caso, cobrando enfaticamente esclarecimentos do governo⁹⁹¹. Na ocasião, fez uma contundente denúncia sobre a prisão arbitrária e assassinato de Odijas Carvalho⁹⁹².

⁹⁸⁷ Cf. Depoimento de LIMA, op. cit. (2006), p. 32.

⁹⁸⁸ Cf. Getúlio Dias, MDB-RS. Livro conta a luta dos Autênticos do MDB. **Folha de S. Paulo**, 14 jun. 1998, p. 10.

⁹⁸⁹ Rubens Paiva foi eleito deputado federal por São Paulo, pelo PTB, em outubro de 1962. Na Câmara Federal, foi vice-presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) responsável em investigar as atividades do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), organizações acusadas de receber recursos internacionais para desestabilizar o governo Goulart. Com o golpe de 1964, Paiva foi cassado pelo Ato nº 2 da CSR, de 10 de abril, com base no AI-1. Segundo a CNV, o ex-deputado Rubens Paiva foi sequestrado e levado, na tarde do dia 21 de janeiro de 1971, para o DOI do I Exército, na Rua Barão de Mesquita, no Rio de Janeiro, de onde desapareceu, depois de seguidas sessões de tortura. Em depoimento a esta Comissão, o coronel da reserva Paulo Malhães, hoje falecido, contou que o corpo do deputado foi colocado num saco impermeável com pedras e jogado num rio localizado na região serrana do Rio de Janeiro. Os restos mortais de Paiva nunca foram localizados. Sobre esse caso, ver: BRASIL, op. cit. (2014), p. 562-570.

⁹⁹⁰ A íntegra da denúncia pode ser lida em: BRASIL. **Diário do Congresso Nacional**. Poder Legislativo, Distrito Federal, DF, 4 jun. 1971, Seção 1, p. 1589-1592.

⁹⁹¹ BRASIL. **Diário do Congresso Nacional**. Poder Legislativo, Distrito Federal, DF, 19 jun. 1971, Seção 1, p. 2052-2055.

⁹⁹² Nascido em outubro de 1945, o pernambucano Odijas Carvalho era estudante de agronomia da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Em 30 de janeiro de 1971, foi preso na praia de Maria Farinha, em Paulista-PE, por agentes do DOPS-PE, onde começou imediatamente a ser torturado. Morreu em 8 de fevereiro de 1971, em consequência das torturas sofridas no DOPS. À época, sua morte foi dada como natural (embolia pulmonar), conforme constava em seu Atestado de Óbito. Através de investigações e uma ação da CEMVDHC, o registro de óbito do ex-militante foi retificado para “homicídio por lesões corporais múltiplas decorrente de atos de tortura”.

A morte de Odijas Carvalho também foi noticiada na ALEPE. O parlamentar denunciador foi o emedebista Jarbas Vasconcelos que fez um importante pronunciamento sobre o caso. Relembrando o fato, Jarbas narrou:

A primeira vez que fui à tribuna foi na morte de Odijas Carvalho. Para vocês terem ideia, eu tomei posse numa quarta ou numa quinta-feira. Quando foi no sábado, o meu telefone tocou, Neide atendeu e disse assim: “É Bóris Trindade que quer falar com você”. Eu atendi, e ele perguntou se eu podia ir na casa dele (Ele morava aqui do lado do mercado da Encruzilhada). Fui. Chegando lá ele me disse que haviam matado um estudante, o Odijas Carvalho, e ele havia sido procurado pela família. Me contou que ele tinha sido espancado na rua da Aurora, no DOPS, e foi levado para o hospital. Morreu no hospital do Derby. E aí ele disse assim: “Olha, o nome dos torturadores... Quem torturou foi esse aqui”. E me deu o nome. A única coisa que eu disse para ele foi: “Bóris, você tem condições de botar isso num papel? Não precisa que você assine. Eu não quero que você assine, não. Eu queria que você botasse esse roteiro para mim”. Ele botou, deu uma lauda e meia. Então, eu fui para a Assembleia na segunda-feira e denunciei. Foi um rolo filho da puta esse negócio do Odijas Carvalho. Denunciei em plenário e mandei uma cópia da denúncia para dr. Pedroso Horta, que era o líder do MDB na Câmara. E dr. Pedroso Horta não só leu em Brasília, como encaminhou ao Conselho de Direitos Humanos. [...] O negócio de Bóris era perfeito, com começo, meio e fim, e o dr. Pedroso Horta encaminhou ao Conselho⁹⁹³.

No dia 26 de junho de 1971, o deputado Pedroso Horta, líder do MDB na Câmara dos Deputados, protocolou a denúncia nº 54.953/71 no Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – colegiado pertencente ao Ministério da Justiça – sobre a morte de Odijas Carvalho. Entretanto, o processo foi arquivado, em 16 de agosto de 1972, sem nenhum tipo de investigação sobre o ocorrido.

É do período de 1971 a 1974 o maior número de denúncias do MDB no Congresso Nacional sobre casos de graves violações de direitos humanos ocorridas no país. E foi o jovem e destemido Marcos Freire, na condição de líder da oposição, o político pernambucano que mais usou a tribuna do Congresso como trincheira de luta. É, também, da autoria de Marcos Freire, por exemplo, a histórica denúncia pública, no dia 28 de junho de 1974, sobre os desaparecimentos dos militantes do PCB, David Capistrano da Costa (16 de março de 1974) e João Massena Melo (3 de abril de 1974), e da Ação Popular Marxista-Leninista (APML), Eduardo Collier Filho e Fernando Santa Cruz Oliveira (23 de fevereiro de 1974)⁹⁹⁴.

⁹⁹³ VASCONCELOS, op. cit. (2007), p. 188-189.

⁹⁹⁴ Ver: BRASIL. **Diário do Congresso Nacional**. Poder Legislativo, Distrito Federal, DF, 28 jun. 1974, Seção 1, p. 4926-4928.

Nesse sentido, entre os anos de 1971 a 1974, foram vários os pronunciamentos de Marcos Freire na tribuna do Congresso Nacional reivindicando a revogação do AI-5, contra as aplicações do Decreto-Lei nº 477, contra a censura nos meios de comunicação, contra a tortura e o desaparecimento de presos políticos, a favor do mercado nacional e da reforma agrária ⁹⁹⁵. De acordo com Célia Costa e Juliana Gagliardi, impossibilitados de fazerem política nas ruas, o principal papel dos “combativos” nesse período foi o de realizar discursos nos plenários das Casas Legislativas, denunciando as arbitrariedades do regime e pressionando os militares a abrirem caminho para o retorno à democracia ⁹⁹⁶.

Fazer uma denúncia pública contra o regime militar podia significar a perda do mandato político. Mesmo assim, o então deputado Marcos Freire (MDB-PE) levou à tribuna a história do desaparecimento de Rubens Paiva, em um longo discurso em 4 de junho de 1971. Em abril de 1974, foi a vez do senador Franco Montoro (MDB-SP) discursar denunciando o desaparecimento dos militantes políticos Fernando Santa Cruz e Eduardo Collier Filho. Em junho daquele ano, a comissão executiva do MDB divulgou uma nota oficial reafirmando seu compromisso com os Direitos Humanos e reiterando o pedido de informações sobre as detenções e o paradeiro de onze pessoas ao ministro da Justiça, Armando Falcão.

E, fato ainda mais marcante: em 27 de junho de 1977, o deputado Alencar Furtado, líder do MDB na Câmara dos Deputados, discursou no horário político na TV defendendo a democratização, a Assembleia Constituinte, o restabelecimento do direito ao habeas corpus. Ele declarou: “*O programa do MDB defende a inviolabilidade dos direitos da pessoa humana para que não haja lares em prantos, filhos órfãos de pais vivos, quem sabe mortos, talvez, órfãos do talvez e do quem sabe*”. Dois dias depois, seu mandato foi cassado pelo presidente Geisel por meio do AI-5. A cassação de Furtado causou uma comoção nos meios políticos e teve repercussão no exterior, aprofundando a crise política do regime militar ⁹⁹⁷.

Além da repercussão que tinham na imprensa estrangeira e nas organizações de direitos humanos internacionais ⁹⁹⁸, as denúncias trazidas ao público pelo MDB eram, de certa forma, um alento aos familiares e amigos dos desaparecidos políticos, pois traziam a eles uma dose de esperança sobre o paradeiro daqueles que ocupavam um “não-lugar” durante o regime ditatorial. Como pontuou Glenda Mezarobba:

⁹⁹⁵ A coletânea de discursos proferidos por Marcos Freire, versando sobre os mais variados temas, pode ser lida em sua obra: FREIRE, Marcos. **A oposição no Brasil, hoje**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

⁹⁹⁶ COSTA; GAGLIARDI, op. cit. (2006), p. 209.

⁹⁹⁷ BRASIL, op. cit. (2010), p. 60-61.

⁹⁹⁸ Uma boa análise sobre a forma como as denúncias de tortura no Brasil ecoavam pelo mundo afora, ler: GREEN, op. cit. (2009).

Quando se fala em desaparecido político é preciso ter em mente, como observa com propriedade o projeto Brasil: nunca mais, que tal condição corresponde ao maior estágio do grau de repressão política observada em um determinado país. Afinal, a um caso de desaparecimento não é possível aplicar os dispositivos legais que garantem a liberdade pessoal, a integridade física e a própria vida do indivíduo. Ao valer-se de dispositivos deste tipo, regimes autoritários conseguem extrapolar ainda mais a já precária legalidade praticada. Retiram indivíduos da sociedade para torná-los simulacros de uma realidade que, na maioria das vezes, não é dada a conhecer. Como localizar alguém que foi capturado pelo aparato de repressão se o próprio aparato nega a existência de determinada prisão? Como avançar nas buscas sem o acesso às informações oficiais? Como transitar em um mundo artificialmente construído, onde a farsa ignora a dor e confere ainda mais poder à repressão? Na lógica do regime militar, o desaparecido político vira quase uma peça de ficção, um não-ser [...] ⁹⁹⁹.

Conforme já destacado, o evento do MDB, realizado em julho de 1971, no Recife, aglutinou e fez surgir o grupo dos “autênticos”, e a campanha da “anti-candidatura” de Ulysses Guimarães à Presidência da República, que veremos mais à frente, entre os anos de 1973 e 1974, tornou esse grupo nacional e internacionalmente conhecido. Durante esse período, os “combativos”:

[...] adiando para um futuro longínquo a consecução de objetivos mais ambiciosos, atendo-se à defesa dos direitos humanos, à reivindicação das liberdades formais e da normalização institucional, [...] chegam a ganhar alguns pontos, mas nem de longe poderiam ser visto como ameaça à estabilidade da ordem política estabelecida ¹⁰⁰⁰.

A estratégia do grupo dos “combativos” era, portanto, naqueles anos de 1971 e 1974, inverter a lógica do partido, levando-o a uma mudança de discurso e estilo de atuação. “*Não havia preocupação de cargos, de ministério, de nada. Nós queríamos uma alternativa de poder para o país. A maior preocupação era essa. Porque o país precisava respirar liberdade*” ¹⁰⁰¹. Diante das dificuldades, do clima de abatimento e de incredulidade quanto aos rumos da legenda de oposição, ao invés de se amofinar, a estratégia dos “combativos” foi a adoção da estratégia da reorganização interna, notabilizando-se pela moderação, sensibilidade apurada na percepção do estado de ânimo mutável do regime, e busca de caminhos a trilhar nas brechas apresentadas nas estruturas e nas práticas do próprio sistema. Nas palavras do ex-deputado combativo Lysâneas Maciel (MDB-GB):

⁹⁹⁹ MEZAROBBA, Glenda. **Um acerto de contas com o futuro**: a anistia e suas conseqüências: um estudo do caso brasileiro. São Paulo: Associação Editorial Humanitas; FAPESP, 2006, p. 69.

¹⁰⁰⁰ CRUZ; MARTINS; ALMEIDA, op. cit. (2008), p. 59-60.

¹⁰⁰¹ Conforme depoimento de Alencar Furtado em: **Alencar Furtado**. [Documentário]. Direção de Marco Aurélio Bittencourt. São Paulo: Konim Vídeo, 2009. DVD (58 min.): NTSC, son., color.

O partido de oposição, se não levar em conta o que realmente vem acontecendo, não passará de um simulacro justificador do que pretendendo condenar. Vir ao Parlamento já foi uma escolha e luta penosa que implicou posições de ambiguidade não sabemos ainda se superamos. Mas uma vez que aqui estamos temos a obrigação de tentar uma luta dignificante e racional... A oposição tem que ser impertinente, para se tornar pertinente, tem que ser audaciosa e não consentida¹⁰⁰².

Para terem êxito nessa estratégia, os “combativos” sabiam que teriam que fortalecer internamente a agremiação e (re)organizar e mobilizar o restante dos parlamentares para a necessidade de uma perspectiva oposicionista mais incisiva. “*A gente pensava em conquistar o MDB, devagar, pelo convencimento. Porque dividir era pior. Nós queríamos ver é se somava mais gente. Porque éramos poucos*”¹⁰⁰³. Para os “combativos”, essa fase de bastidores era de suma importância para que o partido pudesse, em momento oportuno, conquistar a simpatia da sociedade civil e, assim, partir para o ataque duro e direto ao regime. Conforme destacou Maria Kinzo: “*Um fator decisivo, que influenciaria a revisão da postura do MDB após 1970, foram as críticas e as pressões sobre a cúpula, oriundas de grupos do próprio partido*”¹⁰⁰⁴.

Por tudo o exposto, discordamos de certa tese de que a mudança de orientação do MDB teria ocorrido apenas na exitosa campanha eleitoral de 1974. Observamos que, no período de 1971 a 1973 (do Seminário no Recife ao lançamento da anti-candidatura de Ulysses), embora abatido, pressionado, desmantelado e vigiado, o partido começava a se transformar internamente e adquirir forças e legitimidade, esperando o momento certo, de decompressão do regime, para sair da trincheira. Conforme resumiu o ex-parlamentar Egídio Ferreira Lima, que trabalhava arduamente nos bastidores do partido: “*Quem quiser pode dizer que não, mas nós agíamos com uma inteligência fantástica, com paciência e coragem*”¹⁰⁰⁵.

Como se pode claramente perceber, durante esse período de reformulação do MDB, um segmento partidário que despontou com espetacular notoriedade foi o grupo dos “combativos”. Formado por um grupo respeitado de deputados emedebistas de todo o país, esse segmento adquiriu credibilidade popular e levou o partido a um nível surpreendente de coragem e ousadia oposicionista. Segundo Rodrigo Patto Motta: “*Os autênticos deram alma nova ao partido, muitas vezes entrando em choque com a direção moderada do MDB. Sua*

¹⁰⁰² O futuro incerto dos “autênticos”. **Opinião**, Rio de Janeiro, 18 out. 1974.

¹⁰⁰³ Ibid.

¹⁰⁰⁴ KINZO, op. cit. (1988), p. 140.

¹⁰⁰⁵ Cf. Depoimento de LIMA, op. cit. (2006), p. 33.

*audácia e coragem cívica (e também física, dado o contexto) ajudaram a melhorar a imagem pública da oposição [...]”*¹⁰⁰⁶.

Antes de tudo, é importante que se diga que esse processo de reformulação do partido não se deu de uma hora para outra, tampouco livre de divergências e disputas internas. Durante esse período, dois grandes grupos sempre se destacaram dentro do MDB, disputando o poder e divergindo acerca do papel de oposição que o partido deveria desempenhar em relação ao regime¹⁰⁰⁷.

Por um lado, havia o grupo que defendia e desempenhava um papel oposicionista “moderado”. Constituindo a maioria dentro do partido (que controlava a direção do partido desde os seus anos iniciais e congregava também a maioria de seus fundadores), a ala dos moderados abrigava políticos experientes que acreditavam firmemente ser a moderação a estratégia correta para se fazer frente às restrições do regime.

Por outro lado, havia o grupo dos “combativos” que defendia e desempenhava um papel oposicionista mais agressivo contra o regime e as políticas governamentais¹⁰⁰⁸. Ou seja, enquanto os “combativos” tentavam conquistar o partido a fim de radicalizar o discurso e prática da agremiação, os moderados buscavam manter o controle da sigla, preferindo o diálogo e a cautela com os militares.

[...] o MDB tornava-se uma espécie de “escola de políticos” em pleno regime autoritário, com velhos professores experientes e promissores alunos novatos, mas uma escola na qual a matéria tolerância era básica e “jogo de cintura” o principal exercício físico¹⁰⁰⁹.

Aqui, é preciso salientar que as contradições e os conflitos dentro do MDB não surgiram apenas nos anos 1970, durante o período de renovação e redirecionamento da legenda. Como vimos no capítulo anterior, toda a trajetória do MDB – especialmente devido ao modo artificial e heterogêneo de sua criação – foi permeada por divergências e disputas internas. E isso, vale ressaltar, não foi um caso isolado. Conforme apontou o brasileiro

¹⁰⁰⁶ MOTTA, op. cit. (2007), p. 288-289.

¹⁰⁰⁷ Aqui as considerações de Michel Foucault, cujo entendimento aponta que o Estado não o único pólo irradiador de poder dentro de uma sociedade, nos são importantes, à medida que se evidencia no interior desta a existência de “[...] formas de exercício do poder diferentes do Estado, a ele articuladas de maneiras variadas e que são indispensáveis inclusive à sua sustentação e atuação eficaz”. Assim, tomando-o como referência, podemos considerar o MDB também como um pólo irradiador de poder. Em seu interior, há a existência não apenas de um único pólo de poder, mas uma relação de “micro-poderes” que são elaborados, percebidos e distribuídos de maneira diferentes e, muitas vezes, antagônicos entre si. FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006, p. XI.

¹⁰⁰⁸ KINZO, op. cit. (1988), p. 57.

¹⁰⁰⁹ MELHEM, op. cit. (1998), p. 118.

David Samuels, as divergências intrapartidárias fazem parte de qualquer organização política. Nenhum partido pode ser considerado totalmente coeso ¹⁰¹⁰. A presença de grupos ou facções em disputa dentro de um partido político é, portanto, uma característica comum à maioria das organizações deste tipo.

As disputas dentro do MDB ocorriam visando duas coisas que, dialeticamente, se completavam em si: futuro do partido e poder. Explicamos: por um lado, as disputas intrapartidárias se davam acerca de divergências sobre os rumos do partido, qual seria o futuro da agremiação, como a legenda deveria se comportar, isto é, quais atitudes e posturas deveriam ter diante do arbítrio do governo: moderação ou radicalização?; por outro lado, as disputas se deram também por poder ¹⁰¹¹. No fundo dessa polêmica estava o controle da direção do partido ¹⁰¹². Futuro e poder eram alvos de disputa, pois um completava o outro. Dominar a orientação dos rumos e futuro da legenda era necessário para conquistar o poder do partido, assim como conquistar este poder era importante para orientar e dominar o futuro da legenda ¹⁰¹³.

¹⁰¹⁰ SAMUELS, David. Determinantes do voto partidário em sistemas eleitorais centrados no candidato: evidências sobre o Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, p. 493-535, 1997.

¹⁰¹¹ Lembrando dos ensinamentos do sociólogo francês Pierre Bourdieu, não podemos nos esquecer que o “campo político” (o campo entendido como um microcosmo social que obedece às próprias leis), como poder simbólico, é sempre um espaço de forças e de luta entre os seus agentes que estão em busca de um capital específico e de um status de poder dentro desse espaço. A luta entre os emedebistas é, portanto, também, uma luta concorrencial entre os mesmos, na categorização de “dominantes e “dominados” de Bourdieu. BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa, Difel, 1989, p. 163-207.

¹⁰¹² Giovanni Sartori lança um argumento sobre essa questão. Para ele: “[...] *uma fração ideológica (de um partido) bem pode ser um grupo de testemunho, como pode se tornar um grupo orientado para cargos e proventos*”. SARTORI, op. cit. (1982), p. 100-102.

¹⁰¹³ Esse ponto era conhecido e bastante criticado pela grande imprensa da época, que, apesar de fortemente censurada, vivia os anos dourados do “milagre econômico”. Não nos causa surpresa o comportamento de grande parcela da mídia (especialmente os jornais) tendo em vista que boa parte dela era conservadora, dependente da publicidade oriunda das grandes companhias estrangeiras e do governo, defensora dos militares e de um projeto político liberal. O surgimento de uma facção “combativa”, “radical” ou “autêntica” dentro do comportado e moderado partido de oposição era, de fato, algo que assustava os interesses da ARENA, do regime, do empresariado e da grande mídia. O crescimento e fortalecimento de lideranças “combativas” no país sinalizavam, às forças conservadoras nacionais, uma possível (e não desejada) mudança no *status quo*. Por isso, as críticas aos “autênticos e combativos” eram tão pesadas por parte da grande imprensa. Veja-se, por exemplo, a seguinte reportagem da revista *Veja*, em janeiro de 1974: “*Desde que chegaram ao Congresso, há três anos, a maioria em seu primeiro mandato federal, os radicais da oposição nunca pareceram tão longe quanto agora de seus generosos propósitos de transformar a realidade brasileira pelos cânones de um indefinido programa nacionalista e socializante, a ser implantado juntamente com a normalização democrática pela força de uma retórica furiosa. Levados pelos excessos de sua própria radicalização, eles passaram os últimos meses muito mais empenhados em fazer oposição ao MDB do que ao governo, dedicando-se à conquista do controle partidário como se o caminho de suas ideias para o poder estivesse nos gabinetes do presidente Ulysses Guimarães e do secretário geral, deputado Thales Ramalho. E acabaram minoritários dentro da já apertada minoria do MDB*”. Cf. Primeira lição do Colégio. **VEJA**, São Paulo, n. 281, p. 20, 23 jan. 1974. Sobre o comportamento da imprensa brasileira durante a ditadura militar, ver, entre outros: CAPELATO, Maria Helena Rolim; PRADO, Maria Lígia. **O Bravo matutino**: imprensa e ideologia (o Jornal O Estado de S. Paulo). São Paulo: Alfa-Omega, 1980. DUARTE, Celina Rabello. Imprensa e redemocratização no Brasil. **Dados**: Revista de

Conquistar espaços era na ótica dos “combativos” um passo primordial para remodelar o partido. E esta conquista dar-se-ia não apenas na tentativa de aumentar a bancada do MDB no Congresso e nas Assembleias Legislativas nas eleições legislativas de 1974, mas também a cúpula do partido. Como destacou Angelo Panebianco, o controle da linha política do partido é sempre o primeiro e o principal alvo das disputas internas de poder entre os grupos ¹⁰¹⁴. Essa ânsia em conquistar a direção do MDB se devia, a nosso ver, a dois fatores:

a) em primeiro lugar, a um “conflito geracional”, fato corriqueiro na história dos partidos políticos, resultado sempre quando do ingresso de novos integrantes à agremiação partidária. No caso do MDB, o conflito geracional era ocasionado por dois grupos: os “moderados” e os “combativos” ¹⁰¹⁵. Os “moderados” eram os experientes políticos, que tinham feito carreira no antigo regime, já os “combativos”, em sua maioria, eram constituídos de jovens, geralmente em primeiro ou segundo mandato ¹⁰¹⁶. Nas palavras de Lucia Hippolito:

Habitadas à liderança incontestada, ao caciquismo e às fidelidades pessoais, as raposas encontram dificuldade em tratar com uma dissidência de natureza política, cujos membros ainda não fizeram a necessária “sargentação” no partido. São moços desafiando o comando dos velhos. A oligarquia sente seu poder ameaçado e parte para a “solução final”: o aniquilamento do grupo ¹⁰¹⁷.

A respeito desses conflitos geracionais no interior de um partido, o sociólogo alemão, Robert Michels, já apontava, no início do século XX, que a ascensão de novos líderes políticos em uma agremiação sempre acarretava àqueles que estavam no poder o medo de entrega de seus respectivos lugares aos recém-chegados. Em suas palavras: “*Now this ascent*

Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, 1983. KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda**: jornalistas e censores do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo, 2004. SMITH, Anne-Marie. **Um acordo forçado**: o consentimento da imprensa à censura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2000.

¹⁰¹⁴ PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de partido**: organização e poder nos partidos políticos. São Paulo. Martins Fonte, 2005, p. 96-99.

¹⁰¹⁵ A pesquisadora Alessandra Carvalho traçou um perfil sociológico dos deputados federais e senadores eleitos pela ARENA e MDB entre 1966 e 1978. O estudo analisa, de maneira pormenorizada, o conflito resultante do ingresso de novas lideranças nesses partidos e a permanência das antigas elites políticas. Para um maior aprofundamento, ler: CARVALHO, Alessandra. **Elites políticas durante o regime militar**: um estudo sobre os parlamentares da Arena e MDB. 239 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

¹⁰¹⁶ Os “combativos” do MDB “[...] não tinham militância política anterior, era, em sua maioria, profissionais liberais indispostos contra o autoritarismo, a quem foi dada oportunidade de candidatar-se ao Parlamento num momento em que era difícil encontrar candidatos mais experimentados. [...] A marca principal do grupo não era a afinidade ideológica, mas a atitude aguerrida e corajosa num contexto de extrema repressão”. MOTTA, op. cit. (2007), p. 290, grifo nosso.

¹⁰¹⁷ HIPPOLITO, op. cit. (1985), p. 185.

*of new leaders always involves the danger, for those who are already in possession of power, that they will be forced to surrender their places to the newcomers”*¹⁰¹⁸.

b) em segundo lugar, e talvez o principal fator de disputa entre “combativos” e “moderados”: a conquista da cúpula do partido. Para os “combativos”, ganhar a cúpula emedebista corresponderia conquistar o espaço por onde o poder oposicionista de fato circulava. Os “combativos” tinham plena consciência de que a forma mais eficaz de levar o partido para uma luta franca e aberta contra o regime era dominando a cúpula emedebista tida como moderada demais.

Sobre essa questão é importante ter em mente a forma como os partidos políticos em geral são organizados, tanto nacional quanto internacionalmente, para compreender a ânsia dos “combativos” em conquistar os cargos de alto escalão da legenda. Em sua obra clássica, Robert Michels já apontava, através da chamada “lei de ferro da oligarquia”¹⁰¹⁹, o fato de a cúpula do partido sempre acabar centralizando e dominando as decisões, muitas vezes, de forma autocrática e oligárquica. Esse centralismo faz com que os líderes partidários acabem partindo para uma tendência moderada; acabem formando, nas palavras de Maurice Duverger:

[...] uma classe dirigente, isolada dos militantes, casta mais ou menos fechada sobre si mesma. Na medida em que eles são eleitos, a oligarquia partidária amplia-se, mas não se transforma em democracia, pois a eleição é feita pelos adeptos, que são uma minoria em relação aos que dão seus votos ao partido, quando das eleições gerais. Ora, os parlamentares estão cada vez mais sujeitos à autoridade dos dirigentes internos; isso significa que a massa dos eleitores é dominada pelo grupo menos numeroso dos adeptos e dos militantes, subordinando-se este, por sua vez, aos organismos diretores¹⁰²⁰.

O depoimento a seguir de Ulysses Guimarães, então presidente nacional do MDB, exemplifica bem, portanto, os dois motivos expostos anteriormente que impulsionaram os “combativos” a lutarem para conquistar a direção do MDB:

As diferenças entre autênticos e moderados primeiro era um problema de geração. Eram políticos jovens... Segundo, fundamentalmente, esses deputados queriam postos. Queriam até a presidência do partido, a liderança, que essas figuras tradicionais ocupavam. Não era uma luta tanto, ou não era mesmo, de teor ideológico. Porque oposição todos faziam. Era um estilo de oposição. Eles, mais moços, talvez faziam uma movimentação maior¹⁰²¹.

¹⁰¹⁸ MICHELS, Robert. **Political Parties**: a Sociological Study of the Oligarchical Tendencies of Modern Democracy. New York: The Free Press, 1968, p. 172.

¹⁰¹⁹ MICHELS, op. cit. (1968).

¹⁰²⁰ DUVERGER, op. cit. (1970), p. 555.

¹⁰²¹ Citado por: KINZO, op. cit. (1988), p. 142-143.

No Estado de Pernambuco, os “combativos” alcançaram o seu objetivo de conquistar a cúpula do partido. Na eleição de 1972, para formação do novo Diretório Estadual e Executiva, os “combativos” tiveram maioria. O novo Diretório e a Executiva ficaram assim constituídos:

- **Diretório Estadual de Pernambuco:**
Pinto Ferreira; Carlos Guerra; Eugênio Melo; Jarbas Vasconcelos; José Ermídio Fernandes; Marcus Cunha; João Negromonte; Cláudio César de Andrade; Jazer Menezes; João Ferreira Lima; José Bione; Mário Monteiro; Romeu Bento da Silveira; Marcos Freire; Fernando Lira; Moacir André Gomes; Jacques Ferreira Lima; Edgar Moury Sobrinho; Liberato Xavier; Manuel Gilberto; Fernando Coelho; Alcides Teixeira; Armando Monteiro Filho; José Luís de Almeida Melo; Herberto Ramos; Thales Ramalho e Paulo Henrique Maciel.
- **Executiva Estadual de Pernambuco:**
 - **Presidente:** Pinto Ferreira (combativo);
 - **1ª vice-presidência:** Armando Monteiro (moderado);
 - **2ª vice-presidência:** Marcos Freire (combativo);
 - **1º secretário:** Jarbas Vasconcelos (combativo);
 - **2º secretário:** Jacques Ferreira Lima, (moderado);
 - **Tesoureiro:** Eugenio Pereira de Melo (combativo) ¹⁰²².

No que se refere ainda ao tema dos conflitos existentes no interior do MDB naquele início dos anos 70, cabe salientar aqui as considerações dos cientistas políticos americanos Shaum Bowler, David Farrell e Richard Katz, ao pontuarem que, embora as divergências dentro de um partido sejam o aspecto que mais chamem a atenção do público externo, há também, cotidianamente, uma série de acordos silenciosos pactuados no âmbito interno da legenda, visando a sua própria sobrevivência, e que nem sempre são percebidos pelos agentes externos à organização ¹⁰²³.

[...] [o MDB] apesar do caráter frequentemente ideológico de seu discurso oposicionista, sempre foi uma organização essencialmente movida a pragmatismo eleitoral, entre outras coisas, porque o regime militar manteve eleições para parlamentares e prefeitos, e muitos políticos sempre aspiram a estes cargos ¹⁰²⁴.

¹⁰²² ARENA e MDB elegem presidentes. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 5, 28 mar. 1972.

¹⁰²³ BOWLER, Shaum; FARRELL, David; KATZ, Richard S.. Party cohesion, party discipline and parliaments. _____ . In: **Party Discipline and Parliamentary Government**. Ohio State University Press; 1999, p. 6.

¹⁰²⁴ MELHEM, op. cit. (1998), p. 8.

Afinal de contas, não podemos nos esquecer que, independentemente de se colocarem como democráticos e defensores da vontade geral, os partidos políticos perseguem um objetivo fundamental: governar ¹⁰²⁵. É isso que se capta, por exemplo, das conclusões de Anthony Downs, ao afirmar que os partidos existem para vencer eleições e controlar o aparato governamental, atingindo o poder através de eleições ¹⁰²⁶; de Joseph Schumpeter, ao referir que os partidos são grupos cujos membros resolvem agir de maneira concertada na luta pelo poder político ¹⁰²⁷; de Vladimir Key Jr., ao pontuar que os partidos são compostos por grupos mais ou menos coerente de pessoas unidas para controlar o governo ¹⁰²⁸; e de John Aldrich, quando argumenta que os partidos políticos são coligações de grupos da elite para a captura e uso de poder político ¹⁰²⁹.

No caso específico do MDB, por exemplo, os “moderados”, percebendo o espírito de mudança da sociedade no curso dos anos 1973 e 1974, no auge da campanha da anti-candidatura de Ulysses, cederam paulatinamente espaço de poder dentro do partido aos “combativos” como uma forma de sobrevivência de seu próprio grupo ¹⁰³⁰. Uma tática comum e corriqueira dentro das organizações partidárias no uso do velho provérbio: “Se não pode vencê-los, junte-se a eles”. Como pontuou Jarbas Vasconcelos: “*O ‘velho’ [forma como os amigos se referiam a Ulysses Guimarães] percebeu que se não estabelecesse um canal com os ‘autênticos’, estaria em dificuldades*” ¹⁰³¹. Ou seja, os moderados cupulistas fizeram concessões no sentido de evitarem tornar a sua linha de atuação sectária.

Em um período de mudança na sociedade, dizem os referidos autores, os políticos buscam sempre avaliar o risco de uma sanção eleitoral, ou seja, tendem a se sentirem inseguros quanto à manutenção de suas carreiras políticas em virtude da grande ameaça

¹⁰²⁵ No caso do MDB, por exemplo, “*O objetivo primeiro da organização sempre foi manutenção de um mercado político, por meio do qual se alcançariam as vitórias que conduziriam à democracia e ao poder*”. MELHEM, op. cit. (1998), p. 134.

¹⁰²⁶ DOWNS, Anthony. **An economic theory of democracy**. Boston: Addison Wesley Longman, 1957, p. 11-12.

¹⁰²⁷ SCHUMPETER, Joseph Alois. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961, p. 59.

¹⁰²⁸ KEY JR., Vladimir O. **Política, Partidos y Grupos de Presión**. Madrid: Instituto de Estudios Políticos, 1962, p. 477.

¹⁰²⁹ ALDRICH, John. **Why Parties?: The Origin and Transformation of Political Parties in America**. Chicago: The University of Chicago Press, 1995, p. 283-284.

¹⁰³⁰ A crítica de Lucia Hippolito é mordaz a esse respeito: “[...] *a renovação da liderança é condição vital para a sobrevivência de um partido político. Será que o dilema entre renovação e perpetuação é resolvido apenas pela sucessão biológica, isto é, pela morte dos velhos chefes? Até que ponto a falta de oxigenação das elites partidárias, resultado da não-introjeção de sangue novo no comando, pode ser responsável pela esclerose e morte do partido?*”. HIPPOLITO, op. cit. (1985), p. 135.

¹⁰³¹ Cf. Depoimento de VASCONCELOS, op. cit. (2006), p. 55.

representada pela possibilidade de seu eleitorado acompanhar outra tendência do partido que se apresente em ascensão. Em um cenário de transformação política, segundo os autores, os partidos tendem a reafirmar sua afinidade com as principais lideranças e bandeiras partidárias. Os partidos tendem, portanto, a aumentar significativamente sua coesão interna como forma de sedimentar os seus votos e angariar novos eleitores.

And the degree of polarization of the electorate, and hence of the party system, is seen as a major determinant of the willingness of members to across to the other side [...] for instance, in a highly polarized party system, the distance (whether psychological or political) between the parties may be so wide as to deter members from wanting defect¹⁰³².

A existência desses dois grupos majoritários dentro do MDB fez com que, no curso dos anos 1973/1974, o partido tomasse algumas medidas ambíguas, oscilando entre a combatividade e a moderação. Um episódio envolvendo um grupo de intelectuais e o MDB ilustra, por exemplo, as dubiedades da legenda à época.

No final de 1973, Ulysses Guimarães procurou um grupo de cientistas sociais – muitos deles afastados à força da Universidade – que haviam criado o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). O então presidente do MDB buscava ajuda para sua campanha como “anti-candidato” à Presidência da República no ano de 1974. Alguns membros do CEBRAP aceitaram participar como grupo de apoio remunerado. Por esse motivo, de acordo com o sociólogo Chico de Oliveira, seis pesquisadores originários do CEBRAP (ele, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort, Luiz Werneck Vianna, Maria Hermínia Tavares e Paul Singer) foram a Brasília, a pedido de Ulysses, para debater o programa elaborado pelos líderes da legenda. Em Brasília, os pesquisadores se encontraram com a alta cúpula nacional do MDB, com perfil moderada, quase toda vinda do antigo PSD: Ulysses Guimarães, Amaral Peixoto, Thales Ramalho, Tancredo Neves, Nelson Carneiro e ainda Franco Montoro, que teria sido o único a comentar algo na ocasião. “*Ele era um estranho no ninho*”, disse Chico ao se referir a Montoro. Os outros ouviram impassíveis, silenciosos e formais, sem se comover com os dados apresentados, como a distribuição de renda concentradora de riquezas. “*Ouviram tudo, prestaram atenção, mas não fizeram um comentário*”. Chico de Oliveira concluiu que o problema dos emedebistas cupulistas era o governo ou a falta de poder e não o sistema econômico injusto, então vigente. O episódio é simples, mas revela, simbolicamente vários aspectos, entre eles, a heterogeneidade da

¹⁰³² BOWLER; FARRELL; KATZ op. cit. (1999), p. 6.

oposição à ditadura e o predomínio dos setores moderados dentro do MDB ¹⁰³³. Como se vê, mais do que útil, o crescimento das forças combativas dentro do MDB se tornava uma realidade necessária para tirar o partido de seu imobilismo e para sua própria sobrevivência (como se verá) em “tempos de mudança”.

[...] enquanto o partido encontrou nos estudos do CEBRAP subsídios para a interpretação dos processos de transformação em curso no país, fundamentais para sua atuação pública, membros do CEBRAP viram nele um canal para participar da elaboração de projetos políticos para o país, no curso da abertura ¹⁰³⁴.

Vários foram os fatores que contribuíram para que a “anti-candidatura” de Ulysses se tornasse um marco, mas certamente um dos mais importantes para a problemática do frentismo foi a aproximação de algumas lideranças do MDB com intelectuais do CEBRAP. Os dirigentes do partido teriam buscado os intelectuais com o objetivo de ampliar a sua base política: “[...] para Ulysses, o debate na esquerda intelectual poderia se transformar em plataforma política sintética, ao alcance do eleitor médio. [...] A aproximação com os intelectuais foi uma forma de chegar aos setores mais críticos da sociedade civil que até então advogavam o voto nulo como forma de protesto” ¹⁰³⁵.

Não podemos deixar de registrar neste trabalho que, apesar das fortes divergências internas durante o pós-eleição de 1970, o MDB foi um partido que soube se manter unido. E, de fato, o evento que marcou a união da agremiação foi, sem sombra de dúvida, a “anti-candidatura” de Ulysses Guimarães à Presidência da República no ano de 1974.

A anticandidatura presidencial de Ulysses Guimarães em 1973, que pavimentou a estrada da vitória eleitoral emedebista em 1974, foi uma ousadia insuflada pelos autênticos e astutamente executada pela liderança moderada. O habilidoso comando partidário podia contar com as duas correntes em suas movimentações táticas e como reforço na estratégia de chegada ao poder pelas urnas – já que cada corrente ampliava os quadros e o eleitorado em uma direção. O predomínio moderado na cúpula, por outro lado, assegurava flexibilidades e ponderações que tranquilizavam os militares ¹⁰³⁶.

¹⁰³³ Cf. JINKINGS, Ivana; RIDENTI, Marcelo; MAAR, Wolfgang Leo. Entrevista: Francisco de Oliveira. **Revista Margem Esquerda**, n. 10, São Paulo, Boitempo, nov. 2007, p. 29.

¹⁰³⁴ CARVALHO, Alessandra. Partidos e abertura nos anos 1970: o MDB nas eleições de 1974 e 1978. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2013, Natal. **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social**. Natal: ANPUH, 2013, p. 13.

¹⁰³⁵ NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014, p. 242-243.

¹⁰³⁶ MELHEM, op. cit. (1998), p. 82.

Por afinidades discursivas, alguns deputados federais do MDB, eleitos em 1970 (em sua maioria, políticos de primeiro mandato), se reuniram em meados de 1972 e 1973 para formar um grupo na Câmara Federal com o intuito de lutar pelo retorno ao Estado Democrático de Direito e encampar a “anti-candidatura” de Ulysses Guimarães ¹⁰³⁷. Segundo depoimentos desses políticos ¹⁰³⁸, o grupo não possuía inicialmente um projeto comum, um plano de oposição sistemática, não era uma entidade orgânica, não havia locais fixos de reuniões, inclusive, havia certo temor pelos políticos desconhecidos recém-egressos no grupo.

No começo não conhecíamos uns aos outros, mas logo vimos que tínhamos a mesma linguagem, a mesma maneira de atuar e houve então o surgimento natural do grupo em consequência das afinidades ideológicas. Aos poucos, entretanto, foi se tornando difícil a convivência política entre a maior parte dos deputados recém-eleitos do MDB (quase todos jovens e de pouca militância política anterior) com os velhos políticos que atuam no partido oposicionista desde a sua criação ¹⁰³⁹.

No início de 1973, esse grupo, que ficou conhecido como “autênticos do MDB”, lançou a ideia de o partido concorrer à “eleição indireta” para Presidência da República marcada para o dia 15 de janeiro de 1974. Eles se declararam os “anti-candidatos”, negando a legitimidade tanto da “anticonstituição” quanto das “anti-eleições”. Ninguém tinha dúvidas sobre as “cartas marcadas” daquela eleição, que somente confirmaria o sucessor do presidente Emílio Médici já escolhido: o então presidente da Petrobras, o general Ernesto Geisel.

Os “combativos” sabiam que não teriam chance no Colégio eleitoral contra Geisel – uma vez que a ARENA tinha mais de dois terços do Colégio Eleitoral –, mas mesmo assim lançaram-se na campanha para ocupar o espaço institucional, tentando reerguer o MDB que andava em baixa. Fazendo “campanha simbólica” de acordo com as regras do jogo eleitoral, o MDB buscava aproveitar a oportunidade para desenvolver uma campanha oposicionista, em âmbito nacional, que serviria não só para denunciar a falsidade da “eleição indireta”, mas também para sensibilizar o eleitorado com denúncias diversas, lançando assim sementes que poderiam render frutos para as eleições legislativas do ano seguinte ¹⁰⁴⁰. A “anti-candidatura”

¹⁰³⁷ Segundo o jornal Movimento, esse grupo tinha pretensões de se transformar em um “Bloco Parlamentar Nacionalista”, uma vez que o regimento interno da Câmara de Deputados permitia, à época, a legalização de frações subpartidárias. A vitória de Alencar. **Movimento**, Rio de Janeiro, 7 mar. 1977, p. 3.

¹⁰³⁸ Cf. NADER, op. cit. (1998).

¹⁰³⁹ O futuro incerto dos “autênticos”. **Opinião**, Rio de Janeiro, 18 out. 1974.

¹⁰⁴⁰ ALENCAR, Furtado. **Salgando a Terra**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

“[...] foi uma simulação necessária e importante naquela hora. Era uma ficção do que deveria ser de fato, mas que não era”¹⁰⁴¹.

A entrevista de Ulysses Guimarães à revista *Veja* fica evidente, por exemplo, a estratégia do MDB de fazer da “anti-campanha” um esteio de denúncias para a população dos mecanismos autoritários e viciados que caracterizava as eleições indiretas, ao mesmo tempo uma forma de retirar o MDB da letargia que a dominava desde as eleições de 1970:

Eu sei o anticandidato. A campanha do MDB vai por a descoberto, mais flagradamente, perante os brasileiros, o absurdo do colégio eleitoral, que usurpou seu direito de escolher seus governantes. [...] Nossa campanha será simbólica, mostrando a grave mutilação que se fez na vida política do país, onde foi tirado aos cidadãos o direito de eleger seu presidente. [...] Nós temos nos voltado para um tipo de missão e nos absorvemos nela: a redemocratização do país. Logo que tivéssemos a democracia, se o nosso candidato pudesse ser eleito presidente pelo voto popular, nós teríamos então outras manifestações, outras atitudes, até outros candidatos. Eles teriam que dizer na campanha o que faria com o poder. Nossa campanha, por enquanto, tem sentido cívico. Estamos pregando apenas a democracia, o que não é programa de governo¹⁰⁴².

Aproveitando o espírito da “anti-campanha”, os “autênticos” atravessaram o país, denunciando os casos de tortura a presos políticos, a censura (vide Figura 23), a “crise do milagre econômico”, entre outros assuntos. “*Não tínhamos líder. Era uma coisa muito espontânea, muito fraternal*”¹⁰⁴³. Nesse sentido, pode-se afirmar que o grupo dos “autênticos” foram os primeiros a denunciar ao Brasil e ao mundo as atrocidades do regime militar e só depois é que outras entidades, como a Igreja Católica, a OAB, a ABI, se incorporaram a essa causa.

Apesar de, aparentemente, polêmica, pesquisas recentes mostram a veracidade da afirmação da frase anterior. Embora tenham desempenhado uma função de extrema importância na luta pelo retorno à democracia no Brasil, a Igreja Católica, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), tardaram a ingressar nessa luta, conforme pontuou Maria Helena Moreira Alves¹⁰⁴⁴. Essa questão foi apontada várias vezes, por exemplo, por Fernando Lyra. Para ele, nos anos mais difíceis da

¹⁰⁴¹ Cf. Depoimento de LIMA, op. cit. (2006), p. 33.

¹⁰⁴² Entrevista: Ulysses Guimarães. **VEJA**, São Paulo, n. 262, p. 3, 12 set. 1973.

¹⁰⁴³ Cf. Fernando Cunha, MDB-GO. Livro conta a luta dos Autênticos do MDB. **Folha de S. Paulo**, 14 jun. 1998, p. 10.

¹⁰⁴⁴ ALVES, op. cit. (2005), p. 263.

vida política nacional, no período mais duro do regime militar, foi o MDB que assumiu a dianteira da luta democrática no país:

Não descansávamos, eram 24 horas de luta ininterrupta. Como não havia facilidades tecnológicas, rodávamos panfletos em mimeógrafos e os distribuíamos na rua. Ou seja, não havia um canal que levasse nossa atuação e luta para fora do Congresso Nacional... Nada ecoava! A atuação da igreja, CNBB, na época, era fraca, só mais tarde teve uma participação importante. A OAB, por sua vez, também não apresentava qualquer expressividade. Éramos os únicos porta-vozes possíveis dos injustiçados e marginalizados. Ninguém sequer falava em anistia, só nós... Depois, sim! ¹⁰⁴⁵.

Em outro depoimento, Fernando Lyra ratificou essa questão:

Só havia mesmo o grupo autêntico, naquela época, de oposição real. Porque a OAB tava fora, a Igreja não podia atuar, as organizações também, os partidos na clandestinidade, muita gente exilada. Então era muito difícil. Com quem você contava? Quase ninguém ¹⁰⁴⁶.



Figura 23 – Ulysses Guimarães, campanha da “anti-candidatura” à presidência da República.
Fonte: DELGADO, op. cit. (2006).

Apesar da presença de bispos, padres e leigos progressistas, ligados à Teologia da Libertação, e de movimentos libertadores como a Ação Católica Operária (ACO), a Juventude

¹⁰⁴⁵ Cf. Depoimento de Fernando Lyra in: NADER, op. cit. (1998), p. 118.

¹⁰⁴⁶ Depoimento de Fernando Lyra. **Marcos Freire – sem ódio e sem medo**. [Documentário]. Direção de Marcya Reis. Brasília: TV Câmara, 2004. DVD (44 min.): NTSC, son., color.

Operária Católica (JOC) e a Juventude Agrária Católica (JAC), a Igreja Católica, como instituição, demorou a criticar as arbitrariedades da ditadura brasileira¹⁰⁴⁷. Vale aqui lembrar, por exemplo, que essa instituição eclesiástica apoiou oficialmente o golpe civil-militar de 1964¹⁰⁴⁸ e que, diante da divulgação de centenas de casos de violações de direitos humanos ocorridas no país durante os governos Castelo Branco e Costa e Silva, ela, na maioria das vezes, as ignorou ou silenciou-se.

Outras duas instituições que foram de extrema importância na luta pela anistia e no processo de abertura política no Brasil foram a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), que, concentrando-se no combate pela liberdade de expressão, rompeu o silêncio de anos¹⁰⁴⁹, e a OAB, que “aprendendo” a neutralizar o medo do isolamento¹⁰⁵⁰, lançou-se na luta pelos direitos individuais e coletivos. Em 1964, OAB e a ABI apoiaram o golpe. Mas se arrependeram depois.

Inicialmente, o “grupo autêntico” queria lançar Lysâneas Maciel (GB) e Marcos Freire (PE) como “anti-candidatos” à presidência e vice-presidência da República, respectivamente. Após muitas discussões, pensou-se colocar o jornalista Barbosa Lima Sobrinho¹⁰⁵¹ como “anti-candidato” à presidência e Lysâneas ou Freire como vice.

¹⁰⁴⁷ Para um maior aprofundamento dessa questão, ver: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; PASSOS, Mauro. *Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970)*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil republicano**. 2. ed. vol. 4. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. GOMES, Paulo César. **Os bispos e a ditadura militar brasileira (1971-1980): a visão da espionagem**. Rio de Janeiro: Record, 2014. SERBIN, op. cit. (2001).

¹⁰⁴⁸ BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo**. Petrópolis: Vozes, 1994.

¹⁰⁴⁹ Para um melhor entendimento acerca do papel da ABI durante esse processo, ver: MOREL, Edmar. **A trincheira da liberdade**. Rio de Janeiro: Record, 1985.

¹⁰⁵⁰ Dizemos “aprendeu”, porque, segundo Denise Rollemberg, diferentemente do que se costuma imaginar, a postura histórica da OAB pela redemocratização do país só começou em meados de 1972. De acordo com a historiadora, antes disso, a OAB oscilou entre o apoio ao regime, o silêncio e a crítica discreta às prisões arbitrárias e restrições às prerrogativas profissionais. Para uma análise desse ponto de vista, ver: ROLLEMBERG, Denise. *Memória, Opinião e Cultura Política. A Ordem dos Advogados do Brasil sob a Ditadura (1964-1974)*. In: AARÃO REIS FILHO, Daniel; ROLLAND, Denis (Orgs.). **Modernidades alternativas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p. 57-96. Ver, também: COELHO, Fernando de Vasconcellos. **A OAB e o regime militar (1964-1986)**. Recife: Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Pernambuco, 1996. MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de. *Contra as reformas e o comunismo: a atuação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no governo Goulart*. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 49, p. 149-168, jan.-jun. 2012.

¹⁰⁵¹ **Barbosa Lima Sobrinho** nasceu em Recife (PE), em janeiro de 1897. É originário de uma família de classe média. Bacharel em direito em 1917, colaborou em jornais pernambucanos até 1921, quando se transferiu para o Rio de Janeiro e ingressou no *Jornal do Brasil*. Em 1926, tornou-se presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Em 1929, foi reeleito presidente da entidade. Além de jornalista, fez uma extensa carreira política. Em outubro de 1934, foi eleito deputado federal por Pernambuco para o triênio 1935-1937. De maio de 1938 a março de 1946, ficou à frente do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), numa conjuntura de crise gerada pela superprodução do açúcar nos estados produtores do Nordeste. Em 1945, participou ativamente dos trabalhos

Combinamos inicialmente que os candidatos seríamos eu e Marcos Freire, mas depois achamos que um nome de peso, como o de Barbosa Lima Sobrinho, seria muito mais sugestivo. Convidamos Barbosa Lima e decidimos que um de nós seria o vice, para termos certeza de que os dois iriam desistir, embora o Barbosa nos tivesse assegurado tranquilamente que desistiria na véspera do pleito. Sairia pelo país todo, faria aquela pregação democrática, faria denúncias, e na véspera renunciaria: “Isto é uma farsa!” Mas aí, o que aconteceu? Ulisses ficou sabendo que tínhamos convidado o Barbosa e se encantou. Percebeu que aquilo ia ser interessante do ponto de vista de publicidade, de marketing, e resolveu ser o candidato¹⁰⁵².

O deputado Ulysses Guimarães, então presidente da legenda, ao tomar ciência da articulação dos correligionários com Barbosa Lima, se impôs como “anti-candidato” do partido¹⁰⁵³. Segundo o depoimento do jornalista Antônio Scartezini:

A pessoa que os autênticos pensavam acabou recaindo no jornalista Barbosa Lima Sobrinho. Mas aí Ulysses viu que a coisa era interessante. Ulysses não gostava de remar contra a maré. Viu que a proposta dos autênticos era interessante. Então, ele se ofereceu, se impôs como o anticandidato. Inclusive, trouxe o Barbosa Lima para ser o seu vice¹⁰⁵⁴.

Os pernambucanos Marcos Freire e Fernando Lyra ficaram incumbidos de consultar Barbosa Lima sobre a possibilidade de aceitar a candidatura à vice-presidência na chapa de Ulysses. O que, como sabemos, de fato, ocorreu. “*Marcos [Freire] foi que nos levou à casa de Barbosa Lima no Rio de Janeiro. E nós conseguimos que Barbosa Lima aceitasse a vice-presidência*”¹⁰⁵⁵.

de criação do PSD em Pernambuco, tomando parte na elaboração do primeiro programa do partido. Em dezembro desse mesmo ano, foi eleito deputado à Assembléia Nacional Constituinte. Exonerou-se em março da presidência do IAA e assumiu o mandato em abril. Em janeiro de 1947, venceu as eleições para o governo do Estado, mas só tomou posse em fevereiro de 1948. Enfrentou sérias dificuldades de governabilidade, pois foi acusado de ser cúmplice dos comunistas por manter em seu secretariado pessoas vinculadas a essa corrente política. Com o final de seu governo no início de 1951, foi nomeado procurador no Rio de Janeiro. Em outubro de 1958, elegeu-se deputado federal por Pernambuco na legenda do Partido Socialista Brasileiro (PSB), para a legislatura 1959-1962, vinculando-se à Frente Parlamentar Nacionalista, bloco suprapartidário criado em 1957 com o objetivo de combater as concessões ao capital estrangeiro e a remessa de lucros para o exterior e de defender uma política de desenvolvimento autônomo da economia nacional. Em 1965, ingressou no MDB. Em agosto de 1973, aceitou disputar o cargo de vice-presidente da República na chapa encabeçada pelo presidente do MDB, o deputado Ulisses Guimarães, que se apresentava como “anticandidato” às eleições indiretas previstas para 15 de janeiro de 1974. Foi novamente presidente da ABI de 1978 a 2000. Foi reeleito presidente da ABI em maio de 1980. Participou ativamente da campanha das Diretas Já, que teve como objetivo pressionar o Congresso Nacional a aprovar a emenda Dante de Oliveira, com qual se pretendia restabelecer eleições diretas para a presidência da República em 1985. Faleceu em julho de 2000, no Rio de Janeiro, aos 103 anos. Adaptado de: ABREU, op. cit. (2001), p. 3204-3209.

¹⁰⁵² MACIEL, Lysâneas. **Lysaneas Maciel (depoimento, 1998)**. Rio de Janeiro, CPDOC/ALERJ, 2003, p. 23.

¹⁰⁵³ SCARTEZINI, Antonio C.. **Dr. Ulysses: uma biografia**. São Paulo: Marco Zero, 1993, p. 65-66.

¹⁰⁵⁴ Depoimento de Antônio Scartezini. **Marcos Freire – sem ódio e sem medo**. [Documentário]. Direção de Marcya Reis. Brasília: TV Câmara, 2004. DVD (44 min.): NTSC, son., color.

¹⁰⁵⁵ Depoimento de Fernando Lyra. *Ibid.*

No dia 5 de setembro de 1973, o Diretório Nacional aprovou, por unanimidade, os nomes do deputado federal Ulysses Guimarães e do jornalista Barbosa Lima como candidatos do MDB à presidência e vice-presidência da República, respectivamente. No dia 21 de setembro, a indicação de Ulysses Guimarães, então presidente nacional do MDB, foi aprovada na VI Convenção Nacional do partido, realizada em Brasília. Na ocasião, parafraseando o escritor português Fernando Pessoa, em seus versos “Navegar é preciso. Viver não é preciso”, Ulysses fez um forte e irônico discurso contra a ditadura, comparando a campanha do MDB com a partida de um veleiro com destino à liberdade:

Não é o candidato que vai recorrer o país. É o anti-candidato, para denunciar a antieleição, imposta pela anticonstituição que homizia o AI-5, submete o Legislativo e o Judiciário ao Executivo, possibilita prisões desamparadas pelo habeas corpus e condenações sem defesa, profana a indevassabilidade dos lares e das empresas pela escuta clandestina, torna inaudíveis as vozes discordantes, porque ensurdece a nação pela censura à imprensa, ao rádio, à televisão, ao teatro e ao cinema ¹⁰⁵⁶.

Contudo, a aceitação do nome de Ulysses como “anti-candidato” esteve sujeita a uma condição: ele deveria criticar a ditadura durante a campanha e um dia antes da votação no Colégio Eleitoral, marcada para 15 de janeiro de 1974, Ulysses deveria renunciar a candidatura como forma de protesto e denunciar a fraude do sistema de votação indireta. Para os “autênticos”, votar em Ulysses no Colégio Eleitoral corresponderia legitimar o processo. Porém, Ulysses não seguiu o roteiro combinado. Ele levou sua candidatura ao Colégio e obteve 76 votos ¹⁰⁵⁷. Na ocasião, fez um tímido discurso, sem repercussão alguma. “*A Agência Nacional transmitira trechos da cerimônia do Colégio Eleitoral em rede de televisão e rádio. Do presidente do MDB, Ulysses Guimarães, nem uma palavra. [...] Quanto ao discurso de Ulysses, uma só informação: tinha onze páginas. Do que havia nelas, nada*” ¹⁰⁵⁸. Com 400 votos, os generais Ernesto Geisel e Adalberto Pereira dos Santos (ARENA) foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente ¹⁰⁵⁹.

Segundo as autoras Célia Costa e Juliana Gagliardi, os “autênticos” recordam esse episódio com certa mágoa. Segundo depoimentos de vários integrantes do grupo, além de ter

¹⁰⁵⁶ O Discurso de Ulysses Guimarães pode ser visto em: GUIMARÃES, Ulysses. Navegar é preciso. Viver não é preciso. In: GUTEMBERG, Luiz (Org.). **Ulysses Guimarães** – Ed. comemorativa ao centenário de nascimento. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016, p. 197-203.

¹⁰⁵⁷ O Colégio Eleitoral era formado por 503 delegados: 66 senadores, 310 deputados federais e 127 deputados estaduais. Do total dos seus membros 402 eram da ARENA e 101 do MDB. Dois emedebistas e um arenista não compareceram por doença. Primeira lição do Colégio. **VEJA**, São Paulo, n. 281, p. 14, 23 jan. 1974.

¹⁰⁵⁸ GASPARI, op. cit. (2003), p. 237.

¹⁰⁵⁹ Geisel analisa qualidades de um governante. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 10, 16 jan. 1974.

quebrado o acordo inicial – que envolvia a sua renúncia um dia da eleição –, Ulysses não se portou de forma leal durante a campanha, na medida em que não citou os autênticos em seus discursos, omitindo inclusive a paternidade da ideia da anti-candidatura.

A insistência de Ulysses de prosseguir até o fim da campanha deu legitimidade à eleição do general Ernesto Geisel, quebrando a ideia inicial dos autênticos de denunciar a farsa da Câmara para a eleição indireta. Para o deputado Alencar Furtado: “*Ele poderia ter chegado ao plenário como um gigante, mas chegou como um pigmeu*”¹⁰⁶⁰. Fernando Lyra também ratificou esse sentimento de frustração dos “autênticos” em relação à decisão de Ulysses:

Nós fomos contra a ida ao Colégio Eleitoral. Porque o nosso compromisso era a candidatura até a véspera da eleição. Mas o Ulysses aí forçou a barra para ir para o Plenário. Nós votamos contra na reunião do diretório. Aí foi a consolidação real do grupo autêntico. Então nós assinamos o protesto e Alencar Furtado leu na hora da votação e nós não votamos em Ulysses no Colégio Eleitoral. Aí foram 23 [que] assinaram a ausência no Plenário¹⁰⁶¹.

A votação de Geisel no Colégio Eleitoral teve a abstenção de 21 emedebistas do “grupo autêntico”, que se retiraram do Congresso como forma de protesto. Antes de saírem, esses emedebistas leram um documento de repúdio ao processo de escolha indireta. “*Saímos do plenário, sob a incompreensão dos companheiros [do MDB] e a maldição da revolução, de uma revolução que pretendia ser definitiva, irreversível, infinita*”¹⁰⁶². O documento dizia:

Devolução do Voto ao Povo Brasileiro

Devolvemos nossos votos ao grande ausente: o povo brasileiro, cuja vontade, afastada do processo, deveria ser fonte de todo o poder. Recusando participar com o nosso voto desta eleição, não temos a preocupação de ato heroico. Sabemos que a história é, principalmente, a crônica dos gestos de resistência daqueles que souberam afirmar-se através do tempo, mesmo porque ela não se faz de concessões e capitulações. Assim, a nação não esquece os contestadores de todas as épocas: os heróis da Inconfidência Mineira; os construtores da Independência; os defensores da Abolição; os artífices da República; os tenentes de 22 e 24; os revolucionários de 30; os constitucionistas de 32; os mineiros de 43; os legalistas de 45; os anti-AI-5 de 68. Fiéis ao programa partidário que condena a eleição indireta, admitimos a candidatura própria tão somente com o objetivo de alargar a precária faixa de comunicação, tentando, assim, reatar o diálogo com o povo brasileiro. Em nenhum momento compreenderíamos que o anticandidato e o contestante se convertessem em candidatos. Procuramos exercer o nosso

¹⁰⁶⁰ COSTA, Célia; GAGLIARDI, Juliana. Lysâneas, um autêntico do MDB. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 37, 2006, p. 208.

¹⁰⁶¹ **Marcos Freire – sem ódio e sem medo**. [Documentário]. Direção de Marcyia Reis. Brasília: TV Câmara, 2004. DVD (44 min.): NTSC, son., color.

¹⁰⁶² ANDRADE, op. cit. (1987), p. 2.

mandato coerentes com as tradições democráticas do povo brasileiro, e cada dia mais comprometidos com os grandes temas nacionais que são a fundamentação de uma grande e ampla luta de homens de todas as crenças e latitudes. E assim nos reencontramos com a nossa própria consciência, quando reclamamos o restabelecimento das garantias democráticas e a prevalência dos princípios universais consagrados na Carta dos Direitos Humanos que o mundo subscreveu, juntamente com o Brasil, logo após a 2ª Grande Guerra, quando os povos se definiram no campo de batalha contra o nazifascismo, erguendo aos céus as esperanças de um mundo melhor e mais fraterno. Igualmente nos reencontramos conosco mesmo, quando fizemos nossas as angústias da massa trabalhadora do país, sufocada pela alta não confessada do custo de vida e pelo garroteamento da liberdade e da autonomia sindicais. Também nos reencontramos com os estudantes na sua justa revolta contra o 477, ou com a Justiça quando defendemos a intangibilidade das decisões judiciais, ou, ainda, quando, ao lado do empresariado nacional, denunciemos a desnacionalização progressiva de nossa economia. Não nos contentaríamos, hoje, quando este privilegiado colégio de eleitores se reúne, em apenas renovar essas posições e reproduzir nossas angústias. Por isso é que o gesto de nossa recusa ao voto homologatório deste colégio se constitui na expressão de inconformidade dos que não votam, dos que não escolhem, dos que não decidem e até dos que não podem falar. É possível que as interpretações ligeiras e a análise condicionada de nossa posição às contingências do momento em que vivemos não sejam capazes de mostrar o amplo ângulo de perspectiva de nossa atitude, assumida perante a nação e a História, mas os homens públicos não se engrandecem pela soma aritmética de suas presenças, e sim pela capacidade de refletir as angústias e as esperanças do povo, em cada época. O Brasil de hoje que vive no silêncio das fábricas, dos escritórios, dos campos, das escolas, das igrejas, nos compreenderá e a pátria de amanhã poderá fazer justiça aos poucos que assumiram o risco de juntar à voz do seu protesto o gesto de sua inconformidade ¹⁰⁶³.

De toda forma, apesar das dificuldades, a campanha da “anti-candidatura” foi de extrema importância para o crescimento do MDB, especialmente para a exposição do grupo “autêntico”, para o fortalecimento político do nome de Ulysses Guimarães ¹⁰⁶⁴, e para o desenvolvimento de uma série de denúncias contra o regime pelo país. “*O grupo projetou uma imagem tão positiva do MDB perante a opinião nacional, que nas eleições de 1974, realizadas em clima de semilegalidade, sob processo de intimidação e de violência,*

¹⁰⁶³ Citado por: AZEVEDO; RABAT, op. cit. (2012), p. 186-187.

¹⁰⁶⁴ As denúncias dos “autênticos” possibilitaram uma nova projeção pública do MDB e de Ulysses Guimarães, que emergiu como grande líder do partido oposicionista. Nas eleições de 1970, Ulysses Guimarães obteve 33.000 votos. Em 1974, já presidente do MDB e após a campanha da “anti-candidatura”, Ulysses alcançou 151.105 votos em todo o estado de São Paulo, tendo conquistado eleitores especialmente nas grandes cidades. Depoimento do jornalista Evandro Paranaguá: “*O grupo autêntico foi o grande indutor da grandeza histórica, na história contemporânea política brasileira, de Dr. Ulysses Guimarães. Porque, Dr. Ulysses Guimarães surfou nas ideias dos autênticos [...]. O grupo autêntico mexeu com a cabeça de Dr. Ulysses. Dr. Ulysses mudou muita coisa em função do grupo autêntico. [...] Mudou muito*”. Cf. **Jornalistas**. [Documentário]. Direção de Marco Aurélio Bittencourt. São Paulo: Konim Vídeo, 2009. DVD (51 min.): NTSC, son., color.

traduzindo a legislação eleitoral casuística, conseguimos eleger uma grande bancada”¹⁰⁶⁵. Até mesmo políticos arenistas reconheceram a eficácia da campanha da “anti-candidatura” para o crescimento do MDB naquele período. A este respeito, o arenista pernambucano Marco Maciel comentou:

Então, diria que Ulysses foi, de alguma forma, um candidato de protesto. Porque a eleição era feita pelo Colégio Eleitoral, que por antecipação se sabia o desfecho. A Arena tinha uma maioria relativamente folgada. E aí, a oposição fez uma pregação nacional. O Ulysses fez uma campanha muito boa com o Barbosa Lima Sobrinho, como seu vice¹⁰⁶⁶.

A estratégia inicial dos “autênticos” foi utilizar o tempo do partido disponível na televisão para denunciar o regime militar¹⁰⁶⁷. No entanto, o TSE impediu o MDB de utilizar o rádio e a televisão para sua “anti-campanha”. O TSE entendia que em eleições indiretas não se aplicava a obrigatoriedade do horário gratuito nos meios de comunicação.

Diante deste entrave, Ulysses lançou-se em uma intensa campanha pelo país. Os emedebistas percorreram as principais cidades do país realizando comícios, passeatas e encontros com diferentes atores sociais e organizações¹⁰⁶⁸. Em entrevista ao jornal *O Globo*, Dona Mora Guimarães, esposa de Ulysses Guimarães, falou sobre essa fase da campanha:

[...] Ulysses saiu pelo país pregando sua anticandidatura à Presidência da República, numa campanha mambembe, proibido de falar no rádio e na televisão e censurado nos jornais. Percorreu todo o Rio Amazonas, pregou nas tabas indígenas. Discursava em cima de caixotes de feiras. Cortavam-lhe a luz e ele andava com lamparinas. Jogavam-lhe cavalos e cachorros e homens armados de metralhadoras¹⁰⁶⁹.

No entanto, vale destacar, a campanha da “anti-candidatura” não ocorreu sem dificuldades e sacrifícios. Durante a campanha, as forças de segurança continuavam a vigiar severamente e a intimidar, através da polícia, os comícios da oposição. Ulysses Guimarães e

¹⁰⁶⁵ Cf. Paes de Andrade, MDB-CE. Livro conta a luta dos Autênticos do MDB. **Folha de S. Paulo**, 14 jun. 1998, p. 10.

¹⁰⁶⁶ MACIEL, op. cit. (2007), p. 517.

¹⁰⁶⁷ Cf. ALENCAR, Furtado. **Órfãos do talvez**. Curitiba: Editora Beija Flor, 1979.

¹⁰⁶⁸ No entanto, vale destacar, a campanha da “anti-candidatura” não ocorreu sem dificuldades e sacrifícios. Durante a campanha, as forças de segurança continuavam a vigiar severamente e a intimidar, através da polícia, os comícios da oposição. Ulysses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho, percorreram 15 Estados brasileiros no total. Discursaram em dezenas de cidades. Ironicamente, só não conseguiram realizar comício no Rio de Janeiro, barrados por Chagas Freitas, governador eleito pelo próprio MDB, que chegou a mobilizar até a Polícia Militar para impedir o ato público programado pelos “anti-candidatos”. DELGADO, Tarcísio. **A história de um rebelde**: 40 anos, 1966-2006. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2006, p. 108.

¹⁰⁶⁹ 1977 – o ano do retrocesso. **O Globo**, 12 nov. 2011. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/1977ano-do-retrocesso-3221155#ixzz3uuAM0Ksj>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

Barbosa Lima Sobrinho, percorreram 15 Estados brasileiros no total. Discursaram em dezenas de cidades.

Ironicamente, só não conseguiram realizar comício no Rio de Janeiro, barrados por Chagas Freitas, governador eleito pelo próprio MDB, que chegou a mobilizar até a Polícia Militar para impedir o ato público programado pelos “anti-candidatos”¹⁰⁷⁰. Em Pernambuco, também, forças policiais foram utilizadas para barrar a campanha da “anti-candidatura”. Como se vê no depoimento do ex-arenista José Muniz Ramos:

Moura [Cavalcanti] exercia o governo com autoridade forte. Tanto assim que, na chegada aqui, em Pernambuco, de Ulysses Guimarães e de outros próceres da oposição nacional, ele chegou a colocar, ou a recebê-los com cachorros e cavalos na rua. Foi aquele episódio da anticandidatura. Então, isso marcou profundamente o governo Moura Cavalcanti, em termos políticos. [...] era na verdade, um governo de punho forte, ele não tinha muita... digamos assim, não alisava muito a oposição [ri]. Tomava, às vezes, medidas drásticas, ditatoriais¹⁰⁷¹.

Em resumo, podemos dizer, através da análise do material coletado e do comportamento dos políticos do MDB durante a campanha da “anti-candidatura” de Ulysses Guimarães à presidência da República, que não foi a denúncia levada a cabo pelos “combativos” e “autênticos” do partido sobre a farsa das eleições indiretas no país o principal produto desta “anti-campanha”, mas, principalmente, a eficaz publicidade, apesar das restrições impostas pela ditadura, produzida pelo MDB em todo o país, que fortaleceu consideravelmente a legenda para as eleições legislativas de 1974.

[...] a finalidade foi vencer o medo; porque, se havia alguém que tinha a petulância, a ousadia de ser candidato ao cargo máximo da Revolução... então as pessoas diriam: “eu também posso ser deputado, senador, prefeito etc.”... E foi bom, porque começamos a sementeira da virada... sim, da virada, porque a seguir veio a eleição para senador, em que nós ganhamos”. [...] era uma campanha de pregação de ideias, com certa esperança de acesso ao rádio e à televisão. Isto não foi possível, mas a campanha valeu. Foi assim como se, no meio da noite escura, os brasileiros se lembrassem de que existem a madrugada e um novo dia. Nessa campanha nunca foram tão declamados os versos de Fernando Pessoa que usei em meu discurso de anticandidato: “Navegar é preciso, viver não é preciso”¹⁰⁷².

¹⁰⁷⁰ DELGADO, op. cit. (2006), p. 108.

¹⁰⁷¹ RAMOS, op. cit. (2007), p. 364.

¹⁰⁷² Depoimento de Ulysses Guimarães. Citado por RUSSO; MELHEM, op. cit. (1987), p. 34.

4.3 SAINDO DA TRINCHEIRA: A CAMPANHA DE 1974

O contato dos emedebistas com a população brasileira durante a campanha de Ulysses como “anti-candidato” fez com que a cúpula do partido diminuísse o medo das campanhas políticas e percebesse as possibilidades abertas à agremiação naquele período de transformação do cenário nacional. Apesar do cenário político desfavorável no início de 1974 ao MDB pernambucano – à medida que a ARENA local detinha as três vagas no Senado Federal, tinha 12 dos 15 deputados federais, 30 dos 39 deputados estaduais, 164 diretórios municipais contra 64 do MDB e abrigava 98% dos 164 prefeitos – este emblemático ano acabou por assinalar o início de um novo período do regime militar-autoritário.

Dois fatores podem ser citados como agentes transformadores do cenário político nacional em meados de 1974 e que acabaram propiciando boas chances ao MDB sobre o pleito legislativo no final de 1974:

1. Em primeiro lugar, em 1974, havia um crescente clima de insatisfação popular quanto à situação econômica do país. Essa crise econômica era resultado do fim do chamado “milagre brasileiro” (1968-1973) ¹⁰⁷³.

Conforme já comentado, entre os anos de 1968 e 1973, o Brasil alcançou uma taxa surpreendente de crescimento econômico, ficando seguidamente na faixa dos dois dígitos. Como destacou José Pedro Macarini, a política econômica no Brasil desfrutava, nesse momento, de uma “lua de mel” prolongada: distribuição generosa de incentivos (à agricultura, aos exportadores, à indústria, aos bancos); colheita farta de crescimento econômico, inflação estabilizada, aumento progressivo das reservas internacionais, consumo e produção em alta, etc. ¹⁰⁷⁴. Até mesmo os economistas mais céticos não acreditavam, naquela ocasião, em uma crise ou interrupção nas altas taxas de crescimento da economia brasileira. Parecia que, definitivamente, o Brasil tinha encontrado o rumo para sair do subdesenvolvimento, que tinha alcançado o caminho do crescimento, desenvolvimento e modernização. Parecia, para muitos, que o Brasil estava prestes a cortar o tão sonhado “bolo”.

O ano de 1973 demonstrou, por uma série de fatores, que a economia brasileira ainda estava assentada sob bases muito frágeis. Esse ano levantou o “véu de euforia” que ocultava as contradições latentes do modelo econômico e demonstrou que o “milagre” estava chegando ao fim – talvez muito mais depressa do que muitos imaginavam. Era, portanto, o início do

¹⁰⁷³ É preciso que se diga que esse crescimento econômico elevou a dívida externa do país e ocorreu sem distribuição de renda, sem diminuição da injustiça social, e temperada pela “teoria do bolo”: “é preciso fazer crescer o bolo [a economia] para depois distribuí-lo [o que acabou não ocorrendo]”. A nosso ver, esses anos foram de “ouro” para poucos e de “chumbo e arrocho” para muitos.

¹⁰⁷⁴ MACARINI, op. cit. (2005), p. 77.

fim. A crise do milagre brasileiro ocorreu em meio a uma recessão internacional generalizada ocorrida em fins de 1973 como fruto, na ótica de Ernest Mandel, de uma “crise clássica de superprodução”¹⁰⁷⁵. Aliada a essa crise de superprodução houve uma expressiva alta no preço do petróleo, que afetou diretamente o Brasil que dependia daquela forma de combustível e importava 73% do consumo.

Com as dificuldades enfrentadas no terreno econômico a partir de 1973, o regime militar passou a vivenciar uma crescente “crise”¹⁰⁷⁶, perdendo um amplo apoio político e social que o “legitimava” no poder¹⁰⁷⁷. Na ótica de muitos militares era necessário encontrar uma nova “base de legitimidade” para a própria permanência ou maior duração do regime¹⁰⁷⁸. Como argumentaram Edilson Nunes e Pedro Jacobi:

Mesmo as ditaduras são obrigadas a suportar alguma participação popular, e, ao que parece, mais se desgastam quanto menos admitirem esta participação. A sujeição torna-se possível não mais apenas através da repressão, mas principalmente pelo controle da participação. [...] o sistema político tem que ser permeável a algumas reivindicações populares para se viabilizar¹⁰⁷⁹.

2. Foi esse quadro de “crise do regime” que propiciou o surgimento do segundo fator que acabou por contribuir para a transformação do cenário político nacional em 1974: a implantação da “política de liberalização” (“lenta, gradual e segura”) do regime, um programa de medidas graduais de ações de abertura, cuidadosamente controladas, que teve o objetivo de garantir a continuidade do regime ao passo que diminuir o crescente isolamento em relação à sociedade civil¹⁰⁸⁰.

¹⁰⁷⁵ MANDEL, Ernest. **A crise do capital**: os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Editora Ensaio; Campinas: Editora da Unicamp, 1990, p. 23.

¹⁰⁷⁶ Mais do que uma “crise do regime”, José Álvaro Moisés considerou ser mais apropriado falar em “regime de crise”. Isto é, um regime, que, desde os seus primórdios, semeou as condições de sua própria deterioração: uma política francamente antipopular, antidemocrática e antinacional. Um regime que sempre enfrentou o problema da sua autojustificação diante da sociedade. MOISÉS, José Álvaro. **Lições de liberdade e de opressão**: os trabalhadores e a política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 67.

¹⁰⁷⁷ Além da crise econômica formada pelo fim do milagre, havia ainda, em meados de 1974, o saturamento do aparato repressivo, decorrente de sua larga, indiscriminada e constante utilização.

¹⁰⁷⁸ Nas palavras de Antonio Pojo Rego: “[...] com o general-presidente Ernesto Geisel, a “legitimação econômica” estava em declínio após o primeiro choque do petróleo no final de 1973. Assim, a nova estratégia procurou a “legitimação política” do regime militar – via eleições e uma sequência de “diálogos” com a classe política, especialmente com os líderes mais “moderados” do partido de oposição (MDB)”. REGO, op. cit. (2008), p. 14.

¹⁰⁷⁹ NUNES, Edilson; JACOBI, Pedro. Movimentos populares urbanos, poder local e conquista da democracia. In: MOISÉS, José Álvaro Moisés et al. **Cidade, povo e poder**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 188.

¹⁰⁸⁰ Segundo Bolívar Lamounier, o presidente Ernesto Geisel assumiu o poder, em 1974, num período em que o regime militar vivia um grande impasse: “[...] aceitar uma abertura política, não importa quão cautelosa, ou

A política de “liberalização” dos militares iniciou-se logo após a posse do general Ernesto Geisel à presidência da República, em março de 1974, e é composta por duas fases¹⁰⁸¹: a primeira, denominada de “distensão”, ocorrida durante o governo Geisel (1974-1979); a segunda, intitulada de “abertura”, ocorrida no governo Figueiredo (1979-1985)¹⁰⁸².

Na ótica dos estrategistas do regime, a política de “distensão” deveria comportar, de forma geral, a redefinição e a extensão de certos direitos individuais e sociais (tolhidos pelos atos institucionais então vigentes), porém, sem que isso correspondesse necessariamente à democratização do sistema político¹⁰⁸³. Segundo os militares, a “distensão” não significaria a democratização, mas sim o “aperfeiçoamento democrático gradual, lento e seguro” do regime, com o objetivo de institucionalizar os “princípios revolucionários” e estender a permanência dos militares no poder. A distensão representava a busca dos militares por legitimidade e institucionalização do regime, por meio de um projeto de abertura controlada e tutelada.

Os cientistas políticos Marcus Figueiredo e Argelina Cheibub perceberam a existência de cinco motivos para a implantação da “política de liberalização” no início do governo Geisel. Foram eles:

- a) a *crise econômica*: dada a crise econômica em que o país entrara no transcurso de 1973 para 1974, foi necessário estabelecer um novo pacto político a fim de se garantir o funcionamento do modelo econômico conservador-liberal dos militares;

ver-se obrigado, mais cedo ou mais tarde, a promover uma radicalização fascitizante”. Para o autor, esse impasse foi resultado dos acontecimentos anteriores, isto é, do “[...] *superisolamento e o imobilismo político do governo Médici; os excessos da repressão à luta armada, com a consequente autonomização dos aparelhos de segurança, levando, por sua vez, a uma resistência crescente por parte de entidades preocupadas com os direitos humanos e a uma severa repreensão por parte da imprensa internacional; a crítica cada vez mais acentuada às desigualdades de renda, que persistiam ou mesmo se acentuavam, apesar das altas taxas de crescimento*”. LAMOUNIER, Bolívar. *Authoritarian Brazil* revistado: o impacto das eleições na abertura política brasileira, 1974-1982. **Dados** – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, 1986, p. 303.

¹⁰⁸¹ O pesquisador Aloísio Carvalho pontuou que o processo de “liberalização” não foi fruto de um espírito democrático do presidente Geisel ou dos antigos “castelistas” que estavam em seu governo, mas sim uma estratégia de sobrevivência do regime gestada ainda no governo Médici. Para um maior aprofundamento desta questão, ver: CARVALHO, Aloísio Henrique Castelo de. **O governo Médici e o projeto de distensão política (1969-1973)**. 126 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 1989.

¹⁰⁸² Cf. MENDONÇA; FONTES, op. cit. (1996), p. 74-75.

¹⁰⁸³ A política de “liberalização” lançada pelos militares era, em si, um projeto ambíguo. Pois, apesar de pregar a redefinição e a extensão de certos direitos individuais e sociais e falar em “abertura do regime”, o governo vigiava, punia e cassava mandatos eletivos. Por exemplo, em abril de 1977, após o voto contrário do MDB ao projeto de Reforma do Judiciário, o presidente Geisel – usando os poderes que o AI-5 lhe dava – fechou o Congresso Nacional por um período determinado, além de editar o “Pacote de Abril”, que discutiremos no próximo capítulo.

- b) o *desenvolvimento econômico*: a complexidade dos interesses sociais que emergiram em consequência da diversificação econômica do país, exigindo um desenvolvimento político como meio de se administrar esta nova situação;
- c) a busca de *legitimidade por parte do regime*: a necessidade de se institucionalizar um arranjo político que aumentasse o nível de participação, pois a fonte de legitimação utilizada pelo regime – o sucesso econômico (além de coerção) – havia se tornado altamente onerosa;
- d) uma *crise de autoridade*: uma reação à excessiva centralização do poder que provocou um colapso dos mecanismos de autoridade e tornou ineficazes as decisões tomadas pelo poder central ¹⁰⁸⁴.

De acordo com Maria Helena M. Alves, uma das primeiras medidas dos militares, durante essa fase de “distensão”, foi tentar buscar uma maior legitimidade do regime através do “fortalecimento eleitoral” ¹⁰⁸⁵. Essa política seria colocada em prática com a realização de eleições naquele ano de 1974 sob o “clima de maior liberdade” ¹⁰⁸⁶.

As eleições de 1974 funcionavam como um instrumento de legitimação do regime vigente e uma resposta às críticas da comunidade internacional de que havia ditadura-tortura-censura-arbitrariedade no Brasil ¹⁰⁸⁷. Declarava o então presidente Geisel: “A *eleição demonstra o clima de liberdade no país, o que contraria o que muita gente diz. Espero que o povo vote. Isso é importante*” ¹⁰⁸⁸. A idéia dos militares com esse “fortalecimento eleitoral” era, portanto, dar um “ar democrático” ao regime, revalorizar a arena eleitoral e o papel dos políticos civis. E a estratégia do Palácio do Planalto, de fato, foi colocada em prática. O secretário-geral do MDB pernambucano e candidato a deputado federal, Jarbas Vasconcelos,

¹⁰⁸⁴ FIGUEIREDO, Marcus; CHEIBUB, Argelina. A abertura política de 1973 a 1981: quem disse o quê, quando – inventário de um debate. **BIB** – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, n. 14, 1982, p. 29-61.

¹⁰⁸⁵ ALVES, op. cit. (2005), p. 225.

¹⁰⁸⁶ Quando nos referimos a um maior clima de liberdade, estamos tomando como ponto de referência as eleições anteriores, de 1966 e 1970, sob o regime militar. Deve-se ressaltar que, embora fossem mais livres do que as anteriores, a imprensa ainda se encontrava censurada e o regime também usava os instrumentos de intimidação, vigilância e punição para manter a campanha sob os limites aceitos pelo governo. A “liberdade” concedida foi para a execução da campanha, mas as restrições institucionais ainda continuavam completamente vigentes, como destacou Marcos Freire em entrevista: “*Não há dúvida de que, em termos de liberdades públicas, o governo federal ofereceu condições para a campanha. Há a ressalvar, no entanto, as restrições institucionais vigentes que necessariamente provocam inibições e temores no grande público. Em Pernambuco, além disso, tivemos o deplorável papel do homem [Moura Cavalcanti] que vai governar o Estado, durante os próximos quatro anos, que deu, em dois meses de campanha, sucessivas demonstrações públicas de despreparo e prepotência, ameaçando gregos e troianos*”. “Será válida qualquer tentativa de superação de uma nação dividida”. **Opinião**, Rio de Janeiro, p. 6, 22 nov. 1974.

¹⁰⁸⁷ GREEN, op. cit. (2009), p. 280-306.

¹⁰⁸⁸ A Arena no dia do MDB. **VEJA**, São Paulo, n. 324, p. 28, 20 nov. 1974.

confidenciou naquela ocasião, por exemplo: “*Até essa data, a oposição vem tendo liberdade total em Pernambuco. Não vejo por que esconder minha posição*”¹⁰⁸⁹.

O governo apostou no “fortalecimento eleitoral”, pois, tendo em vista os altos índices de crescimento econômico, obtidos graças ao anos do “milagre econômico”, julgava poder vencer facilmente as eleições legislativas de 1974. Na opinião dos estrategistas do governo, eleições mais livres, com acesso à televisão e ao rádio e um recuo da coerção, aumentariam a legitimidade do sucesso eleitoral do governo. Assim, crente de uma esmagadora vitória sobre a oposição, Ernesto Geisel convocou eleições diretas para senadores e deputados para o dia 15 de novembro de 1974. Nas palavras de Sebastião Cruz e Carlos Martins:

Certo da vitória, Geisel investiu pesadamente nessas eleições, que deveriam desempenhar um papel crucial na efetivação de seu projeto: confirmado nas urnas o apoio popular à “obra da Revolução”, o ano seguinte seria dedicado à tarefa de institucionalização do regime, às esperadas reformas. Mas para que tal acontecesse, essas não poderiam ser eleições como as outras (1970 e 1972), minadas em sua legitimidade pela onipresença da censura e pela violência das medidas de intimidação [...]. Era necessário que a oposição se envolvesse sem reticências no pleito e, dadas as garantias oferecidas, aceitasse de bom grado as evidências de sua futura derrota¹⁰⁹⁰.

A respeito do processo de “liberalização” iniciado no governo Geisel, temos que ressaltar algumas questões. Em primeiro lugar, que a “política de liberalização” não foi livre de dilemas e de contradições¹⁰⁹¹. A “liberalização” foi sim um processo de vai e vem, que prosseguiu com avanços e retrocessos ao longo dos anos. “*Através de uma ação política marcada por avanços e retrocessos, denominados então “casuísmos”, Geisel conseguia ditar o ritmo e o sentido da transição, controlando ou reprimindo a oposição, quando julgasse*

¹⁰⁸⁹ Um concerto para dois instrumentos. **VEJA**, São Paulo, n. 322, 6 nov. 1974, p. 24.

¹⁰⁹⁰ CRUZ; MARTINS, op. cit. (2008), p. 70.

¹⁰⁹¹ Por exemplo, um total de 8 deputados federais – 7 emedebistas e 1 arenista – tiveram seus mandatos cassados durante o governo Geisel. Foram eles: Alencar Furtado (MDB-PR), Amaury Müller (MDB-RS), Francisco Pinto (MDB-BA), Lysâneas Maciel (MDB-RJ), Marcelo Gato (MDB-SP), Marco Tito (MDB-MG), Nadyr Rosseti (MDB-RS), Ney Lopes (ARENA-RN). Ver: AZEVEDO; RABAT, op. cit. (2012), p. 221-225. A cassação de Lysâneas Maciel em 1976, por exemplo, foi alvo de fortes críticas dos emedebistas pernambucanos, conforme narrou Egídio Ferreira Lima: “*Quando da cassação do Lysâneas Maciel [1º de abril de 1976], Ulysses [Guimarães] convocou uma reunião do partido para uma semana depois, em lugar de tomar uma atitude de imediato. Então, eu recebi telefonema de Marcos [Freire] e Fernando Lyra, porque eles estavam inquietos com aquela coisa toda e queriam protestar. Isso iria acabar com os autênticos, que era o grupo mais forte, mais atrativo, mais combatente dentro da frente. Ia cortar a cabeça da frente de combate. Eu disse: ‘Olha, vou pensar, amanhã eu respondo’. Escrevi uma carta a Fernando explicando o momento, dizendo que a gente devia marchar com cautela e com segurança, para não comprometer que já eram objetivas. Que Ulysses estava certo. Que na hora que Ulysses convocava a sessão para uma semana depois, ele estava sendo sábio, porque ele estava deixando que os nervos, que a emoção, passassem. Ele estava querendo conter as suas tropas. Eu fui feliz na carta. Roberto Freire viajou para Brasília, só para levar essa carta, para ela chegar logo. E depois, a gente não tinha por que confiar no Correio. O telefone, inclusive, a gente sabia que estava sendo vigiado*”. LIMA, op. cit. (2007), p. 262-263.

conveniente”¹⁰⁹². Em segundo lugar, que, diferentemente do que se costuma imaginar, a “liberalização” não foi iniciada pelos movimentos da chamada sociedade civil¹⁰⁹³. Os movimentos sociais populares formaram um corpo importante pós-1974 na contestação da ordem vigente, na defesa do retorno à democracia no país¹⁰⁹⁴, mas não iniciaram em si o processo de “distensão” da ditadura. Os movimentos sociais aproveitaram e alargaram a brecha propiciada pelo governo Geisel, mas sempre dentro dos espaços de atuação das reformas reguladas pelas elites no poder, conforme pontuaram Share e Mainwaring¹⁰⁹⁵. Como apontou, também, o brasileiro Ralph Della Cava, a “política de liberalização” dos militares começou taticamente dentro do próprio regime:

Hoje em dia, quase todos concordam que a política de distensão teve origem nos próprios meios militares, visando primeiramente, se não de modo exclusivo, controlar uma ação minoritária da “linha dura” dentro das Forças Armadas. [...] Em nenhum momento essa política, ou as modificações subsequentes que sofreu, pretendeu de fato devolver o poder Executivo do

¹⁰⁹² CASTRO; D'ARAUJO, op. cit. (2002), p. 8.

¹⁰⁹³ Cf. MAINWARING, Scott. Os movimentos populares de base e a luta pela democracia. In: STEPAN, Alfred. (Org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 306.

¹⁰⁹⁴ O (res)surgimento de inúmeros movimentos sociais em todo território nacional durante os anos 70, abrangendo diversas e diferentes temáticas e problemáticas, como das mulheres, negros, crianças, meio ambiente, saúde, transportes, moradia, estudantes, idosos, aposentados, desempregados, trabalhadores, ambulantes, escolas, creche, etc., todos, em seu conjunto, revelavam a face dos sujeitos históricos até então ocultos ou com as vozes sufocadas durante o regime militar. Ou seja, o (res)surgimento de inúmeros movimentos sociais naquele período revelava, portanto, a insatisfação de um grupo de personagens a respeito de sua realidade. Assim, como argumentou Safira Bezerra Ammann, “[...] *todo Movimento Social carrega o germe da insatisfação, do protesto contra relações sociais que redundam em situações indesejáveis para um grupo ou para a sociedade, sejam elas presentes ou futuras*”. AMMANN, Safira Bezerra. **Movimento popular de bairro: de frente para o Estado, em busca do parlamento**. São Paulo: Cortez, 1991, p. 17. Para um maior conhecimento acerca do (res)surgimento de inúmeros movimentos sociais populares no país ao longo da década de 1970, ver: SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. GOHN, Maria da Glória Marcondes. **A força da periferia: a luta das mulheres por creches em São Paulo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985. GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Reivindicações populares urbanas**. São Paulo: Autores Associados/Cortez, 1982.

¹⁰⁹⁵ Segundo o entendimento desses autores, existem três tipos de transição: a) “transição pela derrocada” ou colapso do regime, que resulta do fim da capacidade de intervenção das elites autoritárias; b) “transição por afastamento voluntário” devido à escassa legitimidade e coesão interna das elites governamentais; e c) “transição pela transação”, na qual as elites regulam o ritmo das reformas. Para eles, o processo de abertura no Brasil seguiu a lógica da “transição pela transação”. Este termo se refere a casos nos quais o regime autoritário dá início à transição, estabelece certos limites às reformas políticas e consegue manter força política relativamente significativa durante a transição. Mais especificamente, a “transição pela transação” ocorre quando “[...] *o regime autoritário inicia a transição, fixa alguns limites para a mudança política e permanece como uma força eleitoral relativamente importante durante a transição*”. SHARE, D.; MAINWARING, Scott. **Transição pela transação: democratização no Brasil e na Espanha**. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, 1986, p. 207. Vale ressaltar que os autores não quiseram, com essa definição, minimizar a importância das pressões oriundas da sociedade civil e da mobilização popular, notadamente durante a formulação do projeto de Anistia em 1979, mas sim darem destaque aos os graus de controle exercidos pelas elites no complexo processo de transição no Brasil. A forma “conciliatória” como foi conduzida a transição brasileira também pode ser vista em: VIEIRA, Edvaldo. **Brasil: do golpe de 1964 à redemocratização**. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000): a grande transação**. 2. ed. v. 2. São Paulo: SENAC São Paulo, 2000.

governo ao controle civil antes de meados da década de 90. Numa palavra, a distensão (que, depois de 1978, passou a ser chamada de “abertura” [...]) era na verdade uma política estimulada pelo faccionalismo interno dos militares e que visava assegurar de maneira mais habilidosa o controle militar a longo prazo ¹⁰⁹⁶.

Em Pernambuco, para as eleições de 1974, estavam em disputa 18 cadeiras para a Câmara dos Deputados, 42 assentos para a ALEPE e apenas 1 das 3 vagas ao Senado que o Estado detinha ¹⁰⁹⁷. A vaga em disputa ao Senado era exatamente a vaga de João Cleofas, eleito em 1966, pela ARENA, que buscava sua reeleição ao cargo senatorial. Seu nome foi escolhido na convenção partidária realizada no dia 11 de agosto de 1974 com total apoio do governador do Estado, Moura Cavalcanti, e à revelia do prócer arenista Paulo Guerra que deseja lançar um nome mais novo a exemplo de Marco Maciel, Paulo Maciel, Roberto Magalhães ou Augusto Lucena ¹⁰⁹⁸. Já para o MDB, a escolha recaiu para o nome do professor Marcos Freire (prefeito eleito de Olinda, em 1968, que havia renunciado ao cargo, antes mesmo da posse, em protesto pela cassação do seu vice, Renê Barbosa).

Às eleições de 1974, dentro desse clima distensionista, o MDB se utilizou – e ao mesmo tempo lutou para aumentar – dos espaços e das fissuras criados pela ditadura. Os militantes do partido descobriram que o período eleitoral poderia ser utilizado para a transmissão de informação e mobilização política da população. Nesse sentido, o MDB realizou inúmeras reuniões e comícios em diversas regiões do país e fez uma eficaz utilização dos meios de comunicação, como o rádio e principalmente a televisão, promovendo intensos debates durante todo o período de campanha.

O pleito de 1974, conforme já destacamos, ocorreu num clima diferente das eleições anteriores. É possível reconhecer nesse ano um momento no qual “os de baixo” não queriam mais obedecer e “os de cima” não podiam mais dominar como antes. Foi uma eleição com um grau maior de liberdade, inclusive com forte uso dos meios de comunicação como o rádio e a televisão para as campanhas políticas. No geral, foi uma eleição bem disputada e acirrada para uma época de plena ditadura militar. De todos os cargos em disputa o de Senador foi o que mais envolveu a sociedade pernambucana. A inexistência de eleições ao governo do Estado

¹⁰⁹⁶ DELLA CAVA, Ralph A. A Igreja e a abertura (1974-1985). In: STEPAN, Alfred. (Org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 238.

¹⁰⁹⁷ Lembrando que, em 1970, só foram ofertados 15 lugares para a Câmara dos Deputados e 39 assentos para a ALEPE, em decorrência da disposição constitucional que mudava a representação parlamentar.

¹⁰⁹⁸ Arena homologa os seus candidatos ao Senado, à Câmara e à Assembleia. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 3, 12 ago. 1974.

fez com que grande parcela da população ressignificasse a disputa senatorial, transformando-a na eleição mais importante da época.

Sendo um cargo historicamente disputado e muito chamativo para a época ¹⁰⁹⁹, os partidos discutiam arduamente a proposição dos nomes a serem colocados para a disputa eleitoral. Após muitas discussões, a ARENA pernambucana chegou ao consenso de tentar a reeleição do prócer arenista João Cleofas ao Senado ¹¹⁰⁰. Já no caso do MDB, a história era diferente. Além da forte disputa entre “moderados” e “combativos” dominar o epicentro do partido, o MDB amargava importantes derrotas nas disputas senatoriais em Pernambuco. O MDB, com Armando Monteiro Filho, perdeu a eleição ao Senado, em 1966, para João Cleofas, e perdeu a eleição de 1970, com José Ermírio de Moraes, para os arenistas Paulo Guerra e Wilson Campos. A disputa à câmara alta se apresentava ao MDB pernambucano, portanto, como um terreno incerto e altamente arriscado.

Inicialmente, até meados de agosto de 1974, o nome proposto pelo MDB pernambucano para concorrer à senatoria era o presidente da legenda, o professor Pinto Ferreira. Marcos Freire, Fernando Lyra, Thales Ramalho e Jarbas Vasconcelos eram os nomes que o partido investiria para a Câmara Federal. *“O MDB pernambucano espera fazer, nas próximas eleições, pelo menos 12 deputados estaduais e quatro federais e para atingir esse objetivo pretende começar cedo a campanha eleitoral”* ¹¹⁰¹.

O setor “combativo” do MDB – apoiado pelos “comunistas” que começavam a adentrar em peso no partido opositor da ditadura ¹¹⁰²– trabalhou o nome de Marcos Freire para o Senado, à sua própria revelia. A eficaz campanha do MDB na “anti-candidatura”

¹⁰⁹⁹ NEIVA, Pedro Robson Pereira. Senado brasileiro: Um conselho de anciãos? **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 47, n. 187, p. 269-279, jul./set. 2010.

¹¹⁰⁰ A Agência Recife do SNI elaborou vários relatórios para difundir pela comunidade de informações da ditadura, avaliando política, social e ideologicamente os candidatos arenistas em Pernambuco. Os relatórios são extensos e não valem serem citados aqui de maneira integral. Para consultá-los: Informação nº 395/15/ARE/1975, 29 jul. SNI/Agência Recife. Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: AC_ACE_86817_75, p. 11-41. Informação nº 395/15/ARE/1975, 29 jul. SNI/Agência Recife. Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: ARE_ACE_2813_81_001, p. 2-98, ARE_ACE_2813_81_002, p. 2-24.

¹¹⁰¹ MDB já tem candidato em Pernambuco. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 6, 5 abr. 1974.

¹¹⁰² O documento do CIE, por exemplo, informava que parlamentares pernambucanos do MDB (Marcos Freire e Jarbas Vasconcelos), com financiamento de José Ermírio de Moraes, estavam ligados a figuras comunistas para a campanha do partido. CIE. Informação nº 1872, de 19 de julho de 1972. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. AC_ACE_48309_72.

de Ulysses e o crescimento do setor “combativo/autêntico” no interior da agremiação chamaram a atenção das esquerdas que não tinham se engajado na luta armada.

Mesmo atenuadas, as bandeiras da esquerda foram contempladas [pelo programa do MDB]. Isso era fundamental para que o MDB se transformasse efetivamente numa frente antiditatorial, integrando às suas fileiras os grupos mais à esquerda. Além disso, havia um eleitorado nada desprezível em termos numéricos, principalmente urbano e com uma predisposição oposicionista mais radical, que precisava ser contemplado no programa oposicionista¹¹⁰³.

Apesar da heterogeneidade da frente de oposição, o MDB cumpriu um importante papel aglutinador: vários grupos sociais contrários ao regime se aproximaram da legenda oposicionista por algumas razões: “[...] a credibilidade construída a partir da atitude dos autênticos em 1973-4, os esforços da liderança emedebista em aproximar-se dos movimentos sociais e da intelectualidade, a divulgação mais eficiente de uma imagem efetivamente oposicionista”¹¹⁰⁴. Diversos movimentos sociais e setores sociais organizados (OAB, ABI e CNBB) reconheceram no MDB “[...] um canal institucional legítimo para expressar as demandas sociais, assim como para oferecer guarida a eventuais projetos eleitorais”¹¹⁰⁵.

Embora tivesse apoiado o MDB desde a sua fundação¹¹⁰⁶, o PCB fortaleceu sua aliança com o MDB apenas em meados de 1974, momento em que os comunistas começaram a perceber que o partido de oposição à ditadura poderia ser uma boa oportunidade para ganhar, legalmente, dos militares, utilizando das próprias brechas do regime¹¹⁰⁷. De acordo com Roberto Freire, jovem comunista à época:

Durante o período de resistência à ditadura, o PCB formulou uma política, junto com outros setores democráticos de esquerda que se encontravam dentro do MDB, de formação de uma frente democrática para lutar contra o regime militar. Esse conjunto de forças resultou no fortalecimento do MDB, que passou de um partido criado pelo regime para ser um instrumento contra o regime. Isso foi um processo, não surgiu por acaso¹¹⁰⁸.

¹¹⁰³ MOTTA, op. cit. (1997), p. 42.

¹¹⁰⁴ MOTTA, op. cit. (2007), p. 294-5.

¹¹⁰⁵ Ibid., p. 297.

¹¹⁰⁶ “[...] o PCB foi o único grupo organizado de esquerda que se ligou ao MDB desde o início”. MOTTA, op. cit. (2007), p. 291.

¹¹⁰⁷ Documento da ditadura, por exemplo, registrou presença de pretensa propaganda comunista nos discursos de Marcos Freire e Jarbas Vasconcelos. Cf. Encaminhamento nº 232/16/SNI/ASV/72, jul. 72. Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: AC_ ACE_48104_72.

¹¹⁰⁸ Cf. Depoimento de FREIRE, op. cit. (2006), p. 96.

Essa nova linha de raciocínio do PCB fez com que boa parte dos comunistas entrasse, em 1974, no MDB – ou que, pelo menos, apoiasse, de maneira velada e clandestina –, o partido oficial de oposição ¹¹⁰⁹. Assim, iniciou-se o importante apoio dos comunistas à candidatura de Marcos Freire para o Senado, contra o usineiro João Cleofas, da ARENA. “Aqui, o MDB sofria uma influência muito grande do PCB. Nesse período, Jarbas Vasconcelos era muito ligado a nós. Ele, Marcos Freire [...]” ¹¹¹⁰. Segundo Maria Kinzo:

O fato de todas as organizações de esquerda estar na ilegalidade (adicionado ao insucesso da experiência da luta armada) havia deixado os militantes de esquerda sem quaisquer meios de ação política. [Após 1974] o MDB acabou então servindo de meio legal para a ação da esquerda através de organizações partidárias locais. Assim, militantes dos Partidos Comunistas, partidários de várias organizações de guerrilha desmanteladas pelo regime, além de setores de esquerda independente, começaram a participar do MDB em nível local, tentando desenvolver trabalho de base, particularmente nas grandes cidades ¹¹¹¹.

Aqui, é importante acrescentar o sentido do “frentismo” que estava presente na adesão dos comunistas à sigla oposicionista: se, por um lado, o MDB funcionou como guarda-chuva legal às organizações de esquerda que estavam na clandestinidade, por outro, o fato de estarem abrigados sob a mesma agremiação favoreceu a construção de uma política frentista de oposição. Com a mudança do cenário político brasileiro em meados 1974, a partir da proposta governamental de “liberalização” e do fortalecimento do MDB na oposição, o próprio debate, por exemplo, no exílio sobre os rumos da esquerda foi se transformando, levando à “*construção de uma agenda comum e uma pauta comum de lutas*” ¹¹¹².

Além de afinidade discursiva e prática, no espectro político da esquerda, entre o MDB e o PCB, havia nessa aproximação uma relação tática que beneficiava as duas agremiações. Ao PCB interessava a legalidade trazida pelo partido de oposição. Já ao MDB interessava a inserção que essa ilegal agremiação tinha nas camadas populares, especialmente, na RMR. Os grandes líderes emedebistas pernambucanos, grande parte oriunda da antiga “Frente do Recife”, lembravam bem a atuação decisiva que teve o PCB nas campanhas vitoriosas da esquerda em 1955, 1958 e 1962. Comunistas e emedebistas entendiam, assim, que a

¹¹⁰⁹ “Eu nunca fui filiado ao Partido [PCB], mas o Partido votou comigo em 1970, para estadual, e fechou comigo em 1974, quando eu fui o deputado deles. Fui o deputado mais votado em 1974, e eles votaram comigo e me ajudaram muito aqui no Recife”. Depoimento de VASCONCELOS, op. cit. (2007), p. 199.

¹¹¹⁰ Depoimento de FREIRE, op. cit. (2006), p. 96.

¹¹¹¹ KINZO, op. cit. (1988), p. 54.

¹¹¹² NAPOLITANO, Marcos. No exílio, contra o isolamento: intelectuais comunistas, frentismo e questão democrática nos anos 1970. *Estudos Avançados*, v. 28, n. 80, janeiro-abril 2014.

“liberalização” do governo Geisel poderia funcionar como instrumento ágil para a efetivação da luta democrática preconizada pelos dois partidos.

Quem segurou, no campo da esquerda, do ponto de vista do pensamento da frente, foi o PCB. Nossa presença no MDB não era uma presença qualquer, era uma presença de uma formulação política de um partido que era clandestino, mas pensava, fazia congresso, tinha documentos, apontava caminhos¹¹¹³.

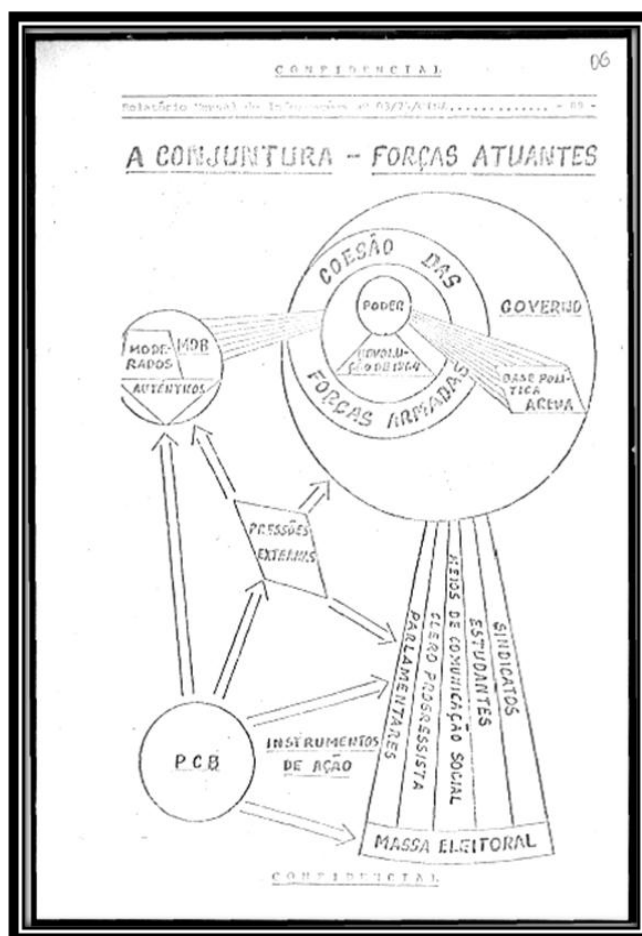


Figura 24 – Relatório Mensal de Informações nº 03/75/CISA. Ministério da Aeronáutica, CISA.
Fonte: Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: AC_ACE_88734_75¹¹¹⁴.

Um estudo elaborado pelo CISA em 1975 sobre o “comunismo” procurou demonstrar (vide Figura 24), através de representações gráficas, a atuação política do PCB e sua inserção no MDB, em vários estados do país. No caso de Pernambuco, por exemplo, o relatório

¹¹¹³ Cf. Depoimento de FREIRE, op. cit. (2006), p. 98.

¹¹¹⁴ Relatório Mensal de Informações nº 03/75/CISA. Ministério da Aeronáutica, CISA. Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: AC_ACE_88734_75.

apontava os nomes dos emedebistas Jarbas Vasconcelos, Marcos Freire, Thales Ramalho, Fernando Lyra, Sérgio Murilo Santa Cruz, Armando Monteiro Filho, Roberto Freire e Marcus Cunha como aqueles que mantinham contatos diretos com os líderes do PCB, especialmente com o advogado comunista Paulo Cavalcanti ¹¹¹⁵.

Entretanto, é importante que se diga, como o PCB era um partido ilegal e clandestino ¹¹¹⁶ e o país vivia uma paranoia anti-comunista ¹¹¹⁷, o apoio dos “vermelhos” era velado ¹¹¹⁸ e, por questões estratégicas, o próprio MDB negava, publicamente, qualquer vínculo com o PCB ¹¹¹⁹. “[...] líderes emedebistas fizeram profissão de fé contra o comunismo e negaram a presença de membros clandestinos do PC em seu partido” ¹¹²⁰. Veja-se, por exemplo, os seguintes depoimentos dos emedebistas pernambucanos desmentindo qualquer tipo de apoio de setores comunistas:

¹¹¹⁵ Relatório Mensal de Informações nº 03/75/CISA. Ministério da Aeronáutica, CISA. Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: AC_ACE_88734_75.

¹¹¹⁶ Além dessa questão, havia ainda, obviamente, o medo da repressão. Em meados dos anos 1970, especialmente após a Guerrilha do Araguaia, quando as organizações adeptas da luta armada encontravam-se derrotadas, os militares passaram a buscar e construir novos inimigos. Decorre daí o início à caçada aos comunistas pró-soviéticos e mais moderados, que defendiam a redemocratização do país pela via pacífica, no governo Geisel, que desembocou na morte e desaparecimento de importantes lideranças comunistas, já na chamada fase de “liberalização” do regime. Em 1975, por exemplo, o PCB teve militantes da base (Manoel Fiel Filho), intelectuais (Vladimir Herzog) e diversos dirigentes presos ou assassinados. Para Rodrigo Patto Motta, a onde de repressão desencadeada sobre o PCB em 1974-5 “foi uma reação à vitória eleitoral do MDB”. MOTTA, op. cit. (2007), p. 293. Eliminada a oposição em armas, era indispensável, para os setores repressivos, encontrar novos inimigos. Segundo Carlos Fico, no contexto do governo Geisel, o caminho encontrado pela ditadura foi acusar o enquistamento de membros do PCB no partido de oposição, o MDB, que assim se tornou a “bola da vez”. Muito atuou, nessa fase, o CIE, que preparou, em 1975, um longo documento estabelecendo conexões entre o MDB e o PCB (municando, pois, os setores de segurança com motivos para prisões). FICO, op. cit. (2001), p. 134. Sobre essa questão, Roberto Freire, também, pontuou: “No governo Geisel, onze companheiros do Comitê Central foram assassinados, desapareceram. A repressão se voltou para o PCB, porque o partido tinha ficado um pouco à margem, não tinha ido à luta armada. O foco da repressão tinha sido a Guerrilha do Araguaia (1972-74, promovida pelo PCdoB), e, antes a Aliança Libertadora Nacional, do Carlo Marighela. Depois, todo esse processo descambou em cima do PCB”. Cf. Depoimento de FREIRE, op. cit. (2006), p. 97.

¹¹¹⁷ A presença de comunistas dentro do MDB pernambucano era alvo de constante vigilância por parte da ditadura. Vide, por exemplo, documento do Ministério da Aeronáutica intitulado “Comunismo do M.D.B.”. Encaminhamento nº 005/SISHCAER 76, 24 abr. 1976. Ministério da Aeronáutica, Seção de Informações de Segurança do HCAER. Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: BR_AN_BSB_VAZ_068_0088.

¹¹¹⁸ Cf. Depoimento de FREIRE, op. cit. (2006), p. 96.

¹¹¹⁹ Em discurso na Conferência Nacional de Secretários de Segurança dos Estados, em março de 1975, o então ministro da Justiça, Armando Falcão, declarou que a “subversão” no Brasil não havia acabado, mas apenas tinha mudado de tática, seguindo orientações estrangeiras, com rearticulação na clandestinidade e “infiltração solerte e disfarçada”. Nesse mesmo mês, foram apresentados ao presidente da República dados de investigações sobre a ação dos comunistas dentro do MDB em vários estados, envolvendo a prisão de vários parlamentares. O intuito do inquérito era mostrar que os comunistas estavam usando o partido como meio de chegar ao poder. Ali se afirmava que o PCB seria o orientador da linha política do MDB, e que este seria o meio para a “eminência vermelha” no Brasil. CASTRO; D’ARAUJO, op. cit. (2002), p. 32.

¹¹²⁰ MOTTA, op. cit. (2007), p. 294.

Jarbas Vasconcelos, deputado federal: Os responsáveis pelas informações de que eu teria sido eleito com a ajuda do Partido Comunista são os métodos do DOPS de São Paulo, bastante conhecidos e condenados pela consciência nacional. Tais manifestações não são mais do que preparativos dos feiticeiros do sistema no sentido de preparar e possibilitar atos de recrudescimento, como foram, com as mesmas encenações, o AI-2 e o AI-5.

Sérgio Murilo, deputado federal: Não mantenho, não tive ligações, nem pedi votos aos comunistas de qualquer linha. Também não acredito que, em Pernambuco, disponham de tantos votos para tão farta distribuição, mais do que em outros Estados de maior colégio eleitoral, a ponto de eleger os três mais votados nas eleições de novembro para a Câmara e o Senado.

Marcos Cunha, deputado estadual: O objetivo, ao se criar esse clima artificial de inquietação, é calar o povo, impedir as eleições diretas, o funcionamento normal do Parlamento, amordaçar a imprensa, enfim, golpear mortal e definitivamente o que ainda resta de legalidade democrática neste país ¹¹²¹.

Essa presença do clandestino PCB dentro MDB pernambucano era acompanhada de perto pelos militares. Diversos informes foram feitos pela comunidade de informações avaliando a participação e influência de líderes comunistas no interior do MDB. Um destes relatórios avaliou, por exemplo, o apoio dos comunistas aos candidatos emedebistas no pleito de 1974:

1. Este Centro informa que seguindo a orientação do Comitê Central do PCB, foi intensificada a infiltração no MDB objetivando a eleição de elementos de tendências esquerdistas bem como de militantes do próprio PCB. Assim, a cúpula do Partido (CE) constituída de PELOPIDAS SILVEIRA, PAULO CAVALCANTI, JOSE LEITE (atualmente preso em FORTALEZA), ALFREDO CALHEIROS, CRISTIANO DE TAL e MANOEL TEODOSIO (vulgo Mano) trabalharam no sentido de eleger MARCOS FREIRE (Sen), JARBAS VASCONCELOS (Dep Fed), FERNANDO SOARES LIRA (Dep Fed), FERNANDO VASCONCELOS COELHO (Dep Fed) e MARCUS ANTÔNIO SOARES DA CUNHA (Dep Est).

a. O PCB impôs o nome de MANOEL TEODOSIO para o comitê de propaganda durante a campanha política.

b. “Mano” organizou os comitês de propaganda à base de estudantes universitários de tendências esquerdistas, juntamente com militantes do PCB, antecipando-se nas diversas localidades, aos seus candidatos, divulgando o programa do MDB. Este programa, pela sua organização e temas abordados, teria sido elaborado sob orientação do CC/PCB.

c. O nome do Sen MARCOS FREIRE constituiu-se em manchete graças a sua aparência, grande facilidade de comunicação, poder de argumentação e de convicção com que defendia as “bandeiras” do Partido. Um elemento importante que fora poupado das manchetes para não se “queimar”, foi o Dep FERNANDO COELHO, militante, eleito à base de cartas enviadas por MARCOS FREIRE e pelo PCB, a determinados redutos eleitorais.

d. O grupo moderado liderado por ARMANDO MONTEIRO FILHO e OSWALDO LIMA FILHO concorreu utilizando seus próprios recursos.

¹¹²¹ A defesa de cada um. **Opinião**, Rio de Janeiro, p. 3, 2 mai. 1975.

Como candidato a Senador, apresentaram o Dr PINTO FERREIRA que foi “cristianizado” na convenção, surgindo naturalmente o nome de MARCOS FREIRE, apoiado por PFLOPIDAS e seus “camaradas”. Para Deputado, apresentaram SÉRGIO MURILO SANTA CRUZ, THALES BEZERRA DE ALBUQUERQUE RAMALHO.

e. Os resultados obtidos pelo Senador e Deputados apoiados pelo PCB, refletiram nítida superioridade sobre os “moderados”, o que implicaria na possibilidade desses elementos virem a exercer o controle do MDB ¹¹²².

O setor combativo do MDB e os comunistas consideravam o nome do professor Pinto Ferreira uma força que não angaria muitos votos e o nome do jovem Marcos Freire (eleito para a Câmara Federal, em 1970, com a maior votação já alcançada no Estado para um deputado: 57 mil votos) uma candidatura tática, catalisadora, capaz de fortalecer a representação do MDB na Câmara Federal e na ALEPE. Nas palavras do líder comunista pernambucano, Paulo Cavalcanti:

Entre Pinto Ferreira e Marcos Freire, os comunistas optavam por este. Pinto Ferreira não possuía o carisma do seu concorrente, nem despertava entusiasmo entre o povo. A nosso ver, Pinto não reunia os requisitos para uma campanha de massa, galvanizando o povo da cidade e do interior. Era um intelectual de gabinete, embora progressista e digno. [...] quando se cogitava de escolher um candidato para o Senado da República, o PC preferia um que, também pelos seus méritos políticos e a abrangência do seu nome, somasse os votos do grande eleitorado do Estado, numa campanha de fôlego ¹¹²³.

Marcos Freire, embora tivesse sido o deputado federal mais votado de Pernambuco em 1970 e gozando de grande prestígio popular no Grande Recife, considerava prematura sua ida à disputa senatorial, pois sabia que iria enfrentar a velha máquina eleitoral governista no interior do Estado, que se mostrava praticamente imbatível nos pleitos majoritários ¹¹²⁴.

E passou um tempo de reuniões, gestões etc. Nós achávamos que era preferível a gente lançar para Senado a candidatura de Marcos Freire, a que ele resistiu muito durante certa época. Terminou concordando. Nessa altura, já havia sido lançada a candidatura do professor Pinto Ferreira, pelo Jarbas Vasconcelos, e Pinto Ferreira que era um nome respeitado em Pernambuco, havia sido meu professor na Faculdade de Direito, havia aceito disputar, mas nós achávamos, um grupo, pequeno grupo, que não era a candidatura ideal e que nós com Pinto Ferreira não conseguiríamos reverter o quadro

¹¹²² Informação nº 1607/S-102-A9-CIE, 29 ago. 1975. Ministério do Exército, CIE. Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: AC_ACE_86100_75.

¹¹²³ CAVALCANTI, op. cit. (2008d), p. 133-134.

¹¹²⁴ “Só me definirei após pronunciamento público do presidente do meu partido. [...] a candidatura que está posta é a do professor Pinto Ferreira”. Marcos espera que Pinto se esclareça. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 10, 11 ago. 1974.

desfavorável e que tínhamos condições de vencer se o candidato fosse Marcos Freire. Insistimos e ele acabou concordando e fomos para a convenção com a candidatura de Marcos ¹¹²⁵.

Em uma entrevista em fevereiro de 1974, meses antes do início das eleições, ao jornalista Sebastião Nery, Marcos Freire se mostrava reticente à corrida senatorial, a não ser que o seu concorrente fosse o veterano João Cleofas – fato que acabou se confirmando. Naquele momento, Marcos Freire confidenciou:

– Marcos Freire: [...] sabendo que, se o candidato da Arena for o Nilo Coelho, será praticamente imbatível.
 – Sebastião Nery: Mas vai ser o Cleofas.
 – Marcos Freire: Como é que você sabe?
 – Sebastião Nery: O Clube do Senado.
 – Marcos Freire: Bem, se for o Cleofas, aí a coisa começa a mudar. E sorriu aberto, mergulhando no mar morno. Na saída, eu disse a minha mulher: – O Marcos vai ser o candidato ao Senado. É uma pena. O Brasil vai ficar quatro anos sem um de seus melhores parlamentares. Mas, se derem a televisão, ele vai dar um susto aqui em Pernambuco ¹¹²⁶.

Contra o nome de Marcos Freire colocavam-se à frente o próprio Pinto Ferreira ¹¹²⁷ e o “grupo moderado” do MDB pernambucano – entre os quais se destacavam Sérgio Murilo, Oswaldo Lima Filho, João Ferreira Lima e outros – que defendia a indicação do presidente estadual do partido à disputa senatorial ¹¹²⁸. No entanto, após muito trabalho de convencimento por parte das grandes lideranças do partido (deputados cassados e “combativos”) e prolongadas reuniões na casa de Pelópidas Silveira ¹¹²⁹ entre o chamado “MDB legal” e o “MDB ilegal” ¹¹³⁰, grande parte do Diretório Estadual recusou o nome de Pinto Ferreira e ficou favorável a Marcos Freire.

¹¹²⁵ Depoimento de COELHO, op. cit. (1983), p. 52.

¹¹²⁶ NERY, Sebastião. **As 16 derrotas que abalaram o Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1975, p. 53.

¹¹²⁷ Pinto Ferreira decide lutar pela candidatura. **Diário de Pernambuco**, Recife, 15 ago. 1974.

¹¹²⁸ Segundo relatos publicados pela imprensa da época, a Executiva Nacional da legenda não interferiu na disputa local entre Marcos Freire e Pinto Ferreira ao Senado. MDB não interfere na luta entre Freire e Pinto. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 2, 10 ago. 1974. Thales acha normal disputa no MDB. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 24, 16 ago. 1974.

¹¹²⁹ Nas palavras do comunista Paulo Cavalcanti: “*Na casa de Pelópidas reunimo-nos, então. Éramos mais de trinta pessoas, de várias tendências ideológicas, todos porém na arca de Noé do único partido de oposição no País*”. CAVALCANTI, op. cit. (2008d), p. 133. Pelópidas Silveira foi apontado, pelo ex-deputado estadual José Áureo Bradley em entrevista a este autor, como o responsável por convencer o MDB local de que Marcos Freire era, naquele momento, o candidato mais representativo do partido.

¹¹³⁰ Em um olhar de um analista do CIE essa questão era vista assim: “*O PCB tem exercido toda forma de pressão sobre os ‘moderados’ com a finalidade de exercer o controle do MDB, só retraindo as suas pretensões quando sente ameaçada, a unidade partidária. A situação porque passa o MDB/PE, justifica a existência de um canal paralelo com o objetivo de acompanharmos a luta interna desse Partido, e, também colhermos os*

Durante todo esse período, embora vítima da violência com a cassação de direitos inclusive, me conscientizei de que estávamos de uma situação de fato. Não era uma situação de direito, ninguém tinha direitos, não havia lei nenhuma que permitisse cassar. Havia uma ditadura. Eu estava com os direitos políticos cassados por dez anos. Cumpri o chamado “Estatuto dos Cassados”, não tive nenhuma atuação política. O “Estatuto dos Cassados” estabelecia que depois de dez anos os cassados poderiam participar de vida política, mas não podiam ser candidatos. Eu, a partir de 1974, participei de entendimentos eleitorais, quando Marcos Freire foi candidato a deputado e se fizeram reuniões com políticos [...] ¹¹³¹.

Na convenção da legenda ¹¹³², realizada no dia 17 de agosto de 1974, foi lançada, oficialmente, a candidatura de Marcos Freire ao Senado ¹¹³³. Este delicado episódio no interior da legenda oposicionista foi assim narrado por Jarbas Vasconcelos:

Então, fui falar com Pinto Ferreira para ele sair da disputa. Ele não quis sair. Foi um horror, porque eu fiquei numa situação delicada, extremamente delicada, porque eu tinha sido praticamente o articulador de Pinto Ferreira, e isso terminou numa mal-querença entre nós. Ele terminou chateado comigo ¹¹³⁴.

A indicação de Marcos Freire conseguiu unir autênticos e moderados. Nas palavras do ex-deputado Egídio Ferreira Lima:

O pessoal tinha receio de disputar a senatoria e a gente percebeu que já era hora de disputá-la. Era hora, tanto que muita gente não percebeu que Alencar Furtado, o líder da Câmara, não se candidatou a senador. No Paraná foi eleito um idiota, um maluco, não sei de quê Leite, que depois desapareceu. Em Pernambuco, o candidato era Pinto Ferreira, um candidato difícil, intelectual, muito limitado na visão política; na arte política, ele era um grande teórico, ele não era político. Eu e Fernando Lyra pensávamos que Marcos deveria ser candidato a senador e que ele ganharia a eleição. Mandeí chamar Marcos e disse a ele: “Marcos, você é o deputado federal, está com uma posição muito boa. Você superou o problema da prefeitura, a população entendeu. Você tem que disputar essa senatoria. Ele saiu”. Depois, telefonou

dados necessários às decisões do Governo”. Informação nº 1607/S-102-A9-CIE, 29 ago. 1975. Ministério do Exército, CIE. Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: AC_ACE_86100_75, grifo nosso.

¹¹³¹ SILVEIRA, Pelópidas. **Pelópidas Silveira**: depoimento [jan. 1985]. Entrevista concedida ao **Projeto História Oral do Movimento Político Militar de 1964 no Nordeste**. Entrevistador: Eliane Moury Fernandes e Jorge Zaverucha. Recife: Centro de Documentação e de Estudos da História Brasileira Rodrigo Melo Franco de Andrade (CEHIBRA), [da] Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), 1985, p. 41.

¹¹³² A comunidade de informações da ditadura acompanhou de perto toda essa movimentação. O regime preferia o nome de Pinto Ferreira como candidato ao Senado. Primeiro, por ter menos chances eleitorais de vencer o pleito; segundo, por sua conhecida atuação “moderada”.

¹¹³³ MDB indica Marcos Freire para disputar eleição com Cleofas. **Diário de Pernambuco**, Recife, 18 ago. 1974. MDB pernambucano indica Marcos Freire para senador. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 6, 18 ago. 1974.

¹¹³⁴ Cf. Depoimento de VASCONCELOS, op. cit. (2006), p. 54.

de casa, dizendo: “Você tem razão: eu pensei, eu vou disputar”. E nós entramos todos na campanha ¹¹³⁵.

A indicação de Marcos Freire ao Senado Federal não deixou de ser um grande risco para o MDB. Pois trocou um bom candidato à Câmara Federal, puxador de votos, por uma improvável competição ao Senado. Mas esse era o risco que o MDB pernambucano estava disposto a correr. Embora o setor moderado estivesse relutante quanto às chances eleitorais do partido; para o setor combativo da legenda: enfim, havia chegado a hora da virada.

Não foi uma decisão pessoal. Não fui eu quem decidiu ser candidato ao Senado. É uma decisão do partido. Aliás, em termos pessoais, não há vantagens; deixo de disputar uma eleição certa, em que deveria dobrar minha votação anterior, alcançando mais de 100 mil votos, para uma disputa difícil. Creio que isso todos reconhecem. Acontece, porém, que o partido achou que neste momento, por ter sido o candidato à Câmara mais votado nas eleições passadas, eu reunia as melhores condições ¹¹³⁶.

Marcos Freire levou à frente sua campanha dizendo aos eleitores: “*Vote sem medo e sem ódio*” ¹¹³⁷. Sem medo representava que ao seu lado estava a lei e sem ódio porque não havia nenhum sentido revanchista que alguns queriam atribuir às suas pregações políticas, uma vez que, no discurso do MDB, o partido estava apenas voltado para o futuro, sem levar em consideração o passado.

Notícias e fotos desciam do Nordeste como sonho de noite de verão: Marcos Freire fazendo um comício monumental em Petrolina, cidade de Nilo Coelho. Marcos Freire carregado pelo povo de Caruaru. Marcos Freire conquistando da classe A aos mocambos, através de um debate sério, sistemático, provado, documentado, sereno, humilde e didático dos problemas nacionais na TV, na rádio, nas praças públicas. Parecia incrível, mas era a vitória que começava a pintar. E as prévias do próprio governo comprovando. E líderes da Arena pedindo de público a substituição de João Cleofas por outro candidato para evitar a derrota. E Paraíba, Alagoas, Rio Grande do Norte, Sergipe, trocando de canal, nas TVs, para ouvir o jovem bom de cara e melhor de fala, que logo foi eleito, pelo *slogan* do povo, o *senador do Nordeste* ¹¹³⁸.

Os meios de comunicação foram bem explorados por Marcos Freire e pelo MDB como um todo. Em Pernambuco, por exemplo, os canais de televisão anunciavam o MDB ao som de “*Morte e Vida Severina*”, de Chico Buarque, com cenas que mostravam trabalhadores

¹¹³⁵ LIMA, op. cit. (2007), p. 260.

¹¹³⁶ Pernambuco – Marcos Freire confiando. **Opinião**, Rio de Janeiro, p. 5, 26 ago. 1974.

¹¹³⁷ Marcos Freire inicia campanha. **Diário de Pernambuco**, Recife, 31 ago. 1974.

¹¹³⁸ NERY, op. cit. (1975), p. 53-54.

cortando cana-de-açúcar e a mensagem: “*Um dia de trabalho na zona da mata vale oito cruzeiros; um quilo de charque custa 26, mais de três dias de trabalho*”¹¹³⁹.

A década de 1970 – época de transformações em todo o mundo¹¹⁴⁰ – havia imposto aos dois partidos políticos da época a necessidade de adotar novas práticas e discursos, além de diferentes maneiras de realizar as campanhas eleitorais e de se dirigir ao eleitor. Como vimos percebendo, o período sabático do MDB pernambucano, de 1971 a 1973, foi de extrema importância para que o partido passasse a estudar os graves problemas que o Brasil enfrentava, aprofundasse questões sensíveis da realidade nacional e, particularmente, compreendesse essa época de forte transformação da realidade social do país. Trabalhando arduamente nos bastidores, boa parte do MDB aproximou-se de estudantes e trabalhadores¹¹⁴¹, incentivou o ingresso de jovens e comunistas à legenda¹¹⁴², começou a dialogar com antigas lideranças estaduais que se encontravam exiladas¹¹⁴³, e investiu, pesadamente, para o pleito legislativo de 1974, em campanhas políticas voltadas aos meios de comunicação que se mostravam indispensáveis naquele contexto¹¹⁴⁴.

¹¹³⁹ Cf. Procuram-se eleitores, vivos. **VEJA**, São Paulo, n. 316, 25 set. 1974, p. 22.

¹¹⁴⁰ Ver: SEVCENKO, Nicolau. **A corrida para o século XXI: no loop da montanha-russa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

¹¹⁴¹ À inserção e apoio de trabalhadores e sindicalistas ao MDB, Isabel Gómez de Souza destacou: “*A classe política era vista como tendo outros interesses além do de, eventualmente, defender os trabalhadores [...]. No entanto, dado que não era ainda possível ter um partido dos trabalhadores, a melhor opção era a de apoiar os candidatos do MDB*”. SOUZA, Isabel Ribeiro de Oliveira Gómez de. **Trabalho e política: as origens do Partido dos Trabalhadores**. 1988. Petrópolis, RJ: VOZES, 1988, p. 94-95.

¹¹⁴² Segundo Alessandra Carvalho, em relação à ARENA, o MDB caracterizou-se por atrair personagens muito mais jovens desde sua criação. Contudo, foi a partir de 1974 que a presença dos jovens cresceu consideravelmente dentro do partido. Nesse período, ingressou ao MDB, “[...] *uma geração cujos marcos de referência voltavam-se sobretudo para os anos 1960, com menor fidelidade aos partidos existentes até 1965*”. CARVALHO, op. cit. (2015), p. 335.

¹¹⁴³ O emedebista Luiz de Andrade Lima confirmou essa mudança de postura do MDB, em meados dos anos 70, aos exilados brasileiros: “*Quem estava na luta legal no Brasil, que era o MDB, evitava o contato com os exilados para que não fossem acusados de estarem promovendo uma subversão universal que fosse motivo de cassação. Dr. Ulysses, uma das figuras mais dignas desse país, foi várias vezes e sempre recusou o contato com os exilados. O primeiro a ter contato com os exilados sabe quem foi? Foi Jarbas Vasconcelos. Eu estava na Argélia quando recebi um telefonema de Jarbas dizendo que ia para Madrid com Lysâneas Maciel e outros do chamado MDB autêntico e que queria ter um encontro com os exilados. Eu fui pra Madrid e encontrei com Jarbas. E foi a partir de lá que a gente começou a entender que a luta pela redemocratização não passava pelas armas, passava pela resistência interna das forças políticas internas e essas forças eram comandadas pelo partido legal e consentido, que era o MDB, e que tinha figuras ilustres [...]*”. Depoimento de Luiz de Andrade Lima prestado à Comissão da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (CEMVDHC) em 24 de novembro de 2015 na audiência pública sobre resistência política e cassação de mandatos parlamentares.

¹¹⁴⁴ Conforme depoimento do publicitário e marqueteiro político Paulo de Tarso em: **Arquitetos do poder**. [Documentário]. Direção de Vicente Ferraz e Alessandra Aldé. Rio de Janeiro: Urca Filmes, 2010. DVD (90 min.): NTSC, son., color.

Pela primeira vez, rádio e televisão foram usados pelos candidatos. O ano de 1974 foi o grande ano da transição no modo de fazer campanha política ¹¹⁴⁵. Neste ano, os métodos tradicionais de fazer campanha, o chamado corpo a corpo, começaram a ser efetivamente abandonados em favor da televisão. A partir desse pleito, as campanhas eleitorais migraram dos comícios para a televisão, das polêmicas ideológicas para o conforto de imagens e para as pesquisas de marketing ¹¹⁴⁶. Os anos 70 apontavam a massificação da *mass media* no país. Segundo Renato Ortiz, paradoxalmente, o advento da indústria cultural no Brasil coincidiu com o período da ditadura no país ¹¹⁴⁷.

Em relação aos dois partidos da época, o MDB utilizou muito melhor os meios midiáticos para a divulgação de sua campanha política. Em tempos de transformações, o partido oposicionista buscou entendê-las e adaptar-se ao máximo a elas. No caso da disputa ao Senado, por exemplo, a diferença entre os candidatos emedebistas e arenistas era abissal. A maioria dos candidatos arenistas era formada por antigos caciques políticos, enquanto que grande parte dos emedebistas era constituída de jovens aspirantes à Casa Alta do Congresso Nacional. E essa diferença de idade fez diferença no desenrolar das campanhas televisionadas. Como era de se imaginar, muitos arenistas, experientes na política, ficavam nervosos e não tinham boa desenvoltura diante das câmeras. Já muitos emedebistas apresentavam mais desenvoltura na linguagem televisiva e tiveram melhor desempenho.

¹¹⁴⁵ Como já discutimos durante toda esta tese, o MDB pernambucano não era um bloco monolítico e, por isso, não é possível dizer que todo o partido mudou suas práticas políticas ao longo dos anos 1970. Embora o setor combativo da agremiação tenha impulsionado a legenda para uma luta autêntica contra a ditadura e explorado novos meios de abrir brechas no regime, o velho modo de fazer política, através da compra de votos e cooptação de correligionários, ainda estava presente no interior do partido, notadamente, entre aqueles de perfil moderado. O jornalista do *Diário de Pernambuco*, Ricardo Carvalho, contou um caso, por exemplo, que exemplifica bem essa questão. Segundo o jornalista, depois de uma longa ausência, o então deputado federal Thales Ramalho (MDB) retornou ao Recife, uma semana antes do pleito de novembro de 1974, a fim de garantir sua reeleição. Ao longo da campanha do MDB pernambucano, os candidatos a deputado estadual que faziam dobradinha com ele estavam nervosos, pois estavam sem notícias do parlamentar federal. Havia um boato de que Thales estaria na Europa e não voltaria para as eleições. Os candidatos estavam nervosos porque haviam investido somas de dinheiro nas suas candidaturas e queriam reaver o dinheiro gasto. Bem, quatro dias antes do pleito, Thales Ramalho chegou ao Recife e assim explicou o jornalista: “[...] estava eu no pátio da Assembleia quando Thales Ramalho chega num carrão prateado e dirigindo-se a mim diz: ‘Entre no carro, seu Carvalho, e veja como se ganha uma eleição’. Do banco da frente, tudo testemunhei. Mandava entrar um a um os que faziam dobradinha com ele. Cada um pegando seu envelope e saindo feliz da vida. E Thales revela: ‘Vão gastar todo o dinheiro para a nossa reeleição’. E foi o que aconteceu. Sem fazer campanha nenhuma, reelegeu-se com 38.496 votos”. CARVALHO, op. cit. (2009), p. 62.

¹¹⁴⁶ Cf. GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. 7. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

¹¹⁴⁷ ORTIZ, op. cit. (2014), p. 119.

A esse respeito, a disputa majoritária em Pernambuco, por exemplo, é um caso a ser citado. O jovem Marcos Freire tinha, em 1974, o senador arenista João Cleofas, de 75 anos, um político tradicional, como adversário à vaga senatorial.

Marcos era jovem e falava muito bem. Cleófas era um veterano e não era bom orador. Para equilibrar as “diferenças”, os arenistas decidiram então “rejuvenescer” João Cleófas. A fórmula encontrada foi fotografá-lo e filmá-lo montando a cavalo. As cenas foram feitas em Nova Jerusalém e fizeram parte da propaganda na TV e nos impressos, sempre com a intenção de demonstrar a jovialidade do candidato ¹¹⁴⁸.

Além da idade e de residir no Rio de Janeiro, Cleofas era um quadro que, nos anos 70, já mostrava sinais de desgaste político. Cleofas disputou a reeleição ao Senado, em 1974, com a pecha de ter perdido três eleições para o governo de Pernambuco: em 1950, para Agamenon; em 1954, para Cordeiro de Farias, e, em 1962, para Miguel Arraes. Por isso, Cleofas era chamado pelos opositores de “João três quedas”. O jornalista Eurico Andrade fez um interessante resumo, à época, sobre essa questão:

No último dia do Guia, a comparação beneficiou ainda uma vez o candidato da oposição: Nos primeiros minutos do tempo do MDB, Marcos aparecia nadando, visitando mosteiros seiscientistas de Olinda, dirigindo um carro, acompanhando a mulher e os quatro filhos no supermercado, e terminava com filmes de comícios, carregado nos braços da multidão. [...] Nos últimos minutos, uma mensagem gravada analisando a campanha, a importância das teses do MDB por justiça social, independência e liberdade, o agradecimento aos jovens, às donas de casa e aos homens livres que o ajudaram e por fim, um “obrigado, Pernambuco”.

No minuto seguinte, aparecia Cleofas acusando-o de travesti, de falso profeta e de agitador. E no outro canal, [...] o governador eleito Moura Cavalcanti, com uma cabeleira ao gosto dos anos 50, ternos de lapelas muito largas e um tom arrogante demais para a TV. [...] Moura Cavalcanti, mais uma vez, apoplético.

Diante de milhares de telespectadores na noite do dia 12 [de novembro] surgiu uma certeza: a oposição ganhara a eleição no Guia Eleitoral ¹¹⁴⁹.

Como se verá adiante, entre os 16 senadores eleitos pelo MDB em 1974, 10 haviam nascido entre 1927 e 1938, tendo entre 36 e 47 anos de idade no máximo. Os eleitos pela ARENA, em comparação, eram todos mais velhos, assim como vários dos derrotados ¹¹⁵⁰. Semelhante situação se passou na Câmara dos Deputados, onde o MDB também constituiu, em 1974, uma bancada muito mais jovem. Nas palavras de Maria Kinzo:

¹¹⁴⁸ CARVALHO, op. cit. (2009), p. 60.

¹¹⁴⁹ ANDRADE, Eurico. Nasce uma estrela. **Opinião**, Rio de Janeiro, p. 2, 22 nov. 1974.

¹¹⁵⁰ CARVALHO, op. cit. (2008), p. 109-145.

O partido oposicionista dedicaria atenção especial à organização de sua campanha no rádio e na televisão. Como a legislação eleitoral dava direito aos partidos políticos de utilizar as redes de rádio e televisão em sua campanha eleitoral durante os dois meses que antecediam o pleito, o MDB tentou fazer uso destes meios de comunicação de massa da maneira mais efetiva possível ¹¹⁵¹.

Ao velho senador, João Cleofas, coube o simulado papel carismático em frente às câmeras para concorrer com o jovem emedebista; ao governador, Moura Cavalcanti, coube o tom agressivo da campanha arenista ¹¹⁵², depreciando a campanha do MDB, associando-a a forças comunistas, como destacou o jornalista Eurico Andrade:

[...] o sr. Moura Cavalcanti acusou todo o MDB de estar recebendo dinheiro da China, de Cuba, de atirar bombas e querer implantar o caos, usando uma linguagem tão violenta que seus próprios companheiros de partido passaram a se interrogar se esse era o melhor jeito de ganhar votos ¹¹⁵³.

Coube a Moura Cavalcanti, também, o papel de angariar o máximo de apoio das lideranças políticas estaduais, através de dois conhecidos instrumentos da política brasileira: a cooptação (o escoamento de recursos e a liberação de verbas) e as severas ameaças aos chefes partidários que se mostrassem desinteressados do trabalho eleitoral da ARENA ¹¹⁵⁴. Como advertiu o próprio governador: “*A minha intenção, como comandante do meu partido em Pernambuco, é a de um governo político partidário e quem estiver comigo está com o partido. Quem estiver em atitude dúbia, considero meu inimigo*” ¹¹⁵⁵, dando continuidade à pregação iniciada pelo interior do Estado contra o que ele classificou de “infíéis”.

Sobre essa questão, Moura Cavalcanti confidenciou, pós-eleição de 74, ao jornalista Sebastião Nery:

Vocês jornalistas me acusaram de ter sido agressivo na campanha. Fui. Era preciso ser. Encontrei a Arena de Pernambuco desintegrada, esfacelada. Um corpo grande, enorme, disforme, sem vigor e sem unidade. Era necessário que alguém assumisse o comando e brigasse para manter o partido de pé. Foi o que eu fiz. Dez dias depois do lançamento da candidatura Marcos Freire, eu tinha dados que mostravam a impossibilidade de nossa vitória. Mas não estávamos disputando apenas uma vaga no Senado. Havia a Câmara Federal e a Assembleia. Era decisivo que eu transmitisse confiança aos candidatos do partido, para que eles não se sentissem abandonados. Por isso fui para a televisão, de dedo, exigir que quem era da Arena ficasse com a Arena. Quem

¹¹⁵¹ KINZO, op. cit. (1988), p. 155.

¹¹⁵² Moura intensifica campanha arenista. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 6, 24 out. 1974.

¹¹⁵³ ANDRADE, Eurico. Nasce uma estrela. **Opinião**, Rio de Janeiro, p. 2, 22 nov. 1974.

¹¹⁵⁴ Expurgo tem ampla repercussão. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 5, 17 out. 1974.

¹¹⁵⁵ “A Arena vai vencer”. **Opinião**, Rio de Janeiro, p. 3, 1 nov. 1974.

quisesse ficar com o MDB, ficasse. Mas não tinha o direito de fingir da Arena. Político é uma opção permanente. Fica-se de um lado ou de outro. Em cima do muro, comigo, não ¹¹⁵⁶.

Cientes da força que a campanha do jovem Marcos Freire começou a adquirir ao longo dos meses, a ARENA entrou em desespero. O senador João Cleofas, de 76 anos, encarou com seriedade o pleito e passou a aceitar o ritmo alucinante da campanha do adversário, como relatou a reportagem da revista *VEJA*:

Devido à franciscana pobreza do MDB pernambucano, o candidato ao Senado Marcos Freire, 43 anos, montou para seu trabalho eleitoral uma equipe quase que só familiar: os filhos Marcos e Luís atendem os telefones e datilografam discursos, a esposa Maria Carolina coordena a agenda e oferece sugestões para a campanha, de slogan modesto: “Sem ódio, sem medo e sem dinheiro”. Mas de muita disposição. Em um mês, foram visitadas 87 cidades, feitos 250 comícios – ritmo que lhe permite dormir no máximo quatro horas por noite. Surpreendentemente, seu adversário, o veterano senador João Cleofas, 76 anos, aceitou esse ritmo alucinante da campanha do adversário, e fez o possível para acompanhá-lo: dormindo cinco horas por noite, levanta-se diariamente às 6h30, atende dezenas de pessoas no escritório do Recife, distribuindo bolsas de estudo, telhas para cobertura de casas ou simplesmente recomendações para assistência médica. Disposto a combater com as mesmas armas do adversário, ele participa de dezenas de comícios no interior, onde as refeições acabam sendo o maior problema: como a Arena está dividida numa infindável série de alas e subalas, é preciso muita habilidade para livrar-se de dois almoços num mesmo dia ¹¹⁵⁷.

O espaço midiático aberto pela “liberalização” contribuiu bastante para a campanha do MDB pernambucano. Além da significativa diferença de idade em relação a João Cleofas, Marcos Freire era um político que dominava bem os meios de comunicação, mostrando-se sempre elegante e carismático tanto nas campanhas de rua quanto em frente às câmeras de TV. O MDB pernambucano rapidamente percebeu a importância dos meios de comunicação para a divulgação de suas ideias. “*Os cabos eleitorais responsáveis pelos pequenos diretórios no interior, que sempre tiveram nas mãos a ponta do cabresto partidário, foram aposentados pela televisão*” ¹¹⁵⁸.

O partido de oposição soube utilizar com maestria em 74 o instrumento midiático – hoje imprescindível a qualquer campanha política – que a ARENA tanto desprezava. Por isso, pode-se dizer, sem sombra de dúvida, que o MDB foi, naquela ocasião, a entidade brasileira que mais pressionou o governo Geisel a conceder maior liberdade de imprensa e de expressão.

¹¹⁵⁶ NERY, op. cit. (1975), p. 57.

¹¹⁵⁷ Um concerto para dois instrumentos. *VEJA*, São Paulo, n. 322, 6 nov. 1974, p. 29.

¹¹⁵⁸ A Arena no dia do MDB. *VEJA*, São Paulo, n. 324, p. 20, 20 nov. 1974.

“Vamos dizer que o cidadão deve escolher representantes no Congresso e nas assembleias pensando também que está delegando a eles a escolha dos governantes. Porque isso ninguém se preocupou em lhes dizer”¹¹⁵⁹.

Pressionado pelo MDB e também como uma estratégia de demonstrar abertura aos novos tempos e incentivar os eleitores a comparecerem ao dia da votação a fim de diminuir o expressivo número de votos nulos e brancos verificados no pleito de 1970, o governo concedeu maior liberdade nas campanhas dos candidatos. O próprio presidente Ernesto Geisel incentivava a participação dos políticos nos guias eleitorais de TV. Em diversas ocasiões, ele deu declarações à imprensa proclamando que o “clima de liberdade de expressão e de imprensa” era essencial à “democracia brasileira”¹¹⁶⁰.



Figura 25 – Lema da campanha do MDB em 1974 denunciava, subliminarmente, os abusos do regime, centro do Recife.
Fonte: **Memorial da Democracia**.

No ano de 1974, o MDB uniformizou as propostas e a linguagem (vide Figura 25); usou o rádio e a televisão para transmitir a mensagem liberalizante do partido, com discursos muito mais atraentes do que a ARENA; usou jingles que chamavam o eleitor para dentro dos problemas políticos de então (“Vote no MDB, você sabe por quê”¹¹⁶¹); e preparou uma cartilha (“MDB em ação nos comícios, rádio e televisão”) para orientar as campanhas

¹¹⁵⁹ Entrevista: Ulysses Guimarães. **VEJA**, São Paulo, n. 262, p. 5, 12 set. 1973.

¹¹⁶⁰ CASTRO; D’ARAUJO, op. cit. (2002), p. 8.

¹¹⁶¹ Esse slogan fazia, de imediato, referência a uma declaração do ex-presidente Emílio Médici, de que o país ia bem, mas o povo ia mal. O inteligente e eficaz slogan do MDB permitia que cada eleitor o entendesse de maneira particular, de acordo com seus próprios problemas e razões.

eleitorais daquele ano. Elaborada sob a coordenação do líder Franco Montoro, essa cartilha – que contou com a colaboração de pesquisadores do CEBRAP ¹¹⁶² – foi remetida a todos os candidatos do partido, em todo o país, dando-lhes uma espécie de assessoria ¹¹⁶³.

Os intelectuais verdadeiramente começaram a levar a sério o MDB a partir do momento em que ele transformou-se num partido de grande expressão popular. O voto de confiança dado pelas massas populares ao MDB, aos olhos de muitos membros da intelectualidade, sanava os problemas e as deficiências trazidas pelo partido desde sua origem. [...] O sufrágio popular colhido pelo MDB legitimava-o, transformando-o num partido digno e respeitável. [...] Antes encarado com desconfiança e ceticismo, o partido passou a ser visto como um instrumento importante na luta pela democracia. Intelectuais que, no início da década de 1970, faziam críticas acirradas ao partido, no momento posterior a 1974 davam-lhe apoio e, em alguns casos, chegavam mesmo a filiar-se ao partido e lançar-se como candidatos em eleições legislativas ¹¹⁶⁴.

A presença dos intelectuais do CEBRAP na formulação do programa eleitoral do MDB trouxe ao partido “[...] *não só mais consistência e sofisticação programática, mas um apoio simbolicamente significativo para conquistar respeitabilidade entre a intelligentsia*” ¹¹⁶⁵. A participação dos intelectuais no MDB foi fundamental na construção do frentismo de oposição da legenda. Como argumentou também Fernando Henrique Cardoso, à época, membro do CEBRAP:

[...] fizemos um esboço do que seria a nossa ideia do programa da campanha, que na verdade não havia muita contradição com o que Ulysses queria, o Pacheco queria: a ideia de fazer a intersecção entre o social e o econômico

¹¹⁶² O CEBRAP foi uma instituição fundada por Fernando Henrique Cardoso, em 1969, com o objetivo de realizar estudos e pesquisas na área das Ciências Humanas sobre a realidade brasileira. Financiado pela Fundação Ford e sediado em São Paulo, o CEBRAP reuniu um importante grupo de professores afastados da USP por força dos atos draconianos do regime militar. RIBEIRO, Marcos Abraão Fernandes. Revisitando 1964: a escola sociológica paulista e as interpretações do Brasil. In: **Terceiro Fórum Nacional de Sociologia e Política**, Curitiba, 2011.

¹¹⁶³ É importante ressaltar que a inserção de intelectuais no meio político brasileiro não era nenhuma novidade. Nos anos 50, por exemplo, havia a presença de intelectuais de vários órgãos de pesquisa na vida política do país. Foi o caso do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), que exerceu forte influência no governo Juscelino Kubistchek. Fizeram parte do ISEB, entre outros, os filósofos Álvaro Vieira Pinto, Roland Corbisier e Michel Debrun, o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos, os economistas Ignácio Rangel, Rômulo de Almeida e Ewaldo Correia Lima, o historiador Nelson Werneck Sodré, e os cientistas políticos Helio Jaguaribe e Candido Mendes de Almeida. Cf. TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB: fábrica de ideologias**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1978. A respeito da presença de intelectuais na vida política brasileira, ver, entre outros: PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo, Ática, 1990.

¹¹⁶⁴ MOTTA, op. cit. (2007), p. 165-166.

¹¹⁶⁵ Ibid., p. 295.

com o político. Enfim, democracia, mais salários, distribuição de renda, organização de sindicatos, participação da mulher, do negro etc.¹¹⁶⁶.

Em síntese, a cartilha *MDB em ação nos comícios, rádio e televisão* prezava pela defesa da democracia e pela crítica aos problemas sócio-econômicos do país. Em alguns de seus excertos, o documento afirmava:

[...] Se o Governo Federal está convencido de que está certo em suas realizações, se tem certeza que sua política econômica, salarial, social e financeira vem ao encontro das aspirações de nossa gente, as eleições diretas para governadores, presidência da república e todas as prefeituras seriam um bom.

É meta prioritária do Movimento Democrático Brasileiro o Desenvolvimento Nacional. [...] o desenvolvimento não é, portanto, obra de um único governo, não tem data. Elevados índices de desenvolvimento em nosso país foram registrados nos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek.

O MDB quer desenvolvimento com liberdade e justiça social. O desenvolvimento não é incompatível com liberdade e democracia. Justamente o contrário, a democracia e a liberdade são causas, condições do verdadeiro desenvolvimento.

[...] O MDB, apesar das dificuldades que enfrenta, continua cumprindo seu dever: luta pelo restabelecimento da democracia, protesta contra arbitrariedades e violência contra a pessoa, denuncia a censura à imprensa e ao pensamento, defende a validade da existência de movimentos sociais de crítica e protestos legais, exige liberdade para as organizações sindicais lutarem autonomamente pelos direitos e aspirações dos trabalhadores, condena o aviltamento dos salários e vencimentos, quer a Universidade crítica, propõe o desenvolvimento com liberdade e justiça social¹¹⁶⁷.

Os anos sabáticos do MDB pernambucano, de 1971 a 1973, foram de extrema importância para a legenda para que ela elaborasse um programa partidário, estudasse muitos problemas que o país atravessava, além de buscar se aproximar da esquerda, dos movimentos sociais e da população no geral. Já a autoconfiante ARENA local não elaborou nenhum projeto de governo para ser apresentado nas eleições de 1974. Com seu espírito acomodado e governista, a ARENA pernambucana, inclusive, se atrasou em aproveitar a que mais de perto lhe dizia respeito – a revalorização de seus políticos mais experimentados. Não foi por menos que uma liderança emedebista, ao longo da campanha, ironizava: “*Um partido só existe realmente se possuir um programa. Nós temos o nosso registrado no Tribunal Superior*

¹¹⁶⁶ Citado por: KINZO, op. cit. (1988), p. 155.

¹¹⁶⁷ MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. **MDB em ação nos comícios, rádio e televisão: democracia com desenvolvimento e justiça social.** Brasília: Senado Federal, Serviço Gráfico, 1972, p. 16-22. Para uma leitura completa do documento, ver: DELGADO, Tarcisio, p.101-106.

Eleitoral. A Arena não tem. O resultado é que vemos seus candidatos baseando suas campanhas em autopromoções ridículas” ¹¹⁶⁸.

Apesar da importância que a propaganda televisiva adquiriu no pleito de 1974 para o MDB, isto não significa dizer que tudo foram flores para o partido oposicionista ¹¹⁶⁹. No quesito midiático, o MDB enfrentou dois grandes problemas durante a sua campanha política. O primeiro, e o mais óbvio de todos, era que, apesar de certa “liberalização” nos meios de comunicação para a cobertura do guia eleitoral dos candidatos daquele ano, o país ainda estava sob a égide de uma lei de censura que restringia quaisquer críticas mais contundentes ao regime ¹¹⁷⁰.

Os candidatos estavam sob vigilância constante – e isso, como é de se imaginar, dificultava enormemente o desenvolvimento da campanha do MDB como partido oficial de oposição. Candidatos do MDB buscaram usar o horário eleitoral gratuito na televisão para fazer críticas ao governo e eram (veladamente ou não) cerceados. O ministro da Justiça, Armando Falcão, solicitou à Justiça Eleitoral, por exemplo, que o Judiciário tomasse providências enérgicas contra candidatos que estivessem utilizando o horário eleitoral para posicionar-se contra a legislação eleitoral, contra as políticas econômicas do regime ou “caluniando” o governo com denúncias infundadas. Um dos exemplos citados era a campanha do candidato emedebista Marcos Freire, que estava abusando da “liberdade de expressão” ¹¹⁷¹. O presidente da ALEPE daquele período reconheceu que havia censura às falas dos emedebistas “combativos/autênticos”:

Eu rendo homenagem muito grande a esses autênticos. Naquela época, precisava ter muita coragem para ser autêntico. [...] Eles tiveram muita coragem. Eles eram acampanados, essa coisa toda. Marcus Cunha chegou a ser preso. Mas nunca se curvaram. Os discursos de Jarbas eram discursos de oposição, de combate ao governo. [...] Os discursos, as reuniões que eles

¹¹⁶⁸ A reabilitação do voto. **VEJA**, São Paulo, n. 324, p. 29, 20 nov. 1974.

¹¹⁶⁹ Para o presidente Ernesto Geisel, o MDB não soube utilizar as “benesses” concedidas por seu governo. Por isso, para ele, era justa a continuidade de certa censura e punições àqueles “que cometiam excesso”. Sobre o crescimento do MDB em 1974: “*Acho que a oposição, tendo crescido, se tornou mais virulenta, e essa virulência gerou uma reação e um fortalecimento da linha dura. Se a oposição tivesse uma melhor compreensão das minhas intenções e fosse menos radical, talvez se conduzisse de outra forma. Mas se exacerbaram: ‘Vamos aproveitar!’*”. D’ARAÚJO; CASTRO, op. cit. (1997), p. 462. Ele afirmou, por exemplo, que precisava ter o controle da transição e, conseqüentemente, da oposição: “*Minha idéia, na verdade, era tanto quanto possível evitar o uso do AI-5. Mas aí se manifestou a falta de compreensão da oposição. [...] É evidente que se eu não agisse contra a oposição com determinadas formas de repressão, inclusive com a cassação, eu perderia terreno junto a área militar. Sobretudo na área mais exacerbada da linha dura. Era preciso de vez em quando dar um pouco de pasto às feras*”. Ibid., p. 469-470, grifo nosso.

¹¹⁷⁰ Para um maior aprofundamento dessa questão, ver: MARCONI, op. cit. (1980).

¹¹⁷¹ Falcão quer punir abusos de candidatos na televisão. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 8, 24 out. 1974.

faziam tudo isso. E eles tinham também um suporte muito grande, financeiramente, de dr. José Ermírio de Moraes. [...] Agora, os discursos eram muito fortes, essa coisa toda, mas uma boa parte não saía nos jornais porque não podia sair; não podia sair porque a censura não deixava sair¹¹⁷².

O depoimento acima do ex-presidente da ALEPE lembrou um caso ocorrido no ano de 1974, dias antes da posse de Ernesto Geisel, e que ficou marcado na história política pernambucana como mais uma página sombria de cerceamento da liberdade de imprensa e intimidação ao partido de oposição. O acompanhamento do episódio já foi feito e não vale a pena retomá-lo com minúcias. Importa dizer que o fato começou quando, no início de 1974, Marcus Cunha – então vereador do Recife, primeiro suplente de deputado federal e secretário do Diretório Regional do MDB em Pernambuco – planejou realizar, em março daquele ano, um ciclo de conferências sobre questões nacionais utilizando as dependências da ALEPE (1º Ciclo de Conferências sobre Problemas Brasileiros – MDB) (vide Figura 26). Vários intelectuais, grande parte do CEBRAP, foram convidados para realizar as palestras. Os convites foram entregues a entidades estudantis, culturais e de trabalhadores.

PROGRAMAÇÃO 4

OBJETIVO

O Departamento Cultural do Movimento Democrático Brasileiro em Pernambuco, apresenta como sua primeira realização, o 1º Ciclo de Conferências sobre Problemas Brasileiros.

Constitui nesse objetivo, promover através de ciclos de conferências e criação de grupos de trabalhos, a ampliação do debate acerca dos problemas fundamentais da sociedade brasileira atual: a crescente desigualdade social, e a ausência dos direitos fundamentais de pessoa humana.

Este departamento mantém-se aberto aos diversos setores da sociedade que desejam participar da luta contra a marginalização política e social da maioria do povo brasileiro.

Desta forma, de acordo com os princípios do Movimento Democrático Brasileiro, a essência do nosso trabalho constitui-se na luta da democracia contra o elitismo.

EXP. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
TEMA: "Participação e Desenvolvimento"
DIA: 11 de Março às 20:00 hs. 2ª Tenda

EXP. PINTO FERREIRA
TEMA: "O Papel do Estado Moderno"
DIA: 18 de Março às 20:00 hs. 3ª Tenda

EXP. FRANCISCO DE OLIVEIRA
TEMA: "Industrialização do Nordeste: Perspectivas"
DIA: 22 de Março às 20:00 hs. 4ª Tenda

EXP. MARCOS FREIRE
TEMA: "Reforma Agrária"
DIA: 25 de Março às 20:00 hs. 5ª Tenda

OBS.: As conferências serão realizadas na Assembleia Legislativa do Estado.

Figura 26 – 1º Ciclo de Conferências sobre Problemas Brasileiros – MDB
Fonte: Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: AC_ACE_66699_74¹¹⁷³.

¹¹⁷² OLIVEIRA, op. cit. (2007), p. 59.

¹¹⁷³ Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: AC_ACE_66699_74.

No entanto, ao tomar ciência do evento através do reitor da UFPE, Marcionilo Lins, o IV Exército proibiu a realização das conferências e, no dia 8 de março de 1974, sob ordens do coronel Antônio Cúrcio Neto, chefe do DOI-CODI em Pernambuco, o organizador do evento foi “convidado” a comparecer ao QG do IV Exército ¹¹⁷⁴. “*Inconformado com o ‘convite’, Marcus respondeu que não se negaria a comparecer à 2ª Seção, desde que a intimação viesse com um mínimo de credibilidade, preliminarmente encaminhada ao presidente da Câmara Municipal do Recife*” ¹¹⁷⁵.

Foi a partir desse momento que Jarbas Vasconcelos, secretário-geral do MDB-PE, espalhou a notícia para os demais emedebistas em Brasília e para os jornais locais (que não noticiaram o fato) e às sucursais dos jornais do Rio e São Paulo. Ao tomar ciência da denúncia, Carlos Garcia, chefe da sucursal do *Estado de S. Paulo*, divulgou no jornal paulista, em negrito, na 5ª página, no dia 10 de março, a notícia da ameaça de prisão sofrida pelo vereador recifense por parte do coronel Cúrcio Neto, do DOI-CODI ¹¹⁷⁶. Por uma ação destemida de Carlos Garcia essa era a primeira vez que se revelava o nome do chefe do DOI-CODI. O jornalista fez uma ação que muitos emedebistas relutavam em fazer – denunciar o nome dos “operários da violência” ¹¹⁷⁷ – conforme destacou Jarbas Vasconcelos: “*Os ‘autênticos’ lutavam muito pela política institucional, redemocratização, pela Assembleia Nacional Constituinte. Mas denunciar tortura, dá nome a torturadores, você contava a dedo os que tinham coragem de fazer*” ¹¹⁷⁸.

Na manhã do dia seguinte, ao sair da casa de Jarbas, Marcus Cunha foi preso, ou, melhor dizendo, sequestrado, e levado para local desconhecido – o que se supõe ser as dependências do DOI-CODI no centro do Recife. Ao vereador foram dirigidas, ao estilo nazista, diversas perguntas desconexas ¹¹⁷⁹, entre as quais, Paulo Cavalcanti citou:

- Por que o programa do MDB é igual ao do Partido Comunista?
- Que diz o senhor sobre o futuro político do deputado Joaquim Coutinho, da Arena?

¹¹⁷⁴ Documento de Informações nº 299/15/ARE/1974, 14 mar. 1974. SNI/Agência Recife. Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: AC_ACE_66699_74.

¹¹⁷⁵ CAVALCANTI, op. cit. (2008b), p. 410.

¹¹⁷⁶ Polícia ameaça vereador. **Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 5, 10 mar. 1974.

¹¹⁷⁷ HUGGINS, op. cit. (2006).

¹¹⁷⁸ Cf. Depoimento de VASCONCELOS, op. cit. (2006), p. 55.

¹¹⁷⁹ Para uma discussão sobre os métodos da ditadura de obter “confissões” dos presos políticos em torturantes sessões de interrogatórios, ver: MAGALHÃES, Marion Brepohl de. Documento: Manual do interrogatório. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 40, p. 201-240, 2004.

- Quais os professores e colegas de faculdade que o senhor conhece como esquerdistas?
- Sabe que Fernando Henrique Cardoso é comunista?
- Qual a diferença entre o MDB e o Partido Comunista, se ambos lutam ao mesmo lado? ¹¹⁸⁰.

Enquanto o advogado de Marcus Cunha, Bóris Trindade, impetrava uma ordem de *habeas corpus* junto ao STM, a prisão do vereador recifense era denunciada da tribuna do Senado Federal e da Câmara dos Deputados pelas lideranças emedebistas ¹¹⁸¹. Dois dias após sua prisão, o vereador emedebista foi solto e o jornalista Carlos Garcia então preso. A prisão arbitrária do jornalista tinha o objetivo “[...] de esclarecer por que meios e modos conseguira obter os pormenores da prisão de Marcus Cunha, divulgando-o no jornal paulista, citando, além do mais, como autoridade responsável, o indicado coronel” ¹¹⁸². Carlos Garcia foi levado ao temido DOI-CODI, onde passou por vários interrogatórios, sevícias e sessões de tortura ¹¹⁸³.

Em São Paulo, o *Estado de S. Paulo* fazia o possível para noticiar a barbaridade sofrida por seu funcionário nos cárceres da ditadura ¹¹⁸⁴. No entanto, o poderio econômico da família Mesquita não foi suficiente para furar a censura e nenhuma notícia sobre o caso foi noticiada. Contudo, algumas providências da direção do jornal e dos membros do MDB no Congresso, especialmente Fernando Lyra, surtiram efeito. Através de gestões do então ministro pernambucano Costa Cavalcanti, o ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, em nome do presidente Emílio Médici, expediu telegrama determinando a soltura do jornalista ¹¹⁸⁵. “*Tudo*

¹¹⁸⁰ CAVALCANTI, op. cit. (2008b), p. 413.

¹¹⁸¹ Foi o caso, por exemplo, do discurso de Fernando Lyra no dia 12 de março de 1974, na tribuna da Câmara. A íntegra da denúncia pode ser lida em: BRASIL. **Diário do Congresso Nacional**. Poder Legislativo, Distrito Federal, DF, 13 mar. 1974, Seção 1, p. 6426-6427.

¹¹⁸² CAVALCANTI, op. cit. (2008b), p. 414.

¹¹⁸³ Cf. Depoimento de Carlos Garcia prestado à CEMVDHC, em 3 de outubro de 2013, na audiência pública sobre repressão aos meios de comunicação em Pernambuco.

¹¹⁸⁴ O único órgão de imprensa brasileira nessa época, que não se autocensurava era o *Estado de S. Paulo*. Embora os grandes jornais do país, de ampla circulação, tivessem apoiado a queda de João Goulart e fossem entusiastas do governo Castelo Branco, nem todos se comportaram da mesma forma ao longo do regime militar. Claudio Vasconcelos analisou os discursos editoriais de três grandes jornais do país (*Jornal do Brasil*, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*) e constatou que não apresentam uma homogeneidade retórica entre si. Embora os três jornais em questão fossem partícipes da coligação golpista, as diferenças presentes em seus discursos são exemplares da fragmentação da coalizão “revolucionária”. O autor classificou o *Jornal do Brasil* como um “aliado crítico”, *O Globo*, um “aliado incondicional” e o *Estado de S. Paulo*, um “aliado decepcionado”. “[...] *O Estado de São Paulo*, que, embora tenha apoiado o golpe, como simpatizante de uma facção civil afastada do centro do poder após a instauração do regime, passou a criticar os governos militares, denotando o caráter arbitrário de algumas de suas medidas [...]”. VASCONCELOS, op. cit. (2004), p. 35.

¹¹⁸⁵ Depoimento de Carlos Garcia prestado à CEMVDHC, em 17 de julho de 2014, na audiência pública sobre repressão aos meios de comunicação em Pernambuco.

*isso aconteceu a um homem que nunca foi comunista, tendo participado, ao contrário, das campanhas da UDN, amigo e colaborador de Cid Sampaio, ao tempo do seu governo*¹¹⁸⁶. O caso não foi, à época, investigado pelo governo. Pelo contrário. Foi abafado. Após a sua soltura, Garcia ficou impedido de sair do Recife e o seu algoz, o coronel Cúrcio Neto, nada sofreu. Apenas foi transferido para Brasília, com a posse do presidente Ernesto Geisel.

Há várias versões sobre os motivos que levaram à prisão de Carlos Garcia. A mais conhecida é esta a respeito da denúncia feita à prisão do vereador emedebista, Marcus Cunha. Outra versão é dada pelo brasilianista Thomas Skidmore. Para ele, o jornalista pernambucano foi preso como um “bode expiatório” da luta entre a linha-dura e os que queriam a abertura. Os da linha-dura prenderam Garcia para provocar Geisel¹¹⁸⁷. Outra versão é dada pelo jornalista Ricardo Carvalho. Para ele, Garcia foi preso como uma vingança do coronel Cúrcio Neto¹¹⁸⁸. O importante dizer aqui é que longe de serem excludentes, a nosso ver, essas versões são complementares.

O segundo problema enfrentado pelo MDB pernambucano para a execução de campanha política nos meios de comunicação era o próprio alcance desses meios, especialmente da televisão, pelo Estado de Pernambuco. A televisão ainda era um veículo de comunicação de massa inacessível ao meio rural. Pernambuco possuía, à época, cerca de 380 mil aparelhos de TV, sendo que mais de 80% se situavam na RMR. No entanto, o sinal de televisão chegava apenas até Vitória de Santo Antão, na Zona da Mata (vide Figura 27). Como escrevera Palhares Reis:

[...] o uso da televisão tem o alcance limitado de propagação, somente superado com a existência de estações repetidoras. A Serra das Russas, como obstáculo natural, impedia a propagação da mensagem televisionada para o Agreste e o Sertão, salvo nos municípios onde já estavam instaladas repetidoras, no caso, Caruaru e Arcoverde¹¹⁸⁹.

¹¹⁸⁶ CAVALCANTI, op. cit. (2008b), p. 417.

¹¹⁸⁷ SKIDMORE, op. cit. (1988), p. 245.

¹¹⁸⁸ “Vingança sim, porque Garcia fizera no mês de janeiro, no auditório da Associação de Imprensa de Pernambuco (AIP), palestra sobre liberdade de imprensa e a censura imposta pelos militares ao Estadão. O coronel não gostou e “convidou” Garcia para ir até o IV Exército. Garcia Foi e disse que falava em nome do jornal. O coronel entendeu como uma chicana a Nota divulgada pelo Estadão”. CARVALHO, op. cit. (2009), p. 57.

¹¹⁸⁹ REIS, op. cit. (1986), p. 148.



Figura 27– Campanha do MDB em Caruaru, outubro de 1974.

Fonte: **Marcos Freire – sem ódio e sem medo**. [Documentário]. Direção de Marcya Reis. Brasília: TV Câmara, 2004. DVD (44 min.): NTSC, son., color.

Nesse sentido, os candidatos mais jovens que haviam investido em 1974 nos *mass media* tiveram que focar as suas campanhas políticas em torno da RMR. O candidato majoritário do MDB, Marcos Freire, por exemplo, que havia focado sua campanha política através da televisão, sofreu com a limitação das ondas de rádio e TV pelo Estado, além da falta de tempo para percorrer todos os municípios em busca de voto e da existência de fortes e tradicionais “currais eleitorais” da ARENA situados pelo Agreste e Sertão.

Em seu último “Guia Eleitoral”, o candidato emedebista ao Senado, Marcos Freire, por exemplo, fez um pedido de desculpa à sua ausência no interior do Estado de Pernambuco, ao mesmo tempo em que fez um balanço de sua campanha, em tom entusiasta – diferente do lançamento de sua candidatura:

Ninguém tomará essa vitória do povo de Pernambuco, porque o Recife, a Zona da Mata, o Agreste e o Sertão entenderam a mensagem de minha candidatura e votarão, sem ódio e sem medo, nos candidatos do MDB [...]. Agradeço à mocidade, às donas de casa e aos homens livres de Pernambuco, que entenderam as ideias de nossa mensagem, querem renovar e souberam enfrentar com dignidade e destemor as pressões e as ameaças daqueles despreparados que governarão o Estado nos próximos anos. As ameaças, as acusações, as críticas não me afastaram da preocupação de não me deter em pessoas, mas passei esses 60 dias discutindo problemas, apontando caminhos e soluções. Não tenho raiva, não me preocupam as infâmias, porque meu pai ensinou que não se deve odiar. Respeito e perdão as ofensas porque os nossos adversários estão despreparados [...]. O mundo está diante de nós cercado de violência e de ódio. Mas Pernambuco vai construir o seu futuro – um futuro mais digno e mais humano, com amor e compreensão. Hoje, no encerramento da campanha eleitoral, quero dirigir-me com especial atenção aos homens livres, à Juventude e donas de casa dos municípios que

não pude visitar. Estive pessoalmente em 118 municípios. Gostaria de ter visitado os 164 municípios que compõem o meu Estado. Mas não tive a alegria de visitar todos. A campanha eleitoral durou 60 dias. Se houvesse recursos financeiros suficientes, estrutura partidária e tempo, teria visitado os 164 municípios. A campanha eleitoral durou 60 rompi três vezes a campanha. Uma delas para permanecer dois dias em Brasília, solidário, como não poderia deixar de ser, com o meu colega Francisco Pinto, quando perdeu o seu mandato e foi condenado e preso. Viajei outras dessas vezes para atender compromissos com a imprensa do Rio e de São Paulo. Tentei recuperar esses atrasos na programação, visitando até cinco cidades em um só dia falando 11 vezes em 24 horas, dormindo duas ou três horas por noite. Mas as cidades onde não estive não serão esquecidas. Porque nas minhas caminhadas ouvi, vi e analisei os problemas de cada região do Estado. Vi o drama da minha gente. E após a vitória, na tribuna do Senado, estarei à disposição de qualquer pernambucano que me escrever. Porque este mandato que Pernambuco está me oferecendo não me pertence. Pertence ao povo. E será exercido, sem ódio e sem medo, para defender os supremos interesses do povo de Pernambuco. Um grande abraço e obrigado pela vitória, Pernambuco ¹¹⁹⁰.

Outro problema enfrentado pelo MDB – problema este, como já salientamos, que era uma constante na história do partido – era a falta de dinheiro para se gastar nas campanhas eleitorais (vide Figura 28). Essa escassez de recursos não só trouxe prejuízo ao MDB, mas também serviu de aprendizado para a entidade. Em 1974, a falta de dinheiro acarretou duas consequências ao partido: a primeira é que cientes desse longo problema os emedebistas apostaram, em 74, massivamente nos meios de comunicação – vale destacar que, àquela época, as campanhas eram consideravelmente mais baratas, pois inexistia o marqueteiro político dos moldes atuais; e a segunda foi o foco na campanha de rua, chamada de “corpo a corpo”, bastante econômica e que ainda ajudou a aproximar o partido das classes populares.

Com o lema “Sem ódio e sem medo”, Freire começou sua campanha, à qual se juntou outra falta: sem dinheiro. Esta dificuldade o perseguia até o comício de encerramento, no bairro proletário de Santo Amaro, quando cerca de 60 000 pessoas ficaram ameaçadas de não ouvir nada, pois deviam 30 000 cruzeiros ao serviço de som, arrumados à última hora ¹¹⁹¹.

Em relação aos temas que o MDB procurou desenvolver ao longo de sua campanha, podem-se destacar dois que gravitavam a maioria dos discursos candidatos emedebistas. Tendo em vista o momento de reformulação do partido e o clima de “liberalização” da época passaram a ser permanente plataforma política do partido a “defesa do retorno ao Estado Democrático de Direito” e a “crítica ao modelo de desenvolvimento econômico” então em

¹¹⁹⁰ Marcos Freire agradece à mocidade pernambucana. **Diário de Pernambuco**, p. 3, 13 nov. 1974.

¹¹⁹¹ O modelo nasce das urnas. **VEJA**, São Paulo, n. 325, p. 38-39, 27 nov. 1974.

voga. “[...] a oposição consentida converteu-se, rapidamente, em canal de atualização, dinamização e multiplicação do veto da Nação ao regime esdrúxulo”¹¹⁹².

Em termos políticos, como era de se esperar de um partido opositorista em plena ditadura, o MDB partiu para o ataque direto ao governo, reclamando o restabelecimento da democracia, a revogação da Lei de Segurança Nacional e dos atos institucionais, especialmente do AI-5, o retorno do instituto do *habeas corpus*, defesa da anistia política, o fim da perseguição e da repressão política e denunciando as graves violações de direitos humanos ocorridas no país¹¹⁹³. As discussões sobre essas temáticas ganharam notável repercussão nos meios universitários e órgãos de imprensa uma vez que muitos dos atingidos pelos atos repressivos do Estado eram oriundos dessas instituições, filhos da classe média.



Figura 28 – Campanha de Marcos Freire ao Senado, centro do Recife, setembro de 1974.

Fonte: **Marcos Freire – sem ódio e sem medo**. [Documentário]. Direção de Marcya Reis. Brasília: TV Câmara, 2004. DVD (44 min.): NTSC, son., color.

O segundo foco da campanha do MDB em 1974 era voltado para questões econômicas. E essa foi, de fato, uma estratégia bastante inteligente para o momento de fim do embuste do “milagre econômico” e, conseqüentemente, de agravamento dos problemas sociais do país. “[...] além das bandeiras propriamente opositoristas de repúdio ao regime militar, pela redemocratização do país, o MDB passou a associar ao governo militar os

¹¹⁹² FERNANDES, Florestan. **Brasil em compasso de espera**. São Paulo: Hucitec, 1980, p. 214.

¹¹⁹³ Cópias de discursos de emedebistas pernambucanos versando sobre essas temáticas eram arquivadas pela comunidade de informações da ditadura. Ver, por exemplo: Encaminhamento nº 356/15/ABS/SNI/1972, 24 ago. 1972. SNI. Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: AC_ ACE_49350_72.

problemas sociais e econômicos enfrentados pela população”¹¹⁹⁴. Passaram a ser recorrentes nos discursos dos candidatos emedebistas, a centralização econômica; as péssimas condições de vida dos setores populares; o alto custo de vida; o desemprego; as discrepâncias na distribuição da renda; a falta de uma reforma agrária; os baixos salários; a perseguição aos sindicalistas combativos; a excessiva participação do capital estrangeiro na economia brasileira; o arrocho salarial; os desmandos administrativos do governo; a precariedade das moradias e dos sistemas públicos (saúde, educação, transporte, assistência); a dívida externa etc. Como apontou a pesquisadora Alessandra Carvalho, o lugar da “Segurança e Desenvolvimento” apregoados pelos militares, o lema emedebista era “Democracia e Desenvolvimento”¹¹⁹⁵.



Figuras 29 e 30 – Campanha televisiva do MDB, agosto de 1974, relacionando o partido com os trabalhadores.
 Fonte: **Arquitetos do poder**. [Documentário]. Direção de Vicente Ferraz e Alessandra Aldé. Rio de Janeiro: Urca Filmes, 2010. DVD (90 min.): NTSC, son., color.

O emedebista Jarbas Vasconcelos, então líder da oposição na ALEPE, por exemplo, editou o livro “Uma análise da economia canavieira de Pernambuco”, um condensado de discursos que proferiu sobre o assunto ao longo de seu mandato acerca dos problemas relativos à economia açucareira de Pernambuco¹¹⁹⁶. A obra representava uma aproximação com a intelectualidade da esquerda pernambucana, por um lado, e uma demonstração da

¹¹⁹⁴ KINZO, Maria D’Alva. O legado oposicionista do MDB, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon; D’ARAUJO, Maria Celina. **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1994, p. 148.

¹¹⁹⁵ CARVALHO, Alessandra. “Democracia e desenvolvimento” versus “Segurança e desenvolvimento” as eleições de 1974 e a construção de uma ação oposicionista pelo MDB na década de 1970. **VARIA HISTORIA**, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, p. 555-572, jul/dez 2012.

¹¹⁹⁶ VASCONCELOS, Jarbas. **Uma análise da economia canavieira de Pernambuco**. Recife: Diretório da 6ª Zona Eleitoral do MDB - Casa Amarela, 1973.

preocupação do partido com os graves problemas socioeconômicos da região, por outro ¹¹⁹⁷.

Segundo o autor:

Eu procurei um pessoal – muitos eram ligados, eram simpatizantes do Partido Comunista – para me dar uma assistência. A gente começou a estudar a questão da agroindústria canavieira e, como resultado, fiz cinco pronunciamentos na Assembleia que depois transformei numa separata e lancei aqui, na Livro 7, com prefácio de Ronildo Maia Leite ¹¹⁹⁸.

Tomando para si essa pauta, o MDB procurou construir uma imagem de partido ligado ao povo, contra a ARENA, partido ligado à elite, aos ricos, ao governo. Tirando proveito da crescente adesão popular às suas campanhas políticas, o MDB emplacou o mote de que “[...] *é o partido que procura defender os mais fracos e que, por isso, é também o partido mais fraco, envolvido numa luta desigual com um poder muito maior. Esse poder é o governo, são os ricos, os que não querem renovação*” ¹¹⁹⁹ (vide Figuras 29 e 30).

O senador Marcos Freire, por exemplo, foi o principal emedebista pernambucano que usou as péssimas condições de vida dos setores populares como aspecto central para dezenas de seus discursos no Congresso Nacional. “*O custo de vida, por exemplo, foi mostrado com dados, números, quadros comparativos. E Marcos [Freire], usando sua experiência de professor, ia explicando por que considerava desumana a política salarial do governo*” ¹²⁰⁰. Seus principais discursos, nesse sentido, que contavam com forte apoio de pesquisadores do CEBRAP, foram compilados e podem ser vistos em seu livro-denúncia: “*Nação oprimida*”. Em um dos trechos da obra, o senador afirmava:

A consciência da responsabilidade social exige o atendimento das necessidades básicas de cada qual – em especial, ocupação condigna, remuneração justa e amparo em casos de impossibilidade de subsistência própria – assegurando à família trabalhadora uma existência compatível com a dignidade humana [...]. A garantia de alimentação farta e sadia, de vestuário e de moradias confortáveis, de cuidados médicos e de serviços sociais vários, de repouso e de lazer, de educação e de cultura em seus vários

¹¹⁹⁷ Jarbas Vasconcelos era um dos principais parlamentares que fazia na ALEPE a defesa do trabalhador rural. Essa atitude chamou a atenção da comunidade de informações da ditadura que elaborou uma série de informes a respeito do parlamentar. Veja, por exemplo: Informação nº 056 CI/72/ARE/SNI, 30 mai. 1972. Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: AC_ACE_46487_72.

¹¹⁹⁸ VASCONCELOS, op. cit. (2007), p. 190.

¹¹⁹⁹ KINZO, op. cit. (1988), p. 84.

¹²⁰⁰ ANDRADE, op. cit. (1974), p. 2.

níveis [...] é também essencial para que todos os homens se sintam sujeitos ativos e passivos frutos do nosso progresso ¹²⁰¹.

No tocante aos emedebistas “combativos/autênticos” uma relação dialética foi, de certa forma, estabelecida no pleito de novembro de 1974. Ao passo que o clima das eleições de 74 ajudou fortalecer essa facção partidária, estadual e nacionalmente, o próprio partido se aproveitou e cresceu em decorrência do fortalecimento desse setor. Em várias partes do país, os combativos tomaram a dianteira do partido, deram uma injeção de ânimo e esperança no partido, inauguraram uma nova fase e acabaram elegendo grande parte de seus parlamentares. Os “combativos/autênticos” foram de extrema importância para alargar o pequeno espaço aberto pela ditadura durante aquele período. Assim como a rosa de Carlos Drummond furou, surpreendentemente, o asfalto ¹²⁰², o MDB, através da ação destemida de seu setor combativo, furou o esdrúxulo sistema político de então, desembocando na mais expressiva derrota eleitoral do regime militar brasileiro.

A partir da análise da forma como o MDB pernambucano saltou, entre os anos de 1970 a 1974, de uma agremiação consentida, pautada pela moderação, para uma legenda que agregou diferentes setores da sociedade e passou a se pautar pelo enfrentamento direto ao regime, cremos ser possível encerrar esse tópico. Seu principal objetivo foi mostrar, portanto, que, em linhas gerais, os seguintes fatores elencados abaixo ajudaram o crescimento do MDB pernambucano, ao longo de sua campanha política, e foram primordiais para a surpreendente quantidade de votos recebida nas eleições de novembro de 1974:

- o processo de “liberalização” do regime, que abriu a possibilidade do partido opositor realizar uma eficaz campanha midiática pautada nas denúncias das arbitrariedades cometidas pela ditadura;
- a mudança de perspectiva e postura do próprio MDB, durante seu processo de autocrítica;
- a credibilidade construída a partir das ações “combativos/autênticos”;
- o aumento do número de diretórios municipais;
- a aproximação com os setores populares, demonstrando preocupação com os problemas econômicos e sociais do país;
- a rearticulação com segmentos importantes da sociedade (intelectuais, comunistas, estudantis, movimentos populares etc.), que eram estimulados a participar dos

¹²⁰¹ FREIRE, Marcos. **A nação oprimida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 82-83.

¹²⁰² ANDRADE, op. cit. (2000), p. 15-16.

debates promovidos pelo partido acerca de questões relevantes tanto para a legenda quanto para a sociedade;

- a divulgação mais eficiente de uma imagem efetivamente oposicionista;
- a busca pela união das facções partidárias em torno de ideias comuns;
- o ingresso de jovens políticos dispostos a assumir os riscos de uma luta mais combativa ¹²⁰³.

4.4 A REBELDIA DAS URNAS: A SURPREENDENTE VITÓRIA DO MDB

No dia 15 de novembro de 1974, mais de 32 milhões de eleitores compareceram às urnas, em 22 estados e 3 territórios, para a escolha de 22 senadores (um terço de renovação do Senado Federal), 364 deputados federais e 787 deputados estaduais, na terceira eleição geral em que se defrontaram a ARENA e o MDB. Em Pernambuco, estavam em jogo: uma vaga ao Senado, 18 assentos à Câmara dos Deputados e 42 cadeiras para a ALEPE ¹²⁰⁴.

Ao final das eleições de 1974, a voz das urnas foi extremamente desfavorável à ARENA e, por consequência, às autoridades da ditadura, indicando um grande crescimento do MDB nos legislativos federal e estaduais. De maneira “surpreendente”, o MDB conseguiu eleger 16 senadores ¹²⁰⁵ (vide Figura 31). Em 1970, por exemplo, a ARENA obteve 41 cadeiras ao Senado e o MDB conquistou apenas 5 vagas. “*Essas 16 vitórias no Senado tornaram-se um marco importantíssimo na história do regime. Elas apontavam, indiscutivelmente, que a competição eleitoral era um campo legítimo e uma maneira viável de desafiar o governo*” ¹²⁰⁶.

Além disso, o MDB conseguiu aumentar, de maneira expressiva, a bancada parlamentar – na Câmara e nas Assembleias Legislativas – em todo o país (vide Figura 32). Na Câmara Federal, o MDB saltou de 87 para 160 deputados e conseguiu formar maioria em 6 Assembleias Estaduais (Acre, Amazonas, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Guanabara), indicando um novo cenário para as eleições diretas para governador que

¹²⁰³ “A presença dos novatos cresceu, principalmente, nas eleições de 1974 e 1978”. CARVALHO, op. cit. (2015), p. 330.

¹²⁰⁴ Cf. Pernambuco elege hoje 62 representantes. **Diário de Pernambuco**, Recife, 15 nov. 1974.

¹²⁰⁵ O MDB elegeu os seguintes senadores: Adalberto Correia Sena (AC); Agenor Nunes de Maria (RN); Danton Jobim (GB); Dirceu Cardoso (ES); Evandro das Neves Carreira (AM); Evilávio Vieira (SC); Francisco Leite Chaves (PR); Itamar Franco (MG); José Gilvan Rocha (SE); Lázaro Barbosa (GO); Marcos Freire (PE); Mauro Benevides (CE); Orestes Quércia (SP); Paulo Brossard (RS); Ruy Carneiro (PB); Saturnino Braga (RJ).

¹²⁰⁶ GRINBERG, op. cit. (2009), p. 188.

ocorrerem em 1978, além de ter ficado perto de fazer maioria também em outros estados (vide Tabela XV). No pleito de 74, nacionalmente, o MDB praticamente dobrou de tamanho. E esse crescimento foi uma constante nos anos posteriores, segundo Jairo Nicolau, devido tanto ao bom êxito nas eleições de 74, assim como à consolidação da liderança de senadores que tiveram papel de destaque no cenário político nacional entre os anos de 1975-1979 ¹²⁰⁷.



Figura 31 – Capa do jornal *Opinião*.
Fonte: *Opinião*, 22 nov. 1974.

Foi, de fato, uma vitória “surpreendente”, pois nem a cúpula governista nem as lideranças da ARENA esperavam uma vitória do partido oposicionista ¹²⁰⁸. Pesquisas iniciais mostravam o quão difícil seria a campanha legislativa do MDB em 1974, já que indicadores apontavam a repetição do fracasso ocorrido nos pleitos de 1966 e 1970, ou seja, alta abstenção, votos maciços nos candidatos arenistas e índice de votos nulos e em branco em torno de 30% ¹²⁰⁹. Ao longo de todo o ano de 1974 não houve um único comentário na imprensa pernambucana sugerindo a vitória do MDB nas eleições de novembro daquele ano. Pelo contrário, todos os comentários supunham a estrondosa vitória da ARENA como um fato

¹²⁰⁷ NICOLAU, op. cit. (1996), p. 18-19.

¹²⁰⁸ Petronio confessa surpresa. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 2, 19 nov. 1974.

¹²⁰⁹ Cf. Procuram-se eleitores, vivos. *VEJA*, São Paulo, n. 316, 25 set. 1974.

consumado. Quando foi divulgado o resultado das eleições, a vitória do MDB chegou a surpreender seus próprios partidários. Nas palavras de Thales Ramalho, então secretário-geral do MDB, por exemplo: “*Eu falava nas eleições com aquele entusiasmo com o único objetivo de entusiasmar a oposição. Para dizer a verdade, eu mesmo não confiava tanto nas possibilidades do MDB*”¹²¹⁰.

Partidos	1966		1970		1974	
	nº de cadeiras	%	nº de cadeiras	%	nº de cadeiras	%
ARENA	18	81,8	41	89,1	6	27,3
MDB	4	18,2	5	10,9	16	72,7
Total	22		46		22	

Fonte: Tabela elaborada pelo autor. Adaptado de: BRASIL. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Dados Estatísticos:** Eleições Federais e Estaduais realizadas no Brasil em 1974. v. 11. Distrito Federal, DF: Departamento de Imprensa Nacional, 1977, p. 11-36.

Se, ao olhar daqueles atores históricos, a vitória do MDB foi vista como uma surpresa por todos (classe política e imprensa), isso não significa dizer que foi uma vitória lotérica ou aleatória. Ao olharmos o contexto da época, as transformações pelas quais passavam a sociedade brasileira e o desenvolvimento da campanha dos dois partidos, não podemos considerar a vitória do MDB como uma mera surpresa, algo ao acaso. Ao longo deste capítulo, pudemos perceber, de certa forma, que o MDB fez jus, laboriosamente, pacientemente, perseverantemente, para merecer o resultado colhido no pleito de 74. Diferentemente da ARENA, o MDB fez um forte trabalho de bastidores, preparando-se, intensamente, para o ano de 1974, antes e durante toda a campanha eleitoral.

Partidos	1966		1970		1974	
	nº de cadeiras	%	nº de cadeiras	%	nº de cadeiras	%
ARENA	277	67,7	223	71,9	204	56,0
MDB	132	32,3	87	28,1	160	44,0
Total	409		310		364	

Fonte: Tabela elaborada pelo autor. Adaptado de: BRASIL, op. cit. (1977).

¹²¹⁰ Quem é o MDB que ganhou. **Opinião**, Rio de Janeiro, p. 10, 13 dez. 1974.

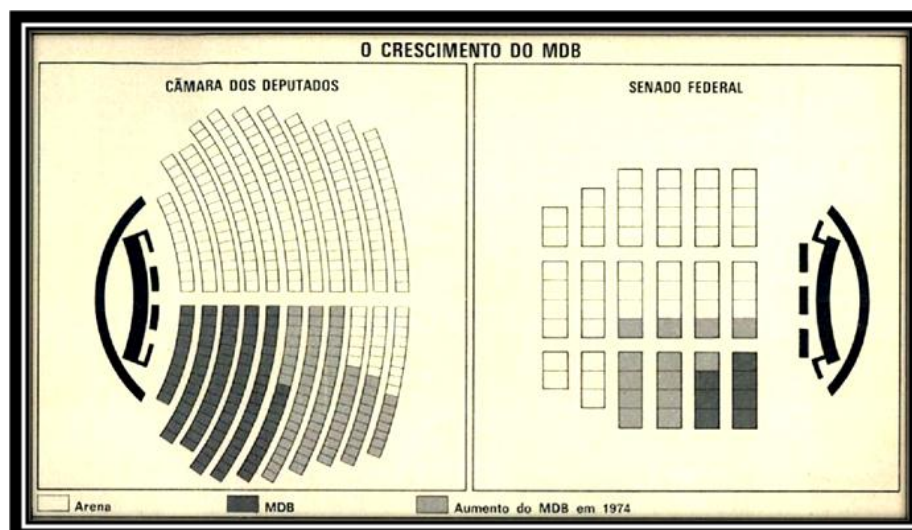


Figura 32 – O crescimento do MDB no Congresso Nacional após a vitória em 1974.
Fonte: VEJA, 27 nov. 1974.

No Estado de Pernambuco, o MDB venceu a eleição majoritária e aumentou sua bancada tanto na Câmara dos Deputados quanto na ALEPE. O arenista João Cleofas foi derrotado pelo jovem Marcos Freire, que, com o slogan “sem ódio e sem medo”, venceu por uma significativa diferença de 127.584 votos. O candidato do MDB obteve 605.953 votos (49,84%) e João Cleofas, 478.369 (39,34%). Foram registrados 76.611 votos em branco (6,3%) e 54.856 (4,51%) votos nulos.

A representação de Pernambuco no Senado Federal (vide Tabela XVI), a partir de 1975, passou a ter, portanto, dois senadores da ARENA, eleitos em 1970 – Paulo Guerra e Wilson Campos – e um da legenda oposicionista, Marcos Freire. Com a vitória de Marcos, o MDB pernambucano elegeu o seu primeiro senador em Pernambuco – e o único em toda a sua trajetória nesse estado. A partir do ano de 1975, pela ação dos políticos Marcos Freire (MDB-PE), Paulo Brossard (MDB-RS), Orestes Quércia (MDB-SP) e Teotônio Vilela, o Senado Federal – que, historicamente, é conhecido como espaço da elite política nacional, local de tranquilidade nos processos políticos nacionais ¹²¹¹ – passou para o campo de batalha contra a ditadura, a liderar até mais do que a Câmara dos Deputados o protesto da sociedade organizada pela restauração do Estado Democrático de Direito.

Dos 605.953 votos recebidos, Marcos Freire obteve 222.933 votos na RMR, correspondendo a quase um terço da votação obtida em todo o Estado. Já Cleofas, obteve apenas 59.790 votos na RMR, ou seja, conseguiu, nessa região, em termos de votos, oito vezes o que conquistou em todo o Estado. Apesar do êxito do MDB na RMR, a ARENA

¹²¹¹ NEIVA, op. cit. (2010).

procurava capitalizar os receios anticomunistas do eleitorado do interior, e assim neutralizar qualquer penetração oposicionista no agreste e sertão adentro.

Se o Recife mostrou-se, mais uma vez, uma “cidade cruel” às aspirações arenistas, não podemos deixar de destacar aqui o aumento de votos recebidos pelo MDB nas regiões interioranas, no pleito majoritário de 1974, em comparação às eleições anteriores. Marcos Freire recebeu votos em todos os 164 municípios pernambucanos ¹²¹². Para entendermos esse aumento de votos no interior do Estado de Pernambuco, reduto histórico do partido governista, vale lembrar que a famigerada “vinculação do voto” – existente para os candidatos proporcionais que concorriam a deputado estadual e federal – não era extensiva aos cargos de senador. Ou seja, de acordo com a legislação eleitoral da época, o eleitor era obrigado a votar em candidatos a deputado de um mesmo partido, sob pena de o seu voto ser anulado, entretanto, ele poderia escolher livremente o senador, independentemente de os seus deputados serem da ARENA ou do MDB. Isso deixou, de fato, uma boa margem de manobra eleitoral para os candidatos, especialmente àqueles da oposição ¹²¹³.

A vitória de Marcos Freire ocorreu em muitos municípios, e sua votação, mesmo pequena, esteve presente de modo significativo em todos os Municípios do estado, furando os “currais eleitorais”, pela ausência de vinculação da eleição para o Senado. Isto lhe assegurou a vitória e uma ampliação da legenda do MDB, mas pouco ou quase nada representou de alteração no quadro geral, pois que em mais da metade dos municípios a posição sócio-econômica do patrimonialismo tradicional predominou, com votação expressiva para a ARENA, chegando-se a ver 17 cidades em que a votação dada ao MDB nas proporcionais foi menor que 1% dos votos apurados, e numa delas, o partido não obteve um só voto ¹²¹⁴.

Nas regiões do agreste e sertão de Pernambuco, por exemplo, muitos populares não queriam – na maioria das vezes por questões patrimonialistas e clientelistas – se distanciar dos deputados arenistas que dominavam aquelas regiões há décadas, mas desejavam demonstrar sua insatisfação com o regime militar, através da ação clara e definida do candidato emedebista, Marcos Freire. Assim, o eleitor conseguia votar em Marcos Freire para o Senado e nos candidatos da ARENA para os cargos proporcionais.

¹²¹² BRASIL, op. cit. (1977), p. 13.

¹²¹³ “O sr. Fernando Lyra criticou, ainda, a condição do voto vinculado, que impede a liberdade ampla de escolha: ‘Se não fosse essa farsa, Caruaru teria condições de eleger maior número de representantes às Assembleias’”. Candidato faz elogios a nova lei. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 9, 21 nov. 1974.

¹²¹⁴ REIS, op. cit. (1986), p. 150.

Em sua primeira coletiva à imprensa pernambucana, após ser virtualmente eleito novo senador pernambucano, Marcos Freire pontuou que sua vitória não foi pessoal, mas sim do MDB como um todo. Em suas palavras:

A vitória do MDB não foi uma vitória pessoal, aqui em Pernambuco, como não o foi nos demais Estados. O que aconteceu é que conseguimos interpretar os anseios populares, durante a campanha eleitoral, quando o povo teve oportunidade de ouvir o que não ouvia há muito tempo ¹²¹⁵.

Além da esperta utilização dos meios de comunicação, o MDB pernambucano fez um forte trabalho nas ruas da RMR, envolvendo, maciçamente, setores populares na campanha. O MDB era identificado pela população como o “partido do povo”. A literatura popular, por exemplo, no dia em que se encerravam as apurações, já cantava em muitas feiras do Recife:

Dia 15 de novembro/ o eleitor acordou cedo/ botou o título no bolso/ sem ter truque nem segredo/ penetrou numa cabine/ votou sem ódio e sem medo. Quem votou em Marcos Freire/ agora está exultante/ dizendo que no Senado/ tem um Senador vibrante/ prá defender Pernambuco/ de uma maneira optante. O povo de Pernambuco/ do Sertão, Brejo e Agreste/ escolheram um candidato/ como quem fazia um teste/ elegeram Marcos Freire/ o Senador do nordeste ¹²¹⁶.

Conforme visto no tópico anterior, durante a realização de sua campanha, o MDB procurou se aproximar da classe média ¹²¹⁷ e, principalmente, da população mais pobre das grandes cidades. Para Maria Victoria Benevides, o ano de 1974 foi, por exemplo, o momento da “grande virada para o MDB”, pois aí se iniciou o declínio do apoio eleitoral à ARENA e o fortalecimento do partido da oposição ¹²¹⁸.

¹²¹⁵ Marcos diz que MDB vence porque interpreta o povo. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 6, 23 nov. 1974.

¹²¹⁶ Folheto de José Soares, o conhecido “poeta-repórter” pernambucano da época, intitulado “A Esmagadora Vitória de Marcos Freire”. Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/administrator/components/com_simplefilemanager/uploads/587660e3ed0678.58960693/jornal_EX_n8_dezembro_1974.pdf>. Acesso em: 24 dez. 2016.

¹²¹⁷ A esse respeito, vale destacar o pertinente argumento de Armando Boito Jr.: “A ditadura militar representava as grandes empresas nacionais e internacionais. Era uma política econômica e social muito focada nos interesses dessas grandes empresas. Isso sempre provocou insatisfação numa grande parte dos empresários que possuem pequenas e médias empresas. E essa insatisfação se expressava no MDB, que era o partido de oposição oficial. Então esse partido não era simplesmente um conjunto de democratas que era contra a ditadura, eles agiam como tal, de fato. Mas, eles faziam assim expressando uma insatisfação dessa média burguesia com a política econômica do regime militar. Uma burguesia nacional e média burguesia. O MDB vocalizava no processo político a insatisfação desse setor da burguesia”. UNIVESP TV, em 9 de julho de 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5urLnaXv8d8>>. Acesso em: 25 mai. 2015.

¹²¹⁸ BENEVIDES, Maria Victória. Ai que saudade do MDB! **Lua Nova**, São Paulo, v. 3, n. 1, jun. 1986, p. 4.



Figura 33 – Folheto de campanha do MDB às eleições de 1974.
Fonte: **Diário de Pernambuco**, 29 set. 1974.

As eleições de 1974 constituíram-se como momento privilegiado de expressão do frentismo de oposição: o momento mais profícuo de participação da sociedade civil nas eleições, organizada no partido de oposição e com forte envolvimento na campanha eleitoral.

Havia se criado uma identificação partidária entre os eleitores do MDB, derivada de uma imagem do MDB como partido do povo, dos pobres. [...] Para a maioria dos simpatizantes do partido apoiar o MDB significa estar ao lado daqueles que foram vítimas de um sistema político e econômico cujas características não conseguem definir com precisão ¹²¹⁹.

Na histórica campanha de 74, o MDB pernambucano jogou com a eficaz imagem de que a oposição seria o “partido do povo”, enquanto que a ARENA corresponderia ao “partido das elites” (vide Figura 33). E, de fato, essa estratégia deu certo. Conforme relatado pela imprensa pernambucana, os comícios do MDB nas favelas, subúrbios e periferias da RMR, atraíram considerável número de pessoas, até então afastadas do jogo político. Em 1974, se consagrou “[...] a encarnação da vitória popular, sobretudo nos centros urbanos, mais desenvolvidos, como também nas periferias pobres ‘modernas’” ¹²²⁰. No ano de 1974, os

¹²¹⁹ KINZO, op. cit. (1988), p. 82-83.

¹²²⁰ BENEVIDES, op. cit. (1986), p. 2.

trabalhadores das áreas mais urbanizadas e industrializadas do país tenderam mais a apoiar o MDB do que a ARENA. De acordo com Maria Kinzo, nesse período,

[...] o MDB havia se transformado em um canal de protesto contra uma situação de privação econômica e política, que se agravou consideravelmente durante o regime militar. [...] havia se criado uma identificação partidária entre os eleitores do MDB, derivada de uma imagem do MDB como partido do povo, dos pobres. [...] para a maioria dos simpatizantes do partido apoiar o MDB significava estar ao lado daqueles que foram vítimas de um sistema político e econômico cujas características não conseguem definir com precisão ¹²²¹.

Scott Mainwaring também ratificou essa questão:

As bases geográficas de apoio aos dois partidos exacerbaram os problemas do governo. O MDB obtinha melhores resultados nas grandes cidades, ao passo que a ARENA vencia nos pequenos municípios. Mas as cidades estavam crescendo com rapidez, de modo que, em médio prazo, as perspectivas eleitorais da ARENA não eram nada alentadoras ¹²²².

Tabela XVII – Eleições de 1974, Pernambuco		
Eleitorado	1.603.421	–
Abstenção	387.632	24,18%
Votantes	1.215.789	75,82%
Senado Federal (1/3 da representação)		
Votos na ARENA	478.369	39,34%
Votos no MDB	605.953	49,84%
Votos em branco	76.611	6,30%
Votos nulos	501.856	4,61%
Câmara dos Deputados		
Votos na ARENA	659.398	54,23%
Votos no MDB	291.796	24,00%
Votos em branco	179.331	14,76%
Votos nulos	85.264	7,02%
Assembleia Legislativa		
Votos na ARENA	689.656	56,83%
Votos no MDB	304.145	25,08%
Votos em branco	142.325	11,73%
Votos nulos	77.218	6,37%

Fonte: Tabela elaborada pelo autor. Adaptado de: BRASIL, op. cit. (1977).

¹²²¹ KINZO, op. cit. (1988), p. 82-84.

¹²²² MAINWARING, op. cit. (2001), p. 125.

Como se vê na Tabela XVII, em Pernambuco, dos 1.603.421 eleitores, compareceram às urnas 1.215.789 votantes (75,82%). Não compareceram 387.632 eleitores (24,18%). Apesar de alta, é importante acrescentar que, em relação às eleições anteriores, esse índice de abstenção em termos proporcionais (%) foi bem menor e, conseqüentemente, o número de votantes foi maior.

Esses fatos – que não podem ser apurados devidamente sem uma pesquisa sociológica de campo que investigue a fundo os motivos que levaram os eleitores a comparecerem às urnas em novembro de 1974 – podem indicar dois fenômenos: o primeiro é que a campanha da “anti-candidatura” de Ulysses em 1973 e a campanha da oposição para o pleito de 1974 envolveram, de fato, parte da sociedade pernambucana, levando-a às urnas; e o segundo é que, sem apelo dos jovens nos pleitos anteriores pela campanha do voto nulo e em branco, as pessoas foram, comparecendo, pouco a pouco, às urnas.

Comparando-se às eleições de 1966 e 1970, os dados da tabela XVII também indicam:

- No Senado Federal:
 - a votação à ARENA caiu de 909.873 votos (em 1970) para 478.369 (em 1974);
 - a votação ao MDB saltou de 101.368 votos, 20% (em 1970) para surpreendentes 605.953 votos, 49,84% (em 1974);
 - os votos em branco caíram vertiginosamente de 427.729 votos, 23,84% (em 1970) para 76.611 votos, 6,30% (em 1974).
- Na Câmara Federal:
 - a votação no MDB mostrou uma crescente;
 - os votos em branco foram menores em termos proporcionais (%), em relação ao pleito de 1970, mas ainda estavam na casa dos dois dígitos.
- Na ALEPE:
 - a votação no MDB saiu de 134.304 (em 1966), 171.307 (em 1970) para 304.145 votos (em 1974);
 - os votos em branco foram consideravelmente menores em termos proporcionais (%), em relação ao pleito de 1970.

Das 18 vagas em jogo em Pernambuco para a Câmara dos Deputados (vide Tabela XVIII), a ARENA conquistou 13 e o MDB obteve 5 assentos. A ARENA obteve 659.398 votos (54,23%) e o MDB 291.796 (24,00%). Ou seja, o partido governista ganhou com uma diferença de 367.602 votos. Os eleitos nesse pleito foram:

Tabela XVIII – Deputados federais eleitos por Pernambuco (1974)	
ARENA	
Deputados	Votos
Marco Maciel	55.692
Ricardo Fiúza	54.144
Carlos Wilson Campos	52.318
Joaquim Pessoa Guerra	50.589
Carlos Alberto Gomes de Oliveira	45.983
Aderbal Jurema	40.190
Geraldo Guedes	37.986
Airon Rios	36.454
Luiz de Gonzaga Andrade Vasconcelos	35.876
Josias Ferreira Leite	35.252
Joaquim Coutinho Corrêa de Oliveira	32.630
Inocência Oliveira	31.789
Augusto Lins e Silva Neto	26.469
MDB	
Deputados	Votos
Jarbas Vasconcelos	67.975
Fernando Lyra	53.238
Sérgio Murilo	42.650
Thales Ramalho	38.469
Fernando Coelho	35.003

Fonte: Tabela elaborada pelo autor. Adaptado de: BRASIL, op. cit. (1977).

Apesar de uma baixa representação na Câmara Federal, convém lembrar que o MDB aumentou sua bancada, uma vez que, nas eleições de 1970, só adquirira 3 assentos. Em 1974, o MDB reelegeu os deputados Fernando Lyra e Thales Ramalho e agregou três novos e importantes políticos para sua bancada federal: o ex-deputado estadual cassado, Sérgio Murilo¹²²³ (“moderado”); o secretário estadual do partido, Jarbas Vasconcelos (“combativo”); e o advogado-fundador da legenda, Fernando Coelho (“combativos”)¹²²⁴.

¹²²³ Como já comentado, o emedebista Sérgio Murilo conseguiu, através de um mandado de segurança, registrar no ano de 1974 sua candidatura. Foi uma longa briga judicial e que abriu precedente no Judiciário brasileiro. Ele teve seus direitos políticos suspensos, pelo prazo de 10 anos, no dia 26 de janeiro de 1965, através da Resolução nº 1656, da ALEPE. O argumento do emedebista era que sua possível posse dar-se-ia no dia 02 de fevereiro de 1975, período, portanto, posterior ao seu impedimento legal. Juízo Sintético nº 026, 15 ARE 83. SNI/Recife. Documento Confidencial. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: ARE_ACE_4203_83.

¹²²⁴ **Fernando Coelho** nasceu em Campina Grande, em julho de 1932. Mudou-se para o Recife em fins da década de 1940. Formou-se em Direito, pela Faculdade de Direito do Recife, em 1955. Entre 1961 e 1974 foi professor titular da UNICAP. Conselheiro eleito da OAB - Seccional Pernambuco, em 1966, 1968, 1970 e 1972. Participou ativamente das campanhas político-eleitorais da “Frente do Recife”. Entre 1958 e 1962 foi assessor jurídico da PCR (administrações Pelópidas Silveira e Miguel Arraes). Entre 1963 e 1964 foi presidente do IPSEP. Integrou e fundou, em 1965, a Primeira Executiva do MDB pernambucano. Em novembro de 1974 elegeu-se deputado federal pelo MDB; e reeleito em novembro de 1978. Em 1979, foi membro fundador e vice-presidente estadual e nacional do PMB (1981-183). Em 1982, candidatou-se a vice-governador de Pernambuco,

Tabela XIX – Diferença de votos obtidos entre os pleitos 1970-1974, MDB-PE, Câmara Federal		
Deputados federais	Votos em 1970	Votos em 1974
Marcos Freire (deputado federal)	56.967	*
Fernando Lyra (deputado federal)	38.352	53.238
Thales Ramalho (deputado federal)	26.088	38.469
Alcides Teixeira	38.271	23.109
Jarbas Vasconcelos	13.787	**
José Emidio Fernandes	9.572	11.375
Jacques Ferreira Lima	9.454	–
Mario Monteiro de Melo	8.349	10.405
Lívio Valença	8.138	7.897
Moacy André Gomes	6.910	8.391
Edgard Moury Fernandes	5.291	9.170
Manoel Gilberto de Holanda Cavalcanti	4.971	6.341
* concorreu (e venceu) a uma vaga ao Senado Federal.		
** concorreu (e venceu) a uma vaga à Câmara dos Deputados.		
– não participou do pleito de 1974.		

Fonte: Tabela elaborada pelo autor. Adaptado de: BRASIL, op. cit. (1977).

Como se pôde perceber na Tabela XIX, tanto na Câmara dos Deputados quanto na ALEPE, aqueles candidatos emedebistas pernambucanos que buscaram a reeleição tiveram aumento significativo na quantidade de votos.

Na ALEPE, assim como na disputa à Câmara Federal, a ARENA pernambucana venceu o pleito com aproximadamente 60% dos votos. O MDB pernambucano obteve apenas 689.656 votos (56,83%), enquanto que a ARENA angariou mais do que o dobro de votos 304.145 (25,08%). Apesar da significativa diferença de votos é importante destacar o crescimento opositor também na ALEPE. Em 1970, o MDB pernambucano elegeu 9 deputados estaduais; já em 1974, aumentou sua bancada para 13 representantes (vide tabela XX).

Se o número de eleitos ainda pode ser considerado baixo, vale advertir que, em comparação ao pleito estadual anterior, o aumento de votos ao MDB cresceu de maneira significativa. Em 1974, o MDB pernambucano conseguiu, em uma dura campanha, eleger quase metade do número de deputados eleitos pela ARENA. Com o aumento do número de

pelo PMDB, compondo a chapa majoritária com Marcos Freire e Cid Sampaio pela oposição ao regime militar – não conseguiu se eleger. Foi eleito presidente da OAB-PE (1985-1986), tendo participado ativamente da luta da instituição pelo restabelecimento do Estado Democrático de Direito. Entre 1993 e 1994 assumiu a Secretaria de Administração da Prefeitura de Olinda. Entre 1995 e 1998 foi chefe da Assessoria Especial do governador Miguel Arraes. Entre 2012 e 2016 foi coordenador-geral da CEMVDHC. Juízo Sintético nº 34/15/ARE/79, 22 jun. 1979. Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: AC_ACE_1814_79. **Prontuário Funcional n. 20165.** Acervo DOPS/APEJE. Fundo SSP n. 26120 “A”. Dados biográficos colhidos também em entrevista a este autor.

deputados estaduais opositores, o MDB poderia, por exemplo, entre outras coisas, constituir CPIs independentes (faltando apenas um voto dissidente de algum opositor) – já que para abrir uma comissão era necessário 1/3 da representação na ALEPE.

Tabela XX – Deputados estaduais eleitos por Pernambuco (1974)	
ARENA	
Nomes	Votos
Felipe Coelho	35.508
Osvaldo Rabelo	26.188
Wandenkolk Wanderley	21.576
Maviael Francisco de Moraes Cavalcanti	21.011
Sebastião Galvão Martiniano Lins	20.891
Manuel Marcos Chagas Aroucha Filho	18.121
Carlos Veras	17.858
João Falcão Ferraz	17.202
Edgar Lins Cavalcanti	16.761
Vital Cavalcanti Novais	16.152
Luiz Heráclio do Rego Sobrinho	16.072
Nivaldo Rodrigues Machado	16.007
José Antônio Liberato	15.721
José Muniz Ramos	15.330
Antônio Corrêa de Oliveira Andrade Filho	15.286
Antônio Airton Benjamim	15.120
Argemiro Pereira de Menezes	14.920
José Mendonça Bezerra	11.726
Ivo Queiroz Costa	11.487
Severino Almeida Filho	11.156
Walfredo Paulino de Siqueira	11.278
Honório de Queiroz Rocha	11.061
Severino José Cavalcanti Ferreira	13.932
Abelardo Ribeiro de Godoy	13.792
Francisco Cintra Galvão	13.119
Ênio Guerra	12.930
Audomar Ferraz	12.773
José Alfredo Coutinho Corrêa de Oliveira	12.418
Paulo Lucena de Mendonça	12.055
MDB	
Nomes	Votos
Marcus Cunha	31.787
Alcir Teixeira	23.109
Roberto Freire	22.483
João Ferreira Lima Filho	15.367
Gilvan Caldas de Sá Barreto	12.876
José Emidio Fernandes	11.375

Mário Monteiro de Melo	10.405
Edgar Moury Fernandes	9.170
Moacyr André Gomes	8.391
Roberval Lins Pinto	8.195
Lívio Valença	7.897
José de Assis Pedrosa	6.908
Manoel Gilberto Holanda Cavalcanti	6.341

Fonte: Tabela elaborada pelo autor. Adaptado de: BRASIL, op. cit. (1977).

Segundo Rodrigo Patto Motta, foi a partir de 1974 que o MDB, de fato, ganhou importância:

[...] em função do papel institucional que representou como canal de expressão do sentimento oposicionista da sociedade [...] reconhecido por largas parcelas da população [...] como o partido das oposições, credenciou-se como um agente central da transição democrática e construiu um capital político de enorme retorno eleitoral ¹²²⁵.

Vários fatores podem explicar a vitória de Marcos Freire ao Senado e o aumento das bancadas federal e estadual do MDB em Pernambuco. Entre os mais visíveis, destacam-se:

- a) o discurso popular e atraente do MDB, focado especialmente no ataque ao propalado “milagre brasileiro” (que não trouxe aumento aquisitivo para as classes pobres) e nos efeitos da crise econômica de 1973-1974 (que aumentou o desemprego e o arrocho salarial), sensibilizou o eleitorado e surtiu efeito positivo em vários estados do país – inclusive em Pernambuco. No Rio de Janeiro, por exemplo, o candidato derrotado ao Senado pela ARENA não conseguia entender o resultado das urnas. Falava ele à reportagem de *VEJA*:

Eu apresentava gráficos e estatísticas na televisão, mostrando que em 1963 havia tantos analfabetos e que agora só existiam tantos. Falei das obras da revolução, principalmente da ponte Rio-Niterói. Ai eles vinham e falavam que “precisa tantas horas de trabalho para comprar 1 quilo de carne” e que a ponte não enche barriga. E pronto ¹²²⁶.

- b) a guinada do MDB à esquerda, que o aproximou do PCB – agremiação que, embora clandestina, historicamente, detinha importante força político-eleitoral na RMR;

A adesão das massas populares transformava o MDB, partido de “oposição consentida” em “oposição escolhida”, tendo a diminuição

¹²²⁵ MOTTA, op. cit. (1997), p. 14-15.

¹²²⁶ O modelo nasce das urnas. *VEJA*, São Paulo, n. 325, p. 24, 27 nov. 1974.

dos votos nulos e brancos contribuído para dar certo tom plebiscitário ao pleito. Configurava-se a possibilidade de uma alternativa político-partidária capaz de aglutinar segmentos diversos da população, descontentes com o governo militar¹²²⁷.

O MDB aumentou muito seu poder de atração em razão de ter se tornado um:

[...] partido mais atuante, mais agressivo e também vigoroso política e eleitoralmente. Os movimentos sociais, principalmente através de suas lideranças, começaram a gravitar em torno do partido e a considerar aceitável atuar nele. O MDB passou a ser encarado como uma frente democrática de fato e como um instrumento válido na luta antiditatorial. Assim, muitos dos movimentos sociais reivindicativos, então em pleno florescimento, optaram por lançar candidatos pelo partido, aproveitando o espaço legal fornecido pelo MDB. Foram articuladas algumas candidaturas ligadas aos movimentos sociais ou apoiados candidatos emedebistas cujo programa contemplasse as reivindicações do movimento social¹²²⁸.

- c) não podemos deixar de salientar que a vitória do MDB foi, também, uma demonstração da insatisfação de grande parte da sociedade pernambucana em relação à ditadura militar, canalizada no partido da oposição, que emergiu aí como um partido de expressão popular e nitidamente oposicionista. Em fins de 1974, o MDB pernambucano passou a receber o apoio de vários segmentos sociais, até então afastados da cena política.

O movimento estudantil foi um dos segmentos em que a mudança de perspectiva quanto às eleições e ao MDB se mostrou mais sensível. Às vésperas das eleições de 1974, começaram a aparecer manifestações do movimento estudantil em favor de determinados candidatos, para surpresa dos observadores, pois os militantes estudantis vinham sendo o principal bastião do voto nulo¹²²⁹.

- d) o sucesso da campanha oposicionista, através do uso não-amadorístico dos meios eletrônicos de comunicação de massa – rádio e, sobretudo, televisão;

Na praia do Flamengo, no Rio, no seu amplo apartamento de três salões e quatro quartos, o senador pernambucano João Cleofas, 75 anos, ainda sem entender “por que os jornais querem saber a opinião de um candidato derrotado”, resumiu seus comentários a um reconhecimento da eficiência da televisão como arma eleitoral: “É claro que o Marcos Freire levou vantagem. Ele é jovem e simpático, enquanto eu sou velho e feio”¹²³⁰.

¹²²⁷ MENDONÇA; FONTES, op. cit. (1996), p. 73.

¹²²⁸ MOTTA, op. cit. (1997), p. 191.

¹²²⁹ MOTTA, op. cit. (2007), p. 296.

¹²³⁰ O modelo nasce das urnas. **VEJA**, São Paulo, n. 325, p. 23, 27 nov. 1974.

- e) voto jovem e candidato jovem fizeram diferença no pleito de 1974, beneficiando o MDB:

Deve-se atentar para o peso dos resultados eleitorais do voto jovem, de meninos que tinham de 8 a 12 anos em 1964 e agora se incorporam ao processo eleitoral. Eles representam milhões de voto e não só ignoram a realidade política anterior à intervenção militar de 64, como não compreendem sua exclusão do processo político e exigem um tratamento não tutelado de parte do poder ¹²³¹.

- f) as características individuais dos dois concorrentes à vaga senatorial em Pernambuco não podem deixar de ser destacadas. De um lado, havia um jovem da capital, elegante e carismático, com boa desenvoltura nos meios de comunicação e que acabava de exercer um mandato parlamentar federal com destaque nacional; de outro, havia um senador idoso, de antiga tradição no Estado, usineiro, sisudo, que carregava três derrotas em pleitos majoritários em Pernambuco e que tinha pouca habilidade de lidar com a imprensa. Uma reportagem da *VEJA* evidenciou, por exemplo, esse caso:

[...] João Cleofas, o usineiro pernambucano candidato à reeleição pela Arena, desfalcou seu eleitorado. Ao sair de casa no dia 15, com um revólver Taurus, calibre 32, carga dupla, na cintura, ele não parou para conversar com os cabos eleitorais que o esperavam na porta. Quando sua camioneta Veraneio de luxo, com dois bancos especiais na cabina, arrancou, Manoel Nascimento de Brito sacou da pasta os 178 títulos dos eleitores que comanda e fulminou: “Doutor Cleofas me desconheceu. Nem me deu bom dia. Vou mandar meu pessoal votar nos dois candidatos a deputado da Arena, com quem tenho compromissos. E abrir mão para senador. Aliás, pedir para que votem nesse doutor de Olinda, o Marcos Freire. [...] Os 178 votos de Brito não resolveriam, certamente, o problema de Cleofas, que 24 horas depois começava a se despedir de sua cadeira no Senado, que ocupou desde 1966. Perdia para Freire, com quase a metade dos votos ¹²³².”

- g) a transferência de votos daqueles que haviam protestado nas eleições anteriores através do voto nulo e em branco ¹²³³. Ou seja, uma esperta estratégia do MDB no ano de 74 foi buscar não apenas os votos dos tradicionais eleitores arenistas, mas também conquistar o antigo e significativo segmento social que vinha votando em branco e nulo. “[...] *antes de 1974, os eleitores protestavam através do voto nulo;*

¹²³¹ NERY, Sebastião. **As 16 derrotas que abalaram o Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1975, p. 27.

¹²³² A Arena no dia do MDB. *VEJA*, São Paulo, n. 324, p. 23, 20 nov. 1974.

¹²³³ Em 1974, o MDB pernambucano conseguiu reduzir, apesar das adversidades, o número de voto nulo e em branco que despencou para casa dos 10% do eleitorado apenas.

em 1974, ao contrário, optaram por votar no MDB”¹²³⁴. A ideia era conscientizar esse segmento da importância de se votar num partido de oposição, transformando os votos nulos e brancos em votos úteis. Como pontuou Marcos Freire à época:

Em Pernambuco, nas eleições de 66 para o Senado, as últimas em que um candidato único da ARENA disputou com outro do MDB, os votos em branco chegaram a 20%. Acredito que agora a proporção cairá e muito. O eleitor que naquela época votou em branco já constatou que sua atitude beneficiava o governo que queria criticar. Essa votação será do MDB¹²³⁵.

h) vale salientar também os próprios erros cometidos pela ARENA ao longo de sua campanha eleitoral¹²³⁶. Entre os principais erros destacam-se:

- o otimismo exagerado – a crença de que a agremiação manteria o mesmo percentual de votos que vinha obtendo desde sua fundação em 1966. Esse excesso de otimismo levou a ARENA tocar a campanha com pouco entusiasmo e afinco, abrindo espaço para o crescimento do MDB:

[...] a Arena, acostumada a vencer em todas as urnas praticamente sem fazer força, graças ao sólido apoio governamental, parece ter sido colhida pela sua própria incapacidade de desenvolver sozinha uma campanha eficiente contra um adversário subitamente deixado com as mãos e as gargantas livres¹²³⁷.

- as constantes dissensões internas – falta de unidade interna da ARENA certamente acentuou a derrocada eleitoral deste partido, o que acabou por favorecer o MDB¹²³⁸;
- a pouca disposição dos políticos arenistas em ajudar a campanha do velho João Cleofas. Para Palhares, isso se deu como consequência de uma rivalidade interna na ARENA pernambucana, entre Moura Cavalcanti e Paulo Guerra. O primeiro encampou, com apoio do Palácio do Planalto, contra a vontade da maioria Executiva local, a reeleição de Cleofas,

¹²³⁴ KINZO, op. cit. (1988), p. 160.

¹²³⁵ Pernambuco – Marcos Freire confiando. **Opinião**, Rio de Janeiro, p. 5, 26 ago. 1974.

¹²³⁶ A revista *VEJA* entrevistou as principais lideranças nacionais da ARENA para ouvir as suas opiniões sobre a derrota do partido governista no pleito de 1974. Os principais motivos elencados por eles foram: a) incapacidade de desenvolver uma campanha sólida e eficiente; b) ausência de novas lideranças que vigorassem o partido; c) muitos caciques políticos, o que ocasionou uma guerra de vaidades políticas e dissidências dentro da legenda; d) lideranças ineficientes. O modelo nasce das urnas. **VEJA**, São Paulo, n. 325, p. 24, 27 nov. 1974. Uma pesquisa parecida foi feita pelo jornal *Folha de S. Paulo* e teve o mesmo resultado: os arenistas responsabilizaram a derrota do partido à “má conduta da cúpula do partido”. Marcílio atribui a derrota à liderança. **Folha de S. Paulo**, p. 5, 19 nov. 1974.

¹²³⁷ O modelo nasce das urnas. **VEJA**, São Paulo, n. 325, p. 24, 27 nov. 1974.

¹²³⁸ Evitar que a vitória do MDB se transforme em derrota. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 2, 19 nov. 1974.

enquanto que Paulo Guerra empenhou-se – e foi derrotado – em lançar um líder arenista mais novo ¹²³⁹;

- para o presidente Ernesto Geisel a derrota da ARENA se deu pela má escolha dos candidatos: “*Talvez os nomes escolhidos como candidatos da Arena ao Senado não fossem os melhores*” ¹²⁴⁰.

Poucos dias após a realização do pleito e já cientes de seu resultado, tanto a cúpula arenista quanto a emedebista anteciparam os nomes para concorrer ao governo do Estado nas eleições de outubro de 1978. Conforme pontuava a Constituição de 1967, tal pleito dar-se-ia de maneira direta ¹²⁴¹. O Diretório Estadual do MDB correu para lançar Marcos Freire ao governo do Estado, ao mesmo tempo em que o senador Paulo Guerra foi colocado como sendo o seu concorrente ao governo estadual, pela ARENA ¹²⁴².

Com o fim das eleições, houve um grande debate entre os militares sobre as causas e os significados da derrota da ARENA em várias partes do país. No Palácio do Planalto, a vitória do MDB parece ter surpreendido a todos ¹²⁴³. A análise dos resultados eleitorais, como divulgado pela imprensa, foi objeto de muitas conversas entre o presidente Ernesto Geisel e os líderes da ARENA no Senado e na Câmara ¹²⁴⁴.

As vitórias majoritárias do MDB em São Paulo, Rio Grande do sul, Guanabara, Minas, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Goiás, indicavam aos militares, que, se a eleição de 1978 fosse direta e colocada fosse a eleição presidencial, o partido oposicionista conseguiria eleger facilmente o presidente da República e no mínimo 16 governadores, além de aumentar as bancadas federais e estaduais. “*O mais provável, como demonstram as realidades estaduais que pesquisei, uma a uma, é que a oposição elegerá a maioria das duas casas do Congresso em 78 [...]*” ¹²⁴⁵.

O baixo resultado eleitoral conseguido pelo governo em 1974 acendeu um sinal de alerta no Palácio do Planalto. Como pontuou Maria Kinzo: “*Para o sistema partidário criado pelo governo militar, as eleições de 1974 representaram o momento de inflexão política*” ¹²⁴⁶.

¹²³⁹ REIS, op. cit. (1986), p. 148.

¹²⁴⁰ D’ARAÚJO; CASTRO, op. cit. (1997), p. 460.

¹²⁴¹ Confirmadas eleições diretas nos Estados. **Diário de Pernambuco**, Recife, 23 nov. 1974.

¹²⁴² Freire e Guerra lutam pelo Governo em 1978. **Diário de Pernambuco**, Recife, 19 nov. 1974.

¹²⁴³ CASTRO; D’ARAÚJO, op. cit. (2002), p. 26.

¹²⁴⁴ D’ARAÚJO; CASTRO, op. cit. (1997), p. 460-462.

¹²⁴⁵ NERY, op. cit. (1975), p. 27-28.

¹²⁴⁶ KINZO, op. cit. (1988), p. 80.

Os militares perceberam que, para manter a continuidade do regime, novas mudanças nas regras do jogo, em favor do governo, se faziam necessárias. Como apontou Bolívar Lamounier:

As eleições de 1974 representam um claro ponto de inflexão nas projeções para o futuro. Dramatizando a fragilidade eleitoral do partido nas grandes cidades, essa eleição certamente reforçou em alguns setores governistas a disposição de reduzir o ritmo de eventuais mudanças, para isso capitalizando o temor de uma derrota mais contundente frente ao voto urbano-plebiscitário¹²⁴⁷.

Diante da derrota da ARENA em 1974 e prevendo um cenário político desfavorável ao regime nas eleições de 1978, o regime militar começou, a mudar as regras do jogo político, promovendo uma draconiana modificação casuística sobre o processo eleitoral, visando restringir o avanço da oposição e mais uma vitória desta nas eleições majoritárias e proporcionais de 1978.

A primeira grande mudança conduzida pelos militares pós-derrota de 74 foi a aprovação do Decreto-Lei n° 6.639, de 1° de julho de 1976 – a chamada “Lei Falcão” (referência ao autor do projeto, o ministro da Justiça, Armando Falcão) –, que restringia a participação dos candidatos nas eleições municipais de 1976. Uma segunda mudança foi a instituição da Emenda Constitucional n° 8, de 14 de abril de 1977 – um jogo de medidas conhecidas como “Pacote de Abril” –, estabelecendo uma série de importantes modificações na Constituição de 1969 a respeito das eleições. Uma das principais medidas desta emenda, visando controlar o Senado, foi a decisão de um terço dos senadores serem eleitos indiretamente por um colégio eleitoral. Esse cargo ficou popularmente conhecido como “senador biônico”. Outra medida, criada pouco tempo depois, que também visou prejudicar a campanha do MDB às eleições de 1978 foi a instituição do Ato Complementar n° 104, de 26 de Julho de 1977, através do qual se impedia o acesso dos candidatos ao rádio e à televisão. A ideia dos militares era silenciar o MDB, impossibilitando assim o acesso da população às críticas ao sistema.

Como se verá no próximo capítulo, impossibilitados de utilizar os meios de comunicação, nas eleições de 1978, para a transmissão de informações e mobilização política da população, os emedebistas pernambucanos lançaram-se literalmente para as campanhas de rua, estreitando ainda mais os laços com variados setores da sociedade civil.

¹²⁴⁷ LAMOUNIER, op. cit. (1986), p. 298.

5 ANOS DE BATALHA: OS COMBATIVOS NA LUTA CONTRA OS CASUÍSMOS DA DITADURA (1974-1979)

5.1 INDO PARA BATALHA: A CAMPANHA DE 1978

Em meados de 1976, o SNI elaborou um estudo detalhado com mapas eleitorais, informações sobre cada estado, número de votos dados a cada parlamentar do MDB e da ARENA, esquemas de comportamento dos eleitores e pesquisas de opinião pública. O estudo chegou a conclusão que o acesso dos parlamentares do MDB ao rádio e à televisão contribuíram decisivamente para a vitória do MDB no pleito de 1974 e previu que, se não fossem alteradas as regras eleitorais, o partido governista perderia novamente muitas cadeiras nas eleições de 1976 e 1978 ¹²⁴⁸.

A par dessa situação, em junho de 1976, o regime militar enviou um Projeto de Lei ao Congresso Nacional alterando algumas regras do jogo eleitoral da época. O projeto destinava-se a regulamentar e/ou modificar determinados artigos do Código Eleitoral vigente para as eleições municipais que seriam realizadas em novembro daquele ano. O principal destaque desse projeto era a cláusula que tratava da propaganda eleitoral.

A nova lei, idealizada pelo então ministro da Justiça, Armando Falcão, determinava que, durante as campanhas eleitorais, os partidos limitar-se-iam a apresentar, no rádio e na televisão, apenas o partido, o nome e o número dos candidatos, e uma fotografia destes, no caso da televisão, sucessivamente, em blocos de cinco minutos. Os “slides” tinham um locutor em *off* passando o currículo do candidato. No máximo, era permitido divulgar datas e locais de comícios. Ou seja, com a nova lei, os partidos estavam proibidos de transmitir todo e qualquer tipo de propaganda ao vivo, como, por exemplo, discursos e debates, durante as campanhas políticas.

A presença no vídeo e a voz no rádio, dos candidatos e líderes dos dois partidos, deixou de existir, substituídas que foram pela voz neutra do locutor da emissora e a figura parada do retrato do candidato, presente enquanto era lido o seu currículo. Isto obrigou a todos a buscar contatos diretamente com os eleitores nos diversos municípios, pela via artesanal dos comícios de porta-em-porta. Mais esforço para a ARENA, com base territorial maior, mais tenacidade exigida do MDB, com vistas à ampliação de seus redutos ¹²⁴⁹.

¹²⁴⁸ Rumo ao confronto decisivo. **VEJA**, São Paulo, n. 427, p. 21, 10 nov. 1976.

¹²⁴⁹ REIS, op. cit. (1986), p. 151.

No interior do governo, Armando Falcão era um dos principais defensores de mudanças nas regras da legislação eleitoral então vigentes, uma vez que a extrema liberdade dada ao MDB havia prejudicado os planos do governo no ano de 1974 ¹²⁵⁰. Em suas palavras: “[...] *nenhum governo ganharia eleição com a televisão ‘martelando’ contra ele*”. Segundo a concepção do ministro, a campanha do MDB em 74 fora uma “incitação à desordem”, ao explorar “demagógicamente” os graves problemas econômicos do país – o desemprego, a elevação do custo de vida, a falta de recursos no INSS, BNH etc. ¹²⁵¹. Para o ministro, as mudanças não eram apenas necessárias, mas urgentes, uma vez que o regime corria o grave risco de uma avassaladora derrota eleitoral nos pleitos de 1976 e 1978. Segundo ele:

A ARENA é o partido do governo. O governo é o dono real da televisão e do rádio, que apenas dá em concessão a particulares. Os próprios jornais, com raríssimas exceções, dependem do governo para viver e sobreviver. É mister utilizar essas incríveis com inteligência e habilidade foi um erro permitir o uso da televisão e do rádio na campanha eleitoral de 1974 ¹²⁵².

Após intenso debate entre parlamentares arenistas e emedebistas, no dia 1º de julho de 1976, a Lei nº 6.639 foi aprovada no Congresso Nacional ¹²⁵³, após uma tumultuada sessão de 7 horas. A lei foi aprovada com os votos de 186 deputados e 36 senadores, todos da ARENA. Os parlamentares do MDB participaram inicialmente dos debates, mas retiraram-se em peso do plenário quando o projeto foi colocado em votação. Esta foi, obviamente, a única alternativa que poderia ter sido feita naquela conjuntura, já que o partido oposicionista não poderia bloquear a aprovação do projeto à medida que a ARENA dispunha de maioria no Congresso.

A justificativa da ditadura para a criação da “Lei Falcão” era uma artificiosa “igualdade de direitos e de informações”, ou seja, uma equidade de acesso à propaganda do horário gratuito. Segundo Armando Falcão, “*Dar a poucos municípios o direito de discutir seus problemas específicos, em campanha cujo raio de ação abrange muitos deles, é favorecer alguns e prejudicar a maioria. O projeto não tem caráter restritivo, mas o claro*

¹²⁵⁰ As eleições de 1974 “[...] criaram dois problemas, um imediato, outro a longo prazo. O problema a longo prazo era impedir que o MDB conseguisse fortalecer-se significativamente pelo voto. O imediato era descobrir um meio legal de neutralizar essa ameaça na próxima eleição. O Planalto estava extremamente preocupado com as eleições para governadores em 1978 que, segundo estipulava a Constituição [de 1969], deviam ser diretas”. SKIDMORE, op. cit. (1988), p. 372.

¹²⁵¹ CASTRO; D’ARAÚJO, op. cit. (2002), p. 36.

¹²⁵² Ibid., p. 35.

¹²⁵³ BRASIL. Lei nº 6.339, de 1º de julho 1976. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 2 jul. 1976, Seção 1, p. 9079.

objetivo de adequar a lei à realidade”¹²⁵⁴. Para o governo, a nova lei, que restringiria o direito dos políticos de falar, era necessária devido à “[...] impossibilidade de se permitir igual acesso aos meios de comunicação a todos os candidatos e a todos os Municípios, já que o número de estações de rádio e canais de televisão era limitado”¹²⁵⁵.

Na verdade, o real objetivo da lei era simples: posicionar o pleito municipal de 1976 a um silêncio virtual e restringir a atuação do MDB durante as próximas eleições. Conforme apontou o brasileiro Thomas Skidmore: “[as eleições de 1974] mostravam uma inesperada falta de apoio à Revolução [...]. O Planalto não poderia mais nutrir qualquer esperança sobre a habilidade da ARENA de vencer eleições relativamente livres”¹²⁵⁶.

A lei buscava evitar qualquer tipo de comunicação entre candidato e eleitor. A lei disciplinava o uso do rádio e da televisão em matéria eleitoral, dificultando o acesso e a propaganda dos candidatos, especialmente dos candidatos do MDB. A Lei Falcão era uma ofensiva da ditadura ante o sucesso eleitoral do partido oposicionista nas eleições de 1974 (quando o MDB, partido oposicionista, conquistou 15 das 22 cadeiras em disputa no Senado e 44% dos assentos na Câmara dos Deputados) e uma antecipação política estratégica para as eleições de 1976 e de 1978. Ou seja, um fechamento para restringir o avanço da oposição. “É claro que, com isso, havia de certa forma a defesa da revolução. Porque deixar a televisão aberta para a oposição fazer a propaganda que quisesse, nos termos que ela gostaria de fazer, seria criar um maior número de áreas de conflito”¹²⁵⁷.

Com a Lei Falcão, a ditadura tolhia o principal instrumento utilizado pelo MDB para a vitória eleitoral em 1974: os debates e as denúncias públicas. O problema que rodeou todo o MDB durante esse período foi o de como desempenhar o seu papel oposicionista com vigor, sem avançar nos imprecisos limites tolerados pelo regime.

Teotônio Vilella foi o único parlamentar da ARENA a votar contra o projeto do governo. Isto, de fato, marcou o início da atitude oposicionista de Vilella em relação ao partido e ao regime. Posteriormente, em 1979, quando realizou-se a reforma partidária, ele abandonou a ARENA vindo a filiar-se ao MDB¹²⁵⁸.

¹²⁵⁴ FALCÃO, Armando. **Tudo a declarar**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989, p. 57.

¹²⁵⁵ KINZO, op. cit. (1988), p. 172.

¹²⁵⁶ SKIDMORE, op. cit. (1988), p. 336.

¹²⁵⁷ D'ARAÚJO; CASTRO, op. cit. (1997), p. 472.

¹²⁵⁸ KINZO, op. cit. (1988), p. 253.

A Lei Falcão atingiu fortemente os candidatos emedebistas pós-74 uma vez que impediam a eles tecerem críticas à ditadura durante suas campanhas eleitorais – estratégia que foi de extrema importância para o crescimento e fortalecimento do partido de oposição nas eleições de 1974. Nas palavras de Kinzo:

Mesmo sendo improvável que o MDB repetisse o sucesso de 1974, o governo queria assegurar que a campanha não seria utilizada livremente para a divulgação de mensagens oposicionistas. Era de conhecimento geral o fato de que a campanha do MDB no rádio e televisão durante as últimas eleições legislativas havia contribuído decisivamente para a vitória do partido. As regras do jogo deveriam, portanto, ser mudadas, para impedir que a oposição se utilizasse novamente dos meios de comunicação de massa para criticar o governo, especialmente quando a crise econômica se agravava ¹²⁵⁹.

Como se pode perceber, o resultado eleitoral desfavorável para a ARENA em 1974 não foi recebido passivamente pela ditadura. Nesse contexto, o governo começou a articular “modificações casuísticas” visando a vitória nas eleições de 1978 ¹²⁶⁰. A partir de 74, a ditadura buscava apoio da população, que cada vez se tornava mais diminuto, como apontou Antonio Rego Pojo:

[...] esse apoio não mais podia ser alcançado através da Arena, que tinha sofrido uma derrota eleitoral, ganhando uma percepção negativa por parte da opinião pública. Também era difícil para os militares agirem politicamente. Tais ações políticas ficaram ainda mais difíceis, na medida em que a oposição tentava introduzir mudanças na velocidade e extensão do programa de abertura. Por conseguinte, tornou-se uma questão crítica para o regime manter algum nível de controle sobre a atividade política, desde que o programa liberal entrou em ação. **O regime precisava manter o controle sobre o processo eleitoral, e a forma de alcançar esse objetivo era a manipulação eleitoral**, numa tentativa, na maioria das vezes, malsucedida ¹²⁶¹.

A primeira modificação das regras do jogo, como vimos, foi a criação da Lei Falcão, que disciplinou o uso do rádio e da televisão em matéria eleitoral. A segunda alteração foi a promulgação no ano de 1977 do chamado “Pacote de Abril”, que manteve a eleição indireta para governador e eleição indireta também para um dos senadores – o “biônico” (aquele que não era eleito diretamente pela população) ¹²⁶².

¹²⁵⁹ KINZO, op. cit. (1988), p. 172-173.

¹²⁶⁰ Os chamados “casuísmos” são modificações legais e institucionais que afetaram direta ou indiretamente as possibilidades eleitorais da oposição.

¹²⁶¹ REGO, op. cit. (2008), p. 165.

¹²⁶² Como esses senadores não precisavam mais ser eleitos indiretamente, a imprensa os apelidou de “senadores biônicos” à maneira do herói e heroína da TV americana que pareciam dotados de vida quando na realidade eram máquinas indestrutíveis. Cf. SKIDMORE, op. cit. (1988), p. 373.

A eficácia da Lei Falcão esteve aquém do desejado. [...] A ditadura percebeu, então, que, sem o recurso a instrumentos coercitivos fortes, o processo político institucional sairia de seu controle. Está aí a origem última do chamado Pacote de Abril. Mas era preciso um motivo imediato, que foi o impasse da reforma do Poder Judiciário ¹²⁶³.

A edição do Pacote de Abril esteve relacionada à votação do Projeto de Reforma do Judiciário de março de 1977. Vamos entender o caso:

Em novembro de 1976, o regime enviou ao Congresso uma PEC visando reformular o Judiciário. Entre as principais modificações estavam: a criação de um novo órgão, o Conselho de Magistratura, dotado de poderes para disciplinar os juízes e a retirada dos julgamentos de policiais militares da jurisdição dos tribunais civis (os policiais passariam a ser julgados por tribunais militares especiais integrados por oficiais da própria Polícia Militar) ¹²⁶⁴.

Contra a opinião dos moderados Thales Ramalho, Tancredo Neves e Ulysses Guimarães, os deputados pernambucanos “combativos”, articulados pelo senador Marcos Freire, conseguiram convencer o partido a barrar o projeto do Executivo ¹²⁶⁵. *“Na verdade, a posição assumida pelo MDB nesta questão resultara de uma luta interna do partido entre aqueles que defendiam uma atitude de forte oposição ao projeto – a saber, os autênticos e neo-autênticos – e os elementos moderados, que defendiam a negociação com a ARENA, de modo a evitar uma confrontação com o governo”* ¹²⁶⁶.

Como destacamos no capítulo anterior, a partir de 1973 se tornaram latentes as diferenças entre “autênticos/combativos” e “moderados” no interior do MDB pernambucano ¹²⁶⁷. As razões, como já explicitamos, eram várias, indo desde ideias políticas gerais à luta pelo controle da cúpula partidária – na mais intestina dissidência geracional, conforme pontuou o cientista político Robert Michels ¹²⁶⁸. As diferenças entre os dois grupos eram de

¹²⁶³ AZEVEDO; RABAT, op. cit. (2012), p. 204.

¹²⁶⁴ Essas duas propostas encontraram forte oposição da OAB. No caso brasileiro, ler ROLLEMBERG, Denise. Memória, opinião e cultura política: a Ordem dos Advogados do Brasil sob a ditadura: 1964-1974. In: AARÃO REIS FILHO, Daniel; ROLLAND, Denis (Orgs.). **Modernidades alternativas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p. 57-96; sobre a OAB-PE ler COELHO, op. cit. (1996).

¹²⁶⁵ Como a aprovação de uma PEC exigia o apoio de 2/3 dos membros do Senado e da Câmara Federal, a ditadura precisaria da adesão de, no mínimo, 39 deputados federais do MDB. Uma tarefa quase impossível para a época tendo em vista a formatação progressista do MDB na Legislatura 1975-1979.

¹²⁶⁶ KINZO, op. cit. (1988), p. 179.

¹²⁶⁷ A Agência do SNI em Recife, por exemplo, elaborou, no ano de 1979, um completo diagnóstico sobre os conflitos no interior do MDB pernambucano. O título do documento é “Divergência no Movimento Democrático Brasileiro de Pernambuco”. Para consultar: Informação nº 405/115/ARE/79, 16 nov. 79. SNI Agência Recife. Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: ARE_ACE_652_79.

¹²⁶⁸ MICHELS, op. cit. (1968).

tal ordem que líderes de uma ala, muitas vezes, evitavam o convívio ou a fala com lideranças de ala do partido. Em sua obra, Elio Gaspari, por exemplo, lembrou que o “autêntico” Jarbas Vasconcelos evitava cumprimentar seu correligionário e conterrâneo, Thales Ramalho, um “moderado”, secretário-geral do MDB ¹²⁶⁹. Em depoimento, Jarbas Vasconcelos relembrou o acontecido: “*Foi uma ocasião em que Thales estendeu a mão para me cumprimentar, e eu o deixei com a mão no ar. Um constrangimento. A exacerbação chegou a tal ponto que dois pernambucanos não se falavam*” ¹²⁷⁰.

A liderança progressista do senador Marcos Freire e a atuação do líder do partido na Câmara Federal, Alencar Furtado, desempenharam papel importante no desenrolar dos fatos que levariam o MDB à decisão de bloquear o projeto do governo. A posição do MDB foi finalmente decidida quando em reunião do Diretório Nacional, o partido fechou questão, obrigando todos os seus parlamentares a votar contra o projeto. Nas palavras de Kinzo:

[...] em uma reunião do Diretório Nacional, com a presença não apenas dos parlamentares, como também dos presidentes dos Diretórios Regionais, a questão foi levantada, provocando um longo e acirrado debate. Durante a reunião, Tancredo Neves pediu aos deputados federais que reconsiderassem sua posição, argumentando que a situação política era “bastante delicada”, e que o resultado de uma postura inflexível contra o projeto seria o retrocesso político ¹²⁷¹.

Sobre os bastidores da posição do MDB sobre a reforma do Judiciário, dona Mora Guimarães, esposa de Ulisses Guimarães, narrou que, para debater essa questão, o MDB reuniu o seu Diretório Nacional. Um acordo prévio entre caciques do MDB assegurou a Tancredo Neves o direito de defender a aprovação do projeto do governo, sob a alegação de não ser aquele o momento do confronto. “*Na véspera da reunião, Tancredo [Neves] chamou Ulysses [Guimarães] e os líderes Franco Montoro e Alencar Furtado. Contou tudo o que sabia da conspiração militar contra Geisel. Combinou-se que, na reunião do Diretório, só o Tancredo falaria, alertando que não era hora do confronto*”. Ulysses, cooptado pelos autênticos, traiu o acordo e facilitou a Paulo Brossard conduzir a bancada para o confronto. “*No dia seguinte, a confusão foi tanta que Ulysses não teve como cumprir o combinado. O senador Paulo Brossard entrou arrasando. Fez um discurso sobre o refrão ‘este projeto não é bom’ e levou o partido ao delírio*”. Tancredo Neves reagiu e foi agredido verbalmente pelo deputado Fernando Lyra. “*O deputado Fernando Lyra, então do grupo dos ‘autênticos’,*

¹²⁶⁹ GASPARI, Elio. **A ditadura encurralada**. São Paulo, Companhia das Letras, 2004, p. 258.

¹²⁷⁰ Cf. Depoimento de VASCONCELOS, op. cit. (2006), p. 55.

¹²⁷¹ KINZO, op. cit. (1988), p. 179.

chamou Tancredo de covarde. Coitado do Tancredo! A deputada Cristina Tavares, da ala mais radical da oposição, acabou cedendo seu espaço para ele discursar. De nada adiantou”.

O MDB fechou a questão contra a aprovação da reforma ¹²⁷².

No dia 30 de março de 1977, véspera do aniversário do “movimento de 1964”, o projeto de reforma judiciária foi a plenário em sessão conjunta do Senado e da Câmara dos Deputados, como era exigido para votação de uma Emenda Constitucional. O resultado foi 241 votos a favor do projeto original e 156 contra; como não houve maioria de dois terços (283 votos necessários), o pacote foi rejeitado ¹²⁷³. O público presente às galerias aplaudiu de pé o resultado da votação:

A deliberação da Junta Militar que mudara o *quorum* de maioria absoluta para dois terços (Emenda Constitucional nº 1), prevendo facilidades para reformas patrocinadas pela oposição, provoca impasses quando esta mesma oposição nega fornecer o número necessário a uma proposição do próprio governo ¹²⁷⁴.

O regime militar reagiu com dureza à derrota na votação da PEC ¹²⁷⁵. Dois dias depois da derrota no Congresso, o presidente Geisel emitiu o Ato Complementar nº 102 ¹²⁷⁶, decretando, por prazo indeterminado, o recesso do Congresso Nacional pela terceira vez desde o golpe de 64, valendo-se dos poderes extraordinários concedidos à ditadura pelo AI-5 para governar por decreto durante esse período ¹²⁷⁷.

¹²⁷² 1977 – o ano do retrocesso. **O Globo**, 12 nov. 2011. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/1977ano-do-retrocesso-3221155#ixzz3uuAM0Ksj>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

¹²⁷³ Sobre a votação, ver: Os riscos do recesso. **VEJA**, São Paulo, n. 448, p. 20, 6 abr. 1977.

¹²⁷⁴ BRANDÃO, op. cit. (1984), p. 43.

¹²⁷⁵ A ditadura jogava a culpa da reação, ou seja o fechamento do Congresso, na posição que era inconsequente. A este respeito, vide o depoimento do presidente Ernesto Geisel: “[...] quando se realizou a eleição de 74 em que o MDB conseguiu um grande avanço [...] acredito que na cabeça de muita gente surgiu a impressão de que o MDB estava prestes a tomar conta do poder. E aí eles se excediam no combate ao governo, o que levava sempre a uma reação. E cada vez que se fazia uma reação se estava praticamente dando um passo atrás na abertura. Várias vezes nós tivemos retrocessos, provocados, em grande parte, por essa atuação da oposição”. Cf. D’ARAÚJO; CASTRO, op. cit. (1997), p. 504. O ministro da Justiça, Armando Falcão, também tinha essa mesma linha de raciocínio. Ele achava que o MDB não aceitava a “Revolução”, não se comportava como um partido dócil, uma “oposição inglesa”. Para ele, os “autênticos” eram “irrecuperáveis para a Revolução”. Ou seja, para ele, “a Revolução não precisa do MDB”. Cf. *Ibid.*, p.25.

¹²⁷⁶ BRASIL. Ato Complementar nº 102, de 1 de abril de 1977. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 1 abr. 1977, Seção 1, p. 3779.

¹²⁷⁷ Segundo relato do general Hugo Abreu, então chefe da Casa Civil do governo Geisel, a reforma do Judiciário foi só pretexto para o Pacote de Abril. Para ele, toda a crise em torno da aprovação da PEC da reforma do Judiciário foi pré-fabricada pela ditadura, forçando a oposição rejeitar o projeto de modo a ter um pretexto para fechar o Congresso e decretar uma série de reformas eleitorais que garantissem a manutenção do controle político da ARENA. ABREU, Hugo. **O Outro lado do poder**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979, p. 68-73. Marco Maciel, um dos caciques políticos governista da época também tinha essa mesma linha de raciocínio. Segundo ele: “A emenda da reforma do Judiciário foi rejeitada. No dia seguinte, veio o recesso, que para mim

Menos de duas semanas foram necessárias para que o presidente Geisel, articulado com os seus colaboradores, redigisse um conjunto de medidas casuísticas que iriam delinear o novo arranjo político, beneficiando a ARENA e modificando por completo o quadro político no Brasil ¹²⁷⁸.

Assim, foram decretadas a Emenda Constitucional nº 7 ¹²⁷⁹, que tratava da reforma do Judiciário ¹²⁸⁰, além da Emenda Constitucional nº 8 (que era o núcleo do pacote) ¹²⁸¹, que estabelecia alterações fiscais e uma série de importantes modificações na Constituição de 1969, e de seis decretos-leis introduzindo várias medidas políticas e econômicas. Nas palavras do ex-governador Miguel Arraes: “*O ‘pacote de abril’ não passa de um novo AI-5*” ¹²⁸².

Com estes atos, que fixaram os limites da “política de liberalização” do governo Geisel ¹²⁸³, o regime buscou controlar um processo político que ameaçava escapar-lhe das mãos, quando começavam a surgir na chamada sociedade civil críticas bastante severas à ditadura ¹²⁸⁴. Em outras palavras, o regime procurou tanto mostrar à oposição os limites para sua atuação quanto convencer a “linha-dura” de que o regime não perdera a firmeza no tratamento dado aos adversários políticos ¹²⁸⁵.

foi uma grande surpresa, e presumo que também para Petrônio Portela. Mas penso que isso foi um pretexto. Porque com o recesso, vem, no dia seguinte, a ideia de que o governo ia baixar uma série de medidas, que seriam as Emendas Constitucionais 7 e 8. Uma delas, sobre a reforma do Judiciário, mas a outra de caráter político. Por isso fico pensando que a rejeição tenha sido um gancho para o processo e, para implementar essas mudanças”. MACIEL, op. cit. (2007), p. 524.

¹²⁷⁸ Reformas por decreto. **VEJA**, São Paulo, n. 448, p. 28, 6 abr. 1977.

¹²⁷⁹ BRASIL. Emenda Constitucional nº 7, de 1977. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 13 abr. 1977, Seção 1, p. 4147.

¹²⁸⁰ Nada menos que a versão original da PEC da reforma judiciária que havia sido rejeitada há poucos dias pelo Congresso Nacional.

¹²⁸¹ BRASIL. Emenda Constitucional nº 8, de 1977. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 14 abr. 1977, Seção 1, p. 4195.

¹²⁸² Cf. MENDONÇA, Fernando; TAVARES, Cristina. **Conversações com Arraes**. Belo Horizonte: Vega, 1979, p. 42.

¹²⁸³ As medidas casuísticas adotadas pelo governo Geisel durante os anos de 1976 e 1977 deixaram muitos observadores estrangeiros perplexos. Um brasilianista concluiu, por exemplo, que “[...] *este regime não estava liberalizando ou abrindo, mas fazendo o contrário, e que o pretenso democrata era um completo autocrata*”. BRUNEAU, Thomas C. **The church in Brazil. The politics of religion**. Austin: University of Texas Press, 1982, p. 74.

¹²⁸⁴ “*Seu conteúdo, assim como o dos decretos-lei que o governo editou durante o recesso forçado, mostra claramente o intuito de retomar o controle do processo político pela criação de um arcabouço normativo que impedisse o predomínio da vontade popular nos pleitos eleitorais e no interior das Casas eleitas*”. AZEVEDO; RABAT, op. cit. (2012), p. 208.

¹²⁸⁵ Segundo Geisel: “*Enquanto a oposição se mostrava agressiva, não era possível aliviar e satisfazê-la. [...] Foi isso que levou à demora da solução final, de acabar com o AI-5. Eu não podia me afastar dos militares, que, a despeito da cooperação da Arena, eram os principais sustentáculos do governo revolucionário*”. D’ARAÚJO; CASTRO, op. cit. (1997), p. 471.

Poucos dias após a edição do “Pacote de Abril”, o MDB Nacional publicou um denso documento de 77 páginas com argumentos sólidos para repudiar as reformas arbitrárias impostas pelo pacote. Intitulado de “Livro Branco do MDB contra as reformas”, o documento foi distribuído para todos os diretórios regionais e municipais do partido ¹²⁸⁶, inclusive em Pernambuco, onde através dos emedebistas combativos locais – Marcos Freire, Fernando Coelho, Fernando Lyra e Jarbas Vasconcelos – teve ampla divulgação entre a população.

Sobre a criação do Pacote de Abril, o presidente Ernesto Geisel deu a seguinte justificativa:

[...] na votação, eram necessários dois terços dos votos, e nós não tivemos esses dois terços. A oposição votou contra. Assim, não haveria reforma do Judiciário. Qual era a solução que eu tinha? Pensei muito e achei que era um desafio da oposição. Era uma demonstração de força [...]. Eu também estava preocupado em permitir que o meu sucessor pudesse governar em melhores condições. Uma dessas condições estava ligada à eleição dos governadores, em 1978. Eu vinha matutando como isso podia ser feito. Em vez de voltar ao voto direto, eu achava mais conveniente manter o voto em dois níveis. A única maneira de fazer isso era realmente através de um ato de força. Creio que o problema da reforma do Judiciário me incentivou a fazê-lo de uma vez e então juntei as duas matérias. Para realizar a reforma e atender ao problema de viabilizar o novo governo, resolvi colocar o Congresso em recesso e baixar um novo ato que a oposição chamou de “pacote de abril”
¹²⁸⁷.

As principais medidas estabelecidas pelo pacote autoritário e discricionário foram as seguintes:

- O artigo 13 do AI-8 tornava permanente a eleição indireta para os governos estaduais. A eleição dar-se-ia através de um Colégio Eleitoral composto de membros das Assembleias estaduais;
- Aumento da representação dos estados do Nordeste no Legislativo, onde os arenistas eram mais fortes. Ou seja, a Constituição de 1969 indicava o número de cadeiras em proporção ao número de eleitores registrados no estado (como fora nas eleições de 1970 e 1974), já o AI-8 relacionava tais vagas em proporção à população do estado. Como os analfabetos não podiam votar, a regulamentação anterior permitia que os estados de mais altos índices de alfabetização obtivessem maior número de representantes, favorecendo o MDB. A nova lei aumentava a representação dos estados pobres do Norte e do Nordeste, onde os índices de

¹²⁸⁶ MDB. **Livro Branco do MDB contra as reformas**. Diretório Nacional do Movimento Democrático Brasileiro. Brasília, 1977. [CPDOC, Coleção Alberto Pasqualini, v. XIII].

¹²⁸⁷ D'ARAÚJO; CASTRO, op. cit. (1997), p. 473.

analfabetismo eram muito altos e onde a ARENA era mais forte ¹²⁸⁸. O Estado de Pernambuco, por exemplo, teve alterações nesse sentido. Para as eleições de 1978, as 18 cadeiras de 1974 para a Câmara Federal passaram a ser 22 e na ALEPE saltou de 42 lugares em 1974 para 46 em 1978;

- A criação do chamado “senador biônico”. Isto é, a aprovação de eleições indiretas para um terço das cadeiras do Senado através do mesmo Colégio Eleitoral que escolheria os governadores. Isto significava que para as eleições de 1978, somente uma das duas cadeiras seria preenchida por voto popular direto; a outra seria ocupada por senador eleito indiretamente pelo Colégio Eleitoral;
- Aumento da censura prévia sobre a propaganda política;
- Impedimento de acesso dos candidatos ao rádio e à televisão. A Lei Falcão passou a abranger as eleições legislativas ¹²⁸⁹;
- Criação de sublegenda para as eleições diretas para o Senado. Assim, cada partido poderia concorrer a uma cadeira no Senado com até três candidatos cuja soma dos votos determinaria para que partido iria a cadeira. Seria eleito o candidato que obtivesse mais votos dentre os concorrentes do próprio partido e cujo partido vencesse na soma dos votos;
- Extensão do mandato do novo presidente, de 5 para 6 anos, garantindo assim o controle militar sobre o processo político brasileiro;
- Fixação de eleição indireta para os governos estaduais para o pleito de 1978 ¹²⁹⁰;
- Aprovação das leis no Congresso apenas com maioria simples (50% + 1) – redução do quórum de dois terços para maioria simples em votações no Congresso Nacional, possibilitando que o governo conseguisse aprovar projetos de emendas constitucionais apenas com os votos da ARENA.

¹²⁸⁸ ALVES, op. cit. (2005), p. 234.

¹²⁸⁹ Nas palavras do ex-deputado Fernando Lyra: “*O que era a Lei Falcão? Era mostrar na televisão apenas a foto do candidato – sem voz, sem tese, sem discussão, sem debate –, era apenas a foto do candidato. Um retrocesso absoluto no processo de avanço democrático. Mas, aí, aconteceram fatos incríveis. A sociedade começou a perceber que aquilo era um retrocesso e que o pacote de abril não tinha sido criado para renovar ou aprimorar, mas para complicar*”. Depoimento de LYRA, op. cit. (2006), p. 349-350.

¹²⁹⁰ Não eram realizadas eleições diretas para governadores desde 1965, mas, segundo as normas vigentes, as eleições de 1978 para governadores seriam diretas. Jarbas Vasconcelos afirmou em depoimento que Marcos Freire seria o candidato do MDB no pleito de 1978 ao governo do Estado, mas a ditadura decidiu, através do Pacote de Abril, impedir que a oposição chegasse ao poder no nível estadual. “*Eu lembro que, nessa época, a nossa campanha, aqui, inclusive para sustentar o MDB, para sustentar o partido, era montada muito em cima da eleição direta, que estava prevista na Constituição, e o candidato para governador [de Pernambuco] era Marcos Freire*”. Cf. Cf. Depoimento de VASCONCELOS, op. cit. (2006), p. 207.

O recesso foi suspenso a partir de 15 de abril de 1977 pelo Ato Complementar nº 103, de 14 de abril ¹²⁹¹.

Editadas as novas regras eleitorais, os partidos começaram a organizar a corrida eleitoral para o pleito de 15 de novembro de 1978. Conforme já mencionado, a corrida ao Senado no ano de 1978, que seria para duas vagas – dos que tinham sido eleitos em 1970 –, passou a ser de apenas uma delas, estando a outra já preenchida no pleito indireto pelo “senador biônico”, conforme editava o Pacote de Abril.

No dia 1º de setembro de 1978, o Colégio Eleitoral reunido na ALEPE aprovou o nome do deputado federal Marco Maciel, então presidente da Câmara Federal, para assumir o cargo de governador do Estado de Pernambuco e do deputado Aderbal Jurema, então presidente do Diretório Regional da ARENA, para vaga de senador indireto por Pernambuco.



Figura 34 – Protesto do deputado Roberto Freire contra a escolha do senador biônico, 1978
Fonte: **Diário de Pernambuco**, 2 set. 1978.

Antes de iniciar a votação, o líder do MDB na ALEPE, o deputado Roberto Freire ¹²⁹² subiu à tribuna para falar em nome da bancada de oposição, que não compareceu à sessão.

¹²⁹¹ Geisel conclui reformas e reabre o Congresso. **Diário de Pernambuco**, Recife, 15 abr. 1977.

¹²⁹² Roberto Freire nasceu no Recife, em abril de 1942. Em 1962, ingressou no curso de Direito da UFPE, onde começou a militar na vida política e a se aproximar do PCB. Nas eleições de outubro de 1974, elegeu-se deputado estadual, pelo MDB. Líder do MDB, em setembro de 1978, manifestou-se na tribuna da ALEPE contrário à eleição de governadores e senadores biônicos, numa cena que se tornou um marco histórico das oposições brasileiras. Em novembro de 1978, elegeu-se deputado federal, pelo MDB. Em 1979, integrou a comissão de deputados e senadores que elaborou a Lei da Anistia, promulgada pelo governo do general Figueiredo em agosto daquele ano. Após a extinção do bipartidarismo em novembro de 1979, ingressou no PMDB. Nas eleições de novembro de 1982, reelegeu-se deputado federal pela legenda do PMDB. Foi vice-líder do PMDB em 1983 e apoiou a Campanha das Diretas-Já em 1984. Com a legalização do PCB em maio de 1985, Roberto Freire deixou o PMDB para ingressar no partido comunista. Candidatou-se pelo PCB ao cargo de

Houve como consequência da atitude de Freire (vide Figura 34) muita confusão, empurrões e discussões. A sua presença numa Assembleia lotada de arenistas transformou o Colégio Eleitoral em Pernambuco no mais tumultuado do processo de eleição indireta em todo o país e num marco histórico das oposições brasileiras. Foi a primeira vez, durante 12 anos de pleito indireto, que houve um protesto duro e corajoso numa tribuna parlamentar contra as eleições indiretas no país ¹²⁹³.

O primeiro nome ventilado pelo MDB pernambucano para disputar essa vaga foi o do industrial Armando Monteiro Filho, da ala moderada do partido, através de uma articulação da ala comunista do partido ¹²⁹⁴ e dos velhos nomes que integravam a antiga “Frente do Recife” ¹²⁹⁵.

Posta a candidatura de Armando, os grupos mais à esquerda da agremiação começaram a criticá-la salientando a origem de classe do industrial e sua postura moderada, incompatível com o clima de abertura e de luta política da época. “*Os grupos radicais de esquerda não a aceitavam*” ¹²⁹⁶. Para a ala “combativa” do MDB local, a candidatura de um usineiro não sensibilizava o eleitorado urbano, representando, na verdade, um passo atrás nos ganhos políticos das correntes oposicionistas em Pernambuco em face da estrondosa vitória eleitoral de 1974.

Para fazer frente à possível candidatura de Armando Monteiro, os autênticos e os grupos de esquerda recém-egressos no MDB começaram a trabalhar nos bastidores da legenda o nome do deputado federal, Sérgio Murilo ¹²⁹⁷. “*Armando passou a ser apontado pelos simpatizantes da candidatura de Sérgio como ‘conservador e reacionário’, enquanto Sérgio*

prefeito do Recife nesse mesmo ano, tendo sido derrotado por Jarbas Vasconcelos, do PMDB. Pela legenda do PCB ganhou novo mandato de deputado nas eleições de novembro de 1986, passando a integrar a Assembléia Nacional Constituinte (1987-1988) e a liderar o partido na Câmara. Foi vice-presidente nacional do PCB de 1987 a 1989. Em novembro de 1989, candidatou-se à presidência da República pelo PCB e foi derrotado. No pleito de outubro de 1990, elegeu-se novamente deputado federal pelo PCB. Em outubro de 1994, elegeu-se senador pela legenda do PPS, permanecendo no cargo até o final do mandato em janeiro de 2003. Em outubro de 2002, foi eleito deputado federal por Pernambuco, pelo PPS. Nas eleições de outubro de 2010, elegeu-se deputado federal por São Paulo, pelo PPS; no pleito de outubro de 2014 ficou como suplente. Licenciou-se da suplência de deputado federal, na Legislatura 2015-2019, para assumir o cargo de Ministro da Cultura, em novembro de 2016. Adaptado de: ABREU, op. cit. (2001), p. 686-694. **Prontuário Funcional n. 20161**. Acervo DOPS/APEJE. Fundo SSP n. 26116. Juízo Sintético nº 025/15/ARE/83, 18 fev. 83. Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: ARE_ACE_4202_83.

¹²⁹³ Protesto do MDB tumultua a Assembleia. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-4, 2 set. 1978.

¹²⁹⁴ Cf. Depoimento de FREIRE, op. cit. (2006), p. 96.

¹²⁹⁵ Armando espera o “convite” do MDB. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-3, 22 mai. 1978.

¹²⁹⁶ CAVALCANTI, op. cit. (2008b), p. 487.

¹²⁹⁷ O candidato Sérgio. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-2, 28 mai. 1978.

representaria a opção popular e esquerdista, como homem de classe média”¹²⁹⁸. A partir dessas duas candidaturas, estabeleceram-se uma luta pouco saudável nos bastidores do MDB pernambucano, envolvendo malquerenças pessoais, desentendimentos de grupos, dificultando, acima de tudo, a unidade necessária da agremiação para naquele momento lançar um nome forte à disputa senatorial.

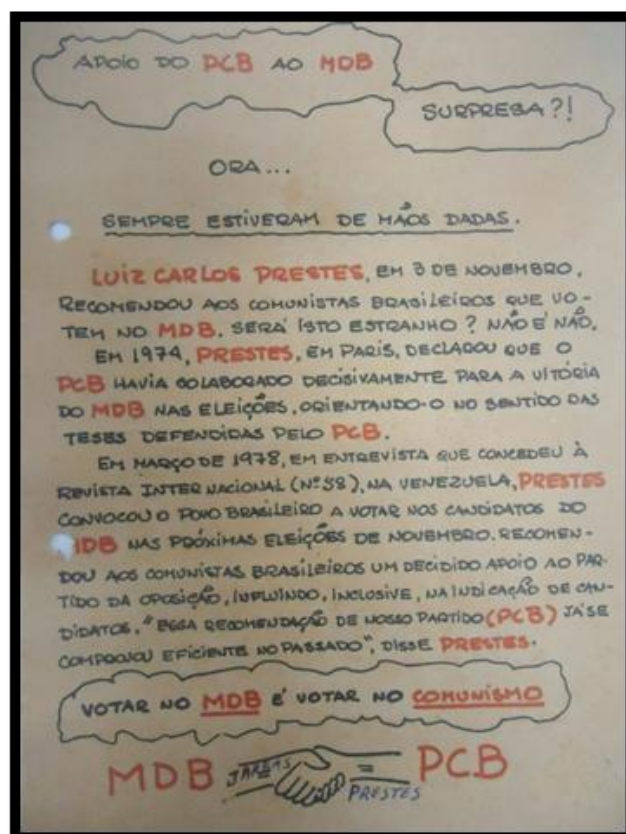


Figura 35 – Propaganda da ARENA, associando o MDB aos comunistas
 Fonte: **Prontuário Funcional: Partidos Políticos – MDB**. Acervo DOPS/APEJE. Fundo SSP n. 1604.

Enquanto o MDB brigava internamente para achar um nome de consenso, a ARENA local cogitava lançar a candidatura do próprio governador Moura Cavalcanti e procurava um segundo nome para compor a sublegenda. Na verdade, em Pernambuco, o que faltava na ARENA, sobrava no MDB. Enquanto a ARENA buscava completar sua chapa ao Senado com mais um candidato (além do governador Moura Cavalcanti)¹²⁹⁹, no MDB ocorria o

¹²⁹⁸ CAVALCANTI, op. cit. (2008b), p. 487.

¹²⁹⁹ A ARENA local havia decidido usar o instrumento da sublegenda colocando o nome de dois candidatos na rua. Inicialmente, um nome era o do governador Moura, outro seria o de Cid Sampaio, mas este mostrava-se relutante a este pleito.

inverso. No MDB havia dois pré-candidatos ao Senado e o Diretório Nacional já havia dado a diretriz de não usar o artifício da sublegenda.

Os grupos mais radicais, que queriam lançar a candidatura de Sérgio Murilo, tentavam transformar a campanha de 78 num painel de denúncias e pregações ideológicas contra a ditadura, sem ter como alvo o triunfo eleitoral (vide Figura 35). Para os comunistas que estavam dentro do MDB, essa era uma postura irresponsável e inoportuna para a época já que o Pacote de Abril havia tolhido a liberdade de campanha que desfrutara o partido em 74¹³⁰⁰. Para os comunistas, Armando Monteiro era o nome mais viável político-eleitoralmente¹³⁰¹. Nas palavras de Paulo Cavalcanti:

Daí porque, para os comunistas, o nome de Armando Monteiro, que representava uma ala dissidente do empresariado nordestino à política do regime, além de ser tradicionalmente, desde 1966, um elemento ligado ostensivamente ao MDB, poderia atingir áreas eleitorais permeáveis às ideias das oposições, possibilitando uma derrota do governo, senão expressiva, do ponto de vista ideológico, pelo menos desgastante à imagem que os militares teimavam em manter diante do povo¹³⁰².

Após várias negociações infrutíferas da ala moderada do MDB pernambucano com o deputado Sérgio Murilo e a insistência deste em levar à frente a sua postulação à senatoria em regime de sublegenda, Armando Monteiro renunciou a candidatura¹³⁰³, em uma carta aberta à população pernambucana¹³⁰⁴, por não concordar com o expediente da sublegenda, o que, a seu ver, contribuiria para enfraquecer o partido. Nas palavras de Armando Monteiro:

Hoje, a pessoa mais forte aqui em Pernambuco é Jarbas. Ele, realmente, sempre teve essa posição muito boa. Foi candidato ao Senado em 1978 (por que eu não aceitei e dei uma entrevista dizendo que não aceitava sublegenda

¹³⁰⁰ Como era de se esperar, no pleito de 1978, os militares também procuraram associar o MDB pernambucano aos “perigos do comunismo internacional”. A Agência do SNI em Recife elaborou, através de sua rede de monitoramento e espionagem, por exemplo, um farto documento intitulado “Levantamento de militantes e/ou simpatizantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), na área” sobre as ligações do MDB-PE e as lideranças comunistas. Para consultar: Informação nº 173/116/ARE/82, 30 jul. 82. SNI Agência Recife. Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: ERE_ ACE_ 3496_ 82.

¹³⁰¹ Fernando Lira acha que Armando Monteiro é o melhor para MDB. **Diário de Pernambuco**, Recife, 1 jun. 1978.

¹³⁰² CAVALCANTI, op. cit. (2008b), p. 489.

¹³⁰³ “[...] eu disse que não aceitava, porque não queria sublegenda. Então, não me elegi”. Depoimento de Armando Monteiro Filho. FILHO, op. cit. (2007), p. 131.

¹³⁰⁴ Sublegenda afasta Armando da senatoria. **Diário de Pernambuco**, Recife, A-3, 14 jun. 1978.

e que o nosso candidato devia ser Jarbas). Fernando Lyra, Roberto Freire, Paulo Cavalcanti, eles fizeram tudo para eu reexaminar a questão ¹³⁰⁵.

Com a renúncia de Armando Monteiro, o apoio a Sérgio Murilo ficou insustentável e a fissura no interior do MDB pernambucano ficou nítida ¹³⁰⁶. Apesar de movimentos nos bastidores, a unidade em torno do nome de Sérgio Murilo não era possível. Sem apoio da cúpula estadual do partido, poucos dias depois, Sérgio também renunciou a candidatura.

Nesse vácuo, uma reunião de emergência na casa do senador Marcos Freire ¹³⁰⁷ foi chamada pelo Diretório Regional do partido para escolher um novo nome à vaga senatorial ¹³⁰⁸. Foi quando surgiu, contra a sua vontade, o lançamento do nome de Jarbas Vasconcelos ¹³⁰⁹ – ex-líder do MDB na ALEPE (1970-1974), grande articulador das correntes que se insurgiam contra o governo, deputado federal mais votado na história de Pernambuco (1974), e presidente do Diretório Regional do MDB-PE, figura “combativa”, atuante e destemida, conhecida e respeitada ¹³¹⁰.

Nas eleições [de 1974] de Marcos Freire, vingara a boa imagem física do candidato – simpático para os homens, bonito para as mulheres –, um tipo envolvente [...]. Com Jarbas, a imagem que ficou na memória do povo foi a da bravura pessoal: um candidato de cara fechada, com raiva, disposto à luta, falando numa linguagem contundente, sincera, indo ao fundo da condenação ao regime, desmascarando os adversários, verberando a fraude e a corrupção, aceitando o desafio da violência – um jovem, de pouco mais de trinta anos, com fios de cabelos brancos nas têmporas dando-lhe um ar de antigo e prosado combatente de longos anos de luta ¹³¹¹.

¹³⁰⁵ FILHO, Armando Monteiro. In: COSTA, Célia; PANDOLFI. **Projeto Memória Viva: 14 depoimentos sobre a política pernambucana**. v. 1. Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2007, p. 140.

¹³⁰⁶ Contornando a rebeldia. **Diário de Pernambuco**, Recife, 16 jun. 1978.

¹³⁰⁷ Jarbas é o candidato do MDB para o Senado. **Diário de Pernambuco**, Recife, 20 jun. 1978.

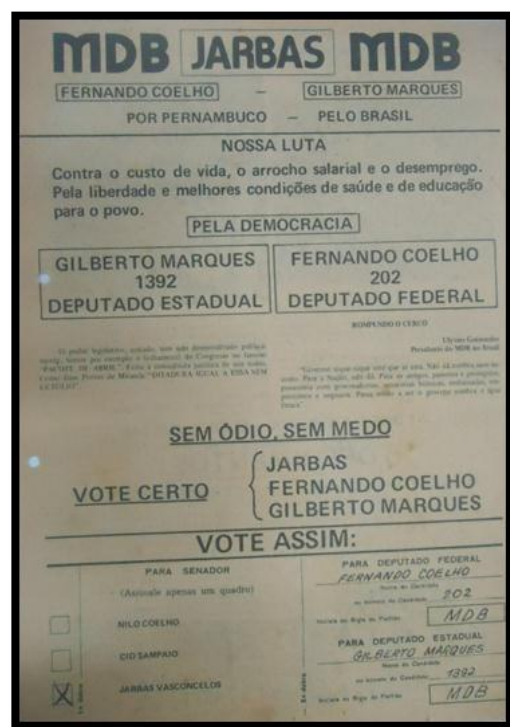
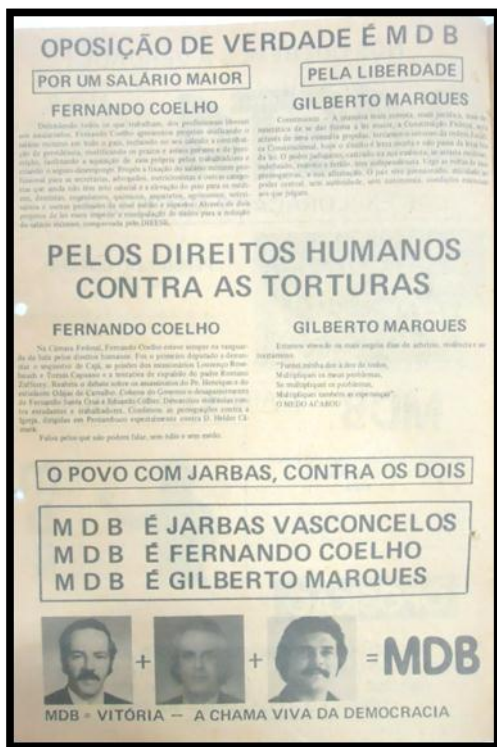
¹³⁰⁸ Enquanto empenharam-se pesadamente na campanha de Jarbas, os líderes Armando Monteiro Filho, Egídio Ferreira Lima, Fernando Coelho, Guilherme Robalinho, Waldemar Borges, Paulo Cavalcanti, Pelópidas Silveira, Oswaldo Lima Filho e Dorany Sampaio, ficaram nítidos entre os integrantes do partido a neutralidade/omissão do deputado Sérgio Murilo na campanha do postulante emedebista à vaga senatorial. Depoimento de COELHO, op. cit. (1983).

¹³⁰⁹ Suplentes: João Lyra Filho e Henio José Egypto de Sá Leitão.

¹³¹⁰ Em depoimento, Jarbas Vasconcelos explicou que o lançamento de sua candidatura foi à sua revelia, pois ele desejava concorrer à Câmara Federal e assegurar tranquilamente a sua vaga e não concorrer arriscadamente a uma vaga no Senado. Em suas palavras: “*Eu tinha consciência de que essa coisa iria se concentrar mais ainda em torno de mim. Como se deu, de fato. [...] Eu sabia que ia ser super difícil, mas afinal o negócio surgiu com uma vinda minha em Brasília em final de maio. Quem organizou foi Byron Sarinho, que era do Partido Comunista, mas militava no MDB*”. Cf. Depoimento de VASCONCELOS, op. cit. (2006), p. 209. Asseverando esse posicionamento de Jarbas Vasconcelos, Paulo Cavalcanti também escreveu: “*Todos queriam Jarbas – menos ele*”. CAVALCANTI, op. cit. (2008b), p. 490.

¹³¹¹ CAVALCANTI, op. cit. (2008b), p. 491.

Impossibilitados de utilizarem os meios de comunicação, nas eleições de 1978, para a transmissão de informações e mobilização política da sociedade civil, os candidatos do MDB procuraram estreitar ainda mais os laços com a população das periferias e outros setores da oposição ¹³¹². Outro ponto importante nesse pleito foi o estreitamento de laços entre os próprios candidatos do MDB-PE. A falta de dinheiro e as pesadas despesas eleitorais levaram, por exemplo, à prática de “dobradinhas” entre candidatos a deputados e entre estes e o disputante ao Senado, para rateio de despesas da campanha (vide Figuras 36 e 37).



Figuras 36 e 37 – “Dobradinhas” de candidatos emedebistas
 Fonte: **Prontuário Funcional: Partidos Políticos – MDB**. Acervo DOPS/APEJE. Fundo SSP n. 1604.

Lançado o nome de Jarbas, o governador arenista, Moura Cavalcanti, recuou tanto por não querer se desincompatibilizar e perder as benesses da máquina pública quanto pela evidência de sua impopularidade. A partir desse momento, começaram as negociações internas entre os caciques arenistas para lançar dois nomes à majoritária de 78. E os nomes lançados em regime de sublegenda foram de dois ex-governadores: Nilo Coelho, ex-PSD

¹³¹² Encaminhamento nº 046/115/ARE/79, 27 jul. 79. SNI Agência Recife. Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: ARE_ ACE_372_79.

(ARENA-1),¹³¹³ e Cid Sampaio, ex-UDN (ARENA 2)¹³¹⁴ – este apoiado pelo núcleo governista. “*Cada um desses caciques, com sua tribo, passaria a influir e pesar na campanha, arrebanhando votos, dessa ou daquela maneira, para o partido oficial, diluído na sublegenda*”¹³¹⁵.

5.2 OS SIGNIFICADOS DE 1978: DERROTA COM SABOR DE VITÓRIA

Como já esperado pelo regime, pelos cronistas políticos da época e pelo próprio MDB, as mudanças nas leis eleitorais acarretadas pela edição do famigerado Pacote de Abril e o dilúvio de corrupção e fraude conseguiram seu intento casuístico e manipulador em favor dos militares e evitaram que o partido oposicionista, tanto local quanto nacionalmente, repetisse a vitoriosa dose das eleições de 1974. A ARENA inverteu o resultado do pleito de 74, garantindo a maioria nas duas Casas Legislativas: no Senado – 15 senadores (62%)¹³¹⁶ e na Câmara – 231 deputados federais (55%)¹³¹⁷. O MDB elegeu apenas 8 senadores¹³¹⁸ e 189 deputados federais. A este respeito, Maria Kinzo explanou:

Não há dúvida de que as alterações introduzidas na legislação eleitoral visando a ajudar a ARENA, trouxeram resultados positivos para o governo. Além de garantir um terço das cadeiras do Senado através das ‘eleições indiretas’, a permissão do uso da sublegenda na disputa senatorial direta, bem como as restrições impostas pela Lei Falcão na propaganda pelo rádio e televisão foram fundamentais para garantir à ARENA a maioria no Congresso¹³¹⁹.

A situação do Estado de Pernambuco no ano de 1978, por exemplo, não foi diferente dos demais estados brasileiros, onde as fraudes eleitorais e as regras casuísticas do Pacote de

¹³¹³ Suplente: Marcus Vinícius Vilaça.

¹³¹⁴ Suplente: João Monteiro de Melo Filho.

¹³¹⁵ CAVALCANTI, op. cit. (2008b), p. 490.

¹³¹⁶ Como destacou Paulo Cavalcanti: “*Para vencer, o governo não titubeou na manipulação dos mais abjetos meios de corrupção, tanto pela força do Poder, influenciando na Justiça Eleitoral, como na distribuição das benesses oficiais, cargos, polícia, dinheiro, tráfico de influência, fraude, pressões de todo tipo, intimidações, uso da força bruta, ameaças – tudo quanto pode um regime de exceção manejar para perseguir fins políticos. De fora, vieram ‘técnicos’ em fraude eleitoral para ‘assessorar’ a corrupção*” (CAVALCANTI, 1980, p. 396).

¹³¹⁷ Em todo o país, estavam em disputa 23 vagas para o Senado Federal e 420 assentos para a Câmara dos Deputados.

¹³¹⁸ O MDB, em todo o território nacional, elegeu os seguintes senadores: Franco Montoro (SP); Tancredo Neves (MG); Pedro Simon (RS); Humberto Lucena (PB); Henrique Santillo (GO); José Richa (PR); Jailson Tupi Barreto (SC) e Nelson Carneiro (RJ).

¹³¹⁹ KINZO, op. cit. (1988), p. 201.

Abril levaram a ARENA a vencer o MDB, tanto nas eleições majoritárias quanto nas proporcionais ¹³²⁰.

[...] pelos índices de abstenção das cidades do interior de Pernambuco, índices às vezes menores de 1/3 que os do Recife, é razoável dizer que os cemitérios pernambucanos foram mobilizados em massa para votarem no candidato da máquina governamental da ARENA, Nilo Coelho, finalmente eleito, ou seja, tal como em Portugal dos tempos salazaristas, os caciques locais utilizavam o registro eleitoral dos mortos, também em Pernambuco e em muitas regiões do interior os defuntos aprovaram o regime ¹³²¹.

Ao final da disputa para o Senado Federal, após uma acirrada disputa entre ARENA-PE e MDB-PE, o resultado foi o seguinte: Jarbas Vasconcelos (MDB) obteve 654.592 votos, representando 42,86% da votação apurada, o arenista Nilo Coelho (ARENA 1) obteve 367.720 votos (24,08%) e o também candidato arenista Cid Sampaio (ARENA 2) conquistou 325.777 votos (21,33%). Houve 76.993 (5,04%) votos em branco e 191.923 (6,67%) votos nulos.

Jarbas Vasconcelos, apesar de ter vencido individualmente as eleições de 1978 por mais de trinta mil votos, não assumiu o cargo, pois quando foram somadas as sublegendas arenistas o partido governista acabou perfilando 693.497 votos (um total de 45,41% do total de votos apurados). Ou seja, a diferença entre Jarbas Vasconcelos e a soma dos votos dos dois candidatos da ARENA foi de apenas 38.905 (2,55%).

O fato é que a vitória governista somente foi possível devido ao mecanismo da sublegenda, pois em termos individuais Jarbas ganhou disparado. A vantagem de Jarbas sobre Nilo Coelho foi de 18,78% e 21,53% em cima de Cid Sampaio. Na verdade, Jarbas venceu a votação, mas perdeu no cômputo das apurações pelo artifício das sublegendas. Nilo Coelho venceu as eleições graças a esse casuístico instrumento. Cid Sampaio ocupou a suplência de senador conforme determinava o Pacote de Abril ¹³²².

Após a divulgação dos resultados, Cid Sampaio, que havia disputado o cargo pela ARENA 2, concedeu várias entrevistas à imprensa, negando que assumiria a suplência de “*quem quer seja, sobretudo de quem tem ideias e posições diferentes das minhas*” e tecendo ferrenhas críticas ao industrial Nilo Coelho, que havia sido eleito ao senado pela ARENA 1. O

¹³²⁰ Porém, é importante que se diga, a tendência do voto nas eleições diretas ainda era favorável ao partido da oposição, tanto que nas eleições para o Senado, em âmbito nacional, o MDB ganhou 52% das cadeiras e a ARENA 34%, com 14% de votos nulos ou brancos.

¹³²¹ ALVES, Márcio Moreira; BAPTISTA, Artur. As eleições de 1978 no Brasil. Revista **Crítica de Ciências Sociais**, n. 3, dez. 1979, p. 33.

¹³²² Segundo o Pacote de Abril, ocuparia a suplência o candidato da sublegenda que obtivesse a segunda votação.

posicionamento de Cid acarretou várias animosidades entre os caciques da ARENA pernambucana. Em uma das entrevistas concedidas, por exemplo, Cid Sampaio qualificou o correligionário Nilo Coelho como um “verdadeiro radical de direita”¹³²³.

A verdade é que Cid Sampaio se considerava o verdadeiro vitorioso do pleito de 1978. Ele afirmou em diversas ocasiões que essas eleições haviam sido fraudadas, acusando seriamente o candidato da ARENA 1. Em suas palavras:

Um dos homens que serviu a ele [Nilo Coelho] ficou com remorso – era aviador – e, depois das eleições, em que Nilo Coelho realmente saiu como vitorioso, resolveu me dizer: “Olha, dr. Cid, eu hoje vim falar com o senhor porque lhe admiro. O senhor não sabe o número de urnas que eu joguei na água”. As suas urnas foram jogadas na água. Esse aviador, eu até me esqueci o nome dele. Não só muitas urnas foram jogadas dentro da água, como no interior também, desviaram urnas. Foi uma eleição fraudada. Mas, pouco tempo depois, Nilo Coelho, acho que menos de um ano, morreu. Eu assumi e terminei o mandato¹³²⁴.

Apesar da derrota na majoritária, o sentimento reinante no partido oposicionista pernambucano, graças à força combativa dos emedebistas autênticos e de todo o empenho do grupo na difícil campanha de Jarbas, era de vitória, dada as circunstâncias casuísticas do período. Como contava uma anedota da época: “O governo ganha a eleição e a oposição ganha na eleição”. Em depoimento, Fernando Lyra considerou:

Nilo Coelho foi eleito e Cid foi o suplente de Nilo, mas pela primeira vez eu senti aqui uma coisa interessante. Foi a vitória, realmente, a vitória moral; uma derrota vitoriosa. Ninguém se conformou com a eleição de Nilo Coelho. Então, a partir daí, decorrente da luta contra a sublegenda da Arena, Jarbas surgiu como uma nova liderança em Pernambuco¹³²⁵.

As chances eram poucas para o MDB e o próprio Jarbas Vasconcelos reconhecia isso. Um dia antes da eleição, por exemplo, ele confidenciara ao seu amigo/assessor: “*Mago [era como ele me chamava] tá preparado para derrota?*’ Eu, com tristeza, respondi: ‘Estou’. Ao que ele argumentou: ‘Ganhei a campanha, mas vou perder amanhã. Em mais de quarenta municípios não tenho ninguém para levantar minha bandeira’¹³²⁶.

¹³²³ Cid Sampaio nega-se a ser suplente de Nilo devido às divergências de posições. **Jornal do Brasil**, p. 7, 3 dez. 1978.

¹³²⁴ SAMPAIO, Cid. In: COSTA, Célia; PANDOLFI. **Projeto Memória Viva**: 14 depoimentos sobre a política pernambucana. v. 1. Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2007, p. 213.

¹³²⁵ Depoimento de LYRA, op. cit. (2006), p. 351.

¹³²⁶ CARVALHO, op. cit. (2009), p. 78.

Diferentemente da campanha de Marcos Freire de 1974, que pôde contar com o aparato televisivo, a campanha de Jarbas Vasconcelos em 1978 foi uma verdadeira batalha para o MDB pernambucano. Nas palavras de Paulo Cavalcanti:

[...] a diferença fundamental entre a campanha de Marcos [1974] e a de Jarbas [1978]. Na primeira, o MDB lançara o seu melhor candidato contra o pior da Arena, João Cleofas. Dessa vez, a Arena colocara em cena os dois mais votáveis postulantes ao cargo de senador – duas figuras das menos comprometidas com a violência da ditadura – contra um candidato que se fez forte no curso da luta, na raça e no peito [...] ¹³²⁷.

Sem acesso à televisão e ao rádio, sem recursos financeiros, enfrentando uma pesada e fraudulenta máquina governamental, em todos os níveis, sem apoio de lideranças políticas do interior do estado (muitas destas “cooptadas” ou compradas pelas liberações de recursos e nomeações de cargos em diversos escalões no governo) ¹³²⁸, pressões de todo tipo, o MDB procurou, com apoio de estudantes, dos grupos de esquerda e de incipientes movimentos sociais, realizar comícios relâmpagos no centro do Recife e em algumas cidades do interior e conquistar votos na periferia da RMR ¹³²⁹.

[...] perto da eleição de 1978 é caracterizada por uma expansão diversificada do MDB, com novas lideranças e frações procurando o partido. Sua ascensão eleitoral é um grande chamariz, à medida que a abertura política vai trazendo mais atores para a vida partidária da oposição – os exilados e os cassados – e aponta para eleições diretas para o Executivo ¹³³⁰.

Com a alteração feita pelo Emenda Constitucional nº 8, de 1977, o número de vagas destinadas a Pernambuco para a Câmara Federal foram aumentadas para 22 ¹³³¹. A ARENA conseguiu eleger 14 deputados (49,80% da votação), obtendo 760.472 votos, e o MDB elegeu

¹³²⁷ CAVALCANTI, op. cit. (2008b), p. 496-497.

¹³²⁸ “Às escâncaras, agiram os agentes do governo, coagindo eleitores no recinto das secções eleitorais, distribuindo propaganda à boca de urna, falseando resultados de mapas de votos à vista de juizes eleitorais complacentes ou de mesas apuradoras comprometidas com os processos de embuste, iludindo a fiscalização de magistrados honrados, mas incautos; enfim, fazendo-se uma eleição à moda da casa, com provas evidentes de que, em casos semelhantes, ‘ninguém segura este país’”. CAVALCANTI, op. cit. (2008b), p. 497.

¹³²⁹ Informação nº 42/A2/II COMAR, 23 dez. 79. CISA. Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: BR_AN_BSB_VAZ_113A_0038.

¹³³⁰ MELHEM, op. cit. (1998), p. 141.

¹³³¹ Em 1974, havia 18 vagas à Câmara dos Deputados destinadas para Pernambuco. Em 1978, passaram a ser 22.

apenas 8 deputados federais ¹³³², ficando 416.810 votos (27,29% da votação). Esse pleito ainda teve 260.356 votos em branco (17,05%) e 89.366 votos nulos (5,85%) ¹³³³.

Dada as circunstâncias casuísticas da época, o MDB local sabia que teria poucas chances de fazer maioria na Câmara Federal. Como explanou Paulo Cavalcanti:

Era todo um elenco de peias e freios à liberdade de expressão, com vistas a dificultar a voz do MDB. Só não se proibia uma coisa: o uso imoderado e vergonhoso do dinheiro público no aliciamento de eleitores para o governo, e na propaganda de seus candidatos. Com isso, o Sistema visava impedir a repetição da vitória dos anos anteriores do MDB, cujo prestígio, como organização de frente ampla, democrática, vinha crescendo de eleição a eleição ¹³³⁴.



Figura 38– Propaganda popular do MDB em 1978

Fonte: **Prontuário Funcional: Partidos Políticos – MDB**. Acervo DOPS/APEJE. Fundo SSP n. 1604.

Mas isso, é importante que se diga, não impediu que o MDB pernambucano fizesse uma campanha combativa denunciando o modelo de desenvolvimento econômico da ditadura,

¹³³² Em 1970, o MDB elegeu apenas 3 deputados federais (Marcos Freire, Fernando Lyra e Thales Ramalho). Em 1974, aumentou para 5 (Jarbas Vasconcelos, Fernando Lyra, Sérgio Murilo, Thales Ramalho e Fernando Coelho). Em 1978, saltou para 8 (Fernando Lyra, Thales Ramalho, Fernando Coelho, Sérgio Murilo, Roberto Freire, Marcus Cunha, José Carlos Vasconcellos e Cristina Tavares).

¹³³³ TRE divulga relatório oficial das eleições. **Diário de Pernambuco**. Recife, p. A-A, 16 dez. 1978.

¹³³⁴ CAVALCANTI, op. cit. (2008b), p. 486.

as condições de vida e os salários dos trabalhadores, os controles e reformas eleitorais arbitrários do Pacote de Abril (vide Figura 38) ¹³³⁵. A impossibilidade de acesso dos candidatos emedebistas ao rádio e à televisão ¹³³⁶, por ocasião do Ato Complementar nº 104, forçou o partido oposicionista a uma política aliancista com as organizações de esquerda ¹³³⁷ e grupos populares que lutavam pelos direitos humanos, sindicais ¹³³⁸, políticos e de associação ¹³³⁹. Nas palavras de Benevides:

No final dos anos setenta, o MDB participa intensamente dos movimentos sociais e populares [...]. O MDB era, portanto, mais do que um partido político; era, mesmo *um movimento*, era uma bandeira de luta. De “oposição consentida” tornou-se o *partido da sociedade civil*. [...] O MDB, afinal, *éramos todos nós*. Todos — liberais mais ou menos reformistas, socialistas e comunistas, futuros petistas, pedetistas ou pefelistas — que lutávamos, de diversas maneiras, pela derrubada do regime ¹³⁴⁰.

A perseguição ao partido oposicionista credenciou-lhe aos demais setores da oposição a apoiar a campanha dos candidatos emedebistas. O MDB, como único partido de oposição, conseguiu reunir todas as forças de oposição ao seu redor. O MDB, como único meio legal e oficial de oposição à ditadura, podia contar com a mobilização dos setores ativos da sociedade civil e monopolizar a ação política com o propósito de derrotar o regime nas urnas.

Em Pernambuco, por exemplo, a campanha do MDB foi conduzida por uma rede de militantes de diferentes grupos de oposição da sociedade civil ¹³⁴¹: estudantes, organizações sindicais, ativistas da Igreja progressista e membros das organizações populares. Como era de

¹³³⁵ Um compilado de muitas denúncias feitas pelo MDB local pode ser encontrado em: FREIRE, Marcos. **Dívida social: o grande pecado do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1980.

¹³³⁶ Se ao MDB era impossibilitado o acesso de seus candidatos ao rádio e à televisão, permitindo nada além do que a simples a apresentação, no vídeo, da fotografia e do breve currículo de seus candidatos, à ARENA, por outro lado, “[...] não faltavam espaços nos meios de comunicação para as propagandas do governo exaltando suas realizações, com o claro propósito de ajudar a ARENA nas urnas”. KINZO, op. cit. (1988), p. 201-202.

¹³³⁷ O final dos anos 70 era um momento em que amplos setores da esquerda defendiam uma “[...] plataforma de luta pelas liberdades democráticas e uma política de alianças que ia na direção de setores mais moderados da oposição, tendo como objetivo ampliar o movimento da sociedade civil contra a ditadura militar”. ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). **Revolução e democracia (1964...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 323.

¹³³⁸ Ver: FERREIRA, op. cit. (2012). Em especial, o capítulo 4.

¹³³⁹ Para um melhor entendimento sobre o crescimento e articulação dos movimentos populares no final dos anos 1970 ler: GOHN, Maria da Glória Marcondes. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

¹³⁴⁰ BENEVIDES, op. cit. (1986), p. 28.

¹³⁴¹ Em resumo, durante a campanha de 1978, o MDB reuniu amplo espectro de opiniões, desde as liberais e conservadoras, mais pragmáticas e muitas vezes fisiológicas, até as mais à esquerda.

se prever, as reuniões e articulações do MDB-PE com os movimentos populares eram monitorados de perto pelos militares:

Nos nossos comícios, muitas vezes (tantas vezes no começo) iam ostensivamente figuras do SNI [Serviço Nacional de Informações], até militares. Queriam subir no palanque; subiam e ficavam tomando nota. Eu dizia: “Por que tomam nota? O comício é público, faz uma gravação e já leva de uma vez”... Mas eles ficavam ali para o pessoal saber que estavam

¹³⁴².

Havia, assim, uma “frente” contra a ditadura em Pernambuco que não era exatamente uma frente de organizações de esquerda, mas uma frente constituída por um conjunto de forças sociais, de entidades representativas de grupos e movimentos sociais; alguns mais radicais, outros de orientação mais moderada, e que orbitavam em torno do MDB ¹³⁴³. As próprias lideranças autênticas – que tiveram, entre os anos de 1973/1974, tanto radicalismo e combatividade – buscavam, em meados de 1978, uma política de aliança com outros setores de diferentes matizes ideológicas, desde que fossem contrários ao regime político vigente.

[...] os remanescentes do Grupo Autêntico, que se projetara nas duas legislaturas anteriores, no auge do autoritarismo, com uma oposição mais agressiva ao regime. Já não atendiam por esse nome. A conjuntura mudara, o regime falava em abertura, a bancada crescera, outras tendências estavam se criando. Agora a imprensa referia-se aos “progressistas” do MDB, designação que incluía todos os parlamentares inclinados à esquerda, dos comunistas do PCB e do PCdoB aos independentes ¹³⁴⁴.

Como se pôde perceber, ao longo da década de 70, a atuação da oposição à ditadura convergiu para o MDB – como no caso de alguns intelectuais do CEBRAP; de artistas locais; da esquerda clandestina, ligada ao partido sob o abrigo da institucionalidade; dos movimentos sociais, que elegeram representantes pelo MDB – ou mantiveram interlocução com o partido – como no caso das greves operárias de 1978. Para o frentismo de oposição, as eleições de 1978 constituíram-se em um marco. De acordo com Maria Kinzo, as eleições foram:

[...] os únicos eventos que reuniram todas as forças de oposição ao redor de um único objetivo [...]. Nestas ocasiões, o MDB, como único partido de oposição, podia contar com a mobilização dos setores ativos da sociedade civil e monopolizar a ação política com o propósito de derrotar o regime nas urnas ¹³⁴⁵.

¹³⁴² Citado por MELHEM, op. cit. (1998), p. 71-72.

¹³⁴³ ARAÚJO, op. cit. (2007), p. 334.

¹³⁴⁴ CRUVINEL, op. cit. (2016), p. 32.

¹³⁴⁵ KINZO, op. cit. (1988), p. 203-204.

Para Bolívar Lamounier, em 1978, as eleições assumiram um “caráter plebiscitário”. Naquela conjuntura política, as pessoas só tinham duas opções: votar no governo ou na oposição. Obviamente que esse dado concreto dual já existia nas eleições de 1966, 1970 e 1974, mas, segundo o autor, tais pleitos não tinham a característica de serem plebiscitários. O autor defende assim que não foi apenas a existência de um bipartidarismo que tornou a disputa eleitoral no Brasil “plebiscitária”, mas sim a aprendizagem e a percepção em grande parcela da sociedade que votar na ARENA correspondia, na verdade, ao fortalecimento dos militares e, em posição contrária, votar no MDB manifestava um voto de protesto. Nas palavras de Lamounier:

É, pois, evidente que essa mudança de função do processo eleitoral – sua transformação em plebiscito – ocorreu de maneira gradual. Somente depois de algum tempo é que o eleitorado, em sua maioria, se deu conta de que não mais votava para presidente, governador e prefeito nas capitais – justamente as eleições que julgava mais importantes. Cabe, portanto, a sugestão de que houve um período de “aprendizagem” antes que se configurasse o uso plebiscitário do voto¹³⁴⁶.

Nas eleições de 1978, mesmo com maioria nas duas casas legislativas, a ditadura não conseguiu alterar a tendência geral de enfraquecimento da ARENA em âmbito nacional – à medida que, do ponto de vista eleitoral, o MDB recebeu, no geral, 4,4 milhões a mais do que o partido governista e obteve maioria dos votos nas regiões mais populosas e urbanizadas do País. Em Pernambuco, por exemplo, o MDB cresceu eleitoralmente, tanto no pleito majoritário quanto nas eleições proporcionais, e aumentou suas bancadas aos níveis federais e estaduais. “*Em Pernambuco, a proporção de autênticos em relação aos moderados passou de 3 a 3 para 6 a 2, apesar da derrota de Jarbas Vasconcelos para o Senado*”¹³⁴⁷. O MDB-PE conseguiu reeleger com votações bastante expressivas os seus líderes mais combativos e autênticos¹³⁴⁸, a exemplo dos deputados Fernando Lyra, Marcus Cunha, Roberto Freire, Fernando Coelho¹³⁴⁹ e a jornalista Cristina Tavares¹³⁵⁰, que, sem nenhuma experiência

¹³⁴⁶ LAMOUNIER, op. cit. (1986), p. 306.

¹³⁴⁷ ALVES; BAPTISTA, op. cit. (1979), p. 40.

¹³⁴⁸ Segundo Alessandra Carvalho, o MDB, em 1978, apresentava quase metade de sua bancada com experiência iniciada já sob o bipartidarismo. Isso se deveu às derrotas eleitorais e às cassações de mandatos de deputados federais que, principalmente após o AI-5, atingiram o partido da oposição e abriram espaço para novas carreiras. E, em sentido contrário, possibilitou a continuidade das carreiras dos membros da ARENA. CARVALHO, op. cit. (2015), p. 334.

¹³⁴⁹ Ao final das eleições de 1978, um documento foi elaborado pela Agência Central do SNI sobre o deputado Fernando Coelho. Chamado de “Juízo Sintético” o documento avaliava o parlamentar da seguinte forma: “a)

parlamentar, recebeu no ano de 1978 o convite da cúpula do MDB para concorrer a uma vaga à Câmara dos Deputados (vide Tabela XXI). A este respeito Fernando Lyra comentou:

Dei-lhe corda para que saísse candidata, embora ela não tivesse dinheiro nem votos. Daríamos um jeito, prometi. Ela saiu do encontro decidida. Prometia ser uma deputada excepcional, tinha tudo para ser uma grande companheira da resistência democrática. Não me enganei ¹³⁵¹.

Tabela XXI – Deputados federais eleitos por Pernambuco (1978)	
ARENA	
Deputados	Votos
Osvaldo Coelho	46.544
Inocêncio Oliveira	46.515
Alfredo Gibson Duarte	43.123
Pedro Correa de Oliveira Andrade	40.598
Airon Rios	39.548
Joaquim Pessoa Guerra	39.405
Ricardo Fiúza	37.255

posição ideológica: esquerdista; b) ligações políticas: integra o esquema político formado por MARCOS FREIRE, JARBAS VASCONCELOS, SÉRGIO LOGMAN (Dep. Est/PE) e GERMANO COELHO (Prefeito de Olinda/PE); c) atitudes em face da Revolução de 31 de Março de 1964: contestatória; d) atividades subversivas: não há registros; e) proibidade administrativa: é considerado probo e honesto. Nada consta que desabone sua conduta administrativa; f) proficiência profissional ou funcional: é considerado culto, capaz e atuante; g) conduta civil: excelente". Juízo Sintético nº 034/15/AC/79, 29 jul. 79. SNI. Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo "Divisão de Segurança e Informações". Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: ARE_ ACE_1814_79.

¹³⁵⁰ **Cristina Tavares** nasceu em Garanhuns, no agreste pernambucano, no dia 10 de junho de 1936. Entre as décadas de 1960 e 1970, trabalhou em vários órgãos de imprensa pelo país, tornando-se setorista do MDB para o *Jornal de Brasília*. Suas matérias como repórter do Congresso até hoje são documentos sobre a resistência parlamentar à ditadura. Em 1978, iniciou sua carreira política, quando se candidatou a uma vaga à Câmara dos Deputados. Eleita deputada federal no pleito de novembro de 1978, integrou o grupo combativo do MDB, destacando-se no combate à ditadura militar e na defesa dos direitos da mulher. Após a extinção do bipartidarismo em novembro de 1979, tornou-se vice-líder do PMDB. Reelegeu-se deputada federal nas eleições de novembro de 1982, pelo PMDB. Em 1983, fundou o Centro de Estudos Políticos e Sociais Teotônio Vilela. Nas eleições de novembro de 1986, Cristina elegeu-se deputada federal constituinte, pelo PMDB. Participou do Congresso Constituinte, aprovando 95 emendas das 227 que apresentou. Sua atuação foi marcadamente nacionalista e suas proposições trataram, principalmente, da democratização dos meios comunicações, dos direitos das empregadas domésticas e das trabalhadoras rurais, do acesso à terra, dos direitos humanos e da igualdade entre homens e mulheres. Deixou o PMDB em junho de 1988, para ser uma das fundadoras do PSDB, constituído naquele mês. Posteriormente, rompeu com o PSDB, quando o partido escolheu o ex-governador de Pernambuco, Roberto Magalhães (egresso do PFL, agremiação de corte nitidamente conservador) para compor a chapa encabeçada por Mário Covas, na eleição presidencial de novembro de 1989. Filiou-se ao PDT e candidatou-se à reeleição no pleito de outubro de 1990, por essa legenda, mas não teve êxito. Faleceu em fevereiro de 1992, em Houston (EUA), vítima de câncer. CRUVINEL, Tereza. **Cristina Tavares**. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016. Juízo Sintético nº 019/15/ARE/83, fev. 83. Documento Confidencial. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo "Divisão de Segurança e Informações". Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Código de Referência: ARE_ ACE_4192_83. **Prontuário Funcional n. 20263**. Acervo DOPS/APEJE. Fundo SSP n. 26208. Adaptado de: ABREU, op. cit. (2001), p. 5656-5657.

¹³⁵¹ Citado por CRUVINEL, op. cit. (2016), p. 30.

Carlos Wilson	37.163
Josias Ferreira Leite	34.540
Geraldo Guedes	33.835
Luiz Gonzaga Andrade Vasconcelos	33.764
Joaquim Coutinho	32.650
João Petribu	31.423
Augusto Lucena	31.182
MDB	
Deputados	Votos
Fernando Lyra	64.368
Thales Ramalho	53.314
Fernando Coelho	52.054
Sérgio Murilo	51.925
Roberto Freire	47.024
Marcus Cunha	33.099
José Carlos Vasconcellos	23.752
Cristina Tavares	22.519

Fonte: Tabela elaborada pelo autor. Adaptado de: TRE divulga relatório oficial das eleições. **Diário de Pernambuco**. Recife, p. A-A, 16 dez. 1978.

Embora o MDB não tenha conquistado as vagas senatoriais devido ao artifício das sublegendas o fato é que os candidatos emedebistas para o Senado obtiveram votação superior à da ARENA em todas as capitais de Estado, com exceção de apenas três (vide Figuras 39 e 40). Isto significava que mesmo nas áreas urbanizadas dos Estados menos desenvolvidos do Norte-Nordeste, o MDB havia conquistado expressivo apoio político-eleitoral, assim como significava também que o reduto eleitoral da ARENA havia sido reduzido às áreas de base rural, onde o clientelismo e todas as outras formas de controle do voto continuavam a exercer papel decisivo na definição das eleições.

Em Pernambuco, por exemplo, a ARENA – com todo o seu controle sobre a máquina pública e o seu enraizamento político pelo interior do estado – venceu, de fato, o pleito de 78, mas diferente das eleições anteriores a legenda viu o seu número de votos diminuído ¹³⁵². Em 1978, a diferença em favor do partido governista foi de apenas 22,51%, ou seja, 343.617 votos. Em 1974, por exemplo, a diferença havia sido de 30,23%. De 1966 a 1978, a ARENA foi baixando o seu percentual de aceitação eleitoral, de 68,14 até 49,80, com uma perda real

¹³⁵² A perda de votos e força do partido governista foi percebida por muitos arenistas, tanto da cúpula nacional quanto da diretoria estadual. Embora “vitoriosos”, entre os de 1978 e 1979, muitos arenistas já pediam uma reforma político-eleitoral profunda no país, que pusesse fim ao bipartidarismo. Para muitas lideranças arenistas pernambucanas, era necessária não apenas a reabilitação da classe política, mas fundamental também para o partido modificar as suas relações de subordinação em relação ao governo. Ou seja, muitos já propunham um distanciamento da ARENA em relação aos militares. Fim de Arena e MDB mobiliza lideranças políticas do Interior. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. B-5, 23 de novembro de 1979.

de 18,34% no período, ao mesmo que o MDB pernambucano, apesar de todas as perseguições sofridas, aumentou de 18,13% em 1966, para 27,29% em 1978, com crescimento real de 9,16% (vide Tabela XXII).



Figuras 39 e 40 – Propaganda dos candidatos do MDB para o pleito de 1978
 Fonte: **Prontuário Funcional: Partidos Políticos – MDB**. Acervo DOPS/APEJE. Fundo SSP n. 1604.

Tabela XXII – Vagas conquistadas pela ARENA e MDB em Pernambuco, eleições de 1966-1978						
Eleição	Senado Federal		Câmara dos Deputados		Assembleia Legislativa	
	ARENA	MDB	ARENA	MDB	ARENA	MDB
1966	1	–	19	5	51	14
1970	2	–	12	3	30	9
1974	–	1	13	5	29	13
1978	2	–	14	8	30	16

Fonte: Tabela elaborada pelo autor.

A composição numérica da ALEPE também foi modificada. As 42 vagas em 1974 passaram a ser 46 em 1978, conforme previsto pela EC-8/77. A ARENA conquistou 30 assentos e o MDB ficou com 16 vagas. A ARENA obteve 796.106 votos (52,50%) e o MDB 439.505 votos (28,81%). Os votos em branco foram da ordem de 211.612 (13,87%) e os nulos somaram 77.809 votos (5,10%).

No pleito de 1978, a ARENA encolheu sua representação de 69% para 65%, enquanto o MDB ampliou o seu grupo de 31% para 35% do total de deputados estaduais ¹³⁵³. Ao longo dos pleitos, a ARENA foi perdendo número de votos, passando de 2/3 dos votantes em 1966 (70,21%) para um pouco mais da metade em 1978 (52,20%). Já o MDB aproveitou o mesmo período para crescer, passando de 22% em 1966 para 35%, em termos de distribuição percentual das cadeiras no Palácio Joaquim Nabuco (vide Tabela XXIII).

Tabela XXIII – Deputados estaduais eleitos por Pernambuco (1978)	
ARENA	
Nomes	Votos
Felipe Coelho	31.684
José Tinoco Machado de Albuquerque	26.586
Luiz Heráclio do Rego	25.002
Oswaldo Rabelo	23.950
Airton Benjamim	23.352
Argemiro Pereira de Menezes	22.840
Abelardo Ribeiro de Godoy	21.874
Maviael de Moraes Cavalcanti	21.871
Adalberto Farias Cabral	21.822
Francisco Cintra Galvão	21.502
Muniz Ramos	21.232
Honório de Queiroz Rocha	20.535
Antonio Correa de Oliveira	17.262
José Antonio Liberato	16.921
Barreto Guimarães	16.687
Paulo Lucena de Mendonça	16.584
Geraldo Barbosa	14.991
Severino de Almeida Filho	14.796
Carlos Elísio Caribé	14.411
Vital Cavalcanti Novais	14.234
Edgar Lins Cavalcanti	13.774
Severino Cavalcanti	13.366
Severino Monteiro	13.340
Roselvet Gonçalves de Lima	13.255
Nivaldo Machado	13.106
José Aglailson	12.994
Manuel Marcos Chagas	12.223
Carlos Vêras	11.918
Henrique José de Queiroz	11.835
Carlos Porto de Barros	11.812

¹³⁵³ Vale lembrar que, em 1970, o MDB pernambucano elegeu 9 deputados estaduais; já em 1974, aumentou sua bancada para 13 representantes; em 1978 saltou para 16 parlamentares.

MDB	
Nomes	Votos
Gilvan de Sá Barreto	18.897
Newton Carneiro	17.930
João Ferreira Lima Filho	17.736
Sérgio Longman	16.206
Mário Monteiro de Melo	15.839
Harlan Gadelha Filho	15.266
Paulo Roberto de Andrade Lima	15.180
José Queiroz	13.677
Alcir Teixeira	12.625
André Gomes	10.608
Hugo Martins	10.491
José Augusto Ferrer de Moraes	10.259
José de Assis Pedrosa	10.155
José Emídio Fernandes	9.748
Eduardo Pandolfi	9.731
Monsueto de Lavor	9.582

Fonte: Tabela elaborada pelo autor. Adaptado de: TRE divulga relatório oficial das eleições. **Diário de Pernambuco**. Recife, p. A-A, 16 dez. 1978.

Com o nítido enfraquecimento da ARENA nas eleições de 1978, a ditadura militar encorajou o debate sobre a criação de novos partidos visando atingir a unidade do MDB. Em 20 de dezembro de 1979, o governo promulgou a Lei da Reforma Partidária (Lei nº 6.767)¹³⁵⁴, extinguindo compulsoriamente o bipartidarismo (ARENA x MDB), que ela mesma havia imposto em 1965. A Lei estipulava um prazo de 180 dias para a organização de novos partidos políticos no país. E, para frustrar qualquer possibilidade de continuação do partido da oposição, determinava a obrigatoriedade de se fazer constar da denominação de todos os partidos a palavra “PARTIDO”.

A criação dessa reforma partidária tinha, nesse contexto, dois principais objetivos: primeiro, o *alívio da pressão social*¹³⁵⁵, uma vez que se acabava com o bipartidarismo no país; e segundo, a *fragmentação da oposição*, ou seja, um esquema governamental para dividir a oposição, com a sua pulverização em diversos partidos¹³⁵⁶. A ditadura esperava,

¹³⁵⁴ BRASIL. Lei nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 20 dez. 1979, Seção 1, p. 19463.

¹³⁵⁵ Em fins dos anos 1970, o MDB, partido oficial de oposição à ditadura, mobilizava diferentes setores da sociedade civil contra os militares e acenava para a possibilidade de cada vez mais derrotar o regime nas urnas. Este papel fundamental do MDB, de capitalizar o apoio eleitoral das massas, tornava imperativa para a ditadura a extinção do bipartidarismo no país.

¹³⁵⁶ Esperava-se que a esquerda se dividisse em partidos diferentes, que seriam todos seguramente menores que qualquer partido ligado ao governo. Nas palavras do ex-prócer da ditadura, Jarbas Passarinho, “A inteligência estava em se saber claramente que era muito pouco provável que Prestes e Brizola se unissem. A partir do

portanto, que os membros da ARENA – diferentemente da oposição aglomerada no MDB – manter-se-iam unidos para formar um novo partido, e que o mesmo – afastando-se da já gasta nomenclatura ARENA – desfrutaria de um bom resultado às eleições de 1982 com a mudança do nome.

momento que os rios fossem independentes, o nosso continuaria maior. A Arena continuaria preponderante, comparada com as facções”. PASSARINHO, Jarbas. A tradição do autoritarismo. **Folha de S. Paulo**, 25 ago. 1996.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta Tese de Doutorado, procuramos analisar a atuação do partido oficial de oposição à ditadura militar, em Pernambuco, o MDB, durante o sistema bipartidário que funcionou no Brasil entre 1965 e 1979. Ao longo desta reconstituição histórica, investigamos as características mais marcantes do processo de transformação pelo qual passou o MDB durante os seus 14 anos de atuação (1965-1979). Trajetória esta marcada por continuidades e descontinuidades que conviveram mutuamente na constituição daquilo que foi, durante o regime militar, o único canal institucional de oposição no país.

Como pôde ser visto no curso deste trabalho, o MDB pernambucano foi uma organização partidária repleta de contradições e em constante mudança, que foi se transformando, se tornando mais aguerrida e combativa na luta contra a ditadura, com o passar do tempo e não de maneira abrupta com a sua criação.

Em 1965, a ditadura militar decidiu abolir os partidos políticos do antigo regime, vistos como organismos corruptos e causadores de instabilidade no país. Entre as muitas propostas postas à mesa, a cúpula governista decidiu estruturar uma nova ordem política instituindo um sistema bipartidário no país. Neste sistema estava a ARENA, situacionista, de um lado, e o MDB, na oposição, de outro.

A ideia inicial dos militares era simples: afastar as lideranças políticas incômodas, através das cassações de mandatos e regras casuísticas; turbinar o partido governista, dando-lhe toda sorte de benesses; e minguar a agremiação oposicionista, controlando-a e reprimindo-a, sempre que julgasse conveniente. Com esta estratégia, os militares buscavam assegurar seguidas vitórias eleitorais e, principalmente, como pontuara Antônio Gramsci acerca dos regimes autoritários, alcançar algum grau de “consenso” junto à sociedade civil, pelo qual se tentava construir a imagem de um “regime democrático e legal” que respeitava os resultados eleitorais e as normas institucionais do país.

A forma autoritária, abrupta e artificial como foi formado o MDB em Pernambuco levou o partido a ser constituído basicamente por políticos moderados do antigo regime que procuraram conduzir a agremiação dentro da pequena área de atuação inicialmente delimitada para a oposição. O MDB pernambucano, portanto, acabou optando, em seus anos iniciais, por uma estratégia de sobrevivência política, perfazendo uma oposição mais tímida à ditadura militar. Os casos, durante esse período, de ataques de políticos emedebistas à ditadura foram duramente reprimidos pelos militares, com punições que foram das prisões ilegais e torturas a

suspensões dos direitos políticos e cassações dos mandatos eletivos – que procuramos retratar com a maior riqueza de detalhes possíveis no Capítulo 3.

Já no início da década de 1970, o MDB, como único partido de oposição, se tornou o depositário das esperanças de diferentes grupos de oposição na luta pela redemocratização política do Brasil – estudantes, organizações sindicais, ativistas da Igreja progressista e membros das organizações populares –, que, ou entraram na legenda, ou apoiaram como puderam a agremiação partidária.

Nesse processo, à medida que o MDB ia se tornando, ao longo dos anos, mais combativo, ele atraía a inserção de novos quadros. Esta inserção, o tornava ainda mais combativo, levando, por sua vez, a inserção de mais quadros a seu interior. Em outras palavras, à medida que o MDB abastecia a luta pela redemocratização política do país, ele era abastecido por essa mesma luta. Isto é, ao passo que o MDB provocava fissuras e abria espaços no regime (ganhando eleições, partindo para uma crítica mais contundente ao regime, apoiando diversos movimentos sociais etc.), o partido se utilizava dessas fissuras e dos espaços abertos (por ele próprio, pelo Estado e pelos movimentos sociais) para fazer sua campanha política e promover seu crescimento.

Como se vê, o MDB pernambucano foi uma organização política de característica dupla. Apresentou, numa primeira fase, entre os anos de 1965 a 1970, uma linha de atuação bastante moderada, mas acabou por adotar, num segundo momento, entre os anos de 1971 a 1979, uma postura mais incisiva na luta contra a ditadura, na contestação da ordem vigente e na defesa do retorno à democracia.

Essas marcas singulares à organização oposicionista fizeram dessa legenda uma instituição dinâmica e, muitas vezes, contraditória. A trajetória do MDB em Pernambuco foi a trajetória de um paradoxo; uma história da convivência entre continuidade e ruptura; uma história de relações ambíguas, de processos renovadores e, ao mesmo tempo, conservadores, de combatividade, mas também de moderação. O MDB pernambucano, portanto, foi uma organização multifacetada, um partido em dois tempos.

A força histórica do valoroso MDB é tamanha, por exemplo, que, no dia 19 de dezembro de 2017, em sua Convenção Nacional, a direção do PMDB aprovou a mudança de seu nome e decidiu voltar às origens, adotando a sua antiga nomenclatura: Movimento Democrático Brasileiro (MDB), sigla que vigorou, no país de 1966 a 1979, durante a ditadura militar e que carrega um enorme simbolismo na história recente da política brasileira: o de ter sido a oposição oficial ao regime militar e de ter aglutinado, naquele período sombrio, os

interesses dos movimentos sociais que faziam resistência aos militares. Mas o que essa mudança de nome revela?

Oficialmente, a cúpula peemedebista informou à imprensa que a mudança era uma estratégia de modernização da legenda e, especialmente, para retirar o último resquício da ditadura dentro do PMDB: a existência do “P” na sigla foi, em 1980, uma imposição do regime.

No entanto, diferentemente do que propagaram os dirigentes do partido, a alteração da sigla fez parte de duas estratégias políticas que visavam atenuar a crescente impopularidade do partido no país. A primeira estratégia foi a de inserção do partido – diante de uma conjuntura de grande rejeição da sociedade brasileira aos políticos e às agremiações partidárias e de negação da política – na agenda da “nova política”¹³⁵⁷, que tenta pregar o fim do fisiologismo, do patrimonialismo e da política de alianças, mas que, no fundo, atua com as velhas práticas para alcançar o poder.

A segunda, e mais importante, é a tentativa da cúpula peemedebista de recorrer à força histórica de sua antiga nomenclatura MDB como uma estratégia para “esconder” a desgastada sigla “PMDB”, que, especialmente a partir de maio de 2016, quando Michel Temer assumiu a Presidência da República, passou a ficar em evidência e também sob pressão devido às várias denúncias de corrupção, o fisiologismo escancarado e a adoção de medidas impopulares por parte do governo federal.

Na verdade, o PMDB decidiu fazer o que os marqueteiros chamam de *rebranding* – uma estratégia de marketing, no qual uma organização decide alterar a sua denominação, ou logotipo, ou design, para tentar assumir, aos olhos do público, uma nova identidade: no caso, uma tentativa de fazer convencer o eleitorado de que a agremiação continua sendo a continuidade do velho e combativo MDB.

É importante que se diga que a alteração de nome não muda em nada a essência, segundo o cientista político Marcos Nobre, do partido mais clientelista e fisiológico¹³⁵⁸ e, ao

¹³⁵⁷ Durante os últimos anos, vários partidos mudaram de nome deixando o “P” de fora. O PFL virou Democratas (DEM), que atualmente estuda a possibilidade de a sigla mudar para MUDE. O PTN (Partido Trabalhista Nacional) virou PODEMOS. O PTdoB (Partido Trabalhista do Brasil) para AVANTE. Atualmente encontra-se com solicitação em análise na Justiça: PSDC (Partido Social Democrata Cristão) para DEMOCRACIA CRISTÃ, PEN (Partido Ecológico Nacional) para PATRIOTA, Partido Progressista (PP) para PROGRESSISTAS. Criados já sem o “P”: SOLIDARIEDADE, REDE SUSTENTABILIDADE e NOVO.

¹³⁵⁸ Para Marcos Nobre, a base clientelista e fisiológica do PMDB é fincada em cinco características fundamentais: a) governismo, isto é, independentemente de qual orientação ideológica do governo, é preciso permanecer sempre no poder; b) produção de supermaiorias legislativas; c) funcionar como um sistema de vetos; d) impedir a entrada de novos membros no poder; e) evitar o conflito aberto, solucionando os problemas nos bastidores da política. NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento**: da abertura democrática ao governo Dilma. São Paulo, Companhia das Letras, 2013.

mesmo tempo, o maior partido do Brasil ¹³⁵⁹, pois, como se pode perceber, a mudança de sigla representa apenas um “truque eleitoral”, uma “mudança de fachada”, ou seja, uma medida cosmética, destinada a promover uma repaginada na imagem deteriorada pelo tempo e maculada pelos recentes escândalos de corrupção que envolveram as principais lideranças do PMDB.

¹³⁵⁹ Desde o governo Collor (1990/1992), o PMDB tem formado a maior bancada no Congresso Nacional. Atualmente são 7935 vereadores, 963 prefeitos, 145 deputados estaduais, 62 deputados federais, 22 senadores, 7 governadores e o presidente da República. A maior agremiação partidária do Brasil.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson; SOARES, Gláucio Ary Dillon. As funções do legislativo. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 73-98, jan./mar. 1973.
- ABREU E LIMA, Maria do Socorro. Das passeatas estudantis às lutas dos trabalhadores rurais, 1968 em Pernambuco. **CLIO – Série Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, n. 26, v. 1, p. 171-190, 2008.
- ABREU, Alzira Alves de et al. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós 1930**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.
- ABREU, Hugo. **O Outro lado do poder**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- ALCÂNTARA, Christianne. **Paulo Guerra: frases e fases de uma trajetória política**. Recife: ALEPE, 2001
- ALDRICH, John. **Why Parties?: The Origin and Transformation of Political Parties in America**. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.
- ALENCAR, Furtado. **Órfãos do talvez**. Curitiba: Editora Beija Flor, 1979.
- _____. **Salgando a Terra**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- ALMEIDA, Alberto Carlos. **A cabeça do eleitor: estratégia de campanha, pesquisa e vitória eleitoral**. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Maria D’Alva Kinzo (1951-2008). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 67, 2008.
- ALVES, Márcio Moreira. **Torturas e torturados**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1966.
- _____; BAPTISTA, Artur. As eleições de 1978 no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 3, dez. 1979.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil: 1964-1984**. São Paulo: Edusc, 2005
- AMMANN, Safira Bezerra. **Movimento popular de bairro: de frente para o Estado, em busca do parlamento**. São Paulo: Cortez, 1991.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. **A rosa do povo**. 21 ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- ANTUNES, Ricardo; RIDENTI, Marcelo. Operários e estudantes contra a Ditadura: 1968 no Brasil. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 12, n. 2, p. 78-89, Jul/Dez. 2007.

AQUINO, Maria Aparecida de. A especificidade do regime militar brasileiro: abordagem teórica e exercício empírico. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). **Intelectuais, história e política: séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, imprensa e estado autoritário (1968-1978)**. Bauru: EDUSC, 1999.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). **Revolução e democracia (1964...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de; Túlio Velho Barreto (Orgs.). **1964: o Golpe passado a limpo**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2007. FILHO, Armando Monteiro. **Foi assim: memórias, histórias, depoimentos e confissões**. Recife: Bagaço, 2010.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo: Anti-semitismo, Imperialismo e Totalitarismo**. 8. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

ARGOLO, José Amaral; FORTUNATO, Luiz Alberto. **Dos quartéis à espionagem: caminhos e desvios do poder militar**, Rio de Janeiro, Mauad, 2004.

ARON, Raymond. **Estudos políticos**. 2. ed. Brasília: UnB, 1985.

ARRAES, Miguel. Acusação contra o governo brasileiro. In: TOSI, Giuseppe; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra (Orgs.). **Brasil, violação dos direitos humanos - Tribunal Russell II**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

AZEVEDO, Débora Bithiah de. Democracia e exclusão: o comunismo como símbolo da desordem no governo Dutra (1946-1950). **Textos de História**. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UnB, v. 2, n. 4, 1994.

AZEVEDO, Gilberto. **Gilberto Azevedo: depoimento** [jun. 1986]. Entrevista concedida ao **Projeto História Oral do Movimento Político Militar de 1964 no Nordeste**. Entrevistador: Eliane Moury Fernandes. Recife: Centro de Documentação e de Estudos da História Brasileira (CEHIBRA), [da] Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), 1986.

_____; RABAT, Márcio Nuno. **Parlamento mutilado: deputados federais cassados pela ditadura de 1964**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2012.

BAER, Werner. **A economia brasileira**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1996.

BARBOSA, Leonardo Augusto de Andrade. **História constitucional brasileira: mudança constitucional, autoritarismo e democracia no Brasil pós-1964**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

BARROS, Robert. **Constitutionalism and dictatorship: Pinochet, the Junta and the 1980 Constitution**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. Em especial, o Capítulo 1 – Dictatorship, Legality, and Institutional Constraints.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **Ai que saudade do MDB! Lua Nova**, São Paulo, v. 3, n. 1, jun. 1986.

BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo**. Petrópolis: Vozes, 1994.

BIANCHI, Álvaro. **O Laboratório de Gramsci: Filosofia, História e Política**. São Paulo: Alameda, 2008.

BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades do campo In: _____. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. **O poder simbólico**. Lisboa, Difel, 1989.

BOWLER, Shaum; FARRELL, David; KATZ, Richard S.. Party cohesion, party discipline and parliaments. _____. In: **Party Discipline and Parliamentary Government**. Ohio State University Press; 1999.

BRAGA, Diego Garcia. A ditadura civil-militar em Alegrete: partidos e sublegendas durante a eleição municipal de 1976. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2015, Florianópolis. **Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História – Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios**. Florianópolis: ANPUH, 2015.

BRANCO, Carlos Castello. **Os Militares no poder**. 1. Castelo Branco. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

BRANDÃO, Anna Lúcia. **A resistência parlamentar após 1964**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1984.

BRUNEAU, Thomas C. **The church in Brazil. The politics of religion**. Austin: University of Texas Press, 1982.

CAMPOS, Roberto de Oliveira. A opção política brasileira. _____.; SIMONSEN, Mario Henrique. **A nova economia brasileira**. Rio de Janeiro: Olympio, 1974.

CAPELATO, Maria Helena Rolim; PRADO, Maria Lígia. **O Bravo matutino: imprensa e ideologia (o Jornal O Estado de S. Paulo)**. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. História e Análise de textos. In: _____.; _____ (Orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARVALHO, Alessandra. “Democracia e desenvolvimento” versus “Segurança e desenvolvimento” as eleições de 1974 e a construção de uma ação oposicionista pelo MDB na década de 1970. **VARIA HISTORIA**, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, p. 555-572, jul/dez 2012.

_____. Arena e MDB: gerações políticas e trajetórias partidárias na ditadura civil-militar. In: ZACHARIADES, Grimaldo Carneiro (Org.). **1964: 50 anos depois a ditadura em debate**. Aracaju: EDISE, 2015.

_____. **Elites políticas durante o regime militar**: um estudo sobre os parlamentares da Arena e MDB. 239 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

_____. Partidos e abertura nos anos 1970: o MDB nas eleições de 1974 e 1978. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2013, Natal. **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História**: Conhecimento histórico e diálogo social. Natal: ANPUH, 2013.

CARVALHO, Aloísio Henrique Castelo de. **O governo Médici e o projeto de distensão política (1969-1973)**. 126 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 1989.

CARVALHO, Gabriel Alves de Miranda. Notas sobre a composição do crescimento econômico brasileiro e a distribuição de renda no período 1964-1985. In: MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de; AMARAL, Vera Lúcia (Orgs.). **História econômica**: reflexões e construções do conhecimento. São Paulo: Alameda, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. **Teatro das sombras**: a política imperial. São Paulo: Vértice, 1988.

_____. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CARVALHO, Ricardo. **É tudo verdade**: memórias de um repórter. Recife: Leonardo Dantas Silva Editor, 2009.

CASTRO, Celso. **Os militares e a república**: um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina (Orgs.). **Dossiê Geisel**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

CAVALCANTI, Arthur de Lima. **Arthur de Lima Cavalcanti**: depoimento [jul. 1982]. Entrevista concedida ao **Projeto História Oral do Movimento Político Militar de 1964 no Nordeste**. Entrevistador: Cristina Inojosa e Eliane Moury Fernandes. Recife: Centro de Documentação e de Estudos da História Brasileira (CEHIBRA), [da] Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), 1982.

CAVALCANTI, Paulo. **O caso eu conto como o caso foi**: a luta clandestina – memórias políticas. v. 4. 2. ed. Recife: CEPE, 2008d, p. 132.

_____. **O caso eu conto como o caso foi**: da coluna Prestes à queda de Arraes: memórias políticas. v. 1. 4. ed. Recife: CEPE, 2008a.

_____. **O caso eu conto como o caso foi**: fatos do meu tempo – memórias políticas. v. 2. 2. ed. Recife: CEPE, 2008b.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 2002.

CHAVES, Eduardo dos Santos. A Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e a construção social da ditadura civil-militar no Rio Grande do Sul. **Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG**, Belo Horizonte, v. 5, n. 3, set./dez. 2013.

COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade**: o exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Record, 2000.

COELHO, Fernando. **A OAB e o regime militar (1964-1986)**. Recife: Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Pernambuco, 1996.

_____. **Fernando Coelho**: depoimento [nov. 1983]. Entrevistador: Eliane Moury Fernandes. Entrevista concedida ao **Projeto História Oral do Movimento Político Militar de 1964 no Nordeste**. Recife: Centro de Documentação e de Estudos da História Brasileira (CEHIBRA), [da] Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), 1983.

_____. **1964**: golpe de estado, ditadura e guerra fria. Recife: Bagaço, 2010.

COMBLIN, Joseph. **A ideologia da Segurança Nacional**: o poder militar na América Latina. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COMISSÃO ESTADUAL DA MEMÓRIA E VERDADE. **IBAD**: interferência do capital estrangeiro nas eleições do Brasil. v. 5. Recife: Secretaria da Casa Civil do Governo do Estado de Pernambuco, 2016.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. v. 1. Brasília: CNV, 2014.

CORDEIRO, Janaina Martins. **Lembrar o passado, festejar o presente**: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972). 333 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

COSTA, Célia; GAGLIARDI, Juliana. Lysâneas, um autêntico do MDB. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 37, 2006.

COSTA, Evaldo. **Andrade Lima Filho**: crônica de uma viagem entre os extremos. Recife: ALEPE, 2001.

CROTTY, William. A Perspective for the Comparative Analysis of Political Parties. **Comparative Political Studies**, Washington D.C., v. 3, n. 3, 1970.

CRUVINEL, Tereza. **Cristina Tavares**. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016.

CRUZ, Sebastião Velasco; MARTINS, Carlos Estevam. De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da abertura. In: SORJ, Bernardo; ALMEIDA, Maria Hermínia

Tavares de (Orgs.). **Sociedade e política no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

D'ARAUJO, Maria Celina. "Raízes do golpe: ascensão e queda do PTB". In: SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAUJO, Maria Celina; PINTO, Almir Pazzianoto (Orgs.). **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1994.

_____. **Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

_____; CASTRO, Celso. **Ernesto Geisel**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

_____; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Visões do golpe: 12 depoimentos de oficiais que articularam o golpe militar de 1964**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

_____; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

DANTAS, Rodrigo César de Araújo. **Formação e dissolução da Frente Popular em Pernambuco: ação e protagonismo do Partido Comunista Brasileiro (1955-1962)**. 2015. 264 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Frente Parlamentar Nacionalista: utopia e cidadania. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, 1994.

_____. **PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)**. 2. ed. São Paulo: LTr, 2011.

_____. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____; PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil republicano**. 2. ed. vol. 4. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DELGADO, Tarcísio. **A história de um rebelde: 40 anos, 1966-2006**. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2006.

DELLA CAVA, Ralph A. A Igreja e a abertura (1974-1985). In: STEPAN, Alfred. (Org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

DINIZ, Eli. **Voto e máquina Política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

DOCKHORN, Gilvan Veiga. **Quando a ordem é segurança e o progresso é desenvolvimento (1964-1974)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

DÓRIA, Seixas. **Eu, réu sem crime**. Rio de Janeiro: Codecri, 1980.

DOWNS, Anthony. **An economic theory of democracy**. Boston: Addison Wesley Longman, 1957.

DREYFUS, Dominique. **Vida do viajante: a saga de Luiz Gonzaga**. São Paulo: Editora 34, 1996.

DUARTE, Celina Rabello. Imprensa e redemocratização no Brasil. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, 1983.

DULCI, Otávio Soares. **A UDN e o anti-populismo no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 1986.

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

FALCÃO, Armando. **Tudo a declarar**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14. ed. São Paulo: EDUSP, 2012.

FAUSTO, Boris. **O pensamento nacionalista autoritário: (1920-1940)**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2001.

FERNANDES, Florestan. **Brasil em compasso de espera**. São Paulo: Hucitec, 1980.

FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n. 47, 2004.

FERREIRA, José Roberto Martins. **Os novos bárbaros: análise do discurso anticomunista do Exército Brasileiro**. São Paulo: PUCSP, 1986.

FERREIRA, Rafael Leite. Legalizar ou não?: a discussão durante o governo Geisel sobre a implantação da quebra do sigilo de correspondências dos presos políticos. **Hydra: Revista discente eletrônica da pós-graduação em História da Universidade Federal de São Paulo**, p. 250-261, v. 1, n. 1, mar. 2016.

_____. O “milagre brasileiro” (1969-1973): a “legitimação pela eficácia”. **História e-História**, v. 5, p. 1-26, mai. 2011.

_____. **O “novo sindicalismo” urbano em Pernambuco (1979-1984): entre mudanças e permanências**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

_____. O outro lado do “milagre econômico”: exploração e repressão à classe trabalhadora brasileira. **História e-História**, v. 1, p. 1-12, jan. 2013.

_____. Os trabalhistas e a busca dos sindicatos e trabalhadores brasileiros, 1945-1964. **Revista Labirinto**, Porto Velho-RO, n. XIV, v. 21, p. 400-412, 2014.

FICO, Carlos. A ditadura documentada: acervos desclassificados do regime militar brasileiro. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 67-78, jul/dez 2008.

_____. **Além do golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. **Como eles agiam**. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, 2004.

FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do silêncio**: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927 a 2005). Rio de Janeiro: Record, 2005.

FIGUEIREDO, Marcus. **A decisão do voto**: democracia e racionalidade. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008.

_____; CHEIBUB, Argelina. A abertura política de 1973 a 1981: quem disse o quê, quando – inventário de um debate. **BIB** – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, n. 14, 1982.

FILHO, Armando Monteiro. **Armando Monteiro Filho**: depoimento [set. 1984]. Entrevista concedida ao **Projeto História Oral do Movimento Político Militar de 1964 no Nordeste**. Entrevistador: Eliane Moury Fernandes e Jorge Zaverucha. Recife: Centro de Documentação e de Estudos da História Brasileira (CEHIBRA), [da] Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), 1984.

FILHO, Armando Monteiro. In: COSTA, Célia; PANDOLFI. **Projeto Memória Viva**: 14 depoimentos sobre a política pernambucana. v. 1. Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2007.

FILHO, Jaime de Azevedo Gusmão (Org.). **Pelópidas**: o homem e a obra. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005.

FILHO, Oswaldo Lima. **Política brasileira, 1945-1990**: uma visão nacionalista. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

FRAGOSO, Heleno Cláudio. **Advocacia da liberdade**: a defesa nos processos políticos. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

FREIRE, Américo. A vida partidária da transição política brasileira. **VARIA HISTORIA**, Belo Horizonte, v. 30, n. 52, jan-abr 2014.

FREIRE, Marcos. **A nação oprimida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **A oposição no Brasil, hoje**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. **Dívida social:** o grande pecado do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1980.

FREIRE, Roberto. In: BARRETO, Túlio Velho; FILHO, Sérgio Montenegro; SCARPA, Paulo Sérgio. **A nova república:** visões da redemocratização. Recife: Ed. dos autores, 2006.

GALLINDO, José Felipe Rangel. **Jeremias:** o trotskismo no campo em Pernambuco. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

GALLO, Carlos Artur. Memória, verdade, justiça e direitos humanos: um estudo sobre as relações entre o Direito e a memória da Ditadura Civil-Militar no Brasil. **Plural**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 21, n. 1, 2014.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Consumidores e cidadãos:** conflitos multiculturais da globalização. 7. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. **A ditadura envergonhada.** São Paulo, Companhia das Letras, 2002a.

_____. **A ditadura escancarada.** São Paulo, Companhia das Letras, 2002b.

_____. **A ditadura encurralada.** São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

GIANNAZI, Carlos Alberto. **A doutrina de segurança nacional e o Milagre Econômico (1969/1973).** 313 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **A força da periferia:** a luta das mulheres por creches em São Paulo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

_____. **História dos movimentos e lutas sociais:** a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

_____. **Reivindicações populares urbanas.** São Paulo: Autores Associados/Cortez, 1982.

GOMES, Angela de Castro. O PTB no contexto dos anos 60. In: ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de; Túlio Velho Barreto (Orgs.). **1964:** o Golpe passado a limpo. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2007.

_____. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-65): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). **Nacionalismo e reformismo Radical (1945-1964).** v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GOMES, Paulo César. **Os bispos e a ditadura militar brasileira (1971-1980):** a visão da espionagem. Rio de Janeiro: Record, 2014.

GORDILHO, Maria Celina Monteiro. **Cassação de mandato, suspensão de direitos políticos e inelegibilidade:** relações entre direito e política no regime militar brasileiro (1968-

1970). 153 f. 2015. (Dissertação em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2015.

GORENDER, Jacob. Coerção e consenso na política. **Estudos Avançados** [online], v. 2, n. 3, p. 52-66, 1988.

_____. **Combate nas trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **Maquiavel**: a política e o Estado Moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

GREEN, James N. **Apesar de vocês**: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 13.

GRINBERG, Lucia. **Partido político ou bode expiatório**: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1965-1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

_____. Uma memória política sobre a Arena: dos “revolucionários de primeira hora” ao “partido do sim, senhor”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). **O golpe e a ditadura militar**: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru, SP: Edusc, 2004.

GUIMARÃES, Ulysses. Na liderança da oposição. In: GUTEMBERG, Luiz (Org.). **Ulysses Guimarães** – Ed. comemorativa ao centenário de nascimento. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016.

_____. Navegar é preciso. Viver não é preciso. In: GUTEMBERG, Luiz (Org.). **Ulysses Guimarães** – Ed. comemorativa ao centenário de nascimento. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016.

HIPPOLITO, Lúcia. **De raposas e reformistas**: o PSD e a experiência democrática brasileira, 1945-64. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 19. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

HUGGINS, Martha K.; HARITOS-FATOUROS, Mika; ZIMBARDO, Philip G.. **Operários da violência**: policiais torturadores e assassinos reconstroem as atrocidades brasileiras. Brasília: UnB, 2006.

HUNTINGTON, Samuel P.. **A terceira onda**: a democratização no final do século XX. São Paulo: Ática, 1994.

IANNI, Octavio. **O ciclo da revolução burguesa**. Petrópolis: Vozes, 1984.

ISHAQ, Viven; FRANCO, Pablo E.; SOUSA, Teresa E.. **A escrita da repressão e da subversão, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

JINKINGS, Ivana; RIDENTI, Marcelo; MAAR, Wolfgang Leo. Entrevista: Francisco de Oliveira. **Revista Margem Esquerda**, n. 10, São Paulo, Boitempo, nov. 2007.

JOFFILY, Mariana. Direito à informação e direito à vida privada: os impasses em torno do acesso aos arquivos da ditadura militar brasileira. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 49, jan-jun 2012.

JUDT, Tony. **Pós-Guerra**: uma historia da Europa desde 1945. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2008.

JULIÃO, Francisco. **Até quarta, Isabela**. 3. ed. Recife: Bagaço, 2015.

JÚNIOR, Liberato Costa. In: COSTA, Célia; PANDOLFI. **Projeto Memória Viva**: 14 depoimentos sobre a política pernambucana. v. 2. Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2007.

JUNIOR, Liberato Costa. **Liberato Costa Junior**: depoimento [set. 1983]. Entrevista concedida ao **Projeto História Oral do Movimento Político Militar de 1964 no Nordeste**. Entrevistador: Eliane Moury Fernandes. Recife: Centro de Documentação e de Estudos da História Brasileira (CEHIBRA), [da] Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), 1983.

KEY JR., Vladimir O. **Política, Partidos y Grupos de Presión**. Madrid: Instituto de Estudios Políticos, 1962.

KINZO, Maria D'Alva. O legado oposicionista do MDB, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAUJO, Maria Celina. **21 anos de regime militar**: balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1994.

_____. **Oposição e autoritarismo**: gênese e trajetória do MDB (1966-1979). São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

KLEIN, Lúcia. Brasil pós-64: a nova ordem legal e a redefinição das bases de legitimidade. In: _____; FIGUEIREDO, Marcus. **Legitimidade e coação no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1978.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda**: jornalistas e censores do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo, 2004.

LAGÔA, Ana. **SNI**: como nasceu, como funciona. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LAMOUNIER, Bolívar. Authoritarian Brazil revisited: o impacto das eleições na abertura política brasileira, 1974-1982. **Dados** – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, 1986.

_____. O Brasil autoritário revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura. In: STEPAN, Alfred. **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____; MENEGUELLO, Raquel. **Partidos políticos e consolidação democrática**: o caso brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEFORT, Claude. **A invenção democrática**: os limites da dominação totalitária. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LEITE, Eraldo Gueiros. **Para servir a Pernambuco**. Recife: CEPE, 1975.

LEMOS, Renato (Org.). **Justiça fardada**: o general Peri Bevilacqua no Superior Tribunal Militar (1965-1969). Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004.

LEMOS, Renato. Anistia e crise política no Brasil pós-1964. **Topoi**, Rio de Janeiro, dez. 2002.

_____. Poder Judiciário e poder militar (1964-1969). In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Orgs.). **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV/ Bom Texto, 2004.

LEMOS-NELSON, Ana Tereza; ZAVERUCHA, Jorge. Multiple Activation as a Strategy of Citizen Accountability and the Role of the Investigating Legislative Commissions. In: PERUZZOTTI, Enrique; SMULOVITZ, Catalina (Edit.) **Enforcing the Rule of Law**: Social Accountability in the New Latin American Democracies. Pittsburgh: University of Pittsburgh, 2006.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. **Os partidos políticos brasileiros**: a experiência federal e regional, 1945-1964. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

LIMA, Egídio Ferreira. In: BARRETO, Túlio Velho; FILHO, Sérgio Montenegro; SCARPA, Paulo Sérgio (Orgs.). **A nova república**: visões da redemocratização. Recife: Ed. dos autores, 2006.

_____. **Sinais de vida**. Recife: Editora Comunicarte, 1982.

LIMA, Maurílio Ferreira. **Maurílio Ferreira Lima**: depoimento [fev. 1985]. Entrevista concedida ao **Projeto História Oral do Movimento Político Militar de 1964 no Nordeste**. Entrevistador: Eliane Moury Fernandes. Recife: Centro de Documentação e de Estudos da História Brasileira (CEHIBRA), [da] Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), 1985.

LINHARES, Maria Yedda Leite (Org.). **História geral do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

LINZ, Juan. An authoritarian regime: Spain. In: E. Allardt; S. Rokkan (Orgs.). **Mass politic**. New York, Free Press, 1970..

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social**: elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. O romantismo revolucionário de Maio 68. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 84, mai. 2008.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S.. Transformações econômicas no período militar (1964-1985). In: FILHO REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

LYRA, Fernando. In: BARRETO, Túlio Velho; FILHO, Sérgio Montenegro; SCARPA, Paulo Sérgio. **A nova república: visões da redemocratização**. Recife: Ed. dos autores, 2006.
_____. In: COSTA, Célia; PANDOLFI. **Projeto Memória Viva: 14 depoimentos sobre a política pernambucana**. v. 2. Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2007.

MACARINI, José Pedro. A política econômica da ditadura militar no limiar do “milagre” brasileiro: 1967-1969. In: FILHO, Oswaldo Munteal; FREIXO, Adriano de; FREITAS, Jacqueline Ventapane (Orgs.). **Tempo negro, temperatura sufocante: estado e sociedade no Brasil do AI-5**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Contraponto, 2008.

_____. A política econômica do governo Médici: 1970-1973. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, p. 53-92, set.-dez., 2005.

MACIEL, Lysâneas. **Lysaneas Maciel (depoimento, 1998)**. Rio de Janeiro, CPDOC/ALERJ, 2003.

MACIEL, Marco. In: COSTA, Célia; PANDOLFI. **Projeto Memória Viva: 14 depoimentos sobre a política pernambucana**. v. 2. Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2007.

MADEIRA, Rafael Machado. **ARENA ou ARENAS? A coesão partidária da legenda do regime em três estados brasileiros**. 241 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

_____. **Vinhos antigos em novas garrafas: a influência de ex-arenistas e ex-emedebistas no atual multipartidarismo brasileiro**. 208 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

MAGALHÃES, Marion Brepohl de. Documento: Manual do interrogatório. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 40, p. 201-240, 2004.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. **Revista Brasileira de História**, v. 17, n. 34, São Paulo, 1997.

MAINWARING, Scott P.. **Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto; Rio de Janeiro: FGV, 2001.

_____. Os movimentos populares de base e a luta pela democracia. In: STEPAN, Alfred. (Org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MANDEL, Ernest. **A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista**. São Paulo: Editora Ensaio; Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Legatus Editora, 2010.

MARCONI, Paolo. **A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)**. São Paulo: Global Editora, 1980.

MARTINS FILHO, João Roberto. **O palácio e a caserna**: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969). 239 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de. Contra as reformas e o comunismo: a atuação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no governo Goulart. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 49, p. 149-168, jan.-jun. 2012.

MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de. **Em nome da segurança nacional**: os processos da Justiça Militar contra a Ação Libertadora Nacional (ALN), 1969-1979. 169 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas São Paulo: Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

MDB. **Livro Branco do MDB contra as reformas**. Diretório Nacional do Movimento Democrático Brasileiro. Brasília, 1977. [CPDOC, Coleção Alberto Pasqualini, v. XIII].

MELHEM, Célia Soibelman. **Políticas de botinas amarelas**: o MDB-PMDB paulistano de 1965 a 1988. São Paulo: Hucitec, 1998.

MELLO, Jayme Portella de. **A Revolução e o governo Costa e Silva**. Rio de Janeiro: Guavira, 1979.

MENDONÇA, Fernando; TAVARES, Cristina. **Conversações com Arraes**. Belo Horizonte: Vega, 1979.

MENDONÇA, Luís Carvalheira de; MELLO, Virgínia Pernambucano de. **Antônio Figueira**: um médico estadista de Pernambuco. Recife: EDUPE, 2010.

MENDONÇA, Sonia Regina de.; FONTES, Virginia Maria. **História do Brasil recente**: 1964-1992. 4. ed. São Paulo: Ática, 1996.

MEZAROBBA, Glenda. **Um acerto de contas com o futuro**: a anistia e suas conseqüências: um estudo do caso brasileiro. São Paulo: Associação Editorial Humanitas; FAPESP, 2006.

MICHELS, Robert. **Political Parties**: a Sociological Study of the Oligarchical Tendencies of Modern Democracy. New York: The Free Press, 1968.

MICHILLES, Carlos et al. **Cidadão constituinte**: a saga das emendas populares. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MOISÉS, José Álvaro. **Lições de liberdade e de opressão**: os trabalhadores e a política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MOMESSO, Luiz Anastácio. Lutas e organização sindical em 68, apesar da ditadura. **CLIO** – Série Revista de Pesquisa Histórica, Recife, n. 26, v. 1, p. 155-170, 2008.

MONTEIRO, Pedro Aurélio de Góes. **A Revolução de 30 a finalidade política do Exército**. Rio de Janeiro: Adersen Editores, s/d.

MONTORO, André Franco. **Memórias em linha reta**. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

MOORE JR., Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia**. Senhores e camponeses na construção do mundo moderno. Lisboa: Martins Fontes, 1983.

MOREL, Edmar. **A trincheira da liberdade**. Rio de Janeiro: Record, 1985.

MOTTA, Aricildes de Moraes (Coord.). **História Oral do Exército – 1964 – 31 de março**. O movimento revolucionário e sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003. 10 v.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A modernização autoritária-conservadora nas universidades e a influência da cultura política. In: FILHO REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: _____ (Org.). **Culturas políticas na história: novos estudos**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009..

_____. Modernizando a repressão: a Usaid e a polícia brasileira. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 30, n. 59, 2010.

_____. O MDB e as esquerdas. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). **Revolução e democracia (1964...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. Os olhos do regime militar brasileiro nos *campi*: as assessorias de segurança e informações das universidades. **Topoi**, v. 9, n. 16, jan.-jun. 2008.

_____. **Partido e sociedade**: a trajetória do MDB. Ouro Preto: UFOP, 1997.

_____. **MDB em ação nos comícios, rádio e televisão**: democracia com desenvolvimento e justiça social. Brasília: Senado Federal, Serviço Gráfico, 1972.

NADER, Ana Beatriz. **Autênticos do MDB, semeadores da democracia**: história oral de vida política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. No exílio, contra o isolamento: intelectuais comunistas, frentismo e questão democrática nos anos 1970. **Estudos Avançados**, v. 28, n. 80, janeiro-abril 2014.

_____. O golpe de 1964 e o regime militar brasileiro: apontamentos para uma revisão historiográfica. **Contemporânea: historia y problemas del siglo XX**, v. 2, 2011.

NASCIMENTO, Luís Manuel Domingues. **Inventário dos feitos modernizantes na Cidade do Recife (1969-1975)**: sobre as mediações históricas e literárias entre a História recente do Recife e o romance a rainha dos Cárceres da Grécia, de Osman Lins. 448 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

NEIVA, Pedro Robson Pereira. Senado brasileiro: Um conselho de anciãos? **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 47, n. 187, p. 269-279, jul./set. 2010.

NERY, Sebastião. **As 16 derrotas que abalaram o Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1975.

NICOLAU, Jairo Marconi. **Multipartidarismo e democracia**: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-99). Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento**: da abertura democrática ao governo Dilma. São Paulo, Companhia das Letras, 2013.

NUNES, Edilson; JACOBI, Pedro. Movimentos populares urbanos, poder local e conquista da democracia. In: MOISÉS, José Álvaro Moisés et al. **Cidade, povo e poder**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

NUNES, Edson. **A gramática política no Brasil**: clientelismo e insulamento burocrático. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; Brasília, DF: ENAP, 2003.

OLIVEIRA, Antônio Corrêa. In: COSTA, Célia; PANDOLFI. **Projeto Memória Viva**: 14 depoimentos sobre a política pernambucana. v. 1. Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2007.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. A Doutrina de Segurança Nacional: pensamento político e projeto estratégico. **Política e Estratégia**, v. VI, n. 2, abr./jun. 1988.

_____. **As Forças Armadas**: política e ideologia no Brasil, 1964-1969. Petrópolis, RJ: Vozes, 1976.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Apresentação. In: INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

ORTIZ, Renato. Revisitando o tempo dos militares. In: FILHO REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

PADRÓS, Enrique Serra. **Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional**: Uruguai (1968-1985): do pachecato à ditadura civil-militar. 2005. 434f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

PAIXÃO, Cristiano. Autonomia, democracia e poder constituinte: disputas conceituais na experiência constitucional brasileira (1964-2014). In: **Quaderni Fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno**, n. 43, n. 1, Giuffrè Editore, 2014.

PANDOLFI, Dulce. **Camaradas e Companheiros**: história e memória do PCB. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, Fundação Roberto Marinho, 1995.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de partido**: organização e poder nos partidos políticos. São Paulo. Martins Fonte, 2005.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo, Ática, 1990.

PEREIRA, Anthony. **Ditadura e repressão**: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PONTUAL, Virginia. **Uma cidade e dois prefeitos**: narrativas do Recife nas décadas de 1930 a 1950. Recife: Ed. da UFPE, 2001.

RAMOS, José Muniz. In: COSTA, Célia; PANDOLFI. **Projeto Memória Viva**: 14 depoimentos sobre a política pernambucana. v. 2. Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2007.

REGO, Antonio Carlos Pojo. **O Congresso brasileiro e o regime militar (1964-1985)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS, Fábio Wanderley. Classe social e opção partidária: as eleições de 1976 em Juiz de Fora. In: _____ (Org.). **Os partidos e o regime**: a lógica do processo eleitoral brasileiro. São Paulo: Ed. Símbolo, 1978.

REIS, Palhares Moreira. **As eleições indiretas no Brasil**. v. 2. Recife: Ed. da UFPE, 1999.

REIS, Palhares Moreira. Período autocrático: ARENA x MDB em Pernambuco, 1966-1978. In: LAVEREDA, Antônio; SÁ, Constança (Orgs.). **Poder e voto**: luta política em Pernambuco. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1986..

REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil**: a repressão e pretensão de legitimidade, 1964-1984. Londrina: Eduel, 2001.

SILVA, Francisco Teixeira da; SANTANA, Marco Aurélio. O equilibrista e a política: o “Partido da Classe Operária” (PCB) na democratização (1945-64). In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). **Nacionalismo e reformismo Radical (1945-1964)**. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

RIBEIRO, Marcos Abraão. Revisitando 1964: a escola sociológica paulista e as interpretações do Brasil. In: **Terceiro Fórum Nacional de Sociologia e Política**, Curitiba, 2011.

RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: FILHO REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RIVAS, Lêda. **Nilo Coelho**: breve roteiro de um visionário. Recife: ALEPE, 2001.

ROCHA, Heitor Costa Lima da. **A face radical do PCB**: o embate ideológico em Pernambuco (1961-1964). 141 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1989.

RODEGHERO, Carla Simone. A Anistia de 1979 e seus significados, ontem e hoje. In: FILHO REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. **Memórias e avaliações**: norte-americanos, católicos e a recepção do anticomunismo brasileiro entre 1945 e 1964. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

ROLLEMBERG, Denise. Memória, Opinião e Cultura Política. A Ordem dos Advogados do Brasil sob a Ditadura (1964-1974). In: AARÃO REIS FILHO, Daniel; ROLLAND, Denis (Orgs.). **Modernidades alternativas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

SÁ, Mem de. **Tempo de lembrar**: memórias. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SALGADO, Sebastião. **Êxodos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SAMET, Henrique. Construção da brasilidade excludente. In: APERJ. **DOPS**: A lógica da desconfiança. 2. ed. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça; APERJ, 1996.

SAMPAIO, Cid. In: COSTA, Célia; PANDOLFI. **Projeto Memória Viva**: 14 depoimentos sobre a política pernambucana. v. 1. Recife: ALEPE, 2007.

SAMPAIO, Dorany. **Dorany Sampaio**: depoimento [jul. 1982]. Entrevista concedida ao **Projeto História Oral do Movimento Político Militar de 1964 no Nordeste**. Entrevistador: Cristina Inojosa e Eliane Moury Fernandes. Recife: Centro de Documentação e de Estudos da História Brasileira (CEHIBRA), [da] Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), 1982.

SAMUELS, David. Determinantes do voto partidário em sistemas eleitorais centrados no candidato: evidências sobre o Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, p. 493-535, 1997.

SANI, Giacomo. Consenso. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 5. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000.

SANTANA, Marco Aurélio. **Homens partidos**: comunistas e sindicatos no Brasil. Rio de Janeiro: UNIRIO; São Paulo: Boitempo, 2001.

SANTOS, Alessandra Maria dos. **A interiorização da educação popular em Pernambuco (1956 a 1964)**: Nazaré da Mata (Mata Norte), Palmares (Mata Sul) e Caruaru (Agreste). 2014. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

SANTOS, Roberto Ramos. **A Face de um Partido**: base política e comportamento eleitoral do PFL de Pernambuco (1985-2001). 2002. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas São Paulo: Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SANTOS, Taciana Mendonça. **Alianças Políticas em Pernambuco**: A(s) Frente(s) do Recife (1955-1964). 2008. 118 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Autoritarismo e após: convergências e divergências entre Brasil e Chile. **Dados**, Revista de Ciências Sociais, v. 25, n. 2, p. 151-165, 1982.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistemas partidários**. Brasília: Universidade de Brasília/Zahar, 1982.

SCARTEZINI, Antonio C.. **Dr. Ulysses**: uma biografia. São Paulo: Marco Zero, 1993.

SCHMITT, Rogério. **Partidos políticos no Brasil**: 1945-2000. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SEGATTO, Jose Antonio. **Breve história do PCB**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na sombra**: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SEVCENKO, Nicolau. **A corrida para o século XXI**: no loop da montanha-russa. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SHARE, D.; MAINWARING, Scott. Transição pela transação: democratização no Brasil e na Espanha. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, 1986.

SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. Memória e reconciliação nacional: o impasse da anistia na inacabada transição democrática brasileira. In: BRASIL. **A anistia na era da responsabilização**: o Brasil em perspectiva internacional e comparada. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford: Oxford University, Latin American Centre, 2011.

SILVA, Marcília Gama da. **Informação, repressão e memória**: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985). Recife: Editora UFPE, 2014.

SILVEIRA, Sérgio Augusto. **Oswaldo Lima Filho**: ação política na trincheira nacionalista. Recife: ALEPE, 2001.

- SIMON, Pedro. **A reconstrução da democracia**. Brasília: Senado Federal, 2006.
- SINÉSIO, Carlos. **João Cleofas: trajetória política: ascensões e tropeços**. Recife: ALEPE, 2001.
- SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SMITH, Anne-Marie. **Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- SOARES, Alessandro O.; TAUIL, Rafael M.; COLOMBO, Luciléia. O bipartidarismo no Brasil e a trajetória do MDB. **Sinais**, Vitória, n. 19, jan-jun 2016.
- SOUZA MARTINS, Heloisa Helena Teixeira de. **O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1979.
- SOUZA, Flávia Amorim. **Chico Pinto e os Autênticos do MDB: atuação no campo político brasileiro (1971-1982)**. 145 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2013.
- SOUZA, Isabel Ribeiro de Oliveira Gómez de. **Trabalho e política: as origens do Partido dos Trabalhadores**. 1988. Petrópolis, RJ: VOZES, 1988.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- STARLING, Heloísa. Moralismo capenga. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, n. 42, mar. 2009.
- STEPAN, Alfred. **Os militares na política**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
- SWENSSON JUNIOR, Walter Cruz. **Os limites da liberdade: a atuação do Supremo Tribunal Federal no julgamento de crimes políticos durante o regime militar de 1964 (1964-1979)**. 148 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas São Paulo: Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- THOMPSON, Edward P.. El delito de anonimato. In: _____. **Tradición, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial**. Barcelona: Editorial Crítica, 1989.
- _____. **Senhores e caçadores: a origem da lei negra**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- TOLEDO, Caio Navarro. **ISEB: fábrica de ideologias**. São Paulo: Ática, 1978.
- TOLEDO, Cláudio Navarro. Uma infausta data: 46 anos depois. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 107, abr. 2010.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Dados Estatísticos:** Eleições Federais e Estaduais realizadas no Brasil em 1965 e 1966. v. 8. Distrito Federal, DF: Departamento de Imprensa Nacional, 1971.

TRINDADE, Adriana de Albuquerque. **O estilo político da bica d'água:** o Chaguismo na Guanabara 1969-1974. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2000, (Coleção Texto CPDOC n. 37).

VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. **A preservação do Legislativo pelo regime militar brasileiro:** ficção legalista ou necessidade de legitimação? (1964-1968). 334 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

_____. Os militares e a legitimidade do regime ditatorial (1964-1968): a preservação do Legislativo. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 29, n. 49, jan/abr 2013,

VASCONCELOS, Jarbas. In: BARRETO, Túlio Velho; FILHO, Sérgio Montenegro; SCARPA, Paulo Sérgio. **A nova república:** visões da redemocratização. Recife: Ed. dos autores, 2006.

_____. In: COSTA, Célia; PANDOLFI. **Projeto Memória Viva:** 14 depoimentos sobre a política pernambucana. v. 2. Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2007.

VASCONCELOS, Jarbas. **Uma análise da economia canavieira de Pernambuco.** Recife: Diretório da 6ª Zona Eleitoral do MDB - Casa Amarela, 1973.

VIANA FILHO, Luís. **O governo Castelo Branco.** 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1975.

VIANNA, Oliveira. **Problemas de política objetiva.** 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947.

VIEIRA, Edvaldo. Brasil: do golpe de 1964 à redemocratização. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Viagem incompleta.** A experiência brasileira (1500-2000): a grande transação. 2. ed. v. 2. São Paulo: SENAC São Paulo, 2000.

WEBER, Maria Helena. **Comunicação e espetáculos da política.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

WEBER, Max. A Política como vocação. In: _____. **Ciência e Política:** duas vocações. São Paulo: Ed. Cultrix, 1993.

WEFFORT, Francisco. A vitória inchada da Arena. **Opinião**, Rio de Janeiro, 27 nov. – 4 dez. 1972.

_____. Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco, 1968. **Cadernos Cebrap**, São Paulo, n. 5, 1972.

ZUENIR, Ventura. **1968:** o ano que não terminou. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.